



Marcos Botton Piccin

**Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul:
um estudo sobre as práticas de reprodução social do
patronato rural estancieiro**

**CAMPINAS
2012**

i



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Marcos Botton Piccin

**Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul:
um estudo sobre as práticas de reprodução social do
patronato rural estancieiro**

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (Orientadora)

Tese de Doutorado apresentada ao
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, para obtenção do Título de
Doutor em Ciências Sociais.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO MARCOS BOTTON PICCIN, E ORIENTADO PELA PROF^ª. DR^ª
SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO.
CPG, 09/11/2012

**CAMPINAS
2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

P581s Piccin, Marcos Botton, 1980-
Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul :
um estudo sobre as práticas de reprodução social do
patronato rural estancieiro / Marcos Botton Piccin.
-- Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Proprietários de terras - Rio Grande do Sul. 2. Elites
agrárias. 3. Fazendas de criação - Rio Grande do Sul.
I. Bergamasco, Sônia Maria, 1944- II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The Lords of the land and war in Rio Grande do Sul : a study of the practices of social reproduction by rural ranch employers

Palavras-chave em inglês:

Landowners - Rio Grande do Sul

Elite (Social sciences)

Rangelands - Rio Grande do Sul

Área de concentração: Ciências Sociais

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

Banca examinadora:

Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [Orientador]

Afrânio Raul Garcia Junior

Fernando Antonio Lourenço

Odaci Luiz Coradini

Regina Angela Landim Bruno

Data da defesa: 09-11-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais



Tese de Doutorado

Marcos Botton Piccin

Os Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social no patronato rural estancieiro

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 09 / 11 / 2012.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco (orientadora)

Prof. Dr. Odaci Luiz Coradini

Prof^a. Dr^a. Regina Angela Landim Bruno

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Prof. Dr. Afranio Raul Garcia Junior

Suplentes:

Prof^a. Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes

Prof^a. Dr^a. Emilia Pietrafesa de Godoi

Prof. Dr. Cesar Augusto Da Ros

Campinas
Novembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que seja o trabalho de pesquisa e escrita de uma tese, a ideia de uma “comunidade acadêmica” não é simples argumento de retórica. Muitas foram as pessoas com quem tive a oportunidade de conviver e aprender durante estes quase cinco anos de doutorado nas Ciências Sociais da Unicamp. Contudo, algumas pessoas foram fundamentais pelo fato de que sempre estiveram próximas e me apoiaram nesta caminhada.

Em primeiro lugar quero agradecer a Sônia Bergamasco, minha orientadora. Além da acolhida na Unicamp, a Sônia sempre me deixou completamente à vontade para reformular e alterar o objeto de pesquisa de acordo com as minhas preocupações, que mudavam com as incursões no campo de pesquisa. O diálogo e o apoio de Sônia foram fundamentais para as tantas opções tomadas no decorrer não somente da pesquisa, mas também da trajetória durante o curso.

O prof. Afrânio Garcia Jr. me recebeu no Doutorado Sanduíche na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris) durante outubro de 2010 a março de 2011. Além do entusiasmo que eu já tinha por seus textos desde o curso de mestrado, as conversas, seminários e orientações do Afrânio só fizeram aumentar a admiração acadêmica que vinha de longa data. Obviamente que todas as insuficiências desta tese são de minha inteira responsabilidade, mas ela não teria saído da forma de saiu sem as suas valiosas sugestões. Por vezes, a empolgação demonstrada pelo Afrânio com relação à temática da pesquisa tornou-se o ingrediente que faltava para um jovem e desconfiado pesquisador confiar nas opções realizadas e se entregar de corpo e alma na teoria e no campo empírico da pesquisa. Desde nossa primeira conversa ainda em 2009, em uma sala do CPDA/UFRRJ, para tratar da possibilidade da realização do estágio no exterior, o Afrânio demonstrou uma capacidade de entrar nos argumentos e na temática proposta de uma forma que me deixava impressionado pela agilidade de apreender o fundamental e de dar rumo à pesquisa. Ademais, sua inteira disponibilidade em acompanhar e conversar durante a realização do trabalho de campo foi fundamental para as opções tomadas, como

na ocasião da coincidência de uma visita familiar sua na cidade onde se desenrolava meu campo de pesquisa, em que pudemos ter uma agradabilíssima e fundamental conversa.

Os colegas do curso de doutorado estiveram presentes em vários momentos e foram importantes pelas discussões e pela amizade construída: a Dio, a Carol, o Du, o Josmar, o Rafael, a Marilande e tantos outros (as) que não só me ajudaram, mas com os quais confraternizei durante a permanência em Campinas.

O Everton Picolotto acompanhou a formulação dos principais argumentos desta tese, para os quais sua própria tese foi importante. Ele e o Cesar Da Ros foram amigos sem iguais nos últimos dois anos do curso e participaram dos momentos de maiores indefinições e tensionamentos vividos, sempre com o cuidado de apontar alternativas que poderiam ser trilhadas na atividade da pesquisa.

O professor Fernando Lourenço, juntamente com o Cesar e a Sônia, compôs a banca de qualificação do projeto de pesquisa e seus comentários e sugestões se mostraram valiosos no decorrer do trabalho de campo.

Os professores do curso, a Emília, a Bibia, a Ângela, a Evelina, o Ricardo, dentre outros, foram importantes para a iniciação em temáticas até então espinhosas.

A Desirée acompanhou a maior parte da trajetória no curso e foi fundamental para todas as escolhas realizadas, a quem cultivo carinho e sou eternamente grato. Em cada linha desta tese há sua influência.

Agradeço também ao CNPq que me concedeu a bolsa de pesquisa durante os quatro anos, sem a qual esta tese não teria sido possível. Do mesmo modo, a CAPES financiou o estágio de doutorado sanduíche que foi tão importante para a trajetória deste pesquisador.

A Maria Rita e o Reginaldo, secretários do curso de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp, foram sempre acolhedores e ótimos na relação com os alunos, dispensando toda a atenção e paciência imagináveis.

O Igor e a Denise me hospedaram, inicialmente, a campo, cuja acolhida foi fundamental para a ambientação. O Pe. Rubem não somente me emprestou seu apartamento no município da pesquisa para que eu terminasse o trabalho de campo, como me ajudou a entender alguns dos processos sociais discutidos na tese. Os funcionários da Superintendência do INCRA/RS, em especial o Sérgio, me ajudaram no acesso ao

Cadastro. O Pedrinho e Maria Carmem foram fundamentais no último período da escrita da tese, sem seu apoio e estímulo a dificuldade teria sido bem maior.

Por último, mas não menos importante, Nelci e Miguelzinho, meus pais, Marcelo, Mauricio e Marlei, meus irmãos e irmã, sempre estiveram ao meu lado, dando o apoio sem o qual seria mais difícil.

Depois de beber um gole de cerveja, Bandeira exclama:

- Queremos tocar DDT nos nossos mitos! Fazer o gaúcho apear desse cavalo simbólico no qual está psicologicamente montado há mais de dois séculos!

Terêncio rebate:

- E substituir nossas tradições gloriosas e nossa fé em Deus por símbolos da Rússia Soviética? Se nós os gaúchos jogarmos fora os nossos mitos, o que é que sobra?

Floriano olha para o estancieiro e diz tranquilamente:

- Sobra o Rio Grande, doutor. O Rio Grande sem máscara. O Rio Grande sem belas mentiras. O Rio Grande autêntico. Acho que à nossa coragem física de guerreiros devemos acrescentar a coragem moral de enfrentar a realidade.

- Mas o que é que o senhor chama de realidade?

- O que somos, o que temos. E não vejo por que tudo isso deva ser necessariamente menos nobre, menos belo ou menos bom que essas fantasias saudosistas do gauchismo com que procuramos nos iludir e impressionar os outros

*(VERÍSSIMO, Érico. **O Tempo e o Vento**. O Arquipélago. Vol. II, 1961, p. 280).*

RESUMO

Esta tese analisa as estratégias de reprodução social dos grandes proprietários fundiários criadores de gado do Rio Grande do Sul a partir do estabelecimento da República, cujos domínios se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus *senhores*. Por estratégias se entende o conjunto das práticas pelos quais os indivíduos ou grupos de indivíduos procuram manter ou melhorar sua posição na estrutura social. Trata-se de desvendar as práticas através das quais este setor social busca conservar ou ampliar seus diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social, assim como o feixe de condições sociais em que elas ocorrem. A história de ocupação contemporânea do território deste estado, marcada por grandes propriedades de criar nas suas áreas de campos e pela instalação de colônias de imigrantes europeus em áreas de florestas, sobretudo de alemães e italianos, determinou influências mútuas quanto à dinâmica dos poderes exercidos nestes espaços sociais. No espaço estancieiro houve um duplo bloqueio aos setores subordinados relativo ao impedimento de migrar para as áreas de matas, devido à instalação das colônias, e à impossibilidade de migrações coletivas ao trabalho industrial devido à preferência do braço imigrante, ao menos até meados de 1950, e das dinâmicas de desenvolvimento das regiões coloniais que fazia ampliar a concorrência pela oferta de mão de obra nas áreas industriais. Esses efeitos, somados aos da Lei de Terras de 1850, aos cercamentos dos campos, à força e violência na apropriação privada da terra, determinaram a estrutura de poderes assimétricos na qual os estancieiros desenvolveram relações de dominação personalizada em relação à força de trabalho em seus domínios até o início da década de 1990. Externamente à estrutura de dominação do espaço estancieiro, a complexidade das relações entre os grupos dominantes no espaço estadual e nacional promoveu uma grande transformação da elite estancieira a partir de meados de 1940: deixar de ser subsidiária às lavouras de exportação do Nordeste açucareiro e do Sudeste cafeeiro, para se tornar produtora de um artigo de luxo, a carne frigorificada, a partir de uma rede de frigoríficos por eles coordenada. A trajetória de ascensão coletiva da elite estancieira, devido, sobretudo, à valorização do preço dos gados, se dá até o final da década de 1980, quando a baixa dos preços dos gados provoca a quebra de seus frigoríficos, havendo maior pressão para reconversão de trajetórias a partir de então. Essa história objetivada também determinou uma história incorporada na forma *habitus*, em termos de princípios de visão e divisão do mundo, comportamentos e disposições sociais que são externalizadas em suas práticas, além dos investimentos e cálculos específicos não somente relativos aos propriamente econômicos, mas também em termos de acúmulo de capitais sociais e culturais. À decadência relativa que se inicia a partir de meados de 1990, que é de seu capital social, além do econômico, processa-se um descompasso e inaptidão de seus *habitus* frente ao que é exigido em termos de disposições sociais pelas alterações que ocorrem no espaço social e, grosso modo, pela sociedade em geral.

Palavras-chave: Grandes proprietários rurais, Estancieiros, Elites agrárias, Patronato rural, Rio Grande do Sul.

ABSTRACT:

The present thesis analyzes the strategies of social reproduction of the large landowners breeders in Rio Grande do Sul from the establishment of the Republic, whose domain is conventionally called ranches and ranchers their masters. The strategies are meant the set of practices by which individuals or groups of individuals seek to maintain or improve their position in the social structure. It means to unveil the practices through which this social sector or expanding your search conserve power differentials in relation to other agents of social space, as well as the bundle of social conditions in which they occur. The contemporary history of occupation of the territory in this state is marked by great estates created in their areas of fields and installation of colonies of European immigrants in forest areas, especially Germans and Italians, established mutual influences on the dynamics of these powers exercised in social spaces. Within rancher's domain there was a double lock on the subordinate sectors as an impediment to migrate to areas of forests, due to the installation of the colonies, and the impossibility of collective labor migration due to the branch of the industrial immigrant preference, at least until mid-1950, and the dynamics of development of the regions that made colonial increase competition by offering labor in industrial areas. These effects, together with the Land Law of 1850, the enclosure of the fields, to force and violence in the private appropriation of land, determined the structure of power in which ranchers had asymmetrical customized relations of domination developed in relation to the workforce in their fields until the early 1990s. Externally the structure of domination of rancher's space, the complexity of the relationships between dominant groups within state and national organized a major transformation of rancher's elite from mid-1940: stop being subsidiary to export crops of sugar from Northeast and coffee from Southeast, to become producing a luxury, meat cold storage, from a network of refrigeration coordinated by them. The trajectory of collective rancher's elite rise, mainly due to the appreciation in the price of cattle, occurs until the late 1980s, when lower prices for cattle causes the breakdown of their refrigerators, with greater pressure for conversion of trajectories since then. This story objectified also determined a corporate history as habitus, in terms of principles of vision and division of the world, social behaviors and dispositions that are outsourced in their practices, in addition to investments and specific calculations not only for the specifically economic, but also in terms of accumulation of social and cultural capital. The relative decadence that begins from mid 1990, which is its capital, beyond the economic processes are a mismatch and ineptitude of their habitus forward to what is required in terms of social provisions for changes that occur in social space and roughly by society in general.

Keywords: Large landowners, ranchers, Agrarian Elites, Rural Support, Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Relação das trocas monetárias favoráveis aos estancieiros – Índices de preços, 1950-1966.....	p. 172
Tabela 2	Concentração da Terra em São Gabriel pelo SNCR/INCRA, 2011.....	p. 187
Tabela 3	Propriedade e concentração dos imóveis rurais entre 1965 a 2011 por proprietário.....	p. 190
Tabela 4	Grau de escolarização dos grandes proprietários de terra declaradas nos Cadastros do INCRA de 1965, 1972 e 1978..	p. 211
Tabela 5	Série histórica da dinâmica de ocupação das terras e cultivos comerciais, 1940-2006.....	p. 293
Tabela 6	Imóveis com agricultura e respectivos cultivos discriminados de acordo com os cadastros de 1965, 1972, 1978, 1992 e 2010.....	p. 296
Tabela 7	Número de famílias, pessoas residentes, empregados permanentes e empregados temporários nos sistemas produtivos 'só pecuária' e 'pecuária e agricultura mercantil – arroz e/ou trigo e/ou soja'.....	p. 300
Tabela 8	Pessoal ocupado nos estabelecimentos de acordo com os Censos Agrícolas e Agropecuários de 1940 a 2006.....	p. 302
Tabela 9	Condição do Produtor entre 1950-2006.....	p. 331
Tabela 10	Grupos de área de lavouras entre 1950-2006.....	p. 331
Tabela 11	Dinâmica populacional do município de São Gabriel entre 1940 e 2010.....	p. 332
Tabela 12	Uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrícola e arados de tração animal ou mecânica.....	p. 332
Tabela 13	Principais cultivos mais característicos da <i>alternatividade</i> , entre 1940 e 1985.....	p. 333
Tabela 14	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 sem laço de parentesco com o produtor por condição dos empregados, 2006.....	p. 335
Tabela 15	Pessoal ocupado com laço de parentesco por grupo de atividade econômica, 2006.....	p. 336
Tabela 16	Estabelecimentos de acordo com as principais lavouras temporárias e por faixa de área, 2006.....	p. 337
Tabela 17	Soja, estabelecimentos e área por condição do produtor, 2006.....	p. 338
Tabela 18	Arroz, estabelecimentos e área por condição do produtor, 2006.....	p. 339

Tabela 19	Área de pastagens e lotação animal em relação às lavouras temporárias em São Gabriel.....	p. 334
Tabela 20	Índices de ocupação do solo e lotação animal em imóveis que possuem ‘somente pecuária’ e em imóveis com pecuária e lavouras mercantis.....	p. 346
Tabela 21	Índices de desenvolvimento da pecuária bovina: animais nascidos, comprados, vitimados, abatidos e vendidos.....	p. 348
Tabela 22	Inseminação artificial, transferência de embriões e confinamento.....	p. 350
Tabela 23	Controle de saídas do fluxo de caixa do estancieiro ‘A’.....	p. 399
Tabela 24	Receitas do estancieiro (1) nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.....	p. 406
Tabela 25	Controle de saídas do fluxo de caixa do estancieiro ‘B’.....	p. 409
Tabela 26	Receitas do estancieiro ‘B’ nos anos de 2005, 2006 e 2007..	p. 412

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Evolução da concentração fundiária em São Gabriel 1940 – 2006.....	p. 184
Quadro 2	Famílias estancieiras e títulos escolares.....	p. 212
Quadro 3	Estratégias de casamento nas famílias da elite estancieira....	p. 237
Quadro 4	<i>Dependentes</i> , trabalhadores e famílias residentes em 1965, 1972, 1978 e 1992.....	p. 277
Quadro 5	Produção animal, vegetal e produtos de origem animal processados pelo pessoal residente entre 1960-1985.....	p. 334

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Preços em R\$/Kg do boi vivo entre 1977 e 2006.....	p. 174
Gráfico 2	Abate de fêmeas e preços pagos ao produtor, entre 1997-2006 no Rio Grande do Sul.....	p. 354
Gráfico 3	Taxa de crescimento do rebanho bovino no Rio Grande do Sul, Região da Campanha e São Gabriel.....	p. 361

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: objeto, pressupostos teórico-metodológicos e apresentação da tese	21
CAPÍTULO I. O monopólio da terra e os dois bloqueios do espaço social	57
1. Das lutas pelo controle do território à aristocracia de família.....	58
2. A aristocracia de família e monopólio da terra: das trocas entre estancieiro e peões e a progressão da subordinação.....	64
3. Os dois bloqueios do espaço social: migração em direção à fronteira agrícola e ao trabalho industrial.....	73
4. Monopólio da terra e o duplo bloqueio do espaço social: o chicote da fome que subordina aos senhores da terra e da guerra.....	87
CAPÍTULO II. O enredamento no jogo do poder: a subordinação da produção ao capital comercial e bancário	91
1. <i>O criador é uma vítima do charqueador</i>	95
2. Contrabando de gado como estabilizador da aliança social hegemônica.....	106
3. Novos e decisivos confrontos, a fragilização do bloco no poder.....	118
CAPÍTULO III. A metamorfose estancieira: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo	131
1. <i>Reunião de charqueadores, a postos, fazendeiros!</i> Um campo aberto de lutas entre charqueadores, criadores e frigoríficos.....	133
2. Crise. Que fazer? Dividir e vender os campos?.....	141
3. Estancieiros e charqueadores: das charqueadas à Cooperativa Rural Gabrielense de São Gabriel.....	148
4. Charqueadores e dirigentes da Cooperativa Rural Gabrielense: trajetórias e investimentos sociais.....	151
5. Apontamentos sobre a exploração da mão de obra nas charqueadas e a passagem à Cooperativa Rural Gabrielense.....	160
6. Sobre a metamorfose estancieira.....	165
CAPÍTULO IV. Propriedade da terra e espaço de distinção social	171
1. Concentração da propriedade e distinções sociais.....	175
2. Sobre a estrutura da posse da terra.....	181
3. Vários imóveis e estratégias de expansão dos domínios num período de alta dos preços dos gados.....	186
4. Espaço social estancieiro e colonial: interdependência e a crítica da lógica estancieira.....	193
CAPÍTULO V. A elite estancieira como classe dominante incontestada no espaço social: investimentos escolares, de relações sociais, trajetórias e estratégias matrimoniais	203
1. Investimentos escolares, de relações, trajetórias sociais e o <i>desinteresse</i>	204

2. Sobre o patriarcalismo e o <i>habitus</i> de classe dominante incontestado no espaço social	221
3. Sobre as interdependências no espaço social estancieiro e o patriarcalismo polígamo	227
4. Estratégias matrimoniais das famílias da elite estancieira.....	232
CAPÍTULO VI. Lógicas de reprodução econômica e sistema de dominação estancieiro	239
1. Dinâmica da exploração econômica, rendimentos e modo de dominação	241
2. Sobre a relação personalizada entre <i>senhor, peões e moradores</i>	251
3. <i>Moradores de corredor</i> , isolamento e submissão	265
4. Estâncias, famílias <i>dependentes</i> e disposições mentais exigidas pelo Estado.....	271
5. Sobre a permanência e reprodução das relações de dominação pessoal	276
CAPÍTULO VII. Novos produtos mercantis e o modo de dominação personalizada	283
1. Além dos gados, novas possibilidades de produções mercantis: arroz, trigo e soja	285
2. Novos produtos mercantis, maior número de famílias <i>dependentes</i> : a balança de poderes se move novamente	295
3. Uma revisão necessária e dois casos específicos como exemplos	311
CAPÍTULO VIII. Dinâmica e lógicas da produção criatória: sobre os cálculos e o comportamento econômico do estancieiro	337
1. A bovinocultura de corte como principal estratégia mercantil nos grandes domínios	339
2. Da lógica entre as vendas para abate e preços ao produtor: rigidez da oferta e o comportamento econômico estancieiro	347
3. Da lógica do comportamento econômico estancieiro e a quebra dos frigoríficos-cooperativas coordenados pelo Instituto de Carnes.....	358
CAPÍTULO IX. A dolorida reconversão da elite estancieira num contexto de mudança do espaço social	365
1. Quando a “vaca não paga mais a conta”: desclassificação e reclassificação social	368
2. Crise do <i>habitus desinteressado</i>	380
3. Orçamento familiar & orçamento da estância: modo de pensar a estrutura de custos e receitas	389
4. A dolorida ruptura com o modo de pensar no <i>estoque</i> de gado	409
5. “O fim da campanha” - ou de quando o chicote da fome enfraquece	414
Algumas considerações finais	421
Bibliografia	427
Lista de Anexos	441

INTRODUÇÃO: objeto, pressupostos teórico-metodológicos e apresentação da tese

O Rio Grande do Sul possui uma história contemporânea de ocupação do território marcada pelo estabelecimento de grandes propriedades fundiárias de criação de gado em suas áreas de campos, sobretudo na parte mais ao sul do estado, e de colônias de imigrantes pequenos proprietários nas áreas de florestas, sobretudo ao norte. Região disputada com a Espanha até o início do século XIX, tanto a expansão das grandes propriedades, quanto as colônias de pequenos proprietários não se processaram em território despovoado. No primeiro caso, determinou tanto que os povos indígenas fossem exterminados, repelidos para as áreas de matas ou, em parte, assimilados, quanto que as disputas por terra colocassem os pequenos posseiros ou proprietários na estrita dependência da grande proprietária fundiária. No segundo caso, os pequenos posseiros, que haviam conquistado a terra das populações indígenas, foram, no mais das vezes, aí considerados *intrusos* e expulsos para a implantação das colônias, ajustando-se em áreas de terra desprezadas ou caindo na dependência dos grandes proprietários criadores de gado.

Esta tese pretende analisar as estratégias de reprodução social deste último grupo, os grandes proprietários fundiários criadores de gado do Rio Grande do Sul, cujos domínios se convencionou chamar de *estâncias* e de *estancieiros* seus *senhores*. Mais precisamente desvendar o feixe de condições sociais segundo as quais tais estratégias se processaram a partir do estabelecimento da República. A escolha da análise a partir deste período não é ao acaso, mas determinada por dois conjuntos de relações interligados: interno ao que chamaremos de espaço de relações sociais estancieiro ou simplesmente espaço estancieiro, relativo à estância, e externo, que engloba principalmente as relações com outros setores sociais no estado, demais elites no plano nacional e mercados. Internamente, pelo fato de que é quando se aprofundam as relações de dominação pessoal devido aos efeitos da Lei de Terras de 1850, aos cercamentos dos campos e ao bloqueio das possibilidades de migrações dos setores subordinados para as áreas de florestas devido à instalação e multiplicação das colônias de imigrantes. Externamente, porque é quando aumenta a complexidade das

relações entre os grupos dominantes tanto no espaço estadual quanto nacional, maturando as condições para ocorrer uma grande transformação da elite estancieira em meados dos anos de 1940: deixar de ser subsidiária às lavouras de exportação do Nordeste açucareiro e do Sudeste cafeeiro, para se tornar produtora de artigos de luxo, a carne frigorificada. A partir de então a trajetória coletiva da elite estancieira foi de ascensão devido, sobretudo, à valorização do preço dos gados até o final da década de 1980, quando os referidos preços pagos ao produtor seguiram uma tendência de queda, havendo maior pressão para reconversão de trajetórias.

Por estratégias de reprodução social se entende o conjunto das práticas pelos quais os indivíduos ou grupos de indivíduos tendem, consciente ou inconscientemente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura social. No que tange aos grupos dominantes, falar em estratégias de reprodução refere-se às práticas através das quais se busca conservar ou ampliar seus diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social, sem imputar um cálculo racional ou mesmo uma intenção estratégica. Para a análise nesta tese, isso é fundamental. As práticas, mesmo que muito diferentes, se organizam objetivamente de maneira a buscar a reprodução da estrutura do espaço social, sem, no entanto, terem sido explicitamente concebidas por referência a tal fim. Quer dizer, há um princípio de reprodução dos esquemas de percepção, de apreciação e de ação dos agentes, que não somente acompanha tais estratégias, como às orientam. Esses esquemas de percepção e apreciação são internalizados na forma de *habitus* ao longo dos processos de socialização dos indivíduos, ou seja, um sistema de disposições duráveis por meio do qual os indivíduos percebem o que lhes chega aos sentidos corpóreos e psíquicos, um conjunto de domínios e códigos que formam um determinado senso prático que orienta as formas de agir, reagir, pensar e desejar (Bourdieu, 1989, 2002, 2008).

Quer dizer, se não há dúvida de que são os agentes que constroem a realidade social, o fazem sempre a partir de um ponto de vista, de interesses e princípios de visão determinadas pela posição que ocupam no mundo que eles visam a transformar ou conservar. Um grupo de agentes dotados de um *habitus* semelhante possui afinidades de estilos reconhecíveis e identificados como familiares ao primeiro olhar, pois constituídos com os mesmos esquemas de percepção, de pensamento e ação, que são produto da incorporação das estruturas e limites objetivos e relativos ao espaço social. Assim, é a

própria estrutura do espaço social que precisa ser objetivada, pois as práticas dos indivíduos e grupos de indivíduos são sempre relacionais e se definem na relação com outras práticas. É como se a resultante das estratégias dos distintos indivíduos se definisse a partir do choque entre as distintas práticas das distintas categorias e classes situadas em posições diversas na estrutura social. Importa assim reconstruir esta história dos embates e lutas, o processo, analisar os investimentos variados dos agentes para manter ou melhorar suas posições sociais e perceber as resultantes, além, é claro, de seus significados.

Desse modo, as práticas que constituem os estancieiros como *senhores de terra* precisam ser consideradas no conjunto das relações sociais, e não tomadas isoladamente. Ou seja, o centro desta tese reside na rede de relações de oposição e de concorrência que ligam os estancieiros ao conjunto dos outros agentes e participantes do espaço social. Mesmo para entender adequadamente suas estratégias não é suficiente estudá-los como objeto em si. Isso seria falsear a realidade e mistificar a análise, uma vez que um único estrato social nada é fora das suas relações com o todo. Importa considerar, portanto, as relações entre os diferentes estratos sociais que convivem no espaço social e os poderes assimétricos que os caracterizam. Em outras palavras, a configuração do espaço social. Contudo, se investigar os nexos e as tensões no espaço social que servem de limites às práticas dos distintos indivíduos e lhes dão sentido significa direcionar o pensamento ao “universo complexo de relações objetivas de interdependência”, como argumenta Bourdieu (1989, p. 373), isso não quer dizer que seja necessário investigar cada um de seus processos individuais. Mas acima de tudo implica em descobrir as estruturas básicas que dão direção e marca específica a todos os processos individuais que agem em tal espaço. Dito de outra forma, os nexos estruturais, as regularidades e lógicas subjacentes através das quais as pessoas são coagidas - por mais que não lhes apareça desta forma, senão pelo contrário, como produto da mais perfeita liberdade individual, justamente porque produto do *habitus* - a reproduzir certos padrões de conduta e estratégias sociais que, no entanto, mudam a partir das inter-relações no espaço social. Assim, se poderia dizer junto com Elias (2011, p. 239) que “em última instância, as fronteiras [deste estudo] são determinadas pelas fronteiras da interdependência, ou pelo menos pela articulação imanente das mesmas”.

Falar em interdependências significa falar em campo de forças, em poderes diferenciais que o constitui e processos de dominação, uma vez que o poder de um

indivíduo ou grupo só pode ser expressado mediante proporções, em relação a outros indivíduos ou grupos. O modelo de análise do espaço social proposto por Bourdieu (1989, 2002, 2008) ajuda nesse sentido. O espaço social é tomado como uma estrutura de relações objetivas, cujas posições que os indivíduos ocupam são localizações estratégicas a defender e conquistar em um espaço de lutas. A força relativa investida pelos agentes nestas lutas depende do conjunto dos recursos possuídos e aí valorizados, também chamados de capitais, especialmente o econômico, o cultural, o de relações sociais e o simbólico. A distribuição das diferentes espécies de capital entre os indivíduos, em termos de volume e estrutura, referente às diferentes espécies de capital que se possui, define as relações de força, o estado das lutas e, portanto, a estrutura social considerada. Assim, os capitais podem existir em estado objetivado, em formas de propriedades materiais, ou de modo incorporado, como o capital cultural e simbólico. Cada estado da distribuição destes recursos representa o produto de trabalho passado e das lutas pela apropriação do resultado deste trabalho, em especial sobre o conjunto dos meios e instrumentos de produção. O volume do capital cultural possuído, assim como o capital econômico, determina as probabilidades de ganho em todas as relações nas quais estas espécies de capital estão em jogo e, portanto, sejam eficientes. Logo, a estrutura das relações tende a reproduzir os mecanismos que contribuem para assegurar uma dada distribuição sobre o conjunto destes rendimentos e ganhos, uma vez que se tornam institucionalizados em estatutos sociais mais duradouros, socialmente reconhecidos e juridicamente garantidos.

A resultante das lutas pretéritas determina os poderes atuais ou potenciais e as possibilidades de acesso e ganhos específicos que eles ocasionam. Da mesma maneira, determina a incorporação das categorias de percepção do mundo social que conferem aos indivíduos o sentido da posição ocupada no espaço social. Ou seja, se as relações de força objetiva tendem a reproduzirem-se nas visões do mundo social, contribuindo para sua permanência e reprodução, isso se deve ao fato de que os princípios que estruturam as visões de mundo “radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categorias de percepção dessas relações” (Bourdieu, 2002, p. 142). Assim, o limite dos sentidos torna-se o sentido dos limites. Quer dizer, leva os agentes a perceber a posição social como o sentido daquilo que

se pode ou não permitir-se a si mesmo, ou, o que dá na mesma, um sentido das distâncias sociais a marcar e a sustentar, a respeitar e a fazer respeitar (Bourdieu, 2008).

Isso permite ao analista a construção de *classes* como conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que se colocados em condições e condicionamentos semelhantes possuem a tendência de manifestar atitudes, interesses, práticas e tomadas de posição semelhantes. Mas a classe “no papel”, como argumenta Bourdieu (2002, p. 136), não pode ser tomada como classe mobilizada para a luta, por mais que existam menores obstáculos objetivos às ações de mobilização do que qualquer outro conjunto de agentes. O que é preciso ter claro é a existência de um espaço social com uma dada configuração de poderes entre os indivíduos que determina compatibilidades e incompatibilidades, assim como proximidades e distâncias. Em outras palavras, um *espaço de relações* que é tão real como o espaço geográfico e no qual as mudanças de lugar se pagam em esforço, em trabalho e, sobretudo, em tempo; a busca por ascensão ou reconversão significa “trazer as marcas e os estigmas desse esforço” (Bourdieu, 2002, p. 136-137).

Além disso, é importante considerar que se no espaço social os diferentes agentes detentores de diferentes capitais se enfrentam em suas estratégias destinadas a conservar ou a transformar as relações de força, as lutas aí empreendidas também servem para determinar o valor de cada tipo de capital, conferindo um poder específico sobre o volume e a estrutura do conjunto do capital. Ou seja, está em luta a própria definição daquilo que está em jogo e dos trunfos que podem ser utilizados. Em outras palavras, há uma luta pela definição do princípio legítimo de dominação e, portanto, do modo legítimo de reprodução dos fundamentos da dominação. Isso comporta inevitavelmente estratégias simbólicas que visam a legitimar o fundamento social de sua dominação, ou seja, da espécie de capital sobre a qual repousa seu poder e o modo de reprodução que é inseparável. É preciso se deter um pouco mais a este aspecto. A luta pela definição e justificação do princípio legítimo de dominação conforma mesmo um outro tipo de capital, o capital simbólico, como a forma percebida e reconhecida pelos demais agentes da legitimidade de um determinado capital. Esta legitimidade perante aos demais e a si próprio constitui o que geralmente se chama de prestígio, reputação, fama, honra, respeito, etc., e emana quando percebido pelos agentes dotados de categorias de percepção resultantes da incorporação e naturalização da estrutura de distribuição dos capitais, tomado como algo óbvio. O capital

simbólico - ou se poderia dizer, a legitimidade em poder fazer ver e fazer crer, em dizer como algo 'é' ou 'não é' -, pode ser investido na busca de reforçar, tanto dentro do grupo dominante como fora dele, a própria crença na legitimidade da dominação de classe, aparecendo como atos de distinção social (Bourdieu, 2002, p. 7-15). Nada mais distintivo numa dada formação social do que a constituição de práticas que aparecem aos indivíduos como *desinteressadas*, legitimando a própria dominação de classe (Bourdieu, 2008, p. 234). O *interesse* pelo *desinteresse*, como nos atos de doar ou, por exemplo, de exercer cargos eletivos sem ser remunerado em dinheiro, acumula-se em honra, prestígio, ou seja, capital simbólico, que pode ser reinvestido em outros jogos sociais, como naqueles estritamente econômicos, ou simplesmente ganhar em termos de respeito e homenagens. Nesta tese, o leitor perceberá que este é um tipo de capital distintivo fundamental e que caracteriza os jogos sociais nos quais os estancieiros buscam afirmar sua legitimidade como classe dominante.

Nada mais exemplar desta situação de disputa pelos princípios legítimos da dominação do que o fato da simples posse de grandes extensões de terra e/ou o pertencimento à determinada linhagem de *senhores de terra* não bastar mais para se ter honra, respeito e obediência legitimadas pelos demais setores sociais. No momento em que o princípio do dinheiro, dos títulos escolares e concursos se torna dominante, que invocam antes o mérito contra os favores e os favoritismos da clientela em meios sob hegemonia aristocrática, é porque a própria balança de poderes dentre os dominantes mudou. Assim, a estrutura do campo do poder depende a cada momento das espécies de capital acionadas nas lutas pela dominação e seu peso relativo na estrutura dos poderes (Bourdieu, 1989, p. 378; 2002, p. 150). Se isso equivale a reconhecer que a legitimidade no espaço social é objeto de luta incessante, então os agentes tendem a produzir uma espécie de teodiceia de seus próprios privilégios, investida nas lutas, ou ainda, uma produção ideológica de discurso dominante. Tal produção tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como se fosse natural ou, como diz Bourdieu (2002, p. 14), um “sistema de classificação e de estruturas mentais ajustadas às estruturas sociais”. Isso não ocorre, necessariamente, de forma articulada e unitária, por mais que possa ser sistematizado pelo que poderíamos chamar de intelectuais orgânicos das classes dominantes, mas sobretudo como pontos de

vista e de justificação sobre o mundo social e suas hierarquias.¹ Ou ainda, como produto de um sistema de preferências, valores e esquemas de percepção internalizados como *habitus*, diferenciando-se de acordo com o capital que se usa para se legitimar, além de seu peso na estrutura dos capitais. Nesse caso, pode haver a mudança dos mecanismos de reprodução da dominação – voltarei aos significados disso mais adiante.

Em todo caso, é necessário compreender o sistema das estratégias de reprodução das classes de indivíduos e analisar como uma estrutura determinada do capital tende a impor um modo de reprodução particular. O que unifica e gera um conjunto de estratégias de reprodução encontra seu princípio nas necessidades imanentes na posição que se trata de reproduzir e no *habitus* que lhe corresponde. Entre as principais estratégias, discutidas por Bourdieu (1989, p. 388-389), encontram-se as *estratégias propriamente econômicas*, a curto e a longo prazo, destinadas a assegurar a reprodução do patrimônio econômico, constituintes do capital econômico; as *estratégias educativas*, constituintes do capital cultural, que são investimentos a longo prazo e não são, necessariamente, percebidas como tais, nem se reduzem à dimensão estritamente econômica, ou mesmo monetária, pois visam, sobretudo, produzir agentes sociais capazes e dignos de receber a herança simbólica do grupo, legitimar ou reforçar os princípios de dominação; as *estratégias de investimento social*, constituintes do capital social, que são consciente ou inconscientemente orientadas para a instauração e manutenção de relações sociais mobilizáveis e utilizáveis a curto ou a longo prazo, mas que tendem a transformar, pela alquimia da troca, do dinheiro, do trabalho, de tempo e do favor, essas relações em obrigações duráveis e subjetivamente ressentidas – como sentimentos de reconhecimento e respeito –, ou institucionalmente garantidas, como os direitos; um caso particular das estratégias de investimento social são as *estratégias matrimoniais*, que tendem a assegurar a reprodução biológica do grupo sem ameaçar sua reprodução social pelo mau-casamento, constituindo aliança com um grupo mais ou menos equivalente sob todos os aspectos socialmente pertinentes. Além disso, e não menos importantes, são as *estratégias que visam a legitimar a dominação* e seu fundamento, as naturalizando, como já se comentou no parágrafo anterior; da mesma forma

¹ Talvez, o exemplo mais clássico, mas obviamente não o único, de justificação e embate dos princípios de dominação das classes dominantes seja aquele realizado entre os fisiocratas, no caso da classe dominante proprietária de terras, e da economia política, no caso da nascente burguesia, na passagem do feudalismo ao capitalismo Inglês no século XVI. Sobre isso olhar Moreira (1995).

que as *estratégias sucessorais*, que visam assegurar a transmissão do patrimônio; as *estratégias de fecundidade*, uma vez que o futuro da linhagem e seu patrimônio depende do número da prole, assegurado por um conjunto de técnicas indo da limitação dos nascimentos, o casamento tardio ou celibato, que possui a dupla vantagem de impedir a reprodução biológica e de excluir da herança, além das *estratégias profiláticas* destinadas a manter o patrimônio biológico do grupo e assegurar a saúde.

Tais práticas e as lógicas que as orientam estão articuladas umas às outras pela posição e *habitus* que se busca reproduzir. Mesmo que esta tese tenha a centralidade da análise nas quatro primeiras estratégias devido às questões do pesquisador ao campo de estudo, formuladas a seguir, as demais aparecem de modo mais disperso e/ou na forma de distinções socialmente construídas entre os grupos sociais. Em todo caso, nada impede que sejam reconhecidas teoricamente como constituintes de um sistema de reprodução social dos grupos de indivíduos. De forma geral, as práticas tornam-se unificadas e possuem uma ordem nitidamente delineável, ao modo do que Bourdieu (1989, p. 389) chamou de “solidariedade de níveis da prática”, na qual uma mesma prática ou relação social pode acabar por reproduzir diferentes estratégias – nunca se esquecendo de que as práticas dependem das interdependências características de cada configuração do espaço social.

A esta altura, o leitor já deve ter percebido uma consequência prática deste modelo de análise, qual seja os agentes ou grupos de agentes não utilizam da mesma maneira ou no mesmo grau todas as estratégias de reprodução disponíveis. Um são mais importantes que outras para o êxito social a depender do volume e estrutura dos capitais de que se dispõem. No caso do campo de poder francês, analisado por Bourdieu (1989, p. 392-393), a propensão em investir em trabalho e zelo escolar dependia do peso relativo do capital cultural na estrutura do patrimônio e não do volume deste capital. O autor demonstrou que os investimentos educativos dos patrões eram menores do que aqueles setores sociais que viviam como empregados. Estes concentravam todos os seus investimentos sobre o mercado escolar, enquanto que aqueles, uma vez que para o êxito social não dependiam no mesmo grau do êxito escolar, os investimentos em termos de interesse e de trabalho em seus estudos eram menores, não obtendo os mesmos rendimentos de seu capital cultural. Ou seja, o interesse que um agente ou grupo de agentes investe em determinadas práticas

tende a depender também do grau no qual seu êxito social depende daquele tipo de investimento.

O problema é quando determinadas práticas perdem eficácia e a legitimidade dos princípios de dominação de determinados capitais encontra poderosos princípios concorrentes, podendo haver uma mudança das chances de êxito social de acordo com a posse dos capitais. Nesse caso, tende a ocorrer uma *reestruturação* do sistema de estratégias de investimento. No caso dos setores sociais dominantes, a manutenção de suas posições relativas no espaço social só pode ser realizada ao preço de *reconversões* das espécies de capital que eles detêm em outras espécies, mais rentáveis e mais legítimas de acordo com o estado considerado dos instrumentos de reprodução. Num universo social no qual os dominantes devem sem cessar mudar para conservar, alguns deles nem sempre conseguem operar as reconversões necessárias, que são antes de tudo de esquemas mentais de percepção e representação do espaço social em mudança. Assim, teríamos aqueles que ainda insistem em legitimar o modo de reprodução antigo e aqueles que racionalizam, no duplo sentido do termo, tomando consciência das transformações e elaborando estratégias adaptadas e legitimando estas novas estratégias aos olhos dos demais (Bourdieu, 1989, p. 394-395). Este é precisamente o caso encontrado entre os *estancieiros* na realização do trabalho de campo desta pesquisa, em que as práticas antigas já não eram mais suficientes para manter e reproduzir suas antigas posições, como se discutirá, sobretudo, no último capítulo desta tese.

Assim, esta pesquisa trata simplesmente de buscar analisar as práticas de reprodução social dos *estancieiros*, as representações mentais e os cálculos que as acompanham, de acordo com a estrita interdependência entre os agentes interna ou externamente a este espaço social. A bibliografia sociológica que trata deste setor social no Rio Grande do Sul, por mais importante que seja, é incomparavelmente escassa se comparada, por exemplo, às temáticas da ‘agricultura familiar’, ‘assentamentos rurais’ ou mesmo ‘sindicalismo’. É como se não houvesse interesse ou fosse importante aos círculos acadêmicos estabelecidos tratar dos dominantes no espaço agrário gaúcho. Os estudos existentes analisam, sobretudo, a representação e ação política nos momentos de maior tensionamento social devido às ameaças de reforma agrária ou as trajetórias sociais de grupos específicos.

No primeiro caso, podem-se citar os estudos de Heinz (1991; 1996), sendo que o autor analisou o que chamou de “organizações da burguesia agrária” que se opunham às ameaças de reforma agrária no período de 1985 a 1988, e a trajetória de representação sindical das classes dominantes no campo entre 1954 e 1967; já, Da Ros (2006; 2009; 2012) analisou as políticas agrárias durante o Governo Olívio Dutra (1999/2002), coalizão dirigida pelo Partido dos Trabalhadores (PT), e os embates do que chamou de “questão agrária gaúcha”, com destaque para as ações coletivas do patronato rural em oposição a tais políticas. Esses são, sem dúvida, os autores e estudos mais importantes atualmente com relação à análise da ação política dos grandes proprietários de terra no estado em questão. No segundo caso, destacam-se Grijó (1998), que analisou um grupo de dirigentes políticos do Rio Grande do Sul, especialmente da primeira metade do século XX, com origem na estância, entre os quais Getúlio Vargas, no qual destacou as estratégias e recursos de ascensão social; já, Ramos (1995) analisou as trajetórias sociais de integrantes da União Democrática Ruralista (UDR) no Rio Grande do Sul, contrapondo-se à visão que identificava seus componentes como representantes do que se poderia chamar de “latifundiários tradicionais ou atrasados”, demonstrando que, pelo contrário, eram setores sociais com amplos investimentos em títulos escolares e ligados a modernos setores da agroindústria – como também já havia percebido Maresca (1990, p. 107), descrevendo a UDR como “mais cidadina e cosmopolita” quando em comparação com a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL). Em sentido semelhante também apontaram os trabalhos de Bruno (1997, 2002a, 2002b, 2003), dedicando um capítulo especial às organizações patronais gaúchas.² A autora demonstrou ser um falso antagonismo procurar analisar os setores patronais do campo pela contraposição das noções de ‘atrasado’ a ‘moderno’, ‘latifundiários’ a ‘empresários rurais’, pois as “velhas” práticas de produção, dominação e violência andariam de mãos dadas com as “novas” práticas dos setores dominantes; as dicotomias residiam na cabeça dos analistas. A autora apontou ser necessário analisar estes setores a partir das relações sociais postas em prática num espaço relacional.

No caso do Rio Grande do Sul, na falta de estudos como apontado por Bruno, tornou-se um problema para a literatura sociológica tanto a definição dos grandes

² O título desta tese teve inspiração no livro de Bruno (1997).

proprietários de terra quanto das relações nas quais eles estavam envolvidos; haja vista a interdependência lógica em tais definições. José Vicente Tavares dos Santos (1995, p. 10), foi um dos únicos autores que intentou tal definição, realizada na apresentação do estudo já citado de Ramos (1995); fato que parece traduzir as dificuldades dos estudos que tomaram o patronato rural por objeto. De acordo com o autor, os grandes proprietários de terra seriam

[...] uma fração das classes dominantes, cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação) e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário; de modo que a origem do excedente econômico de que ela se apropria – a renda capitalista da terra combinada com a mais valia do empreendimento – reside na exploração do sobretrabalho dos camponeses e/ou na mais valia dos trabalhadores assalariados. A burguesia agrária reúne distintas frações, tais como proprietários de terras (os chamados “latifundiários”) e os empresários rurais, com diferentes perfis tecnológicos, atuando em diversos ramos produtivos.

Apesar do esforço de definição, por sinal não encontrado em nenhum outro estudo, ela mantém aquela dicotomia apontada acima – afinal o que são os *chamados latifundiários* ou os *empresários rurais*? -, e fecha teoricamente a explicação das relações realmente constituídas por uma elaboração teórica da “exploração do sobretrabalho dos camponeses e/ou na mais-valia dos trabalhadores assalariados”. Se esta última proposição não é falsa, ela é insuficiente para se explicar as relações de dominação no espaço agrário da grande propriedade. Além do mais, o autor acabou por reunir todos os grandes proprietários sob a designação de “burguesia agrária”, como já realizara Heinz (1991). O problema aqui é menos o rótulo e mais as relações que se pretende subentender. As designações são produtos dos embates no campo acadêmico pela legitimidade do poder de descrever situações sociais e o rótulo atribuído por ambos os autores acaba homogeneizando o que é heterogêneo: as representações e os cálculos das práticas e seus significados seriam os mesmos entre os padrões do espaço rural e entre estes e o que o termo “burguesia” procura descrever para os setores de capitalistas citadinos? Há também outro problema, é como se todo um conjunto das relações sociais e suas transformações no espaço das grandes propriedades rurais não precisasse ser questionado, tornando-se como um processo já dado, como se o próprio processo não devesse ser tomado como questão.

Um dos efeitos da ausência de análise acerca das relações de dominação constituídas no espaço estancieiro foi tornar invisível um dos polos mais subordinados da estrutura social riograndense, os *peões* e suas famílias, trabalhadores da *estância*. As escassas referências a este setor social, quando aparecem, o tratam como se houvesse uma devoção *natural* aos seus patrões, não raro são nomeados de modo pejorativo como *peonada*, em que mesmo análises sérias como Grijó (1998, p. 43) não escapam aos efeitos daquilo que deveria ser explicado. O único estudo sobre os *peões*, realizado por Medeiros (1965), teve caráter exploratório, no qual se propunha em tom de descoberta que o *peão* era “um tipo de trabalhador rural”. Infelizmente, esse estudo foi abandonado às traças na biblioteca do Instituto de Economia da UFRGS e a temática nunca mais foi retomada.

Mas se a falta de pesquisas sobre as relações sociais constituídas no espaço da grande propriedade fundiária manietou a literatura sociológica, os estudos mais econômicos não só tornaram aquelas dicotomias que falamos antes como categorias analíticas, como passaram a atribuir significados previamente estabelecidos pelos pesquisadores aos dados estatísticos que os legitimaria. Como se não bastasse, erigiram-se noções de região que também viraram novas categorias analíticas, muitas vezes utilizando-se em associação com aquelas, autonomizando-as mesmo de qualquer bom senso de generalização que a ideia de “região” carrega, como a mal denominada noção de “metade sul”. Apesar de aqui não se pretender passar em revista esta bibliografia, por ser infrutífero devido à repetição do mesmo ponto de vista normativo, é fundamental situar as principais compreensões e formuladores. De forma geral, a simples constatação da presença da forma salário foi tomada como indicador da presença do desenvolvimento de relações capitalistas de produção, da mesma forma que a incorporação de tecnológicas da agronomia moderna. Assim, o desenvolvimento das lavouras de trigo, soja e arroz foram consideradas “modernas”, também sinônimo de lavouras “capitalistas”, enquanto que a pecuária ora era classificada como “capitalista” devido à existência de remuneração monetária caracterizada como “salário”, ora “tradicional” ou mesmo não-capitalista devido ao fato de não introduzir tecnologias e manter o caráter de produção extensiva - sobre aquele caráter da lavoura de arroz, o estudo mais clássico é o de Beskow (1986) e uma tal caracterização das atividades sob a dicotomia “moderno” e “tradicional” é encontrado nos trabalhos de Schilling (1961), Alonso (1994), Benetti (1994), Bandeira (1994), Muller (1993), Ilha et al. (2002), aparece

nos trabalhos de Pesavento (1980a; 1980b, 1993) e em importantes estudos institucionais da década de 1970³. A existência do pagamento em moeda de trabalhadores e o caráter mercantil das produções forneciam o “dado” decisivo para que se caracterizasse um determinado processo de trabalho como baseado no trabalho assalariado.

O problema aqui passa a ser semelhante àquele identificado na literatura sociológica. A utilização de noções como “salário”, “capitalismo”, “economia de mercado” e “proletarização” se apresentam como processos já conhecidos, cujas definições já foram estabelecidas e descritas, os conceitos importantes já especificados, como se bastasse ao analista identificar se tais noções se aplicam ou não aos casos em exame. As relações específicas da produção, distribuição, troca e consumo dos diferentes produtos, além das estratégias e cálculo dos agentes sociais e as tendências em jogo deixam de se tornar objeto das questões e passam a ser entendidas a partir das imagens que tais expressões permitem sugerir. Em tal postura, a descrição das relações sociais deixa de ter sentido, pois os conceitos são reduzidos a fatos evidentes que assinalariam a obviedade de sua utilização. Ou ainda, quando objeto de análise mais cuidadosa, tais relações já aparecem na moldura das categorias próprias do capitalismo e se perde cada momento intermediário e as lutas que determinaram aquela resultante, diluindo-se qualquer noção de processo, disputas, tensionamentos, resistências, etc. Assim, deixa de se descrever a sequência precisa dos eventos e as possibilidades que se apresentavam em cada momento sob a pretensão de se conhecer somente o resultado, o ponto de chegada. Quando se chega à conclusão de que o ponto de chegada ainda não foi alcançado, simplesmente julgam-se aquelas relações como resquícios que serão aniquilados pelo “capitalismo”, deixando-as de considerar enquanto questões pertinentes. Ora, não há um único caminho do desenvolvimento das relações capitalistas no campo, que pode ocorrer, por exemplo, com a destruição absoluta do

³ Os estudos chamam-se *Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócioeconômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul* (ACIIRS), publicado em 1973, e realizado a partir de um acordo de cooperação entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O segundo foi o estudo chamado *Projeto 25 anos de economia gaúcha*, publicado pela Fundação Estadual de Estatística (FEE) em 1978, que se propôs em continuidade com o estudo ACIIRS. O terceiro estudo é o chamado *Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira* (PERSAGRI), coordenado pela Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, também publicado em 1978. Os três estudos foram analisados e criticados por Silva (2001) quanto às categorias de análise que utilizam. A crítica à caracterização de relações “capitalistas” que esta bibliografia empreendeu será realizada, sobretudo, no Capítulo VI e VII desta tese, a partir de dados empíricos de pesquisa.

campesinato como no caso inglês, ou com a sua manutenção simultânea como no caso francês (Moore Jr., 1983). Garcia Jr. (1989) demonstra que a constituição de um mercado de trabalho especificamente capitalista, tanto rural quanto urbano, não significava o aniquilamento da pequena produção, senão mesmo o desenvolvimento do campesinato no caso do Nordeste brasileiro. Assim, importa considerar e descrever as condições sociais e específicas de ocorrência das diferentes variantes possíveis, das relações de força objetivas e dos jogos que tornam possível a constituição dos processos. Não há nada que justifique uma postura de ver o desenvolvimento do capitalismo no campo como sendo processado por uma única via e de modo inexorável. Um dos focos de análise desta tese é a reflexão sobre os processos de constituição de um mercado de força de trabalho especificamente capitalista, no sentido atribuído por Marx (1983a; 1983b).

No caso dos analistas da chamada “metade sul” do estado, referindo-se à região que é caracterizada pela existência de grandes domínios fundiários relacionados à pecuária extensiva, mesmo a identificação de que em boa parte do século XX a renda salário não gerava demanda efetiva (Bandeira, 1994) tornou possível a formulação de questões sobre as reais características dos processos e modos de produção aí desenvolvidos. A ideia de um estado dividido em uma “metade sul” pobre, um norte remediado, devido às lavouras e à pequena propriedade, e um nordeste industrial rico passaram a ser substancializados pela bibliografia, cujos iniciadores parece terem sido Alonso (1994), Bandeira (1994) e Benetti (1994), seguidos por uma profusão de trabalhos. Benetti (1994, 2007, 2010) é o maior exemplo deste tipo de análise, em que se fala em “dois Rio Grande do Sul”, o do norte e o do sul, mas também o próprio sul dividido em dois, o “moderno” ligado à lavoura de arroz, e o “tradicional” ligado à pecuária extensiva. Como essa análise não busca examinar em que condições os indivíduos de carne e osso fazem os investimentos materiais e psicológicos, nada fala sobre distintos interesses; aí não existem agentes, existem “regiões”, como se “região” fosse em si um agente. Nesses estudos, não existe dominação, trabalhadores, padrões e mesmo o “trabalho” é surpreendentemente declarado inexistente.⁴

⁴ De acordo com Benetti (1994) a Região Sul “é menos produtiva que as Regiões N+NE [Norte+Nordeste] segundo todos os indicadores utilizados, salvo um: o relacionado à mão de obra. *Nesse caso*, diz a autora, *simplesmente porque não utiliza o fator*” (p. 111). Noutra passagem do texto, a autora afirmava, referindo-se à chamada Metade Sul: “Assim, mesmo gerando um nível de produção global muito inferior ao da Região Norte, *pelo fato de não utilizar mão de obra*, alcança índices de valor por pessoa ocupada muito mais satisfatórios” (p. 110) [os grifos são meus]. Se Freitas (1980) tivesse sido analisado com mais cuidado, as

O mais curioso é que tal classificação só surge quando os grandes proprietários de terra ligados à pecuária extensiva veem seus rendimentos diminuir devido à queda no preço dos gados.⁵ Então, os analistas passaram a olhar para o passado e falar numa “região pobre”, no “declínio histórico” de uma região (Ilha et al. 2002). Ora, o produto de uma região ou país pode diminuir como consequência do aumento da concentração da renda, deixando ainda mais poderoso um setor social já dominante. É exatamente isso que ocorria no espaço estancieiro desde a década de 1940 até 1990, com o aumento do poder dos *estancieiros*. Mas como os analistas continuavam caracterizando a pecuária extensiva como “tradicional” e pouco rentável por não ter incorporado tecnologias modernas ao processo produtivo, isso os impediu de perceber a modernidade das classes grandes proprietárias de terra, justamente porque não entenderam a dinâmica e as lógicas de dominação e exploração da atividade do ponto de vista do *estancieiro*.

Mesmo que os analistas quisessem dizer que a qualificação de “pobre” era resultado da dinâmica produtiva concentrada, sobretudo da propriedade da terra, ao não analisar o setor social dominante a designação de “pobre” passou a ser utilizada como argumento de reivindicação pelos próprios setores dominantes quando entraram em decadência relativa. A tal da mal denominada “metade sul pobre” armou os setores aí dominantes, como se o fato de existir pobreza não estivesse na exata medida de seus privilégios. Longe de ser uma designação desinteressada, a classificação baseada em “regiões” está subordinada a funções práticas e orientada para a produção de efeitos sociais, com vistas a determinar as representações mentais que os indivíduos podem ter das propriedades por elas descritas e de seus portadores.⁶ Pode-se dizer mesmo que são um caso particular de lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e fazer reconhecer, de impor uma definição legítima das divisões do mundo social e assim fazer e desfazer os grupos sociais (Bourdieu, 2002, p. 114). O que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão legítima do mundo social através dos princípios de divisão que realizam o sentido e o consenso sobre o sentido, pois, como todo o poder simbólico, produzem a existência daquilo que

observações dos investigadores teriam que ter revisado as relações sociais que estavam na base do poder dos *senhores de terra* do Rio Grande do Sul.

⁵ No Capítulo V se fundamenta tal afirmação a partir de tabelas e gráficos relativos aos preços reais do gado pago ao criador ao longo de várias décadas.

⁶ Sobre os vários programas e políticas públicas concebidas para “desenvolver a Metade Sul”, olhar Filho (2000).

enunciam. Na falta de meios para descrever os jogos sociais e as relações de força entre os agentes, tais estudos acabam por retomar por sua própria conta a representação dos agentes e contribuem para a produção da representação legítima daquilo que deveriam descrever os fundamentos e os efeitos sociais.

Já, os historiadores dos temas agrários ainda não tomaram o século XX como objeto de suas preocupações, dedicados, sobretudo, ao século anterior, talvez por ainda não existir o distanciamento histórico requerido pela disciplina. Mas o contrário se dá entre historiadores e demais analistas da política e economia na República Velha, em que há uma enorme produção. Convencionalmente, as análises sobre a República Velha costumam falar da influência do positivismo na definição das políticas dos Governos do Partido Republicano Riograndense (PRR), do privilegiamento da indústria e da região colonial ao invés das elites oligárquicas, o que teria sido equivalente a uma revolução burguesa no estado sulino, como se houvesse uma verdadeira definição das políticas públicas operada pela ideologia positivista e não pelas relações de força entre os diferentes interesses conflitantes. Em outras roupagens analíticas da política realizada neste período, não haveria diferença de projetos econômicos das elites agrárias, apenas diferentes grupos autoritários lutando pelo poder dos cargos do Estado. A crítica aterradora de tais compreensões ficou a cargo de Axt (2011), demonstrando que os autores que empreenderam essas leituras prestaram mais atenção aos discursos dos políticos da época do que nos atos e na prática dos mesmos. O autor restabeleceu a análise a partir dos diferentes interesses, embates e resultantes das lutas políticas e econômicas que caracterizaram o período.

A análise da política e economia da República Velha é importante para se compreender o porquê que enquanto a elite cafeeira paulista investia na expansão de suas lavouras, a elite estancieira não tinha um comportamento semelhante, da mesma forma que enquanto os países vizinhos – Uruguai e Argentina - já apresentavam indústrias frigoríficas, ou mesmo os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul permanecia produzindo somente charque. Como já foi comentado, neste período que se gestam grandes transformações em termos de relações de força entre diferentes setores sociais que vão marcar a trajetória coletiva da elite estancieira a partir de 1940, que passa a dirigir uma rede de frigoríficos administrada pelos próprios criadores. Chama a atenção o fato disso ainda não ter sido objeto de nenhum estudo.

Esta tese pode ser resumida de acordo com as seguintes questões: a) qual a estrutura de interdependência que caracterizou a República Velha e como os grandes proprietários de terra aí atuaram e construíram seus embates tanto internamente à categoria de *estancieiros*, quanto com relação aos demais agentes do plano regional e nacional nas definições de projetos econômicos que impactavam a atividade criatória? b) quais foram as resultantes destes embates e seus significados políticos e econômicos no que se refere aos destinos das atividades produtivas relacionadas aos seus domínios territoriais? c) quais foram os efeitos do desenvolvimento das colônias em relação à dinâmica de subordinação da força de trabalho nas estâncias e ao modo de dominação pessoal que a caracterizou, sobre as trajetórias dos subordinados do espaço estancieiro e, inversamente, do desenvolvimento das estâncias sobre as trajetórias dos colonos e a relação de ambos com o mercado de trabalho industrial? d) quais são as práticas e os investimentos em termos de capital escolar e capital social que caracterizam as trajetórias da elite estancieira, além de suas estratégias matrimoniais? e) como se caracterizam os estilos de vida e as autonomias relativas da elite estancieira em relação às classes subordinadas de acordo com as interdependências deste espaço social? f) quais e como se deram as dinâmicas de internalização às estâncias de outras atividades mercantis além dos gados, assim como as dinâmicas de demanda de mão de obra e os cálculos específicos em cada caso? g) quais são as dinâmicas, cálculos e o comportamento econômico do *estancieiro* no que se refere à sua principal atividade produtiva: o gado bovino? h) quais são os cálculos e os gastos da *família* do estancieiro em relação ao conjunto de seus rendimentos monetários? i) como a trajetória de preços reais baixos do gado a partir da década de 1990 determinou o fim da rede de frigoríficos inaugurados a partir da década de 1940, colocou em xeque as práticas econômicas até então atestadas pelos resultados práticos, a posição de classe dominante e quais são suas reações frente às alterações da morfologia do espaço social?

Para realizar tais discussões, a tese foi dividida em nove capítulos.

No Capítulo I analisa-se a constituição da assimetria de poderes que conforma os limites objetivos e as disposições e tomadas de posição entre os agentes situados no espaço estancieiro. As diferenças de poder entre os estancieiros e as classes subalternas aumentavam cada vez mais ao longo do século XIX, assim como nas primeiras décadas do século XX, tanto por fatores que se desenvolviam internamente a este espaço, devido aos

efeitos da Lei de Terras de 1850, o cercamento dos campos e a força e a violência na apropriação privada da terra, como por motivos externos, mas que influenciaram diretamente naquela direção. O principal motivo externo foi a multiplicação dos projetos de colonização nas áreas de florestas do Rio Grande do Sul, em dois sentidos: a) a implantação de colônias e venda de lotes de terra a imigrantes, principalmente, alemães e italianos, impediu a migração dos subordinados do espaço estancieiro para as áreas de florestas, de onde passaram a ser expulsos e considerados, no mais das vezes, como *intrusos*; b) de modo semelhante, a implantação das colônias e a concorrência na oferta de força de trabalho nas áreas industriais do estado impediu que se constituíssem trajetórias coletivas dos subordinados do espaço estancieiro nessa direção, haja vista o declínio do polo industrial situado no município de Rio Grande ainda no início do século XX, e ao fato de que os industriais localizados na capital, geralmente de origem alemã, e nas colônias privilegiavam abertamente a mão de obra descendente de imigrantes ou mesmo de estrangeiros que continuaram a entrar no estado até meados dos anos de 1950. Essas determinações do espaço social do Rio Grande do Sul agem como que delimitando a estrutura assimétrica da interdependência no espaço estancieiro e constituem as margens de poder relacionais entre os agentes aí diretamente implicados.

No Capítulo II a análise desloca-se do espaço de relações da estância para desvendar em qual enredamento do jogo do poder a elite estancieira estava envolvida no período da República Velha e determinava suas margens de manobra no que se refere aos projetos econômicos concorrentes e distintos interesses manifestos no estado. A chave de leitura deste período encontra-se na política pela afirmação da República, na conjuntura de luta aberta entre os capitais comerciais que se beneficiavam da fronteira com o Uruguai e os capitais comerciais que se beneficiavam do litoral, das relações de troca de favores e apoios entre coronéis e o executivo estadual, do controle do contrabando de fronteira, das tensões entre as elites dominantes no plano nacional e da conformação interna da própria categoria de *estancieiros*. Vários grandes criadores também eram charqueadores, de modo que o número de estancieiros-charqueadores não somente aumentou como se difundiu no interior do estado depois da implantação das estradas de ferro a partir do final do século XIX, deslocando o antigo centro charqueador do município de Pelotas. A existência de criadores e criadores-charqueadores complexificava a categoria de *estancieiros*, uma vez que este

último compunha as mesmas associações de representação política que o criador. A hegemonia política que se construía com o início da República entre capital comercial do litoral, charqueadores, capital bancário e as relações de troca de favor entre coronéis só começou a se degradar a partir de 1920, devido a uma série de deslocamentos na balança de poder entre os principais jogadores, alterando-se no final daquela década com a formação de um Banco público pelo Governo do Estado, a quebra do sistema bancário privado regional, aumento das dificuldades ao contrabando de fronteira, entre outras.

O Capítulo III dá consequência a estas alterações mais gerais no que se refere às relações internas à categoria de *estancieiros* e aborda as possibilidades de projetos econômicos que foram cogitadas entre o final da década de 1920 e primeira metade da década posterior. As disputas internas à categoria de *estancieiros* se ampliavam no final dos anos 20, devido à crise dos preços do charque e à presença de frigoríficos instalados a partir do final da década anterior. A criação do Banco público do estado servira para financiar, sobretudo, os estoques de charque devido às tentativas de controle dos preços pela retenção da oferta, o que impedia que os financiamentos aos criadores fossem ampliados. A resolução das tensões internas aos *estancieiros* veio da concorrência dos frigoríficos às charqueadas, da Crise de 1929, das relações entre as elites econômicas nacionais, mas, sobretudo, devido às inovações jurídicas inauguradas a partir de 1930, em que se destacam a Legislação Trabalhista e a Legislação Sanitária. Esta última regulamentava padrões mínimos de sanidade às charqueadas e representou o golpe de misericórdia sobre os charqueadores privados. Frente ao garote nos preços dos gados e à quebra das charqueadas, os até então criadores-charqueadores e criadores construíram uma rede de cooperativas-frigoríficos em vários municípios da Campanha gaúcha, coordenada pela formação do chamado Instituto Riograndense de Carnes, a partir de suporte financeiro do Governo do Estado, dando fim às divergências internas aos *estancieiros*. Isso preparou as condições para que aproveitassem a ampliação da demanda por carne frigorificada que acompanhou o aumento dos processos de urbanização. Mas a constituição de cooperativas-frigoríficos foi uma das opções entre outras consideradas pelos estancieiros, como por exemplo a divisão das estâncias, arrendamento e venda aos colonos alemães e italianos que já enfrentavam falta de terras para se reproduzir em moldes de colonos parcelares. Contudo, a conjuntura de ampliação dos preços dos gados a partir de 1940 resolveria a opção vencedora, os

destinos dos domínios senhoriais e, em grande medida, os dos colonos, pois na falta de terras no estado estes últimos passaram a “enxamar” para outros estados da Federação. Neste Capítulo pretende-se ainda analisar o surgimento de uma das cooperativas-frigoríficas pertencentes àquela rede, referente à Cooperativa Rural Gabrielense (CRG) no município de São Gabriel. A análise das trajetórias dos charqueadores do município e dos principais dirigentes que estiveram na fundação da CRG deverá jogar luz sobre seus distintos investimentos, características dos empreendimentos econômicos e na formação do que chamaremos de *habitus desinteressado*. Além disso, constroem-se alguns apontamentos sobre os processos de dominação acerca do uso da força de trabalho nas charqueadas e a passagem ao trabalho operário moderno no frigorífico da CRG. Ao final, discutem-se os significados das alterações neste período aos *estancieiros*.

O Capítulo IV retorna ao mundo de relações sociais estancieiro no qual se discute o espaço de distinção social encadeado, sobretudo, pela propriedade fundiária. Segue-se a análise da dinâmica de ampliação dos domínios territoriais devido ao aumento dos preços dos gados, as características dos investimentos fundiários e rendimentos dos estancieiros, além dos significados destas práticas no que se refere ao conjunto do espaço social do estado. O sistema de relações estancieiro se comportava num sentido semelhante àqueles sistemas que, em período de alta de preços dos produtos mercantis, reduzem as parcelas dos camponeses subordinados aos seus domínios para então aumentar as lavouras de interesse do *senhor de terras*. Mais precisamente, no caso em análise, expulsava os pequenos proprietários do espaço estancieiro pela compra das parcelas de terra para a produção de gados, incorporava aos seus domínios famílias de trabalhadores para a plantação de arroz sob regime personalizado de exploração do trabalho e impedia o acesso a terra pela compra aos colonos descendentes de italianos e alemães. Esta perspectiva dos grandes proprietários influenciou as estratégias dos pequenos proprietários rurais do conjunto do espaço social do Rio Grande do Sul, seja estancieiro ou colonial.

No Capítulo V discutem-se os estancieiros como classe dominante incontestada no espaço social, seus investimentos escolares, de relações sociais e estratégias matrimoniais. Os investimentos em títulos escolares, num contexto de ascensão social dos proprietários de terra, tiveram um significado de recurso legitimador de uma posição dominante anteriormente já ocupada e não para reconversão de trajetórias devido à decadência

econômica da família, o que reforçava o espírito do *habitus desinteressado* e, ao mesmo tempo, seus capitais de relações sociais. Exercer o poder de *senhor de terras* num espaço de interdependência assimétrica constituiu um *habitus* caracterizado pelo fraco controle das impulsões, que pode ser analisado nas questões relativas à defesa da honra, da participação na política e, no que se refere às relações com as classes subordinadas, nas questões dos impulsos sexuais. Ademais, a análise das trajetórias de integrantes das linhagens pesquisadas sugere que o período a partir de 1930 até a redemocratização do país em meados de 1980, representou o de maior acúmulo de capital de relações sociais pelas elites estancieiras, desde o século XIX. Elas estão no centro das principais decisões e na ocupação de cargos públicos, em ambos os espectros políticos. A crise que se processa a partir de 1990, é também de preço dos gados, mas significa inclusive a perda de capital de relações sociais e a marginalização em termos de importância política no contexto estadual e nacional.

O Capítulo VI analisa a relação de dominação personalizada exercida nos domínios senhoriais e as dinâmicas de internalização de famílias *dependentes* de acordo com as necessidades do estancieiro, sejam guerreiras ou produtivas. A naturalização da distribuição assimétrica dos capitais, especialmente o fundiário, e a internalização do sentido dos limites pelos agentes do espaço social, permitia à posição de *estancieiro* colocar os subordinados em concorrência aos seus *favores*, o que constituía relações de dominação cujas dívidas dificilmente poderiam ser saldadas. Dado um espaço social do Rio Grande do Sul caracterizado pelo “duplo bloqueio” à constituição de trajetórias alternativas aos subordinados, como comentado anteriormente, era mesmo o estatuto da dominação pessoal que se tornava reforçado. De modo geral, pode-se dizer que com o fim do coronelismo como sistema político, os estancieiros passaram a deixar em suas terras somente a mão de obra necessária aos trabalhos produtivos. Contudo, a proletarização não foi o destino final destas populações expulsas dos domínios de criação de gado; passaram a engrossar a categoria dos chamados *moradores de corredor*, quando a casa era instalada entre a cerca das grandes propriedades e as estradas, ou as periferias das cidades. Em ambos os casos, quando novas exigências de mão de obra resultaram a partir de 1960, com o aumento do cultivo de cereais, especialmente o arroz, houve novamente um aumento do número de dependentes no interior das estâncias. Ao final discutem-se os principais motivos da

permanência da mobilização da mão de obra ser realizada majoritariamente por meio do estatuto da dominação pessoal até o final da década de 1980, quando as disposições legais de regulamentação das leis trabalhistas no campo, vigentes desde a década de 1960, não puderam mais ser desprezadas.

O Capítulo VII retoma o capítulo anterior quanto às dinâmicas de internalização de mão de obra por meio do estatuto da dominação personalizada nos domínios senhoriais a partir da incorporação de novas estratégias mercantis de cereais. Agora a alteração da balança de poderes pendia em direção aos subordinados no espaço social. Neste período há dois movimentos que possuem um mesmo sentido. A alternativa de cultivo de lavouras comerciais descortina possibilidades que se abrem assimetricamente para todos os agentes do espaço social e altera os acordos em torno das relações sociais baseadas na dominação pessoal. Entre os situados nas posições menos privilegiadas, aqueles que se lançam ao cultivo de lavouras o fazem com o uso da força de trabalho de sua própria família. Entre os situados nas posições mais privilegiadas, aqueles que se lançam ao cultivo de lavouras o fazem com o uso de força de trabalho, fundamentalmente, alheia. Em ambos os casos, restringe-se no espaço social a disponibilidade de trabalhadores aos *senhores da terra*, que, para mobilizá-los, devem renovar as práticas de dominação e os termos entre ambos. O auge da internalização de maior número de famílias aos domínios foi meados dos anos de 1980; a partir de então, 1990 marca novamente um processo de expulsão de moradores, por motivos completamente diferentes daquele da metade do século, em que o “risco” representado pela legislação trabalhista torna-se mais presente. Além disso, ao longo dos anos o cultivo comercial de cereais tendeu a se concentrar nas grandes propriedades e em grandes lavouras, havendo uma total complementaridade entre a pecuária e as áreas de lavouras internamente aos domínios pastoris, devido à pastagem deixada no período do inverno - dinâmica que se mantém até nossos dias. Por fim, se polemiza com a bibliografia especializada que não somente percebeu as relações de produção no cultivo de arroz como baseadas nas modernas relações de assalariamento, como construiu um fosso entre o que seria moderno – o cultivo do arroz - e o que seria tradicional - a pecuária extensiva. O leitor perceberá que o que precisa ser provado na história do desenvolvimento das lavouras de cereais no Rio Grande do Sul são as tão propaladas relações capitalistas de produção e não o contrario, ao menos até o final da década de 1980. Na sequência se analisam dois casos

específicos de estancieiros que incorporaram o cultivo de cereais entre suas estratégias mercantis e desenvolveram poderosas ferramentas para impedir que os recursos monetários saíssem de suas algibeiras com o pagamento de mão de obra, como a confecção de moeda própria da estância.

No Capítulo VIII analisam-se as lógicas específicas de cálculo do estancieiro quanto à relação entre cultivos de cereais e criação, da relação entre preços do gado ofertado ao produtor e lógicas de abate, as influências sobre os índices de lotação e zootécnicos. Os grandes proprietários não responderam à crise de preços dos gados na década de 1990 com a intensificação do sistema de criação, o cultivo de cereais não influencia no aumento da lotação, mas, contudo, na melhora dos índices zootécnicos. Essa é a única e mais importante alteração técnica incorporada no sistema de criação estancieiro até os dias de hoje. Analisam-se as lógicas entre o preço dos gados ofertado ao produtor e os abates, além do cálculo do estancieiro no que se refere aos seus gastos totais, gerando o que se chamou de *comportamento econômico estancieiro*. Argumenta-se que as lógicas que presidem o comportamento econômico deste setor social constituem uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e a conseqüente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado. Tal força interna ao sistema estancieiro foi o motivo central da rede de cooperativas-frigoríficos inaugurada na década de 1940 ter vindo a pique no início da década de 1990. A quebra das cooperativas de carne foi um sintoma da incapacidade do sistema criatório em aumentar a produção de bovinos e equilibrar a capacidade instalada, número de abates e a demanda.

No Capítulo IX, e último, é analisado o atual estado do volume e estrutura de capitais entre os principais agentes do espaço social, em que há a reestruturação da capacidade de exercer o poder e legitimidade. Agora, devem-se internalizar as regras de funcionamento do modo de dominação legal, pois, caso contrário, maior se torna o risco de se ver em pé de igualdade com seus subordinados perante as esferas judiciais. Além disso, e mais profundamente, é abalado o fundamento da hierarquia, da honra, do reconhecimento social e da reputação baseados no *habitus desinteressado* e se reforçam as relações cujo sistema de troca se baseia cada vez mais no dinheiro, ou seja, as práticas econômicas antes dissimuladas pelo desinteresse agora aparecem sem véu nenhum, cujo mediador é o

monetário. Assim, as práticas orientadas por um *habitus* ajustado a um antigo estado das condições objetivas aparecem como mal adaptadas ao novo equilíbrio de forças sociais. Há um descompasso entre o que se internalizou como normas de comportamento e senso de orientação social, com o que é exigido em termos de disposições sociais pelas alterações que se processam no espaço social e, grosso modo, pela sociedade em geral. Neste capítulo são analisados os gastos das famílias de estancieiros e o modo de realizar os cálculos entre gastos produtivos e gastos de consumo familiar, assim como um caso que operou rupturas com o velho modo de pensar. No espaço social, há novos agentes que se tornaram tão ou mais poderosos, como os descendentes de colonos que, num período anterior, investiram o principal capital de que dispunham no arrendamento de terras: o trabalho familiar. Além disso, os subordinados já não são mais tão subordinados como antes. Esse conjunto de alterações se transforma num mal estar manifesto devido aos efeitos de uma desqualificação estrutural de suas posições sociais.

Dado que nenhum problema de pesquisa surge do nada para quem estuda a sociedade humana e que a formulação de um objeto jamais “[...] é coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de ato teórico inaugural”, como diz Bourdieu (2002, p. 27), vale apenas indicar seu processo de construção, os passos da experiência da pesquisa e fornecer ao leitor as condições em que as observações foram realizadas e informações recolhidas, além dos instrumentos e técnicas utilizadas para tal fim.

*

Esta pesquisa é o resultado final de um trabalho de grande fôlego, cujo objeto foi sendo ajustado pouco a pouco por uma série de revisões, dúvidas, hesitações e cujo caminho não se realizou, nem se definiu, sem grandes desvios, até que se impôs a direção então seguida. Inicialmente, a ideia da pesquisa era de estudar as repercussões dos projetos de desenvolvimentos de grandes lavouras de eucaliptos por empresas nacionais e internacionais internamente aos assentamentos rurais da região próxima do município de Pelotas. Pretendia-se estender a temática então desenvolvida no mestrado não somente em outra região do Rio Grande do Sul, mas que apresentasse desafios diferenciados ao desenvolvimento das estratégias de reprodução dos agricultores assentados.⁷ Depois de uma

⁷ A dissertação de mestrado tratou das diferentes lógicas socioculturais dos agricultores assentados no estabelecimento de suas estratégias de produção no Assentamento Ceres, localizado no município de Joia, centro do estado, cuja matriz produtiva local se baseava no cultivo de cereais, especialmente a soja (Ver

visita ao campo de pesquisa ainda em 2009, de conversas com técnicos que prestavam assessoria aos assentamentos rurais, pessoas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assentados, dirigentes do Executivo Municipal de Pelotas e de ter visitado vários assentamentos daquela região, um conjunto de outras questões começava a ganhar a frente de meus interesses, mesmo sem ter plena consciência disso. Nas conversas que realizei, aparecia, com diferentes tonalidades, o fato de que muitos dos grandes proprietários da região estavam vendendo suas posses fundiárias desde algum tempo. Com o início da compra de vastas extensões de terra pelas empresas de papel e celulose a partir dos anos de 2000, estabeleceu-se mesmo uma espécie de campo de disputas pela legitimidade de compra das terras, em que os militantes a favor da reforma agrária viam a ‘reserva de terras’ nesta região do estado ser fagocitada por aquelas empresas. O INCRA encontrava fortes concorrentes para a compra das terras, em que, segundo depoimentos, o preço da mesma alcançou índices jamais atingidos. Ora, o que parecia unificar as estratégias de diferentes agentes para a compra de terras eram as estratégias de outro conjunto de agentes, qual seja os grandes proprietários de terra que procuravam vendê-las.

Não sem resistências e medos variados, um estudo cujo centro tomava os grandes proprietários fundiários se pôs vagarosamente. Devo dizer que, provavelmente, tal mudança não teria sido possível sem o apoio incondicional de minha orientadora, a liberdade para as readaptações, e uma conversa por skype com a professora Leonilde de Medeiros, do CPDA/UFRRJ, que me incentivou e foi fundamental para a mudança da pesquisa. Então, um outro conjunto de dúvidas passou a cercar a preparação da nova investigação, que acabou por ganhar retoques decisivos a partir das conversas com o professor Afrânio Garcia Jr., em meu estágio de doutorado sanduíche realizado na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS/Paris), entre outubro de 2010 a março de 2011. De volta ao Brasil, a imersão no campo de pesquisa e a observação direta se deram a partir de maio daquele ano.

Mas antes de descrever a experiência da pesquisa, duração e metodologia utilizada a campo, é importante assinalar que o conjunto de técnicas para a investigação, o quadro teórico e a construção do objeto são inseparáveis; aquelas orientadas a partir destes. Como

Habitus e agricultores assentados: um estudo de caso a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem terra” em Piccin, 2011).

a reprodução social dos *estancieiros* não depende somente de suas práticas, mas da resultante entre as diferentes práticas interdependentes no espaço social, foi necessário objetivar, pelo menos, as principais posições sociais do campo em estudo. O que se procurou foi descrever processos sociais no sentido de analisar o desenrolar de eventos, de reconstituir a série de acontecimentos, em que os atos de cada um contam, influenciam os demais e onde nada é jogado por antecipação, de modo que as situações escapam aos próprios participantes, pois constituem uma resultante das distintas jogadas. Em outras palavras, se procurou reconstituir e descrever ações tomadas em interações, o desenrolar de situações encadeadas ora em redes maiores ora em redes menores de interdependência. Dessa forma, a pesquisa exigia que o pesquisador estivesse envolvido no meio de interconhecimento pesquisado pelo tempo de duração da observação direta, sobretudo para a descrição dos processos impossíveis de remontar somente a partir de documentos; o que fazia com que a pesquisa engatasse de uma certa maneira e por vezes seguisse uma dinâmica própria, por mais que o pesquisador procurasse manter sob seu controle a observação dos acontecimentos. Essa pareceu ser a melhor maneira de compreender o que fazem os indivíduos, o que sabem e pensam daquilo que fazem e do que fazem seus iguais, seus oponentes, concorrentes, afetos e desafetos.

Assim, se procurou sair da polaridade entre estudar o “indivíduo” versus “forças sociais”, mas de buscar compreender que as pessoas são construídas nas e pelas distintas interações que carregam de modo incorporado a história. Ou seja, as pessoas compartilham conhecimentos, referências, experiências, gozam de reputação individual a partir de relações interpessoais que as constituem como o ponto de interseção entre diferentes situações de interdependência (Beaud e Weber, 2007, p. 217). Nessa estrutura de relações os poderes assimétricos da cultura são internalizados como disposições sociais ativas e repousam nas experiências efetivamente compartilhadas e semelhantes entre os indivíduos com posições sociais semelhantes, ou diferentes (Bourdieu, 2002, p. 29). Ao se estudar o indivíduo acaba-se por objetivar as estruturas sociais que o constituem como ser social e mesmo as particularidades individuais, cujas práticas tendem a reproduzir as estruturas sociais das quais são produto e produtores.

A tentativa de objetivação destas situações não coloca o pesquisador em uma situação agradável. Exige uma postura de vai e vem entre teoria e empiria, de pesquisa

reflexiva entre a fabricação dos dados e construção de hipóteses, de questionamento incessante das estatísticas e suas categorias classificatórias, e entre a verificação dos dados e a escrita dos resultados; um questionamento sobre as condições de produção dos dados. Se isso, em si, já gera uma sensação de desconforto porque se passa a desconfiar de tudo, incluindo sobre si próprio, além do que se tem de conhecimento acumulado a respeito da temática, a necessidade de operar o afastamento metodológico para se apreender as lógicas que orientam as ações e as interações dos indivíduos deixa o campo, inicialmente, em estado de caos absoluto e sem sentido para aquele que pesquisa; ou com sentidos ainda atribuídos pelo seu próprio sistema de referências que não o *habitus* de pesquisador, o que não ocorre de maneira consciente.

No caso deste que escreve, as experiências anteriores com a pesquisa em assentamentos rurais e relativas à origem como filho de colonos descendentes de imigrantes italianos e migrantes no interior do estado davam a impressão de ser absolutamente um *estrangeiro* no campo pesquisado, não fosse o fato de falar o mesmo idioma. Neste novo mundo, as surpresas se misturavam com desconfiança, resistência e dificuldade para dar sentido que não pelo sistema de referência internalizado pelos processos de socialização primária, o que dava a sensação de pesquisa por *desambientação*. Em parte, o “resgate do caos” se deu no meio do trabalho de campo por uma daquelas coincidências que nunca ocorrem duas vezes: o professor Afrânio Garcia Jr. fazia uma visita familiar no município e se dispôs a uma longa e agradabilíssima conversa de orientação. A orientação em campo teve um efeito espetacular; tornou possível distanciar o olhar préconcebido e restituir plenamente o *habitus* de pesquisador ao modo de um rearmamento da teoria e, assim, poder entrar nos meandros e sutilezas das interações que me chegavam diariamente. No doutorado, as diversas conversas com o Afrânio, mantidas em diferentes estágios do trabalho, tiveram o mesmo efeito da participação, no mestrado, da disciplina *Natureza e sociedade* do professor Roberto Moreira e de suas orientações. A partir de então, o caos começou a ser desfeito e os fios de sua estrutura, descobertos.

A observação direta se realizou até 14 de outubro de 2011. A escolha de São Gabriel para realizar o trabalho de campo levou em conta quatro fatores: o fato de constituir a chamada região da Campanha gaúcha, portanto, com uma história de formação semelhante sobre aquilo que se desejava observar; por haver uma forte mobilização dos *estancieiros* do

município desde o final da década de 1990, quando das iniciativas do INCRA em avaliar os índices de produtividade das propriedades, sendo palco de duas marchas opostas no ano de 2003 – uma dos sem-terra em direção ao município, e outra, oposta, dos estancieiros para impedir que os sem-terra chegassem ao seu destino -, e vários outros enfrentamentos nos anos seguintes; as empresas de papel e celulose haviam comprado em torno de 20 mil hectares de terra; e por um motivo prático, mas fundamental, havia um amigo que me hospedaria em sua casa.

A pesar de que nenhuma possibilidade de entrada efetiva no campo estivesse descartada, optei por começar por uma pesquisa exploratória na biblioteca municipal e pelas conversas com seus responsáveis, como forma de identificar as primeiras balizas à observação. Nesta biblioteca entrei em contato com as obras de Osório Santana Figueiredo, considerado historiador autodidata, com vários livros sobre o município - figura que estará em algumas passagens desta tese, tanto pelo uso de seus livros quanto pela entrevista com ele realizada -, além de outros autores e obras sobre São Gabriel. No entanto, um livro de Osório, em especial, determinou a estratégia que tracei para tentar entrar nas redes de interconhecimento dos indivíduos que constituíam a centralidade da pesquisa. Um de seus livros retratava a fundação da Cooperativa Rural Gabrielense, com a informação de todas as diretorias até meados de 1980, quando houve a publicação. Ali foi possível perceber quais foram as principais linhagens de estancieiros que haviam se envolvido na direção da cooperativa, sendo que as cinco mais importantes foram eleitas para se iniciar os contatos – depois foi acrescentado mais uma.

Estava ciente de que, assim como meus futuros entrevistados, qualquer pesquisador a campo acaba por formar também uma reputação e se tal reputação for positiva o campo tende a se abrir pelas próprias recomendações dentre os pesquisados daquele que gostaria de conhecer suas histórias de vida. Não tive dúvida em usar o fato de que eu havia realizado uma passagem por Paris e que a escolha por São Gabriel como local de pesquisa tinha a ver com isso - o que era absolutamente verdade. Desse modo, mesmo depois de já ter realizado duas entrevistas muito boas, as interações não haviam tomado uma dinâmica desejada. Eu ainda continuava fazendo o primeiro contato com as pessoas que procurava entrevistar, sendo que em um dos casos, uma senhora me disse, gentilmente, que não poderia me

receber – voltarei a esse fato mais adiante. Mesmo a possibilidade de entrevista com o presidente do Sindicato Rural mostrava-se totalmente bloqueada.

Contudo, tudo mudou quando entrevistei um estancieiro e autor de um livro sobre a história do Rio Grande do Sul. Não só houve uma simpatia para com minha pesquisa, pois não era comum um jovem se interessar pelas experiências e histórias de suas vidas, como a entrevista inicial cansou antes o pesquisador do que o casal de entrevistados, com mais de 4 horas de gravação. Percebi que não só fui considerado interlocutor intelectual, como alguém que partilhava de importantes princípios de visão de mundo. Se em quase todos os casos entrevistados houve mais de uma entrevista e conversas, em diferentes situações do cotidiano, como visitas à residência na cidade, na estância ou escritório, aquele caso pude voltar a entrevistar e visitá-lo várias vezes e permanecer em sua estância, quase sempre com o casal, por 15 dias. Eles passaram a telefonar e me apresentar às pessoas que eram referência em cada uma das principais linhagens do município, assim como foram responsáveis pelo desbloqueio quanto à entrevista do presidente do Sindicato Rural; o estancieiro que me ajudava possuía uma enorme reputação entre seus pares, que só fui percebendo no decorrer da pesquisa; tinha sido um dos principais dirigentes da já referida cooperativa, presidente do Sindicato Rural e de várias outras entidades de São Gabriel. A apresentação que realizavam de mim incluía uma forte ênfase no fato de minha passagem pelos estudos em Paris, uma espécie de trunfo que era endossado pela reputação de que gozavam. Mas também foi fundamental pelos alertas que me fizeram sobre o funcionamento de seu meio de interconhecimento. Percebendo que o pesquisador era meio descuidado quanto aos pronomes de tratamento, apesar de sempre utilizar a designação de *senhor(a)*, alertaram-me para se dirigir aos seus pares pelo título de *doutor*, no caso dos homens.

Em um dos casos em que telefonaram para me apresentar e perguntar se eu poderia ser recebido para uma conversa, a recusa inicial do outro lado do telefone, que seria devido ao excesso de trabalho relacionado a um processo judicial – ele era advogado e ex-juiz de direito –, se transformou em convite para permanecer em sua estância por uma semana, depois que seus trabalhos urgentes fossem concluídos. Uma semana depois segui com o referido advogado à sua propriedade, onde foi possível não somente outra longa entrevista, como pude discutir e analisar conjuntamente o romance *O tempo e o Vento* de Érico

Veríssimo. Agradáveis discussões sobre a história do Brasil, do Rio Grande do Sul, sobre São Gabriel, das famílias ditas “tradicionais” e de uma variedade de temas se tornavam possíveis nestas visitas às estâncias, junto com seus donos.

Assim que fui me tornando conhecido, convites para visitas e para conversas surgiram. Mesmo aquela senhora que havia se recusado a me receber, comentado anteriormente, mandou me avisar que me recebia. Então fiquei sabendo que sua indisposição inicial teria sido causada pelo fato de um de seus empregados ter entrado com um processo trabalhista na justiça; quem a estava defendendo era aquele ex-juiz que, também, num primeiro momento me dispensara por telefone ao estancieiro que ligou para me apresentar, mas propôs a visita em sua estância assim que estivesse liberado. O reclamo trabalhista fora considerado “sério”, pois acabaria por tirar uma parte das terras da estancieira à família do *peão* que sempre lá morara. Em alguns casos entrevistados fui recebido com frases em francês, do mesmo que em algumas situações recebi a autorização para usar o pronome *você* ou invés de *doutor*.

Desse modo, acabei por realizar 16 entrevistas em profundidade com estancieiros(as) e/ou o casal de estancieiros. Destas, transcrevi 10 entrevistas que considerei principais, sendo que as demais ouvi, quando julguei necessário. Sem dúvida nenhuma, se avaliado pelo critério da *saturação*, quando os depoimentos começam a se repetir, não teria sido necessário nem mesmo realizar todas as 16. Além destas, realizei outras 21 entrevistas gravadas, sendo 4 com proprietários e/ou arrendatários descendentes de italianos no município, e as demais com dirigentes de entidades, sindicatos, igrejas, prefeito, advogados, juíza, contabilistas, presidentes de cooperativas e 2 entrevistas com *peões*, as quais não foram gravadas – voltarei a estes últimos. Além disso, conversei com outras dezenas de pessoas. Foi fundamental o uso de um bloco de anotações, que sempre me seguia, e um caderno de campo, sendo que no primeiro colecionei números de telefones, contatos diversos e algumas observações realizadas no calor da hora, no segundo desenvolvi descrições maiores, acompanhadas de pré-análises, que, depois, se mostraram um bocado ingênuas.

Outro recurso que ajudou muito nas entrevistas foi a elaboração da genealogia da família – se possível antes da entrevista, ou durante a entrevista, quando se procurava voltar a conversar com a família em outras visitas. De todo modo, foi fantástico como recurso

para instar as pessoas a falar sobre as trajetórias dos indivíduos que eles estavam vendo ali em sua frente, a partir do rascunho genealógico. Isso fazia com que um conjunto de recordações fossem memoradas, álbuns de fotografia fossem buscados para mostrar quem eram aquelas pessoas que o pesquisador havia relacionado. Também foi a ocasião para corrigir informações sobre os indivíduos da genealogia montada.

Devo assinalar que um dos aspectos das entrevistas com os estancieiros chamava sempre muito a atenção. Na grande parte dos casos, os temas relacionados com o estritamente econômico – funcionamento da estância, taxas e índices zootécnicos, e rendimentos, etc. – não rendiam tempo de conversa. Nesse aspecto, ou logo morria o assunto, ou se tinha a impressão do *desinteresse*. Heinz (1996) comenta que nas entrevistas de sua pesquisa, também realizadas entre os grandes proprietários, existia um “silêncio” quando as questões enveredavam para tal temática. Entretanto, desconfio que o autor interpretou errado esse comportamento dos entrevistados. O autor argumenta que isso se dava por “certa postura de evitar ser associado a uma riqueza fundiária que poderia suscitar a cobiça e que a riqueza que poderia identificar tal e qual fazendeiro é objeto de um grande silêncio” (p. 25). Não quero argumentar que não existisse, no caso de Heinz, “forte desconfiança” para com o pesquisador, em que as perguntas eram “acolhidas com surpresa, às vezes com irritação, sem respostas precisas e duas ao menos tiveram que ser interrompidas” (p. 27). Mas o motivo desta desconfiança eu não acredito que tenha sido resultado do que atribui o autor: “ser associado a uma riqueza fundiária que poderia suscitar a cobiça [...]”. Ora, os símbolos disso estão materializados em todos os lados. É o contrário do que argumenta o autor; é deste fato que se retira respeito social. Em meu caso, mesmo sendo tomado como um interlocutor de confiança, havia os comportamentos descritos por Heinz. Sobretudo, interpretei tais reações como um ataque à dignidade e à honra de *senhor de terra*, que estava disponível às perguntas de um estranho para falar da história, trajetória e honra de sua linhagem, sobre os destinos políticos do município, do estado e da nação, e não para detalhar as coisas do mundo econômico de funcionamento da estância, que poderiam ser vistas com o *capataz*⁸. Se as perguntas de fato insistissem nessa temática, acredito mesmo que a entrevista poderia ser dada como encerrada pelo outro lado. Os que

⁸ *Capataz* é o preposto do patrão na *estância*, responsável por coordenar todos os trabalhos com os *peões*; na verdade ele também é um *peão*, com algumas regalias que os demais não possuem. Voltarei a detalhar estas posições no decorrer da tese.

falavam longamente dos assuntos econômicos eram aqueles que estavam ou já tinham operado rupturas com determinadas formas de pensar e se pensar no mundo, não sem exporem claramente as dificuldades de tratar do mundo econômico frente às exigências enfrentadas pela prática – voltarei a isso no último capítulo da tese.

Mas, se as entrevistas com os estancieiros rendiam horas a fio, as minhas tentativas de entrevistar os *peões* e suas famílias se processou diferentemente. Além das conversas que mantive com os peões das estâncias que visitei, procurei estabelecer contatos com algumas famílias de outros *peões* que moravam em bairros da cidade de São Gabriel. A esta altura eu já estava morando no apartamento de um padre, filho de colonos descendentes de imigrantes italianos que haviam se instalado do município no início de 1960, quando do desenvolvimento das primeiras lavouras de trigo, mas que trabalhava em Santa Maria.⁹ O cunhado deste padre trabalhava com reformas de casas nas estâncias, conhecia muitos peões e, frente a meu interesse de conhecer suas trajetórias de vida, me apresentou a alguns peões como sendo seu amigo que estava em São Gabriel fazendo um estudo de “história”. Contudo, nenhuma das entrevistas “andou”, quero dizer, os assuntos não se desenrolavam, eram todas respostas curtas, em que eu era chamado de *senhor* – assim os tratava igualmente -, e pareceu-me que as barreiras da hierarquia dificilmente seriam quebradas em pouco tempo para que ficassem à vontade. Além de tudo, eu estava de carro, uma marca de hierarquia. A temática que mais rendia era quando o assunto virava a história de determinada linhagem de *estancieiros* e suas estâncias. Eles sabiam mais da história dos *patrões* do que de suas próprias - ao menos assim transpareceu.

De todo modo, numa das entrevistas com um peão, tentei engatar uma visita a uma *chacrinha* que ele tinha no interior do município, para dar continuidade a tantas perguntas e curiosidades que eu ainda tinha. Lá viviam sua mãe e um casal de parentes, em casas separadas. Na chegada, fomos visitar sua mãe. Depois fomos em direção a casa de seus parentes e entramos pela cozinha, onde ficamos conversando com a mulher que nos recebera. Logo em seguida, meu ‘guia’ saiu para tirar bergamotas e eu fiquei conversando com a mulher e seu filho – devia ter uns 17 anos –, que a pouco havia entrado na casa. Contudo, percebi que o clima havia mudado sem a presença daquele que me acompanhava.

⁹ Acabei conhecendo o referido sacerdote por outra coincidência: uma dentista de Santa Maria, em uma consulta de rotina, depois de me perguntar o que eu fazia, disse que conhecia uma padre que era natural de São Gabriel, e não descansou enquanto não nos colocou em contato.

Não só as respostas encurtavam cada vez mais, como os barulhos do lado de fora aumentavam e seu filho se retirou. Em seguida entrou o esposo. Me levantei da cadeira para cumprimentá-lo e ele não foi muito receptivo à minha mão estendida; entrou para um quarto, falou algumas coisas altas que eu não entendi e saiu novamente da casa. A partir daí comecei a temer pela minha integridade física e torcer para que meu ‘guia’ voltasse logo. Depois que ele retornou com suas bergamotas, o clima já estava sem condições de continuar qualquer prosa. Estava eu, a mulher e ele dentro da casa, e três homens do lado de fora da casa, encostados numa cerca. Nos despedimos da mulher e saímos de dentro da casa em direção à cerca para dar adeus aos homens, quando novamente não tive sorte em apertar a mão de alguém.

Quando no carro, perguntei àquele que me acompanhava que “diabos” tinha ocorrido, o que eu tinha feito de tão errado, pois eu não estava entendendo aquela situação totalmente constrangedora. Explicou-me que “as pessoas do interior” eram meio xucas e, principalmente, porque eu não tinha obedecido a uma regra social, segundo a qual as visitas deveriam entrar na casa pela sala e não pela cozinha. Mas eu jamais poderia imaginar isso pelo fato de que eu estava acompanhado dele, que conhecia os demais e confiei-o como guia. Além disso, as marcas que eu carregava, como por exemplo ter chegado de carro, também devem ter influenciado naquela atitude dos homens da casa. Enfim, uma boa oportunidade para conhecer um pouco mais o mundo dos *peões* e suas famílias havia se perdido. Mas o pesquisador aprendeu uma lição de nunca confiar totalmente em quem nos acompanha pelo simples fato de “ser do lugar”, por outro simples fato de que a gente não é do lugar.

Ainda com a ajuda do cunhado do padre realizei outra entrevista com um peão, mas o comportamento de ser curto nas respostas se repetiu. Percebi que a pesquisa junto a tal setor social deveria ser objeto de um tempo mais longo, que permitisse amenizar as hierarquias objetivas inscritas na interação da pesquisa e que nos afastavam. Infelizmente eu não dispunha de mais tempo para tal. Além disso, visitei um acampamento formado por *peões*, pequenos arrendatários/proprietários, parceiros e *moradores de corredor* que reivindicavam terra ao INCRA, mas buscavam demarcar com o MST as diferenças pelo fato de serem todas pessoas naturais do município, e não “gente de fora”. Não consegui acompanhar as reuniões deste acampamento, limitando-me a conversar com o pequeno

comerciante que teria tido a ideia de organizar “os pobres do lugar para pedir terra”, que por sinal instalaram-se em um terreno por ele cedido para tal fim, e com algumas pessoas que encontrei no acampamento.

Depois do trabalho de campo, alertado pelo Afrânio sobre a existência do Cadastro do INCRA e de ser uma rica fonte de pesquisa, segui para a Superintendência de Porto Alegre. Localizados os Cadastros, a pesquisa aí duraria mais longos 45 dias. Contudo, o material que encontrei se tornou uma fenomenal fonte de dados. O primeiro Cadastro dos proprietários rurais foi levado a cabo em formulários específicos em 1965, assim como em 1972 e 1978. A partir de 1990, o Cadastro passou a ser digitalizado, formando um banco de dados consultado pelo acesso digital ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR/INCRA), cuja entrada dos dados é contínua. Contudo, nos anos de 1990, o referido sistema perdeu importância para o INCRA, somente sendo retomado com seriedade a partir dos anos de 2000.¹⁰ De qualquer forma, constitui-se como uma fonte de dados ainda totalmente inexplorada pelos pesquisadores preparados para questionar os dados.

Especialmente os cadastros em formulários, todos microfilmados, são uma fonte de valor inigualável, pois resultado da declaração de próprio punho dos grandes proprietários fundiários. Para minha surpresa, muitos dos pesquisadores das temáticas do rural/agrário com quem conversei descartavam o Cadastro como fonte confiável de dados, justamente pela característica que o torna tão especial: são os próprios proprietários que os preencheram. Esses pesquisadores consideravam que os proprietários não informavam os valores das terras de maneira correta, por motivos de redução do imposto territorial rural, além de muitos erros em seu preenchimento. Ora, por acaso é só o valor das terras que existe no Cadastro? O fato de existir “erro de preenchimento” não pode virar, ele mesmo, um dado de pesquisa? Aqui o *rigor* da pesquisa é confundido com *rigidez*. Os Cadastros apresentam uma infinidade de informações e características sobre as propriedades rurais, dos moradores, das explorações, do número de imóveis rurais dos declarantes, etc., etc., etc. Quanto aos “erros”, um pesquisador deve se perguntar o porquê que eles ocorrem, se há alguma regularidade nos erros cometidos. Se existir, então se está frente a uma descoberta fundamental sobre o descompasso entre o que o Estado exige em termos de categorias de

¹⁰ De acordo com a entrevista do coordenador do SNCR/INCRA-RS Sérgio Pinto, concedida em 18/10/2011.

compreensão do mundo e aquelas categorias sociais com as quais os proprietários operam os sentidos em seus universos.

A pesquisa nos Cadastros começou pelos formulários de 1972, pois o número de declarantes seria maior que o anterior. Utilizou-se como critério de pesquisa selecionar todos os imóveis acima de 1.000 ha e aqueles imóveis relacionados aos integrantes das genealogias das linhagens pesquisadas a campo que poderiam ter uma área menor, o que resultou num total de 111 imóveis. De posse do número do cadastro de cada imóvel inicialmente pesquisado, realizou-se uma procura demorada no cadastro anterior e posterior, resultando no total de 51 imóveis relacionados em 1965, e 78 imóveis relacionados em 1978. No cadastro digital a partir de 1990, considerou-se o anos de 1992 para um novo corte, e um outro em 2010, resultando em 48 e 49 cadastros pesquisados, respectivamente. Contudo, nem todos os números de cadastros pesquisados em 1972, foram encontrados nos demais, por uma série de motivos: os imóveis podem ser divididos, vendidos e incorporados e mudar o número de sua localização. De todo modo, para um grande número deles foi possível acompanhar o desenrolar das informações declaradas desde o ano de 1965 até 2010, o que representou a formação de um enorme banco de dados comparável. Demais particularidades metodológicas na montagem das tabelas serão explicadas caso a caso no texto. Nem todas as informações dos cadastros foram anotadas pelo pesquisador, que abriu uma tabela em seu computador, ao lado da tela do projetor do microfilme, e copiou as informações desejadas – na verdade ficou de fora apenas os valores relativos aos imóveis, pelo fato de não ser legível em grande parte dos formulários.

Ademais, utilizou-se largamente dos Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e os Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/1996 e 2006. Além dos Censos Demográficos, também desde 1940. As devidas diferenças de metodologia na comparação dos dados são assinaladas em cada caso no decorrer do texto.

Antes que os “cães de guarda metodológicos”, como critica Bourdieu (2002, p. 26), erijam-se contra a heterodoxia de fontes utilizadas, deve-se dizer que não se compreende que haja qualquer impedimento ou dificuldade no uso combinado de dados qualitativos e quantitativos. Não é aí que devem situar-se as diferenças metodológicas, mas sim entre

[...] pesquisa mecânica e pesquisa reflexiva. A primeira destas duas últimas não se dá como objeto as condições de produção de seus dados (são puros *data*) ao passo que a segunda submete constantemente seus dados à reflexão e à crítica (quer se trate dos indicadores e das

categorias estatísticas ou dos fatos etnográficos). A pesquisa etnográfica e a pesquisa estatística não se opõem mas se complementam. A melhor etnografia deveria municiar a pesquisa estatística, oferecendo-lhe meios para afinar seu questionário e para melhor levar em conta as diversidades sociais e a boa pesquisa estatística permite ‘enquadrar’ com fineza a pesquisa de campo e sugerir-lhe questões (Beaud e Weber, 2007, p. 14-15).

Desse modo, todos os métodos de coleta de dados não somente podem como devem ser acionados, se assim o objeto de pesquisa exigir e o pesquisador estiver em condições de os usar. Uma pesquisa é algo muito difícil e séria para se confundir *rigidez*, que é o contrário de criatividade, com *rigor*, e “[...] se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina [sociológica] - e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história” (Bourdieu, 2002, p. 26). No uso da estatística, o fundamental é questionar e duvidar dos dados gerados, pois determinados dados podem surgir ou não de acordo com os supostos das classificações teóricas que orientam os pesquisadores; até porque *dado* só é *dado* para a pergunta que o procura.

O leitor perceberá também que houve um esforço de raciocínio analógico ao longo das análises. Sempre que possível, procurei arrancar as particularidades do caso estudado usando o método comparativo com dois estudos clássicos sobre sistemas semelhantes de posse e exploração da terra. Refiro-me aos estudos de Stolcke (1986), que analisou a relação de *colonato* nas fazendas de Café em São Paulo, e Garcia Jr. (1989), que analisou a relação da *morada* nos engenhos de açúcar da Paraíba. Essa comparação ajudou a pensar relacionalmente um caso particular do possível.

Nem todos os dados recolhidos a campo foram efetivamente utilizados nesta pesquisa. Muitos nem foram tocados, ainda.

Esta pesquisa me deixou com duas certezas, entre as quais um pressuposto metodológico. Primeiro que a bibliografia existente sobre o agrário do Rio Grande do Sul está longe de contemplar o conjunto dos processos históricos do desenvolvimento da agricultura no século XX. Segundo que se os pesquisadores quiserem descobrir alguma coisa de novo, terão que se equipar com uma boa dose de avidez por “carne humana”.

Capítulo I. O monopólio da terra e os dois bloqueios do espaço social

Até as últimas décadas do regime de trabalho escravo no século XIX, o trabalho nas estâncias de gado se dava por uma associação entre trabalhadores escravos e trabalhadores juridicamente livres. O pagamento destes últimos constituía o principal gasto monetário dos domínios, representando mais de 50% dos gastos totais (Farinatti, 2010, p. 134). Mas isso muda radicalmente e ganha ares de trabalho gratuito com a impossibilidade de acesso livre a terra e devido às transformações mais gerais pelas quais passava o espaço social do Rio Grande do Sul, especialmente pela introdução de colônias de imigrantes alemães e italianos nas áreas de floresta. Nas últimas décadas daquele século se radicalizavam uma série de transformações que já se faziam presente desde, pelo menos, sua segunda metade. A Lei de Terras de 1850, o cercamento dos campos que se iniciou na década de 1870, a força e a violência que se seguiram restringiu as possibilidades de reprodução social das classes subordinadas no espaço estancieiro.

Mas o que tem a ver com isso os projetos de colonização? A instalação de colonos pequenos proprietários nas áreas de floresta determinou dois bloqueios aos subordinados no espaço estancieiro em termos de constituição de trajetórias alternativas: (a) não somente os trabalhadores que aí viviam foram expulsos e considerados *intrusos*, como também impossibilitou a possibilidade de constituição de migrações para tais áreas; (b) as características da industrialização no estado determinaram que a mão de obra utilizada fosse, sobretudo, de descendentes e mesmo imigrantes que ainda entravam no Rio Grande do Sul até meados de 1950, fechando outra possibilidade de constituição de trajetórias coletivas dos subordinados do espaço estancieiro. A concentração de terras e estes dois processos característicos do espaço social do Rio Grande do Sul determinaram a estrutura assimétrica de poderes no espaço estancieiro.

Este capítulo analisa a constituição desta assimetria de poderes que constitui os limites objetivos e as disposições e tomadas de posição entre os agentes aí situados, para o

qual é dividido em quatro seções, além desta introdução. A primeira seção analisa e situa o contexto das lutas pelo controle do território no qual se formou o Rio Grande do Sul e a constituição de uma aristocracia de família que viera monopolizar a propriedade da terra. Na segunda seção aborda-se sobre as trocas entre os estancieiro e peões e suas famílias e a progressão dos processos da subordinação e concentração da propriedade da terra. Na terceira seção são realizadas duas digressões para se entender melhor o duplo bloqueio do espaço social às possibilidades de trajetórias alternativas dos subordinados do espaço estancieiro, na qual se situam os processos de ocupação das áreas de floresta pelos colonos imigrantes e seus descendentes e os processos de industrialização do estado, especialmente aquele que se desenvolve sob a influência dos descendentes de alemães na região de Porto Alegre. Na quarta seção aborda-se a objetivação das posições polares do espaço social que mobiliza os subordinados tanto como força de trabalho nas estâncias como força militar nos conflitos entre *senhores de terra*.

1. Das lutas pelo controle do território à aristocracia de família

A região hoje conhecida como Campanha, onde se localiza o atual município de São Gabriel, foi conquistada da Espanha somente nas primeiras décadas do século XIX. A própria fundação do referido município é o resultado das constantes disputas por espanhóis e portugueses pelo controle da região, sendo inicialmente fundado em 1801 por espanhóis, e depois refundado em 1820 por comandantes do exército português (Pimentel, 1941; Silva, 1963). Mais precisamente, essa fora uma região de fronteira tripartida (Neumann, 2004) na qual não somente era disputada por espanhóis e portugueses, mas também por povos indígenas das sete reduções instaladas pelos jesuítas espanhóis a oeste do território onde hoje é o estado do Rio Grande do Sul.

As enormes extensões de campos de pastagem que compõem a Campanha Riograndense formam a região Platina (Reichel, 2006). Trata-se de uma região formada pela bacia do Rio da Prata, seus afluentes e pelas extensas planícies dotadas de pastagem que cobrem em torno de 60% do território do Rio Grande do Sul, o Uruguai e parte do território Argentino. Desde o século XVII aí se desenvolvia a caça ao gado xucro, que se multiplicara nos campos após sua introdução pelos jesuítas espanhóis em 1626, quando da construção das primeiras reduções, e que se dispersara após o ataque de bandeirantes

paulistas para captura de indígenas em 1637 (Santo, 2006; Reichel, 2006). A chamada *preia* ou *arreada* do gado era realizada tanto por espanhóis, franceses, holandeses, portugueses, paulistas, lagunenses e vicentinos, quanto por indígenas e descendentes de indígenas com o homem branco. É desse contato entre as várias etnias que se desenvolveu uma população mestiça que habitava as campanhas do pampa desde o Continente de São Pedro até Buenos Aires e ficaram conhecidos como *gaúchos*¹¹ (Cardoso, 2003, p. 113; Reichel, 2006). O couro extraído do gado abatido, principal artigo procurado, era comercializado nos portos do estuário do Rio da Prata, cujo comércio fora praticado por espanhóis, franceses, ingleses, holandeses e portugueses. A partir do início do século XVIII, bandos de paulistas iniciaram o transporte de gado em pé para a região de Sorocaba, São Paulo, onde se desenvolvera um intenso comércio de gado estimulado pelo desenvolvimento da mineração na região das Minas Gerais (Maestri, 2010a).

Assim, quando a metrópole portuguesa formalizou a intenção expansionista com a fundação da Colônia de Sacramento em 1680, às margens do Rio da Prata, de frente à Buenos Aires, “os campos do litoral e planícies dos pampas serviam para os caçadores de gado como reserva onde buscar as presas” (Cardoso, 2003, p. 473). Mas a expansão portuguesa não seguia somente objetivos econômicos, senão estratégicos dentro da geopolítica das metrópoles. A bacia hidrográfica formada pelos rios Paraná, Uruguai e Prata era via de penetração natural no interior de ambos os impérios: era a via mais rápida de acesso ao centro da principal região mineradora espanhola, as minas de Potosi, na atual Bolívia, além de Lima, no Peru; por outro lado, também dava acesso ao interior do Brasil, chegando à serra paulista. Além disso, permitia controlar o comércio e contrabando de escravos e demais mercadorias para as populações na região (Moraes, 1998).

Assim, a ação da Coroa portuguesa orientou-se no sentido de garantir a posse e a conquista, condicionando toda a vida da região, tendo a Ilha de Santa Catarina como retaguarda estratégica do avanço até a Colônia do Sacramento. Tanto as sesmarias doadas

¹¹ De acordo com Maestri (2010, p. 269), “o *gaúcho* [ou *gaucho* na língua espanhola] surgiu no Prata, originalmente, sobretudo como mestiço de europeu, pampiano, guarani, africano, etc., ou como o nativo destribilizado, vivendo como seminômades em campos abertos ainda que não raro apropriados privadamente, em contato intermitente com a sociedade ibérica. As explicações etimológicas mais comuns é que *gaúcho* seria originado da palavra andina quíchua *huachu* ou *huakcho* – ‘órfão’, ‘vagabundo’, ‘errante’, ‘sem raízes’. O nome não possuía feminino, pois não havia ‘gaúcha’. Sua mulher era a *china*. Em araucano, falado no sul do Chile e na Argentina pelos mapuches, *huaso* descreve o ‘habitante do campo’ e *gatchu*, ‘amigo’ ou ‘parceiro’”.

aos chefes de bandos armados de paulistas e *gaúchos*; militares da Divisão dos Dragões ou soldados desertores que constituíam seus próprios bandos armados que pilhavam e avançavam sobre o território espanhol; a introdução de colonos açorianos em pequenos lotes de terra na metade do século XVIII; assim como a colonização com imigrantes alemães e italianos a partir de 1824, seguiram tais desígnios de ocupar e garantir a posse do território (Cardoso, 1967).

Desde a implantação da Colônia de Sacramento em 1680, os bandos de *arreadores* e indígenas foram usados por ambos os impérios para desferir golpes no inimigo e ampliar as conquistas. Esses guerreiros, cuja autoridade dos chefes advinha do ajustamento às necessidades da luta pelo êxito econômico e sobrevivência, como o trânsito entre autoridades portuguesas, indígenas e gaúchos, mantinham relações definidas com os exércitos regulares e a governança colonial. Os chefes de milícias que se atiravam à pilhagem e conquista o faziam em troca da concessão de sesmarias como forma de forçar a fronteira mais ao sul. Mesmo a conquista da região das Missões já na primeira década do século XIX, com a expulsão dos jesuítas espanhóis que aí haviam retornado em 1681 e instalado os Sete Povos, os bandos armados tiveram papel destacado em troca de terras (Garcia, 2011). Mas o reconhecimento desses chefes locais pelas autoridades portuguesas residia, ao menos num primeiro momento, no fato de coincidir com os interesses da metrópole, o que se procurou assegurar. Se os méritos dos gaúchos eram reconhecidos por forçarem a fronteira, a tolerância a esses grupos de guerreiros exprimia mais uma tática às condições de existência e luta vigentes na fronteira, do que o reconhecimento ou “aceitação da influência de uma camada dominante local na esfera organizada da vida política e administrativa do Continente de São Pedro” (Cardoso, 1967, p. 488).¹² E só nessas condições eram suportados pela administração portuguesa.

Foi no final do século XVIII que a atividade econômica na província começou a ganhar ares de maior estabilidade, não só pelas possibilidades de exportação de trigo pelos

¹² Um desses chefes de bandos armados que fora muitas vezes requisitado pelas autoridades portuguesas era Francisco Pinto Bandeira, nascido em Laguna em 1701, neto de um português com uma índia carijó; seu pai fora casado com uma filha mestiça de um paulista. Tornou-se tropeiro de gado para o mercado de Sorocaba, estabelecendo-se no Continente de São Pedro, onde se tornou governador da guarda de Viamão. Fora um dos maiores estancieros, com 37 escravos, e um “exemplo clássico de um patriarca” dos pampas (Kuhn, 2004, p. 67). Cardoso (1967, p. 488), comenta como as autoridades portuguesas tratavam com desdém os chefes locais, e referindo-se ao mesmo Pinto Bandeira, argumenta que “mesmo quando se referiam a um Pinto Bandeira, as autoridades portuguesas faziam-no como, mais tarde, um estancieiro poderia referir-se a um capanga”.

colonos açorianos, mas, principalmente, pelo início da produção em larga escala da carne salgada, o charque, nas margens do Rio São Gonçalo, no município de Pelotas, em 1780, e depois na região próxima a Porto Alegre, nas margens do rio Jacuí (Cardoso, 2003, p. 77). Dado o aumento das possibilidades de comércio e certo enriquecimento de alguns colonos açorianos e o fortalecimento dos chefes locais devido ao aumento de poder econômico com a venda de bovinos às charqueadas, somando-se o fato de que nesse mesmo período houve transferência das autorgas de concessão de terras do Vice-Rei ao Governador da Capitania, a estrutura das interdependências entre os agentes modificava-se. Agora, além do fato de que “os Comandantes Militares da Fronteira passaram a ter um papel muito importante na distribuição fundiária” (Farinatti, 2009, p. 156), bem diferentes também foram as relações entre estancieiros, agricultores e comerciantes enriquecidos, os funcionários da administração local e da administração colonial. A partir de então, não bastava mais o espírito guerreiro para fazer a fronteira avançar e garantir a concessão de terras ou mesmo a manutenção da posse das terras conquistadas, mas principalmente boas relações com os comandantes e o restante do corpo Estatal burocrático. A autoridade civil e militar passou a ser exercida mais em benefício dos funcionários reais do que da Coroa (Cardoso, 1967).

O Estado patrimonial Português dava lugar ao desenvolvimento de uma forma de dominação cada vez mais próxima de um patrimonialismo patriarcal e fortalecimento das parentelas. O seja, uma situação de existência social que depende do poder das famílias e das fortunas particulares que lhe servem de base, além da troca de favores e reciprocidades entre aqueles mais bem situados no espaço social (Weber, 2002, p. 234-322). Com a conquista do território das Missões e a expansão portuguesa nas Guerras Platinas (1811-1816) – o que levou à anexação do território que viria a ser o Uruguai, chamado à época de Banda Oriental - a distribuição e redistribuição das terras dos súditos do Rei, ocorreu entre aqueles que possuíam um bom capital de relações com os Comandantes Militares. Os próprios Comandantes Militares aparecem como proprietários de enormes extensões de terras, além de vendedores de outras tantas parcelas (Osório, 1990). As exigências legais para a concessão de terras incluíam, entre outras, o regramento de que não poderiam ser doadas frações individuais superiores a três léguas quadradas (cada légua quadrada equivale a 4.356 hectares), nem poderiam ser vendidas pelos adquirentes num prazo

inferior a cinco anos de posse. Mas todos os regramentos foram largamente burlados (Cardoso, 1967; Osório, 1990; Garcia, 2005; Farinatti, 2009).

Enquanto não havia atividade econômica de vulto, estável e regular, não havia estímulos muito fortes para os funcionários da Coroa dedicarem-se aos negócios. Num primeiro momento, a distribuição de terras entre os conquistadores, a distribuição dos cargos aos súditos, a arrecadação de impostos e a distribuição da justiça permitiam a manutenção de uma ordem estatal patrimonial. Mas assim que houve a expansão da economia pastoril, a intensificação do comércio e das exportações, a concessão de terras e cargos passou a fortalecer o poder das parentelas na região, ensejando o que Cardoso (1967, p. 503) chamou de “aristocracia de família”. Isto significa que aos chefes locais passou a ser fundamental em suas estratégias de reprodução constituir casamentos de integrantes de suas famílias com militares e comerciantes, e destes com aqueles (Farinatti, 2010). Os que haviam obtido as terras como reconhecimento de méritos na luta, de acordo com a política da Coroa de ‘posse e conquista’, e que não tiveram condições de constituir cabedais de relações com funcionários reais ou de manter as terras por força das armas, foram sumariamente expropriados ou tiveram seus domínios engolfados dentro de domínios maiores (Cardoso, 1967; Osório, 1990; Garcia, 2005).¹³

Quando em 1828 o Império Brasileiro foi obrigado a recuar e entregar a Banda Oriental até então ocupada, do que viria a ser, depois, a República Oriental do Uruguai, muitos brasileiros mantiveram a propriedade de estâncias ao norte do Rio Negro, e não raro também possuíam propriedades do lado brasileiro. A construção dos grandes patrimônios fundiários na fronteira incluía um conjunto de estratégias utilizadas pela aristocracia de família, em pleno processo de fortalecimento, que ao lado da doação de sesmarias eram compostas pela ocupação simples, pelas compras e as usurpações, que combinavam tanto os cabedais de fortunas quanto de relações sociais (Farinatti, 2009, p. 154).

Considerar esse conjunto de estratégias operadas pelas parentelas torna-se ainda mais importante pelo fato de que em 1822, quando da Independência do Brasil, a concessão de terras pela legislação das Sesmarias deixou de ser realizada. Dessa data até 1850, com o

¹³ Cardoso (1967, p. 494) cita Saint-Hilaire, viajante francês no início do XIX pelos campos sulinos: “Já passei por três estâncias pertencentes ao Marechal Chagas e, entre chácaras e estâncias possui ele oito na Província das Missões, calculando-se em 24 léguas a extensão do terreno que podem ocupar. Todas estas terras foram compradas, porém a preços baixos e, acredita-se na voz do povo, foi o medo que por mais de uma vez obrigou os proprietários a vendê-las”.

advento da Lei de Terras, a ocupação simples foi o único modo de acesso a terra. A Lei de Terras reconhecia as posses feitas até então e a respectiva legitimação por meio de processo judicial específico e instituía que, a partir de então, o expediente da compra seria o único meio legal para ser reconhecido como proprietário. Os mecanismos utilizados por *senhores* ou pelo *campesinato* no acesso a terra foram semelhantes tanto aqui, quanto no restante do Brasil. Tanto o campesinato sempre ocupou como posseiro as terras de fronteira agrícola constituindo o que Martins (1975) chamou de *frentes de expansão*, quanto os grandes proprietários de escravos e/ou terras, em regra, não respeitavam nem os limites legais de suas propriedades, nem a legislação vigente em cada contexto para anexar e expandir seus domínios em períodos de expansão das exportações de seus produtos (Silva, 2008), como fora, por exemplo, no caso da expansão das lavouras de café no Vale do Paraíba (Martins, 1979; Stolcke, 1986). Voltarei ao caso específico da Campanha Riograndense na próxima seção.

Contudo, mesmo com esses processos de concentração fundiária, a imagem da posse e propriedade da terra na Campanha na primeira metade do século XIX estava longe de ser representada apenas por grandes domínios. Além disso, se nos períodos de guerra as forças centrípetas tendiam a reunir guerreiros ao redor de um chefe/estancieiro/militar para a conquista e pilhagem, em tempos de paz as forças centrífugas contrárias também tendiam a agir. Os guerreiros retornavam às suas famílias, constituíam outros grupos familiares, possuíam pequenos rebanhos em propriedade alheia ou mesmo a posse de extensões variadas de terra. Até porque, seria impossível para os chefes/estancieiros/militares manter milícias permanentes devido aos custos econômicos disso, mesmo que fosse somente de consumo de carne. Em tempos de paz esses senhores da guerra deviam querer enviar suas tropas para as charqueadas e as camadas subordinadas deviam produzir suas próprias condições de reprodução social. Num contexto como esse, o exercício da dominação personalizada devia se alterar. As qualidades pessoais de honra e força do chefe ou pelos cabedais militares não deviam ser suficientes. O trabalho de manutenção das relações de dominação devia ser maior. Como consequência, os pequenos criadores e agricultores deviam ter um campo de autonomia relativa aumentado, sem significar que os mecanismos de construção do monopólio da terra deixassem de agir. Essas e outras questões serão tratadas na próxima seção.

2. A aristocracia de família e monopólio da terra: das trocas entre estancieiro e peões e a progressão da subordinação

A partir da primeira metade do século XIX as parentelas familiares ganham poder em termos econômicos e de relações com comerciantes, militares e funcionários Reais. Isso permitiu a constituição de uma ‘aristocracia de família’ que fez valer seus interesses quanto à concessão de vastas áreas de terra para integrantes da parentela, mesmo sobre a posse de antigos povoadores. Esses primeiros conquistadores haviam avançado e dilatado a fronteira desde o século XVIII, criavam seus gados e faziam agricultura. Se alguns deles conseguiram requerer e obter sesmarias, “outros jamais o fizeram ou, em tentando, não conseguiram títulos formais” (Farinatti, 2009, p. 155).

Contudo, nesse período, as posses mais modestas continuaram existindo (Osório, 1990; Garcia, 2005; Farinatti, 2009). A própria ausência de limites precisos sobre os domínios, geralmente constituídos por acidentes geográficos, tornava impossível reproduzir tais dimensões nas cartas de Sesmarias. Por um lado, isso permitia a reprodução mais ou menos instável das camadas subordinadas de tal sociedade, por outro era um mecanismo utilizado para expandir cada vez mais as posses dos estancieiros (Garcia, 2005). De todo modo, certo é que se desenhava uma sociedade agrária complexa, na qual “os pequenos produtores existiam [...] e se multiplicavam com o passar do tempo” (Farinatti, 2009, p. 167).

Garcia (2005) fez um estudo comparativo entre as décadas de 1830 e 1870 no município de Alegrete, vizinho a São Gabriel, quanto às possibilidades de acesso a terra e configuração fundiária a partir de 127 inventários *post mortem*, concluindo que as mudanças que ocorreram entre um período e outro apontavam para o acirramento da disputa pela posse e propriedade da terra.¹⁴ Até por volta de 1850, era mais importante ter

¹⁴ De acordo com o estudo de Garcia (2005, p. 25), enquanto que em 1830 as terras representavam 23% do patrimônio produtivo, o gado 57% e os escravos 17%, em 1870 os valores se invertem, as terras equivalem a 57% do patrimônio produtivo, os animais 24% e os escravos representam 10%. Houve uma valorização da terra em 777%, enquanto os gados valorizaram 100%. Farinatti (2009, p. 151) trabalhou com uma amostra maior de inventários que Garcia (2005), mas chegou às mesmas conclusões. O autor trabalhou com 205 inventários *post mortem* abertos nas décadas de 1830, 40, 50 e 60, também no município de Alegrete. Observando o movimento de valorização da terra, argumenta que em 1860, o valor das terras e benfeitorias chegou a 70% do valor dos patrimônios, enquanto o gado chegava a 17%; já, os equipamentos e instrumentos de trabalho permaneceram em torno de 1% o que, para o autor, demonstra que o nível tecnológico baixo fora comum ao sistema agrário extensivo.

animais do que terra, além de que as criações podiam ocorrer em terras alheias ou devolutas.¹⁵ Mas antes de continuarmos a dar consequência para as principais mudanças observadas pela autora, é importante percebermos outro movimento que também acompanha esse processo, qual seja o das relações e condições de troca entre os estancieiros e os pequenos produtores.

Farinatti (2010) procurou reconstituir as relações de troca entre estancieiros e indivíduos que se assalariavam nas estâncias, buscando inseri-las no contexto das estratégias de reprodução social de ambos os agentes e das relações de poder que se alteravam com o passar das décadas por ele estudadas, mais precisamente entre 1825 e 1865. Havia uma mesma caracterização de utilização da mão de obra: a necessidade nas estâncias de um núcleo permanente de trabalhadores e um núcleo temporário. O núcleo de trabalhadores permanentes era uma combinação de trabalhadores escravos e trabalhadores juridicamente livres. Os trabalhadores temporários eram importantes em épocas de maiores picos de trabalho, como na castração e marcação do gado, para conduzir o gado em tropas para as charqueadas, realizar buscas de gado evadido para fora dos domínios do estancieiro, na doma de animais xucros e outros serviços que poderiam ser eventuais de apenas um dia ou mais.

O fluxo de entrada e saída de trabalhadores temporários seguia o ritmo das necessidades de mão de obra nos meses de pico, especialmente de março a novembro, quando, provavelmente, ocorria a marcação e castração dos gados. Mas havia casos em que os estancieiros registraram a utilização de peões temporários em todos os meses do ano, dependendo das possibilidades que encontravam de contratar peões permanentes. A média de tempo de permanência dos trabalhadores temporários empregados era de três meses. A estrutura básica da mão de obra para o cuidado do gado nas estâncias com mais de 2.000 reses era muito semelhante. Na estância da Palma, de propriedade do brigadeiro Ortiz, entre os trabalhadores permanentes na atividade criatória, havia quatro escravos¹⁶, dois trabalhadores juridicamente livres, sendo um *capataz*, responsável por coordenar os *peões*

¹⁵ Garcia (2005, p. 22) demonstra que a metade daqueles por ela pesquisados não eram proprietários de terras, ou seja, “um título legal não era prerrogativa para estabelecer-se com seus rebanhos, roçados e casas” (p. 22)

¹⁶ O que não significa que as estâncias tivessem poucos escravos, pois o trabalho cativo não era empregado apenas no cuidado do gado, mas em várias outras, como carpinteiro, pedreiro, sapateiro, ferreiro, alfaiate, cozinheiro, no trabalho com a agricultura de subsistência da estância e trabalhos variados aos arredores da sede da estância (Farinatti, 2010, p. 347-383).

nos trabalhos com o gado, e um *peão* empregado o ano todo, além de mais um mínimo de 5 ou 6 *peões* contratados temporariamente. Do ponto de vista do estancieiro, argumenta o autor, não valia apenas cobrir toda a necessidade de mão de obra com o braço cativo, pois fora os períodos de pico de trabalho eles seriam subutilizados, sendo melhor contratar por poucos meses *peões* juridicamente livres nesses períodos (Farinatti, 2010, p. 365).

Mas o autor também formula uma pergunta em sentido contrário: se o braço cativo não cobria toda a dinâmica de mão de obra da estância, porque não prescindir de escravos na atividade criatória? Por que esses *peões*, argumenta, não eram despossuídos de todos os meios de subsistência e tinham acesso relativamente livre a terra. Manter um núcleo permanente de trabalhadores com presença de escravos era uma forma de se precaver contra as oscilações do preço do salário pago aos *peões* (Farinatti, 2010, p. 381).

Do ponto de vista dos *peões* o trabalho eventual compunha uma estratégia de reprodução social de diversificação de seus ganhos, ou melhor, fazia parte da racionalidade própria das famílias de pequenos criadores e agricultores que empregavam parte de seus integrantes de modo temporário nas estâncias. Farinatti demonstra que entre os *peões* livres havia filhos de pequenos lavradores que deviam complementar a renda familiar com o trabalho assalariado e eventual. O que é fundamental a perceber é que se empregar temporariamente tendia a fazer parte do ciclo de vida dos integrantes da família. Era atribuição do indivíduo jovem e solteiro, e essa era uma característica das famílias com menores posses.¹⁷ Constituir seus próprios grupos familiares e se estabelecer como pequenos posseiros, como sugere o autor, deveria fazer parte de seus horizontes e, nesse contexto, o trabalho assalariado teria um sentido de transitoriedade. Possuir um pequeno rebanho e/ou plantações ampliava o campo de autonomia dos grupos subalternos nesta sociedade e ainda podiam contar, em alguns casos, com um ou dois escravos como mão de obra complementar (Farinatti, 2010, p. 430).

Mesmo que sob variados graus de dificuldade, os subalternos ainda tinham acesso a pequenas parcelas de terra, mesmo que fossem em áreas de mata, até certo ponto desprezadas pelos estancieiros, ou se estabelecendo em terras alheias na condição de *arranchados/inquilinos/agregados*. Essas três expressões designativas da condição de

¹⁷ Farinatti (2010, p. 423) comenta que, no caso das estâncias Argentinas, cabia ao *peão* levar sua própria montaria nos períodos de pico de trabalhos e, para tanto, eles deveriam possuir ao menos um cavalo como seu, daí que não eram totalmente desprovidos dos meios de trabalho.

constituir uma casa em terras de outro e como contrapartida fornecer mão de obra e cuidar o gado em pontos distantes da sede da estância são encontradas tanto nos inventários *post-mortem* quanto nos processos crime pesquisados pelos historiadores (Cf. Garcia, 2005; Farinatti, 2010). Mas o fato de se *arranchar*, construir um *rancho*, ou seja, uma casa, ou se *agregar* em terras de outro, não era uma garantia automática de que o estancieiro pudesse contar a qualquer momento e sem custo nenhum com essa mão de obra. A constituição dessa relação de dependência era dada pelas margens de autonomia relativa e de horizontes de possibilidades estratégicas que se abriam aos agentes, fazendo os patrões ter no pagamento de empregados o maior custo das estâncias (Farinatti, 2010, p. 444). A remuneração dos trabalhadores empregados era tanto em dinheiro quanto em mercadorias. Mas com uma diferença fundamental: os *peões* que trabalhavam poucos meses eram os que recebiam os salários mais altos e, além disso, praticamente somente em dinheiro. Quanto mais longo fosse o tempo de trabalho nas estâncias, a remuneração em dinheiro tendia a ceder para o pagamento em mercadorias. O pagamento dos salários mais altos em época de picos de necessidade de mão de obra e somente em dinheiro tendem a significar que a margem de barganha dos *peões* frente aos estancieiros era maior. O acesso aos meios de subsistência necessários para a reprodução social de suas famílias, como a terra para pequenos rebanhos e a prática da agricultura, eram fundamentais para aquele determinado equilíbrio de poder.

A dinâmica de pagamento dos empregados nas estâncias estudadas por Farinatti (2010, p. 385-390) era a seguinte: quando um *peão* era contratado, uma relação com seu nome era aberta pelo administrador da estância. Ao final de cada mês, era assinalado o mês vencido, mas nada era pago naquele momento e entrava como crédito do peão, ou seja, como *dever* do patrão. “Enquanto isso, os peões iam retirando mercadorias e, mais eventualmente, dinheiro com o administrador”; tudo sendo anotado por este último. Mas o administrador relutava em fazer os pagamentos em dinheiro, preferindo pagar com mercadorias (p. 391). Embora o acerto de contas pudesse ocorrer no meio da permanência do *peão*, o mais comum era ocorrer somente quando este saísse da estância e a relação de

trabalho fosse encerrada. Nesse momento, se descontava do salário do *peão* tudo o que ele havia retirado ou tivesse sido adiantado pelo administrador.¹⁸

Assim, supondo que o estancieiro pagasse aos peões com seus artigos e acima do preço que os havia comprado, uma parte dos salários dos peões voltava para o bolso do estancieiro em forma de lucro líquido. O dinheiro aparecia em forma monetária quando da venda dos bovinos às charqueadas e representava tanto os lucros com o pagamento da força de trabalho em mercadoria quanto à realização da extração do sobretrabalho materializado pelo trabalho dos *peões*. Daí a insistência do administrador em fazer os pagamentos em mercadoria, pois para a estância os ganhos com essa troca entre estancieiro e *peões* eram duplos, o trabalho realizado no cuidado dos bovinos surgia ao primeiro como trabalho gratuito. E isso aparece tanto mais quando se analisa a natureza das mercadorias entregues como pagamento de salário: os tecidos representavam 80% das mercadorias entregues, sendo recebidos por 70% dos *peões*, depois vinha erva-mate, fumo, cachaça, instrumentos de trabalho como lombilhos, freios e estribos para montaria, além de trigo e sal. Farinatti (2010, p. 389) assinala que “raramente”, eram entregues terneiros. Não era importante para o estancieiro pagar com bovinos, pois dessa forma ele não conseguia extrair um valor maior de sobretrabalho já materializado no rebanho, como o conseguia com o pagamento em mercadorias. Ora, pagar em bovinos representava “sangrar” a estância, pois era o potencial de renda capitalizada e objetivada pelo trabalho dos peões - que seria entregue gratuitamente ao estancieiro se a este fosse possível pagar os salários somente com mercadorias - a realizar se os vendesse às charqueadas.

Outro mecanismo importante na extração do sobretrabalho e no aprofundamento das relações de dependência é a constituição de dívidas dos *peões* para com a estância. No final de cada acerto de contas, “a diferença era paga pela parte que tivesse ficado devendo” (Farinatti, 2010, p. 385-386). No acerto de contas de duas estâncias de uma mesma família estudadas por Farinatti, de 27 casos, em 7 houve saldo negativo para os *peões* que variavam de \$300 a 8\$100 (p. 388). Contudo, na interpretação dessas relações reside uma divergência

¹⁸ Entre 1842 e 1845, os percentuais de pagamento do salário dos peões, em duas estâncias pesquisadas por Farinatti, se compunham da seguinte forma: 36% pago em mercadorias diretamente pelo administrador; 18% pago a comerciantes da região pela retirada de mercadorias realizada pelos *peões* que trabalhavam na estância e que depois era *acertado* pelo patrão; 3% de dívidas anteriores dos *peões* para com a estância, nos casos em que ficavam devendo quando do acerto final; 16% era em *dinheiro adiantado* pago aos *peões* antes do acerto final; e 27% dos salários era realmente pago no ato final do acerto de contas (Farinatti, 2010, p. 386).

com Farinatti. O autor argumenta que os mecanismos de constituir dívidas dos peões para com a estância também foram encontrados por pesquisadores do caso Argentino, assim como Paraguai para o mesmo período, mas que, concordando com tais autores, “não tinham a função de representar a retenção da mão de obra por dívida, como ocorreu nas *Haciendas* de parte da Nova Espanha, a partir dos fins do século XVI” (p. 388). Para o qual, pergunto: mas os *peões* poderiam negar o pagamento das dívidas? Se negasse, lá ele voltaria a encontrar trabalho, para não falar em outras estâncias? Nesse caso, ele não passaria a ser considerado como tendo quebrado uma regra das trocas então instituídas e sofrer com a reprovação de seus próprios pares? Ele não estaria tornando mais difícil uma das estratégias da reprodução de sua própria família? Penso que ele poderia até não pagar em situações em que a família estivesse migrando, mas no caso de ali nunca mais voltar.

O mecanismo da dívida que “prende”, nesse caso das estâncias, não são leis que instituem a servidão por dívidas, como foi o caso do feudalismo europeu (Duby, 1991), mas é o sentimento moral de “estar em dívida” com alguém, como mecanismo componente das trocas e sintetizado por Marcel Mauss na relação do ‘dom’ e do ‘contradom’ (Mauss, 2007). Ficar em “dívida”, seja em trocas simétricas ou em trocas assimétricas, significa abrir um flanco de estar passível de ser subjogado, no mínimo, moralmente pelo Outro, e enquanto a dívida não for saldada, se mantém uma relação de dominação personalizada que não se fecha. Se no acerto de contas o saldo com a estância ficar no mínimo zerado, ele pode escolher, talvez, nunca mais voltar lá para se empregar, sem nenhum sentimento social de obrigação para com o Outro. Mas se o contrário ocorrer, se o saldo ficar aberto em benefício da estância, essa “dívida” poderá ser cobrada, inclusive, nos momentos de maior pico de trabalho e quando fica mais difícil de encontrar trabalhadores. Por isso é que a dívida “liga”, se não “prende”, o trabalhador à estância e para encerrar tal relação de dependência somente pagando com dinheiro monetário ou, o que devia ser mais provável, com nova jornada de trabalho. Não se trata apenas de “mais uma forma de pagamento adequada a uma economia com pouca circulação monetária, e a uma maneira de tentar diminuir os custos” (Farinatti, 2010, p. 388). Mas sim de maximização da extração do sobretrabalho dos *peões* e de um mecanismo de reforço do modo de dominação que tende a agir não apenas de forma objetiva, ou seja, criando vínculos somente pagos com outra

jornada de trabalho, mas fundamentalmente subjetiva. Mesmo se ele for perdoado da dívida material, a dívida moral só tende a ficar maior.

Quanto à albergagem e a alimentação dos empregados, eram fornecidas pela estância sem serem descontadas do salário; ou melhor, compunham o conjunto do salário dos *peões*, por mais que assim não aparecesse aos agentes envolvidos (Farinatti, 2010, p. 389-390). Portanto, parte nada desprezível da relação dos *peões* com o mercado era mediada pelo estancieiro. Se havia um determinado equilíbrio de poder entre *peões* e estancieiros ao ponto de obrigar os últimos a pagar altos salários em épocas de picos de trabalho, também se constituía um sistema que buscava fazer os primeiros a gastar seus salários monetários na própria estância, senão contrair dívidas. Esse expediente para aumentar a extração do sobretrabalho e evitar ao máximo possível os gastos monetários da estância riograndense da metade do século XIX, não é nenhuma particularidade do caso estudado, mas é uma regularidade em grandes domínios com configurações sociais semelhantes, seja dos domínios feudais poloneses dos séculos XVI-XVIII (Kula, 1979, p. 60), seja do sistema de *morada* na zona açucareira nordestina com o chamado *barracão*, depois do final da escravidão (Sigaud, 1979, p. 34; Heredia, 1988, p. 55; Garcia Jr., 1989, p. 40), ou mesmo no sistema estancieiro argentino com a tentativa de internalizar às estâncias as chamadas *pulperias*¹⁹, no mesmo período do caso aqui estudado (Maestri, 2010b, p. 283). A regra geral em todos esses casos é evitar ao máximo o pagamento em moeda aos trabalhadores, em não se conseguindo, constituir mecanismos de fazer a moeda retornar aos cofres dos *senhores*.

Mas esse conjunto de relações de força mudaria em favor dos estancieiros com o passar dos anos.²⁰ Além disso, não era só a criação de bovinos, por mais que dominante, a

¹⁹ De acordo com Maestri (2010b), as *pulperias* eram vendas ambulantes de bebidas e outras mercadorias nas quais os trabalhadores das estâncias faziam suas compras. De acordo com o autor, havia enorme pressão dos estancieiros para forçar que tais vendas funcionassem apenas dentro das estâncias, o que, possivelmente, inviabilizaria os pequenos comerciantes que as empreendiam. “Em 1840, existiriam nada menos que mil *pulperias* na campanha Argentina, sem contar demais estabelecimentos ambulantes, montados, em geral, em carretas” (p. 283).

²⁰ Ainda na década de 1830, portanto, antes da Lei de Terras de 1850 e antes dos cercamentos dos campos que se difundem velozmente a partir da década de 1880 (Garcia, 2005, p. 111), tem-se um espaço social “complexo e repleto de diversidade [...] [que] refuta qualquer imagem da região da Campanha como um espaço onde a grande propriedade reina absoluta desde sempre, e, mais do que isso, reina legítima” (Idem, p. 41). Para a autora a manutenção de uma imagem da Campanha como um lugar onde somente havia grandes estancieiros, de um lado, e *peões*, por outro, “por tanto tempo alimentada pela historiografia [...] serviu e serve, atualmente, como suporte para um discurso reacionário de manutenção e legitimação do latifúndio na

atividade econômica existente, senão um conjunto de atividades muitas vezes subsidiárias ou não às estâncias, como a agricultura, presença de atafonas, olarias e um comércio caracterizado por observadores da época como sendo pujante ao ponto de concorrer em termos de maior importância com o comércio do litoral do estado, especialmente aquele localizado em Porto Alegre, capital da província.²¹ Com a Lei de Terras de 1850, ocorre uma expressiva redução do tamanho dos rebanhos com o objetivo de garantir o acesso à terra por parte dos produtores, onde o pré-requisito para manter o estabelecimento rural passa a ser o título legal da terra. Por outro lado, Garcia (2005) comenta que parte dos criadores continuavam empregando uma estratégia de criar seus gados em terra alheia, mais que os grandes proprietários apresentavam cada vez mais resistência a tal prática, com aumento das expulsões. Isso ocasionou uma redefinição das condições de troca entre os estancieiros e os *peões*, pressionando os salários para baixo e permitindo a substituição dos escravos nas últimas décadas do século XIX (Garcia, 2005, p. 52). Essa mudança na balança de poderes é percebida por Farinatti (2010, p. 380), quando argumenta que os estancieiros estavam conseguindo negociar preços mais baixos à mão de obra no passar dos anos, pois entre 1851 e 1854 o gasto anual das estâncias com *peões* caíra mais de 25%; uma diminuição de tal monta em somente 3 anos.

A esse quadro se soma à dinâmica de apropriação da terra desencadeada pela Lei de Terras, que neste caso como no restante do país²² teve características semelhantes: poucos são os pequenos proprietários que declaram suas posses; os grandes proprietários fazem as declarações sem informar a forma de aquisição como mecanismo de incorporar ainda maior área de terras, chegando ao ponto, como em Alegrete, do total da área das terras declaradas nos Registros Paroquiais de Terra ser maior que a área total do município (Garcia, 2005, p. 89). Mas mesmo os Registros Paroquiais de Terra não foram utilizados na regulamentação de terras na região da Campanha quando da criação da Secretaria de Agricultura do estado

região [...]” E mais adiante acrescenta: “[...] o latifúndio na região não se construiu sobre ‘terra de ninguém’, ao contrário, dilatou-se sobre as posses legítimas de muitos produtores” (p. 41).

²¹ Cardoso (2003, p. 82) cita Arsène Isabelle, viajante francês no Brasil, que em 1833 descreveu da seguinte forma a região da Campanha e o Rio Grande do Sul: “É fácil prever que, em poucos anos, [o município de São Francisco de Paula, de apenas 10 anos de existência] será a segunda cidade da província e talvez também a mais comercial: porque toda a parte sul, desde São Gabriel (ao centro) até o Prata, e mesmo a fronteira nordeste da Banda Oriental, são abastecidas por São Francisco de Paula, ao passo que Porto Alegre abastece o norte, mas esta parte, ainda que mais populosa que a outra, não é tão rica, porque as estâncias são mais raras devido à má qualidade das pastagens, ao grande número de matas e à desigualdade do solo”.

²² Ver Silva (2008).

do Rio Grande do Sul, em 1890, responsável para tal. Fato demonstraria, segundo a autora, que a legitimação de terras fora, muitas vezes, fraudulenta, o papel central que teve o judiciário local e a força das redes de relações entre parentelas e o corpo burocrático do estado.²³ Nesse contexto, surge a figura do *intruso* e a expulsão ou submissão dos *arranchados*.²⁴ Esse processo se multiplica com o cercamento dos campos, além de fechar e definir as fronteiras do privado, acabando com qualquer dúvida sobre os limites de cada domínio. Por isso, a construção de uma cerca era também o momento de incorporar ou perder áreas de terra, como capões de mato ou nascentes de água. Os limites baseados em acidentes geográficos eram sempre delimitações elásticas e imediatamente passíveis de disputa, pois a terra aumentara vertiginosamente de preço.²⁵

De forma geral, a estrutura de poder se alterara radicalmente no espaço social. Tornava-se cada vez mais difícil ter acesso livre às terras. Se, já em 1854, o brigadeiro Ortiz utilizou como argumento para desqualificar as testemunhas de um processo movido pelo seu genro, devido em uma disputa por gado, dizendo serem famílias *dependentes* daquele, por morarem em suas terras (Farinatti, 2010, p. 441), o grau de dominação personalizada só tendeu a aumentar ao longo dos anos, na mesma medida em que o acesso livre aos meios de sobrevivência escasseavam para uma parte da população. Agora, para continuar *arranchado* em algum pedaço de terra era necessário reconhecer que não transmitiria aquela terra por qualquer título legal ou por herança, além de reconhecer no estancieiro o legítimo proprietário. Assim como no caso de *pedir arranchamento*, ou *morar de favor*, uma família que não compensasse o fato ter recebido a *graça* de permanecer ou se

²³ A autora demonstra que no município de Alegrete, nenhum hectare de terra foi regulamentado tendo em vista as declarações realizadas no Registro Paroquial de Terras; no município de Bagé e em São Gabriel, a cifra foi de apenas 23.816 hectares e 10.000 hectares, respectivamente. Muito ao contrário ocorreu nos municípios localizados no norte do estado, como em Passo Fundo, tendo legitimado a partir do Registro Paroquial de Terras 665.735 hectares (Garcia, 2005, p. 141). Para Garcia, isso significaria “um vazio estatal que manifesta a força da classe dominante na região, que, sem mediações a não se o poder judiciário local, resolveu internamente os problemas de uma apropriação fundiária desigual e muitas vezes fraudulenta” (Idem, p. 142).

²⁴ Para uma descrição detalhada destes processos de expulsão de *intrusos*, de *arranchados* do interior dos grandes domínios, além das diferenças entre tais processos que ocorrem no desenrolar da segunda metade do século XIX, nos quais a argumentação da propriedade privada ganha cada vez mais espaço, além do papel do judiciário local, olhar o Capítulo 3 da dissertação de Garcia (2005), além de Zarth (1997).

²⁵ Tejo (1982, p. 80-81) fala que “[...] o grande domínio [na Campanha] representou uma necessidade histórica” como “medida de expansão continental”. Essa interpretação desconhece os processos sociais que levaram à formação da grande propriedade e ainda a legítima como “necessidade histórica” num dado período. Como visto, a “expansão continental” se deu, em grande parte, a partir das pequenas posses. A grande propriedade só se firmou com o roubo, a violência e a expropriação das condições de trabalho dos pequenos posseiros a partir, sobretudo, da Lei de Terras de 1850.

instalar em terra alheia com a prestação de serviços regulares, tornava-se compelida a fazê-lo, ou a buscar um novo patrão, uma vez que a procura por instalar *arranchementos* deve ter crescido. Constituíam-se relações personalizadas as quais as famílias de *peões* não teriam jamais a possibilidade de saldar as dívidas para com seus *senhores*, um ‘dom’ que não existiria um ‘contradom’ a altura para zerar tal saldo.

Mas para se entender melhor o enredamento social no qual os *dependentes* ficavam mais *dependentes* no espaço social dominado pela estância - com óbvios rebatimentos objetivos e subjetivos personalizados na pessoa do *estancieiro* e do *peão*, que serão tratados em outros capítulos desta tese -, faz-se necessário fazer duas digressões sobre o conjunto do espaço social do Rio Grande do Sul e perceber como esse espaço também fechava outras possibilidades de trajetórias para as famílias pobres submetidas à região estancieira. As digressões são quanto às possibilidades de migração em direção à fronteira agrícola e em direção ao trabalho industrial. O bloqueio dessas duas possibilidades só se entende se inserirmos os projetos de colonização na equação do jogo social.

3. Os dois bloqueios do espaço social: migração em direção à fronteira agrícola e ao trabalho industrial

Os projetos de colonização com pequenos proprietários no Rio Grande do Sul, seguiram, inicialmente, os objetivos geopolíticos de garantir a posse do território, ocupando os espaços considerados vazios. Logo após a assinatura do Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, pelo qual deveriam permutar a Colônia de Sacramento pela região das Missões, em 1750, Portugal idealizou colonizar as Missões com colonos açorianos. Mas como aquela permuta só ocorreria, de fato, no início do século XIX, os colonos açorianos foram instalados no litoral, próximos de Porto Alegre, e na Ilha de Santa Catarina. Mas além de ocupar os “espaços vazios” e garantir a posse do território, o projeto da Coroa Portuguesa previa que fornecessem alimentação às tropas militares no Continente de São Pedro, especialmente o trigo, e soldados para os recrutamentos (Moure, 1980; Lando e Barros, 1980; Cardoso, 2003; Zarth, 2002). Esta experiência de colonização com pequenos proprietários chegou a exportar trigo para Portugal na segunda década de 1800. Contudo, as possibilidades de criação e valorização do gado que se abriam nessa época acabou por reconverter os colonos, não só pelo efeito das charqueadas, mas porque muitos

comerciantes e agricultores bem situados em termos de relações sociais passaram a adquirir terras na região recém conquistada dos indígenas missioneiros.²⁶

Os projetos de colonização com pequenos proprietários só foram retomados em 1824, com imigrantes Alemães nas intermediações do Rio dos Sinos a partir da fundação da Colônia de São Leopoldo, próxima de Porto Alegre, como os demais projetos que se seguiram, ainda sob o argumento geopolítico e de produção de alimentos, considerados escassos na província (Roche, 1969. Moure, 1980).²⁷ Já a partir de 1850, e com a maior parte de imigrantes italianos, iniciam-se novas colônias na região da Serra Gaúcha e Depressão Central, constituindo quatro colônias oficiais, chamadas de Caxias (Caxias do Sul), Conde D'Eu (Garibaldi) e Dona Isabel (Bento Gonçalves), instaladas entre 1874 e 1875. Em 1877, foi fundada a colônia de Silveira Martins no Centro do Estado (Roche, 1969).²⁸ A partir de 1890, ocorre o que Roche (1969) chama de “salto para o planalto”, com a formação de várias colônias públicas, mas principalmente privadas, nas áreas de mata ao norte do estado.²⁹

O fracionamento das parcelas de terra, a forte pressão demográfica³⁰ e o esgotamento do solo, obrigavam a procura de novas terras, que se processou nas áreas de mata do Planalto, consideradas sem interesse econômico pelos estancieiros. No final do

²⁶ A bibliografia também cita como causas da desarticulação da produção do trigo o constante recrutamento dos filhos dos colonos açorianos para servir nas guerras de conquista do Prata, o não pagamento do trigo requerido compulsoriamente pelo Exército, além da ferrugem que teria atacado os trigais causando prejuízos em termos de rendimento. Contudo, sem desconsiderar a importância de todos esses fatores, eles não são suficientes para entender a desarticulação da lavoura tritícola, sem considerar que se abria aos colonos melhores oportunidades com o desenvolvimento da economia pastoril (Cardoso, 2003; Zarth, 2002 e outros).

²⁷ As exceções foram de três projetos: em 1825 houve a instalação de uma colônia na região do Alto Uruguai, em São João das Missões, antiga redução jesuítica, a partir da política de garantir a posse do território contra as nações fronteiriças, especialmente a Argentina, mas dada a impossibilidade de estabelecer comércio com algum centro urbano, a colônia se desfez. Pelos mesmos motivos e tendo o mesmo fim, assim foram as experiências das colônias de São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, no litoral norte do Rio Grande do Sul, instaladas em 1826 (Zarth, 1997, p. 77-78; Giron e Bergamaschi, 2004).

²⁸ É importante assinalar que não foram somente colonos Alemães e Italianos que imigraram para o Rio Grande do Sul, mas também holandeses, poloneses, russos, húngaros e outros, mas em menor quantidade. Entre 1824 e 1830, entraram 5.350 imigrantes alemães no estado, fluxo interrompido pelo convulsão interno devido à Revolução Farroupilha. Entre 1848 a 1874, chegaram cerca de 22 mil imigrantes, dos quais 19.607 eram de origem alemã. Entre 1875 e 1914, entraram aproximadamente 100 mil imigrantes italianos no estado (Roche, 1969; De Boni e Costa, 2000)

²⁹ O tamanho dos lotes de terra recebidos pelos colonos açorianos foi, em média de 272 hectares, já os primeiros colonos Alemães receberam lotes de 77 hectares, a partir de 1851, houve redução para 48,4 hectares, e a partir de 1875 os lotes passaram a ter 25 hectares (Picolotto, 2011, p. 21). Os lotes de 25 hectares passaram a significar unidade de medida, assim, “uma colônia”, ou seja, um lote de terra no qual deveria se instalar uma família de colonos, significava a dimensão de 25 hectares (Zarth, 1997, p. 94).

³⁰ Roche (1969, p. 140) calculava em 30.000 indivíduos o crescimento anual da colônia de Silveira Martins.

século XIX e princípio do século XX o preço da terra no Planalto havia subido 1.000%, processando-se um enorme mercado de terras no estado (Zarth, 1997, p. 92).³¹ Dada a dinâmica de reprodução interna ao campesinato nas chamadas Colônias Velhas, a cada nova geração se produzia uma população que buscava se reproduzir sobre novos lotes de terra e constituir família que, somado a novos imigrantes que ainda chegavam, constituíam uma demanda por terra que acabou por ocupar todas as áreas florestais do estado; já na década de 1920, essa mesma dinâmica se reproduzia no Oeste de Santa Catarina.

O problema é que as áreas florestais do Rio Grande do Sul não eram desabitadas. Nelas os chamados trabalhadores nacionais, que haviam avançado lentamente, disputando as terras com os povos indígenas, viviam do trabalho com a agricultura, assalariamento temporário nas estâncias e também da exploração da Erva-Mate nas florestas públicas. A Erva-Mate, produzida a partir das folhas de uma determinada árvore e usada para fazer o chimarrão, em 1866 representou 69% das receitas do município de Cruz Alta, que exportava para a região da Campanha, Argentina e Uruguai (Zarth, 1997, p. 57). Contudo, a valorização das terras provocou um longo processo de privatização dos ervais até então públicos, seja para impedir o livre acesso ao processo extrativo ou mesmo para comercializar a terra para os projetos de colonização.³² As terras eram compradas pelas companhias de colonização ou de chefes locais, que já haviam lutado contra posseiros, ou do Estado e revendidas aos colonos. Vale assinalar que esse processo ganhou impulso pela instalação das ferrovias no final do século XIX que ligaram não somente estas áreas a São Paulo, facilitando a exportação de gêneros alimentícios, mas também à Campanha e à Porto Alegre, facilitando a exportação da Erva-Mate, madeira e alimentos, permitindo um amplo desenvolvimento econômico dos projetos coloniais (Zarth, 1997, 2002; Axt, 2011, p. 194).

Os trabalhadores nacionais que já habitavam essas matas foram considerados *intrusos* e, em sua maior parte, expulsos para a instalação das colônias (Kliemann, 1986).

³¹ A colonização privada ocorreu numa velocidade muito maior que a pública: de 1824 a 1918, foram implantadas 51 projetos de colonização pública, realizadas pelo Estado e 213 projetos de colonização privada (Frantz e Silva Neto, 2005, p. 62).

³² Quanto ao processo de privatização dos ervais, Zarth (1997, p. 63), comenta que os camponeses pobres tinham dificuldades para requisitar as terras como suas; primeiro porque as encaravam como públicas, segundo que não tinham dinheiro para pagar os serviços de medição, terceiro que muitos não ficavam sabendo do processo desencadeado pela Lei de Terras, quarto que aqui também prevaleceram as boas relações dos usurpadores com o judiciário e demais funcionários do corpo burocrático do estado: “Não devia ser raro chegar algum sujeito com um título de proprietário da terra na mão e apresentá-lo aos que realmente ocupavam as terras e usufruíam delas”.

Entretanto, a expropriação dos chamados lavradores nacionais era relativamente complexa, pois se havia a usurpação pura e simples de suas terras, a própria mercantilização do solo o afastava da possibilidade de adquirir por compra (Zarth, 2002, p. 86). A incorporação de parte destes trabalhadores nos projetos de venda de pequenos lotes de terra se deu a partir de 1910, quando o Governo do Estado procurou regularizar as áreas de terras ocupadas pelos mesmos, titulando as posses destes lavradores (Silva, 2003). Paralelamente a este processo houve uma política de aldeamento indígena confinando as tribos que ainda não haviam sido exterminadas em determinadas áreas florestais. Essas áreas passaram a ser disputadas pelo campesinato colonial na década de 1950, empurrado pela lógica de reprodução camponesa. Os conflitos daí surgidos compõem os motivos que originaram tanto o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MASTER), no final dos anos de 1950, quanto o Movimento dos Sem-Terra (MST) no final da década de 1970 (Zarth, 1997, p. 40; Eckert, 1984).

Talvez, a melhor maneira de perceber essa dinâmica de ocupação do território seja o cruzamento de mapas que mostram a vegetação original do território, os projetos coloniais e a divisão política do estado – ver o Anexo A. Isso demonstra graficamente o que se argumentou acima: uma multiplicação da pequena propriedade de colonos nas áreas florestais e a extrema divisão política quando se compara com os municípios da Campanha.

Mas para efeitos desta tese, importa considerar que no Rio Grande do Sul a Lei de Terras de 1850 não cumpriu apenas o papel de garantir a separação da mão de obra da propriedade da terra, ou ainda, de impedir que a terra fosse acessada livremente, como fora o debate travado pelas elites paulistas (Martins, 1979). Aqui os efeitos parecem ter sido mais contraditórios, com a expropriação de uma parte da população seja na região dominada pela economia estancieira, seja nas regiões florestais, por um lado, e por outro levou à formação de um setor de pequenos proprietários imigrantes desvinculados das amarras da grande propriedade, como fora o *colonato*. Exatamente por esse processo, os expropriados na região de economia estancieira tiveram bloqueadas as possibilidades de migrar em direção ao norte em busca de melhores condições de vida, fazendo despencar as remunerações do trabalho assalariado nas estâncias devido ao aumento da oferta de mão de obra, reforçando as amarras desta população à grande propriedade pastoril.

Ao contrário das elites paulistas, as discussões que perpassaram a elite local nas últimas décadas do século XIX não foram só de como se daria a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas qual seria a mão de obra, “[...] por assim dizer, *regeneradora e civilizadora*” (Cardoso, 2003, p. 244, grifos no original). Não que deixasse de haver mão de obra potencial para a substituição do trabalho escravo, até porque “[...] parte ponderável da população liberta regredia, do ponto de vista econômico, à condição de produtora da própria subsistência”, mas essa mão de obra foi considerada incapaz e inferior para o desenvolvimento de relações mercantis no capitalismo industrial nascente (Idem, p. 243). A população mestiça de indígenas, brancos e negros não foi considerada apta em termos civilizacionais. A crítica à escravidão se deu pela via da imigração, mais em função das virtudes do trabalho imigrante, do que às condições concretas do trabalho escravo. Os partidários da imigração não atuaram no sentido de direcionar os imigrantes para suprir a falta de braços nas charqueadas ou estâncias, isso não era desejado conscientemente, até porque não havia necessidade objetiva, uma vez supridas pela força de trabalho nacional, mas sim a formação de uma classe de pequenos proprietários (Picollo, 1993, p. 115; Zarth, 2002, p. 183; Cardoso, 2003, p. 245).

O debate hegemônico entre frações da elite local ficava patente pela contraposição entre ‘colonização’ e ‘imigração’. Não se buscava um processo semelhante ao que ocorrera em São Paulo, com o *colonato*, mas com ele se polemizava. No Rio Grande do Sul era necessário ‘imigração’ como forma de “progresso”, frente à argumentação de que o negro, o índio e o mestiço, além de indolentes eram culturalmente inferiores. Para Cardoso (2003, p. 248), “buscava-se uma renovação das práticas de trabalho com a valorização do espírito do trabalho e que só o imigrante poderia fazer tal renovação”. Frente às preocupações dos charqueadores quanto à substituição da mão de obra escrava, os imigracionistas respondiam que os imigrantes, concorrendo com os trabalhadores nacionais, os fariam procurar trabalho agrícola assalariado, além de que era necessário não pensar apenas em suas empresas, mas no “progresso” civilizacional (Cardoso, 2003, p. 250).³³

³³ Frente às tentativas de constituir relações com os colonos imigrantes que entravam no estado que não aquelas de produtor independente, Cardoso (2003, p. 250) cita uma declaração de uma entidade responsável por acompanhar o processo de imigração: “A Sociedade Central de Imigração, além de quanto já tem dito nesse sentido pronunciando-se, de modo conhecido, *contra todo e qualquer contrato de locação de serviços com o imigrante da Europa*, assim como contra todo e qualquer sistema que não consagre a posse, no presente ou no futuro, do lote de terra pelo colono, e contra todo e qualquer sistema de adiantamento de

Nesse contexto, o problema da escravidão e do trabalhador nacional era marginal frente às expectativas do projeto positivista de “progresso”, baseado no trabalho branco, imigrante e independente. Por esta razão Zarth (2002, p. 146) afirma que, “certamente, o Rio Grande do Sul é o estado da Federação onde a questão da escravidão foi mais profundamente negada pela ideologia oficial, em nome de uma suposta democracia racial”. Uma ideologia que apagava não só as diferenças de poderes entre escravos e trabalhadores nacionais em relação às classes privilegiadas, mas realizava a façanha de apagar a própria existência de escravos e de relações de dominação sobre os trabalhadores nacionais, especialmente aqueles da economia estancieira (Cardoso, 2003, p. 264).³⁴

Para os defensores de tais pontos de vista, o sucesso das colônias confirmava a tese da inferioridade tanto do negro, quanto do *caboclo*, designação pejorativa para o trabalhador nacional³⁵. As colônias passaram a produzir alimentos para o mercado interno e para outras províncias. Desde a década de 1870 contrapunha-se a forte dinâmica da imigração colonial contra o marasmo da economia pastoril e charqueadora dadas as frequentes crises devido à concorrência com o charque platino.³⁶ De forma geral, Zarth (2002, p. 252) comenta que mesmo as estâncias deixariam de produzir internamente os alimentos de subsistência para serem abastecidas pelos produtos coloniais, liberando o trabalho escravo até então utilizado nessas tarefas.

Isso não significa afirmar que a vida dos colonos que imigraram fosse fácil, ou que o Estado tivesse dado todo o suporte material necessário. Muitos são os relatos das dificuldades, dos atrasos das ajudas oficiais, das péssimas condições de acesso aos

capitais que não lhe permita a mais plena liberdade de ação e locomoção ou mudança [...]” (Grifos no original).

³⁴ O principal autor que notabilizou a tese da democracia racional no sul foi Jorge Salis Goulart, com a obra *A formação do Rio Grande do Sul*, publicado em 1927 e premiada pela Companhia das Letras. É impressionante a ginástica teórica em transformar uma das sociedades mais desiguais e violentas, numa das mais iguais e justas (Goulart, 1978).

³⁵ Sobre os significados da designação *caboclo* no Rio Grande do Sul, ver Silva (2003).

³⁶ Em 1860 as exportações das colônias atingiram 5,4% do total exportado pela província, enquanto as exportações de charque, couro e lã representavam 75% do total. Em 1880, a participação da economia colonial nas exportações passou a 6,3% e em 1890, para 33% (Zarth, 2002, p. 253). Se comparado somente os dois principais produtos: o charque da economia estancieira, contra a banha da economia colonial, temos que em 1890 o charque correspondia a 30,3% do valor das exportações, enquanto a banha detinha 11,6%, em 1927 ocorre uma inversão de posições, o charque com uma participação de 17,8% e a banha com 19,7% (Heidrich, 2000, p. 75).

mercados e das *lutas*³⁷ para se construir uma vida melhor (Roche, 1969; Cortese, 2002; Rückert, 2003). Casos de empobrecimento dos colonos foram identificados pela via duplamente pejorativa da conversão ao modo de vida dos *caboclos*, como um processo de *acaboclicação* (Weibel, 1979). Não se está argumentando que os colonos viveram num Canaã. O que se está argumentando é que a violência objetiva e simbólica para com as famílias dos trabalhadores nacionais foi, talvez, sem comparação contra a violência que qualquer outro grupo tenha sofrido, num espaço social onde eles e os indígenas ocupavam as últimas posições em termos de todos os tipos de capitais. E nesse espaço estavam impedidas as possibilidades de migrar para as áreas de mata e fugir da dependência da estância.

Falta-nos identificar o outro bloqueio, relativo ao trabalho industrial.

A indústria estadual ocupou a terceira posição em termos de maior importância econômica no contexto da industrialização nacional durante toda a primeira metade do século XX, ficando atrás do Distrito Federal, São Paulo, e, depois, para Minas Gerais. No final do século XIX, o Rio Grande do Sul era caracterizado pela existência de dois polos industriais: um localizado nas cidades de Rio Grande e Pelotas, no sul do estado, e outro em Porto Alegre. Além deles havia diversos pequenos e médios estabelecimentos manufatureiros no interior, especialmente na região colonial, mas os dois polos industriais referidos respondiam por dois terços do emprego industrial. Rio Grande concentrava a indústria em grandes estabelecimentos de fiação e tecelagem, e Pelotas nas charqueadas. Enquanto o primeiro importava algodão como matéria prima, o segundo industrializava o gado do setor estancieiro; mas ambos tinham como mercado consumidor sobretudo as cidades do Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. Bem diferente eram as características do polo industrial em Porto Alegre, com maior número de estabelecimentos, escala menor de produção e mercadorias diversificadas, sendo que tanto as matérias primas quanto o mercado consumidor se desenvolvera em articulação com os núcleos coloniais (Bandeira, 1994; Reichel, 1993)³⁸.

³⁷ Tenho em mente as três significações da noção de luta identificadas por Comerford (1999) entre trabalhadores rurais do Rio de Janeiro.

³⁸ Em 1907, na indústria em Porto Alegre havia 4.888 operários; em Rio Grande e Pelotas havia 5.082 operários. Contudo, em Porto Alegre havia 114 empresas, em Pelotas, 56 e Rio Grande, 21. Porto Alegre possuía 38 ramos de produção, enquanto que os outros dois, somados, apresentavam apenas 27 ramos de produção. Porto Alegre concentrava apenas 13,26% dos operários no ramo da fiação e tecelagem, enquanto

As indústrias em Rio Grande foram aniquiladas por duas ordens de fatores: por um lado a impossibilidade de concorrer com as mercadorias produzidas em São Paulo, devido, principalmente, ao custo do frete, dada à distância em relação aos mercados, e aos impostos interestaduais que constituíam uma barreira protecionista; por outro lado, a indústria têxtil ficava refém das taxas de câmbio operadas sempre em favor da principal lavoura de exportação do país, o café, uma vez que dependia da importação de algodão. A valorização da moeda nacional por ocasião do início da Primeira Guerra Mundial levou à falência dessas indústrias (Reichel, 1993, p. 266).

Mas se inviável ficava de participar da concorrência no mercado nacional, o mercado estadual não poderia ter se constituído como destino para absorver a produção destas indústrias? Bandeira (1994, p. 24-25) formula essa pergunta e a responde da seguinte forma: excluída a região colonial, abastecida pelas indústrias em Porto Alegre, o mercado interno da região estancieira havia encolhido. Ou seja, não existia demanda efetiva para promover tal absorção. Isso quer dizer, não havia renda monetária distribuída para se tornar mercado consumidor, apesar de haver mercado consumidor em potencial: a região sul do estado concentrava cerca da metade da população do estado por volta dessa época.³⁹

Isso só confirma a análise que realizamos no tópico anterior sobre o aumento do desequilíbrio nas relações de troca na *estância*, quanto às relações sociais de produção, além da concentração da terra. Nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Bagé, Santana do Livramento, Santa Maria ou Uruguaiana, havia uma enorme concentração da terra, da renda e, por consequência, a maior parte da população não constituía mercado efetivo. Contudo, argumenta Bandeira (1994), havia renda, mesmo que concentrada. Somente uma parcela social composta por estancieiros, comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e militares poderia despender valores expressivos no consumo de produtos manufaturados. Mas essa renda era dirigida para o consumo de mercadorias regionais? Bandeira (1994, p. 25) responde negativamente, pois “como sua renda era relativamente elevada, uma parcela significativa das compras era canalizada para produtos importados, de melhor qualidade”.

Rio Grande concentrava 60,61% dos operários; Pelotas concentrava 42,27% dos operários no ramo das charqueadas (Bandeira, 1994, p. 23-24).

³⁹ Em 1900, a população do estado estava assim distribuída: 48,4% se localizava na chamada região sul; 21,4% na região norte; 30,06% na região nordeste. (Bandeira, 1994, p. 33, Tabela 1).

Com o passar dos anos, as características estruturais da indústria nesses dois polos citados se acentuou. Enquanto Porto Alegre seguiu como principal centro industrial, tanto Pelotas quanto Rio Grande foram ultrapassadas em termos de importância econômica como centros industriais pelas cidades coloniais de Caxias do Sul - colonização italiana -, São Leopoldo e Novo Hamburgo - colonização alemã e mais antigas.⁴⁰ O eixo de maior desenvolvimento econômico do estado se deslocava definitivamente do Sul para o Nordeste, este em articulação com as regiões coloniais.

Todavia, isso não significa afirmar que os estancieiros, enquanto classe social proprietária de terras, sofreram reduções de seus rendimentos, o que dependia por um lado dos preços internacionais do charque, e por outro pelas possibilidades de reduzir para perto de zero os gastos monetários com força de trabalho, uma vez que aumentava a submissão no espaço estancieiro. Os estancieiros ampliavam suas margens de autonomia, uma vez que o trabalho passara a ser oferecido pela *graça de se arranchar de favor* – voltarei a este ponto no Capítulo VI. As indústrias instaladas em outras cidades da Campanha, como Bagé, Santana do Livramento e Uruguaiana se concentravam no setor de beneficiamento da carne para a exportação⁴¹. Do qual se depreende o alto grau de especialização baseado na *estância*, com remunerações monetárias irrisórias, e, como consequência, “[...] quase total ausência de um segmento produtor de bens manufaturados para o mercado regional” (Bandeira, 1994, p. 29). Isso em uma conjuntura da indústria e do mercado nacional caracterizado pela regionalização, ou seja, haveria pouca concorrência para indústrias locais

⁴⁰ Em 1937, havia em Porto Alegre 14.456 operários, enquanto em Rio Grande e Pelotas havia 8.120 operários. Na mesma data, Porto Alegre tinha 1.082 estabelecimentos industriais distribuídos por 163 ramos de produção, Rio Grande e Pelotas tinham 220 estabelecimentos distribuídos entre 42 ramos de produção em Pelotas e 32 ramos de produção em Rio Grande. Comparando-se as cidades do sul às cidades coloniais temos, ainda com dados de 1937: Enquanto Pelotas tinha 2.120 operários, Caxias possuía 2.447 operários, São Leopoldo estava com 2.487 operários, e Novo Hamburgo com 2.227 operários. Mas a estrutura industrial também era menos concentrada nas cidades coloniais: Caxias tinha 53 tipos diferentes de estabelecimentos, São Leopoldo apresentava 74, e Novo Hamburgo apresentava 44 (Bandeira, 1994, p. 28).

⁴¹ Em 1937, em Bagé havia 1.466 operários, sendo que destes 866 trabalhavam em charqueadas; em Santana do Livramento, havia 2.757 operários, dos quais 2.360 trabalhavam em um único frigorífico; em Uruguaiana, existiam 568 operários, sendo 270 deles em charqueadas; Santa Maria, no centro do estado, havia apenas 667 pessoas empregadas na indústria (Bandeira, 1994, p. 28). As charqueadas e frigoríficos encontrados fora dos tradicionais centros charqueadores, como Pelotas, só foi possível depois da construção das estradas de ferro no final do século XIX que permitia escoar a produção para o porto de Rio Grande (Axt, 2011, p. 162). A bibliografia especializada considera que o setor charqueador só não esteve em “crise” nos momentos em que algum problema desorganizava a produção dos concorrentes do Prata (como guerras, etc.). Entretanto, este setor só entra em crise terminal no final da década de 1940, quando os próprios pecuaristas vão controlar uma rede de cooperativas-frigoríficos espalhados por vários municípios da Campanha. Voltarei a analisar as relações entre o setor charqueador, os frigoríficos e os estancieiros no próximo capítulo.

que aí atendessem um possível mercado consumidor diversificado (Furtado, 2005). O processo de unificação do mercado nacional só ocorre a partir de meados de 1950, quando as indústrias localizadas em Porto Alegre e nas cidades coloniais passam a sofrer forte concorrência com as mercadorias vindas de São Paulo (Targa et al., 1998, p. 229).

Portanto, não houve, seja no polo industrial de Rio Grande e Pelotas, seja nas demais cidades da campanha qualquer desenvolvimento do setor de salários industriais capaz de representar uma força de atração que se constituísse como horizonte de trabalho para as classes subalternas, por mais que pudesse ter se constituído para casos particulares. É possível sugerir que aquelas indústrias comprassem força de trabalho já encontrada nesses locais, não se constituindo um processo de estímulo a migrações, como fora no caso das indústrias de São Paulo e as migrações de trabalhadores do Nordeste do país, que colocou em xeque o poder do *senhor de engenho* (Garcia Jr., 1989).

Mas e a indústria localizada em Porto Alegre, que cresceu e concentrou a atividade industrial do estado? Para entendermos os motivos pelos quais também não se torna uma força de atração para as classes subalternas da região estancieira, é necessário compreender sua constituição e articulação com a região colonial.

Uma vez que as áreas coloniais se expandiam em direção às matas ao norte, aumentava a produção física e as exportações de produtos agrícolas para outras regiões do estado e país; o Rio Grande do Sul passou a ser conhecido como “celeiro do país” (Castro, 1975, p. 47). A renda gerada pela agricultura e a criação de pequenos animais - sobretudo o suíno - era distribuída por uma infinidade de núcleos familiares de colonos pequenos proprietários e isso criava um amplo mercado interno que se articulou com a industrialização de Porto Alegre e arredores. Constituiu-se o que Castro (1975) denominou como uma região “voltada para dentro”, consolidando seu próprio mercado interno de produtos alimentares e fornecedor de matérias primas, por um lado, e por outro lado, de produtos manufaturados. Desde a instalação das primeiras colônias, Porto Alegre já se constituía como polo comercial no intercâmbio com esses núcleos de pequenos produtores, cada vez mais distantes do litoral; posteriormente, torna-se o centro de uma indústria baseada neste mercado consumidor e pelo capital comercial aí gerado (Reichel, 1993; Bandeira, 1994).

A forte relação de Porto Alegre com as regiões coloniais se intensificou com a construção da estrada de ferro a São Leopoldo, em 1874 e a Novo Hamburgo, em 1876.⁴² A relação estreita com as áreas de colonização mais antiga e mais próximas da capital respondia pela maior parte do acúmulo de capital comercial, mais tarde investido na criação de indústrias (Piccolo, 1993, p. 115). Além disso, de acordo com Fortes (2001, p. 5), a integração do desenvolvimento econômico das colônias com a urbanização de Porto Alegre era um elemento de atração para um novo fluxo imigratório agora dirigido diretamente para as atividades urbanas. O autor registra a entrada na capital de “[...] significativos, porém menores contingentes [em comparação com a imigração alemã e italiana anterior] de poloneses e outros imigrantes do leste europeu a partir da década de 1890 [...]”, como eslavos, russos, alemães, ucranianos, iugoslavos, romenos, estonianos, que continua até meados de 1950 (Fortes, 2001, p.107). Além de trabalhadores com apenas a posse de sua força de trabalho, tanto trabalhadores imigrantes já possuidores de algum capital seguiam para a capital à procura de estabelecer negócios, quanto integrantes das colônias alemãs que já desenvolviam o comércio entre a capital e as colônias estabeleceram um fluxo que se intensificou a partir de 1880, seguindo o ritmo do crescimento industrial. É justamente este caminho entre as colônias e a capital que marca o processo de industrialização desta parte do estado desde o início do século (Piccolo, 1993; Pesavento, 1983; Fortes, 2001).

Por volta de 1920, à medida que o emprego industrial aumentava em larga escala, dois bairros em Porto Alegre se constituíram como os mais importantes bairros industriais da capital e do estado: os bairros Navegantes e São João, também chamados de Quarto Distrito.⁴³ Fortes (2001) fez um estudo histórico-etnográfico desses bairros, no qual me apoio para o que segue. De acordo com o autor, o Quarto Distrito constituiu-se como

⁴² Até então a principal via de comunicação entre as colônias alemãs e a capital era fluvial. “Já a partir de 1825 registram-se os primeiros lanchões de colonos alemães fazendo a rota para Porto Alegre a fim de comercializar o excedente de produção [...]. A partir de 1850 a rota foi melhorada com a introdução de navios a vapor. Assim, o tempo de percurso entre São Leopoldo-Porto Alegre diminuiu de cinco dias, ida e volta, para 24 horas. Aos poucos a influência do capital comercial de origem colonial foi-se estendendo para os outros rios. Os lanchões começaram a fazer a rota pelo Rio Jacuí para Rio Parto e Cachoeira do Sul, em 1843. Em 1875, alguns lanchões ainda não haviam sido substituídos pelos vapores e sobreviviam navegando pelo Rio Taquari” (Axt, 2011, p. 231).

⁴³ O Quarto Distrito, em 1957, “teria um total de 558 estabelecimentos industriais, com 14.947 operários, respondendo por 57,9% da produção industrial de Porto Alegre e 14,04% da do estado. Estes índices o colocariam 62% acima da produção industrial do segundo polo do estado, a cidade portuária de Rio Grande, e 142% acima da terceira colocada Pelotas. A região possuía ainda 1.765 estabelecimentos comerciais, empregando 5.295 empregados, assim como 358 estabelecimentos de serviços, com 1.074 trabalhadores. Sua população total estaria estimada para 1958 em 185.679” (Fortes, 2001, p. 17-18).

multiétnico e multicultural, onde os imigrantes estrangeiros recentes somavam-se aos operários vindos da região colonial, além dos trabalhadores *brasileiros*. Os *brasileiros* já eram habitantes na capital, vindos entre as últimas décadas do século XIX do interior do estado; assim “[...] já na segunda década do século [XX] muitos daqueles que engrossariam o contingente dos trabalhadores identificados como *brasileiros* na região industrial de Porto Alegre eram nativos da própria cidade” (p. 24).

Contudo, longe estava de existir igualdade étnica nas contratações nas fábricas. Havia uma preferência pelo trabalhador estrangeiro ou descendente de alemães. Mas dentro deste próprio grupo seletivo de trabalhadores brancos e de olhos azuis, havia uma valorização maior do trabalhador estrangeiro ou do descendente de imigrante que falasse o idioma alemão. Os que não falavam o referido idioma eram preteridos em relação aos que o falassem, pois aqueles teriam se *abrasileirados*. Os *brasileiros* foram tomados por não aptos ao trabalho industrial sob todas as justificativas da elite dirigente do estado que discutira a transição do trabalho escravo para o trabalho industrial, como apontado anteriormente. E a construção ideológica tanto sobre o trabalhador ‘estrangeiro’ quanto o trabalhador *brasileiro* eram reproduzidas por eles próprios, como mecanismos de identificação do Outro e de autoidentificação.⁴⁴

Em meados dos anos de 1930, o orgulho e a afirmação da germanidade fora insuflado ainda mais com a ascensão do movimento nazista. A manutenção de uma forte autonomia e identidade cultural distinta por parte da colônia teuto-brasileira, identificado, por exemplo, no uso cotidiano do idioma alemão, criava as condições para que continuassem a ser (auto)identificados como alemães.⁴⁵ Somente com o Estado Novo é que

⁴⁴ Um **imigrante polonês** declarou ao autor: “[...] Os brasileiros, se um tá mal o outro já dá um ponta-pé [...]. Hoje você vai nestas malocas aí e não encontra japonês, você não encontra o alemão, dificilmente vai encontrar um italiano, você não encontra polaco. É verdade ou não? Você encontra a raça morena, preta [...] dificilmente você encontra uma pessoa estrangeira. [...] Não é que eu queira desfazer do Brasil, porque eu me considero muito brasileiro, agora me criei numa raça que luta pra viver.” (Idem, p. 60-61). Um **brasileiro** que foi presidente do sindicato do ramo de tecelagem declarou sobre os estrangeiros: “Esses eslavos, poloneses, iugoslavos, ucranianos, romenos, russos, estonianos, povos da ‘velha União Soviética’, chegaram quase todos na década de 30 e eram mais ou menos ¼ da categoria. [...] Eles só tinham um objetivo: trabalhar, trabalhar e trabalhar. Ganhar hoje para ter amanhã. É o que falta no trabalhador nacional, que é muito consumista. Eles queriam era ter a sua casa, os seus negócios. [...] Eles tinham esta experiência do velho mundo, eram muito sofridos, tinham muito medo. Alguns deixaram família. Enviavam dinheiro pelo Consulado no final do mês. O nosso (trabalhador) aqui tanto faz” (Idem, p. 114-115).

⁴⁵ Fortes (2001, p. 126) comenta sobre o Censo de 1940, que se tomamos o uso da língua portuguesa em casa como indicador de “assimilação” dos imigrantes das colônias alemã e italiana no Rio Grande do Sul, depois de 116 anos iniciado o processo imigratório, os imigrantes “teriam permanecido incrivelmente

houve a “diluição das fronteiras étnicas que, sob hegemonia alemã, haviam estruturado a sociabilidade dos bairros industriais de Porto Alegre até o momento” (Fortes, 2001, p. 96). A partir de então ocorreu um deslocamento da etnicidade para a identidade de ‘trabalhador’, contraposto à figura do ‘malandro’ ou ‘vagabundo’. Assim, “o trabalhador ‘brasileiro’ [...] seria tão mais valorizado quanto mais se aproximasse do estereótipo anteriormente produzido para o trabalhador estrangeiro” (Fortes, 2001, p. 63). Mas isso não significou uma neutralização da etnicidade, até porque muitos estrangeiros continuaram a ingressar no estado, muitos deles destinando-se diretamente a empregos na indústria. Além disso, falar o idioma alemão podia ser a garantia ou não de um (bom) emprego, ao menos com perspectivas de ascensão social.⁴⁶

No trabalho do autor não há referência de que tenha havido migração de *brasileiros* do interior do estado para o principal bairro operário do Porto Alegre, apenas comenta que os trabalhadores *brasileiros* que se empregavam como operários já eram “nativos”, haviam chegado ainda no final do século XIX. Mesmo que algum movimento de migração de *brasileiros* do interior do estado possa ter passado despercebido pelo autor, parece ser bem convincente o argumento de que não foi esse o principal fluxo de trabalhadores que vendia sua força de trabalho às indústrias de Porto Alegre, ao menos até meados das décadas de 1940 e 1950. Já quanto às áreas industriais nas colônias italianas, é bem provável que um processo de etnicização semelhante também tenha se dado.

Se aceitarmos o argumento de que o mercado de trabalho nessas áreas industriais manteve fortes restrições aos *brasileiros*, então só resta a conclusão de que o polo industrial de Porto Alegre e arredores não deve ter se constituído como horizonte de possibilidade de trabalho industrial para as classes subordinadas da região estancieira. O que não quer dizer que não tenha havido migração das regiões do meio rural para as cidades, como naquelas da

‘inassimiláveis’”, pois 22,16% da população total do estado, mesmo depois de toda a violência e repressão do Estado Novo, continuava falando alguma língua estrangeira em casa.

⁴⁶ Em 1906, uma indústria de meias só aceitava trabalhadores que falassem alemão e português, antes disso não aceitava trabalhadores nacionais (Fortes, 2001, p. 128). Na fábrica da Gerdau, no complexo de indústrias Renner, na Varig transportes aéreos e em várias outras empresas o alemão era o idioma oficial de seus administradores e dos empregados de confiança. Todas estas empresas tinham preferência pelos trabalhadores alemães ou, como no caso da Varig, ao menos centro-europeia. A tecelagem Rheingantz, fundada em 1874 (Reichel, 1993, p. 264), e que depois se transformou em Companhia União Fabril, tendo sido até 1920 a maior indústria do estado, só aceitava trabalhadores alemães ou com nacionalidade alemã, tendo mandando buscar teuto-brasileiros nas colônias para trabalhar como operários (Fortes, 2001, p. 242). Para outros exemplos, ver Fortes (2001).

própria região estancieira, ou Porto Alegre; mas sim que a possibilidade de constituir migrações consideradas exitosas era escassa para orientar as perspectivas de futuro das classes subalternas do espaço estancieiro.⁴⁷ As migrações podem ocorrer por várias situações e não somente devido à atração do emprego urbano, como no caso de haver migração sem liberação da mão de obra: continuar trabalhando mesmo que temporariamente em atividades agrícolas e também buscar outros trabalhos nas cidades. Além disso, a ampliação do mercado de trabalho urbano em países como o Brasil não se desenvolve ao ponto de absorver os contingentes migratórios. Muitos dos que migram são obrigados a desenvolver uma série de atividades pouco produtivas e de escassa remuneração (Palmeira et al., 1977). Além de que os trabalhos urbanos não são só os industriais. O que parece ser plausível supor é que, no caso de haver concorrência por um posto de trabalho entre um trabalhador que migra do interior de São Gabriel e um trabalhador que migra da colônia de Silveira Martins, o último levar vantagem, acima de tudo, pela questão étnica. Ao menos, me parece sensato admitir que no espaço social de concorrência pelo trabalho industrial, as classes subordinadas da região estancieira estavam em desvantagens frente às classes subordinadas que migravam das regiões coloniais.

Se as possibilidades de migrar em busca de terras estavam restringidas, assim como o trabalho industrial, ao menos em boa parte do século XX, então as famílias dos trabalhadores da região estancieira estavam sujeitas aos mandos e desmandos dos senhores de terra, assim como ao aprofundamento das relações de troca cada vez mais desiguais. Esses bloqueios aumentaram a assimetria de poder entre as posições polares neste espaço social. Para escapar dos conflitos ou da convocação dos comandantes nas guerras do Prata, ou mesmo na Guerra do Paraguai, no século XIX havia a possibilidade de migrar para as matas ao norte, ao qual os comandantes militares buscavam explicitamente agarrar os fugitivos “a maneador” (Zarth, 2002, p. 175-176). Mesmo essa possibilidade foi se fechando no final do século XIX e começo do século XX, ficando mais susceptível a

⁴⁷ Quando argumento que a possibilidade de migração para os empregos industriais não deve ter se constituído como alternativa às classes subordinadas da região estancieira, penso por contraste no caso das famílias sob a relação da *morada* no Nordeste brasileiro, descrito por Garcia Jr. (1989). Lá, a possibilidade de migração parece ter se aberto para a maior parte dos trabalhadores sob tal condição, mesmo que, por óbvio, nem todos migrassem, constituía-se numa estratégia altamente utilizada principalmente por integrantes jovens das famílias que, depois, poderiam retornar e, com o dinheiro ganho, comprar um pedaço de terra; por isso, o *Sul* tornava-se *o caminho do roçado*.

arregimentação não apenas de mão de obra nas estâncias, mas também aos exércitos particulares, os chamados Corpos Provisórios.

4. Monopólio da terra e o duplo bloqueio do espaço social: o chicote da fome que subordina aos senhores da terra e da guerra

Quando terminou de ler o último jornal, Rodrigo já não olhava com olhos cépticos ou irônicos para as lanças de Toríbio. Estava convencido de que a revolução era mesmo a única alternativa. A Comissão de Poderes (e lá estava o Getulinho!) fazia as portas fechadas a “alquimia” eleitoral.

- Se a revolução tem de sair mesmo – disse ele a Toríbio – por que perder tempo neste fim de mundo?

Talvez o melhor fosse ir a Porto Alegre para confabular com os líderes oposicionistas. Antes, porém, tinha de sondar os correligionários em Santa Fé, saber com quantos homens podiam contar, com que quantidade de armas e munições...

Toríbio e Pedro Vacariano saíam pelas invernadas a visitar agregados e posteiros. Para muitos daqueles homens, uma revolução era a oportunidade de gauderiar, de cortar aramado livremente, de carnear com impunidade o gado alheio.

- Acho que só no Angico, contando a peonada, podemos recrutar uns oitenta soldados – declarou Toríbio ao voltar da Excursão.

- Nos temos que ir até o fim, coronel – disse Juquinha Macedo. - Eu me comprometo a reunir uns duzentos caboclos aguerridos em quinze dias. Se o coronel Amaral estivesse aqui, garanto como ele dizia que tem perto de duzentos e cinquenta homens esperando suas ordens.

O Coronel Cacique sorriu. - Pois eu, companheiros, acho que não levo mais que uns vinte e cinco. Mas são vinte e cinco garantidos, índios de pelo duro, gente buenacha que briga dez dias sem beber água.

Naquele mesmo dia embarcou para o Angico e o que lá viu lhe confortou o coração. Havia por todos os lados uma verdadeira

atividade guerreira. Muitos homens estavam já reunidos na estância, outros chegavam diariamente, sozinhos ou aos grupos, e por ali ficavam a azeitar seus revólveres e espingardas, a afiar suas adagas e espadas, a comparar e discutir armas e cavalos uns com os outros, numa alegre camaradagem que Rodrigo achou auspiciosa. Notou por toda parte, entre aqueles homens, um ar de alegria, como se estivessem reunidos para uma festa. Observou, porém, que o pai andava num estado de espírito em que a tristeza se alternava com a irritação.

- Que é que ele tem? – perguntou um dia ao irmão, quando estavam ambos sentados debaixo dum pessegueiro.

Toríbio sorriu: - Não sabes então? Toda essa gente a carnear nossas reses, a montar nos nossos cavalos...

Rodrigo sacudiu a cabeça lentamente. Sabia que o pai era um homem sóbrio, dotado dum senso de economia que não raro tocava as fronteiras da sonivice.

- Eu compreendo, deve ser duro pra ele. Mas acontece que a revolução é assim mesmo...

- Está claro, homem. Outra coisa. A Ismália Caré está no Angico, no rancho dela. O papai deve andar louco de medo que algum desses caboclos lhe falte com o respeito.

Licurdo Cambará andava mesmo arredio de tudo e de todos. Com seus familiares falava apenas o necessário. Quanto aos outros, era como se não existissem.

Maria Valéria, que viera também para o Angico, examinava com seu olho crítico os revolucionários, aos quais chamava de “gafanhotos”, pois achava que a coisa estava tomando caráter de praga. Não havia dia em que não chegasse um novo magote deles. E como vinham loucos de fome! Carneava-se uma rês dia sim, dia não. E a erva-mate que existia no Angico tinha já acabado.

Uma tarde apareceu um voluntário montado num petiço manco. Era um homenzinho da Soledade, magro, murcho e pálido, mas com um flamante lenço vermelho ao pescoço. (Érico Veríssimo. *O tempo e o vento: o Arquipélago* (I), p. 32, 226, 234).

Estes trechos do romance *O Tempo e o Vento* de Érico Veríssimo retratam na ficção os processos de subordinação no espaço estancieiro que são resultado tanto da constituição do monopólio da terra, quanto do duplo bloqueio do espaço social do qual se falou na seção anterior. Os *senhores da terra* também são *senhores da guerra* porque os referidos processos históricos agem como chicote que mobiliza os subordinados pela fome. Os mobiliza tanto como mão de obra nos domínios senhoriais, quanto como reserva de soldados à arregimentação nos exércitos particulares para os conflitos e revoluções dos *senhores*. Na preparação para a Revolução de 1923, à qual são referentes às passagens citadas do romance de Veríssimo, é no estoque de soldados internamente às estâncias, recrutados entre os peões e suas famílias, que os estancieiros contabilizam e medem suas forças. A família Terra Cambará, republicanos e castilhistas históricos que rompem com Borges de Medeiros nas eleições de 1923, concentra na estância do Angico os “revolucionários” que não param de chegar, *loucos de fome*, para o desespero de Licurdo que vê seus gados servir de alimentação.

Tão importante quanto a assimetria de poder que Veríssimo descreve com as posições polares do estaco social, é a sutileza com que indica ao leitor de como as relações aparecem aos envolvidos. A naturalização dos limites objetivos que o espaço social estabelece às diferentes posições sociais transforma as opções e tomadas de posição individuais como se fossem produto da mais ampla escolha e liberdade, como aquele *homenzinho* observado por *Maria Valéria* que chegava *magro, murcho e pálido, mas com um flamante lenço vermelho ao pescoço*. De fato, internalizadas como disposições subjetivas as distâncias objetivas do espaço social, as trocas assimétricas são movidas por jogos de honra: a dívida com o fato de morar de favor em terra alheia e daí retirar a subsistência da família compreende estar disponível não somente para os trabalhos propriamente ditos produtivos na estância, mas para compor os *Corpos Provisórios*. A negociação entre as partes é limitada pelo fato de o estancieiro poder reduzir a zero seus subordinados, além do fato de que estar disponível encadeia a esperança de novas recompensas. Este modo bem azeitado de dominação pessoal será abordado em detalhes no Capítulo VI.

Por hora, é importante assinalar a diferença de poder entre as posições polares no espaço social estancieiro, que são representadas na literatura. Para tanto, nada melhor do que o depoimento de João Neves da Fontoura a este respeito, que publicou suas memórias em 1969. João Neves era advogado e compunha o que Love (1975, p. 90-91) denominou de “Geração de 1907”, composta por Getúlio Vargas, Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, João Paim Filho, Maurício Cardoso e Lindolfo Collor. À exceção dos dois últimos, os demais eram filhos de grandes estancieiros em distintas regiões do estado e chefes locais do Partido Republicano Riograndense (PRR), de inspiração positivista.⁴⁸ Referindo-se ao momento em que volta para advogar em seu município natal, logo após concluir seus estudos em direito em Porto Alegre em 1909, comenta sobre as práticas corriqueiras de expulsão de posseiros, considerados *intrusos*, das terras de grandes proprietários. Diz ele:

Eu mesmo, quando comecei a advogar, cansei de receber propostas mais sedutoras para regularizar situações que não tinham a seu favor nem os requisitos da propriedade nem os da posse mansa e pacífica [...]. Bastante política se fazia por esse método. Certos atribiliários coronéis mandavam a polícia enxotar o *posseiro*, já de longo prazo com casa e roças, para dar a terra ao correligionário. O *intruso* era um personagem conhecido. Conhecido e reconhecido. Mas, se alcançava proteção dos poderosos, atravessava anos no uso e gozo do alheio (Fontoura, 1969: 54-5, grifos no original, *apud* Grijó, 1998, p. 48).

Essa declaração é importante não somente porque nela se encontram as posições polares do espaço social, como o *posseiro* considerado *intruso*, além dos *poderosos*, mas também a dinâmica de uso do poder assimétrico entre os agentes, o que constituía a base do poder político em tais configurações sociais. O acesso ao judiciário e às esferas da política do Estado permitia a expropriação de antigos *posseiros*, mesmo que este ali já estivesse “de longo prazo com casa e roças” O *posseiro* poderia até permanecer na terra sob “proteção dos poderosos”, mas numa condição de total subordinação sob pena de ser considerado *intruso* e enxotado pela polícia.

A rigor, os poderes, as margens de manobra e os cálculos dos principais envolvidos nesta configuração social estancieira estão ligados ao espaço social mais geral que

⁴⁸ João Neves nasceu em 16 de novembro de 1887, natural do município de Cachoeira do Sul, filho do Coronel e estancieiro Isidoro Neves da Fontoura. Tendo se formado na faculdade de direito em Porto Alegre em 1909, retornou ao seu município para advogar, em seguida fora deputado estadual pelo PRR e deputado federal pelo mesmo partido, além de ter assumido vários outros cargos políticos no Brasil e no exterior. Morreu em 1963 no Rio de Janeiro. O PRR e as principais disputas políticas na República Velha serão abordados no próximo Capítulo.

caracteriza a formação do Rio Grande do Sul e a inserção econômica e política no contexto nacional e internacional. O modo como as elites estancieiras se articulavam nas relações de força no estado e no país determinou que a economia estancieira tivesse uma característica de subsidiária às lavouras de exportação açucareira do Nordeste e cafeeira do Sudeste do país até meados da década de 1930. Até então os capitais comerciais e bancários subordinavam a produção criatória e os interesses dos estancieiros se enredavam numa complexa estrutura de poderes que envolvia a própria morfologia da classe dominante proprietária de terra, charqueadores, frigoríficos, disputas comerciais entre litoral e região da fronteira, interesses de outras elites nacionais e dos Governos da jovem República que engatinhava. Estas e outras questões serão analisadas no próximo Capítulo.

Capítulo II. O enredamento no jogo do poder: a subordinação da produção ao capital comercial e bancário

Este capítulo analisa como os estancieiros se inscreveram nas configurações de poder tanto em nível nacional quanto estadual no que diz respeito às classes dominantes até o final da República Velha. O território onde hoje é o Rio Grande do Sul se articulava como produtor subsidiário às principais atividades de exportação tanto sob o Império quanto no período republicano, primeiro com o fornecimento de animais em pé para o transporte de metais preciosos na região das Minas Gerais, posteriormente com o charque para a alimentação da escravaria e setores pobres da população tanto da região açucareira quanto cafeeira. Para os setores sociais dominantes das atividades de exportação era fundamental que o produto vindo do sul fosse tanto mais barato quanto possível. Isso incluía importar tais artigos dos países do Prata, se o preço compensasse, em prejuízo direto aos produtores sulinos. Contudo, assim que os estancieiros adquiriram algum poder, já sob a exportação do charque para o mercado nacional, passaram a buscar o reconhecimento junto às demais classes dominantes do país, pelas armas se preciso fosse. Essa relação fora tensa durante todo o período em foco e se estabeleceram diferentes equilíbrios de poder a depender das conjunturas nas quais se inscreviam os demais jogadores da política nacional; posição de subordinação enquanto o estado se inscrevia no cenário econômico nacional como produtor subsidiário.

Mas se o charque, enquanto principal produto da economia estancieira e de exportação do Rio Grande do Sul até 1927, quando a banha produzida nas regiões coloniais passa à dianteira, representava o poder dos estancieiros no plano nacional, disso não se depreende que internamente no estado fosse o interesse dos criadores de gado que prevalecesse nas configurações hegemônicas de poder. Isso dependia de um conjunto complexo de fatores que se entrelaçavam:

Primeiro, é um equívoco associar o interesse direto dos criadores de gado aos dos charqueadores. Se a venda do gado estava amarrada à existência de charqueadores e comerciante, esses últimos procuravam repassar aos criadores os prejuízos advindos da

concorrência do Prata. Além disso, exerciam uma série de pressões sobre o Executivo Estadual para que seus interesses fossem contemplados. O fato de que vários grandes criadores também eram charqueadores não muda em nada essa relação de força, senão complexifica ainda mais e obscurece as diferenças entre ambos. O charqueador-criador também compunha as mesmas associações de representação política que o criador e a expressão dos interesses nem sempre foram os mesmos, mas marcado por tensionamentos. Essas diferenças de interesse foram ficando cada vez mais em relevo para os próprios agentes no final da década de 1920, quando houve a formação do Sindicato do Charque pela iniciativa da FARSUL, de cuja ação exasperou criadores em busca de soluções à venda de seus gados.

Segundo, o equilíbrio que interessava ao poder central do país manter em relação aos estancieiros sempre partiu do pressuposto de controlar os desejos autonomistas que às vezes afloravam ou poderiam aflorar na região da Campanha. Além disso, como na passagem para a República, constituir bases seguras para o apoio do regime que se desenhava e, depois, para os sucessivos governos no plano federal. Objetivamente, isso significou uma mudança do eixo de poder interno no estado do Rio Grande do Sul, passando do capital comercial da campanha, ainda hegemônico econômica, mas não mais politicamente, para o capital comercial do litoral. Ou seja, significou tomar partido em uma luta concorrencial entre os capitais das principais praças comerciais do estado, na qual se enfrentavam aqueles que operavam na e pela região da Fronteira e, por outro lado, aqueles estabelecidos no litoral, como em Rio Grande, Pelotas e, principalmente, em Porto Alegre.

Terceiro, portanto, a disputa entre diferentes praças comerciais, sendo que uma delas mantinha relação de importação e exportação de produtos pelos portos uruguaios, e outra com os portos do litoral do estado. E os interesses no descolamento ou não do comércio impactava não somente comerciantes, mas charqueadores e criadores, algumas vezes personalizados num mesmo indivíduo.

Quarto, resultado de uma condição estrutural da formação, disputa e estabelecimento das fronteiras: o controle do contrabando de gado e de mercadorias por uma fronteira com 724 km secos ou formada apenas por rios, onde a cidade de Santana do Livramento é dividida de outra cidade uruguaia apenas por uma rua (Reichel, 2006, p. 48-49). Além disso, muitos brasileiros tinham estâncias de gado dos dois lados da fronteira.

Em uma conjuntura na qual era mais barato importar pela fronteira e mais lucrativo por aí também exportar, o impedimento completo do contrabando não só era de difícil solução, como praticamente impossível. Nesse contexto, a questão não era de impedir totalmente o contrabando, mas, por um lado, mantê-lo sob níveis aceitáveis perante os demais estados brasileiros e à União, o que nem sempre foi possível, e, por outro lado, de controlar quais forças políticas teriam privilégio ao contrabando ou, ainda, quais coronéis empenhariam seus apoios ao governo estadual pelo privilégio de gozar mais ou menos livremente de um dos principais mecanismos de acumulação econômica durante toda a República Velha. Fora somente no final dos anos de 1920 que se constituíram as condições (políticas e de infraestrutura) para tornar mais barato o comércio pelos portos estaduais do que pelos portos uruguaios.

A prática do contrabando soldou uma hegemonia política exercida pelo capital comercial e bancário do litoral, num enredamento de relações coronelísticas no interior do estado, especialmente na Campanha. O coronelismo constituiu-se enquanto um sistema político nacional baseado em barganhas entre o governo e os chefes locais. Esses chefes, por exercerem um domínio pessoal e arbitrário sobre a população local em função do controle de recursos estratégicos, geralmente a posse da terra, procuravam garantir, pelo voto, o apoio ao governo. O sistema federalista da República Velha aumentava o poder dos governos estaduais, e estes garantiam o poder do coronel local sobre seus dependentes e rivais, sobretudo pela permissão de dispor de nomeações de cargos públicos, em troca de apoio ao governo pelo controle do voto. O fato da base do poder do coronel estar ancorada em sua capacidade de garantir votos no local, não significa que não tivesse poder estadual ou mesmo nacional, isso dependia da rede de relações, dependências e poder que se constituía (Leal, 1978; Félix, 1987; Carvalho, 1998; Axt, 2011).

É nesta conjuntura de luta aberta entre capitais comerciais, das relações de troca de favores e apoio entre coronéis e o executivo estadual e do poder dos charqueadores, muitas vezes eles próprios os principais beneficiários do contrabando, temperada pelas tensões entre elites dominantes no plano nacional, se encontra a chave de leitura para se entender adequadamente o atraso tanto da pecuária gaúcha e da instalação de frigoríficos no estado - quando em comparação com os países do Prata e mesmo com outros estados da federação -

quanto a subordinação dos criadores de gado ao bloco no poder, e a política durante a República Velha.

Esse conjunto de interesses hegemônicos, que se firma com o estabelecimento da República, somente é abalado no final dos anos de 1920, devido a um conjunto de fatores, entre os principais: a) a quebra do sistema bancário privado do estado e o surgimento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Berg), criado especialmente para financiar a pecuária, até então alijada de financiamentos considerados adequados para a produção – enquanto que os cafeicultores acionavam tal expediente deste o final do século anterior; b) a diminuição do preço de transporte pela estrada de ferro para forçar e tornar economicamente viável o escoamento da produção pelo porto de Rio Grande, desviando-a dos portos uruguaios; c) legislação da chamada desnacionalização do gado, em 1928, que acabava com um sistema de guias que permitia as mercadorias gaúchas serem escoadas pelos portos estrangeiros e entrar nos mercados consumidores do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, etc.) como se fossem produtos nacionais. Essa legislação passou a considerar como produto estrangeiro toda a mercadoria escoada por portos estrangeiros; d) nova conjuntura nacional que se abria com a Revolução de 30, com o privilegiamento industrial como novo centro de acumulação do capital e a maior centralização política.

Quanto à relação entre charqueadores e criadores, se a hegemonia dos primeiros fora abalada desde a instalação do primeiro frigorífico em 1917, logo depois da Primeira Guerra, ela se esgarça somente no final da década de 1930. Por um lado, os criadores já vinham embalando iniciativas de construção de um frigorífico desde 1913, constituindo experiências de cooperativas charqueadoras. Além disso, em meados dos anos 20, já havia quatro frigoríficos estrangeiros no estado, o que colocava cada vez mais em xeque a hegemonia dos charqueadores pelo fato da maior concorrência. Por outro lado, ao que tudo indica, não desconsiderando que esses fatores anteriores citados foram determinantes para uma maior ascendência dos interesses dos criadores, o fator principal foi mesmo uma transformação imposta de fora que forçava cada vez mais para a produção de carnes congeladas e resfriadas e não mais para a carne salgada. Apesar de que o mercado de carne salgada continuou ainda por um tempo sendo um ramo importante para os produtos pecuários, era o mercado da carne frigorificada que se expandia, não somente no mercado exterior, mas internamente no país. Como os investimentos na criação de um frigorífico são

bem maiores que uma charqueada, o Estado entrou como agente fundamental para o financiamento de tal empreendimento. Essa nova organização do beneficiamento da carne, mediada pela ação do Estado, nasce sob a forma de cooperativas regionais e sob o estrito controle gerencial dos próprios criadores. Agora, o controle da oferta de carne no mercado será exercida pelos próprios criadores, quando antes era exercida pelos charqueadores.

1. *O criador é uma vítima do charqueador*

A frase segundo a qual *o criador é uma vítima do charqueador*, pronunciada por Victorino Monteiro em 1895, então deputado federal pelo Rio Grande do Sul, era retomada anos mais tarde por integrantes da bancada gaúcha federal nas rediscussões de um imposto de 15\$ que taxava o gado em pé introduzido no país, criado em 1900. Nessa ocasião, concedeu-se uma isenção especial para o gado cruzado pela fronteira do Rio Grande do Sul, sob o argumento de que a Revolução de 1893 havia dizimado o rebanho nos campos, os quais precisavam ser repovoados com o gado platino. Em 1903, esse imposto fora elevado para 30\$ por cabeça, mas o gado transitado na fronteira gaúcha continuou isento, assim como nos anos procedentes, com maior ou menor isenção. Apesar de que esse expediente desagradava estados produtores como Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, partiu da divisão da própria bancada gaúcha a iniciativa de criticar tal medida. O que estava em jogo era o acesso ao mercado brasileiro de charque e a isenção do imposto favorecia a importação de gado pela fronteira para ser abatido nas charqueadas em território gaúcho e então entrar no mercado nacional como se fosse produto nacional. Obviamente, os criadores argumentavam que o livre acesso do gado uruguaio pelos charqueadores, considerado de melhor qualidade por ser mais gordo e de raças mais bem selecionadas, prejudicava a criação, pois o produto nacional não conseguia competir com o estrangeiro (Pesavento, 1980a, p. 97; Axt, 2011, p. 313). Mas a resolução desse conflito estava longe de ser solucionado, pois constitutivo da própria aliança e fator de coesão entre as frações sociais dominantes que empunharam o poder político com o nascimento da República no estado sulino (Axt, 2011, p. 321).

Claro que a produção de charque e a criação de gado eram os principais produtos da pauta regional. A remuneração dos criadores dependia do preço atingido pela primeira, que dependia da concorrência com o charque platino desde o período Imperial. Mas os

transportes no campo, a alimentação dos escravos e classes populares das lavouras de exportação “do Norte” dependia, em boa medida, dos artigos vindos do Sul. Para manutenção de uma política de preços relativamente moderados para estes produtos, o Governo Central, por um lado, mantinha baixos os direitos de importação dos produtos estrangeiros e, por outro lado, taxava a exportação do produto meridional nos portos nacionais. Somado a isso estava o controle administrativo por parte do Governo Central, por meio da nomeação de funcionários reais, que desagradava os interesses de uma aristocracia de família que procurava se afirmar no plano político. A Guerra dos Farrapos (1835-1845), ou Revolução Farroupilha, que bradava o separatismo da região, nada mais fora que uma alternativa extrema para tentar reequilibrar os interesses com as classes dominantes do Norte (Cardoso, 1967; Flores, 1994). Aos farrapos não interessava perder o acesso ao mercado brasileiro, e o imposto de 25% sobre a importação do charque platino e a maior autonomia para a nomeação do presidente da Província foram condições fundamentais para o apaziguamento. Mas os anseios de autonomia política e maximização econômica encontravam seus limites, por um lado, na necessidade do Império em controlar uma região de fronteira e, por outro lado, no fato de que os principais interesses e mais poderosos eram aqueles das lavouras de exportação que precisavam contar com charque barato e em abundância. Fora dentro desses limites que a partir de 1845 se consolidou o domínio dos estancieiros em um novo equilíbrio de forças entre o Império e a Província, “[...] anunciando a aurora da dominação local dos estancieiros, charqueadores e exportadores” (Cardoso, 1967, p. 504). O preço desse novo equilíbrio de forças foi aceitar a submissão econômica no plano do equilíbrio dos interesses econômicos nacionais (Cardoso, 1967; Flores, 1994).

Entretanto, entre o final do Império e a afirmação da República constituía-se um novo equilíbrio regional de poder. Antes mesmo da instalação da Constituinte Federal o ambiente político no Rio Grande do Sul se agitara, pois na troca dos comandos estaduais havia a oportunidade de substituição do pacto monárquico por uma nova hegemonia de interesses, cujo centro residia na disputa entre os capitais comerciais da campanha e os do litoral. A tônica da natureza da nova composição e rearranjo das forças em disputa no estado fora dada pelo Ministro da Fazenda do Governo Provisório, Rui Barbosa, que atacara um dos privilégios fiscais que beneficiava os comerciantes e estancieiros da

fronteira, a chamada *tarifa especial*. A *tarifa especial* consistia numa diferenciação do pagamento de impostos em favor do Rio Grande do Sul e que facilitava a importação e o contrabando com os mercados do Prata. Ao assumir o Ministério da Fazenda, Rui Barbosa disparava que esse mecanismo fiscal era não só uma demonstração de fraqueza do Governo Brasileiro em uma área de fronteira, mas que servia para enriquecer poucos comerciantes fronteiriços em detrimento daqueles das cidades litorâneas. Na verdade o Governo Provisório considerava a *tarifa especial* um sustentáculo da autonomia dos estancieiros na fronteira que, por sua vez, constituíam a base política do regime que desfalecia e era preciso destruir. A medida fora implantada em 1878 pela intermediação de Gaspar Silveira Martins junto ao Governo Imperial, tornando-se fundamental para a lealdade dos estancieiros da fronteira ao Segundo Reinado. Silveira Martins era um rico estancieiro na Campanha, com propriedades também no Uruguai, pertencente ao Partido Liberal (depois Partido Federalista) em cuja base estavam os comerciantes da fronteira, sendo que ele e Deodoro da Fonseca consideravam-se inimigos pessoais. Além disso, o Exército não via com bons olhos os estancieiros da Campanha, cujo poder de controle da fronteira afirmava-se com relativa independência perante às Forças Armadas (Love, 1975, p. 24-26; Trindade, 1993, p. 126; Alves, 2003; Axt, 2011, p. 261-265).

Enquanto isso, os integrantes do Partido Republicano Riograndense (PRR), fundado em 1882, com Julio de Castilhos entre os principais expoentes, devotando-se ao trabalho urgente de controle político do estado, posicionaram-se contra a continuidade da *tarifa especial*.⁴⁹ Castilhos constituía uma nova geração de “moços audazes [que] construíram todos o seu espaço político no enfrentamento às contradições do regime monárquico, e especialmente no combate ao ‘Demóstenes dos Pampas’” -uma referência a Silveira Martins (Axt, 2011, p. 56). Não sem tensões e fraturas internas ao PRR, Castilhos atrelou

⁴⁹ Castilhos formara-se em direito em 1881 na Faculdade de Direito de São Paulo, filho de estancieiro nos campos distantes do Planalto, sua mãe vinha de uma linhagem aristocrata da Campanha, sua família era menos rica do que a de Gaspar Silveira Martins. Outro republicano que se projetou fora Joaquim Francisco de Assis Brasil, filho de estancieiro de São Gabriel, tornou-se cunhado de Castilhos, também se formara em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, se elegeu ao Legislativo estadual em 1885, mas logo rompeu com Castilhos devido a divergências com a devoção do último ao sistema de “ditadura científica” inspirado no positivismo. Além de Assis Brasil, Fernando Abbott, médico e chefe do PRR em São Gabriel, fora Presidente Interino do estado por um curto período de tempo nos conturbados anos do final de 1880 e início de 1890, e rompe com Borges de Medeiros, herdeiro político de Castilhos, depois de 1907, quando as estrelas do PRR disputavam internamente a indicação a candidato ao Governo do Estado (Love, 1975, p. 35-41; Axt, 2011, p. 56).

seu partido ao apoio de Deodoro e do Exército, enquanto ele e outros republicanos ocupavam postos-chaves no Governo Provisório estadual, sob a presidência de um liberal indicado para conduzir a transição, de onde operavam a troca dos mais importantes cargos da burocracia estatal, constituindo amplas redes de apoio nos municípios. Somava-se ainda na oposição à *tarifa especial* os interesses dos trabalhadores e fabricantes independentes de Porto Alegre e Pelotas, associados na chamada Liga Agrícola e Industrial. A Liga tinha forte presença em mobilizações de rua e suas opiniões costumavam ser consideradas pelos líderes republicanos, devotados na árdua tarefa de construção de uma nova hegemonia política.⁵⁰

Quando em 1º de fevereiro de 1890 foram restituídas e ampliadas as zonas fiscais da fronteira, dado o fim da *tarifa especial*, a iniciativa teve consequências imediatas em Porto Alegre e Rio Grande. Nessas cidades a arrecadação de impostos federais quase duplicou, tanto mais significativo pelo fato de que os impostos de exportação haviam sido transferidos à alçada do estado somente em 1890. Agora, o fluxo do comércio se alterara da Campanha para as praças do litoral, onde os clientes da fronteira passaram a consumir. Por outro lado, a ameaça à atividade mercantil na Campanha gerava protestos a favor da liberalização do comércio, onde fora represada e tornado pouco atrativo que o comércio continuasse a se irradiar para todo o território riograndense, como anteriormente (Axt, 2011, p. 265). A ação dos funcionários federais por meio das zonas fiscais fora “[...] tão exemplar que o comércio nas cidades fronteiriças quase chegou a parar, para o benefício do litoral”, impedindo a entrada pela fronteira, inclusive, de mercadorias que exibissem recibos de pagamento de taxas, uma vez que eram quase sempre forjados (Love, 1975, p. 50).

Contudo, a Campanha não poderia ser subtraída de qualquer cálculo que aspirasse ao controle político do estado, até porque os próprios republicanos da fronteira se revoltaram contra a ação dos funcionários federais que controlavam os postos de fiscais.

⁵⁰ Ramiro Barcellos, filho de estancieiro e natural de Cachoeira do Sul, chegou a ser eleito membro da diretoria da Liga em 1890. Eleito deputado provincial em 1877 pelo Partido Liberal, declarou-se republicano em 1881, recebendo a companhia de Wenceslau Escobar. Quando em 15 de novembro de 1889 proclamou-se a República sob presidência de Deodoro da Fonseca, Barcellos fora indicado para a Secretaria da fazenda do Governo estadual, enquanto Castilhos assumia a Secretaria do Governo Estadual (Axt, 2011, p. 58). Barcellos era médico, formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sua mãe era irmã do Barão de Viamão, e primo de Borges de Medeiros. Entendia ser fundamental o fim da *tarifa especial* e do contrabando na fronteira, pois naquele contexto considerava que o Rio Grande do Sul era, “comercialmente falando, ‘o mais rico departamento da República Oriental do Uruguai’” (Alves, 2003, p. 4)

Pressionado pela irrupção dos ânimos, Castilhos mediou com o Governo Deodoro da Fonseca e em 17 de outubro de 1891 as polêmicas zonas fiscais foram abolidas. Entretanto, a mediação previa a substituição das zonas fiscais pelo estabelecimento de guias de trânsito para as mercadorias transitadas pela fronteira como forma de regulação, mas continuava interpondo obstáculos ao livre-comércio. Se a pretensão era de contemplar amplos interesses, a reação foi contrária e enfrentou oposição de ambos os lados. Com a queda de Castilhos, acelerada por tais descontentamentos, mas também por diversos outros motivos que iam das distensões dentro do próprio PRR, oposição à Constituição positivista aprovada em 14 de julho de 1891, quando também fora declarado Presidente do Estado, às diversas maquinações da oposição, já com o estado vivendo constantes assassinatos cometidos por ambas as cores em luta, houve a suspensão das zonas fiscais e das guias de trânsito. Castilhos volta ao comando do executivo estadual com poderes ainda mais concentrados por um golpe de estado em 17 de junho de 1892, depois da aproximação progressiva junto de Floriano Peixoto, então já Presidente da República, e do Exército; seguindo-se o horror da Revolução Federalista de 1893.⁵¹ As guias de transito e áreas de fiscalização só foram reestabelecidas definitivamente em 1985, depois da pacificação do estado (Love, 1975, p. 49-60; Axt, 2011, Capítulo II e p. 265).

Mas quando Castilhos retorna ao poder em junho de 1892, as relações de força já não eram as mesmas e as cartas do jogo político já estavam marcadas. O principal foco de resistência veio da região da Campanha, enquanto se viu obrigado a selar aliança política com o Governo da República, às ligas operárias e com o capital comercial e bancário das cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. É importante entender o processo de formação desta aliança de interesses, pois são eles que prevalecerão até final da década de 1920, hora com maior ou menor tensionamento interno e/ou externo, refletindo na política conduzida com relação à pecuária (Axt, 2011, p. 271).

Na medida em que esta composição de forças se fortalecia ao longo das décadas de 1890 e 1900, tornava-se cada vez mais difícil fazer outras mediações com outros grupos sociais. Castilhos havia se engajado no plano de Rui Barbosa em extinguir a *tarifa especial*, o que lhe rendeu alianças no litoral e antipatias na fronteira, mas o seu sucessor a partir de

⁵¹ A Revolução de 1893, que se prolongou até 1895, foi considerada por Love (1975, p. 77) como “[...] a guerra civil mais sanguinolenta da história do Brasil, uma guerra de 31 meses que produziu de dez a doze mil mortes, numa população, na época, de um milhão de pessoas”.

1898, Borges de Medeiros, fora arrastado pela ação repressora federal. Por um lado havia pressão da União, por outro lado, dos comandantes das guarnições do Exército na fronteira, pois poderosos interesses estavam sendo represados. Embora em 1899 tenha ocorrido um convênio da União com o Governo Borges para compartilhar a repressão, se preservou em essencial a estrutura montada e defendida pela União (Axt, 2011, p. 271).⁵² Tendo sido debelada a resistência na Campanha ainda por ocasião da Revolução de 1893, o poder local passou a ser exercido por coronéis leais ao chefe do executivo, mas o preço que a nova composição de forças hegemônica teve que pagar foi administrar uma brutal contradição estrutural de uma região de fronteira: o contrabando (Love, 1975, p. 135; Axt, 2011, p. 271).

Ora, a fiscalização, por maior que fosse, não solucionava o problema de que era mais barato importar pela fronteira e mais lucrativo por aí exportar. Além disso, a própria história de formação da região do Prata determinara os brasileiros como proprietários dos dois lados da fronteira, e *gaúchos* tivessem maiores relações comerciais e culturais com a região platina do que com o litoral do estado.⁵³ Para complexificar, o Uruguai respondia aos mecanismos para dificultar o comércio de fronteira com um maior dinamismo comercial e viário, cuja referência era o porto de Montevideu. Tendo as menores tarifas de importação, o Uruguai tornava-se um intermediário de mercadorias europeias, especialmente inglesas, abastecendo não somente o Rio Grande do Sul, mas a Argentina, Paraguai e Bolívia. Estrategicamente bem localizado na bacia do Rio da Prata, com afluentes importantes que infiltrava o comércio até o Mato Grosso, Montevideu também se especializou como escoadouro eficaz para a produção dessas regiões. Além disso, tanto Uruguai, quanto a Argentina, não só construíram estradas de ferro antes que a rede ferroviária nacional atingisse todo o território gaúcho, mas deram ao traçado das estradas de ferro o caráter de penetração no território brasileiro: em Uruguaiana, a estrada de ferro pelo lado estrangeiro chegou em 1887, mas a ligação com Porto Alegre se completara somente em 1907. Santana do Livramento, o Uruguai ligou com uma estrada de ferro em 1892, enquanto que a

⁵² Em 1913, o número de guardas montados chegou a 450 (Axt, 2011, p. 274).

⁵³ Em 1863, uma estimativa indicava haver cerca de 40 mil brasileiros, de uma população total no país oriental de 300 mil. Os brasileiros seriam proprietários de uma região aproximadamente a metade do território uruguaio (Axt, 2011, p. 266).

brasileira só chegou em 1912. No município de Barra do Quaraí, a estrada de ferro uruguaia chegou em 1887, enquanto que a nacional somente em 1939 (Axt, 2011, p. 265-269).

Portanto, não era somente o comércio do lado brasileiro que estava implicado, mas também as estratégias de agentes comerciais de outro país. No Uruguai, as mercadorias enviadas de Montevideu para a fronteira do Rio Grande do Sul estavam livres de impostos aduaneiros, e a partir de 1860 se isentara por um ano os custos de armazenagem das mercadorias em trânsito no caminho para a divisa. Mas para o Uruguai esses dispositivos também geravam problemas e desvios de mercadorias declaradas inicialmente que seguiriam em direção à fronteira, quando na verdade se destinavam para outras localidades de seu próprio país, por mais intensa que fosse a fiscalização. Tanto o Governo Brasileiro quanto o Uruguaio, cientes de tais dificuldades enfrentadas em ambos os lados, tentaram mais de uma vez constituir sistemas para unificar tarifas e controlar o fluxo de mercadorias entre os dois países. Mas, pelo lado uruguaio, havia uma forte reação dos comerciantes locais que ameaçavam inclusive transferir seus negócios para a margem Argentina, empastelando as iniciativas dos governos (Alves, 2003; Axt, 2011, p. 267).

Além disso, a guarda aduaneira tanto da União quanto a do estado não possuía as melhores condições de trabalho, nem de remuneração, tendo muitas vezes que tirar do próprio bolso dinheiro para manter arreios e montarias. Ao lado disso, apesar da mais determinada fiscalização levada a cabo, campeava diversos tipos de subornos aos fiscais e favorecimentos para determinados coronéis e comerciantes e, ao mesmo tempo, havia aqueles funcionários que extorquiam comerciantes e criadores inimigos com a aplicação de tarifas fiscais excessivas. As exigências burocráticas no sentido de tentar controlar o comércio considerado ilegal aumentaram a partir de dezembro de 1916, quando se procurou endurecer ainda mais com o comércio que fluía pela fronteira. Passou a ser exigida a emissão de guias de trânsito para qualquer operação mercantil no estado, numa tentativa de diminuir o controle policial e compensar com o controle burocrático, o que ao invés de dificultar só tornava mais atraente o comércio ilegal.⁵⁴ Assim, o contrabando não cessava

⁵⁴ As guias de trânsito passaram a ser obrigatórias em qualquer deslocamento de mercadorias nacionais ou importadas, independente da quantidade, valor, origem ou destino. “Ora esta exigência criava um regime de exceção no Rio Grande do Sul, que submetia o comércio a uma burocracia infernal e gravava a população com um imposto injusto, pois cada guia de trânsito precisava ser autenticada com um selo de 2\$000, que apenas em Porto Alegre rendia cerca de 160 contos por ano, já que eram expedidas perto de 80.000 guias! Porém, mais grave que este custo direto era o ônus total da burocracia. Se um negociante da Capital

de crescer, tanto o de importação quanto o de exportação.⁵⁵ Como grande parte do charque gaúcho era escoado pelo sistema de guias de transito pelo porto de Montevideu e voltava a entrar no mercado consumidor brasileiro como produto nacional, essa triangulação era um convite à falsificação das guias para fazer entrar no Brasil charque Uruguaio como se fosse Riograndense, sem nada pagar como produto importado. Na capital do estado, o comércio simplesmente não tinha condições de concorrer com muitas mercadorias que entravam pela fronteira, ou se vendia mais caro ou não se encontrava certos produtos (Axt, 2011, p. 288).

Mas o sentido do fluxo de mercadorias também dependia das conjunturas de preços internacionais para os produtos exportados pelo Rio Grande do Sul e o Brasil de forma geral, sendo que durante a Primeira Guerra Mundial o fluxo se inverteu. Pela fronteira se passou a enviar de forma irregular fumo, couros, gado, café, álcool, calçados e tecidos brasileiros. Frente a essa conjuntura de evasão de impostos, o Governo Borges procurou fortalecer a repressão e a fiscalização para aumentar a receita estadual, galgando confiança do Governo Federal, que também ganhava com o aumento da receita, e beneficiar seus aliados do comércio litorâneo, em cujas praças se esperava aumento das vendas e da arrecadação fiscal. O Governo Estadual determinou a cobrança de uma taxa diferencial sobre o frete das mercadorias que vinha da fronteira da ordem entre 100 a 150% quando em

precisasse remeter uma mercadoria a um cliente do interior, precisaria de 13 documentos diferentes em várias vias, totalizando 25 folhas de papel, que custariam 7.400 reis de estampilhas, exigiriam 96 assinaturas, e nada mais nada menos do que 7.492 letras manuscritas, que à média de 5 letras por palavra, produziriam 1.500 palavras!!! O processo todo exigiria 14 diferentes caminhadas, entre o banco, a alfândega, a mesa de rendas e a estação de trem”. O Decreto de 1916 também passava a impedir a importação de certos produtos e estabelecia valores limites por pessoa para atravessar a fronteira e, nesse caso, mesmo que um comerciante quisesse importar legalmente pagando um imposto, ele não poderia, pois as mesas de fiscalização não estavam habilitadas. No caso das mercadorias que não podiam entrar pela fronteira terrestre, como drogas e perfumarias, devendo entrar pelos portos do litoral, era mais grave ainda, pois da mesma forma tais mercadorias vindas da Europa desembarcavam em Montevideu, daí devendo seguir para o Porto de Rio Grande e depois seguir para Santana do Livramento, por exemplo; quando o caminho muito mais curto e econômico era chegar diretamente de Montevideu. “E isto numa cidade [Livramento] em que algumas construções achavam-se sobre a linha fronteiriça, com as salas e as alcovas frontais em um país e as de fundos em outro!” (Axt, 2011, p. 269-270).

⁵⁵ Em 1913, as importações oficiais do estado computavam 83.812 contos, o que dava ao Rio Grande do Sul o terceiro lugar no país em volumes de negócios nesta área, somando-se o comércio de cabotagem de importação, tinha-se mais 20 mil contos, totalizando 104 mil contos de importação oficial. Contudo, estimava-se que a parcela declarada das transações de importação por grandes e médios comerciantes não ultrapassavam 15% do volume total realmente efetuado, o que deveria somar o equivalente de 50 a 60% a mais do valor total oficial (Axt, 2011, p. 289). Quanto à exportação, para citar o mercado ilegal do couro, em 1913, o valor oficial de comércio com a Alemanha era de 13.388 contos, mas se registrou um volume de exportação de cerca de 24.000 contos, a partir de informações repassadas pelos comerciantes. Outra estimativa calculava que a exportação não-legal de couro superava em 114 milhões de quilos o montante oficialmente declarado (Axt, 2011, p. 290).

comparação com as taxas cobradas pelas mercadorias que iam em sentido contrário, ou seja, do litoral e da capital para a Campanha. Os comerciantes da fronteira foram obrigados a depositar na alfândega seus livros de contabilidade e fornecer detalhes das operações comerciais. Além disso, todo um sistema de fiscalização por meio de piquetes foi realizado nas estradas de ferro para impedir o contrabando de importação e aumentar a arrecadação correspondente, enquanto os fiscais reconheciam que o imposto de exportação era de difícil controle, uma vez que as mercadorias continuavam escoando à revelia da ação fiscal. Surpreendentemente, toda a ação fiscalizadora se dava somente naqueles comerciantes da fronteira, mas não naqueles situados no litoral, como se estivessem acima de qualquer suspeita. Ora, nitidamente havia uma tentativa de ferir de morte o comércio fronteiriço, tanto que muitos comerciantes fecharam suas lojas e transferiram-se para cidades vizinhas do Uruguai ou Argentina (Axt, 2011, p. 291).

Além da estrutura do fisco agir em benefício do comércio litorâneo, também era um trunfo que Borges de Medeiros utilizava contra seus desafetos pela possibilidade de nomear funcionários e inspetores do sistema de fiscalização. Além disso, podia fazer liberar cargas apreendidas quando era de aliados e de intensificar a fiscalização no caso dos adversários, ou afrouxar a fiscalização quando precisava prestigiar chefes locais e ampliar apoios. Tudo dependia da articulação dos comerciantes e criadores com as facções do PRR local. A nomeação de algum chefe local, ou substituição de chefes de uma facção, por outra adversária, poderia fazer mesmo a arrecadação aumentar, pois os novos ungidos se esforçavam para desbaratar as redes de poder daqueles que até então se beneficiavam das relações estreitas com o Presidente do Estado.⁵⁶

Os problemas políticos para o chefe do executivo estadual vinham quando todo um segmento mercantil, ou toda uma facção partidária era fragilizada em seus lucros, de modo que o contrabando tendia a ser reorganizado de uma forma ainda mais agressiva e

⁵⁶ “Assim, em Cachoeira do Sul, por exemplo, onde era de domínio comum que o trânsito noturno de carretas desovavam mercadoria contrabandeada nas lojas, o ritmo das apreensões se intensificava quando a cisão entre as facções se aprofundava e as autoridades articuladas a uma pretendiam constranger os comerciantes eleitores da outra. Em Uruguaiana, da mesma forma, os combates entre a força fiscal e os contrabandistas que resultavam em vultosas apreensões tinham estreita relação com as brigas políticas locais, pois, em geral, a eficácia da repressão dependia de informações privilegiadas, que vazavam conforme se acomodava o jogo de interesses” (Axt, 2011, p. 284).

violenta.⁵⁷ Ou quando um mesmo chefe concentrava muitos poderes, com o controle do partido e do policiamento da fronteira ao mesmo tempo, podendo criar embaraços diplomáticos para a União, ameaçar o poder do Executivo estadual e unificar coronéis locais concorrentes, como no caso dos Pereira de Souza em Uruguaiana. João Francisco Pereira de Souza se tornara fiel escudeiro de Castilhos na Revolução de 1893, como comandante da Guarnição militar do Cati. Dessa posição, não só procurava controlar os adversários e o comércio de contrabando, como interferir na política interna do Uruguai contrabandeando armas aos *blancos* pela linha divisória a mando de Castilhos e Borges, enquanto o Governo Brasileiro, através do Exército, dava cobertura aos *colorados* na disputa interna àquele país. Findo os atritos no Uruguai e com a morte de Castilhos em 1903, o Governo Federal via na *Hiena do Cati*, como João Francisco era conhecido, um fator de desestabilização, Borges temia sua autonomia na fronteira, e os demais coronéis locais se aglutinavam em torno dos Flores da Cunha. Progressivamente, postos de poder foram subtraídos dos Pereira de Souza e transferidos aos Flores da Cunha, gerando inimizades manchadas por sangue. Depois de uma série de disputas por cargos entre as famílias e seus protegidos, em 1910 dois irmãos de João Francisco foram assassinados, os assassinos se protegeram nas fazendas dos Flores da Cunha no Uruguai e posteriormente foram recebidos em Porto Alegre, sendo brindados com a impunidade graças à intervenção de José Antônio Flores da Cunha, chefe do Governo Borges na Assembleia Legislativa. Se, por um lado, fora removido um foco de poder autônomo na fronteira, por outro, com a desmobilização do quartel do Cati e do policiamento, devolveu margem de manobra para estancieiros, contrabandistas e comerciantes de gado ao longo da fronteira, fugindo de qualquer controle o comércio ilegal e exigindo deslocamento de maior contingente de guardas estaduais e federais (Caggiani, 1988; Axt, 2011, p. 287).

Contudo, não era importante nem para Borges, nem para os envolvidos nas disputas locais, que as lutas fratricidas entre coronéis e seus dependentes se perpetuasse por muito tempo, pois a instabilidade político-institucional ampliava as incertezas dos resultados eleitorais. A prisão ou a substituição de uma peça no jogo da ocupação dos cargos de

⁵⁷ Em 1907, um dos coronéis que respondia pela política do PRR na fronteira, telegrafava a Borges dizendo que a situação saíra do controle devido aos grupos de contrabandistas “armados em guerra”, os quais continuavam abastecendo todo o comércio, e calculava que o transporte ilegal de mercadorias envolveria mais de 2 mil pessoas (Axt, 2011, p. 285).

mando podia desvelar crises de graves proporções políticas, inclusive para o Presidente do Estado. As concessões aos poderes locais dependiam do grau de cisão do partido entre as facções, da importância ou não de aumentar ou diminuir tais cisões e da capacidade das facções de manter mobilizadas as bases de apoio a Borges sem, contudo, ameaçar sua própria posição. Ou seja, deste ponto de vista, importava manter o partido unificado e estabelecer um *modus vivendi* entre diferentes interesses, mas com o poder concentrado em torno de uma liderança o mais leal e submissa possível aos seus desígnios e isso significava o controle da maior parte dos cargos públicos (Axt, 2011, p. 294)

Mas para efeitos deste trabalho, por que é importante chamar a atenção para essa rede de compromissos? Primeiro para assinalar que o poder do chefe do executivo estadual não era absoluto, muito menos era a ideologia positivista que ordenava as ações dos indivíduos, como se fosse possível explicar a política e a economia – ou a política econômica do estado – em termos de preferência ideológica e não de luta entre interesses conflitantes, como é tão comum encontrar na bibliografia gaúcha.⁵⁸ A explicação para os processos sociopolíticos e econômicos não pode partir das preferências ideológicas dos indivíduos, no mais das vezes utilizadas como instâncias de legitimação e do discurso oficial para rotular e desqualificar os adversários. Para essa chave explicativa dos processos sociais do Rio Grande do Sul, o PRR representou a verdadeira revolução burguesa que estado nenhum do país conheceu (Targa, 2010), contrário aos interesses das atrasadas oligarquias rurais e promotor do progresso por meio de opções administrativas que enfeixavam o bem comum; tudo porque o PRR era positivista! Por isso ele estaria acima dos interesses de classe, grupos e facções. Se o investigador processar uma análise fina das relações sociais, como fazem Félix, (1987) e Axt (2011), dificilmente se pode caracterizar o PRR como distinto de qualquer outro partido do período do sistema coronelista da história brasileira, um somatório de interesses dirigidos por chefes locais que se articulam numa ampla rede de compromissos. Mas o que então, talvez, seja a particularidade do caso gaúcho? Justamente por ser uma região de fronteira, a aliança que se consolidou com o nascimento da República e teve o capital comercial do litoral como hegemônico, em disputa com aquele da região fronteira, e o modo como nessa aliança se articularam os

⁵⁸ São exemplos clássicos desta leitura, trabalhos como os de: Pesavento (1980a; 1980b; 1993), Antonacci (1993), Targa (2010), Müller, (1972) e uma infinidade de outros trabalhos. Para uma crítica à perspectiva destes e de outros autores que seguiram leituras semelhantes, olhar Axt (2011, p. 16-53).

interesses locais dos municípios do interior, nos quais o controle do contrabando era um poderosíssimo instrumento de acumulação. Mas, além disso, o maior ou o menor controle do contrabando servia como estabilizador da aliança hegemônica, não sem tensões de todas as ordens.

2. Contrabando de gado como estabilizador da aliança social hegemônica

Possivelmente, o exemplo mais notório dos enormes interesses em jogo com o contrabando, seja o caso do gado e do charque, principal produto de exportação do estado até final da década de 1920. Se durante todo o século XIX os *saladeros* Uruguaios e Argentinos foram considerados mais eficientes e lucrativos que as charqueadas riograndenses, a não ser nos períodos em que lutas internas desorganizavam a produção naqueles países, condicionando os produtores gaúchos a reivindicar proteção tarifária contra a concorrência, a implantação de frigoríficos ingleses e norte-americanos nos países do Prata a partir do final daquele século tendeu a aumentar as condições assimétricas de competição. Com a implantação dos frigoríficos - na Argentina o primeiro deles se instala ainda em 1883, no Uruguai em 1902, mas no Rio Grande do Sul isso só ocorre em 1917 -, a carne platina ampliou suas vendas para o vigoroso mercado consumidor europeu e os frigoríficos forçaram um melhoramento no rendimento do gado, com alterações nos sistemas criatórios e importação de raças, pagando mais para os gados considerados melhores. Isso repercutia nos *saladeros* que passavam a contar com carcaças animais de melhor qualidade, acirrando a concorrência com o charque produzido no Rio Grande do Sul (Love, 1975, p. 135; Pesavento, 1980a, p. 84, 88). As respostas dos charqueadores gaúchos foram em dois sentidos: por um lado, estabelecer um sistema de *convênios* entre os charqueadores para impor a baixa do preço pago ao criador e, por outro lado, pressionar para que houvesse o aumento das restrições à entrada do charque platino no mercado brasileiro (Pesavento, 1980a, p. 98).

Assim, a bancada gaúcha no Congresso conseguiu barganhar um aumento tarifário ao charque platino de 120 réis por quilo em 1902, subindo para 157 réis e, depois, para 180 réis por quilo em 1906. Mas, devido ao câmbio desvalorizado, o charque platino chegou a pagar 242 réis por quilo pelo direito de concorrer no mercado brasileiro (Axt, 2011, p. 312). Apesar do PRR sempre ter feito o discurso de ser contrário ao protecionismo, que não vinha

ao caso quando se tratava do charque, a taxaço ao produto concorrente representava uma enorme reserva de mercado para os charqueadores em território gaúcho. Neste período, a importa o de charque estrangeiro no país diminuiu em 40%, sendo que o preço aumentou em 150% (Pesavento, 1980a, p. 44). O problema   que a produ o nacional e a gaúcha em particular não atendia toda a demanda nacional de charque (Love, 1975, p. 135), e em 1912 aproximadamente um terço do charque consumido no Brasil era estrangeiro, representando 33 mil toneladas (Axt, 2011, p. 312).

Ora, se o gado riograndense não era suficiente para atender as charqueadas em território nacional, a manuten o do preço e de demanda em alta seriam um enorme incentivo para o criador investir em processos que aumentassem a lota o dos campos, uma vez que a remunera o tendia a ser, em parte, a eles repassada. Mas duas fortes tendências agiam no sentido oposto, qual seja, os *convênios* entre charqueadores para manter baixo o preço pago aos animais, mesmo sendo possível pensar que deve ter sido repassado uma parte desse aumento aos criadores, e o fato de que tal conjuntura era um convite explícito ao contrabando. Ou seja, os animais passaram a ser trazidos do Uruguai para serem abatidos em território gaúcho, que eram exportados via o porto de Montevidéu e o charque voltava a entrar no Brasil como produto nacional, sem pagar os pesados impostos. Outra varia o do contrabando previa enviar o charque gaúcho e/ou motogrossense pelo referido porto, onde era trocado pelo produto Uruguaio que então seguia ao Brasil, e o charque nacional de menor qualidade era enviado para as Antilhas como produto Uruguaio (Love, 1975, p. 135; Axt, 2011, p. 319).

Os debates no Congresso sobre a taxaço dos gados que entravam no país e o discurso segundo o qual o *criador   vítima do charqueador* traduziam o aumento do contrabando e da fraude que a prote o ao charque promovia. Com a bancada gaúcha tendo fortes divergências internas, em 1905 o gado importado pela fronteira do Rio Grande do Sul perdeu parte da isen o, sendo obrigado a pagar 15\$ por cabeça, quando os demais estados pagavam 30\$. De um lado havia o interesse de milhares de criadores ainda mal organizados, de outro eram 30 charqueadores que reuniam as maiores fortunas do estado, administravam algumas das maiores empresas brasileiras e controlavam a compra de gado, além de exportadores e de alguns coronéis e proprietários de terra que dominavam o contrabando, muitos dos quais têm também charqueadores. Mas as discussões e divergências

continuariam nos anos posteriores. Nessa seara, o Governo Borges inicialmente se colocou ao lado dos charqueadores, pois a Fazenda Estadual arrecadava com o imposto sobre as exportações e era preferível que esse dinheiro entrasse nos cofres do fisco estadual do que se houvesse a importação do charque uruguaio pelo mercado brasileiro, pois, nesse caso, era a União e não o estado que recolhia o imposto. Posteriormente, com a reforma tributária de 1903, que transferiu progressivamente a base arrecadatória do imposto de exportação para o imposto territorial, Borges demonstrou interesse na diminuição da isenção, uma vez que aumentaria o valor venal das terras se nos campos aumentasse a lotação animal (Axt, 2011, p. 313-314).⁵⁹

⁵⁹ É importante chamar a atenção para o sentido da reforma tributária de 1903, cuja lógica persistiu até meados de 1928, uma vez que a partir dos impostos pagos pelos diferentes segmentos sociais pode se perceber quais são os possíveis privilegiados e quais não o são. A partir da Constituição Federal de 1891, os impostos de exportação deixaram de ser divididos com a União e passaram exclusivamente ao fisco estadual, o que, por si só, já representou uma diminuição dos impostos sobre os produtos exportáveis, uma vez que as alíquotas que cabiam à União foram extintas. Na reforma fiscal de 1902 se criou o imposto territorial, procurando-se impulsionar as isenções sobre o imposto de exportação. A progressiva transferência da base arrecadatória do estado para o imposto territorial se deu sob o argumento de que era necessário uma base fixa e estável como fonte de recursos, livre das depressões da economia de exportação. A pesar da grita de estancieiros de ambas as colorações partidárias, os proprietários mais gravados pela reforma foram os pequenos proprietários da região colonial que pagavam mais por hectare do que os proprietários da fronteira. Já em 1903, estava em pleno andamento o processo de desoneração progressiva das mercadorias exportáveis e a taxa progressiva da propriedade fundiária. Contudo, em 1913, o imposto territorial foi alterado e se reduziu o índice de lotação animal dos campos, fazendo diminuir o valor do imposto e deprimindo o preço dos arrendamentos, o que contribuiu para alavancar a lavoura de arroz, atendendo às expectativas do capital comercial, das casas bancárias e do capital financeiro regional que investiam na atividade arrozeira. Contudo, não se alterou a proporção de participação das pequenas propriedades rurais da região de colonização no cômputo geral do imposto territorial e “os melhores campos de Bagé continuavam, assim, pagando menos imposto por hectare do que as pequenas propriedades da zona ítalo-germânica” (Axt, 2011, p. 351). Em 1910, apenas 6% das exportações do estado não era tributado, em 1920 o valor de exportação isento subiu para 52%, enquanto a alíquota média do imposto de exportação despencou de 7,09% em 1903, para 1,49% em 1925. Assim, os governos do PRR transferiam recursos dos proprietários rurais, especialmente dos pequenos proprietários das regiões coloniais, para os setores mercantil, financeiro e dos grandes exportadores. Na indústria, as isenções fiscais eram concedidas àquelas consideradas “naturais” que beneficiavam diretamente os produtos da pecuária ou agricultura, numa explícita iniciativa de desonerar as charqueadas, mas as indústrias consideradas “artificiais” não mereceriam proteção e desoneração fiscal. Isso traduzia uma concepção “ruralista” acentuada, bem longe da visão de que o PRR possuía uma política industrializante. As indústrias “artificiais” se expandiram porque comercializavam preferencialmente com as regiões coloniais e não porque possuíam estímulos promovidos pelo Governo Estadual. O discurso fácil dos líderes do PRR, que repetiam discursos amparados na pretendida cientificidade do positivismo, era contestado pelos industriais teuto-brasileiros que encaminhavam sem sucesso pedidos de isenções fiscais à Assembleia Legislativa. As isenções sobre o imposto de exportação para a indústria têxtil só chegou em 1923. Portanto, ao contrário do que a maior parte da bibliografia argumenta, parece que não havia espaço para uma política industrializante na prática dos governos do PRR. Somente a partir de 1928, já com Getúlio Vargas como Presidente do Estado e com a redefinição de poderes no espaço social, que se municiou o orçamento com novas fontes arrecadatórias, voltando a reconstituir as tarifas do imposto de exportação (Axt, 2011, p. 308-309, 338-357, 399).

Em 1908, o debate voltou à carga, gerando maiores distensões no seio do PRR. Depois da bancada gaúcha ver um de seus membros pedir a renúncia e de Carlos Barbosa, estancieiro com terras no Uruguai e Presidente do Estado entre 1908 e 1913, se manifestar contrário ao fim da medida, a isenção geral foi substituída por uma isenção seletiva, permitindo a entrada somente de gado de cria e gado magro, represando o gado gordo. Buscava-se permitir a entrada de gado reprodutor de melhor qualidade e impedir a entrada de gado que ia diretamente para o abate nas charqueadas. O problema é que tal medida era de difícil aplicação, uma vez que se tornava complicado a conferência dos animais. Além disso, o contrabando de gado e o suborno dos fiscais continuou a ser realizado pela falsificação das guias de trânsito. Abater o gado uruguaio em terras gaúchas se tornou a melhor opção para aqueles que pretendiam remeter o charque para o mercado brasileiro. Assim, boa parte do gado abatido em terras gaúchas e tido como nacional era, na verdade, oriundo do Uruguai e quando muito engordado no Rio Grande do Sul.⁶⁰ É representativo o fato de que em 1907 a maior charqueada gaúcha e oitava maior empresa brasileira fosse de Emílio Calo, um uruguaio que fincou um estabelecimento em Uruguaiana, amigo íntimo do Comandante do Quartel do Cati, João Francisco Pereira de Souza, que posteriormente também se tornou charqueador com três estabelecimentos, dois no Rio Grande do Sul e um em São Paulo (Pesavento, 1980a, p. 91 ; Axt, 2011, p. 317).

Se Borges rompeu com os charqueadores no episódio da rediscussão da isenção do imposto sobre o gado de importação, o contrabando tratou de recomodar os interesses entre as frações da aliança política hegemônica. Os cofres do Governo Estadual ganhavam com o contrabando, pois o gado uruguaio transformado em charque pagava imposto sobre o abate em cada charqueada e também quando era remetido para o mercado brasileiro, além de aumentar os números oficiais de abates e de lotação e valorizar as terras. Para os charqueadores permitia ter acesso a um gado de melhor qualidade e ganhar altos lucros devido ao elevado valor do charque nacional protegido pelas tarifas alfandegárias. Obviamente, não era bom para o criador gaúcho que via escorrer pelas mãos a possibilidade de barganhar o preço com os charqueadores, nem para aqueles invernadores pouco dispostos a apenas engordar o gado trazido do país vizinho. Para o Uruguai, o contrabando

⁶⁰ Ainda em 1925, estimava-se em 100 mil o número de cabeças de bovinos abatidos no estado resultado do contrabando terrestre, quando o dado oficial era de somente 4.050 cabeças no país inteiro (Axt, 2011, p. 319).

não era interessante do ponto de vista da arrecadação do imposto sobre a exportação e sobre o rebanho gordo que atravessava irregularmente a fronteira, contudo era a garantia de que os brasileiros que possuíam estâncias ao Norte do Rio Negro continuariam tendo mercado garantido e, por consequência, as autoridades riograndenses teriam interesse em preservar a estabilidade institucional daquele país (Axt, 2011, p. 320).

O estancieiro-criador gaúcho tinha plena consciência dos efeitos do contrabando e as manifestações nos Congressos dos Criadores deixam isso claro (Pesavento, 1980a). Contudo, os próprios Congressos reuniam estancieiros-criadores que eram também charqueadores e era de difícil resolução os interesses que aí se expressavam, quase sempre com manifestações de que os interesses entre charqueadores e criadores eram comuns, etc. – voltarei a esse assunto. A economia da região estancieira do estado do Rio Grande do Sul durante a República Velha não tinha a produção como centro da acumulação, mas estava centrada no comércio do gado clandestino, nas charqueadas, no capital comercial e bancário litorâneo e nos objetivos de caixa da Fazenda Estadual.

Os criadores da região do planalto gaúcho (próximos da região dos municípios de Vacaria, Passo Fundo, etc.), apesar de criticar o contrabando na fronteira com o Uruguai, também se esmeravam na burla do fisco na divisa com Santa Catarina. Por estarem mais distantes dos abatedouros gaúchos do que o gado Uruguaio, os animais chegavam muito magros se a eles fossem conduzidos, tornando-se mais atrativo o comércio de gado em pé para o centro do país. Mesmo os produtores do Mato Grosso se beneficiavam do contrabando pelo porto de Montevidéu pelo expediente das guias de trânsito falsificadas, ampliando ainda mais o bloco de interesses relativo ao comércio ilícito. Como os gados daquele estado eram mais magros, o charque enviado pelos canais fluviais para o porto de Montevidéu, que deveria de lá seguir para o Brasil, era trocado por charque uruguaio de melhor qualidade e então enviado para o mercado brasileiro, enquanto o charque de Mato Grosso seguia para as Antilhas, como se fosse produto uruguaio. Dessa forma, o comércio de contrabando se acentuou em meados da década de 1920 (Love, 1975, p. 240; Axt, 2011, p. 317, 321). É somente no final dos anos 20, que este “equilíbrio” de interesses se desfez devido a um conjunto de motivos, tornando o contrabando um fator de instabilidade no seio da aliança política hegemônica no Rio Grande do Sul.

Antes de analisar o conjunto de motivos que inviabilizou aquele equilíbrio, é importante assinar que, se o contrabando de gado e o tráfico de guias de trânsito agiam estabilizando a hegemonia existente, não foram menores as disputas políticas entre os componentes da rede de compromissos que sustentavam a arquitetura do poder. Neste aspecto, vale apenas voltar às disputas entre os Pereira de Souza e os Flores da Cunha em Santana do Livramento não só porque é representativo, mas porque envolve a questão dos frigoríficos, além de que José Antônio Flores da Cunha fora Interventor no Rio Grande do Sul na Revolução de 1930 e depois Presidente do Estado, de qual se depreende a importância da linhagem e articulação em nível político. Os Pereira do Souza pretendiam desfrutar o monopólio da importação ilícita de gado, não fosse a campanha contrária aberta pela linhagem rival. João Francisco Pereira de Souza e seus irmãos constituíram uma aliança com o inspetor estadual da alfândega Francisco Gomes Góes de Araujo para facilitar a entrada de animais, sendo Borges devidamente informado e com sua autorização. Entre 1906 e 1907, teriam entrado 60 mil cabeças de gado segundo o próprio João Francisco, quando o inspetor da alfândega registrara apenas 6 mil cabeças com origem no contrabando. Nos anos seguintes, com a fragilização política dos Pereira de Souza pelos motivos já expostos, os Flores da Cunha passaram a reivindicar participação no lucrativo negócio de trânsito de animais pela fronteira, não só levando à interrupção do contrabando realizado por João Francisco, como à queda do Inspetor da Alfândega acusado de receptação de propina para liberar manadas (Axt, 2011, p. 314).

Ora, a implantação de frigoríficos representava não somente novos concorrentes às charqueadas, que combinavam os preços pagos aos criadores pelo sistema de *convênios*, podendo desestabilizar seu abastecimento, como ameaçava a rede de dependência coronelística por amarrar Borges aos coronéis da fronteira que controlavam a enorme fonte de acumulação significada pelo contrabando de gado. Fora possível impedir a chegada dos frigoríficos até 1917, quando a *Companhia Armour* se instalou em Santana do Livramento. A conjuntura da Primeira Guerra Mundial que elevou os preços das carnes frigorificadas e do charque tornara impossível não perceber que os criadores uruguaios haviam recebido muito mais por seus produtos do que os gaúchos, gerando maior pressão para a instalação de frigoríficos, que inicialmente deveria ser com capital dos próprios criadores. Além disso, ainda com o mercado em alta na Europa e Estados Unidos, a demanda permanecia aberta

para as carnes frigorificadas, que as charqueadas não ofereciam, e cuja oferta de carne dos produtores do prata não era suficiente para suprir, permitindo aos frigoríficos correr maiores riscos para ampliar suas instalações em novas áreas produtoras do globo (Pesavento, 1980a).

Mas não foi sem enfrentar resistências dos coronéis que a referida Companhia se instalou em Livramento, embaçando as relações entre os Flores da Cunha e Borges. Na alfândega de Livramento, um grupo de funcionários, parentes dos Flores da Cunha, dificultava os negócios da *Amour* com cobrança de propinas, a qual teria resistido aos assédios. O comissário da empresa no Brasil acionara o Ministério da Fazenda, a bancada gaúcha na Câmara e Borges de Medeiros ameaçando suspender o funcionamento da empresa se os protegidos dos Flores da Cunha não fossem removidos. Os parentes dos Flores da Cunha acabaram sendo transferidos para a alfândega de Porto Alegre em maio de 1918. Contudo, mesmo assim, a Companhia continuava sofrendo retaliações, quando novas medidas foram tomadas para remover os incômodos funcionários, que não deviam agir sem a retaguarda da rede de compromissos coronelísticos. Os Flores da Cunha ainda tentaram impedir a compra de uma estância pela *Armour*, acusando o vendedor de inadimplente para com uma letra emitida em 1892, que só conseguiu consumir o negócio depois de depositar o valor correspondente em juízo. A família Flores da Cunha já colocava Borges em situações constrangedoras perante o Governo Federal e mesmo com a bancada gaúcha, quando então nomeou para a lucrativa vaga de Escrivão de Órfãos outro chefe local que não um integrante da prestigiosa família. A consequência para Borges foi amargar uma baixa votação em Santana do Livramento nas eleições de 1919. A reconciliação entre o chefe do Executivo Gaúcho e a referida linhagem só veio em 1922, na conjuntura das eleições presidenciais (Axt, 2011, p. 292-293).

Assim, parece mais adequado buscar na análise das relações de poder e interdependências do jogo político os motivos para o retardamento da instalação de frigoríficos no Rio Grande do Sul, e não no fato de que o PRR tinha orientação positivista, o que teria impedido o Governo de interferir no livre jogo da economia por uma opção ideológica, como faz Pesavento (1980a, p. 94, 98, 102). É impressionante como esse argumento da premência do positivismo sobre aspectos políticos e econômicos embaça a

vista de analistas, como da autora citada.⁶¹ Mesmo apresentando dados empíricos suficientes para se promover uma leitura, em alguns casos, completamente oposta ao que ela própria sugere, prefere marginá-los na análise e não lhes dar consequência em nome do fechamento do raciocínio pelo argumento de que a ideologia positivista guiaria, sem mediação nenhuma, a ação da política econômica de Estado. A autora não percebe as contradições da política econômica do Governo, muito menos que o uso do argumento positivista beneficiava os agentes dominantes da economia gaúcha e, além disso, servia como instância de legitimação das próprias decisões dos dirigentes estaduais pelo caráter de cientificidade que se depositava no positivismo.

Apesar do Rio Grande do Sul possuir, segundo dados oficiais apresentados por Pesavento (1980a), o maior rebanho do Brasil antes mesmo da Primeira Guerra e do fato de que os criadores já recolhiam dinheiro entre seus pares desde 1914 para a construção de um frigorífico que deveria ser por eles controlado, foram os estados do Rio de Janeiro e São Paulo os primeiros que viram instalar as indústrias do frio no país.⁶² Em 1913, fora fundado por Antônio da Silva Prado, cafeicultor e industrial em São Paulo, o primeiro frigorífico em Barretos, seguido por outros dois estabelecimentos, um frigorífico de capital norte-americano e uma charqueada do coronel João Francisco Pereira de Souza, depois vendida para Carlos Moura.⁶³ Outros dois frigoríficos de capital inglês também se instalaram no Rio

⁶¹ Por volta de 1913, quando desde então havia certa mobilização por parte de criadores para a construção de um frigorífico com capitais locais, Pesavento (1980a, p.98) comenta: “Configurava-se a oposição de interesses econômicos entre charqueadores e criadores locais, melhor divisada por estes últimos e absolutamente ignorada pelo Estado. Isto é claramente percebido desde que se recorra à orientação positivista inspiradora da conduta político-administrativa do Governo gaúcho. Torna-se necessário lembrar, mais uma vez, que o positivismo defende a ordem, a harmonia social e ignora o conflito. Na sua perspectiva, os interesses de ambos deveriam ser coincidentes, ou seja, acelerar o livre desenvolvimento das forças produtivas da economia gaúcha. O que se tinha em mente era o progresso econômico, e para que tal se desse, a estabilidade social era um requisito indispensável”. Ou ainda, esta outra passagem do texto da autora: “Esta divergência entre níveis de aspiração dos criadores, por um lado, e o posicionamento do Estado de feição positivista, por outro, vem se somar ao quadro das divergências já apontadas anteriormente. Dentro do posicionamento positivista, o Estado não admitia privilégio de espécie alguma a qualquer setor de produção em particular” (p. 102). Na concepção da autora, o privilégio das charqueadas em ter um imposto gravando o charque importado só pode ter um significado: para ela, devia significar o “interesse geral do estado”, como os próprios charqueadores argumentavam.

⁶² Para 1913, Pesavento (1980a, p. 94) informa que o tamanho do rebanho do Rio Grande do Sul era de 6.657.940; o de Minas Gerais era de 6.342.600; Bahia correspondia a 2.850.310; Goiás com 1.934.830; São Paulo com 1.792.880 e Rio de Janeiro com apenas 556.310 cabeças de bovinos. Mesmo considerando que o contrabando aumentava os números oficiais do tamanho do rebanho do estado, o Rio Grande do Sul deveria rivalizar com Minas Gerais, estando entre os principais estados criadores.

⁶³ O Frigorífico fundado por Prado se chamava Companhia Frigorífica e Pastoril, onde trabalhavam 300 operários; em 1916 abateu 58.308 cabeças de bovinos, 8.850 de suínos e 2.254 de ovinos/caprinos. O

de Janeiro, no mesmo período. Desde 1914 o frigorífico fundado por Antônio da Silva Prado já enviava carne frigorificada para a Inglaterra, aumentando o envio nos anos seguintes.⁶⁴ Interessante assinalar é que a maior parte do rebanho abatido nesses frigoríficos não era nem de São Paulo, nem do Rio de Janeiro, mas importado de Minas Gerais e de Mato Grosso.⁶⁵ A exportação para a Europa indica que o mercado visado não era somente, ou talvez, nem principalmente, o nacional, mas o mercado internacional de carne, cujos acontecimentos da Guerra fizeram o preço da carne subir 86%, sendo que três anos antes da Guerra o aumento de preço já era de 46% (Pesavento, 1980a, p. 79).

Essa conjuntura de aumento expressivo do preço da carne fez com que a região do Prata estivesse no centro das estratégias de grandes companhias interessadas em explorar a frigorificação.⁶⁶ Nas vésperas da Guerra, havia dez companhias de capital estrangeiro e/ou nacional operando na Argentina e três companhias no Uruguai. Depois de um período inicial de grande concorrência entre os frigoríficos para a compra de animais, a partir de 1911 passaram a se organizar para controlar o preço pago ao produtor, dividindo o mercado do Prata entre as empresas, que durou até 1914, quando a Guerra promoveu novamente grandes disputas pela compra do gado. Como já foi comentado, desde o início os frigoríficos pagavam mais caro pelos animais considerados de melhor qualidade, em geral por carcaças com um “traseiro” maior que o “dianteiro” por proporcionar maior rendimento, características encontradas nas raças inglesas. A diferença de preço teria agido como um “impulso à seleção do rebanho”, pois “os frigoríficos pagavam altos preços por um tipo de gado refinado para industrialização de carne refrigerada [...]” (Pesavento, 1980a, p. 88).

Frigorífico de capital norte-americano se chamava Frigorífico Osasco, empregando 370 operários; em 1916 abateu 92.098 cabeças de bovinos e 8.261 cabeças de suínos, nenhuma de ovinos/caprinos. A charqueada fundada pelo Coronel João Francisco possuía 40 funcionários; em 1916 abateu 11.209 cabeças de gado, nenhuma de suínos, nem de ovinos/caprinos (Pesavento, 1980a, p. 91).

⁶⁴ O frigorífico de Prado, enviara 1.400 kg de carne frigorificada para a Inglaterra em 1914; em 1915, foram enviados 8.513.970 kg, e em 1915, o volume de carne enviada para esse mesmo país foi de 33.660.936 kg (Pesavento, 1980a, p. 90).

⁶⁵ Em 1915, os estabelecimentos de abate em São Paulo importaram de Minas Gerais e Mato Grosso um total de 15.292 cabeças, em 1916 esse valor subiu 10 vezes, totalizando 150.020 cabeças de animais bovinos (Pesavento, 1980a, p. 91).

⁶⁶ Pelo que Pesavento (1890a, p. 80-83) apresenta da análise de um relatório do governo francês, parece que nem Austrália, nem Nova Zelândia, nem nenhuma outra região do mundo fora considerada tão importante como a região do Prata para a exportação de carne nas estratégias das empresas, devido ao número absoluto de rebanho e das condições para a exportação, especialmente aquelas da Argentina.

O aumento de preços internacionais promovia a expansão das plantas industriais em diversas partes do globo, como ocorreu nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mesmo industrializando gados com rendimento de carcaça menor. Com o progressivo aumento da demanda internacional de carnes frigorificadas a maior parte do gado dos países do Prata foram deslocados dos *saladeros* para os frigoríficos, o que fez com que antigos mercados atendidos pelos concorrentes platinos se abrissem para às charqueadas gaúchas, como fora o caso do mercado cubano. Não só diminuía a pressão dos concorrentes platinos no mercado brasileiro, como se abriam novos mercados para o charque gaúcho, que entrava no vácuo deixado pela expansão da frigorificação. Com o esfriamento da demanda internacional de carne frigorificada a partir de 1920, os *saladeros* voltaram à produção de charque, recuperando os mercados então “cedidos” aos gaúchos, abrindo um período de crise para os criadores riograndenses (Pesavento, 1980a). Mas antes de abordar a conjuntura dos anos de 1920, vale a pergunta do porquê não houve a instalação de frigoríficos no Rio Grande do Sul no pré e durante a Guerra, uma vez que o preço da carne estava em alta e tanto países europeus quanto os Estados Unidos exportavam bens de capital para as regiões com potencial para a industrialização da carne.

Em parte, a resposta já foi dada. Com o aumento da demanda por carne salgada às charqueadas gaúchas, devido ao vácuo deixado pelos *saladeros*, um enorme mercado se abria e com ele enormes lucros que azeitavam as relações de interdependência coronelística na arquitetura do poder no Rio Grande do Sul. Não era do interesse de nenhum daqueles agentes envolvidos em tais relações que novas empresas ameaçassem o equilíbrio de poder. Alguns criadores da fronteira tinham a opção de enviar seus gados para os frigoríficos uruguaios, tendo em vista que eles “[...] ofereciam melhores preços do que os estabelecimentos saladeiris gaúchos”, ou de arrendar ou comprar terras no Uruguai, mas obviamente estas opções não eram possíveis para a maior parte dos criadores, muito menos para aqueles situados longe da fronteira (Pesavento, 1980a, p. 104).

Os lucros maiores dos criadores platinos pela venda dos gados mobilizava a União dos Criadores, associação criada em 1912 pelos estancieiros gaúchos, em dois sentidos: solicitava ao Governo Estadual a criação de um banco hipotecário para fornecer empréstimos com juros baratos e de longo prazo de pagamento que fosse adequado ao ciclo produtivo da criação de bovinos, e a atração de frigorífico(s) com capital internacional ou

financiamento para que fosse formado com capitais locais (Pesavento, 1980a). A primeira reivindicação fora rechaçada desde abril de 1890, quando Rui Barbosa propôs a criação do Banco Emissor do Sul para financiamento da produção. Na ocasião tanto os líderes do PRR quanto seus aliados do litoral foram unânimes na rejeição da proposta, ainda que por motivos diferentes. Castilhos tinha medo que um banco com capitais do centro do país pudesse interferir na política interna, enquanto que para o capital bancário e comercial a emissão de dinheiro seria prejudicial devido ao aumento da inflação, desvalorização da moeda e aumento do custo de vida, gerando pressões das classes médias e populares. Mas Castilhos imaginava ser possível construir um Banco Emissor com capitais do próprio estado para o financiamento da indústria, seguindo seus preceitos positivistas, mas teve que voltar atrás e abandonar definitivamente tal proposta devido à instabilidade política no estado e a necessidade de ampliar os aliados no litoral, “[...] selando uma aliança contrária aos interesses dos industriais, mas favorável aos apelos imediatistas das camadas médias e proletárias urbanas e particularmente proveitosa ao alto comércio importador” (Axt, 2011, p. 298). Esta reivindicação sempre esteve presente no discurso tanto da oposição quanto no de setores do partido no Governo, mas continuou esbarrando na natureza da composição da aliança hegemônica e teve de esperar até 1928, quando, por um lado, se fragilizou o bloco no poder e, por outro, houve maior unidade entre os estancieiros (Love, 1975, p. 240) – voltarei a esse assunto no próximo tópico. A segunda reivindicação esbarrava em interesses tão ou mais poderosos, pois muitos dos próprios dirigentes do Governo do Estado eram proprietários de charqueadas, tinham terras no Uruguai e lucravam com o contrabando de gado, como o exemplo já citado de Carlos Barbosa, além dos compromissos com a manutenção do regime afiançada com coronéis locais.

Por mais que Borges de Medeiros discursasse no congresso da União dos Criadores em 1915 de forma eloquente em apoio à instalação de frigoríficos no estado (Pesavento, 1980a, p. 105), a verdade é que o Governo do Estado não mexeu um graveto em apoio à proposta. Pelo contrário, dificultou a entrada de frigoríficos estrangeiros. Como a criação de um frigorífico com capital local se mostrava difícil, a União dos Criadores entrou em contato com companhias estrangeiras, sendo que em abril de 1915 a *Weddel & Cia. Ltda*, de Londres, mostrou interesse e entrou em tratativas com o Governo Borges, mas a proposta não foi levada a diante, por motivos que Pesavento (1980a) não investiga.

Contudo, ainda em 1903, a *Brazilian Cold Storage* buscara a implantação da indústria frigorífica no estado, mas o Governo Borges não aceitou a garantia de juros então reclamada sobre o capital a ser imobilizado, como era de praxe em outros empreendimentos, como as estradas de ferro e portos (Axt, 2011, p. 365). Isso inviabilizou o que poderia ser o primeiro frigorífico em território brasileiro e, possivelmente, estímulos para a melhora dos sistemas produtivos e de introdução de novas raças. Não é demais assinalar que esse período fora anterior aos lucros astronômicos que as economias argentina e uruguaia auferiram com a exportação da carne no período anterior e durante a Guerra, e dos quais frigoríficos instalados no Sudeste do país participaram.

Somente em 1916, devido às pressões crescentes dos criadores que criticavam a “prudência” e a “cautela” do Governo do Estado em incentivar o projeto local da criação do Frigorífico Rio Grande (Pesavento, 1980a, p. 121), houve a garantia de juros de 6% sobre os capitais imobilizados, além de “amplo regime de isenção de impostos aos frigoríficos” (Axt, 2011, p. 364). A partir de então, três companhias norte-americanas se instalaram no estado: em 1917, a Companhia *Swift* do Brasil se instala no município de Rio Grande, exportando pelo porto do mesmo nome, mais tarde expande outra planta industrial para o município de Rosário do Sul; em 1917, a Companhia *Armour* se instala no município de Santana do Livramento; em 1918, a *Wilson Company* também se instala em Santana do Livramento, ambas as companhias exportaram via porto de Montevidéu. O Frigorífico Rio Grande começou a operar em 1920, na cidade de Pelotas e, para seus idealizadores, serviria para manter em alta o preço ofertado pelo gado e evitar que os demais frigoríficos desenvolvessem práticas de monopólio do mercado, baixando o preço ofertado ao gado (Pesavento, 1980a, p. 125, 131, 139).

Contudo, foi por um curto período que ainda se manteve uma vigorosa demanda de carne frigorificada no mercado internacional, caindo a partir de 1920. Com a crise, o Frigorífico Rio Grande foi a primeira vítima e acabou vendido em fevereiro de 1921 à companhia inglesa *Vestey Brothers*, futuro *Anglo* (Pesavento, 1980a, p. 194). Os demais frigoríficos reduziram a 10% os abates em comparação aos anos anteriores, o charque platino descolou o produto gaúcho do mercado das Antilhas, os criadores que haviam realizado empréstimos com prazos curtos de pagamento nos bancos locais viram suas dívidas serem executadas e sobreveio uma crise de numerário (Axt, 2011, p. 364). Novos e

velhos debates, como o alto custo de uso do porto de Rio Grande e do transporte pelas estradas de ferro, a necessidade de um Banco de financiamento adequado às exigências dos criadores e o contrabando realizado pela fronteira voltaram com toda a força ao debate. As frações da classe dominante se moviam para novos e decisivos confrontos. Estas e outras questões serão abordadas na próxima seção.

3. Novos e decisivos confrontos, a fragilização do bloco no poder

A conjuntura desencadeada no início dos anos de 1920 ampliou as contradições entre as frações da classe dominante. A crise econômica enfrentada pelo charque e pelas carnes frigorificadas devido à restrição dos mercados consumidores mundiais, somava-se à crise bancária que elevava os juros e retirava numerário do mercado, além do aprofundamento do problema dos transportes. A elevação das taxas de transporte ferroviário e o alto custo relativo do Porto de Rio Grande, quando comparado aos uruguaios e argentinos, entrelaçavam-se com o problema bancário regional. Aquilatavam-se tanto antigos opositores quanto aumentavam as distensões no PRR, reproduzindo um clima geral de descontentamento no qual os comerciantes do interior do estado e os pecuaristas parecem ter se constituído como os principais questionadores das políticas econômicas do Governo Estadual. O quadro de crise internacional das vendas de charque agravava-se com a recusa do Governo em empreender um Banco Hipotecário de Crédito para financiamento da produção, asseverado pelas intervenções do Estado no sistema de transportes em 1919 e 1920, que acabou por aprofundou a crise bancária e apertar o garrote sobre a economia.

As encampações do sistema ferroviário provocaram um forte impacto fiscal, institucional e político, sendo algumas planejadas pela elite dirigente, mas outras saíram do controle e contribuíram para minar a legitimidade do regime. As encampações tiveram, por um lado, um motivo político da necessidade de controle deste poderoso instrumento militar que eram as estradas de ferro e, por outro lado, um motivo econômico, qual seja uma investida em tentar carrear novamente para o litoral as atividades comerciais da fronteira, agora potencializadas com o escoamento da produção dos frigoríficos que lá haviam se instalado.

As estradas de ferro constituíam um recurso militar estratégico que fora amplamente utilizado na Revolução Federalista de 1893, novamente utilizada na Revolução de 1923,

contra os opositores de Borges de Medeiros. Pensada inicialmente a partir de objetivos de proteção militar contra as incursões inimigas do Prata, o tronco sul da estrada de ferro que ligava Rio Grande a Bagé fora inaugurada com um total de 19 estações em 1884; posteriormente foi inaugurado o tronco principal de Porto Alegre até Uruguaiana e outro entroncamento norte estendendo-se até Cruz Alta e Passo Fundo. As cidades de São Gabriel e Alegrete foram pensadas como centros irradiadores da malha, pois se situavam em posições estratégicas do ponto de vista militar. Mas as estradas ou apresentavam um saldo baixo ou eram deficitárias e não poderiam cumprir apenas um papel militar estratégico, devendo se articular com medidas de desenvolvimento econômico. Entre 1889 e 1898 seu trajeto foi expandido em 54,98%, em 1894 havia 2.825 km de trilhos no estado. As modificações promoveram um melhor fluxo das exportações das regiões coloniais do planalto médio (Passo Fundo e arredores) em direção à cidade de Livramento, tornando a Campanha menos dependente dos mercados uruguaios e facilitando o escoamento de erva-mate, madeira, produtos alimentares, etc.⁶⁷ Como recurso militar estratégico em um estado convulsionado, Castilhos buscou que o Governo Central atribuísse o controle das mesmas ao Governo Estadual, mas Prudente de Moraes identificava uma ameaça no fortalecimento do castilhismo e acabou concedendo a exploração das estradas a uma empresa Belga em novembro de 1897 (Love, 1975, p. 202; Axt, 2011, p. 162-176).

Mas das nove estradas, sete continuavam apresentando saldo negativo, cujo principal problema residia na concorrência pelo contrabando que escoava a produção da região da fronteira. Escoar a produção por Montevidéu evitava aos exportadores gaúchos pagar os impostos federais e implicava em ter menores custos com os fretes marítimos. A concessionária das estradas de ferro que tinha garantia de juros de 7% pelo Governo Federal, ficavam até certo ponto resguardadas da concorrência do contrabando, altamente prejudicial para o Tesouro Público, mas não para a empresa. Contudo, impedia a concessionária de realizar investimentos, levando a mesma a solicitar ao Governo estadual repetidos aumentos nas tarifas de transporte, sistematicamente rejeitados pelo Governo Borges. Isso provocava um desarranjo cada vez maior dos transportes, levando à

⁶⁷ Por volta de 1923, enquanto ocorria a abertura de matas para a instalação de colônias dos imigrantes europeus e/ou seus descendentes, existia mais de 400 madeireiras na região de Passo Fundo, o centro urbano mais importante. Dessa região saiam anualmente 25 mil toneladas de madeira em direção ao mercado argentino (Axt, 2011, p. 219). Ver também Rucket (2003).

insatisfação geral de produtores e comerciantes. Outros motivos ainda desagradavam as frações dirigentes no estado. A concessionária havia se envolvido nas disputas internas do PRR em 1913 entre Fernando Abbot e Borges de Medeiros, apoiando o primeiro, ao mesmo tempo em que redefinia suas estratégias comerciais para com as cidades do interior e da Campanha em detrimento do comércio com a capital. A facção borgiana passou a temer e ao mesmo tempo a cobiçar a reserva de poder representada pelo controle da ferrovia. Assim, havia um progressivo isolamento da concessionária e as condições para a encampação surgiram no início dos anos de 1920, amplificadas pela dívida política de Epitácio Pessoa para com Borges (Love, 1975, p. 202; Axt, 2011, p. 202-227).

Com a encampação pretendia-se o aumento do comércio com o litoral e deste aumento conseguir tornar a malha ferroviária rentável, mesmo que inicialmente fosse necessário contrair empréstimo externo para realizar melhorias.⁶⁸ As ações com a rede ferroviária iam no mesmo sentido das ações que um ano antes se processara com o Porto de Rio Grande, também encampado pelo estado. O referido porto possuía dificuldades estruturais que buscavam ser solucionadas desde 1912, com a contratação de companhias de dragagem e ampliação da infraestrutura. O problema do porto se entrelaçava com a natureza da própria economia gaúcha que possuía um intercâmbio ultramarinho limitado quando comparado com os portos uruguaios, encarecendo os itinerários, tarifas, impedindo que grandes cargueiros o adentrassem e, assim, promovesse fretes com demanda de retorno mais baixos.⁶⁹ O Governo do Estado buscava compensar o custo de operação com subsídios das tarifas ferroviárias para alguns produtos, como no caso do sal ultramarinho,

⁶⁸ O empréstimo foi intermediado pelo Banco Pelotense, um banco privado no Rio Grande do Sul e no qual o Governo Estadual tornou-se depositário, e o Banco Português. O empréstimo fora tomado ainda em 1920, no valor de 25.000:000\$000 (Axt, 2011, p. 215).

⁶⁹ Axt (2011, p. 256) se refere da seguinte forma aos problemas do porto de Rio Grande: “Em função das características de sua produção, o intercâmbio ultramarinho do Rio Grande do Sul era limitado. Os produtos pecuários com destino à Europa e aos Estados Unidos eram embarcados em vapores de carga com itinerário e tarifas determinados. A movimentação do porto de Rio Grande não dispunha de suficiente tonelagem de retorno para os navios do tipo ‘cargo boats’, cargueiros sem rota predeterminada que buscavam os portos capazes de concentrar grande volume de produtos de exportação, como Concepción, Buenos Aires e Montevideú, os quais, além dos derivados da criação animal, eram animados pelo fluxo de cereais e frutas. O custo desses fretamentos dependia do maior ou menor retorno da viagem redonda. Na prática, o frete de vinda dos Estados Unidos ou da Europa seria tanto mais baixo quanto maior a de demanda do frete de retorno. Como esses navios não buscavam o porto de Rio Grande, decorria daí que a importação de produtos como o carvão, cimento, ferro, resinas, sal, petróleo, querosene, etc., costumava ser mais cara do que a realizada pelos portos vizinhos... Sem a concorrência dos ‘cargo boats’, as tarifas dos vapores regulares também eram mais onerosas. Sem as escalas de navegação ultramarinha desses vapores regulares, também a navegação de cabotagem encarecia.”

fundamental para a fabricação do charque, que recebia 50% de desconto sobre o vagão completo quando carregado no porto de Rio Grande ou Porto Alegre. Mas para a grande parte dos produtores riograndenses a exportação pelos portos uruguaios ou argentinos continuava mais vantajosa.⁷⁰ A partir da encampação, uma série de taxas sofreram decréscimo com relação à sua utilização, que foram compensadas com o maior fluxo de mercadorias que o porto passou a ter, e um conjunto de investimentos permitiu que em 1925 o porto estivesse na rota de 28 companhias estrangeiras, principalmente as inglesas. Investimentos semelhantes foram feitos quando da encampação da ferrovia, com a promessa de que as tarifas de transporte diminuiriam. Importa destacar que o Executivo estadual desenvolvia uma ampla intervenção na economia para trazer definitivamente o porto de Rio Grande na rota da economia da fronteira, que tornava forte impulso com a instalação dos frigoríficos (Love, 1975, p. 212; Axt, 2011, p. 219, 249).

Contudo, com a retração dos mercados e da demanda então abertos por ocasião da Guerra, que também atingiu os estados do Sudeste e Norte, tradicionais compradores do charque gaúcho, houve uma intensa redução dos preços e envio do principal produto de exportação riograndense. Além disso, ainda por ocasião da Conflagração Mundial, se reaquecera o fluxo de importações de produtos industrializados, que estivera sensivelmente represado, desequilibrando ainda mais a balança comercial, significando menos dinheiro disponível no mercado interno. Até meados dos anos de 1920, se tinha outro contexto completamente diferente determinado pelo acúmulo de divisas que se acelerou pelas vendas dos industriais e exportadores a partir de 1915, resultado da retração das importações e da exportação do charque. O sistema bancário agia mais como coletor de moeda do que agente de circulação de riqueza. Foi com esse dinheiro que a elite local contou para financiar as encampações, num primeiro momento, sem recorrer a empréstimos externos (Axt, 2011, p. 360).

⁷⁰ É importante perceber o esforço para carrear o comércio da fronteira para o litoral, e nada tem de natural nisso, senão uma ação de favorecimento de determinados setores sociais em detrimento de outros, pois “se houvesse investimento na maior integração da malha ferroviária gaúcha com a platina, seria possível que certos segmentos fossem estimulados. Essa era a expectativa dos poderes públicos de Paysandu, porto uruaio, especialmente no que concerne à produção madeireira e ervateira, quando projetaram a construção de uma linha férrea de penetração até Rivera [que divisa com Santana do Livramento apenas por um rua], com a mesma bitola da ferrovia gaúcha (Ferrocaril, 1925, p. 80). Essa integração também faria com que produtos de importação chegassem mais baratos aos consumidores sul-riograndenses. Em compensação, ela determinaria uma preponderância dos comerciantes da fronteira em relação aos litorâneos” (Axt, 2011, p. 257).

Mas uma série de fatores não fora prevista na equação econômica das encampações, como a retração do mercado do charque e de outros produtos, além da especulação em moeda estrangeira em 1920⁷¹. Isso ocasionou um rápido recuo do meio circulante pela ação da conjuntura econômica que então se desenhou, assim como pelo uso dos fundos públicos para realizar as encampações, agravado pelo empréstimo para financiar a restauração das vias férreas. Como forma de tentar aumentar a captação de divisas, em outubro de 1920, o governo elevou a taxa de juros bancária dos depósitos particulares de 6% para 8%, o que só fez enxugar ainda mais o meio circulante e ocasionou uma drástica restrição ao crédito, forçando a execução de hipotecas que atingiu especialmente os pecuaristas. Além disso, o Governo elegeu o aumento das tarifas ferroviárias como recurso prioritário de cobrir não só os custos com a manutenção das estradas de ferro, uma vez que o fluxo de produtos em direção ao litoral foi menor que o esperado, mas também como fonte de cobrir os déficits orçamentários do estado. Em algumas situações o preço dos fretes foi multiplicado em várias vezes, como o caso da madeira exportada da região do planalto médio que subiu 400%.⁷² As medidas de aumento da tarifa dos fretes durou até março de 1922, quando então os fretes dos produtos da pecuária foram reduzidos em 10 a 20%, e os demais setores tiveram abatimentos de 50%. Mas mesmo assim, os preços ficaram muito superiores ao que era praticado antes da encampação. Entretanto, nem todos os setores da economia foram gravados pelos problemas financeiros enfrentados, pois os produtos de luxo importados não foram atingidos com o aumento dos fretes, nem por outro tipo de imposto, o que faria o alto comércio importador do litoral participar do garrote

⁷¹ A base do problema residia na especulação em moeda estrangeira que os bancos regionais promoveram até 1920, seduzidos pela euforia inflacionária anterior. Quando a relação de conversão da moeda se inverteu, numerosos clientes passaram a acumular contas correntes devedoras. “A contradição entre a captação de depósitos de curto prazo e aplicação sob a forma de redescontos ou crédito hipotecário na produção e circulação comercial, feitos a longo prazo, tornava-se insustentável em caso de instabilidade econômica” (Axt, 2011, p. 361).

⁷² Já em 1921, era a madeira paranaense que inundava o mercado de Pelotas, Rio Grande e Uruguaiana, deslocando a produzida no estado. De toda a mobilização e debate que se desenhou a partir de então, o custo do frete da madeira foi reduzido em 50% em julho de 1921. O arroz também teve o preço dos fretes aumentado em 350%, levando a importação de arroz uruguaio para o mercado da capital e campanha, uma vez que os fretes marítimos eram muito mais baratos; em comparação com o preço do frete do arroz no Uruguai e Argentina, o preço do frete ao arroz no estado era 90% e 113% mais caro, respectivamente. O frete dos vinhos majoraram 194%, mas também foi penalizado com a importação de vasilhame, cujos fretes aumentaram em 782%, com o sulfato, cujas tarifas subiram em 193%, e a cal, que subiu 170%. O preço do frete do transporte de gado em pé, subiu para 264%, enquanto o frete do sal subiu 250%. O milho, a banha, a erva-mate, couros, lãs e outros produtos também passaram a amargar fretes mais caros. Vale a pena destacar que o frete do carvão subiu em 603% (Axt, 2011, p. 219-220).

sobre a economia. Isso indica que houve uma seleção clara de quem deveria pagar pela crise, e ela recaía sobre a produção regional, e não sobre o capital comercial importador (Axt, 2011, p. 220-222).⁷³

Assim, abriu-se uma grave crise de legitimidade quando o que se buscava era o contrário: uma espécie de reforma estrutural para incrementar a autonomia relativa do estado, gerar receita sem provocar endividamento, atender aos interesses dominantes no âmbito da aliança de frações de classe ao convergir o fluxo mercantil para a capital, em detrimento da fronteira. Mas a conjuntura que se desenrolou abriu uma crise de capacidade de manter a hegemonia de interesses, estimulando um amplo questionamento das políticas econômicas do Governo estadual tanto por comerciantes, estancieiros, imprensa e pela criação de associações civis de representação específica de interesses. Os estancieiros indignavam-se com o fato de não ver nenhuma de suas reivindicações atendidas (Pesavento, 1980a, p. 211). O Governo negava-se a liberar créditos ou a reduzir o imposto territorial, para quem a crise da pecuária era passageira e por eles deveria ser suportada como forma de não comprometer as finanças estaduais. A intervenção realizada no mercado financeiro regional como forma de elevar o nível das transações de captação de empréstimos externos só fizeram reaquecer a própria lógica de negociação no mercado financeiro, e não no estímulo à produção. A recorrência frequente do Governo do Estado aos bancos regionais, por meio de empréstimos ou contas devedoras, tinha como ônus a elevação dos juros e restrição dos prazos nas hipotecas e pagamentos de financiamentos, tornando difícil o acesso dos pecuaristas ao dinheiro de empréstimos (Axt, 2011, p. 364).

Significativo da reação dos estancieiros foi a fundação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, em novembro de 1921. Agora existiam motivos suficientes para a rearticulação de entidades como a União dos Criadores, fundada em

⁷³ Para tentar atenuar a crise, o Governo do Estado contraiu um empréstimo de 10 milhões de dólares em outubro de 1921, dando como garantia as rendas do cais de Porto Alegre e outros eventuais impostos. Os recursos do empréstimo deveriam ser utilizados em obras do próprio cais da capital, e do porto de Torres, além de maquinaria para as minas de Gravataí, mas a maior parte terminou sendo utilizada para o resgate da dívida interna e na emissão de apólices, o que daria fôlego aos bancos. Mas, de fato, a crise só foi controlada depois da intervenção do Banco do Brasil, através de um empréstimo aos banqueiros gaúchos e da criação de uma carteira de descontos, além disso a conjuntura econômica com a desvalorização desencadeada a partir de 1924 fez os bancos ingressarem em operações de alta lucratividade com a especulação da moeda, comprando na baixa e vendendo na alta. Além disso, para atenuar a desconfiança sobre o sistema financeiro regional, o Governo Borges nomeou o Banco Pelotense como agente financeiro oficial, aí concentrando a movimentação orçamentária, especialmente o da viação férrea (Axt, 2011, p. 363-364). Ver também Lagemann (1985).

1912, e da Federação Rural, fundada em 1909, reunindo estancieiros de distintos espectros partidários que se unificavam às críticas ao Governo (Pesavento, 1980a, p. 212). Poucos dias antes da diminuição das tarifas de transporte para a pecuária em março de 1922, os presidentes tanto da Federação Rural quanto o da União dos Criadores demitiram-se de seus cargos em protesto contra a política econômica implementada (Axt, 2011, p. 222-223). Isso indica um esgarçamento das relações dessas entidades com o Executivo e das possibilidades de negociação; Borges estava amarrado aos interesses do alto comércio da região litorânea e bancário regional. Também vinham críticas de comerciantes do interior do estado organizados em 1921 no Primeiro Congresso das Associações Comerciais realizado em Santa Maria, que contou com o boicote explícito da Associação Comercial de Porto Alegre. As reclamações coadunavam-se àquelas dos estancieiros que reivindicavam diminuição de impostos e a criação de Banco de Crédito Hipotecário. De fato, a crise aproximara as associações comerciais das cidades da Campanha e àquelas das cidades do norte do estado. O republicano Oswaldo Aranha, presidente da Associação Comercial de Uruguaiana e presidente da Associação Agrícola e Pastoril do mesmo município, desferia críticas em diferentes ambientes às políticas do Governo Estadual. Aranha argumentava contra o sistema bancário regional que ajustava juros muito superiores aos praticados no Uruguai e na Argentina, além do “[...] mercantilismo dos intermediários [que tudo faziam] para reprimir o fazendeiro com exigências de liquidações e compensações”. Argumentava que ao invés da poupança interna voltar para os estímulos da produção, ela era subtraída do mercado e utilizada para o financiamento do déficit público, funcionamento como “[...] verdadeiros empréstimos internos permanentes” (Axt, 2011, p. 367). No mesmo ano, um grupo de arrozeiros do município de Cachoeira do Sul organizava a Cooperativa da Lavoura Cachoeirense, desencadeando as ações para a constituição do Sindicato Arrozeiro em 1926 (Fraquelli, 1993, p. 349).⁷⁴

Apesar do Governo Estadual ter intercedido junto ao Governo Federal para a liberação de créditos, as ações foram consideradas tímidas pelos estancieiros, tendo em vista suas demandas não atendidas. Significativos segmentos da classe dominante

⁷⁴ Mais tarde, em 1928, ocorreu a fundação do Sindicato do Vinho, organizado por grandes produtores e distribuidores; o Sindicato Sul-Riograndense da Banha foi fundado em 1920, mas desde 1909 existia o Centro da Banha Riograndense que procurava organizar as principais empresas deste ramo da produção; o Sindicato dos Charqueadores em 1928. As ações do Sindicato dos Charqueadores e as relações com os estancieiros serão abordadas no Capítulo III.

desertavam frente ao projeto isolacionista do PRR em relação ao restante do país, indicando como prioridade o financiamento da produção ao invés do reforço do caixa estadual e da autonomia federativa. Por outro lado, quem congregava cada vez mais aliados e ampliava o arco de alianças era o candidato da oposição, Joaquim Francisco de Assis Brasil, para a eleição que se avizinhava no ano de 1923. A principal proposta de Assis Brasil era “[...] alinhar-se ao modelo emissionista condensado na recém criada Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, que deveria dar suporte ao programa de valorização do café” (Axt, 2011, p. 369). Um clima geral de descontentamento aquilatava a perda de legitimidade de Borges de Medeiros, que traduzia uma crise da hegemonia dos setores sociais dominantes. Se mesmo antes das eleições de 1923 já havia enfrentamentos criminosos de ambos os lados, a fraudulenta eleição de Borges para o quinto mandato foi a gota d’água que faltava para irromper a Revolução de 1923.⁷⁵

Os 11 meses de luta aberta que se seguiram e o acordo firmado entre as partes no castelo de Assis Brasil no município de Pedras Altas selaram o destino da coalizão de forças sociais que até então dirigia o estado. Já nas eleições parlamentares de 1924, a oposição elegeu sete integrantes da bancada federal, indicando que a correlação de forças havia de fato se deslocado, culminando na eleição por consenso de Getúlio Vargas ao Governo Estadual em 1928. Mas, mais do que isso, era a própria natureza do sistema político que mudava rapidamente em fins da década de 1920. Com a constituição de novos canais de expressão das demandas de diferentes setores sociais por meio da criação de entidades representativas, enfraquecia-se a rede de compromissos do sistema coronelista, modificando o jogo político para todos os agentes. A constituição de sindicatos, associações e cooperativas atingiu seu auge com a criação do Centro da Indústria Fabril, em 1930; processos associativos estimulados pelo próprio Vargas. Na pauta política, figurou a prioridade com o financiamento dos setores ligados à pecuária, o melhoramento do serviço de transportes e o saneamento do déficit estatal. Estava em pleno processo de gestação um

⁷⁵ “Segundo a oposição, Borges de Medeiros não alcançou a soma de votos necessária para a continuidade do mandato. Flores da Cunha nos conta, na edição original da *Campanha de 1923*, que a Comissão da Assembleia foi a primeira a verificar a impossibilidade de mais um mandato de Borges de Medeiros. Procurando-o no Palácio, seus membros não conseguiram transmitir-lhe essa conclusão, pois o sacerdote palaciano se adiantou dizendo-lhe que ‘já sabia que eles ali tinham vindo para o felicitar pela reeleição...’ Foi então que a Comissão [que tinha Getúlio Vargas como presidente] teria recorrido lhanamente à ‘alquimia eleitoral, à manipulação das cifras, à anulação das atas’” (Axt, 2011, p. 373). Sobre a fraude eleitoral de 1923, olhar também Love (1975, p. 142) e Trindade (1993, p. 155).

novo desenho de Estado e de correlação de forças entre os diferentes setores sociais (Axt, 2011, p. 392). A criação de um banco hipotecário e de crédito rural ainda em 1928, fora uma das principais medidas que expressava que uma nova composição de interesses sociais se impunha.⁷⁶ O Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Bergs) ampliou a disponibilidade de crédito e flexibilizou os critérios para a concessão dos mesmos.⁷⁷ Com a maior parte dos créditos destinados aos setores ligados à pecuária, o banco foi um instrumento de superação do conflito entre os partidos políticos, além de abalar a hegemonia do sistema financeiro regional, que amargou a falência do Banco Popular e Pelotense quando da crise internacional em 1930.⁷⁸ Importa assinalar que isso significou a retirada dos capitais do Governo Estadual do sistema bancário privado regional, deixando de imobilizá-los no financiamento do déficit público e liberando-os na economia. Esse processo, no Rio Grande do Sul, se completou com a Revolução de 30, que libertou o âmbito da produção da submissão aos comerciantes. O segmento industrial passou a galgar uma posição cada vez mais importante na vida econômica do estado, na concepção das políticas públicas e para o aumento da receita estadual, sendo o setor mais gravado pela carga tributária a partir da reforma fiscal também realizada em 1928, mas com influência acrescida sobre o Governo (Love, 1975, p. 241; Axt, 2011, p. 399).

A inauguração da República no Rio Grande do Sul representou a soldagem de uma aliança política entre o segmento mercantil e financeiro litorâneo, o segmento charqueador, o Governo Federal e o Exército que deslocou a antiga hegemonia política dos estancieiros da Campanha e combateu a preponderância do comércio da fronteira. As interdependências estabelecidas pelo sistema coronelista entre poder local e o Executivo Estadual e Nacional acabavam por enfraquecer qualquer outra possibilidade de aliança política para se contrapor à hegemônica. Ao controle dos tradicionais recursos locais do coronelismo brasileiro, como os cargos públicos, no caso gaúcho se somava o rentável comércio de contrabando como um dos principais mecanismos de acumulação econômica, desfrutado, principalmente,

⁷⁶ O Banco hipotecário e de crédito rural foi fundado a partir de um empréstimo tomado no exterior no valor de 42 milhões de dólares em junho de 1928, ao juro de 6%, amortizável em 40 anos. O dinheiro desse fundo também foi utilizado em obras de saneamento básico na cidade de Cruz Alta e Santa Maria, bem como com a encampação da usina elétrica de Itaqui, onde Oswaldo Aranha era Intendente. Sobre os detalhes das operações financeiras desse período, olhar Axt (2011, p. 376-400).

⁷⁷ Assim que o Bergs foi criado, Assis Brasil tomou seu primeiro financiamento no estado no valor de 1.500 contos, até então impedido pela interferência direta de Borges de Medeiros (Axt, 2011, p. 393-394).

⁷⁸ Sobre as relações entre o Banco Popular, o Banco Pelotense, o Bergs e o Governo Estadual, olhar Axt (2011, p. 394-395). Olhar também Lagemann (1985).

pelos coronéis do PRR. Mas não quer dizer que no interior dessa aliança não houvesse tensionamentos variados. Uma das fontes de tensionamentos foi a relação com o Governo Federal, em que os Governos Castilhos e Borges sempre buscaram aumentar suas autonomias relativas como forma de evitar interferências internas e aumentar o poder de barganha. No centro dessa estratégia figurava evitar a contração de empréstimos externos e endividamento do estado, o que contrastava, por exemplo, com as administrações do governo paulista. Durante toda a primeira década de 1900, o Rio Grande do Sul fora o estado que menos se endividara entre os estados da federação: respondia por apenas 1,1% do conjunto do endividamento de todos os estados brasileiros, incluídas aí as operações de crédito internas junto aos fundos públicos (Axt, 2011, p. 377). Assim, o propalado rigor fiscal dos governos do PRR não tinha nada a ver com o que rezava a cartilha positivista, fonte de confusão para tantos analistas, mas com os interesses em jogo no âmbito do sistema coronelista, como, aliás, bem percebeu Love (1975, p. 163).

As relações de força entre Governo do Estado e Governo Federal proporcionava o mútuo fortalecimento entre o capital comercial e capital bancário do litoral e o Executivo estadual, por meio do lançamento de políticas anti-inflacionária e antiprotecionista, no caso das indústrias ditas “não-naturais”. Durante a República Velha a acumulação fora centrada no comércio clandestino, nas charqueadas, nos objetivos de caixa da Fazenda Pública e no sistema comercial e bancário instalado nas cidades litorâneas que transformava o Rio Grande do Sul num estado poupador.⁷⁹ Se a recusa do Governo Estadual em criar um Banco de Crédito Hipotecário excluía, na prática, os estancieiros na contração de empréstimos, a não ser que se dispusessem a pagar altas taxas de juros e prazos de carência espremidos, mais inacessível ainda o era aos pequenos proprietários da região colonial e aos novos empreendimentos industriais. A agricultura colonial se desenvolveu de acordo com os estritos interesses do capital comercial e se houve diversificação industrial ancorada nas atividades das colônias isso se deveu apesar dos governos do PRR e não por incentivos da administração positivista. A diversificação industrial ocorreu pelas fortes relações de comércio entre as colônias e a capital e à capacidade de poupança interna às colônias.

⁷⁹ É interessante perceber que a arquitetura de poderes que transforma uma formação social em “poupadora” não é específica do caso estudado. Se lembrarmos que a França, até a Segunda Guerra, era considerada uma potência financeira, mas com uma agricultura arcaica quando em comparação à agricultura da Alemanha, EUA e Bélgica, vemos como num outro contexto social os recursos da sociedade são drenados e acumulados pelo sistema bancário. Ver GERVAIS, Michel et al., (1976, vol. 4)

Quanto ao retardo na atração de frigoríficos, esteve relacionado aos interesses dos charqueadores que enfrentariam poderosos concorrentes pelo acesso ao gado, além dos interesses prejudicados com a potencial desorganização do comércio de contrabando. Entretanto, ao longo das décadas se complexificou o interesse charqueador, pois a construção e prolongamentos da estrada de ferro no interior do estado proporcionaram que as charqueadas fossem construídas por estancieiros, próximas dos locais de criação, deslocando o antigo centro pelotense. Quando Borges mandou pelos ares a cartilha de bom moço comprometido com o rigor fiscal e endividou o estado na política de encampações, devido ao fato de que a concessionária das estradas de ferro se envolveu nas disputas internas ao PRR e procurou concentrar o comércio nas cidades da fronteira, ao invés do litoral, a expansão das charqueadas no interior estava em pleno vapor. Dessa forma, fora mais fácil unificar interesses contrários ao contrabando de gado na chamada desnacionalização do charque em final da década de 1920, pois mesmo os charqueadores do interior eram prejudicados pela ação dos charqueadores da fronteira, que gozavam de gados de maior qualidade e de maior acesso ao tráfico de guias de trânsito.

A eleição de Getúlio Vargas em 1928 representou a quebra da antiga aliança entre setores sociais até então dirigentes do estado. Tal aliança já havia sido posta em xeque desde a Revolução de 1923, com a formação do Bergs, pela crise de 1929 e, depois, foi sepultada pela Revolução de 1930.

Essa redefinição de poderes no espaço social era, em parte, resultado das alterações que se processavam na economia estancieira, com a presença dos frigoríficos, com o fortalecimento das entidades associativas dos estancieiros e com as tentativas de controle da oferta de carne salgada no mercado pela ação dos charqueadores, entre outras. As modificações na balança de poderes e a nova arquitetura associativa que se constituía ao longo dos anos de 1920, permitiram o rompimento do equilíbrio de forças que tinha o contrabando como estabilizador da aliança até então hegemônica. Mas isso não significava que os criadores tivessem ficado livres das pressões sobre o preço do gado realizado pelos charqueadores, ou pelos frigoríficos. Assim como, que tenham sido eles os principais beneficiados com a criação do Bergs, por meio dos empréstimos bancários, por mais que tenha modificado as condições de acesso ao sistema de empréstimo. Além disso, depois da construção das estradas de ferro no interior do estado, houve uma difusão de charqueadas

por vários municípios tanto da fronteira quanto do planalto gaúcho, e isso significou uma nova composição do próprio segmento charqueador: mais criadores também se tornavam charqueadores. As disputas entre estancieiros-charqueadores e estancieiros-criadores ganharam contornos dramáticos. Ora, eram interesses confrontantes que se expressavam nas mesmas entidades representativas. Mas também houve iniciativas de arrendamento de antigas charqueadas por grupos de estancieiros, constituindo cooperativas, estando na base da posterior criação do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, que passou a estimular a construção de Cooperativas-frigoríficos sob o controle dos próprios criadores. Estas e outras questões serão abordadas no próximo Capítulo.

Capítulo III. A metamorfose estancieira: de subsidiários das lavouras de exportação a produtores de artigos de luxo

A criação do chamado Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 1934, autarquia do Governo Estadual, tendo 50% de seus dirigentes indicados pelo Governo e os outros 50% indicados pelos estancieiros, foi o resultado de um longo processo de disputas e confrontos entre charqueadores, criadores e frigoríficos. Esse processo se deu numa conjuntura de repetidas crises do preço do charque e da carne frigorificada ao longo dos anos de 1920 e 1930. Além disso, foi resultado das alterações mais gerais que ocorriam no próprio espaço social do Rio Grande do Sul, como argumentado no Capítulo anterior, e das redefinições socioeconômicas que se processavam no país; especialmente após 1930, quando o centro da acumulação do capital passou a ser a indústria, ampliando o mercado interno. A saída encontrada pelos estancieiros não foi a única considerada como alternativa à crise dos baixos preços do gado, nem mesmo ela se constituiu sem disputas (Pesavento, 1980a; 1980b). O processo pelo qual esta alternativa se impôs, armou os estancieiros para controlar a oferta da carne até final dos anos de 1980, e, por conseguinte, o preço (Benetti, 1994).

Este Capítulo está dividido em seis seções. Na primeira seção se analisam os motivos dos tensionamentos e embates entre criadores, charqueadores e frigoríficos no controle do lucrativo mercado da carne salgada. No que se refere aos criadores e charqueadores, os tensionamentos se davam pela própria morfologia da classe de grandes proprietários fundiários do Rio Grande do Sul, pois muitos deles não eram somente criadores, mas também charqueadores. Essas contradições foram internalizadas na constituição da FARSUL em 1927 e se asseveraram a partir de então. Os charqueadores procuravam controlar a oferta de charque no mercado, baixando o preço pago ao criador. Contudo, esta estratégia criava um grave problema para os próprios charqueadores que eram os estoques crescentes de charque e a diminuição ainda mais dos abates, além do estímulo aos concorrentes nacionais. Fundamentalmente, o Bergs comprometeu seus recursos no financiamento dos estoques de charque e não no estímulo aos criadores. Mesmo

os frigoríficos passaram a ajustar os preços pagos aos criadores a partir do que os charqueadores ofereciam. Além disso, havia características específicas no aproveitamento dos gados no processo industrial frigorífico e charqueador, além da gestão da força de trabalho. A extinção das charqueadas se deu pelo ataque às suas principais características que permitiam certa plasticidade frente aos frigoríficos, devido às Legislações Trabalhistas e Sanitárias a partir de 1931 e do novo quadro institucional inaugurado.

Além disso, o Governo Provisório fazia concessões a outras elites nacionais, em detrimento da economia estancieira-charqueadora, analisado na segunda seção. As alternativas consideradas pelos estancieiros devido à crise de rentabilidade da pecuária compreendiam várias possibilidades. Inclusive, a instalação de colônias de descendentes de imigrantes na região estancieira e a divisão e venda das estâncias. Essas possibilidades estiveram presentes para os estancieiros, ao menos na fundação dos chamados consórcios profissionais-cooperativos que foram estimulados pela legislação corporativista do Governo Provisório. Foi a partir de tal consórcio que surgiu a Cooperativa Rural Gabrielense. Houve um lento processo ao longo de quase toda a década de 1930 para que se construíssem as condições políticas para o estabelecimento da rede de frigoríficos nos municípios da Campanha, sob a batuta do Instituto de Carnes.

Na terceira seção se analisa como este processo se desenhou no município de São Gabriel. Aí, o projeto da Cooperativa Rural Gabrielense era de monopolizar toda a produção, comercialização e circulação de produtos no que se referia às atividades de seus sócios.

Na quarta seção se analisam as trajetórias de alguns dos principais expoentes desta cooperativa, saídos das principais linhagens de grandes proprietários de terras. A participação nesta cooperativa reforça a legitimidade da autoridade, encadeando o acúmulo de capitais simbólicos que podem ser investidos em outras situações e jogos sociais. Havia um processo de valorização do preço da carne, os estancieiros controlavam as cooperativas beneficiadoras, acumulavam títulos escolares e capital simbólico em atos considerados desinteressados e em honra na ocupação de cargos na referida cooperativa. Aí, mesmo exercer cargos não remunerados, era constituinte de um *habitus desinteressado*, uma vez que as condições objetivas de manutenção de altos padrões de consumo lhes eram garantidos pelo fato de serem estancieiros. Nesta seção, analisam-se também as trajetórias

dos charqueadores que se constituíram no município, para demonstrar que na resistência perante os frigoríficos também havia elementos específicos da formação deste setor social, cujos investimentos ultrapassavam os negócios com a carne.

Na quinta seção se analisam elementos do modo de dominação personalizada da mão de obra nas charqueadas. Contudo, frente às redefinições de ordem legal e da legislação trabalhista a partir de 1931, exatamente esta característica, que lhe permitira até então certo grau de plasticidade, foi um dos motivos principais de sua extinção.

Na sexta seção busca-se uma interpretação dos significados da metamorfose estancieira: de produtores subsidiários das lavouras de exportação do Nordeste açucareiro e Sudeste cafeeiro a produtores de um artigo de luxo e em plena valorização, a carne frigorificada. Os estancieiros tornam-se libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante que precisavam garantir uma ‘cesta de produtos’ barata para o aumento da extração de mais-valia de seus explorados via compressão do salário.

1. Reunião de charqueadores, a postos, fazendeiros! Um campo aberto de lutas entre charqueadores, criadores e frigoríficos

De modo geral, a reação das charqueadas e frigoríficos frente aos períodos de retração da demanda era o de diminuir o número dos abates para tentar controlar a oferta de produtos no mercado e tentar evitar a diminuição do preço. Mas isso dependia das características de acesso de mercados, estratégias e modos de produção específicos de cada caso, como se verá a seguir. Dessa forma, represavam-se animais não vendidos nas estâncias, fazendo aumentar a oferta de gado e despencar o preço pago aos criadores. Assim foi no início dos anos 1920, resultado do fim da demanda estimulada pela Guerra e assim também foi a partir de 1926, aprofundando-se com o *chash* de 1929.⁸⁰ Após 1923, houve

⁸⁰ Em 1923, o abate no Rio Grande do Sul foi de 500 mil reses, quando haveria uma oferta pelos produtores de 700 mil. Naquele ano, o valor do gado teria baixando 50% do valor do ano anterior. Em 1926, se pegarmos o exemplo do frigorífico *Armour*, houve o abate de 6.993 animais, quando no ano anterior houve o abate de 34.328 bovinos (Pesavento, 1980a, p. 223, 239). Em 1930, um dirigente das associações dos criadores argumentava que a oferta de gado em 1930 seria de 1 milhão cabeças, mas os frigoríficos abateriam apenas 350 mil e os charqueadores 250 mil (Pesavento, 1980b, p. 28). Como já foi argumentado no Capítulo anterior, na análise dessas cifras deve-se ter em vista o contrabando de gado pela fronteira, o que os relativizaria, funcionando como indicativos de uma tendência e não, necessariamente, o que de fato ocorria. Veja-se que o preço do charque não segue, necessariamente, a crise enfrentada pelos criadores, dependendo de um conjunto de fatores, como a organização dos beneficiadores em controlar a oferta. De todo modo, o preço do kg do charque pago em 1919 era de 1\$332, seguindo uma leve ascensão nos anos posteriores, para em 1923 cair a \$938, subindo para 1\$408 em 1924, 1\$596 em 1925, 1\$200 em 1927, 1\$800 em 1928, e já como resultado da

recuperação da demanda internacional por carnes frigorificadas, desencadeando a chamada “guerra da carne” nos países platinos devido à concorrência entre os frigoríficos e o consequente aumento do preço pago ao criador. Essa conjuntura repercutiu internamente no Rio Grande do Sul, forçando os charqueadores a seguir a tendência de alta. Contudo, em 1926 houve uma longa greve nas minas de carvão da Inglaterra, somado a problemas internos de desvalorização da Libra, levando os frigoríficos ingleses a restringir as exportações. A “guerra da carne” só acabou em outubro de 1927, depois de um acordo entre os frigoríficos internacionais pela divisão do mercado platino, o que fez cair o preço pago aos criadores.⁸¹ Com o problema do mercado inglês, os charqueadores platinos também foram atingidos, fazendo-os deslocar seus produtos para o Brasil e Antilhas, aumentando a concorrência para o charque gaúcho (Pesavento, 1980a, p. 228-240; Axt, 2011, p. 318).

Para os criadores, agora os frigoríficos não funcionavam mais como reguladores do preço da carne para forçar os charqueadores a seguir as tendências de alta, vendo o preço do gado ser comprimido por todos os compradores. Os charqueadores identificavam como a causa da crise por eles enfrentada o excesso de charque oferecido no mercado e, para fazer frente à queda dos preços, ou reduziam-se os abates e/ou realizavam-se estoques do produto. As críticas se dirigiam às casas comissárias que, frente à crise, seguiam as tendências de demanda do mercado. As ações de compra do gado e venda do charque deveriam ser mais bem coordenadas para que se tivessem efeito positivo sobre o preço. Ainda no final de 1925, os charqueadores chamavam para 11 de fevereiro do ano seguinte um congresso entre seus pares para a constituição de uma associação. A Associação dos Charqueadores agiria como *trust*, controlando os preços de compra de gado e venda de charque, em defesa do grupo (Ribeiro, 1978, p. 47). Imediatamente houve a resposta dos criadores e em 28 de janeiro de 1926, um artigo do jornal Diário do Comércio resumia o estado de ânimos sob o título *Reunião de charqueadores: a postos, fazendeiros!* Nos

fundação do Sindicato dos Charqueadores em 1928, o preço do kg do charque em 1929 disparou para 2\$300 (Pesavento, 1980a, p. 183, 236, 239, 277); em 1930, o preço era de 2\$248 e em 1931 em diante o preço do charque caiu para 1\$694, 1932 permanece na faixa de 1\$701 e em 1933 e 1934 caiu para 1\$500 e 1\$300, respectivamente, quando o Sindicato do Charque não conseguiu mais controlar o preço do charque no mercado devido a um aumento do número de concorrentes no país, entre outros fatores que serão abordados a seguir (Pesavento, 1980b, p. 52; 110).

⁸¹ Pelo que informa Pesavento (1980a, p. 239) o mercado de exportação da carne na Argentina teria sido dividido da seguinte forma: 54,9% sob controle dos frigoríficos norte-americanos, 35,1% sob controle dos frigoríficos britânicos, e 10% sob controle dos frigoríficos argentinos.

principais municípios do estado os criadores realizavam reuniões e em agosto de 1926 foi formada em Porto Alegre a Associação dos Criadores do Rio Grande do Sul. Nos vários encontros e assembleias realizadas pelas associações municipais de criadores, o contrabando de gado na fronteira era identificado como a causa da crise, procurando construir um amplo arco de aliança com a banca gaúcha no Congresso e integrantes do Governo Federal.⁸² As mobilizações das associações municipais e a formação da associação estadual levam à rearticulação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, resultado da fusão da União dos Criadores e da Federação Rural em 1921, que havia se desarticulado devido à Revolução de 1923. As novas mobilizações dos criadores convocam um congresso estadual da Associação dos Criadores do Estado do Rio Grande do Sul para 24 de maio de 1927, quando então é recriada a antiga Federação, sendo esta a data oficial de criação da atual Federação das Associações Rurais do Estado Rio Grande do Sul (FARSUL) (Ribeiro, 1978, p. 47; Pesavento, 1980b, p. 244-253).

Na véspera do referido Congresso, os charqueadores sentiam-se acuados e criticavam os criadores de que seus interesses não seriam adequadamente levados em consideração. Contudo, a partir de então os congressos anuais da FARSUL congregariam tanto criadores quanto charqueadores. O Congresso de 1927, fora conduzido por Joaquim Luis Osório, criador, charqueador, arroteiro em Pelotas e deputado estadual, marcado por intervenções sobre a necessidade de união de charqueadores e criadores. Depois de acaloradas discussões sobre o contrabando de gado em que, de um lado, se portavam os charqueadores da fronteira e, de outro, os criadores que se sentiam prejudicados, as resoluções foram no sentido claro de mediação entre os envolvidos.⁸³ As resoluções do segundo Congresso, realizado em 28 de março de 1928, por um lado afirmava que o contrabando deveria ser extinto, e, por outro, sugeriu que os charqueadores constituíssem um Sindicato, por proposição do próprio Getúlio Vargas. Enquanto Vargas e João Neves da

⁸² De acordo com os criadores, entrariam no estado mais de 200 mil cabeças de gado por ano pelo contrabando, além de que o comércio clandestino e o tráfico das guias de trânsito seria responsável por enviar para o mercado brasileiro o equivalente a mais 400 mil cabeças do gado uruguaio, em detrimento do abate dos gados dos criadores do estado (Pesavento, 1980a, p. 247).

⁸³ De acordo com Pesavento (1980a, p. 255) as resoluções do Primeiro Congresso circundavam os velhos temas já conhecidos, mas a mediação entre criadores e charqueadores dava-se pela reivindicação da necessidade de expansão dos ramais das estradas de ferro e diminuição dos preços dos transportes para tornar mais barato exportar pelo Porto de Rio Grande do que pelos portos uruguaiois. Além da necessidade de criação de um Banco Hipotecário de Crédito, manutenção dos impostos sobre a importação do gado e sobre o charque estrangeiro. Nada de diferente se definia.

Fontoura buscaram negociar na Câmara dos Deputados, especialmente com a bancada de Mato Grosso,⁸⁴ a chamada desnacionalização do charque, aprovada em novembro de 1928, que considerou estrangeiro todo o charque transitado por portos estrangeiros, acabando com o tráfico das guias de trânsito e reprimindo o contrabando, a FARSUL convocava para julho de 1928 um Congresso de Charqueadores para a criação de um Sindicato do Charque (Love, 1975, p. 240; Pesavento, 1980a, p. 271).

As contradições expressavam-se por meio de uma mesma entidade e revelavam a morfologia da classe grande proprietária de terras estancieira do estado, que, em se tratando da pecuária, distinguia-se entre criadores e criadores-charqueadores. Pelo que indicam Ribeiro (1978, p. 27) e Pesavento (1980a), foi a partir da conjuntura de alta do preço do charque provocado pela Primeira Guerra e da expansão das estradas de ferro que grandes proprietários de terra lançaram-se à construção de charqueadas em vários municípios de economia pastoril do interior do estado, deslocando o antigo centro charqueador de Pelotas.⁸⁵ A partir de então o gado passara a ser abatido próximo dos locais de criação e, assim, não perdia peso devido ao longo caminho de até 15 dias às charqueadas pelotenses, o que aumentava a rentabilidade dos charqueadores. Esta tendência teria permanecido durante a década de 1920, como o caso do município de Júlio de Castilhos no centro-norte

⁸⁴ Os charqueadores de Mato Grosso também escoavam a produção pelos afluentes do Rio da Prata para transportar o charque até os portos uruguaios e de lá para os mercados brasileiros. Beneficiavam-se, assim como os charqueadores da fronteira do Rio Grande do Sul, do mesmo sistema de falsificação das guias de trânsito. A bancada de Mato Grosso não aceitava a desnacionalização do charque proposto pelos gaúchos, mas tiveram que ceder frente às pressões, em troca da promessa de que o Governo Federal instalaria uma linha de navegação entre Corumbá e Porto Esperança, para embarcar o charque pela estrada de ferro Noroeste, além da diminuição dos custos de transporte para os mercados consumidores brasileiros (Love, 1975, 240; Pesavento, 1980a, p. 271)

⁸⁵ De acordo com Pesavento (1980a, p. 168-173), em 1919, havia 28 charqueadas no Rio Grande do Sul, “[...] estando o maior número delas em Bagé e Pelotas”. Em 1920, o número de charqueadas salta para 31 estabelecimentos, sendo três delas de exclusiva propriedade de empresas estrangeiras; estavam assim distribuídas pelos municípios do estado: 5 estabelecimentos em Pelotas; 1 em Itaqui; 6 em Bagé; 1 em Uruguaiana; 2 em Quaraí; 1 em São Borja; 1 em Caxias; 1 em Rosário do Sul; 1 em Camaquã; 1 em Santa Maria; 1 em Cachoeira do Sul; 1 em Jaguarão; 4 em São Gabriel; 1 em Júlio de Castilhos; 1 em Santana do Livramento; 2 em Porto Alegre e 1 em Passo Fundo. De acordo com Figueiredo (1985, p. 96-97), baseado em um Boletim do Sindicato dos Charqueadores, em 1933 o Rio Grande do Sul teria 42 estabelecimentos entre frigoríficos e charqueadas, com destaque para São Gabriel com 6 charqueadas, sendo o município do estado com o maior número de tais estabelecimentos. Se descontarmos os 4 frigoríficos (*Swift* em Rio Grande e Rosário, *Armour e Wilson* em Santana do Livramento) desta época que havia no estado temos 38 charqueadas em 1933.

do estado, que, já tendo um estabelecimento charqueador, outros dois foram fundados em 1925 (Pesavento, 1980a, p. 234).⁸⁶

Inspirados no sucesso que tivera o Sindicato Arrozeiro no controle da oferta e consequente aumento do preço do arroz, os charqueadores já em 1929 passam a controlar a oferta do charque, fazendo o preço recebido por kg saltar de 1\$800 em 1928, para 2\$300 em 1929 (Pesavento, 1980a, p. 277). Mas isso gerava um conjunto de outros problemas devido aos estoques de charque que se acumulavam. Na formação e manutenção de tais estoques é que foram utilizados a maior parte dos recursos de financiamento do recém criado Bergs, sendo que no ano de 1929, 50 mil contos foram disponibilizados para este fim e somente 17.577 contos para empréstimos hipotecários a longo prazo para o financiamento direto de criadores (Pesavento, 1980a, p. 268). Com estoques de charque cada vez maiores, menor era o número de abates que se realizavam e consequentemente maior era a pressão sobre o preço pago ao criador.⁸⁷ Uma das estratégias utilizadas pelos charqueadores era considerar muito alto o preço dos bovinos no início da *safr*a e atrasar os abates para forçar os criadores a vender por um preço menor antes do início do inverno. Os bovinos engordam a partir da primavera, quando as pastagens naturais se revigoram, e são vendidos antes do inverno, quando o gado perde peso, pois as pastagens naturais perdem potencial de

⁸⁶ No que se refere ao fato de criadores transformarem-se em criadores-charqueadores, é muito significativa a trajetória dos Souza Mascarenhas. No 3º Congresso da União dos Criadores em 1914, João de Souza Mascarenhas era um dos dirigentes que havia proposto que os criadores deveriam constituir associações para industrializar diretamente o charque baseados no modelo norte-americano das *packing-houses* de Chicago. Nessa ocasião ele argumentava: “No tocante à luta que o criador leva travada com o industrialista charqueador, luta que incessantemente se renova, se um dos contentores é o vencido, este não pode deixar de ser senão o criador [...]. A história de nossa associação, a União dos Criadores, outra não é senão uma história de lutas, umas após outras contra os convênios dos saladeristas” (Pesavento, 1980a, p. 99-101). Já em 1926, ele aparece como um dos principais charqueadores do estado e argumentava com relação ao “mútuo interesse de charqueadores e criadores” (Pesavento, 1980a, p. 241). Em outras ocasiões ele criticava o que chamava de “passividade” dos criadores frente ao mercado, e disparava: “somos os donos da matéria prima, e não é segredo nem privilégio de ninguém, o saber ser charqueador” (Ribeiro, 1978, p. 56). Balbino de Souza Mascarenhas, filho de João de Souza Mascarenhas, foi Presidente do Sindicato Rural de São Gabriel, também presidiu a FARSUL entre os anos de 1941 e 1945, e entre 1955 e 1957 (ver < http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php> acesso em 13 abril de 2012).

⁸⁷ Em 1930, Marcial Gonçalves Terra, advogado, pecuarista, charqueador e deputado estadual, alertava que se os abates para a produção de charque já haviam atingido nos anos precedentes a cifra de 1 milhão de cabeças, em 1930 esse número caíra para 343 mil cabeças. E, mesmo tendo em vista essa diminuição nos abates, devido ao alto estoque de charque, ainda assim fora abatido um número excessivo de animais, que faria aumentar ainda mais os estoques. E asseverava que “nesta progressão, pouco teremos que matar em 1931 [...]” (Pesavento, 1980b, p. 57).

crescimento.⁸⁸ Se o criador não vender antes do inverno, os bovinos perdem a maior parte do peso que ganharam no período anterior e, além disso, vão competir com os novos bezerros que nascem ano a ano, aumentando as taxas de mortalidade dos animais a campo. Portanto, gerava-se a estranha situação de haver enormes extensões de campos quase desertos de bovinos, mas muito lotados frente à demanda de abates. Outra consequência lógica do ponto de vista do criador, era a reconversão das raças europeias, então introduzidas por importação do Uruguai ou pelo estímulo dos frigoríficos em pagar um preço diferenciado, para raças mais resistentes a doenças e ao sistema extensivo de criação, aumentando a diferença de qualidade dos rebanhos com relação aos países do prata.⁸⁹ Obviamente, a pressão também se fazia sobre a forma de remuneração dos trabalhadores nas estâncias.⁹⁰

Mas outros problemas surgiam aos próprios charqueadores devido aos estoques de charque. Além de gerar discordâncias acerca das cotas que cada charqueador teria direito de colocar no mercado, o alto preço do produto estimulava o surgimento de outros concorrentes no mercado interno. Desde o final da Primeira Guerra, os principais concorrentes do charque gaúcho no mercado carioca já eram produtores de outros estados do país, especialmente Minas Gerais.⁹¹ Com a conjuntura do final dos anos 20, de aumento do preço do charque pela ação do Sindicato dos Charqueadores e da crise mundial de 1929, que retraiu ainda mais o mercado internacional de carnes frigorificadas, fez os frigoríficos

⁸⁸ Esta dinâmica do sistema produtivo é ainda hoje válida para muitos dos estancieiros que visitei a campo, e segundo um de meus entrevistados, o gado pode perder até 40 kg de peso no inverno (dados de entrevista a campo). Em 1969, um estudo encomendado pelo Banco Nacional do Comércio (1968, p. 100) estimou os rendimentos de carne de animais abatidos na chamada *safra* e no período da *entressafra*, o rendimento médio de carne por cabeça abatida na safra era de 225 kg, na entressafra era de 192 kg, uma diferença de 33 kg, considerando-se apenas novilhos abatidos. A diferença também se estendia à produção de sebo, pois o rendimento médio de sebo por cabeça abatida no primeiro caso era de 16 kg, no segundo caso caía para 8 kg.

⁸⁹ De acordo com um levantamento realizado pelo Governo do Estado em 1935, de um total de 10.129.000 bovinos, apenas 349 animais eram de raças europeias, e de um total de 18.402.000 ovinos, apenas 35 animais eram de raças consideradas “finas” (Pesavento, 1980b, p. 154).

⁹⁰ O sistema e modo de exploração dos trabalhadores nas estâncias serão abordados no Capítulo VI.

⁹¹ Se levarmos em consideração a venda de charque para o mercado carioca no ano de 1921, temos o Rio Grande do Sul como o primeiro fornecedor, com 10.066 toneladas (ton), em segundo lugar Minas Gerais, com 6.702 ton, em terceiro lugar o charque uruguaio, com 2.162 ton, depois vem Mato Grosso, com 1.981 ton e São Paulo com 1.303 ton, e por último o charque produzido no próprio Rio de Janeiro, com 38 ton (Pesavento, 1980a, p. 184). Em 1930, Marcial Gonçalves Terra, criticando a política de estoques, argumentava que, com tal procedimento, “[...] breve chegará o dia em que o nosso charque será desnecessário para os mercados do norte, que serão supridos exclusivamente pelos estados centrais, pois é inegável que, à proporção que diminuirmos as nossas matanças, aumentam as deles” (Pesavento, 1980b, p. 57).

entrar na produção charqueadora e concentrar a maior parte dos abates nesse fim.⁹² A partir de 1931 o referido Sindicato não conseguiu mais controlar a oferta e o preço do charque voltou aos níveis dos anos anteriores. A relação entre o volume de produção de charque e de carne frigorificada só começou a se modificar em favor desta última a partir de 1936, quando aumenta a demanda nos mercados europeus; até então subia ano a ano os abates destinados para a produção do charque, sendo em 1933 o maior índice de 84,26% para esse fim e apenas 15,74% para a produção de carnes frigorificadas, a partir de 1936 começa a tendência contrária mais acentuada, sendo 72,56% destinado para carne salgada e 27,44% para a produção carnes frigorificadas (Pesavento, 1980b, p. 53, 147).

Assim, entre o final dos anos de 1920 e primeira metade dos anos de 1930, a economia estancieira se convertia cada vez mais em charqueadora, ao contrário de estados como São Paulo, cuja industrialização da carne se dava, principalmente, por meio dos frigoríficos.⁹³ Com os estoques de charque, ou mesmo depois, com a impossibilidade de manter o controle sobre a oferta de charque, os charqueadores pressionavam para baixo o preço pago ao criador, tendência de diminuição que passou a ser seguida pelos frigoríficos. Se na metade da década de 1920, os frigoríficos funcionaram ancorando para cima o preço da carne e, assim, obrigando os charqueadores a seguir a tendência de alta, agora eram as charqueadas que funcionavam ancorando para baixo o preço ao criador, servindo como referência aos frigoríficos.⁹⁴ No primeiro caso, com a demanda internacional aquecida, o

⁹² Em 1930 e 1931, o frigorífico *Swift* era o terceiro maior exportador de charque do estado e o *Armour* era o quinto; o primeiro lugar em termos de exportação era ocupado pelo Sindicato dos Charqueadores, ficando em segundo a charqueada de João de Souza Mascarenhas (Pesavento, 1980b, p. 53).

⁹³ Em 1921, a produção de carne congelada do Rio Grande correspondia a 52,55% do total produzido no país, 32.548 ton de um total de 61.934 ton (Pesavento, 1980a, p. 147). Em 1936, fazendo uma comparação com o estado de São Paulo, o Rio Grande do Sul produzia somente 13.099 ton de carne congelada, enquanto São Paulo produzia 17.073 ton do mesmo tipo de carne. Se tomarmos as carnes resfriadas vê-se a mesma tendência: em 1921 a produção gaúcha era de 29.386 ton e em 1936 era de apenas 9.971 ton, enquanto a produção do mesmo tipo de carne em São Paulo para o ano de 1936, fora de 84.855 ton (Pesavento, 1980a, p. 179; 1980b, p. 149). Em 1933, o estado de São Paulo abatia 480 mil bovinos em frigoríficos e outros 400 mil em charqueadas ou abatedouros (Pesavento, 1980b, p. 125).

⁹⁴ Em 1930, o frigorífico *Swift* pagava \$700 réis pelo quilo de novilho vivo e \$550 para pelo quilo de carne de vaca viva. Em 1931, o mesmo frigorífico oferecia \$550 a \$500 réis para o primeiro caso, e \$450 a \$350 réis para o segundo caso. Em 1934, os charqueadores avisavam que não poderiam seguir o preço dos frigoríficos e que os preços pagos ao criador ficariam entre \$250 a \$150, diminuindo em torno de \$50 em relação ao ano anterior (Pesavento, 1980b, p. 67, 112). De forma geral, se comparados os preços ao criador dos anos de 1928 e 1933, temos uma desvalorização de 40% no valor dos touros, de 55% no valor dos novilhos, de 60% no valor do gado bovino de cria, de 50% com relação aos carneiros reprodutores, de 40% do valor dos capões e de 60% no valor das ovelhas de cria. O preço das terras desvalorizou em média 30% e o preço dos arrendamentos desvalorizou em média 45% (Pesavento, 1980b, p. 121, 122).

que regulava o preço era a possibilidade de venda no exterior, que criava grande demanda por bovinos. No segundo caso, as charqueadas se tornam reguladoras do preço baixo devido ao aumento dos concorrentes e ao processo diferenciado de beneficiamento dos animais em relação aos frigoríficos, que significava margens médias de lucro menores. Nas charqueadas o aproveitamento dos animais abatidos era em torno de 50%, enquanto que um frigorífico aproveita próximo de 100% do animal e gera o dobro da receita por animal abatido em relação à charqueada.⁹⁵ Nessas condições, os frigoríficos trabalhavam com um superlucro, disputando o mesmo mercado. Isso permitia aos últimos remunerar melhor, se necessário, o criador e se ajustar à nova legislação sindical que nascia em março de 1931, e, sob tutela do Ministério do Trabalho, estabelecia que os sindicatos de trabalhadores poderiam teoricamente fixar seus salários (Love, 1965, p. 268).⁹⁶ As charqueadas, diferentemente, procuravam por todos os meios comprar bovinos pelo menor preço e a remuneração dos trabalhadores se dava pelo sistema de *armazém*, no qual os trabalhadores são remunerados em produtos de consumo (Pesavento, 1980b, p. 21); um expediente que visa diminuir os custos monetários e extrair o máximo de sobretrabalho.⁹⁷ Nas charqueadas, a utilização da maior parte da mão de obra era sazonal, no período da *safra*, para o abate e preparo do charque, enquanto os frigoríficos tendiam a armazenar a carne e outros derivados e prolongar os trabalhos durante todo o ano. Assim, não estranha que houvesse certa drenagem de braços especializados para os frigoríficos, muito menos que, já nos primeiros anos de 1930, várias charqueadas tenham interrompido suas atividades,

⁹⁵ Enquanto um bovino de 500 kg aproveitado em uma charqueada tradicional equivalia a uma receita de 278\$200, num frigorífico o mesmo bovino gerava uma receita de 441\$000, em ambos os casos já descontados os custos intermediários. Tal diferença se dava porque na charqueada são poucos os subprodutos aproveitados, como couro, carne e sebo. Mas num frigorífico, desde o sangue aos ossos, todo o animal é transformado em mercadorias. Além disso, a carne frigorificada é destinada para as classes mais remediadas da sociedade, enquanto o charque é um produto de consumo das classes mais pobres. Outra diferença fundamental entre charqueada e frigoríficos, é que os primeiros só abatiam bovinos, enquanto os segundos abatiam bovinos, suínos e ovinos, com potencial, assim, de gerar novas fontes de receita aos criadores pela venda de outras espécies de animais. Um melhor aproveitamento dos animais em charqueadas se dava no modelo inspirado nas *packing houses* de Chicago/EUA, que João de Souza Mascarenhas parece ter trazido para o Rio Grande do Sul (Pesavento, 1980b, p. 113-114, 145).

⁹⁶ Em 1932, fundava-se em Pelotas o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Saladeiras e o Sindicato dos Trabalhadores em Barracas. O primeiro, sindicalizava os trabalhadores das charqueadas, o segundo, sindicalizava os trabalhadores da esquila da lã (Pesavento, 1980b, p. 136). Quanto aos trabalhadores das estâncias, a legislação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, abriu a possibilidade de sindicalização, mas ainda longe estava de haver alguma organização com possibilidade de pressão sobre os estancieiros. Voltarei a este assunto no Capítulo IV.

⁹⁷ Essa forma de exploração da mão de obra nas charqueadas será retomada na quinta seção deste Capítulo. Quanto ao modo de dominação no sistema estancieiro, será analisado em detalhes no VI Capítulo desta tese.

impossibilitadas de concorrer com os frigoríficos e outros estabelecimentos nacionais ou estrangeiros e/ou se ajustar à nascente legislação sindical e, a partir de 1º de maio de 1943, ao Decreto-Lei nº 5.452 da Consolidação das Leis do Trabalho (Love, 1975, p. 267; Pesavento, 1980b, p. 23, 66, 148).

2. Crise. Que fazer? Dividir e vender os campos?

Mas os problemas não paravam por aí. O Governo Provisório da Revolução de 30, ao contrário do que pensavam os gaúchos, se tornara mais inflexível em fazer concessões à economia estancieira-charqueadora. A isenção de impostos federais para a importação do sal espanhol utilizado no preparo do charque, que os gaúchos tanto reclamavam, foi rechaçada em benefício dos interesses relacionados ao sal vindo dos estados do Norte, em especial do Rio Grande do Norte. E para atender aos interesses das elites do sistema de *plantation* do Nordeste açucareiro, em março de 1932 se anunciava um acordo entre Brasil e Uruguai para a livre importação do charque e carne frigorificada ovina do país platino pelas alfândegas dos estados do Nordeste, a começar por Pernambuco.⁹⁸ A medida visava baratear o custo da mão de obra naquela região do país, sendo a primeira importação de 2.000 ton de charque realizada em 25 de agosto de 1933. Em contrapartida, o Uruguai importaria o arroz, trigo, aguardente, álcool, açúcar, sal e produtos coloniais como milho, sementes oleaginosas, ovos, queijo, banha, madeiras, entre outros. O acordo de livre-comércio, portanto, agradava aos arroteiros e regiões coloniais do próprio estado do Rio Grande do Sul, aos exportadores de sal do Norte e aos *senhores-de-engenho* e *usineiros* do Nordeste, mas significava a perda de um importante mercado para o charque gaúcho que não estivesse em condições de competição com o similar platino (Pesavento, 1980b, p. 63-65, 111).

Ainda que os estancieiros da Campanha tenham sido compensados com a diminuição no custo dos transportes, a suspensão do ‘imposto de ausentismo’ sobre os bens imóveis de brasileiros no Uruguai que lá não residissem, diminuição do imposto sobre a exportação do gado em pé na fronteira, entre outros, quando se analisa a economia estancieira do final dos anos 20 e primeira metade dos anos 30, se tem a impressão de que

⁹⁸ O texto do acordo de livre-comércio referido pode ser acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23710-9-janeiro-1934-557865-publicacaooriginal-78588-pe.html>

ela estava a ponto de entrar em colapso, mesmo considerando as características da dominação tradicional do trabalho nas grandes explorações territoriais que as dão condições elásticas de sobrevivência. Ou seja, que as possibilidades da classe dominante grande proprietária de terra se reproduzir como classe dominante em termos de padrão de nível de vida baseado na pecuária estavam ameaçadas. As opções que foram consideradas como alternativas para a saída da crise parecem indicar sua gravidade. As compensações referidas atingiam uma pequena parcela dos estancieiros, provavelmente a mais influente e rica, mas não significavam medidas de estímulo à recuperação da economia estancieira-charqueadora. Essa conjuntura deve ter agido num sentido de tornar necessária uma extensão maior de terras para se manter um nível de rendimento adequado para reprodução do estilo de vida das classes dominantes, uma vez que os ganhos em tal economia se dão pela extensão dos domínios e não pela intensificação da produção, o que deve ter contribuído para um aumento da concentração de terra. Mesmo a opção dos arrendamentos das terras, devido ao baixo preço praticado, era considerado um mecanismo “[...] embaraçoso e [fonte de] irremediável desequilíbrio nas rendas que daí lhe provém e com a qual, muitas vezes, [os proprietários] somente contam para fazer face às contingências da vida”, como reclamava um estancieiro no início da década de 1930 (Pesavento, 1980b, p. 73). Parece, portanto, que era a continuidade da reprodução do estilo de vida da classe dominante grande proprietária de terras que estava em questão.

Com a diminuição do preço dos gados em torno de 50%, da terra em torno de 30% e dos arrendamentos em 44% (Pesavento, 1980b, p. 123), os que “pontilhavam, pois, a dianteira dos retirantes” em direção às cidades eram os “donos de *chácaras*, de *granjas*, de *fazendolas*, de *estâncias* e, muito principalmente, estes, detentores de latifúndios, donatários de vastidões interminas, monopolizadores do solo nutriz” que vendiam ou arrendavam as terras e migravam dos campos (Pinto, 1935, p. 17 *apud* Pesavento, 1980b, p. 72 – grifos meus). Pinto, quando descreve o que chama de “abandono das coxilhas”, busca assinalar que é, principalmente, a migração dos pequenos (*chácaras* e *granjas*), médios (*fazendolas*) e grandes proprietários (*estâncias*) que está se processando e não de trabalhadores rurais, por mais que também os registre.

Nesse período, a possibilidade de substituição da pecuária por culturas agrícolas intensivas em trabalho e a divisão dos domínios seja pela venda, seja pelo arrendamento e a

constituição de colônias agrícolas com descendentes de imigrantes europeus ou com as famílias dos trabalhadores nacionais da economia estancieira se pôs como uma das alternativas, discutida abertamente nos congressos da FARSUL.⁹⁹ Houve mesmo casos em que estancieiros arrendaram pequenas frações de terra para famílias *caboclas* como forma de diversificação das fontes de receitas, estimulados pelas culturas do trigo e/ou arroz, em pleno desenvolvimento na época, como no caso do Dr. João Dahne no município de Santa Rosa, “que facilitava ao ‘desafortunado, mas valente caboclo’ o acesso à propriedade, tornando-a produtiva” (Pesavento, 1980b, p. 73).

O cultivo do arroz e, posteriormente, do trigo tornava-se objeto de políticas de incentivo à produção que possibilitava o arrendamento de parcelas de terra para este fim, potencializado pelo acordo de livre-comércio com o Uruguai e pela expansão do mercado interno brasileiro.¹⁰⁰ Desde o início do século XX, indivíduos ligados ao capital comercial, industriais e profissionais liberais arrendavam terras para o cultivo do arroz, reunidos no chamado Centro Econômico, fundado em 1904. Um dos objetivos propalados pelo Centro era o de colonização dos campos, até então utilizados à criação extensiva de gado, com os excessos populacionais das Colônias Velhas. Mas a iniciativa neste sentido foi apenas de sugerir aos sindicatos agrícolas coloniais que adquirissem terras dos estancieiros e revendessem aos filhos dos colonos, por meio das Caixas de Depósito, uma espécie de poupança entre os colonos para o empréstimo entre os mesmos na construção de atafonas e outros estabelecimentos de beneficiamento da produção, além de financiar a instalação de

⁹⁹ Getúlio Vargas, então Presidente do Estado, ainda em 1929, no III Congresso da FARSUL, argumentava que “as grandes extensões territoriais, onde apascenta o gado, atendido por um reduzidíssimo pessoal jornaleiro, às vezes mal alimentado e mal pago, contribuem para aumentar o pauperismo das cidades. É preciso retaliar os latifúndios, dividi-los em pequenas glebas e cuidar da cultura intensiva dos campos”. Tendo em vista que Vargas, nesse momento, reconstruía as pontes políticas entre os grandes proprietários com vistas à unidade para a eleição presidencial que se avizinhava, é possível supor que seu discurso traduzisse uma das possibilidades então discutidas amplamente entre os estancieiros, e não algo inteiramente fora do campo das possibilidades reais abertas no período. Outro estancieiro, em 1932, argumentava que os proprietários de terra “precisavam aproveitar melhor as grandes extensões de campo, se a terra é boa. E, em tal caso, a agricultura, dentro de áreas iguais, é certamente muito mais compensadora que a criação pastoril” (Pesavento, 1980b, p. 16, 72).

¹⁰⁰ Em 1896 a taxa federal de importação do arroz subiu, progressivamente, de 30 réis para 287 réis por kg em 1909. Em 1920, o arroz respondia pelo segundo lugar na pauta das exportações do Rio Grande do Sul e este estado se tornava o segundo maior produtor nacional, atrás de São Paulo. A partir de então o arroz se expandiu pela Depressão Central, nas cidades de Cachoeira do Sul e Guaíba, e pelo litoral, especialmente Pelotas e Camaquã. “Em 1923, a produção arrozeira do RS podia ser estimada em 150 milhões de sacas, das quais cerca de 35 milhões eram originários da região de Cachoeira, Santa Maria, São Gabriel e até mesmo de Santana do Livramento, sendo os demais cultivados entre os municípios de Porto Alegre, Camaquã e Pelotas” (Axt, 2011, p. 350, 366). Sobre o trigo ver Rückert (2003).

colônias nas áreas de mata do norte do estado. Mas, provavelmente, como as terras de mata do norte eram mais baratas não houve empreendimentos desse tipo na região de economia estancieira. O arrendamento da maior parte da terra para lavouras de arroz parece ter ficado a cargo mesmo de comerciantes e industriais (Beskow, 1986; Picolotto, 2011, p. 46-54).

Mas se não houve iniciativas de compra e instalação de colônias nas áreas da economia pastoril, essa possibilidade esteve presente para os estancieiros, ao menos na fundação dos chamados consórcios profissionais-cooperativos. Estes Consórcios passaram a ser estimulados pela legislação corporativista do Governo Provisório, que pelo Decreto-Lei nº 23.611 de 20 de dezembro de 1933, tornava atribuição privativa a tais consórcios a formação de cooperativas de qualquer espécie.¹⁰¹ Já o financiamento dos consórcios profissionais-cooperativos ficaria a cargo do Banco Rural, fundado em 7 de maio de 1934. O Banco Rural financiaria a lavoura, pecuária e as chamadas indústrias rurais, além “[...] das organizações econômico-profissionais dos agentes da atividade rural” (Pesavento, 1980b, p. 133). No mesmo ano, fundava-se no município de São Gabriel o Consórcio Profissional Cooperativo dos Agropecuários de São Gabriel, reunindo estancieiros e arrozeiros. Um dos objetivos do referido Consórcio era o de “[...] criação de colônias para desenvolver a agricultura” (Ribeiro, 1978, p. 61). Este Consórcio formou a Cooperativa Rural Gabrielense no mesmo ano que passou a incorporar o beneficiamento do arroz e da carne, além de manter como objetivo em seu estatuto “a propagação do desenvolvimento da cultura dos campos e a criação de colônias no território do município” (Ribeiro, 1978, p. 65-66).

A possibilidade da instalação de colônias fora uma das alternativas consideradas, assim como o controle do beneficiamento da carne e do arroz, que vieram a ser sintetizadas na formação das cooperativas em vários municípios da Campanha, como no caso de São Gabriel. Do mesmo modo, com os baixos preços pagos aos gados novamente ganhava força a ideia da construção de frigoríficos sob o controle dos estancieiros. Mas apesar das reivindicações no início da década de 1930 para que o Governo do Estado financiasse tais projetos, o Bergs estava comprometido com o financiamento dos estoques de charque, havendo um lento processo ao longo de quase toda a década de 1930 para que se

¹⁰¹ Para acessar o texto do Decreto-Lei nº 23.611 de 20 de dezembro de 1933, olhar em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116689/decreto-23611-33>>

construísem as condições políticas para o estabelecimento de uma rede de frigoríficos nos municípios da Campanha.

Um passo importante para a materialização desta segunda alternativa foi a criação da Cooperativa Riograndense de Carnes em julho de 1931, pela ação da FARSUL, que deveria organizar os criadores em cooperativas regionais e levantar estudos sobre a instalação de matadouros e frigoríficos. O financiamento da Cooperativa viera de um empréstimo do Governo Federal. No mesmo ano, o Governo do Estado criou um imposto sobre o abate de todos os animais suínos, ovinos e bovinos destinado ao pagamento dos juros e amortizações do capital do empréstimo realizado pela Cooperativa junto à União, além de servir como um fundo para financiar a instalação dos frigoríficos. Esta Cooperativa foi transformada no Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul em 13 de julho de 1934, a partir do Decreto nº 5.648, depois de um longo período de debates sobre como se daria a transferência dos recursos acumulados pela criação do referido imposto. Mas efetivamente, a disponibilização dos recursos ao Instituto só ocorreu em 4 de setembro de 1937, depois de muito tensionamento entre estancieiros e Governo (Pesavento, 1980b, p. 81, 126, 175).¹⁰²

É importante perceber que o referido imposto gravava sobre todos os animais abatidos no estado, inclusive sobre aqueles das regiões coloniais. Mas ainda mais, gravava sobre o rebanho suíno, que era majoritariamente criado nessas regiões e não nas regiões de economia pastoril. Havia, portanto, uma clara transferência de renda dos pequenos proprietários de terra para os grandes proprietários de terra, com vistas ao financiamento de estruturas industriais frigoríficas para o benefício dos últimos. As regiões coloniais já

¹⁰² Além dos fatos da conjuntura econômica enfrentada pelos estancieiros e charqueadores que recrudescem a partir do final da década de 1920, não parece ser coincidência a transformação da Cooperativa em Instituto, nem o atraso no repasse dos recursos, nem a data em que isso ocorre. O fundo criado com o referido imposto representava uma importante fonte de poder para ser entregue aos estancieiros que controlavam a Cooperativa estadual, pois poderia gerar competidores a Flores da Cunha, então Governador do Estado, tanto nas fileiras da oposição quanto de seu próprio partido. A transformação da Cooperativa em Instituto atrelava a nascente organização à burocracia Estatal, permitindo maior controle por parte do Executivo. Mas em qualquer hipótese, o controle no repasse ou não dos recursos significava ter um parcela importante dos estancieiros sob o controle estrito do Executivo Estadual, podendo ser utilizado amplamente nas barganhas políticas. A data do repasse dos recursos ao Instituto também não deixa de ser curioso, uma vez que em setembro de 1937, estava em pleno curso o processo de isolamento de Flores da Cunha por parte de Getúlio Vargas, então inimigos políticos, levando à federalização da Brigada Militar em 14 de outubro e suprimindo enorme poder de resistência militar de Flores da Cunha, que, dois dias depois, fugiu para o Uruguai. Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso, tendo início o Estado Novo no país (Love, 1975, p. 273). Possivelmente, Flores da Cunha buscou maior apoio interno contra Getúlio Vargas na liberação dos recursos monetários acumulados desde 1931. Além disso, havia a pressão dos charqueadores para que a cooperativa não se efetivasse, ou, ao menos, que o Governo do Estado atendesse a seus interesses como prioritários. Flores da Cunha devia ter em seu cálculo político essas contradições.

havia se adiantado aos estancieiros na construção de modernas instalações frigoríficas para o beneficiamento da banha e da carne de suínos, em funcionamento desde 1931. Sob coordenação do Sindicato da Banha, os comerciantes e industriais de derivados de suínos estavam construindo uma série de refinarias e frigoríficos na maior parte das regiões coloniais a partir da poupança interna gerada no comércio entre as colônias, a capital e o mercado de exportação.¹⁰³ As manobras do Sindicato da Banha para baixar o preço do suíno pago ao produtor levou os suinocultores a organizar a Liga dos Colonos em vários municípios e em 1933 se estadualizou na Liga das Uniões Coloniais. Essa associação dos colonos buscou ter participação na Cooperativa Riograndense de Carnes formada em 1931, com vistas à industrialização da carne dos suínos; bastaria realizar emendas nos estatutos da referida Cooperativa, mas a proposta não foi levada adiante e os colonos foram excluídos como possíveis beneficiários e sócios da mesma.¹⁰⁴

A partir de sua fundação, a Cooperativa Riograndense de Carnes e, posteriormente, o Instituto de Carnes, orientou a constituição de cooperativas regionais nos municípios de economia pastoril. Estas cooperativas passaram a arrendar e/ou comprar charqueadas falidas e realizar abates de rebanhos dos sócios, o que proporcionava maior remuneração aos criadores, uma vez que as cooperativas repassavam uma parte de suas margens de lucro, antes retidas pelos charqueadores. Uma das primeiras experiências nesse sentido foi realizada pela Sociedade dos Fazendeiros de Bagé, que entrou em funcionamento em 1932, e no ano seguinte pagava um preço mais alto dos bovinos que os charqueadores e frigoríficos, 270\$000 contra 185\$000 e 210\$000, respectivamente (Pesavento, 1980b, p. 115). Nos anos seguintes, experiências semelhantes se multiplicaram em Santana do

¹⁰³ Em 1931, o Sindicato da Banha fundava em Santo Ângelo a primeira refinaria de banha da América do Sul, utilizando modernas tecnologias para a frigorificação da carne. No mesmo ano, já estava em funcionamento outras plantas industriais semelhantes em Ijuí, Dois Lajeados, Porto Alegre, Caí, Lajeado, Estrela, estando em fase de montagem plantas industriais em Carazinho e Erechim. Outras empresas também fundavam em 1931 estabelecimentos frigoríficos em Monte Vêneto (posteriormente, município de Alfredo Chaves), Bento Gonçalves, Canoas, entre outros. No mesmo ano a banha gaúcha começou a ser vendida para a Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Áustria (Pesavento, 1983, p. 95-124).

¹⁰⁴ Uma das reclamações dos colonos era de que eles não tinham condições de estar sempre disponíveis para tratar de temas relacionados à Cooperativa, como era o caso dos estancieiros. Apesar disso, seriam em torno de 500 os colonos que poderiam se associar à Cooperativa Riograndense de Carnes, ameaçando o domínio dos estancieiros em termos numéricos na organização. Provavelmente se deve a este motivo a repulsa dos estancieiros em admitir os colonos como sócios. A luta dos colonos contra o Sindicato da Banha levou a Liga das Uniões Coloniais a criar uma cooperativa própria, a Cooperativa Sul Riograndense da Banha, em 1933, que desencadeou a criação de várias cooperativas municipais dos criadores de suínos (Pesavento, 1983, p. 104, 106). Para uma análise histórica das organizações dos colonos pequenos proprietários do estado do Rio Grande do Sul, ver Picolotto (2011).

Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Dom Pedrito, Pelotas e São Gabriel. Mas, se mesmo iniciando com a produção do charque, o caminho da frigorificação da carne era tido como certo, para o qual era considerado necessário o financiamento público, a publicação pelo Governo Federal de uma legislação sobre a adequação higiênica das instalações das charqueadas em 26 de agosto de 1936, parece ter sido o golpe de misericórdia sobre os estabelecimentos charqueadores gaúchos. A legislação obrigava uma completa readequação destes estabelecimentos, que deveria ser realizada num prazo de dois anos. As charqueadas eram reconhecidas como insalubres e produtoras “[...] de um produto de baixa qualidade, impuro e de ‘mau aspecto’, como referiam os jornais [da época]”. Aqueles que não se adequassem aos novos regulamentos editados em 1936 teriam os registros de funcionamento caçados (Pesavento, 1980b, p. 161).

A grita geral que se seguiu obrigou o Instituto de Carnes a apressar os projetos de implantação de frigoríficos pela transformação das charqueadas, sob controle das cooperativas regionais, em modernos estabelecimentos de beneficiamento da carne. Agora, até mesmo uma parte importante dos charqueadores, então associados ao Sindicato do Charque, migrava para o Instituto de Carnes, argumentando que com a implantação dos frigoríficos não “seriam amparados só os criadores, mas os próprios charqueadores” (Pesavento, 1980b, p. 172). Em julho de 1937, o Instituto de Carnes divulgava que seu conselho de administração havia decidido pela construção de frigoríficos em Tupanciretã, Bagé, Alegrete, Lajeado, Pelotas, Rio Grande, e continuava em estudo os projetos dos municípios de Julio de Castilhos, Cruz Alta, Rio Pardo, Dom Pedrito e outros municípios. O projeto do Instituto era passar progressivamente para a produção de carnes frigorificadas, não abandonando abruptamente o fabrico do charque. Era preciso começar pelo aproveitamento integral da matéria prima e seus subprodutos, passando para a fabricação de conservas e evoluir para a frigorificação completa da carne. O financiamento dos projetos se daria pelo montante de recursos acumulados desde 1931, dado o imposto sobre o abate de animais; se necessário o Governo do Estado complementaria, uma vez que já vinha construindo entrepostos-frigoríficos nos portos de Rio Grande e Porto Alegre, realizado a compra de 5 navios frigoríficos, efetuado o prolongamento das estradas de ferro e a compra de vagões frigoríficos para o transporte até mercados consumidores ou para a exportação da carne (Pesavento, 1980b, p. 152-153). O Estado do Rio Grande do Sul não só equipava as

cooperativas regionais dos estancieiros, como também construía a infraestrutura necessária para o transporte e comercialização da carne.

Esse conjunto de alterações em termos de infraestrutura para o beneficiamento e transporte, além do controle cooperativado sobre os novos estabelecimentos que surgiam, coincidiu com a retomada da demanda internacional de carne frigorificada e do charque a partir de 1935, este último com um mercado cada vez menor. No final da década de 1930, a Inglaterra, a Itália, Alemanha e Japão buscavam estabelecer contratos de importação da carne brasileira. Entre 1935 e 1936 a demanda de gado duplicou nos frigoríficos gaúchos, passando de 200 mil para 400 mil cabeças (Pesavento, 1980b, p. 160). Agora os criadores gaúchos se preparavam para serem os principais beneficiários do aumento da demanda por carnes, uma vez que os processos de urbanização e industrialização do país se aceleravam, além da demanda do mercado internacional.¹⁰⁵ Sempre que o preço da carne fosse considerado desvantajoso para o criador, o Instituto de Carnes agiria como controlador da oferta, regulando o preço no mercado. Uma vez que as Cooperativas-frigoríficos espalhadas em vários municípios do estado permaneceram administradas pelos próprios estancieiros-criadores, os aumentos dos preços eram repassados aos mesmos (Benetti, 1994).

3. Estancieiros e charqueadores: das charqueadas à Cooperativa Rural Gabrielense de São Gabriel

Em São Gabriel, desde 1931 os criadores se reuniam para discutir a formação de uma cooperativa local, estimulados pela formação da Cooperativa Riograndense de Carnes. Mas somente em setembro de 1933, fora fundada a Sociedade Saladeril Gabrielense Ltda. Essa Sociedade arrendou a Charqueada São Gabriel, de propriedade do estancieiro Ildo Bicca e outros criadores que charqueavam os gados próprios e de terceiros, abatendo entre os anos de 1933 a 1935. Entretanto, a legislação corporativista do Governo Provisório exigira ajustes no formato da associação. A legislação de dezembro de 1933 instituiu os consórcios profissionais-cooperativos como interlocutores privilegiados perante o governo

¹⁰⁵ Em 1936 o preço do charque era de 1,50 cruzeiros, passando para 2,20 cruzeiros em 1937 (Pesavento, 1980b, p. 147). Infelizmente a autora não apresenta os preços atingidos pelas carnes frigorificadas para o período, mas certamente houve aumento, tendo em vista o aumento da demanda internacional. Além disso, as vendas de charque diminuíam ano a ano: em 1935 foram 79.566 fardos, em 1936 foram vendidos 75.548 fardos, em 1937 foram vendidos 70.554 fardos (idem, p. 178). Os gados que não eram mais abatidos para o charque passaram a ser abatidos para as carnes frigorificadas.

e ao acesso de recursos, estimulando o surgimento do Consórcio Profissional Cooperativo dos Agropecuários de São Gabriel em 1934. Ao que tudo indica a nova entidade surgia de uma articulação mais ampla no município, pela iniciativa de Alfredo Bento Pereira, então Intendente Municipal e pertencente a uma tradicional linhagem de estancieiros e chefes políticos republicanos, e de Egydio Brenner, de origem urbana e descendente de alemães. Brenner havia sido gerente do Banco da Província e se tornara arrendatário da Estância do Céu em São Gabriel, que estava hipotecada ao mesmo banco onde fora gerente. Nessa estância, Brenner criava gados e fora um dos precursores do cultivo do arroz em São Gabriel, onde ajudou a fundar uma Cooperativa Rizícula no final dos anos de 1920, depois de ter participado da fundação do Sindicato Arrozeiro em 1926. Tanto Bento Pereira quanto Brenner tornaram-se diretores da Associação Rural de São Gabriel em 1934, na qual empreenderam a constituição do Consórcio e, imediatamente, a fundação da Cooperativa Rural Gabrielense (CRG). A recém criada cooperativa incorporou os membros da Associação Rural, da Sociedade Saladeril Ltda e da Cooperativa Rizícula, sendo considerada “[...] a terceira cooperativa efetiva de carnes criada no Rio Grande do Sul, vindo logo após a Sociedade de Fazendeiros de Bagé e à Cooperativa Alegretense de Carnes, ambas fundadas em 1933” (Ribeiro, 1978, p. 59).

A CRG pretendia o monopólio da relação dos produtores seja na venda dos produtos, na compra de insumos e mercadorias de consumo, seja nas operações de crédito. Ainda em 1934, iniciou suas operações com o arrendamento de uma charqueada no distrito de Azevedo Sodré e, em 5 de fevereiro de 1936, comprou a Charqueada Vacacaí que havia falido e pertencia ao Bergs, até então arrendada para outros estancieiros. Além disso, adquiriu um engenho de arroz e estimulou a formação de outras cooperativas, como a de lãs Tejupá, a de consumo Caiboaté e a de arroz Batovi, que funcionavam em um mesmo prédio e possuíam diretorias interligadas. Pelo que indica Ribeiro (1978, p. 65) a impossibilidade da incorporação dessas outras atividades pela CRG, que gerou as demais cooperativas, se deu por dificuldades burocráticas em formar uma mesma cooperativa pluridepartamental. Mas também parece que houve problemas na administração conjunta das charqueadas e do engenho do arroz, sendo este último vendido em 24 de abril de 1941 para o Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), contribuindo para que a CRG se encarregasse apenas do beneficiamento da carne (Figueiredo, 1985, p. 70). Contudo, na prática, elas funcionavam

como se fossem uma mesma cooperativa, uma vez que a diretoria da CRG poderia corresponder às diretorias das demais. As cooperativas de produção também incorporaram a função de fornecer financiamento aos produtores, adiantando recursos que deveriam ser pagos em produtos nas safras (Ribeiro, 1978, p. 57-66; Figueiredo, 1985, p. 61-70).

Iniciando os abates em 1935, em 1941 a CRG já era responsável por 48,8% dos abates no município, representando 4.533 animais, e em 1942 tornara-se a única empresa a realizá-los em São Gabriel (Ribeiro, 1978, p. 60, 85). Em 1945, a CRG desativou a Charqueada Vacacaí, comprou a Charqueada Santa Brígida que estava fora de operação e para lá transferiu suas atividades. Nesta charqueada, foram realizadas algumas reformas para melhor beneficiamento do charque e dos derivados dos animais abatidos, mas a transformação em Frigorífico Santa Brígida ocorreu somente a partir de 1956, quando a CRG contraiu um empréstimo no Bergs e contratou uma empresa dinamarquesa para a construção e equipamento do frigorífico, inaugurado em 1958. Nos anos seguintes várias outras pequenas reformas e ampliações ocorreram, mas a partir de então somente a carne frigorificada foi produzida.

A CRG teve uma média de 330 operários, 1.925 associados e em 1984 foram abatidos 75.558 mil cabeças de bovinos de sócios e não sócios de São Gabriel e dos municípios vizinhos. No mercado interno, a cooperativa vendia para os estados de Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de realizar contratos para a exportação de carnes para países africanos, árabes, americanos e europeus (Figueiredo, 1985). Com a difusão das cooperativas-frigoríficos pelos municípios da Campanha, num contexto de ampliação da demanda crescente por carne frigorificada, a estrutura da produção industrial de carne se alterou, sendo que em 1965, do total da carne produzida no Rio Grande do Sul, somente 7% era de charque (Banco Nacional do Comércio, 1968, p. 77). Contudo, em 1991 o Instituto de Carnes foi extinto e, como num jogo de dominós, as cooperativas regionais da Campanha entraram em falência uma a uma.¹⁰⁶

¹⁰⁶ Os motivos pelos quais houve a falência de todas as cooperativas de carne dos municípios da Campanha e o fim do Instituto de Carnes serão abordados no Capítulo VIII.

4. Charqueadores e dirigentes da Cooperativa Rural Gabrielense: trajetórias e investimentos sociais

Para o momento, importa analisar o processo de constituição da CRG, no qual se envolveram as principais linhagens de grandes proprietários de terra de São Gabriel. Um dos resultados desse processo histórico analisado acima foi o fim da distinção, no que concerne à pecuária, entre estancieiros-charqueadores e estancieiros-criadores. Além disso, as diferentes cores políticas empreendiam esforços em dirigir a nova entidade, que ampliava as instalações, ganhava importância econômica e política no município. Quando estava em construção o frigorífico, em meados de 1956/57, houve visitas de autoridades estaduais, como o Governador do Estado Ildo Meneghetti, engenheiro e integrante do Partido Social Democrático (PSD), que viria a apoiar o Golpe Militar de 64, e autoridades nacionais, como o Vice-Presidente da República João Goulart, advogado e adversário político de Meneghetti, integrante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A foto a seguir é interessante de ser analisada por falar muito desse envolvimento dos principais expoentes das elites agrárias na administração e controle da CRG.



Fonte: Figueiredo (1985, p. 121).

A foto é de 29 de outubro de 1957, quando da visita de Goulart à CRG. O Vice-Presidente da República está sentado e, da direita para a esquerda de Goulart, estão Dácio de Assis Brasil (então presidente da CRG), Juraci Cunha Gonçalves (prefeito municipal pelo PTB) e Amarílio Vieira de Macedo. Goulart toma chimarrão e parece estar olhando para alguma coisa sobre a mesa, talvez documentos. Os outros três também dirigem seus

olhares para cima da mesa, como que acompanhando Goulart na assinatura ou análise de papéis. Dácio e Juraci, que prende um cachimbo na boca, apoiam seus cotovelos sobre o canto do que pode ser um balcão, e enquanto Dácio e Amarílio parecem falar alguma coisa. Certo é que eles não estão confraternizando ou conversando aleatoriamente, pois nesse caso é mais provável que estivessem ou todos sentados ou todos de pé e dirigindo o olhar para aquele que estivesse com a palavra. Talvez estivessem tratando de algum empréstimo da União para alguma das cooperativas criadas no município. Todos são filhos de estancieiros e também estancieiros, com curso superior e exerceram outras atividades remuneradoras – não somente do ponto de vista econômico, talvez nem principalmente, mas de outros tipos de capitais, como o prestígio e legitimação da autoridade, objetivado pelo título de Dr. com o qual são chamados - que não apenas a propriedade da terra.

Goulart nasceu dia 1º de março de 1919, seu pai era estancieiro, Coronel da Guarda Nacional e chefe político republicano em São Borja, tendo lutado ao lado de Castilhos em 1893 e ao de Borges em 1923, era amigo íntimo dos Vargas. João Goulart, o mais velho de oito irmãos, estudou no Ginásio Santana em Uruguaiana, um colégio dos Irmãos Maristas, depois seguiu os estudos no Colégio Anchieta em Porto Alegre, se formou em direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1939, e retornou para São Borja. Convidado por Protásio Vargas para entrar no PSD, recusou, mas aceitou o convite de Getúlio Vargas, irmão de Protásio, para entrar no PTB, tornando-se o primeiro presidente local do partido, mais tarde presidente estadual e nacional da legenda. Em 1950 foi eleito para a Câmara dos Deputados, mas licencia-se para assumir como Secretário de Estado de Interior e Justiça na gestão de Ernesto Dornelles, primo de Getúlio, como Governador do Rio Grande do Sul. Em 1953, Goulart é convocado por Vargas para assumir como Ministro do Trabalho, mas em 1954, depois de Vargas assinar um aumento do salário mínimo de 100%, renunciou devido às fortes pressões de setores patronais e de oposição. Em 1955, foi eleito Vice-Presidente na chapa PTB/PSD, com Juscelino Kubitschek Presidente. Em 1960, novamente se elegia Vice-Presidente, quando Jânio Quadros se tornara Presidente. Com a renúncia de Quadros, depois de um impasse com ministros militares que não queriam a posse de Goulart, seguida por uma mobilização para que assumisse como Presidente, conhecida como *campanha da legalidade*, puxada por seu cunhado Leonel Brizola então Governador do Rio Grande do Sul, assume a Presidência em 1961, com os poderes reduzidos pela

aprovação de um sistema parlamentarista. Depois de um plebiscito em 1963, retomou os poderes do sistema presidencialista. Mas sofreu o Golpe Militar de 1964, acusado de comunista devido a um conjunto de reformas que seu governo procurava promover, onde a reforma agrária figurava como uma das prioridades. Exila-se em sua estância no Uruguai, morre em 6 de dezembro de 1976, na Argentina, Província de Corrientes, município de Mercedes.¹⁰⁷

Os outros três integrantes da foto eram de famílias de São Gabriel. Dácio de Assis Brasil nasceu em 1º de novembro de 1904. Seu pai, Ptolomeu de Assis Brasil, era estancieiro e General do Exército, chefe republicano, tendo combatido na Revolução de 1893 ao lado de Castilhos e em 1923 de Borges, um dos líderes da Revolução de 30 e indicado pelo Governo Provisório como Interventor no estado de Santa Catarina, onde foi Governador entre 1930 e 1932, sucedido por Ruy Zobarán, seu irmão por parte de mãe e também Tenente-Coronel do Exército. Dácio, o segundo de cinco irmãos, fez seus estudos básicos em uma escola do município de São Gabriel, seguiu no Colégio Militar em Porto Alegre, formou-se médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1930. Casou-se com sua prima-segunda Lina de Assis Brasil, filha do segundo casamento de Joaquim Francisco de Assis Brasil com Lídia Pereira Felício de São Mamede, filha de José Pereira Felício, 2º Conde de São Mamede. O pai de Joaquim Francisco era comerciante em Rio Pardo, casado com a filha de um Cirurgião-mor do Exército, tendo adquirido uma sesmaria de campo em São Gabriel nas primeiras décadas do século XIX, onde constituiu sua família. Joaquim Francisco tornara-se opositor de Castilhos, fora candidato da oposição em 1923, quando perdeu a eleição para Borges, e em 1930 fora nomeado Ministro da Agricultura no Governo Provisório. Dácio de Assis Brasil, retorna do Rio de Janeiro em 1932 e em São Gabriel exerce a medicina até 1939, passando a se dedicar às suas estâncias e à vida pública. Um dos fundadores da Cooperativa Rural Gabrielense, na qual assumiu diversos cargos em conselhos, presidiu-a entre os anos de 1944 e 1945, e entre 1954 e 1960. Também foi presidente do Clube Comercial entre 1952 e 1953, presidente da Cooperativa de Lã Tejupá entre 1953 e 1956. Presidiu a FARSUL por duas ocasiões, entre 1957 e 1959 e 1965 a 1968. É considerado um dos principais nomes da história da

¹⁰⁷ Para a citação das principais datas, baseei-me nas informações do Instituto João Goulart: <<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=17>>. Acesso em 13 abril de 2012.

FARSUL por ter liderado as mobilizações no estado contra as possibilidades de reforma agrária representadas pelo Governo Estadual de Brizola (1959-1963) e João Goulart. De acordo com a família, era amigo dos Presidentes Militares do Brasil Castelo Branco (1964-1967) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), além de vários ministros e governadores do estado do Rio Grande do Sul. O Parque de Exposições de Esteio, onde todos os anos ocorrem as feiras exposições dos pecuaristas do estado, recebeu seu nome. Morre em 30 de setembro 1977, em São Gabriel (Figueiredo, 1985, p. 209-211)¹⁰⁸.

Juraci Cunha Gonçalves nasceu em 1916, em São Gabriel. Seu pai, Otacílio Porto Gonçalves, de uma tradicional família de estancieiros no município de Rio Pardo, casou-se com Carlota Rodrigues da Cunha, filha de estancieiros em São Gabriel, onde o casal passou a residir em sua estância. Juraci, o quinto de oito irmãos, fizera seus estudos primários no município de origem, e posteriormente na Escola Militar de Porto Alegre, formando-se em medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1942. Casa-se com Laura Seabra Dornelles em 1943, filha de Argemiro Dornelles, médico assistente da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, da tradicional família de estancieiros de São Borja. Exerce a medicina em um distrito do município de São Borja, depois se muda para São Gabriel, tendo sido presidente da Cooperativa de Trigo e Arroz do município (COMAIG) em meados da década de 1960, e Prefeito Municipal entre os anos de 1956 a 1959, pelo PTB, tendo seu irmão mais novo, também médico, eleito seu Vice-Prefeito pelo PSD, que depois se torna Prefeito entre 1963 a 1969. Juraci não aparece em nenhuma das diretorias da CRG, nem do Sindicato Rural, nem do Clube Comercial, mas sim seus irmãos, também estancieiros, sendo dois deles advogados. Juraci era amigo pessoal de João Goulart, tendo fundado o PTB no município, e sua residência hospedava Goulart sempre que este estivesse em São Gabriel. Depois do Golpe de 64, “auto exila-se” em sua estância no município, morre em 1985.¹⁰⁹

Amarílio Vieira de Macedo nasceu em 22 de janeiro de 1887. É bisneto do Visconde de Serro Formoso, Coronel da Guarda Nacional Francisco Pereira de Macedo,

¹⁰⁸ Também consultei a página na internet da genealogia da família Assis Brasil, disponível em < <http://assisbrasil.org/penta.html>>, com acesso em 13 abril 2012, e a página da FARSUL, disponível em < http://www.farsul.org.br/pg_presidentes.php>, com acesso em 13 abril 2012.

¹⁰⁹ As fontes são as entrevistas com a filha de Juraci, Jussara Gonçalves de Assis Brasil, e seu Genro, Délio de Assis Brasil. Também consultei a lista dos formados em medicina na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, disponível em < <http://www.famed.ufrgs.br/formados-medicina.php>>, acesso em 20 de outubro de 2011. Além das listas das diretorias da CRG, da lista de presidentes do Sindicato Rural e do Clube Comercial.

que teria recebido mais de 10 léguas quadradas de terra (cada légua são 4.356 hectares) na Campanha, além de propriedades no Uruguai, seus quatro filhos homens participaram da Guerra do Paraguai. O pai de Amarílio, Manoel Antônio de Macedo, casado com uma prima, Maria Amália Vieira de Macedo, era filho do Coronel Manoel Riopardense de Macedo. Amarílio era o terceiro de sete irmãos e, como os demais, teve preceptoras estrangeiras, entre elas uma professora alemã. Depois da alfabetização na estância de seus pais, concluiu o ensino secundário na Mackenzie de São Paulo e os estudos universitários na Universidade de Berlim, onde se formou em medicina. Casou-se em Montevideu em 1923 com sua prima, Ana de Medeiros de Macedo, filha do Coronel Antonio de Oliveira de Macedo. Proprietário de estâncias no município de São Gabriel, Bagé e Lavras do Sul, Amarílio fora professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. Em São Gabriel, torna-se Presidente da CRG em 1944, em 1948 a 1957 compôs diversas diretorias e torna-se novamente presidente da cooperativa em 1958, 1961 e entre 1963 e 1964, além de compor diversas outras diretorias da mesma cooperativa até 1967, quando seu nome desaparece nas nominatas seguintes. Seu nome não aparece nas listas de presidentes do Sindicato Rural, nem do Clube Comercial, nem fora prefeito.¹¹⁰

As biografias acima representam o envolvimento das principais linhagens de estancieiros na formação da Cooperativa Rural Gabrielense. Ou seja, da análise dos integrantes das diretorias da CRG, desde sua fundação até a falência, se percebe nitidamente que compô-la se tornara uma fonte de investimento e reconhecimento para as principais linhagens de grandes proprietários. Mas um investimento e reconhecimento movido por atos reconhecidos como *desinteressados* e pela *grandeza de espírito* de quem a integra (Figueiredo, 1985, p. 119-120), que acaba por reforçar a legitimidade da autoridade, encadeando o acúmulo de capitais simbólicos que podem ser investidos em outras situações e jogos sociais. A regra para ser reconhecido socialmente passa pela dissimulação do *interesse* pelo *desinteresse*, pela *honra*, e constitui uma das chaves de leitura deste espaço social. Ora, havia um processo de valorização do preço da carne, os estancieiros controlavam as cooperativas beneficiadoras e também acumulavam outros títulos escolares. A rigor, investir em acumular capital simbólico em atos considerados desinteressados e em

¹¹⁰ As fontes utilizadas são a Genealogia dos descendentes do Visconde do Serro Formoso, organizada por Langendonck (1970), e entrevistas com integrantes da linhagem. Além das listas das diretorias da CRG, da lista de presidentes do Sindicato Rural e do Clube Comercial.

honra pode ter sido mais importante do que exercer cargos remunerados, uma vez que as condições objetivas de manutenção de altos padrões de consumo lhe eram garantidos pelo fato de serem grandes proprietários de terra. Estamos falando da existência de condições objetivas da formação e manutenção de um *habitus desinteressado*. Ao longo da tese, a discussão sobre os efeitos deste *habitus* será retomado, assim como os investimentos escolares, em capital social e as trajetórias dos principais expoentes das linhagens. Por enquanto, interessa-nos perceber alguns dos dispositivos objetivos encadeados pelas posições sociais no domínio da CRG, resultado da dissolução das charqueadas e o fim dos charqueadores, sendo que alguns deles passaram a compor como sócios e como diretores a referida Cooperativa.

Um dos motivos para que as cooperativas de carne que se constituíram na Campanha a partir de 1930 assumissem um significado econômico e simbólico estratégico é que a conjuntura daquela década determinou o aniquilamento dos charqueadores. Todas as seis charqueadas então existentes no município faliram no período entre 1929 e 1941, com exceção da Charqueada Vacacaí, comprada pela CRG. Todas haviam sido construídas em função da chegada da estrada de ferro e próximo a ela se localizavam, sendo que estancieiros ou eram diretamente proprietários individuais ou o eram em sociedade. Mas os estancieiros proprietários das charqueadas, não eram só estancieiros, nem simplesmente estancieiros-charqueadores, possuíam também outros investimentos seja econômicos, escolares e/ou militares, à semelhança das trajetórias analisada acima.

Vale apenas analisar as trajetórias dos charqueadores para perceber não só como os distintos capitais são investidos, mas também pelo sistema de relações sociais e de dominação que se estabelecia nestes estabelecimentos. A primeira charqueada no município fora fundada em 1889, por Manuel Patrício de Azambuja e seu filho Fábio de Azambuja, quando a estrada de ferro fora construída até Bagé e se esperava que logo chegasse em São Gabriel, não fossem as guerras, efetivando-se somente em 1900. Manuel havia lutado contra os revoltosos da Revolução Farroupilha (1835-1845), na condição de Alferes do Exército Imperial, tendo se tornado estancieiro em São Gabriel. Seu filho Fábio, o mais novo deles, tendo um irmão mais velho e outras três irmãs, nascera em julho de 1862, seguira a carreira militar, concluiu a Escola Militar da Corte em 1886 e, no ano seguinte, o curso de Engenharia Militar. Em 1889, torna-se Capitão e professor na Escola Militar do

Rio Grande do Sul, no mesmo ano exonerado, e participa ao lado dos maragatos na Revolução de 1893, contra Castilhos. Depois de participar de vários cargos políticos, entra para a reserva em 1924, tornando-se Marechal, e morre em 1955. Os Azambuja vendem a Charqueada Vacacaí em 1918 para a família Martins, permanecendo com suas estâncias (Figueiredo, 1985,p. 77; Anais AHRGS, 2009).¹¹¹

A empresa Antonio Maria Martins & filhos já havia comprado no município de São Gabriel a Estância do Céu, a Estância do Batovi e o Rincão da Cavalhada, além de arrendar as estâncias da Barra, do Pavão e do Jacques, esta última no município vizinho de Lavras do Sul. A administração dos negócios da família em São Gabriel coube a José Antônio Martins, nascido em 19 de abril de 1881, formado em agronomia na primeira turma da Faculdade de Veterinária e Agronomia de Pelotas em 1900. A família também se envolveu nas guerras internas no estado, e na Revolução Farroupilha, o avô de José Antônio, Antônio José Martins Coelho, juiz de direito no município de Bagé, lutara ao lado dos revoltosos. Contudo, o pai de José Antônio, Antônio Maria, decidira não se envolver na Revolução de 1893, e emigra com a família e seus *dependentes* para a República Oriental do Uruguai, levando seus gados para os campos arrendados no Departamento do Salto. Depois de terminada a Guerra Civil, retorna para Bagé, onde possuía as estâncias da Taipa, do Cerrito e Jaguarão Chico. Em 1900, quando José Antônio se forma em agronomia em Pelotas, a família adquire e arrenda as referidas propriedades em São Gabriel, possuindo como sócios outras duas pessoas de fora da família. Os campos da empresa somariam mais de 20 mil hectares, e em 1917 teria 18.959 cabeças de bovinos, 1 mil equinos e 50 mil ovinos, sendo o terceiro maior rebanho particular do estado. Mas não foi somente na criação de gados e na charqueada que José Antônio Martins investiu, aí também desenvolvera uma atafona para produção de farinha de mandioca junto à charqueada, uma olaria, na plantação de 1 milhão de pés de eucalipto para ser comercializado com a Viação Férrea para a expansão das estradas de ferro, em lavouras de arroz, milho, feijão, mandioca e na criação de suínos. Em meados dos anos de 1920, em suas terras haveria mais de 500 famílias de trabalhadores, sendo que quando a charqueada entrava no período da *safr*a este número aumentava. À plantação de eucaliptos ele encarregou um engenheiro florestal chileno, e à

¹¹¹ Também consultei a genealogia da família Silveira em: < <http://wc.rootsweb.ancestry.com/cgi-bin/igm.cgi?op=GET&db=valdenei&id=I50592>>. Acesso em 12 abril 2012.

plantação de arroz e mandioca um agrimensor dos Estados Unidos. Contudo, ao contrário de seu pai, José Antônio se envolvera na luta política e na Revolução de 1923, colocando-se contrário à reeleição de Borges de Medeiros e participou dos levantes armados. Provavelmente, ajudou a financiar os revolucionários. Teve parte de seus gados roubados, plantações destruídas e fora preso. Mas, apesar dos prejuízos, foi com a crise de 1929 e a quebra do Banco Pelotense, tendo as dívidas executadas, que seu domínio entrou em falência e as terras, fábricas e plantações passaram para o controle do Bergs e do Banco da Província, sendo a Charqueada Vacacaí arrendada para outros estancieiros-charqueadores. José Antônio morre em dezembro de 1931. Em 1936, a antiga Charqueada fora adquirida pela CRG (Figueiredo, 1985, p. 77-81; Cabeda, 199?).

Outra charqueada foi a Santa Brígida, como passou a ser chamada a partir de 1931, quando morre, no Rio de Janeiro, Brígida Cironi Ferreira da Silva, natural de Bagé e esposa de segundo casamento de Boaventura Ferreira da Silva, proprietário do estabelecimento, que assim nomeia a charqueada em homenagem à esposa falecida. Boaventura era de Pelotas, tendo adquirido a charqueada em 1914, então conhecida como Charqueada da Trilha ou do Passo do Pinto, por ser às margens do rio Vacacaí. Inaugurada nos primeiros anos de 1900, seus primeiros donos eram estancieiros e haviam montado, junto à charqueada, um curtume, oficinas de lombilharias, sapataria e tamancaria. Estas atividades foram desativadas por Boaventura, que manteve apenas a produção do charque. Tendo sobrevivido à crise de 1929 e às quebras dos bancos regionais, foi desativada no início da década de 1940 pelo recrudescimento da concorrência com os frigoríficos e pela onerosa reformulação que a legislação trabalhista e sanitária de 1936 exigia. Em 1945, fora vendida para a CRG (Figueiredo, 1985, p. 83-86).

A Charqueada de Azevedo Sodré também surge da iniciativa de um grupo de estancieiros do distrito de Azevedo Sodré, nome de uma das estações da ferrovia. Desde 1898, ainda quando a ferrovia estava em construção, a charqueada já abatia, sendo o charque transportado por carretas puxadas por boi a Bagé, para ser despachado pelos trilhos. A existência do referido distrito está ligada à charqueada, que passou a aglutinar um importante povoado no município devido às suas atividades. Junto à charqueada, seu proprietário, Ramão Lopes da Rosa, colocara em funcionamento uma atafona. Por volta da década de 1920, vende a charqueada para outro estancieiro, que entra em falência com a

crise de 1929, passando à propriedade do Bergs. Depois disso, fora arrendada para vários outros estancieiros e deixou de funcionar em 1940 (Figueiredo, 1985, p.86-87).

A Charqueada Industrial Gabrielense também surge em 1898, próxima do traçado onde passaria a estrada de ferro. Fundada por estancieiros, é vendida para várias empresas nas quais se associavam os grandes proprietários da região, sendo que seus últimos dois sócios, Zeno de Castro e João Ivo Menna Barreto, teriam se desentendido e se enfrentado a bala em abril de 1941, provavelmente devido às dívidas, pondo um fim definitivo à charqueada (Figueiredo, 1985, p. 89-91).

A menor charqueada do município era a São Gabriel, e também pertencia a uma tradicional família de estancieiros, aos Bicca. Fundada em 1921, seus proprietários instalaram em 1924 uma fábrica de sabão, como forma de aproveitar as graxas dos animais abatidos. Mas a charqueada São Gabriel fora arrendada sucessivamente para vários estancieiros, entre eles para Nabor Salgado, depois diretor em várias ocasiões da CRG, e deixou de funcionar no final dos anos de 1930 (Figueiredo, 1985, p. 91-92).

A última charqueada a ser construída no município foi a Charqueada Santo Antônio em 1929, por Antônio Coimbra Gonçalves e seus filhos, estancieiros no município. Construída próxima à estação ferroviária Bela Vista, teria proporcionado aumento populacional no vilarejo que se tornaria distrito de Tiaraju. Coimbra Gonçalves fora presidente do Clube Comercial entre 1919 e 1923, presidente do Sindicato Rural, e Prefeito entre 1938 e 1944. Pelos mesmos motivos das demais, a Charqueada Santo Antônio fechou definitivamente em 1941 (Figueiredo, 1985, p. 87-89).

A análise destas trajetórias é importante pelo o que elas traduzem das características dos charqueadores e dos motivos da resistência e permanência das charqueadas por tanto tempo no estado do Rio Grande do Sul. Os charqueadores também eram grandes proprietários de terra, não raro colecionavam altas patentes no Exército ou eram de linhagens de militares. Dificilmente uma grande linhagem de estancieiros não tivesse alianças com charqueadores, mesmo pelo estatuto do matrimônio. Eram estes indivíduos que possuíam um grande poder de pressão no Executivo Estadual, mas também, e talvez principalmente, dentro das entidades de representação dos estancieiros. Aí, aqueles que só fossem criadores, estavam em franca desvantagem pelos poucos recursos que poderiam mobilizar em termos monetários e também em termos de relações sociais e simbólicas.

Outras duas características são importantes. Os empreendimentos charqueadores, também não eram somente charqueadores, mas aí se associavam outras iniciativas de manufaturas, como atafonas e fábricas variadas, como de sabão, sapataria e tamancaria, curtume, lombilharias e investimentos variados em lavouras arroz, eucaliptos, etc. Mas, se tal característica dava aos charqueadores uma superioridade inigualável perto dos demais criadores, o modo de exploração da mão de obra lhe permitia também ampliar, até certo ponto, o grau de resistência à concorrência com os frigoríficos. Contudo, frente às redefinições de ordem legal e da legislação trabalhista a partir de 1931, exatamente esta característica, que lhe permitira até então certo grau de plasticidade, foi um dos motivos principais de sua extinção. Alguns apontamentos sobre tal processo serão abordados na próxima seção.

5. Apontamentos sobre a exploração da mão de obra nas charqueadas e a passagem à Cooperativa Rural Gabrielense

Infelizmente, pouco se conhece da dinâmica das relações sociais que se estabeleceram nas charqueadas após a abolição. No período escravocrata, que coincide com a localização da maior parte das charqueadas na região de Pelotas, há consenso na literatura especializada de que o trabalho era escravo, cujo número podia chegar a 80 indivíduos em cada estabelecimento charqueador (Cardoso, 2003; Zarth, 2002, entre outros). Mas não há bibliografia que aborde o período posterior. A fonte que conto para, minimamente, dar algumas indicações sobre as relações sociais de produção são os relatos de Figueiredo (1985) sobre o período. A abordagem do autor é realizada em tom saudosista e fracionada de acordo suas recordações pessoais, algumas com descrições realizadas em primeira pessoa de quem viu ou viveu tais situações. Mas a fraqueza das análises do autor também é o ponto forte para a análise sociológica de seus escritos, uma vez que elas possuem um caráter de relato pessoal de eventos passados, carregadas de uma carga moral e de valores própria das relações sociais de dominação e subordinação que o constituiu enquanto indivíduo. Tendo isso em vista, a análise que segue sobre as charqueadas é minha interpretação de seus relatos, em Figueiredo (1985, p. 86-112).

A construção de um estabelecimento charqueador previa a instalação em seus arredores dos trabalhadores que possuíssem família e dos trabalhadores solteiros, o que

acabava formando um povoado em volta de cada charqueada. Nesse povoado residiam também os *gerentes*, responsáveis pela administração em tudo o que envolvesse dinheiro, como a compra de insumos, pagamento de pessoal e faturamento do charque, residiam os *capatazes*, responsáveis pelas ordens aos *peões* em cada setor da charqueada. Os *peões* poderiam ou não ter família nesse povoado e trabalhavam no abate e beneficiamento da carne. Nesses povoados também havia igreja, armazém de comércio, onde se encontravam produtos de alimentação básicos como açúcar e sal, *bar* e cancha para corridas de cavalo nos finais de semana, posto policial, escola e, às vezes, posto telefônico. Em alguns casos, aí também havia “luxuosas residências, onde se respirava o ar da riqueza e a pomposidade da fortuna” dos estancieiros-charqueadores, com direito à piscina e quadras de tênis (Figueiredo, 1985, p. 86).

Os postos de trabalho dos *peões* na charqueada se dividiam em *peões matadores* e *carneadores*, responsáveis pela morte, retirada das vísceras, couro e ossos, e *peões charqueadores* que realizavam os cortes para que as tiras de carne fossem salgadas e, depois, levadas ao varal no exterior dos prédios para ficar ao sol durante determinado tempo e se tornar *charque*. Os *peões charqueadores* eram os trabalhadores mais bem pagos da charqueada e poderiam ser *emprestados* entre os *charqueadores* se em alguma charqueada houvesse a falta destes *peões* especializados. A falta de tal tipo de trabalhador especializado se acentuou depois que os frigoríficos começaram a produzir o charque e disputar o mercado com os charqueadores, pois drenou muitos deles para os modernos estabelecimentos industriais.

A forma de remuneração dos *peões* casados envolvia o direito de receber uma *casa*, sem precisar pagar aluguel, e uma *horta*, onde poderia plantar milho, feijão, mandioca e criar pequenos animais, como suínos, para consumo doméstico. Os *peões* solteiros moravam nas chamadas *quadras*, que eram pequenas instalações geminadas destinadas a um ou dois operários, e eram contratados na época da *safra*. Durante a *safra*, os *peões* e suas famílias tinham o direito de receber certa quantidade de partes dos animais não utilizadas na confecção do charque ou para beneficiamento no estabelecimento, como os rins, pulmões, fetos de animais abatidos, pescoço, costelas, estômago, ossos e restos de carne da coluna cervical e recortes de carne e charque não utilizados. A carne, o couro e as graxas eram os produtos com valor comercial e de interesse do *charqueador*. Se as partes

sem interesse comercial não fossem todas utilizadas pelas famílias dos trabalhadores, o charqueador poderia mandar distribuir na porteira da charqueada, onde famílias pobres já aguardavam, ou nos bairros pobres da cidade, como fazia o estancieiro-charqueador Antônio Coimbra Gonçalves, que fora prefeito municipal. Assim, época de matança era considerada *espantinho da fome*.

Nos períodos que não houvesse abates, os *peões* solteiros eram dispensados e as famílias dos operários que permaneciam nas intermediações das charqueadas poderiam receber uma porção de graxa, sal cavado e sobra de charque. A remuneração em dinheiro dos trabalhadores era diferenciada, sendo que os *peões carneadores* recebiam por animal abatido, desde que o couro retirado permanecesse íntegro, sem furos. A conferência dos couros era realizada pelo *capataz* da *cancha* de abate e se tivesse alguma imperfeição causada pela *faca* dos *carneadores*, eles não recebiam por aquela rés abatida. É bem provável que os *peões* solteiros fossem mais bem remunerados em dinheiro entre os *peões* e diminuísse a próximo de zero para aqueles com direito de receber *casa*, *horta* e partes de animais sem valor comercial ao charqueador. O número destes *peões* solteiros em cada charqueada devia depender da possibilidade de internalizar maior ou menor número de famílias nas áreas próximas e da disponibilidade maior ou menor de mão de obra especializada no sistema charqueador. O que interessa perceber é que estes *peões* solteiros, no caso de serem especializados, deviam representar uma sangria monetária ao charqueador que era preciso estancar com a concessão do direito a *casa*, *horta* e *carne* sem valor comercial, em resumo, à constituição de família aos *peões*.

As charqueadas encerravam, assim, um sistema de dominação que prendia, literalmente, pela boca e penhorava a alma daqueles que o “chicote da fome” alcançava. Escreve Figueiredo (1985, p. 103):

Com que alegria, não esqueço, aquela pobre gente esperava a passagem do veículo [que distribuía os restos de carne da charqueada nos bairros pobres da cidade]! Cada um *ganhava* o seu quinhão, para se retirar após, sorridente e *agradecido*. Era a época do fervido com pirão gordo de farinha de mandioca. Não poucas vezes, cheguei em casas que só tinham na mesa esse tipo de prato. E que substância! A gente comia esse prato de fervido carnosos e pirão de farinha mexido na própria gordura da carne e ficava farto, alimentado para o resto do dia. Que tempo! Que fartura de carne! A última das farturas populares da beira da cidade (os grifos são meus).

Nesse sistema, o charqueador não pode aparecer aos subordinados de outra forma que não como o provedor da subsistência dessas populações, cujo sentimento de *agradecimento* dificilmente será saldado. Se a descrição de Figueiredo for passível de merecer crédito, então se percebe que tanto a “carne” quanto a farinha de mandioca utilizados no preparo do principal alimento, o *pirão gordo de farinha de mandioca*, eram produzidos diretamente pela charqueada, no caso dos restos de carne e gordura, e pelas atafonas que próximas desta também eram instaladas pelo estancieiro-charqueador. Assim, a dominação personalizada se estendia para além das famílias subordinadas diretamente ao sistema de trabalho no estabelecimento, que aí recebiam *casa, horta, e restos de carne* em troca do trabalho nos negócios do estancieiro-charqueador, e envolvia sentimentos de dependência de todos aqueles que *ganhavam* a base de sua própria alimentação. É bem provável que este sentimento de dependência tenha sido investido como poder simbólico por Coimbra Gonçalves em sua eleição para prefeito.

Com o fim das charqueadas e o progressivo aproveitamento integral dos animais abatidos pela Cooperativa Rural Gabrielense, ocorreu uma transformação importante para ambos os agentes envolvidos. Agora, todos os derivados do animal abatido possuem valor comercial e encerrara-se a distribuição do que antes não interessava aos charqueadores. Se antes, comer carne não era privilégio de ninguém, mesmo que fosse *pirão* de farinha de mandioca com a gordura fervida dos ossos dos animais, agora a aquisição da carne se dava pela compra e se tornou um privilégio para poucos: “[...] agora nunca mais, nunca mais mesmo [...]” como se referiu uma moradora a Figueiredo (1985, p. 102), quando indagada sobre o consumo de carne. A possibilidade de consumo da carne passa a ser uma componente da distinção entre as classes sociais.

Portanto, pode-se entender o porquê da abordagem saudosista de Figueiredo e das declarações dos trabalhadores por ele ouvidos quanto ao período da existência das charqueadas. Entretanto, este também é um período de mudança do sistema de dominação em que coexistem o que Weber (1999) denomina de ‘dominação personalizada ou tradicional’, cuja legitimidade está baseada na tradição e disposições transmitidas pelo tempo, encontrando objetividade nas ordens emitidas pelos grandes proprietários de terra e nas respostas recíprocas dos subordinados, e desenvolvem-se rapidamente elementos de uma ‘dominação legal’, baseada em leis trabalhistas e sindicais acopladas a instituições

destinadas a garantir esse conjunto de regras formais. Isso significa a obtenção e legitimação de novos direitos, como o salário mínimo e o acesso à aposentadoria; como contra-argumentou um antigo trabalhador das charqueadas a Figueiredo (1985, p. 110): “Olhe, a vida de pobre no tempo das charqueadas nunca mais será igual; mas a de hoje não é tão ruim como fazem”, e, com a mão no bolso, retira e mostra ao autor um cartão do INPS. No momento em que a dominação legal se amplia por força de lei, ganha legitimidade e os mecanismos para garanti-la se difundem, reequilibram-se as relações entre os grupos e classes em distintas posições no espaço social.

Assim, o sistema de morada das charqueadas se desintegrou e a mão de obra empregada na CRG passou a viver em uma vila de operários construída pela prefeitura em 1966, chamada de Vila Dr. Dácio, em referência a Dácio de Assis Brasil. Tem-se, assim, a formação do operariado moderno, possuidor de sua própria pessoa, de sua força de trabalho para vendê-la a quem quiser, sem o peso das dívidas morais do sistema anterior, e de onde tirará todas as condições de sua subsistência. As exigências definidas a partir da legislação trabalhista de 1931, devem ter constituído a perda de uma das características de resistência das charqueadas frente aos frigoríficos: a exploração e dominação personalizada da mão de obra. Agora, manter a exploração da força de trabalho sob tais condições representava um risco que dificilmente poderia ser corrido. Por outro lado, adequar-se à legislação implicava em ser eliminado pela concorrência.

Mas, se mudaram as relações para os trabalhadores do sistema de industrialização da carne, alterou-se também a posição dos estancieiros no sistema de relações entre as classes dominantes no país. O charque era um artigo de consumo das classes populares e, como tal, um fator importante a determinar o custo de reprodução da mão de obra necessária às lavouras de exportação do Nordeste e Sudeste brasileiro. A carne frigorificada não se tornou um dos principais artigos de reprodução da força de trabalho das classes trabalhadoras no país, mas sim um artigo de consumo não-popular. Os estancieiros se libertaram das correntes que os amarravam ao mercado interno e da posição de fornecedores subsidiários às demais classes dominantes do Nordeste canavieiro e do Sudeste cafeeiro. Além disso, internamente, desapareceu a clivagem entre estancieiros-charqueadores e estancieiros-criadores, para serem todos apenas *estancieiros*

cooperativados ou não. Estes e outros significados das mudanças serão abordados na próxima seção.

6. Sobre a metamorfose estancieira

A eleição de Getúlio Vargas em 1928 representou a quebra da antiga aliança entre setores sociais até então dirigente do estado, combatida desde a Revolução de 1923. O fim daquela hegemonia se aprofundou com a formação do Bergs, pela crise de 1929 e a Revolução de 1930, em que ganhou novo status o setor industrial. A disputa entre estancieiros-charqueadores e estancieiros-criadores ganhou contornos dramáticos. A retração do mercado europeu para as carnes frigorificadas fez os frigoríficos entrar na produção do charque e os *saladeros* uruguaios a aumentar a concorrência pelo mercado brasileiro. Além disso, as classes dominantes do Nordeste canavieiro, também em crise devido à retração do mercado internacional para seus produtos, desferiram um importante golpe contra as classes estancieiras do Rio Grande do Sul com a liberação do comércio do charque para o Uruguai naquela região do país. O Bergs foi chamado para socorrer e financiar principalmente os charqueadores gaúchos na tentativa de controle da oferta do charque e não para o financiamento dos criadores. Foi somente com a quebra dos charqueadores que foi possível aos criadores empreenderem associações e cooperativas para industrializar seus próprios produtos, depois transformados em frigoríficos. É provável que o principal motivo do fim das charqueadas tenha sido, exatamente, a legislação trabalhista inaugurada com o Governo Provisório.

Assim, parece que teria que ser relativizada a afirmação de Love (1975, p. 261) quanto afirmou que um dos motivos dos gaúchos estarem mais bem preparados para a Revolução de 30 era de que “[...] dentre os grupos políticos liderantes [no país], os riograndenses eram os menos dependentes do sistema econômico internacional e, portanto, os menos arruinados por seu colapso”. O fato de não ter o comércio direto com o exterior do país não quer dizer que não tivesse sido atingido indiretamente pelo *chash* de 1929, além dos eventos subsequentes e, por isso, nem que fossem menos dependentes do comércio internacional. Se havia a impressão de que os gaúchos eram “os menos arruinados” pela crise internacional, estes motivos não podem ser buscados no funcionamento da economia estancieira *estrito senso*, como fora demonstrado. Talvez, o mais correto seria recorrer aos

processos de formação da elite estancieira riograndense e compreender os diferentes recursos acumulados em suas trajetórias sociais. Trata-se de uma elite que não é só estancieira-criadora, mas também charqueadora, militar, acumula capital escolar e outros tipos de investimentos. Quer dizer, trata-se de uma elite que é grande proprietária de terras, mas que também possui investimentos variados em outras atividades econômicas (charqueadas e fábricas de diferentes tipos junto às estas, em lavouras de arroz, etc.), além das graduações militares e escolares, como nas trajetórias analisadas na seção anterior.

Obviamente, essa morfologia da elite estancieira passou a repercutir dentro da entidade que pretendia lhe representar a partir de 1927. Até então a luta entre estancieiros-criadores e estancieiros-charqueadores se dava abertamente por meio de entidades e movimentos políticos diferentes, sendo que estas contradições foram internalizadas na formação oficial da FARSUL. Com o fim da atividade charqueadora exercida por estancieiros privados, a principal distinção no âmbito da atividade pecuarista desapareceu. Agora todos se tornaram estancieiros-criadores, cooperativados ou não.

É muito interessante perceber que o quê se passa com os estancieiros no Rio Grande do Sul é exatamente o contrário do que se passa com os *senhores-de-engenho* no Nordeste, quase no mesmo período. Lá, a modernização tecnológica do beneficiamento da cana de açúcar promoveu a distinção entre *usineiros* e *fornecedores*, em que os últimos ainda poderiam conservar-se como produtores de rapadura e aguardente, mas numa posição reconhecidamente subalterna. Os *senhores-de-engenho* que não se modernizaram em *usineiros* viram sua marginalidade reforçada pelas subvenções públicas com a criação do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) a partir de 1933. No Rio Grande do Sul, ao contrário, o fim das distinções no seio da classe estancieira foi reforçada com a criação do Instituto Riograndense de Carnes, sendo tábua de salvação aos próprios charqueadores moribundos. As diferenças vão além, pois enquanto que o declínio dos *senhores-de-engenho* se acentuou entre 1950 e 1980, “[...] de uma forma sem precedentes até então” (Garcia Jr., 1989, p. 72), é exatamente nesse período que os estancieiros saem da crise enfrentada nas décadas anteriores, como se argumentará nos próximos Capítulos.

O período que antecede a década de 1940 é cheio de significados em termos das alternativas postas em análise pela elite estancieira. A saída cooperativada não foi a única imaginada, mas uma entre outras que foram mais ou menos testadas e acabou por se afirmar

ao longo dos anos, especialmente pelo reaquecimento da demanda de charque e carne frigorificada. O que parece ter ocorrido entre o final da década de 1920 e 1930 foi uma crise de reprodução da classe dominante enquanto classe dominante não só em termos de queda dos padrões de consumo, mas de reprodução da posição social enquanto grande proprietário fundiário baseado na pecuária. Se uma das alternativas à saída da crise enfrentada pelos *senhores-de-engenho* ou pelos cafeicultores na região das antigas plantações de café era a expulsão de *moradores* e dos *intrusos* e transformação das lavouras em pastagem com a introdução da pecuária, no Rio Grande do Sul nem mesmo a aposta por aumentar a produtividade do trabalho a custo de menores dispêndios monetários, aumentando assim o rendimento líquido por unidade de área, se tornara uma saída segura aos estancieiros. Aliás, era exatamente essa estratégia de exploração da força de trabalho que estava sendo questionada pela compressão do preço do gado; a extração do sobretrabalho por esse meio não remunerava mais adequadamente as elites estancieiras.

Nessa conjuntura, ao que tudo indica, como se analisará com maiores detalhes no Capítulo VI, se seguiu uma pauperização absoluta da força de trabalho, pois a tendência do *Senhor* em tempos de crise em aumentar a parcela de terra de seus subordinados e diminuir os gastos monetários no caso de domínios agrícolas, parece se desenvolver com uma importante variação no caso dos domínios de pecuária extensiva. A estratégia do primeiro caso visa assegurar as famílias em seus domínios pela possibilidade a elas concedida de produzir e comercializar um *plus* a mais de produtos. No caso de melhorar as condições de troca mercantil para o *senhor*, processa-se a diminuição das parcelas de seus subordinados e há a tendência de aumentar a remuneração em moeda – é isso que ocorre tanto no caso da relação de *morada* no Nordeste, quanto no *colonato* no Sudeste ou nos domínios feudais poloneses dos séculos XVI-XVIII (Kula, 1979). Mas na economia de pecuária extensiva é muito fácil de haver excesso de oferta de força de trabalho, pois não é o trabalho familiar que se requer, mas sim o é somente do homem solteiro, quando muito o das mulheres nos serviços da *casa-grande*. Nesse contexto, é mais fácil que haja a expulsão de famílias do domínio pecuarista, que representavam mais uma reserva de guerreiros ao estancieiro do que reserva de força de trabalho, do que aumentar suas parcelas. Numa economia em que está bloqueada a possibilidade de migração para o trabalho industrial devido à concorrência dos trabalhadores das regiões coloniais, é a “servidão” pela comida o caminho mais

provável dos trabalhadores na economia pecuarista extensiva – não é atoa que o roubo de gado se torna endêmico na Campanha neste período (Palm e Konrad, 2009). A não ser que a remuneração com a atividade pecuarista seja considerada tão baixa pelos grandes proprietários de terra que o próprio sistema seja colocado em questão por eles próprios, passando a considerar novos modelos de dominação do trabalho e produção.

De todo modo, as experiências de charqueadas cooperativadas permitiram repassar aos criadores as margens de lucro antes retidas pelos charqueadores. Quando o Governo Federal expediu a Legislação Trabalhista e, depois, a Legislação Sanitária, à qual todos os estabelecimentos de carne salgada deveriam se adequar, acabou por condenar os charqueadores privados ainda existentes. Logo após a criação das cooperativas se processou um aumento dos preços do charque e carne no mercado, afirmando o caminho cooperativista. A criação do Instituto de Carnes e a ação do Estado completaram o que faltava para a metamorfose estancieira. Neste aspecto as classes dominantes se assemelham todas. O Estado sempre fora chamado para subsidiar seus domínios econômicos direta e renovadamente com a constituição de “instituições públicas apoiadas no Tesouro Nacional, servindo de instrumento de conservação/reconversão de uma fração da classe dominante” (Garcia Jr., 1989, p. 227). A conclusão de Garcia Jr. serve tanto para o caso que ele estudou, quanto para os cafeicultores do Sudeste ou, substituindo-se a palavra “Tesouro Nacional” por “Tesouro Estadual”, os estancieiros no Rio Grande do Sul. A diferença de fonte de recursos expressa a posição subalterna das elites agrárias do estado no contexto das elites nacionais, ao menos neste período. Foi no âmbito local que as elites gaúchas trataram de fazer o Estado socorrê-las, por isso tivemos um Instituto Riograndense de Carnes e não um Instituto Brasileiro de Carnes.

Com o financiamento público para a transformação das charqueadas-cooperativadas para os frigoríficos-cooperativados, não houve somente uma simples passagem da produção do ‘charque’ para a ‘carne’, mas junto com ela teve a transformação de natureza da classe estancieira. A carne de bovino, mais que a carne de suíno ou frango, é um artigo que às vezes, “muito raramente”, está presente na dieta das classes trabalhadoras, como percebeu Stolcke (1986, p. 314) no caso dos trabalhadores saídos do sistema de *colonato*, com o fim deste a partir de 1960. Se o que os estancieiros colocam no mercado não faz mais parte do cálculo do custo da força de trabalho (antes da carne de bovino estará, certamente, o frango

ou o suíno, produzidos, aliás, em sua maior parte por pequenos proprietários) então eles se tornaram libertos da submissão imposta por outras frações da classe dominante que precisam garantir uma ‘cesta de produtos’ barata para o aumento da extração de mais-valia de seus explorados via compressão do salário. Os estancieiros passam a ofertar no mercado artigos de consumo de luxo.

Portanto, há uma reclassificação social da elite estancieira “para cima” nesse período histórico. Mas se esta reclassificação é econômica, dada não somente pela valorização do gado, mas devido à mudança de natureza quanto à inserção nos mercados, ela também é política. É a partir de então que os nomes de gaúchos passam a ocupar os principais postos de comando da política brasileira, indo da Revolução de 30 ao final do período militar (Love, 1975). São elites da periferia do sistema econômico nacional, como aquelas que vêm do Nordeste (Garcia Jr., 2007), que vão empunhar bandeiras da modernização do país. Este parece ser um dos casos em que a construção do mundo moderno recebe a influência decisiva das elites vindas do rural, como analisado por Moore Jr. (1983) nos maiores países do mundo quando fizeram a passagem de sociedades agrárias a industriais, notadamente Alemanha e Japão – conseguem controlar a transição para a uma sociedade industrial sem se contrapor a ela e nem deixar de estimulá-la, nem tampouco perdem o controle do campo. Essa dinâmica de ocupação de postos e cargos na política nacional e na burocracia do Estado pode ser percebida pelo exame das trajetórias dos integrantes das linhagens consideradas nesta tese, objeto de análise no Capítulo V.

Capítulo IV. Propriedade da terra e espaço de distinção social

*A sociologia do menino era cristalina:
Os ricos moravam nas ruas e praças principais
Os remediados nas ruas transversais
Os pobres no Barro Preto, na Sibéria e no Purgatório
Os negros conheciam seu lugar
As coisas tinham sido, eram e sempre seriam assim
Porque essa era a vontade de Deus.
Amém!*
Érico Veríssimo, *O Tempo e o Vento, o arquipélago I*, p. 5

Neste Capítulo analisa-se a concentração da posse e propriedade da terra e as principais características do espaço de distinção social que a grande propriedade fundiária encadeia. Tal relação está diretamente ligada às possibilidades de participação em determinados clubes sociais, da disposição de tempo para a participação de outras atividades que não aquelas estritamente relacionadas ao “mundo da produção econômica” e também ao acesso de um conjunto de bens relativos às posições sociais. A estrutura da distribuição fundiária é tomada como um indicativo das características da formação socioeconômica estancieira, que encadeia possibilidades de acúmulo de outros recursos, como econômicos, escolares, de relações sociais e prestígio entre os agentes sociais estabelecidos; em uma palavra, de poder simbólico.

A concentração da posse e da propriedade fundiária é considerada com base nos dados censitários desde 1940 a 2006 e dados do Cadastro do INCRA. Por hora, esta análise será restrita a demonstrar a relativa estabilidade do alto grau de concentração de ativos fundiários durante todo o período analisado. Não se ignora que a entrada de novos agentes sociais proprietários de terras, como empresas e colonos das regiões de colonização italiana e alemã, complexifica não somente as percepções dos distintos agentes sociais sobre as hierarquias e sentimentos de localização social, mas também sobre o modo de pensar a própria produção e uso da terra. Esta perspectiva mais detalhada das contradições no espaço social será abordada no Capítulo IX, em que se considera o período da década de 1990, no qual se asseveram as trajetórias descendentes dos estancieiros, devido a crise do preço dos gados, e, por outro lado, ganha velocidade as trajetórias ascendentes dos filhos de colonos e pequenos proprietários, além de que se modificam os modos de mobilização da força de

trabalho. Portanto, neste Capítulo, não se analisam as alterações que se processaram em termos da hierarquia no espaço social a partir, principalmente, da década de 1990, por mais que eles sejam apontados.

De outro modo, busca-se discutir as estratégias de acúmulo de recursos, principalmente fundiários, num período de alta dos preços pagos aos gados. Pode-se ver na Tabela 1 e no Gráfico 1, que os preços pagos ao produtor seguem uma dinâmica de altos preços reais até 1990, considerando-se o período posterior. A Tabela 1 apresenta as relações entre o ‘Índice de Preços do Boi Vivo’ pago ao produtor, o ‘Índice Geral de Preços’ e o ‘Índice de Preços da Lavoura’ no período entre 1950 e 1966.

Tabela 1. Relação das trocas monetárias favoráveis aos estancieiros – Índices de preços, 1950-1966

Anos	Índice de Preços do Boi Vivo (A)	Índice Geral de Preços – ou do Custo de Vida (B)	Índices de Preços da Lavoura (C)	A/B	A/C
1950	100	100	100	1	1
1951	130	110	100	0,85	0,77
1952	137	122	154	0,89	1,12
1953	174	137	185	0,79	1,06
1954	241	204	223	0,85	0,93
1955	315	245	269	0,78	0,85
1956	361	296	338	0,82	0,94
1957	389	332	377	0,85	0,97
1958	407	366	438	0,90	1,08
1959	648	449	585	0,69	0,90
1960	1.289	590	769	0,46	0,60
1961	1.575	759	923	0,48	0,59
1962	2.418	1.119	1.762	0,46	0,73
1963	3.700	1.999	2.708	0,54	0,73
1964	6.519	3.695	6.015	0,57	0,92
1965	11.000	5.708	8.277	0,52	0,75
1966	16.148	9.160	14.431	0,57	0,89

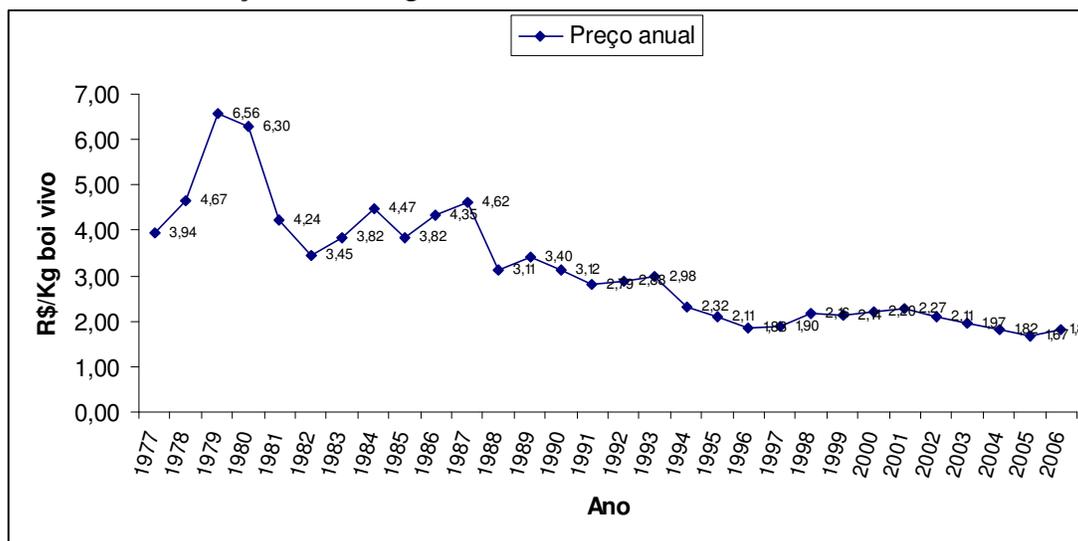
Fonte: Banco Nacional do Comércio (1968, p. 250-251).

Pode-se visualizar que o Índice de Preços do Boi Vivo, portanto do principal produto comercial vendido pelo estancieiro, é superior ao Índice Geral de Preços durante todo o intervalo considerado, com destaque para a excepcional diferença dos termos de troca a partir dos anos de 1960, em que o índice pago aos estancieiros permanece na casa dos 50% superior em todos os anos até o final da série. A tendência de aumento dos preços pagos ao produtor ocorria desde o final da década de 1930, como se evidenciou no Capítulo

anterior. Em algum momento entre o final da década de 1930 e início de 1940, as relações de troca tornaram-se favoráveis aos estancieiros, ampliando-se enormemente nos anos seguintes, muito acima, portanto, dos níveis médios de inflação do período. A comparação com o Índice de Preços da Lavoura, ou seja, dos preços pagos aos agricultores, serve para perceber que a atividade da pecuária de corte valorizou mais que os cereais das lavouras comerciais (em especial o arroz, a soja, trigo e milho), a não ser os preços praticados em 1952, 1953 e 1958, nos quais as diferenças de valorização são pequenas em favor destes últimos. A pecuária valoriza mais que as atividades agrícolas mesmo a partir dos anos de 1960, quando o Governo Federal lança uma série de políticas de incentivo à produção do arroz, trigo e a soja, alcançando o auge com o lançamento do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que disponibilizou empréstimos bancários a juros reais negativos (Delgado, 1985).¹¹²

O Gráfico 1 apresenta o comparativo dos preços reais pagos ao produtor pelo Kg do boi vivo no intervalo entre 1977 e 2006 para o estado do Rio Grande do Sul. Os valores sofreram as devidas correções monetárias referentes aos diferentes planos econômicos do período, atualizados para o Real, sendo deflacionados para dezembro de 2006 pelo Índice Geral de Preços (IGP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Gráfico 1. Preços em R\$/Kg do boi vivo entre 1977 e 2006



Fonte: Viana et al. (2009, p. 1113); os autores trabalharam com dados da Emater/RS.

¹¹² Accurso et al. (1965, p. 63), com base em outras fontes, também calcularam a relação entre o Índice de Preços do Boi Vivo, o Índice Geral de Preços e o Índice de Preços da Lavoura no período de 1949 e 1960, indicando as mesmas tendências do estudo do Banco Nacional do Comércio, citado na Tabela 1. Contudo, as relações são ainda mais favoráveis aos estancieiros do que no estudo do Banco, em todos os anos analisados.

No intervalo apresentado no Gráfico, os maiores preços pelo kg do boi vivo pago ao produtor foi entre o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, quando os maiores preços são praticados em 1979 e 1980, com R\$ 6,56 e R\$ 6,30. A década de 1980 apresentou uma oscilação de preços cujos menores valores praticados foram de R\$ 3,45 em 1982 a R\$ 3,40 em 1989, a partir do qual o ritmo de queda se aprofunda, em que os preços tendem a se estabilizar entre R\$ 2,32 em 1995, e R\$ 1,67 em 2005. A partir dos primeiros anos de 1990 ocorre uma estabilização dos preços pagos ao criador, coincidindo com a extinção do Instituto de Carnes em 1991, que buscava controlar a oferta da carne e aumentar o preço aos criadores. A ação do Instituto parece ficar nítida em forçar o aumento dos preços nas ocasiões de baixa, constituindo um mecanismo de transferência de renda social aos estancieiros. Não foi possível estabelecer as séries de preços no intervalo de 1966 e 1976, mas tendo em vista as informações da Tabela 1 e do Gráfico 1, além do fato de que em tal período o Instituto de Carnes estava em pleno funcionamento, a valorização dos preços pagos ao produtor devem ter seguido as dinâmicas de alta indicadas.

A análise que segue compreende este período de altos preços pagos pelos gados, em que se procura evidenciar as características distintivas do espaço social e, especialmente, as estratégias de acúmulo de recursos fundiários, passíveis de serem investidos em capitais escolares e de relações sociais.¹¹³ Assim, também não se trata da análise das estratégias de ocupação econômica nos domínios, objeto de análise nos Capítulos VII e VIII. Deste modo, este Capítulo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira se analisam as principais hierarquias do espaço social e as distinções objetivas na participação em clubes sociais, na prática de esportes, no acesso a bens e outros. Trata-se de um “sobrevoo” da configuração social no sentido de perceber elementos de uma caracterização em termos das distâncias relativas entre as posições sociais. Na segunda seção analisa-se a concentração da posse e propriedade da terra, que são lidas como distintos momentos parciais das relações de força entre os agentes sociais. Na terceira seção procura-se afinar a análise sobre a propriedade da terra a partir dos dados do Cadastro do INCRA, além das estratégias de aumento dos capitais fundiários por parte das elites estancieiras. Na quarta

¹¹³ Os investimentos em títulos escolares e as estratégias de conservação e aumento do capital social das famílias serão analisados no Capítulo V.

seção discutem-se os principais efeitos desta estratégia da elite estancieira sobre o espaço social do Rio Grande Sul, em especial as regiões de colonização.

1. Concentração da propriedade e distinções sociais

Independentemente de qual estratégia de exploração for levada a cabo nos domínios, as hierarquias sociais estão diretamente ligadas ao tamanho das posses de terra. Na economia estancieira criatória extensiva, quanto maior a produtividade do trabalho por área explorada, ou seja, quanto maior a extensão de terras sob o cuidado de cada trabalhador, maior o estoque de gados a disposição do estancieiro para manter ou aumentar os padrões de consumo de sua família. Da mesma forma, maiores são as possibilidades de dar uso diferenciado às terras e aumentar as receitas, de modo que, por exemplo, um clube ou associação cultural pode ser formada justamente em momentos de maior diminuição dos preços de bovinos, conferindo relevo ao restrito grupo de fundadores.

Em se tratando das posições dominantes no espaço social estancieiro, há um estilo de vida a ser reproduzido, cuja distinção se dá pela possibilidade de utilizar o tempo principalmente com situações que não ligadas ao econômico. Ou seja, viver do próprio trabalho ou do trabalho de outrem nas questões da estância está na base de uma distinção social que divide o espaço social e atribui aos primeiros o rótulo de *gaúchos*. *Gaúcho* neste espaço social significa aquele indivíduo ou os integrantes de uma família que são obrigados a trabalhar em suas terras ou em propriedade alheia, sob as ordens de outra pessoa, para prover a própria subsistência. Uma variação é o termo *gauchinho* que designa especificamente os *peões* de estância, mas que pode ser utilizado em diferentes contextos sociais com significado pejorativo. O termo que designa os *peões* é no diminutivo e expressa a posição mais subordinada no espaço social. Um *senhor* de terras, proprietário de estância(s), pode trabalhar diretamente em suas posses dando ordens aos seus subordinados, mas a qualificação de *gaúcho* ou *gauchinho* é restrita àqueles. O uso da palavra *gaúcho* pela elite estancieira como categoria política de *nós*, se dá em jogos sociais externos à economia estancieira, como nas lutas reivindicativas ao Governo Federal e em enfrentamentos com outras elites.

Além disso, a partir de 1950, novos agentes sociais começaram a se fazer presentes neste espaço. O arrendamento de áreas para o plantio de arroz, trigo e soja no município se

tornara uma opção para descendentes de italianos e alemães das colônias próximas à Depressão Central do estado. *Colono* ou *gringo*, como designações identificadoras deste novo sujeito social, constitui outro recorte não somente em termos de localizações objetivas nas relações sociais de produção, mas, sobretudo, é um novo estilo e modo de ver e se ver no mundo que aí passa a se expressar. Não prezar ou não poder manter vida social ativa no centro urbano do município e o fato de que toda a família trabalhava na exploração constituía elementos de definição das distâncias sociais em relação às posições dominantes.¹¹⁴

Assim, o uso do tempo ou a possibilidade de uso do tempo com as questões do espírito - pintura, música, poesia, esportes, política – é designativa de distinção social dos *senhores de terra*. Em 1940, São Gabriel, então com 35.849 habitantes, tinha 8 associações literárias e artísticas, 8 entidades esportivas, dois teatros e dois clubes sociais, o Caixeiral e o Comercial. Somente naquele ano foram realizados 53 torneios de tênis e polo no município e região da Campanha. Entre os clubes sociais, o Caixeiral é o mais antigo, fundado em 1895, reunia grandes proprietários de distintas facções políticas, comerciantes e funcionários públicos. O Clube Comercial nasce em 1914 como ‘Casino Gabrielense’, com apenas 54 sócios, depois muda de nome em 1931. Noticiando com grande entusiasmo a fundação de um “Clube dos Aristocratas” em Nova York, EUA, em 1936, a imprensa local renomeou o Clube Comercial para “Aristocrata Clube Comercial de São Gabriel”.¹¹⁵ A associação neste clube era restrita aos grandes proprietários rurais, altos funcionários do Estado e a militares cujas patentes fossem superiores ou igual às de tenente. Em 1940, O Aristocrata Clube Comercial inaugurou uma ampla sede no centro da cidade, de frente para a praça e ao lado do prédio da igreja católica local; dentre os bailes organizados pela elite local, o mais importante era o ‘Baile das Nações’, no qual as mulheres vestiam a roupa típica de algum país do globo terrestre e os homens vestiam ternos de gala. Nos carnavais no referido clube ou na rua da praça central do município, os homens vestiam-se com ternos de gala e as mulheres com roupas confeccionadas no Rio de Janeiro. Ademais, em 1940, São Gabriel apresentava 2 conservatórios de música, sendo um particular e outro

¹¹⁴ Como já assinalado, as contradições que o espaço social expressa entre estes agentes sociais ganham maior expressão quando a elite estancieira entra em crise devido ao baixo preço dos gados a partir da década de 1990. Estas questões serão analisadas no último capítulo desta tese.

¹¹⁵ Ver as edições do jornal *O Imparcial* de 18 e 31 de outubro de 1936.

mantido pela prefeitura, 3 entidades beneficentes e 2 lojas maçônicas. Em 1941, fora fundado o Aéreo Clube e a aquisição de aeronaves particulares pelos maiores estancieiros passou a fazer parte de seus estilos de vida a partir de então (Pimentel, 1941; Silva, 1963) – olhar o registro fotográfico no Anexo B: pontos 1, 2 e 3.

Um dos eventos mais importantes de comemoração da distinção social era a feira de Exposições Rurais. As primeiras Exposições foram realizadas em 1920 e 1921, depois só reativadas a partir de 1937, com edições anuais a partir de então. Estas Exposições tinham a duração de três dias, em que os principais pecuaristas mostravam o que de melhor criavam em suas estâncias. Mas as principais situações de comemoração das distinções sociais ocorriam à noite, devido às festas realizadas. Pelo menos a partir da década de 1960, para cada dia da Exposição seguia um tipo diferente de baile: um baile de gala, um baile à fantasia e um baile esporte.¹¹⁶ Os vestidos ou eram feitos sob medida por costureiras de Bagé ou eram encomendados diretamente do Rio de Janeiro.

Em 1941 havia três agências bancárias, uma do Bergs – banco que, posteriormente, foi renomeado como Banrisul - e outras duas do Banco Nacional do Comércio e Banco da Província. Em 1963, outras quatro instituições bancárias também instalaram filiais no município: o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Agrícola Mercantil e o Banco Militar Brasileiro. No mesmo ano, havia dois teatros com capacidade de 1.100 lugares, e dois cinemas com capacidade para 1.500 espectadores (Pimentel, 1941; Silva, 1963). Nas décadas de 1970 e 1980, vários cantores nacionais da MPB, como Roberto Carlos, fizeram shows na cidade.¹¹⁷ Em 1959, para comemorar o centenário da cidade, a prefeitura municipal publicara um livro com 69 poemas e prosas de 37 autores do município.¹¹⁸ Desde a década de 1940, duas companhias aéreas, a VARIG e a SAVAG, realizavam voos semanais para cidades da fronteira, capital do estado, São Paulo e Rio de Janeiro.¹¹⁹ Em 1970, fora construída a BR 290, que ligou Uruguaiana, Alegrete e São

¹¹⁶ As mulheres que entrevistei não souberam me confirmar a ordem dos bailes, mas este era um dos primeiros aspectos por elas lembrado quando passavam a relatar suas experiências nas décadas de 1970 e 1980.

¹¹⁷ As fotografias dos diversos shows podem ser vistas nos arquivos pessoais das famílias entrevistadas; também podem ser vistas no ‘Tim Bar’, localizado na rua Dr. Mauricio, entre as ruas Barão de São Gabriel e Cel. Sezefredo.

¹¹⁸ Ver PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. Florilégio de Poetas e Proseadores de São Gabriel: “Atenas Riograndese”. Porto Alegre: Pão dos Pobres, 1959.

¹¹⁹ De acordo com os anúncios semanais realizados no jornal *O Imparcial* de 1949, os voos da Varig seguiam o seguinte cronograma: Horários de inverno: 2º e 5º feiras às 9h voos para Porto Alegre, baldeando para Rio

Gabriel a Porto Alegre, diminuindo o tempo de deslocamento por terra para a capital do estado. Na mesma década, o transporte ferroviário foi desativado.

Como na atividade estancieira criatória extensiva não é necessária a presença ininterrupta do *estancieiro* no comando das ordens aos *peões*, sendo realizada pelo *capataz*, tornava-se comum aos grandes proprietários passar uma temporada, especialmente o período do inverno, em Porto Alegre ou Rio de Janeiro, retornando para a estância no período do verão. Ou, então, aumentar sua presença nos assuntos da política da cidade, dos clubes, da vida intelectual ou dos esportes. A posse de casa na cidade de São Gabriel, ou apartamento em Porto Alegre ou no Rio de Janeiro permitia que a presença da família do estancieiro na estância ocorresse apenas nas férias escolares. Das 6 linhagens de estancieiros pesquisadas nesta tese, todas as famílias entrevistadas relataram possuir ou já terem possuído moradia em Porto Alegre ou Rio de Janeiro, lá permanecendo parte do ano.¹²⁰ Medeiros (1969, p. 12) registrara situações em que os *capatazes* assumiam todas as funções de mando na estância, inclusive a compra e venda de animais, depois da autorização dos patrões.

de Janeiro e São Paulo. 3° e sábados às 14h voos para Porto Alegre, com escala em Cachoeira do Sul. Às 6° feiras, voo para Uruguaiana, com escala em Alegrete. Horários de verão: 2° e 5° às 9h voos para Porto Alegre, baldeando para Rio de Janeiro e São Paulo. 3° e sábados às 14h voos para Porto Alegre, com escala em Cachoeira do Sul. 4° e 6° feiras às 14h voos para Uruguaiana com escala em Alegrete.

¹²⁰ Os Cadastros Rurais do SNCR do INCRA dos anos de 1965, 1972, 1978 e o cadastro informatizado a partir da década de 1990, perguntaram sobre o 'local de residência do proprietário(a)'. Entre os formulários pesquisados, 52 proprietários haviam respondido esta pergunta em 1965, 110 proprietários responderam no cadastro de 1972, 77 proprietários responderam no cadastro de 1978, 48 proprietários no cadastro de 1990, e 77 proprietários responderam para o cadastro atualizado para outubro de 2011. Na análise das respostas, duas tendências chamam a atenção: a) o aumento progressivo de proprietários que declararam morar fora do município de São Gabriel, correspondendo a 11,54% em 1965, 19,09% em 1972, 25,97% em 1978, 27,08% em 1990, e 36,36% em 2011; b) a queda do número de respostas dos proprietários que declararam morar 'no imóvel', mas não de forma progressiva durante o período analisado, sendo que ocorre um aumento em 1972, baixando a partir de então: os índices são 21,15% em 1965, 30,91% em 1972, 22,08% em 1978, 8,33% em 1990, e, para 2011, não houve nenhuma resposta. A partir de 1990, o cadastro registrou qual município era declarado como de residência, no caso de não morar em São Gabriel: em 1990, do total das respostas para residência fora de São Gabriel, 16,67% apontaram Porto Alegre, 2,08% Rio de Janeiro ou São Paulo, 2,08% Bagé, 2,08% Santa Maria e 4,17% outros municípios do Rio Grande do Sul; em 2011, as respostas apontaram 14,29% em Porto Alegre, 2,6% em Rio de Janeiro ou São Paulo, 5,19% em Bagé, 9,09% em Santa Maria, 5,19% em outros municípios do Rio Grande do Sul. Além das opções de 'residência no imóvel' e 'residência noutro município', os questionários também perguntaram se o proprietário 'residia no município, mas fora do imóvel', nesta opção as respostas correspondem a 67,31% em 1965, 50% em 1972, 51,95% em 1978, 64,58% em 1990, e 63,64% em 2011. A rigor, nesse caso, uma determinada resposta não exclui a existência de moradia do proprietário e sua família noutra condição, apenas indica, possivelmente, a moradia considerada principal; por exemplo, a inexistência de resposta para moradia 'no imóvel' no Cadastro de 2011, não quer dizer que os proprietários não residam em tempo parcial em suas propriedades, apenas indica que a moradia principal ou é 'noutro município' ou que é 'fora do imóvel', provavelmente em área urbana.

A citação meio desordenada de situações, entidades e estilos acima, ganha ordenação no fato de que são traços distintivos que agem como sistemas de diferenças e distâncias diferenciais entre as distintas posições no espaço social. Eles exprimem as mais fundamentais diferenças neste universo social que possui sua base na posse da propriedade da terra e se entrelaça com o acúmulo de capital cultural, capital social e capital simbólico. A distinção encontra-se objetivamente inscrita em cada baile, no vestido importado ou feito sobmedida, nas aulas de música ou associação literária, nas viagens de avião, na atividade política, etc., e internalizada nos corpos das pessoas como sistema simbólico que classifica e legitima as divisões no mundo social. Mas este estilo de vida e os gostos recíprocos como condição situada em determinada posição no espaço social, numa conjuntura de valorização das condições de troca em benefício do estancieiro, tomam ainda mais relevo quando analisado em relação a outras posições no espaço social, tendo por base a distribuição da propriedade fundiária.

Para esse efeito metodológico, a entrevista realizada com dona Inês sobre a história de sua família, é reveladora das homologias entre posição social e estilos de vida, além das afinidades eletivas do espaço social em estudo. A entrevista com Dona Inês ocorreu no interior do município, no antigo Rincão dos Bandeiras, onde ela e seu marido, já falecido, tiveram um pequeno comércio, hoje praticamente desativado. Dona Inês nasceu em fevereiro de 1934, a oitava de um total de doze irmãos, seis homens e seis mulheres, na localidade chamada de Rincão de Santa Catarina, segundo suas palavras, “na beira de um banhado”, em São Gabriel. A família tinha “um campinho” de quatro quadras de campo (equivalente a 328 ha). Aí todos os filhos trabalhavam, “sempre na terra”, criavam gado e plantavam milho para realizar as trocas monetárias necessárias para família adquirir a “manutenção” para a casa: tecidos, açúcar, sal, etc. Os que mais estudaram, o fizeram até a 5ª série em uma escola da região. Assim que os irmãos homens foram casando, instalaram suas novas casas na propriedade paterna. O milho para ser vendido na cidade era enviado por carroça de boi, depois de retirado a parte para a alimentação dos animais e para se fazer farinha para consumo da família. Até por volta da década de 1960, o trigo e o arroz eram produzidos somente para o consumo da casa, assim como a plantação de mandioca, da qual se fazia farinha e polvilho. Também criavam galinhas e suínos para o consumo da casa. Os bovinos serviam para se fazer as ‘juntas de boi’ que puxavam o arado e os carros de boi, e,

em cada entrada de inverno, carneavam-se duas reses para fazer charque, faziam queijo e uma parte dos animais era destinada para venda. Certos comerciantes realizavam excursões no interior do município com mercadorias sobre burros, em jacás, dos quais sua família comprava “as fazendas e panos”, sendo costurados pelas mulheres. Quando o trigo e o arroz começaram a “ter valor”, alguns de seus irmãos expandiram as plantações na propriedade do pai, “tudo com a ajuda das juntas de boi” e depois “arrendaram mais campos” para plantar. Seu marido, com quem casou em 1957, também havia arrendado um “pedaço” para plantar milho nas terras de um estancieiro, mas foi com a abertura de “uma venda” no Rincão dos Bandeiras, de onde o marido vinha, que o casal passou a ganhar a vida. De acordo com Dona Inês, em cada Rincão se faziam bailes com certa frequência. Mas não era qualquer um que podia participar, pois “as famílias eram classificadas e se tiravam os negros, os bêbados e os que tivessem um vício ruim”; os demais recebiam o convite se fossem conhecidos. Os moços se vestiam com bombachas, botas e lenço: “todos se vestiam assim”. Outra atividade que se fazia nos finais de semana eram as “carreiras de cavalo”, sendo que havia uma “canha de carreira” na propriedade de seu pai. As “carreiras” são competições entre cavaleiros para ver qual cavalo é o mais veloz.

Estes dois exemplos (ou situações) significam as localizações dos indivíduos no espaço social, determinadas, fundamentalmente, pelo capital fundiário de que dispõem. Pode-se dizer que representam um determinado estado do volume de distintos capitais acumulados pelos agentes e que conforma as diferentes homologias em cada posição social. Todo o sistema de posições, neste caso, poderia ser resumido pelos esportes praticados, tênis e polo, no primeiro caso, e ‘carreira de cavalos’ no segundo caso. Ou então pelos clubes e estilos de bailes nos quais as pessoas participam. Assim, não é de se estranhar o fato de que das 16 entrevistas realizadas com estancieiros, todos proprietários acima de 600 hectares, apenas um deles tenha respondido que participava de um dos oito Centros de Tradições Gaúchas (CTG’s) do município. As respostas dos demais trataram de afirmar categoricamente que não participavam de nenhum dos CTG’s e se reportavam aos indivíduos que os frequentavam como *eles*, em oposição a *nós*. Os trajés e os bailes dos CTG’s reproduzem o estilo descrito por Dona Inês. Portanto, estamos longe de representar a elite estancieira como vestida em bombachas, botas e lenço, mas sim muito mais próximo do fraque, do *smoking* e do terno e gravata. As entidades mais citadas nas entrevistas foram

o Clube Comercial, hoje em franco declínio, Rotary Club e entidades assistenciais como a Liga das Mulheres de Combate ao Câncer. São trajetórias, disposições sociais e *habitus* ajustados a posições definidas relacionalmente na estrutura deste espaço de relações objetivas que traduz as relações de poder que se encontram no princípio das distribuições dos diferentes recursos valorizados. Mais precisamente, trata-se de um sistema de relações que exprime um estado de relações de força entre os agentes, grupos e classes de agentes que são expressos pelos gostos e disposições ajustadas em cada posição.

2. Sobre a estrutura da posse da terra

Como o capital fundiário é base da maior parte das distinções neste espaço, o Quadro 1 tem a vantagem de apresentar a distribuição deste capital e o campo das possíveis localizações dos agentes, como corte sincrônico em cada período de tempo. Neste Quadro, que mostra as porcentagens de estabelecimentos rurais em cada categoria e a área concentrada em cada caso, além dos números absolutos, desde os anos de 1940 a 2006, não é simplesmente o grau de concentração da propriedade da terra que está nele representado. Fundamentalmente, representa nove estados, relativos a cada censo, das relações de força pela apropriação e distribuição deste recurso e seus ganhos não somente em termos de bens monetários, mas de outros tipos de capitais que no Quadro não estão representados, mas subentendidos devido às características do espaço social discutido acima.

Em outras palavras, é uma representação estatística parcial porque restrita ao capital fundiário, do balanço do que havia sido adquirido nas lutas anteriores e passível de ser reinvestido em cada novo período como resultado do conjunto dos recursos acumulados pelos agentes. Ou mesmo de ser reinvestido em estratégias de reconversão de trajetórias cujas localizações dos investimentos subsequentes escapam ao próprio Quadro, porque se dão em outros campos sociais que não mais o fundiário. Um exemplo seria a migração das pessoas em posições mais subordinadas em busca de empregos urbanos, como empregadas domésticas ou na construção civil, ou, no caso das trajetórias de elite, de transformação em médicos, advogados, com ou sem a venda do capital fundiário. Em se associando à distribuição fundiária o conjunto da distribuição dos outros tipos de capitais, temos a estrutura das relações de classe e grupos de agentes em cada estado, assim como o peso de cada espécie de capital. Uma das formas de se apreender esta estrutura das relações se dá

pela análise das trajetórias sociais como recurso metodológico para se perceber os diferentes capitais que constituem as hierarquias e distinções do espaço social – esta análise será realizada no Capítulo V.

Na análise do Quadro 1, deve-se perceber algumas particularidades metodológicas para estabelecer uma relação direta entre posições sociais e o uso do capital fundiário. O primeiro é o fato de que se representa a posse do uso do solo e não a propriedade jurídica, do qual se depreende a tendência de que a concentração da propriedade jurídica da terra pode ser maior. Um dos limites diz respeito às metodologias e datas de realização dos censos que influenciam nos resultados; por exemplo, o Censo Agrícola de 1950 considerou apenas os estabelecimentos com fins comerciais e “excluíram-se as explorações exclusivamente destinadas ao consumo doméstico” (Censo Econômico, 1956, p. xiii), sendo que o mesmo não ocorreu nem no Censo de 1940, nem nos demais. Ora, isso exclui todo um setor social que é, potencialmente, o mais subordinado à grande propriedade e utiliza pequenas porções de terra para produzir parte de suas condições de subsistência. Além disso, até o Censo de 1970, se operou com um conceito de estabelecimentos, alterado nos seguintes, além da mudança nas datas de colheita dos dados.¹²¹

¹²¹ Até o Censo de 1970, o ‘estabelecimento’ era formado por apenas área contínua, enquanto que a partir do Censo de 1975 se passou a considerar ‘estabelecimento’ como formado por áreas não-contínuas desde que se utilizassem os mesmos recursos técnicos e humanos, que estivessem subordinados a uma única administração e que fizessem parte de um mesmo setor censitário. Quanto às datas de realização dos Censos, em 1940 e 1960, a data base de referência para a obtenção das informações foi 1º de setembro; em 1950, foi 1º de julho; mas para os Censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e para os dados relativos sobre a propriedade, área e pessoal ocupado do Censo de 1995, a data base de coleta dos dados foi 31 de dezembro. A data de realização da coleta de informações é importante porque pode incluir ou não estabelecimentos agrícolas, como no caso de arrendamentos para soja e arroz, culturas que são plantadas entre outubro e novembro, em sua maior parte. Assim, 1º de julho tende a deixar de fora estabelecimentos que seriam formados, ao contrário da data base da recolha dos dados em 31 de dezembro. O Censo de 1950, foi o mais prejudicado também neste quesito. Ver Gusmão (1999) e Hoffmann e Ney (2010), além da metodologia dos Censos.

Quadro 1. Evolução da concentração fundiária em São Gabriel 1940 - 2006

	Explorações (em % de estabelecimentos)									Área registrada (em % de ha)								
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Até 2 ha	1,43	-	0,41	0,69	4,98	2,08	2,06	4,40	6,64	0,00	-	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02
2 a 10 ha	17,10	1,41	7,23	15,44	20,98	14,12	13,60	17,09	16,00	0,25	0,01	0,10	0,38	0,53	0,31	0,34	0,36	0,33
10 a 50 ha	33,33	17,86	32,01	36,27	34,57	32,89	33,66	28,89	31,99	2,24	0,90	1,88	3,77	4,06	3,22	3,76	2,95	3,25
50 a 100 ha	11,44	14,45	16,33	13,90	10,96	14,43	14,16	11,89	10,96	2,23	1,69	2,72	4,24	3,90	4,17	4,43	3,54	3,31
100 a 200 ha	9,95	17,74	13,40	10,68	9,02	11,09	12,21	11,80	8,89	4,00	4,16	4,13	6,33	6,34	6,33	7,64	7,04	5,18
200 a 500 ha	11,63	21,03	12,84	9,49	8,25	11,70	11,82	13,28	12,44	9,39	10,81	9,29	12,55	13,06	14,62	16,36	17,75	16,83
500 a 1000 ha	6,22	9,64	7,72	5,83	5,18	6,76	6,86	6,86	7,17	11,75	10,62	11,73	17,71	18,51	19,04	20,68	20,12	20,96
1000 a 5000 ha	7,65	16,33	9,02	5,42	5,38	6,46	5,11	5,43	4,86*	44,66	53,05	40,85	44,11	49,57	47,60	39,78	39,21	31,30*
mais de 5000 ha	1,24	1,41	0,97	0,33	0,10	0,22	0,28	0,36	1,07**	25,48	18,75	29,31	10,93	4,00	4,70	7,00	9,02	18,80**
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nºtotal absoluto	1608	851	1231	2454	2994	2.308	2522	2229	1.688	599.929	541.251	560.316	581.479	604.125	574151	573.839	539.158	402.161
Números Absolutos																		
Até 2 ha	23	-	5	17	149	48	52	98	112	28	-	9	7	119	43	40	72	98
2 a 10 ha	275	12	89	379	628	326	343	381	270	1.475	73	554	2.185	3.190	1.788	1.934	1.934	1.335
10 a 50 ha	536	152	394	890	1038	759	849	644	540	13.464	4.898	10.538	21.895	24.550	18.480	21.549	15.886	13.088
50 a 100 ha	184	123	201	341	328	333	357	265	185	13.357	9.157	15.218	24.636	23.584	23.951	25.447	19.069	13.302
100 a 200 ha	160	151	165	262	270	256	308	263	150	23.983	22.518	23.129	36.790	38.308	36.354	43.854	37.955	20.839
200 a 500 ha	187	179	158	233	247	270	298	296	210	56.341	58.524	52.028	72.978	78.911	83.928	93.871	95.703	67.677
500 a 1000 ha	100	82	95	143	155	156	173	153	221	70.466	57.478	65.734	102.957	111.825	109.306	118.689	108.479	84.309
1000 a 5000 ha	123	139	111	133	162	149	129	121	82*	267.952	287.121	228.898	256.468	299.479	273.297	228.282	211.416	125.891*
mais de 5000 ha	20	12	13	8	3	5	7	8	18**	152.863	101.482	164.208	63.566	24.161	26.997	40.167	48.644	75.622**
Nºtotal absoluto	1.608	851	1.231	2.454	2.994	2.308	2.522	2.229	1.688	599.929	541.251	560.316	581.479	604.125	574.151	573.839	539.158	402.161

Fonte: Censos agrícolas e agropecuários, de 1940 a 2006.

OBS: Para o Censo de 2006, devido às diferenças de metodologia adotadas no enquadramento das faixas de área:

* significa e compreende a faixa de área entre 1.000 a 2.500 ha.

** significa e compreende a faixa de área entre 2.500 e mais ha.

Em todo caso, levando em consideração as mudanças conceituais e metodológicas, pode se perceber que pouco se altera a estrutura de posse e uso da terra. Em 1940, os estabelecimentos até 50 ha representavam 51,86% do total, mas com uma concentração de terra de apenas 2,24% da área total; em 1975, até aquela faixa de área eram 60,53% dos estabelecimentos, com apenas 4,61% de concentração de área; em 1995, até aquela faixa de área, eram 50,38% dos estabelecimentos, com uma concentração de apenas 3,32% da área. Se tomarmos o outro extremo do Quadro, temos que em 1940, os estabelecimentos acima de 500 ha representavam 15,11% e concentravam 81,89% da área; em 1975, os estabelecimentos neste estrato de área eram 10,66% e concentravam 72,08% da área; em 1995, os estabelecimentos neste estrato de área eram 12,65% e concentravam 68,35% das terras. Veja que os estabelecimentos até 10 ha representam mais de 25% do total em 1975, concentrando apenas 0,53% da área total, e em 1995, representam mais de 21% e concentram 0,37% da área total. Já os estabelecimentos acima de 5.000 ha, em 1940 são apenas 1,24% e concentram 25,48%; apesar de que até o Censo de 1975 haja uma redução tanto do número de estabelecimentos quanto de área concentrada nesta faixa – que pode ser resultado de venda, arrendamentos ou partilha - os índices aumentam progressivamente a partir do Censo de 1980, tanto em termos de estabelecimentos quanto de área. Observe-se que se considerarmos o Censo de 1970 como ponto de partida, ao invés do Censo de 1940, devido à mudança no conceito de estabelecimento, a dinâmica de posse da terra não muda.¹²²

O ano de 1975 é quando há a maior incorporação de terras em uso, são mais de 604 mil hectares, é também quando se registra o maior número de estabelecimentos, são 2.994,

¹²² Se considerarmos o Quadro da concentração da propriedade da terra no estudo de Garcia Jr. (1989, p. 51) no caso das regiões de Areia e Remígio, do estado da Paraíba, entre 1940 e 1980, temos que a concentração fundiária em São Gabriel é maior em todos os Censos considerados. Por exemplo, considerando-se a faixa de área de até 10h, temos a seguinte tabela:

Regiões/Ano	Explorações (em%)						Área registrada (em %)					
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1940	1950	1960	1970	1975	1980
Areia e Remígio	56,5	60	78	84	83	76,5	13	05	09	12	11	09
São Gabriel	18,53	1,41	7,64	16,11	25,96	16,2	0,25	0,01	0,1	0,38	0,55	0,32

Além da enorme concentração fundiária em São Gabriel, a grande propriedade impede a presença maior de pequenas posses devido ao sistema criatório e devido ao fato de ser um período de alta valorização dos preços dos gados. Se for realizado a comparação com outros estratos de área, o resultado é um só: no *espaço estancieiro* a propriedade da terra é mais concentrada do que a dos *senhores-de-engenho*.

sendo que as duas faixas de área que mais multiplicam o número de estabelecimentos são entre 2 a 10 ha e 10 a 50 ha. Entre 2 a 10 ha, o número de estabelecimentos multiplica 4 vezes em relação ao Censo anterior e multiplica uma vez no Censo posterior, depois, praticamente, se estabiliza nos demais Censos, subindo em 1995 e chegando próximo ao número do Censo de 1975.¹²³ Entre 10 a 50 ha, o número de estabelecimentos representa mais de 34% do total em 1975, sendo 1.038 estabelecimentos, concentrando 4% da área total; com relação ao Censo de 1970, representou um crescimento de mais de 14% no número de estabelecimentos, oscilando para baixo nos Censos posteriores. As demais faixas de estabelecimentos não apresentam grandes oscilações a partir do Censo de 1970, com o destaque de que é a faixa de estabelecimentos entre 200 a 500 ha que mais cresce em termos de concentração absoluta de terras em praticamente todos os Censos.

A metodologia dos Censos tem a vantagem de demonstrar a posse de uso efetivo do solo, pois os arrendamentos, as parcerias, ocupação ou outro contrato social de uso do solo contam como estabelecimentos separados da propriedade jurídica da terra; os Censos medem os ‘empreendimentos’. Ou seja, os dados dos Censos traduzem, de certa forma, o estado das relações sociais do espaço rural no que se refere à utilização da terra. Assim, a propriedade jurídica do solo deveria demonstrar uma concentração ainda maior de recursos fundiários, mas não forçosamente. Isto porque a metodologia dos Censos considera ‘estabelecimento’ as áreas contínuas (até o Censo de 1970) e mesmo áreas não contínuas (a partir do Censo de 1975) que utilizem os mesmos recursos técnicos e humanos, subordinados a uma única administração, num mesmo setor censitário, como já assinalado. Quer dizer que um mesmo estabelecimento nos Censos pode ser formado por um ou vários imóveis rurais declarados ao INCRA pelo proprietário fundiário, de modo que as bases de dados dos Censos e do INCRA não são comparáveis e qualquer relação entre ambos deve ser feita com muita parcimônia. São modos diversos de demonstrar as relações de poder na distribuição dos recursos fundiários e medir sua concentração, de modo que há uma probabilidade maior de que, por exemplo, grandes ‘estabelecimentos’ sejam formados por grandes ‘imóveis’ ou por um conjunto de grandes imóveis. A apresentação da propriedade

¹²³ O motivo deste aumento das pequenas posses a partir de 1960 é devido às possibilidades de cultivo abertas pelas plantações de arroz, trigo e soja. Esses significados serão discutidos em detalhes no Capítulo VII.

jurídica da terra em São Gabriel tendo por base os dados do SNCR para novembro de 2011 pode ser vista na Tabela 2.

Tabela 2. Concentração da Terra em São Gabriel pelo SNCR/INCRA, 2011

Faixas de área (ha)	Nº imóveis	% de imóveis	Área (ha)	% Área (ha)
Menos de 1 ha	20	0,56	10	0,00
De 1 a 2 ha	43	1,21	59,6	0,01
De 2 a 5 ha	309	8,71	1.059,7	0,22
De 5 a 10 ha	446	12,58	3.213,45	0,66
De 10 a 20 ha	547	15,43	7.590,99	1,56
De 20 a 50 ha	745	21,01	23.501,17	4,82
De 50 a 100 ha	545	15,37	38.521,44	7,91
De 100 a 200 ha	349	9,84	47.548,81	9,76
De 200 a 500 ha	322	9,08	104.219,2	21,39
De 500 a 1.000 ha	135	3,81	100.421,1	20,61
De 1.000 a 2.000 ha	57	1,61	78.762,07	16,17
De 2.000 a 5.000 ha	26	0,73	71.428,33	14,66
De 5.000 a 10.000 ha	2	0,06	10.817,4	2,22
Total	3.546	100	487.153,2	100

Fonte: Cadastro INCRA 2011 - SNCR/INCRA. Acesso 10 de novembro de 2011

A declaração dos imóveis rurais é realizada pelo proprietário fundiário ao INCRA, de modo que se tende a ter uma imagem mais aproximada da concentração jurídica deste recurso. Veja que os imóveis até 100 ha representam 74,87% de todos os imóveis, mas concentram apenas 15,18% da propriedade da terra, enquanto que os imóveis acima de 100 ha representam 25,13% de todos os imóveis, concentrando 84,82% da área de terra declarada. Se fizermos outro recorte, de imóveis até 50 ha, vemos que eles representam 59,5% dos imóveis declarados, mas concentram apenas 7,27% da área, enquanto que os imóveis acima de 500 ha representam apenas 6,2% dos imóveis, concentrando incríveis 53,66% da área total.

Contudo, um mesmo proprietário pode ter e declarar ao INCRA vários imóveis rurais.

3. Vários imóveis e estratégias de expansão dos domínios num período de alta dos preços dos gados.

Como já ficou subentendido, é provável que alguns proprietários tenham mais de um imóvel e, além disso, imóveis em outros municípios. Esta possibilidade pode ser

checada quando a variável principal pesquisada se torna o nome do proprietário e não mais os ‘imóveis’ ou os ‘estabelecimentos’. É exatamente este critério de pesquisa que organiza a apresentação dos imóveis na Tabela 3. Na leitura dos dados da Tabela 3 deve ser observado que é o nome do proprietário que organiza os dados em cada ano indicado (1965, 1972, 1978 e 2011), mas é o imóvel que organizou a busca pelo nome do proprietário entre os anos pesquisados. Em outras palavras, os dados indicados por cada ano são relativos às pessoas dos proprietários, contudo, o sistema de busca do nome do proprietário nos outros anos foi o código do imóvel. Ou seja, como já assinalado, a pesquisa aos cadastros se iniciou pelo ano de 1972, isso quer dizer que todos os imóveis dos anos de 1965 e 1978 são considerados em 1972, pois foi a partir dos códigos dos imóveis neste ano que se buscou os mesmos imóveis nos demais e se chegou ao cadastro de cada proprietário. Para a pesquisa no cadastro em 2011, se procedeu de duas formas: pela pesquisa dos códigos dos imóveis citados em 1972, mas também se incluiu todos os demais proprietários que tivessem imóveis acima de 1.000 ha, de modo que foram 27 os imóveis encontrados no ano de 2011 e citados na Tabela 3, e foram incluídos outros 50 imóveis ainda não citados nos anos anteriores.¹²⁴

Este procedimento metodológico nada tem de gratuito e visa perceber a estratégia dos proprietários em adquirir ou não mais imóveis, de modo que se pode perceber a tendência ao aumento da concentração de terras ou, pelo contrário, à desconcentração. Isso quer dizer que num período de altos preços pagos pelo gado, como o que se processou entre 1940 a 1990, um proprietário pode querer comprar mais terra, aumentando seus domínios, e pode fazê-lo adquirindo um imóvel que no Cadastro anterior estava sob propriedade de outro indivíduo. Numa conjuntura de desconcentração da propriedade da terra ocorreria a transferência de imóvel ou frações dele para novos donos e a análise do cadastro individual dos novos donos deveria indicar que a concentração da propriedade é menor que o período anterior. Imóveis ou frações de imóveis adquiridos por grandes ou pequenos proprietários

¹²⁴ Não é necessário assinalar novamente o que já se disse na parte da exposição metodológica da tese sobre esta pesquisa no cadastro do INCRA. Apenas o leitor deve lembrar que um mesmo imóvel, pesquisado na série histórica considerada por um mesmo código, pode sofrer fracionamento por venda, partilha ou doação, ou ainda aumentar de área se um estabelecimento com várias matrículas for registrado novamente no cartório de imóveis e, assim, anulado os demais códigos e atribuído apenas um código a tal fração de terras que antes tinha mais de um código e matrículas. Isso quer dizer que nem todos os códigos podem ser encontrados em períodos longos como o considerado, pois, como nesta possibilidade, eles podem ser anulados. Um imóvel com determinado código pode diminuir ou aumentar de área de acordo com a necessidade e negócios do proprietário.

faz toda a diferença na análise dos dados da Tabela 3. Desse modo, mesmo tendo em vista o procedimento utilizado para a produção dos dados em 2011, em nada altera a possibilidade de comparação com os anos anteriores, uma vez que são os imóveis concentrados por cada proprietário que estão em análise.

Tabela 3. Propriedade e concentração dos imóveis rurais entre 1965 a 2011 por proprietário

Ano	Total de declarações		Total de áreas		Área média (ha) em São Gabriel /declaração	Somente 1 imóvel em São Gabriel e nenhum outro no estado ou país		Com 2 ou mais imóveis em São Gabriel e nenhum outro no estado ou país					Com 1 imóvel em São Gabriel e outros imóveis no estado ou país			Com mais de 1 imóvel em São Gabriel e outros imóveis no estado ou país								
	Nº	%	Total (ha)	%		Nº de declarações	%	Área (ha)	%	Nº de declarações	%	Área 1º (ha) A	Área 2º (ha) B	A+B Total *	A+B relativo **	Nº de declarações	%	Área em São Gabriel	Média de imóveis fora de São Gabriel/ declaração	Nº de declarações	%	Área 1º (ha) em São Gabriel	Área 2º (ha) em São Gabriel	A+B Total *
1965	44	100	103247,10	100	2346,53	59,09	51,65	9,09	55,69	44,31	100	19,33	22,73	14,83	1,00	9,09	72,21	27,79	100	14,19	1,00			
1972	94	100	216769,50	100	2306,06	50,00	39,63	20,21	67,36	32,64	100	29,61	15,96	11,53	1,73	13,83	77,07	22,93	100	19,23	1,92			
1978	70	100	155490,72	100	2221,30	55,71	47,99	17,14	68,48	31,52	100	20,39	12,86	12,78	1,67	14,29	82,04	17,96	100	18,84	1,50			
2011	77	100	176506,10	100	2292,29	41,56	34,48	31,17	68,61	31,39	100	39,69	14,29	8,75	1,64	12,99	66,06	33,94	100	17,08	1,60			

Fonte: SNCR-INCRA.

* As porcentagens nos campos dos dados das áreas A e B são relações com a soma total da área entre A e B;

** Refere-se à relação com a área total de cada ano em consideração.

Na Tabela 3 podem-se ver quatro combinações de estratégias dos proprietários para com o capital fundiário em território nacional, uma vez que não se checou a propriedade de imóveis em países estrangeiros: *a)* a primeira é possuir somente um imóvel em São Gabriel e nenhum outro no Rio Grande do Sul ou país; *b)* a segunda é possuir mais de um imóvel em São Gabriel e nenhum outro no estado ou país; *c)* a terceira é ter um imóvel em São Gabriel e também outro(s) imóvel(is) em outro(s) município(s) do estado ou país; *d)* a quarta é ter mais de um imóvel em São Gabriel e também outro(s) imóvel(is) em outro(s) município(s) do estado ou país. A primeira conclusão que pode ser observada é que as declarações de propriedade de apenas ‘um imóvel em São Gabriel e nenhum outro em lugar algum’ tendem a diminuir de 59,09% em 1965, para 41,56% em 2011, por mais que haja um aumento entre as declarações de 1972 e 1978, de 50% para 55,71%. Já, a propriedade de ‘dois imóveis em São Gabriel e nenhum outro em lugar algum’ tende a aumentar, passando de 9,09% em 1965 para 31,17% em 2011, por mais que diminua entre 1972 e 1978, de 20,21% para 17,14%. Por hora, se conclui que houve a concentração de um maior número de imóveis. Com relação às outras duas situações, se percebe que entre 1965 e 1972 diminui o número de proprietários com ‘um imóvel em São Gabriel e também outro(s) imóvel(is) em outro município’ de 22,73% para 15,96%, com certa estabilização desta porcentagem nos demais anos. A situação de possuir ‘mais de um imóvel em São Gabriel e outro(s) imóvel(is) em outro município’, contudo, cresce entre 1965 e 1972 de 9,09% para 13,83%, com certa estabilização desta porcentagem nos demais anos. A segunda conclusão é que o aumento na concentração de imóveis dentro de São Gabriel também se deu entre os proprietários que possuem mais de um imóvel no município, além de outro(s) imóvel(is) noutro(s) município(s). Mas a tendência à concentração diminuiu para aqueles que tinham apenas um imóvel no município e outro(s) imóvel(is) noutro(s) municípios. Os seja, a tendência geral foi que os proprietários aumentassem o número de imóveis tanto em São Gabriel, quando fora.

Mas isso significou um aumento na concentração da terra, quer dizer, estes proprietários passaram a acumular mais terra? Se observarmos a área total dos imóveis em São Gabriel em cada ano considerado com relação ao número de declarações, vemos que a área média acumulada por cada declarante praticamente não muda: 2.346,53 ha em 1965, 2.306,06 ha em 1972, 2.221,3 ha em 1978, e 2.292,29 ha em 2011. Bem entendido:

praticamente não se altera o tamanho das propriedades no município de São Gabriel, o que não quer dizer que estes proprietários não tenham aumentado suas posses em outros municípios. Infelizmente os Cadastros de 1965, 1972 e 1978 não perguntaram o tamanho das áreas de propriedade dos declarantes em outros municípios, pois nesse caso poderíamos ver se estas frações de terra aumentam, diminuem ou se mantêm em termos de tamanho. Nesses questionários só é possível perceber que aumenta o número médio de imóveis por proprietário em outros municípios. A relação em 1965 era exatamente 1,00 nos dois casos analisados na Tabela; em 1972 esta relação salta para 1,73 no caso de ‘um imóvel em São Gabriel e outro(s) imóveis em outro(s) município(s)’ e para 1,92 no caso de ‘mais de um imóvel em São Gabriel e outro(s) imóveis em outro(s) município(s)’. Nos demais anos houve uma redução nesta relação em ambos os casos, estabilizando-se na casa de 1,6 imóveis fora do município de São Gabriel por proprietário nas duas situações citadas.¹²⁵

Ainda é importante considerar que o aumento do número de imóveis por declarante pode significar que, frente ao fracionamento por herança, a terra volta a ser concentrada por compra, tanto por agentes aí já presentes, como por novos agentes, ou que os novos agentes que compram os são tão fortes em termos econômicos quanto os já existentes. Contudo, esta dinâmica não parece ser o que ordena os fenômenos observados, pelo menos, entre a década de 1960 e 1970, pois ocorre um salto em termos de posse da propriedade de imóveis fora do município, como já ressaltado. Teria havido, assim, uma estratégia deliberada de aquisição de mais imóveis pela compra, num momento de aumento dos preços do gado. Esta foi a estratégia acionada por um estancieiro estudado por Silveira (1972, p. 67-69), que com o aumento do preço dos gados no Pós-Segunda Guerra declarou ao autor a “ânsia de crescer” pela incorporação de mais terra aos seus domínios. Esse estancieiro “[...] passou a investir em imóveis sempre que a elevação do preço do gado tornasse vantajosas as compras – vendia parte do rebanho e aplicava na expansão do estabelecimento” (p. 67). No período entre 1950 e 1970, ele havia aumentado em torno de 66% sua propriedade a partir das compras de terra efetuadas, e não eram somente grandes imóveis incorporados, mas imóveis de todos os tamanhos, cujas parcelas poderiam compreender 11.200 ha ou 9 ha, 6

¹²⁵ A busca do tamanho dos imóveis de um proprietário de São Gabriel que também possui outros imóveis rurais em outros municípios só é possível com o sistema informatizado do SNCR, em que se pode pesquisar por nome do declarante. Nesse caso, dos 20 proprietários que declararam possuir imóveis em outro(s) município(s), 5 deles informaram imóveis acima de 1.000 ha, com uma média de 3.141 ha cada; a média de área entre os demais foi de 413,5 ha cada.

ha, 15 ha, 13 ha, 12 ha, 25 ha, 67 ha etc., como adquirido em 1940, ou de 66 ha, 23 ha, 261 ha, 327 ha, 9.048 ha, 1.627 ha, etc., como adquirido em 1950 (Silveira, 1972, p. 68-69), de modo que na época da pesquisa realizada pelo autor, o estancieiro era proprietário de míseros 76.088 ha, distribuídos por 8 municípios da Campanha (p. 6).

Portanto, evidencia-se que, se considerarmos o nome do proprietário, a concentração da terra no espaço social tende a ser bem maior do que aquela apresentada nos dados dos censos do IBGE e no Cadastro do INCRA - organizados por estabelecimento ou imóvel, respectivamente. Essa característica dos proprietários estancieiros também pode ser percebida por meio das respostas sobre as fontes de suas receitas nos Cadastros do INCRA. No Cadastro de 1972, frente à pergunta: “a renda do proprietário provém somente deste imóvel?”, 69,09% dos declarantes responderam “não”, mas também de outras fontes. Infelizmente a pergunta não foi segmentada para perceber se provinha somente de imóveis rurais, ou de outras profissões ou rendimentos – do que se sugere que aquela resposta signifique a inclusão de qualquer outra fonte que o proprietário tinha. No Cadastro de 1978, pelo contrário, a pergunta comportou várias opções de resposta, sendo que 19,48% dos declarantes responderam que possuíam seus rendimentos somente daquele imóvel declarado, 22% possuíam rendimentos daquele imóvel declarado e de outros imóveis rurais, e 38% declararam que seus rendimentos incluíam imóveis rurais e outras fontes, sendo que 2,6% dos proprietários de terra responderam que seus rendimentos eram somente de outras fontes que não imóveis rurais.

Está-se tratando de um setor social em que o número dos que possuem mais de um imóvel rural é maior dos que possuem somente um imóvel rural, componente de suas receitas. Do mesmo modo, a maior parte deles possui seus rendimentos provindos tanto de imóveis rurais, quando de outras fontes, como, possivelmente, profissões urbanas. Além disso, é interessante perceber que boa parte dos *senhores de terra* do município também são *senhores de terra* em outros municípios do estado, sendo o contrário também verdadeiro, seja por efeitos de herança ou por uma estratégia deliberada de expansão dos domínios fundiários numa conjuntura de elevação dos preços dos gados. A análise do acúmulo de outros recursos para além dos fundiários será analisada no próximo capítulo, por hora torna-se necessário discutir algumas das repercussões da estratégia dos estancieiros de

expansão dos domínios fundiários no espaço social do estado e como a bibliografia especializada fez essa leitura.

4. Espaço social estancieiro e colonial: interdependência e a crítica da lógica estancieira

De forma geral, a bibliografia existente neste período também aponta no sentido descrito acima. Schilling (1961) argumenta sobre a contradição do espaço agrário gaúcho neste período: de um lado têm-se as regiões coloniais em crise desde a década de 1920, devido ao excessivo fracionamento das propriedades, que gerava correntes migratórias para ocupar as últimas matas da região do Alto Uruguai, mas também em direção à Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás, havendo o que o autor chama de “[...] verdadeira fuga de braços para outros estados” (p. 53);¹²⁶ por outro lado, a valorização dos preços dos gados encadeava o aumento dos preços das terras e estratégias de ampliação dos domínios por parte dos estancieiros, restringindo a compra de terras pelos colonos nesta região do estado. Sobre esta estratégia de expansão das áreas das estâncias, Schilling (1961, p. 24) comenta com indignação:

Há poucos dias tivemos a oportunidade de verificar um caso que revela a tendência expansionista da maioria de nossos pecuaristas. Um fazendeiro da região serrana, tendo obtido, com a alta do preço do gado que invernara no ano passado (com financiamento do Banco do Brasil), um lucro de 10 milhões de cruzeiros, se aprestava para comprar uma nova fazenda, não entrando sequer em suas cogitações a possibilidade de aplicar aquele lucro em melhoramentos de sua propriedade (pastagens artificiais, adubação, açudagem, divisão em maior número de invernadas, etc.), com os quais poderia, pelo método intensivo, obter o mesmo resultado para si e uma produção mais econômica para a coletividade.

A análise que os pesquisadores da Fundação de Economia e Estatística (FEE), ligada à Secretaria de Planejamento do estado do Rio Grande do Sul, fizeram deste período indicou o aumento da concentração da terra nos estratos superiores e o aumento da fragmentação da terra entre os pequenos proprietários, apontando na mesma direção que Schilling já assinalara. O chamado ‘Projeto 25 anos de economia gaúcha – a agricultura do

¹²⁶ Schilling (1961, p. 53) calculou em torno de 500.000 o número de Riograndenses que migrava do Rio Grande do Sul em 1960, enquanto que entraram 44.435 brasileiros oriundos de outros estados e 70.138 estrangeiros, em ambos os casos, em sua maioria, em direção aos centros urbanos.

Rio Grande do Sul', publicado pela FEE em 1978, analisou os dados censitários de 1940 a 1970, indicando haver um processo de aumento da monopolização da terra nas mãos dos grandes proprietários e, por outro lado, a minifundização das regiões coloniais que acabava expulsando contingentes tanto para os trabalhos urbanos quanto em direção à fronteira agrícola em outros estados do país (FEE, 1978). A esta mesma conclusão já havia chegado um documento anterior publicado em 1965 pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, intitulado "Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul". Este documento, assinado pelos economistas Cláudio Accurso, Arthur Candal e Arnaldo Veras, se contrapunha aos argumentos de que o Rio Grande do Sul apresentava baixos níveis de crescimento devido à sua marginalização no contexto da política nacional de industrialização e de preços agrícolas. Os autores demonstraram que nem os preços agrícolas diminuían em relação aos índices gerais de preços, senão pelo contrário - a pecuária valoriza ainda mais que os cereais -, nem havia desfinanciamento da economia. O que havia sim era um aumento da concentração da terra que se associava a uma alta renda absoluta e baixa produtividade, fazendo com que a oferta de gados permanecesse cada vez mais rígida. Como havia elevação da procura no mercado nacional por produtos da pecuária numa conjuntura de oferta rígida, o aumento dos preços garantia o *status quo* dos grandes proprietários sem incentivar ganhos em produtividade física por unidade de área. Assim, o documento deslocava dos fatores externos para a estrutura de poder interna ao estado para evidenciar o "insuficiente desenvolvimento econômico" e elegia a reforma fundiária como medida para dinamizar a economia (Accurso et al., 1965). Ademais, os autores ligavam a especulação imobiliária na capital do estado aos altos lucros auferidos naquela estrutura de produção e renda estancieiro.¹²⁷

Assim, os dados colhidos a partir das declarações de próprio punho dos estancieiros nos Cadastros do INCRA traduzem uma tendência também percebida por outros pesquisadores. Ademais, importa assinalar que no período em que as regiões coloniais

¹²⁷ Nas palavras dos autores: "as aplicações imobiliárias proporcionaram a Porto Alegre, durante vários anos, o maior índice de construção das principais capitais do país, ainda que não tivesse a mais alta taxa de incremento demográfico", e continua mais a frente, "é bem provável que esse fenômeno esteja ligado às particularidades da produção primária. A evolução favorável dos preços e do crédito, aliada à grande concentração da propriedade, deve ter provocado uma grande concentração de renda, que por sua vez induziu a aplicação imobiliária, como fonte segura de reserva de valor" (Accurso et al., 1965, p. 35).

entram em franco declínio devido aos limites relacionados com o aumento da produção pela incorporação de novas lavouras, apresentando queda da produtividade por unidade de área e em termos absolutos (Roche, 1969), além da excessiva divisão dos lotes para a formação de novos grupos familiares, os estancieiros viam seus lucros subir às estratosferas. Isso vedou qualquer possibilidade de que as regiões coloniais se expandissem, pela compra, para as áreas da pecuária. A saída que uma parte dos filhos de colonos encontrou para a formação de seus próprios grupos domésticos foi a migração e compra de terras em outros estados. Ademais, o Golpe Militar de 1964 encerrou qualquer possibilidade de que houvesse uma resolução política daquela contradição da estrutura fundiária no Rio Grande do Sul – estado que havia sido incluído como região prioritária para a realização da reforma agrária no Governo Goulart.¹²⁸

O sistema de relações estancieiro já se comportava e assim continuou se comportando até final dos anos de 1980, num sentido semelhante àqueles sistemas que, em período de alta de preços dos produtos mercantis, reduzem as parcelas dos camponeses subordinados aos seus domínios para então aumentar as lavouras de interesse do proprietário: busca-se incorporar novas áreas (Kula, 1979; Stolcke, 1986; Garcia Jr., 1989). Mais precisamente, no caso da configuração do espaço social do Rio Grande do Sul, expulsa os pequenos proprietários do espaço estancieiro pela compra das parcelas de terra para a produção de gados – como Silveira (1972) registrou no caso citado anteriormente –, incorpora aos domínios famílias de trabalhadores para a plantação de arroz sob regime personalizado de exploração,¹²⁹ e impede o acesso a terra pela compra aos colonos descendentes de italianos e alemães. Esta perspectiva dos grandes proprietários influenciou as estratégias dos pequenos proprietários rurais do conjunto do espaço social do Rio Grande do Sul, seja estancieiro ou colonial.

Não deixa de ser curioso como a bibliografia especializada procurou interpretar a racionalidade – ou a falta dela – deste comportamento dos grandes proprietários rurais.

¹²⁸ Sobre esse período histórico ver Camargo (1981) e Eckert (1984).

¹²⁹ Isso será demonstrado e discutido no Capítulo VII. Ao contrário do que afirma a bibliografia sobre o desenvolvimento da produção de arroz no território estancieiro, aí não se reproduziram modernas relações sociais de assalariamento, mas sim houve a incorporação de um maior número de famílias aos domínios sob um sistema de dominação personalizado, por mais que uma das formas de pagamento fosse intermediada pela existência de dinheiro. Mas não é a presença de dinheiro que define um sistema de relações sociais de exploração, questão amplamente confundida pela bibliografia que considerou o desenvolvimento do arroz como um exemplo de modernização da agricultura e do capitalismo no campo riograndense.

Justamente num período em que se impulsionava a introdução de técnicas da agronomia moderna para aumentar a produção por unidade de área, os estancieiros reproduziam uma atividade criatória extensiva. Para a estupefação de muitos analistas, como no caso citado de Schilling, considerando que o método intensivo de criação permitiria “obter o mesmo resultado” para o fazendeiro “e uma produção mais econômica para a coletividade”, não era nessa direção que os estancieiros empreendiam suas práticas. O primeiro esforço de analisar este comportamento estancieiro compõe um estudo encomendado pelo Banco Nacional do Comércio (1968), intitulado “Estudo Econômico da Bovinocultura Gaúcha”¹³⁰. Considerando um “verdadeiro desafio de lógica” aquela explicação, o estudo elegeu três fatores centrais na argumentação: a) não consideração da remuneração do capital investido em terras na estrutura dos custos – renda absoluta (p. 279); b) “reprodução espontânea de gado” (p. 285); e c) altas rendas do proprietário da terra (p. 280). Os dois primeiros garantiriam o terceiro fator e fariam o sistema entrar num ciclo vicioso, evitando a “modernização” da atividade, entendida como emprego de tecnologias intensivas de produção. Desse modo, houve a qualificação dos estancieiros como ‘conservadores’ e ‘tradicionais’ com relação às suas estratégias produtivas, como se elas próprias fossem produto daquela qualificação. Este estudo do Banco é importante porque seus argumentos foram reproduzidos a partir de então por todos aqueles que buscavam compreender a racionalidade da criação extensiva de gado, como em Torres (1983), Benetti (1994), Bandeira (1994), e em outros trabalhos, sem modificações importantes quanto à leitura que fizeram.

Quanto ao primeiro fator, tão logo valeu apenas aos proprietários de terra arrendar suas áreas para a plantação de cereais, assim o fizeram, como o próprio documento reconhece, o que indica que tal consideração se realizava em relação às possibilidades de auferir renda ou mesmo, simplesmente, em conservar a terra como reserva de valor. Com a redução relativa das receitas do proprietário com a venda de gados, menor tenderia a ser o preço exigido para alugar a terra a terceiros. Entretanto, o grande problema dos estudos

¹³⁰ O estudo é dividido em três partes e dois volumes, sendo o primeiro volume constituído pela Parte I, que compreende um estudo macroeconômico e das relações com o mercado e o crédito, e o segundo volume trata da microeconomia, compreendendo as Partes II e III. A Parte II procura interpretar a racionalidade do estancieiro e a Parte III constituiu-se num “roteiro para as transformações da pecuária gaúcha”, compreendendo um conjunto de recomendações aos poderes públicos. Não há a citação no corpo do trabalho dos autores que empreenderam as análises.

citados está em não considerar o principal: *o modo de exploração da mão de obra*. Não há uma linha sequer sobre o modo de exploração da força de trabalho em todos aqueles estudos citados. Mesmo que o gado fosse uma dádiva da natureza, não é possível supor que ele vá sozinho às salas de abate das charqueadas ou frigoríficos, ou, da mesma forma, mude de invernadas, se cure de enfermidades, construa os aramados para permanecer dentro deles, ou, no caso de se evadir dos domínios, volte por conta própria, que as ovelhas se tosquiem sozinhas, etc. Ora, o lucro da atividade criatória extensiva está justamente no fato de tensionar o aumento da produtividade do trabalho e não a produtividade da terra: quanto maior for o número de gados por cada trabalhador com a menor remuneração monetária possível maior se torna o lucro do estancieiro, em outras palavras, maior se torna o montante de trabalho não pago aos trabalhadores que o estancieiro retém, ou ainda, maior a mais-valia absoluta.

Do ponto de vista do estancieiro, em querendo ou necessitando aumentar suas receitas, há duas opções possíveis: aumentar as terras sob seu domínio, que pode se dar pela compra de maiores áreas e/ou pela redução das terras para subsistência de seus subordinados, ou ampliar a gama de produtos mercantis para além do gado de corte, sob seu controle direto ou em seção para terceiros através do arrendamento. Neste contexto, está-se diante de um cálculo de qual das alternativas é mais rentável e mesmo do problema da utilização produtiva ou improdutiva do excedente econômico. A resposta para quando uma determinada alternativa econômica se torna a regra é dada pela estatística, que indica a porcentagem dos casos em que a referida opção se torna efetiva.

Repare que não estamos frente a situações em que a expansão causou o fracasso ou a liquidação do estancieiro como produtor. Não se trata de um contexto em que as mudanças que ocorrem na sociedade - como escassez ou plena concorrência para a compra da força de trabalho definida por estatuto legal - pressionam a redefinição e internalização de novas disposições sociais e elementos de cálculo, frente aos quais as estratégias até então postas em ação poderiam resultar em fracasso. Nem parece ser o caso de que o rendimento esperado pelos investimentos na expansão dos domínios possam ser maiores em outros setores da economia. Senão pelo contrário, o resultado prático de tais estratégias justifica as práticas tomadas. Não há descompasso entre as disposições sociais herdadas em

relação àquelas exigidas pelo sistema social para se pensar e conservar as posições dominantes no espaço social; contradições que só afloram em meados dos anos de 1990.

Este comportamento frente aos investimentos visa forçar o aumento constante da produtividade do trabalho e não a produtividade da terra. Se entre os estancieiros não encontramos opções mais ousadas sendo tomadas neste período, ou se, no caso de os haver, o seu exemplo não vingasse, então os fenômenos observados dificilmente se devem à fatores subjetivos, mas a limitações nas opções características do sistema vigente, socialmente condicionadas, como o excesso relativo de oferta de força de trabalho numa estrutura de propriedade da terra que é monopólica. O fato de que este comportamento dos grandes proprietários gera prejuízos para a coletividade, em nada importa frente às suas possibilidades de ganho e lucratividade que lhe proporciona: a) se a pequena propriedade tem dificuldade de se reproduzir no espaço estancieiro; b) se o aumento da concentração da terra restringe a reprodução da propriedade familiar e as possibilidades dos colonos expandirem-se para as regiões da Campanha e encadeia a “fuga de braços para outros estados”; c) se as características do espaço social impõem um grau tal de concorrência pelo emprego urbano devido ao fracionamento da pequena propriedade nas colônias que acaba sendo um fator que impede o aumento dos salários aos trabalhadores da economia estancieira pelo fato de que esta opção a eles permanece restringida; d) se isso encadeia a contradição de ser a região da Campanha, por um lado, a responsável pela maior parte do emprego agrícola no estado, mas, por outro lado, ser considerado que a renda ‘salário’ aí presente seja incapaz de gerar demanda efetiva, devido aos salários serem muito baixos (Bandeira, 1994; Silva, 2001);¹³¹ e) se, portanto, isso restringe o desenvolvimento da indústria para atender ao mercado interno às regiões coloniais; f) se a renda gerada na atividade estancieira permanece extremamente concentrada e direcionada, principalmente,

¹³¹ Vejamos com mais vagar este período com dados para 1966/67. As atividades de ‘gado de corte/ovinos’ e ‘arroz’, características da região Campanha, representavam, respectivamente, apenas 4,8% e 9,5% da População Economicamente Ativa (PEA) do estado, enquanto que o tipo de agricultura ‘gado de leite/suínos’, característica das regiões coloniais e, portanto, exercida por pequenos proprietários, abarcava 41,4% da PEA do estado, já o tipo de ‘agricultura trigo/soja/milho’ respondia por 13,1% da PEA, e “outras” combinações de agricultura respondia por 9,9% da PEA. Com relação ao trabalho assalariado na agricultura temos o seguinte: enquanto que ‘gado de corte/ovinos’ e ‘arroz’ empregavam, respectivamente, 47,2% e 17,7% dos assalariados permanentes e 15,3% e 21% dos assalariados temporários no período no estado, o ‘trigo/soja/milho’ empregava 12,2% dos assalariados permanentes e 17,9% dos assalariados temporários; já o tipo de agricultura ‘gado de leite/suínos’ respondia por apenas 6,2% dos assalariados permanentes, mas 20,8% dos assalariados temporários (Silva, 2001, p. 105- 110).

para o consumo de bens de luxo e, por isso, gera pouca capacidade de demandar à indústria estadual e exporta empregos para países da Europa ou outros estados da federação; g) se a terra permanece subutilizada em praticamente 60% do território do Rio Grande do Sul ou se seria mais racional recombinar os fatores produtivos (terra, capital e trabalho) com vistas a aumentar a produtividade do sistema;¹³² por que cargas d'água deveriam os estancieiros se preocupar com isso, em vez de cuidar de suas próprias taxas de lucro?

Por mais que o analista possa identificar que outra combinação de recursos seja mais racional, do ponto de vista de aumento da produtividade e desconcentração da renda, isso não quer dizer que para os agentes dominantes neste espaço social a presente combinação seja irracional. Muito menos que a estagnação ou baixo crescimento da produção, quando comparado com outras regiões, signifique “crise” para todos os agentes aí presentes. A predominância da estratégia de expansão dos domínios territoriais e a criação extensiva do gado objetifica justamente a situação oposta à “crise” para os setores dominantes no espaço social. Silva (2001, p. 122-123) faz a crítica do uso indiscriminado da noção de crise no texto do chamado “Projeto 25 anos de economia gaúcha” da FEE, de 1978, que poderia ser estendida para textos posteriores como em Bandeira (1994) e Benetti (1994), aliás, também pesquisadores da FEE. Nesses trabalhos, a identificação de um crescimento econômico menor da chamada Região Sul do estado em relação às demais regiões, a estagnação ou mesmo queda da produção – no caso das manufaturas - leva os autores a caracterizar abstratamente “uma região em crise”, em que se fala de “crise secular da metade da sul”, como se “região” fosse um agente social. Os autores caem na armadilha da noção de região e não percebem as relações de poder e dominação que aí se estabelecem; acabam servindo de caixa de ressonância das reivindicações das posições dominantes no espaço social.¹³³

¹³² Olhar Silva (2001, p. 192-198) em que o autor retoma em um Anexo de sua dissertação a descrição sobre as potencialidades de uso do solo no Rio Grande do Sul de acordo com um estudo levado a cabo pelo INCRA em 1973, chamado *Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Socioeconômicos e Institucional do Rio Grande do Sul*, que aponta que a maior parte das Classes de Tipo de solos adequados para a agricultura se encontram na região estancieira e não na região das colônias.

¹³³ Benetti (1994, p. 98), no início de seu trabalho avisa ao leitor sobre o contexto político no qual os estudos na coletânea em que ela também publica foram realizados: “O contexto em que se propôs e se executou a pesquisa foi de politização da questão regional entre as lideranças políticas da região sul do estado e de intensa discussão do tema na imprensa estadual. Tal polêmica foi momentaneamente abafada pela sobreposição de uma outra questão regional, qual seja, a da perda de posição do estado do Rio Grande do Sul no plano nacional – a nível de representação política e de importância de sua economia”.

O melhor exemplo desse servilismo analítico é a tese de uma metade sul pobre, em contraposição a uma metade norte rica, que emerge nos anos de 1990 e teve sua introdução na academia com Alonso et *al.* (1994), em cujo livro aqueles dois últimos autores também publicaram trabalhos. Esses estudos repercutiam a mobilização de setores dominantes nesta região do estado devido ao baixo preço dos gados – olhar nota anterior. Contraditoriamente, é quando os setores subordinados desta região começam a deixar de ser tão subordinados e reivindicar o cumprimento da legislação trabalhista, até então, majoritariamente, desprezada pelos setores patronais do campo.¹³⁴ Portanto, quando é crise de quem?

Na leitura dos autores, que identificam uma “crise secular” da mal denominada metade sul, justamente quando os agentes dominantes deste espaço social possuem rendas elevadas, acabam, ainda por cima, vitimando as classes dominantes aí presentes, como se a “estagnação” econômica fosse problema da falta de linhas de produção. A estagnação é o exato resultado do aumento do poder de um setor social e não da falta de opções produtivas. Nas palavras de Bandeira (1994, p. 18):

A estagnação poderia ter sido evitada se os agentes econômicos ligados à agropecuária dessa região tivessem encontrado linhas de produção alternativas com boas perspectivas de mercado, diversificando de forma significativa o perfil da produção e redinamizando o setor primário local.

Ora, para os setores sociais “ligados à agropecuária” não havia nenhum motivo para encontrar linhas alternativas de produção, uma vez que o gado oferecia o melhor retorno. Diferentemente, quando o preço do gado baixou em início da década de 1990, tais autores continuaram martelando a tese de que deveria haver novas linhas de produção para “redinamizar o setor primário local”. O mesmo raciocínio é o de Alonso (1994, p. 63), em que identifica como “entrave ao crescimento econômico” a “excessiva concentração da terra”, mas acaba se rendendo à conclusão de que seria necessária a introdução de novas linhas de produção aos agentes aí dominantes.¹³⁵ O curioso destes três estudos citados é

¹³⁴ A análise da relação de exploração dos trabalhadores das estâncias será realizada no Capítulo VI.

¹³⁵ Deste modo, não é de estranhar a empolgação de Benetti (2007, 2008a, 2008b) quando várias empresas de papel e celulose começaram a comprar enormes extensões de terra nesta região do estado nos anos de 2000, além de visualizar possibilidades de integração com os grandes proprietários. Há vários documentos encomendados por diferentes gestões do Governo do Estado e da Assembleia Legislativa na década de 1990, em que repetem as mesmas questões realizadas 30 anos antes - no estudo publicado em 1965. Mas, diferentemente, são estudos que contribuem para afirmar a ideia de uma metade sul pobre e sempre com a

que, justamente num momento em que há agentes dispostos a lutar por reforma agrária no início da década de 1990, não a vislumbram nem como possibilidade. Este é um período em que ocorre a chamada retomada da luta pela reforma agrária, impulsionada pelo recém criado MST.¹³⁶ Em 1965, no início do regime autoritário, o estudo encomendado pela Assembleia Legislativa e assinado por Accurso, Candal e Veras (Accurso et al., 1965) fora taxativo quando à necessidade de enfrentar o baixo desempenho econômico do estado com a reforma da estrutura fundiária, mesmo num momento em que não havia agentes organizados para esta reivindicação, como houve em 1990. Ainda nos últimos anos, outros analistas do desenvolvimento econômico se debatem atordoados com o baixo desempenho da região estancieira e chegam às mesmas conclusões que o documento de 1965: a necessidade de reformar a estrutura fundiária (Cf. Paiva, 2008)¹³⁷.

Portanto, o período até o final dos anos de 1980 é de ascensão econômica dos *senhores de terra* no estado do Rio Grande do Sul e não de “decadência”. Torna-se um erro analítico associar a baixa participação econômica do espaço estancieiro no conjunto do estado ao fato da existência de uma “região pobre”- a baixa participação econômica do espaço estancieiro se dá na mesma medida do aumento do poder e da renda dos grandes proprietários de terra -, como se “região” designasse, a rigor, alguma coisa. Pior ainda se tal análise passa a vitimar justamente os dominantes no espaço social e, em nome de uma “região pobre”, reivindica alternativas econômicas aos mesmos; da mesma forma que as leituras que interpretam as atividades aí desenvolvidas como resultado de alguma predisposição cultural dos estancieiros e resultado de suas posturas pouco afeitas ao empreendedorismo. Se tais elaborações tivessem abandonado a ideia de “região” e se perguntado sobre os sujeitos reais e suas relações de interdependência e dominação, teriam visto uma realidade bem diferente daquela que procuram descrever.

Uma vez demonstrado que se tratava de uma elite estancieira em ascensão econômica, ao menos até final dos anos de 1980, ainda falta perceber as possibilidades de

mesma conclusão: a necessidade de criar novas linhas de produção aos agentes dominantes deste espaço social; a esse respeito olhar Filho (2000). Como foi o estudo de Alonso et al. (1994) o primeiro a introduzir na academia aquela discussão, além de não ser a problemática central desta tese, restringi as críticas a tal estudo.

¹³⁶ Ver Caldart (2000).

¹³⁷ Paiva (2008, p. 92) argumenta a este respeito: “A contribuição negativa da estrutura fundiária da Metade Sul é inquestionável. Independentemente do padrão em que venha a ocorrer [o desenvolvimento econômico], parece que, sem algum tipo de democratização da estrutura fundiária regional, seja por intervenção pública, seja por ação do mercado, existem poucas expectativas de superar o quadro de marasmo”

outros investimentos e poderes sociais que a propriedade da terra encadeia. Ora, um senhor de terras não possui somente na remuneração monetária a fonte de seu poder, por mais que fundamental, mas também nas possibilidades de mobilizar seus *dependentes* para o trabalho sob a autoridade pessoal, além de estender seus poderes mesmo sobre os corpos dos subordinados, como no caso do sexo e a constituição da poligamia dos patriarcas brancos (Freyre, 1987). Além disso, num contexto de ascensão econômica, os investimentos escolares dos filhos da *casa-grande* da estância possuem um sentido diferente do que naquelas situações em que se procura reverter as trajetórias para fugir do descenso social, com repercussões também sobre os investimentos em termos de relações sociais, como as estratégias matrimoniais. Estas e outras questões serão abordadas no próximo capítulo.

Capítulo V. A elite estancieira como classe dominante incontestada no espaço social: investimentos escolares, de relações sociais, trajetórias e estratégias matrimoniais

Este Capítulo investiga as relações sociais relativas à posição da elite estancieira enquanto classe dominante no espaço social. A propriedade de grandes extensões de terra, sobretudo num período de altos preços pagos ao gado, condiciona uma margem maior de autonomia relativa aos *senhores de terra*, quando em comparação com as demais posições. As assimetrias de poder daí advindas são incorporadas mesmo como *habitus* social pelos indivíduos e passíveis de serem investidas sobre o controle do próprio corpo dos subordinados. Da mesma forma, possibilita aumentar tanto a estrutura quanto o volume dos capitais, com investimentos escolares e investimentos na ampliação do capital social, do qual as estratégias matrimoniais são componente fundamental. Mas, para além disso, tais investimentos realizados pela elite estancieira possuem um sentido de afirmação enquanto classe dominante e legitimação social, diferentemente do que se passa no mesmo período com a elite agrária do Nordeste brasileiro, que possui nos investimentos escolares uma alternativa de reconversão das trajetórias frente ao descenso social (Cf. Garcia Jr., 1989, 2007, 2011).

O presente Capítulo está dividido em quatro seções. Na primeira se analisam os investimentos escolares, o capital de relações sociais e as principais trajetórias dos integrantes das seis linhagens estudadas. Se o sentido dos investimentos escolares perpassa o fato de ser uma elite em ascensão econômica que busca maior legitimidade social, é possível que o capital de relações sociais por ela acumulado atinja o seu máximo justamente no período que vai de 1930 até o processo de redemocratização em final dos anos de 1980. As trajetórias dos integrantes das linhagens analisadas traduzem um amplo conjunto de relações com ambos os espectros da política nacional e de acesso a cargos no Estado neste período. Sem dúvida, um observador poderia dizer que a Campanha, apesar de longe geograficamente, estava no centro da política nacional. A segunda seção deste capítulo volta a se dedicar sobre o poder do *senhor de terras* no espaço social estancieiro e suas margens de autonomia relativa que a estrutura de relações engendra como *habitus*

social. A análise privilegiará uma das teses de Freyre (1987) sobre estas configurações sociais semelhantes: a fraca interdependência dos senhores de terra para com os subordinados, ou, em outras palavras, o alto grau de autonomia relativa ou assimetria de poderes frente às demais posições sociais. Contudo, essa tese será percebida, principalmente, por um dos aspectos pelos quais se exprime no conjunto de relações encadeadas, qual seja a da poligamia dos *senhores de terra*. Por último, serão analisadas as estratégias matrimoniais das seis linhagens de estancieiros a partir da análise genealógica de parentesco consanguíneo dos núcleos centrais dos grupos domésticos. Sobre o uso da noção de ‘linhagem’, alguns autores a utilizam para se referir a ‘linhas’ específicas ascendentes, formadas geralmente por homens e outras vezes por mulheres. Outros interpretam como uma ‘Casa nobre’ e cuja perenidade é conferida por um domínio fundiário, portadoras de um nome que se transmite de geração em geração, de homem para homem, como é o caso do surgimento de linhagens que praticavam a primogenitura entre a metade do século X e início do século XI, quando se constitui uma aristocracia feudal e cavalearesca na França (Goody, 1985, p. 230-233). Neste estudo, linhagem assume o mesmo sentido atribuído por Goody (1985), como um grupo de filiação extenso e segmentado internamente, onde as relações de pertencimento se dão em termos genealógicos precisos, sem, forçosamente, serem biológicos, podendo ser patrilineares e/ou matrilineares; ou seja, podem ser ambilineares, como argumenta Lewin (1993, p. 120) para o caso brasileiro. Na análise das estratégias matrimoniais, procura-se evidenciar a homologia de posições entre os cônjuges como fundamento da reprodução dos distintos capitais das linhagens, sobretudo o capital social e simbólico, além do econômico.

1. Investimentos escolares, de relações, trajetórias sociais e o *desinteresse*

Uma tarde, depois de atender a um velho polaco reumático, uma china que dizia sofrer de “flautos”, e um caboclo que sentia “uma pontada no peito que arresponde nos bofes” – Rodrigo foi procurado por um dos filhos de Spielvogel, o Arno, que se queixava de dores no estômago e tonturas. Examinou-o com todo o cuidado, interrogou-o minuciosamente, receitou-lhe uma poção e prescreveu-lhe uma dieta. No momento em que o cliente se preparava para sair, aconteceu algo que

chocou Rodrigo dum modo que jamais ele poderia imaginar. No momento em que terminava de vestir o paletó, Arno Spielvogel meteu a mão no bolso e perguntou:

- Quanto lhe devo?

Rodrigo teve a impressão de que o esbofeteavam e seu primeiro impulso foi o de agredir o outro fisicamente. Aquele “quanto lhe devo” dito de cima para baixo (o rapaz tinham quase dois metros de altura) como que colocava o teuto-brasileiro numa posição

superior à sua, assim como a do patrão perante o empregado.

Vermelho, o rosto a arder, Rodrigo teve uma rápida hesitação, mas depois, com a voz alterada pela indignação, vociferou:

- Não me deve coisíssima nenhuma!

- Mas como, doutor?

- Já lhe disse que não me deve nada.

O rapaz mantinha a mão no bolso e olhava espantado para o médico.

- Desculpe, eu... eu só queria pagar. Pensei...

Caindo em si, Rodrigo tratou de remendar a situação.

- Depois falamos nisso. O tratamento não está terminado. Você terá que voltar aqui dentro duma semana.

- Bem. Então... muito obrigado.

Depois que o cliente saiu, Rodrigo sentou-se, pegou o corta-papel e começou a tamborilar nervosamente sobre a mesa. É melhor eu ir me acostumando com essas coisas. No fim das contas um médico tem de cobrar as consultas... (Érico Veríssimo. O Tempo e o Vento. O Retrato, p. 286 – destaques são meus).

Possuir um título de bacharel ou de oficial militar ou ter um filho ou genro que os acumulasse representou um dos principais recursos para a ampliação das relações sociais das famílias de elite. Esse título poderia ser investido na disputa política, no acesso a cargos públicos, na ampliação do capital simbólico e legitimação das posições hierarquicamente dominantes no espaço social, sobretudo numa sociedade em que não há ou é muita fraca a autonomização de diferentes campos com lógica e princípios de concorrência próprios. Nesse contexto, os princípios de legitimação e hierarquização social decorrem menos do capital escolar, uma vez que falta uma estrutura que garanta a equivalência dos títulos e da posição correspondente, mas sobretudo das posições sociais dominantes relacionadas com o capital econômico, político ou cultural (Coradini, 1997, 2003). Em tal ordem de poderes, Coradini (1997, p. 428) argumenta sobre o uso mais instrumental dos títulos escolares como elemento de consagração social, em que agem como fonte de acumulação de capital simbólico e podem ser investidos na ocupação de posições em outras esferas sociais.

Ou seja, trata-se de uma sociedade em que o principal princípio de hierarquização não é dado pela titulação escolar, mas sua posse e as possibilidades de inserção do possuidor nas redes de relações sociais privilegiadas garantem valor ao mesmo e, assim, a acumulação de diferentes espécies de capital, sobretudo econômico e simbólico. Portanto, não é apenas a atestação de determinado capital escolar que está em jogo, mas um elemento consagrador de uma posição social dominante já ocupada de antemão na sociedade. O que se torna elemento que atesta a validade de tal título é antes a rede de relações na qual ele se inscreve. Mesmo com o desenvolvimento progressivo de relativa autonomia do campo escolar ante o campo econômico, em que se constituem princípios de hierarquias

organizados segundo distintos princípios, os usos sociais da titulação dependem de outras esferas e instituições a que os sujeitos estão submetidos. Entre as principais esferas e instituições está o grupo familiar, a organização empresarial e as burocracias públicas e privadas, além do capital de relações sociais e as afinidades de estilos de vida, sobretudo no que tange aos grupos socialmente dominantes (Bourdieu, 1989).

Analisando o caso da Paraíba no período da República Velha, Lewin (1993, p. 173-177) argumentou sobre a importância que os títulos educacionais assumiram na estratégia das famílias para manter o controle sobre os municípios e influenciar a política estadual e nacional. Passou a ser fundamental projetar suas redes políticas para além das alianças locais, e o filho, o sobrinho, ou irmão bacharel tornavam-se um complemento nestas estratégias. Isso significou mesmo a necessidade de recrutar “estranhos” como genros ou cunhados “talentosos” que ampliavam as relações sociais e o acesso a diferentes cargos e controle da política; o que representou uma abertura em termos das estratégias matrimoniais em direção à exogamia familiar. De acordo com a autora, ao mesmo tempo em que muitos bacharéis deixaram definitivamente as casas de sua infância e se estabeleciam nos principais centros urbanos, uma tendência paralela constituiu no retorno de outros para seus locais de origem. Munidos de novos recursos derivados de seu treinamento especializado e dos valiosos contatos políticos estabelecidos nas faculdades, ampliavam as influências e revelavam-se como um trunfo político da família.

De modo geral, um processo semelhante é descrito por Grijó (1998) no caso da análise das trajetórias sociais dos integrantes da chamada Geração de 1907. Os filhos de estancieiros, depois de formados bacharéis, voltaram para suas cidades de origem e foram fundamentais para a ampliação das redes de clientela política locais, além das importantes redes de relações constituídas em nível regional, estadual e nacional que buscavam garantir e ampliar suas margens de acúmulo de recursos materiais e simbólicos. Contudo, há uma diferença fundamental entre as elites agrárias nordestinas e as riograndenses no que diz respeito à trajetória coletiva enquanto classes dominantes. Desde o final do século XIX, as elites agrárias nordestinas começavam a enfrentar mais seriamente a concorrência internacional com relação, principalmente, ao açúcar, cuja crise se acentuou “de uma forma sem precedentes até então” entre 1950 e 1980 (Garcia Jr. 1989, p. 72). No caso das elites estancieiras, se excetuarmos o período da segunda metade de 1920 e primeira metade dos

anos de 1930, temos uma trajetória ascendente que se acentua, principalmente entre 1950 e 1980.

Essas diferenças agem de modo decisivo e diferentemente sobre as possibilidades de constituição de trajetórias dos indivíduos nestas posições. Em situações de decadência econômica é maior a pressão para a reconversão das trajetórias e abandono da condição de origem. Precisamente, este é o caminho trilhado por dois líderes da Revolução de 30, provenientes das *Casas-grandes* nordestinas: José Américo de Almeida e Juarez Távora, cujas trajetórias são analisadas em Garcia Jr. (2007). O primeiro, natural do estado da Paraíba, filho de uma família de *senhores de engenho* expelida da produção de açúcar para a rapadura, viu a sucessão da propriedade paterna beneficiar unicamente seu irmão mais velho, sendo obrigado a investir pesadamente nos estudos como única forma de evitar descenso social. Da mesma forma, Juarez Távora, natural do estado do Ceará, filho de senhores de terra produtores de algodão, o declínio de sua família estava relacionado ao clima da região frequentemente submetido à seca, em que outros integrantes da família também buscavam reconverter suas trajetórias seja pela migração ou pelo prosseguimento da escolaridade. Em ambos os casos, os investimentos em estudos esteve relacionado com situações de declínio social, pois constituíam um meio de fazer carreira em postos relacionados à administração do Estado, na política ou no exército. Garcia Jr. (2007) considera que para um bom número de filhos das elites agrárias do Nordeste sobrava esta perspectiva dos investimentos escolares como forma de escapar do declínio econômico e reconverter trajetórias nas quais os capitais escolar e cultural fossem condições necessárias para o acesso e sucesso.

Inversamente, argumenta Grijó (1998, p. 71), para as elites agrárias estancieiras, os investimentos escolares fazem parte de estratégias das famílias em ascensão socioeconômica, e não em declínio. Getúlio Vargas, Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Paim Filho, todos filhos de estancieiros, não tinham os investimentos em estudos como forma de evitar o descenso social pela reconversão de capital de relações sociais e poucos recursos econômicos em capital cultural e escolar. Era um investimento que se enquadrava em uma estratégia de ascensão do grupo familiar e de seus membros, de modo que não estava em jogo o controle das propriedades fundiárias de seus pais, até porque se conservaram também como estancieiros pelos mecanismos da

herança. Enquanto ambos os casos analisados por Garcia Jr. abandonam seus locais de origem e constroem suas carreiras fora dos círculos de controle de suas famílias, os riograndenses voltam aos seus municípios e reforçam as redes de poder das mesmas, condição para alçar voos posteriores em esferas políticas estaduais e nacionais. Seidl (1999) chegou às mesmas conclusões que Grijó (1998) quando analisou os padrões de recrutamento e seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul no período entre 1850 e 1930: a detenção do título escolar como recurso legitimador de uma posição dominante anteriormente já ocupada.

Para Grijó (1998, p. 77-78), esta condição das elites estancieiras permitia que independessem de recursos monetários oriundos diretamente do exercício de seus títulos, ou mesmo da ocupação de cargos burocráticos ou eletivos. Não que deixassem de lucrar com distintos tipos de capitais, mas esse saldo se revestia de mecanismos mais complexos que o simples recebimento em dinheiro. O saldo poderia ser revertido em aumento do prestígio, da honra, do capital de relações sociais e ampliação das redes de clientes e, também, em recursos diretamente monetários. Tal dependência material no exercício de cargos públicos era mesmo tratada com desprezo por esta elite, impingindo a qualificação de “políticos profissionais” aos que deles dependiam, o que marcava toda a sua condição de ‘distância da necessidade’ e das hierarquias baseadas na honra. Para o autor citado, “trata-se da imagem do desinteresse e da independência material”.

Ora, estamos frente a indivíduos que possuem todas as condições objetivas para desenvolver um *habitus* baseado no *desinteresse* aparente, ou seja, no acúmulo de recursos econômicos baseados na honra, na reciprocidade assimétrica e dominação personalizada. Rodrigo, personagem de Veríssimo no trecho citado acima, sente-se ofendido em sua honra quando um filho de imigrantes alemães quer pagá-lo pelo atendimento médico. Na reação automática de Rodrigo à pergunta sobre quanto lhe devia *Arno Spielvogel*, o personagem de Veríssimo expressa com todo o vigor o *habitus desinteressado*; como argumenta o autor, *Rodrigo teve a impressão de que o esbofeteavam e seu primeiro impulso foi o de agredir o outro fisicamente*. Somente alguns segundos após, Rodrigo *caiu em si* e tratou de desembaraçar a situação frente ao espanto do outro que tentava pagá-lo.

Tendo em vista que a economia estancieira acentua sua valorização econômica no período posterior a 1930, tudo leva a crer que esta estratégia de acúmulo de títulos

educacionais e a caracterização realizada nos dois parágrafos anteriores tenha se mantido entre as famílias de senhores de terra no Rio Grande do Sul. Esse foi o caso, por exemplo, das trajetórias de Dácio de Assis Brasil e Juraci da Cunha Gonçalves, analisadas no Capítulo anterior. Figueiredo (1985, p. 120) não deixara de louvar a dedicação de ambos pela ampliação da cooperativa de carnes, tudo de modo “desinteressado”, como verbaliza o autor. Ambos, depois de formarem-se em medicina e trabalhar como tal durante um tempo, abandonam as profissões e se dedicam às suas estâncias e à política; o segundo torna-se prefeito, com ligações à esquerda do espectro político, amigo pessoal do presidente deposto pelo Golpe de 64, quando recolhe-se para sua estância; o primeiro torna-se presidente da cooperativa de carnes e possui ligações à direita do espectro político, milita na FARSUL contra a possibilidade de reforma agrária e cultiva amizades com os chefes dos governos militares.¹³⁸

Mas analisemos com mais vagar estas questões dos títulos escolares como legitimação de uma posição já dominante. De forma geral, isso pode ser percebido por um conjunto maior de dados. Começemos pelas respostas dos estancieiros aos Cadastros do INCRA, sistematizadas na Tabela 4, quanto ao grau de escolarização, que indicam naquela direção.

Tabela 4. Grau de escolarização dos grandes proprietários de terra declaradas nos Cadastros do INCRA de 1965, 1972 e 1978

	1965	1972	1978	Soma/Média
Nº absoluto total da amostra	51	110	77	238
Total (%)	100	100	100	100
Primário Completo (%)	37,25	26,36	20,78	28,13
Médio Completo (%)	19,61	37,27	37,66	31,51
Superior Completo (%)	43,14	36,36	41,56	40,35

Fonte: Cadastros do INCRA de 1965, 1972 e 1978

Pode-se notar que em 1965, 43,14% dos proprietários de terra declarantes, disseram-se detentores de títulos universitários, enquanto 19,61% deles com ensino médio e 37,25% com ensino primário. Nos outros anos, cresce a relação daqueles com ensino médio, diminui o número do que apresentam somente com o ensino primário e os que declararam

¹³⁸ Em homenagem às contribuições que Dácio de Assis Brasil prestou ao ruralismo no estado do Rio Grande do Sul, a FARSUL atribuiu o seu nome ao parque de exposições de Esteio, na Grande Porto Alegre, onde todo ano ocorrem exposições dos gados. Segundo dizem, é o principal parque de exposições de gados bovinos da América Latina.

possuir títulos universitários permanece relativamente estável. Em média, mais de 40% dos declarantes disseram possuir títulos universitários. Deve ser assinalado que se trata de apenas os proprietários efetivos das terras declaradas sem, por óbvio, a consideração dos parentes (filhos, genros, irmãos, tios, etc.). Essa perspectiva pode ser analisada no Quadro 2, com a vantagem de individualizar as estratégias com relação aos títulos escolares das 6 linhagens pesquisadas nesta tese – para ver as genealogias, Anexo C. Os dados aí presentes foram sistematizados com base na construção das respectivas genealogias e das declarações de pessoas entrevistadas em cada família, além dos livros genealógicos pesquisados. Os dados informam desde os iniciadores das linhagens consideradas até a geração atual que efetivamente dirige os negócios e a propriedade da terra.

Quadro 2. Famílias estancieiras e títulos escolares¹³⁹

Títulos escolares de integrantes da família	Famílias consideradas na amostra												Total	
	Família 1 – Assis Brasil		Família 2 – Menna Barreto		Família 3 – Prates Bento Pereira		Família 4 – Cunha Gonçalves		Família 5 - Chagas		Família 6 - Macedo			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total de filhos homens e genros	24	100	22	100	20	100	11	100	11	100	17	100	105	100
Advogado	2	8,33	3	13,64	5	25,00	4	36,36	0	0	3	17,65	17	16,19
Médico	0	0	2	9,00	4	20,00	3	27,27	0	0	3	17,65	12	11,43
Militar	4	16,67	2	9,09	1	5,00	0	0	1	9,09	0	0	8	7,62
Engenharia	1	4,17	1	4,55	2	10,00	1	0,09	1	9,09	1	5,88	7	6,67
Ciências agrárias	2	8,33	1	4,55	0	0	2	18,18	0	0	1	5,88	6	5,71
Outras	1	4,17	1	4,55	0	0	0	0	1	9,09	2	11,76	5	4,76
Total com título	10	41,67	10	45,45	12	60,00	10	90,91	3	27,27	10	58,82	55	52,38
Total sem título	14	58,33	12	54,55	8	40,00	1	9,09	8	72,73	7	41,18	50	47,62

Fonte: Genealogias das famílias - Anexo C - e entrevistas.

Do total dos filhos homens e genros do conjunto das famílias consideradas, 52,38% deles são detentores de títulos universitários, sendo que em primeiro lugar o título mais valorizado é o de direito, seguido pelo de medicina e pelos títulos militares, em seguida

¹³⁹ Como se considerou todos os títulos dos filhos e genros do iniciador de cada genealogia pesquisada e assim sucessivamente, todos os indivíduos considerados tornaram-se ou “filhos ou genros”, ou seja, a condição de pais, sobrinhos e tios, acabaram sendo incluídos como “filhos ou genros”.

pelos de engenharia e ciências agrárias – agronomia, veterinária e zootecnia. Contudo, são consideráveis as diferenças de estratégias em cada família com relação a estes títulos. A ‘Família 1’, iniciada na genealogia por um comerciante casado com a filha de um militar, apresenta seus principais investimentos nos títulos militares, seguido pelos de bacharel em direito e nas ciências agrárias; 41,67% de seus integrantes apresentam títulos escolares. Na ‘Família 2’, iniciada na genealogia por um major casado com a filha de um coronel, os principais investimentos se dão nos títulos de bacharel em direito, seguido pelo de medicina e militares; 45,45% de seus integrantes apresentam títulos escolares. Na ‘Família 3’, iniciada na genealogia por um desembargador casado com a filha de general, os principais investimentos escolares são, por ordem de importância, em direito, medicina e engenharia, apresentando somente um título militar e nenhum título nas ciências agrárias ou em ‘Outras’; 60% de seus integrantes apresentam títulos escolares. A ‘Família 4’, iniciada na genealogia por um filho de militar e casado com a filha de estancieiro, é a que apresenta o maior número de seus integrantes com títulos escolares, 90%, sendo que este índice aumenta se considerado o fato de que todas as mulheres-filhas da atual geração também apresentam títulos; os maiores investimentos são, respectivamente, em direito, medicina e ciências agrárias. A ‘Família 5’, iniciada na genealogia por um filho de barão casado com a filha de estancieiro, pelo contrário, é a que menos investiu em títulos acadêmicos, com apenas 27% de seus integrantes, sendo um título militar, outro em engenharia e o terceiro título classificado em ‘Outras’. Na ‘Família 6’, iniciada na genealogia por um filho de coronel e descendente de barão, casado com uma prima de primeiro grau, os principais títulos são em direito e medicina; 58,82% de seus integrantes possuem títulos escolares.

Entretanto, de fato, estes dados dos investimentos em títulos escolares demonstram apenas as iniciativas em tal direção, mas nada dizem sobre seus usos no contexto do conjunto das estratégias familiares, como em relação aos bens fundiários e de relações sociais. Essa ideia do conjunto e uso dos recursos disponíveis aos indivíduos só é percebida com a análise das trajetórias sociais, como se examinará a seguir. Antes, importa destacar que o período a partir de 1930 até a redemocratização do país em meados de 1980, parece representar o de maior acúmulo de capital de relações sociais pelas elites estancieiras, desde o século XIX. Elas estão no centro das principais decisões e na ocupação de cargos públicos. A crise que se processa a partir de 1990, é também de preço dos gados, mas

significa inclusive a perda de capital de relações sociais e a marginalização em termos de importância política no contexto estadual e nacional. Até então, no seio da maior parte das famílias havia relações estreitamente mantidas com ambos os espectros da política, o que implicava no controle de cargos públicos, influência, etc.

Na verdade, a análise das trajetórias sociais será um tanto parcial pelo fato de que se procurará destacar as relações sociais dos principais integrantes de cada família. Ou seja, por vezes se procura construir mais uma espécie de “trajetória da família”, assinalando-se as ligações políticas de seus integrantes e as possibilidades de mobilização de relações sociais. Além disso, quando se tratar de pessoas ainda vivas, os nomes não serão identificados. De todo modo, a análise procura colocar em relevo mais o capital social possível de ser mobilizado pelos integrantes das famílias do que realizar uma análise fina de trajetórias.

Nesse sentido, uma das famílias pesquisadas mais importantes em termos de relações sociais é a ‘Família 1 – Assis Brasil’, cuja linhagem fora iniciada por um filho de rico comerciante sesmeiro, casado com a filha de militar.

Seu integrante mais famoso é Joaquim Francisco de Assis Brasil, que encabeçou a oposição a Borges de Medeiros durante a maior parte do período da República Velha. Francisco nasceu em 1857, alfabetizou-se na estância de seu pai e foi o único filho a se formar bacharel em direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1882. Casou-se com uma irmã de Julio de Castilhos e participou ativamente ao lado deste na criação do Partido Republicano Riograndense (PRR), compondo a Junta Governativa do Rio Grande do Sul em 1891. Contudo, o rompimento entre os cunhados se dá quando Castilhos elabora sozinho a Constituição do estado, baseado no positivismo, e não recebe a chancela do primeiro. Afasta-se da política estadual e torna-se diplomata brasileiro na Argentina, Portugal, Estados Unidos, México e outros países. Com a morte de sua esposa, casa-se novamente em 1898 com uma filha do 2º Conde de São Mamede (José Ferreira Pereira Felício), quando inicia a construção de um castelo em uma de suas estâncias no atual município de Pedras Altas, divisa com o Uruguai. Mais tarde, retorna à política estadual e dirige a oposição à Borges na eleição de 1923. Sendo derrotado devido às fraudes eleitorais, não sem desencadear-se um conflito armado, é em seu castelo em que ocorre o chamado Pacto de Pedras Altas, em que se reconhecia Borges como Presidente do Rio Grande do

Sul, mas com o compromisso deste não concorrer novamente. Com a chegada de Getúlio Vargas ao Executivo Estadual em 1928 e com a unificação das duas facções políticas rivais, participa ativamente dos preparativos para a Revolução de 30, tornando-se Ministro da Agricultura entre 1930 e 1932, quando é sucedido por Juarez Távora (Garcia Jr. 2007, p. 83), e morre em 1938. Nas terras de seu castelo, foi responsável pela introdução no estado de várias raças europeias de bovinos. De acordo com o diário de uma de suas filhas (Reverbel, 1983), em cada jantar da família, falava-se em um idioma diferente, alternando-se entre o francês, inglês e português.

Um sobrinho de Joaquim Francisco, Ptolomeu de Assis Brasil, também teve papel destacado nos principais acontecimentos políticos vividos por seu tio. Ptolomeu nasceu em 1878, seguiu carreira militar, tornando-se General do exército. Na Revolução Federalista de 1893, combateu ao lado de Júlio de Castilhos, e na Revolução de 30 participou dos levantes no Rio Grande do Sul. Neste mesmo ano, fora nomeado como Governador interventor no estado de Santa Catarina, em que seu irmão por parte de mãe, Ruy Zobarán, major do exército, e seu sobrinho, Marçal de Assis Brasil, então advogado e depois major do exército, também assumem cargos naquele Executivo. Em 1932, devido a desentendimentos com Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul, sobre uma disputa de território entre estes dois estados, deixa o cargo para seu meio-irmão Ruy e retorna para sua estância em São Gabriel, onde morre em 1935. A trajetória de Marçal e sua esposa é interessante pelo que depõem quanto aos estilos de vida e ligações familiares. Marçal nascera em 1904, também se alfabetizou na estância de seu pai, fez colégio militar em Porto Alegre, bacharelou-se em direito na UFRGS, e, depois de acompanhar seus tios como interventores de Santa Catarina, trabalhou no Ministério da Guerra na capital federal entre 1940 e 1941, e morreu em 1953. É descrito pela família como atleta e ginasta de barra e solo, exímio tenista e cavaleiro, além de poliglota. Casara-se com Isabel da Jornada Dorneles, irmã de um de seus melhores amigos de faculdade, Oneron Dorneles, primo materno de Getúlio Vargas e um dos dirigentes do Partido Comunista no estado, tendo sido candidato a deputado estadual nas eleições de 1947. Isabel nascera em 1907, onde atualmente é o município de Santiado, é descrita como praticante de esportes, poliglota e versada em história e literatura; morreu no ano de 2000, em São Gabriel, ainda administrando suas terras e bens.

Leônidas de Assis Brasil, sobrinho de Joaquim Francisco, irmão de Ptolomeu e tio de Marçal, apesar de não ter seguido carreira militar, nem investido em títulos universitários, constituiu-se como um dos principais estancieiros em São Gabriel apoiadores de Brizola em idos de 1950 e 1960. Leônidas nasceu em 1879, casara-se com sua prima de primeiro grau em 1903, torna-se estancieiro com mais de 3.000 ha no município de Cacequi, que faz divisa com São Gabriel, onde possuiu dez filhos legítimos, e morreu em 1963. O terceiro filho de Leônidas, Argemiro de Assis Brasil, era Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República quando houve o Golpe de 64. Argemiro nasceu em 1907, fez colégio militar em Porto Alegre e escola militar em Realengo, no RJ. Em 1932, revolta-se ao lado dos paulistas contra Getúlio Vargas, é exilado, e anistiado em 1934. Casa-se em 1939 com a filha de um estancieiro uruguaio. Torna-se Chefe de Estado-Maior da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, e em 1963 é convidado por Goulart para compor o governo. Destituído do exército em 64, morre em 1982. Um irmão de Argemiro, Hermenegildo, quarto filho de Leônidas, não fosse o fato de ter se tornado comunista, também poderia ter construído carreira no exército. Hermenegildo nasceu em 1910, e, como seu irmão, estudou no colégio militar em Porto Alegre, tendo retornado às unidades do exército em São Gabriel anos depois. Em São Gabriel, envolve-se nos levantes provocados pela Coluna Prestes, quando é expulso do Quartel de Artilharia, com dezesseis anos. Em 1930, provavelmente por influência de seu irmão, encontra-se em Realengo, como soldado, de onde também é expulso por “incitar a indisciplina entre os praças”. Entra para o Partido Comunista e entrega-se ao movimento revolucionário. Preso em 1936, devido à participação nas ações da Aliança Nacional Libertadora, torna-se solto em 1937, e é enviado à Espanha para combater nas Brigadas Internacionais contra o fascismo; morreu em Paris em 1941.

Por outro lado, Dácio de Assis Brasil, já citado anteriormente, era filho de Ptolomeu e primo de Argemiro e Hermenegildo, tendo construído uma trajetória política à direita do espectro político. Dácio nasceu em 1904 e fora o único filho de Ptolomeu, de um total de quatro, a fazer estudos universitários. Formou-se em medicina na Escola de Medicina do Rio de Janeiro em 1930, onde frequentava a casa de seu tio avô, Joaquim Francisco de Assis Brasil, vindo a se casar com sua prima de segundo grau, Lina de Assis Brasil, filha de Joaquim Francisco. Retorna a São Gabriel em 1932, onde exerce a profissão até 1939,

quando a abandona para se dedicar à cooperativa de carnes e à FARSUL, como já foi comentado anteriormente. O que ainda é importante assinalar sobre a trajetória de Dácio é o fato de que tudo se passa como se ele reunisse tanto o capital simbólico de seu pai, quanto o de seu tio-avô e sogro nas lutas que empreende, tanto no que se refere às lutas ruralistas no estado, quanto em termos de influência nos círculos mais restritos dos Governos Militares. Morre em 1977, em uma de suas estâncias.

Na mesma direção que Dácio, quanto à participação e influência no espectro político citado, foi Gastão Álvaro Pereira dos Santos, que se casou com uma prima do primeiro. Gastão nasceu em 1915, fez carreira no exército, chegando ao posto de General, tornou-se prefeito de São Gabriel entre 1961 e 1963. Seu irmão, Adalberto Pereira dos Santos, também militar, havia participado dos movimentos tenentistas da década de 20, da revolta constitucionalista de 32 e alcançou o posto de general do exército em 1965. Adalberto foi chefe do Estado Maior do Exército no Governo de Costa e Silva, Ministro do Superior Tribunal Militar em 1969 e Vice-Presidente da República no Governo do também general e gaúcho Ernesto Geisel (1974-1979). Gastão também foi dirigente da FARSUL, Diretor-Presidente do Bannisul, presidente da Companhia União de Seguros, sendo seu nome cogitado para ser candidato pela ARENA ao Governo do Estado nas eleições de 1970, mas declinou em apoio ao também militar Euclides Triches. Da herança em terras que coube a sua esposa, teria duplicado o patrimônio fundiário, mas nunca se constituía como estancieiro e criador, mais como proprietário. Morreu em 2011.

De forma geral, ainda é interessante observar que na primeira geração desta família, um dos filhos casa-se com a irmã de um charqueador e, na segunda geração, há um matrimônio com a filha de outro charqueador. Ademais, na segunda geração, uma irmã de Ptolomeu casara com um tabelião de um município próximo e vários dos integrantes da linhagem participaram como diretores da cooperativa de carnes e do sindicato rural do município.

Outra linhagem interessante de analisar as ligações de seus membros é com relação à 'Família 3 – Prates Bento Pereira', cuja linhagem fora iniciada por Tito Prates da Silva, desembargador do estado, primo do Conde de Prates e de Júlio Prates de Castilhos, casado com Alice Palmeiro Menna Barreto, filha do general do exército João Manuel. O filho mais velho do casal, João Raimundo Prates da Silva, nasceu em 1885, formara-se em direito na

mesma turma que Getúlio Vargas, em 1907. Em 1911, casa-se com Iracema Lopes, filha de Aníbal Lopes, estancieiro do município de Cruz Alta. Iracema era irmã de Abegahy, casada com o farmacêutico Sebastião Veríssimo da Fonseca, pais de Érico Veríssimo, autor do famoso romance *O Tempo e o Vento*. João Raimundo, depois de assumir um cargo de juiz, abandonou a profissão para se tornar estancieiro. Foi considerado por Érico como um de seus principais influenciadores na literatura;¹⁴⁰ morreu em 1949.

Para o que interessa mais diretamente desta linhagem, tendo em vista as trajetórias daqueles que foram diretamente entrevistados pelo pesquisador a campo, importa os descendentes da primeira irmã de João Raimundo na linha genealógica e as relações constituídas. Alice Menna Barreto Prates da Silva casa-se com Alfredo Bento Pereira, de uma família de republicanos. No século XIX, o pai de Alfredo, João Bento Pereira, fora um tropeiro paulista que comercializava gados do Rio Grande do Sul para Sorocaba/SP, e acabou casando com a viúva de um rico estancieiro de São Gabriel, em 1879. Alfredo participou ao lado dos republicanos dos diversos conflitos armados, dos quais ganhou o título de Coronel. Na Revolução de 1930, torna-se intendente no município, onde permanece como prefeito até 1935, e morre em 1946. Dos sete filhos de Alice e Alfredo, apenas um deles seguiu carreira militar. Valdo Prates Pereira nasceu em 1919, alfabetizado na estância de seu pai, seguiu os estudos primários no município de São Gabriel, depois na Escola Militar de Porto Alegre, onde se formou oficial em 1940, posteriormente constituindo matrimônio com uma prima. Valdo compôs o Gabinete do Ministro da Guerra, Cel. Jair Dantas Ribeiro, até o Golpe de 64. Com o Golpe, teve sua carreira interrompida e

¹⁴⁰ Érico Veríssimo, em *Galeria Fosca* (1987, p. 87-96) comenta sua relação com os tios e as influências sobre sua trajetória. Sobre Catarino, tio materno, Érico o descreve como “o tio romântico, médico e [que] morava no sobrado dos Veríssimos”, para em seguida situar as influências recebidas: “lá ficávamos a ouvir música lírica, a recitar versos ou então a comentar com veia humorística gentes e costumes de nossa cidade. Nos serões do sobrado metíamo-nos às vezes na pele das personagens de Eça de Queirós e representávamos cenas inteiras de *Os maias* ou de *O crime de padre Amaro*” (p. 87). Sobre João Raimundo, Érico comenta: “nas cinzentas tardes de muito agosto João Raimundo e eu líamos juntos os dramas de Ibsen e a *Lógica* de Stuart Mill; mas, para que se não pense que não havia também muito sol na casa desse tio clássico, direi que com frequência procurávamos varrer do espírito as névoas ibsenianas fazendo longos e vagarosos passeis pelo Jardim de Epicuro, na amável companhia de mestre Anatole” (p. 87-88). Ainda sobre João Raimundo, o sobrinho o descreve da seguinte forma: “João Raimundo dava-me a impressão dum *esquire* inglês profundamente apegado às suas terras e aos seus bens, senhor dum senso muito agudo de autoridade, hierarquia, honra e tradição. Tinha a fibra dos construtores de impérios: detestava a improvisação, a pressa, as coisas impermanentes. Um dia, olhando para uma cerca que mandara erguer em seus campos e que a mim me parecera muito sólida, teve um gesto de impaciência e exclamou: ‘Não dura nem cem anos!’ Não lhe bastava a ideia de que seu latifúndio ocupava um lugar no espaço: queria também projetá-lo muito longe no tempo” (p. 93).

acabou no desterro em Mato Grosso, acabando por ser reformado na patente de Coronel do exército. Posteriormente refugiou-se em sua estância em São Gabriel, onde morreu no início de 2012. Um de seus irmãos, Alfredo Bento Pereira Filho, possuía relações privilegiadas no outro espectro da política. Alfredo nasceu em 1920, formou-se em engenharia civil e constituiu matrimônio com Lovely Garcia, filha de um estancieiro e médico do município de Cachoeira do Sul, José Felix Garcia. Alfredo se torna prefeito municipal entre 1969 e 1973, e morre em 1979. Quanto aos demais irmãos, o que mais importa perceber são os casos das relações que se constituem entre primos e, na geração seguinte, com os primos dos pais.

Tais relações serão analisadas a partir da trajetória de um dos estancieiros por mim entrevistados, sobrinho de Valdo, cujo nome chamarei de Rodrigo. Rodrigo nasceu em 1944, na cidade de São Gabriel, onde fez seus estudos primários. Posteriormente, realizou os estudos secundários no Colégio Julio de Castilhos, em Porto Alegre. Em 1963, inicia o curso do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e se forma de 1965. Sai dos quadros do exército em 1967, como primeiro tenente, quando entra na faculdade de direito da recém criada Universidade Federal de Santa Maria. No ano de 1969, durante a realização do curso de direito em Santa Maria, um primo de seu pai, Helio Prates da Silveira, é indicado pelo Governo Militar como governador do Distrito Federal. Helio nasceu em 1920, em São Gabriel, seguiu os estudos no Colégio Militar de Porto Alegre, em cuja carreira alcançou o posto de Coronel, foi Governador do Distrito Federal entre 1969/1974, presidente do Banco Militar, renomeado depois para Banco Sulamericano, e morreu em 1997. Na ocasião de sua nomeação ao Governo do Distrito Federal, seu irmão Caio, médico formado pela UFRGS, um ano mais novo que Helio, foi nomeado como Chefe da Casa Civil. Além de Caio, outros três integrantes da família também foram nomeados à assessoria de Helio: dois filhos de um primo por parte de mãe, entre os quais Rodrigo, e outro filho de um primo de seu cunhado, unindo na mesma indicação os caminhos de Rodrigo e Roberto, cuja trajetória será analisada mais adiante na 'Família 6 – Macedo'. Deslocando-se para Brasília como assessor do primo de seu pai, Rodrigo terminou o curso de direito no Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Quando o governo de Helio findou, um primo deste e também de seu pai, Marco Aurélio Prates de Macedo, então Procurador Geral do Trabalho e Presidente do Tribunal Superior do Trabalho entre

1988/1991, convidou Rodrigo para ocupar um cargo como Procurador do Trabalho. Marco Aurélio era casado com sua prima de primeiro grau Eliana Prates, única filha de Homero Prates – irmão de João Raimundo e cunhado de Alfredo Bento Pereira -, seu tio e portanto também sogro, que na época era desembargador e juiz do trabalho no estado do Rio de Janeiro. Rodrigo exerceu a profissão de juiz do trabalho até se aposentar, em 1992, quando decidiu retomar a criação de gado em sua estância de 900 ha, resultado da herança das terras de seus pais, cuja divisão fora em partes iguais entre os quatro irmãos e uma irmã. Das relações privilegiadas no juizado trabalhista, vários parentes, bacharéis em direito, se beneficiaram, entre eles um tio de Rodrigo, irmão de Valdo, nomeado juiz e posteriormente promotor público, além de um filho deste, também indicado para cargos correlatos.

Ademais, pode-se notar a constituição de outras relações privilegiadas por parte de integrantes da família, como a concessão de cartório de Órfãos e Ausentes à penúltima irmã de João Raimundo – primeira geração - e o casamento da irmã mais nova com um estancieiro e charqueador. Além disso, a participação de integrantes da família na constituição da cooperativa de carnes foi fundamental para sua efetividade, como se viu no Capítulo anterior.

Com relação à ‘Família 6 – Macedo’, importa destacar a trajetória de Roberto, referido anteriormente, também como exemplo das ligações estabelecidas. Roberto nasceu em 1945, mais novo de um total de quatro filhos, sendo duas irmãs mais velhas. Seu pai, o penúltimo filho de um total de sete, sendo três irmãs e quatro irmãos, foi o único homem a não seguir estudos universitários. O pai de Roberto nasceu em 1899, ficou na estância da família para “ajudar” seu pai nos negócios da família; posteriormente constituiu matrimônio com uma filha do estancieiro José Antônio Martins, citado no capítulo anterior, e passou a residir em sua própria estância. Roberto foi alfabetizado na estância da família, seguiu os estudos primários em São Gabriel e os estudos secundários no Colégio Rosário em Porto Alegre. Casou-se em 1964, com a filha de um funcionário do Banco da Província e dono de um Cartório Civil. Em 1965, o casal se muda para Porto Alegre e Roberto começa a faculdade de direito na PUC, formando-se em 1969. Neste ano, juntamente com Rodrigo, cuja trajetória foi analisada anteriormente, une-se à equipe de Helio Prates da Silveira no governo do Distrito Federal, onde permanece até meados de 1970. De volta a Porto Alegre, aí advoga até 1973, quando seu pai morre e ele retorna a São Gabriel, para a

divisão dos bens da família, onde a partir de então passa a advogar. Com a herança de 300 ha, procura desenvolver cultivos de arroz e soja, mas não sendo bem sucedido nesta experiência passou a arrendar sua terra para terceiros, dedicando-se somente à advocacia e à atividade literária. Em 1982, candidata-se a vereador, não se elegendo; contudo, de acordo com sua declaração, em “consideração” ao fato de não ter sido eleito, o prefeito convidou sua esposa a um cargo na prefeitura. Registre-se ainda que um de seus tios fora professor na faculdade de medicina da UFRGS, e seu cunhado fora professor da faculdade de agronomia da Universidade Federal de Pelotas/UFPeL.

Na ‘Família 4 – Cunha Gonçalves’, na primeira geração considerada, dos cinco filhos homens, dois tornam-se bacharéis em direito - um deles nomeado juiz - outros dois fazem medicina na UFGRS. Neste caso, os dois médicos se tornam prefeitos em São Gabriel, por partidos e em períodos diferentes. Um deles é Juraci da Cunha Gonçalves, cuja trajetória já foi analisada no Capítulo IV e comentada anteriormente, torna-se prefeito entre 1956 e 1959, pelo partido de Goulart. Posteriormente, seu irmão, Inocêncio da Cunha Gonçalves, com relações à direita do espectro político, torna-se prefeito entre 1963 e 1969. Vários dos irmãos homens estiveram na fundação e direção da cooperativa de carnes, além da chamada Cooperativa Mista Agroindustrial Gabrielense e do Sindicato Rural.

Os integrantes das outras duas famílias, ‘Família 2 – Menna Barreto’ e a ‘Família 5 – Chagas’, são os que menos constituem trajetórias diretamente relacionadas à política, o que não significa afirmar que o poder simbólico de seus nomes seja menor na constituição de relações personalizadas. A primeira delas foi considerada por Seidl (1999, p. 139) como “o grupo familiar que forneceu maior quantidade de oficiais ao Exército brasileiro em toda a sua história”, constituindo “um fenômeno impressionante de reprodução social de um grupo familiar no seio de uma instituição, fazendo parte da estrutura governamental de um país”. Contudo, na linha familiar por mim considerada na genealogia, estas relações que o autor comenta não aparecem, a não ser com relação aos seus fundadores e, na primeira geração, pelo fato da única filha ter se casado com um militar que se tornou Marechal. Posteriormente, na continuidade da linhagem pelos dois irmãos, as trajetórias permanecem mais próximas aos títulos, quando existem, de bacharel em direito e em medicina do que militar. De todo modo, trata-se de uma família considerada por outros estancieiros como “a mais importante do município”, devido ao poder simbólico que carrega. Uma das mais

aristocráticas dentre as demais, um casamento entre os primos na segunda geração foi considerado como a continuidade do poder simbólico na linhagem, cuja distinção se dava por um conjunto de símbolos que ostentavam a história da família, dentre os quais um pequeno museu familiar e, até o final da década de 1980, leões em sua casa próxima da cidade do município.

De modo semelhante ocorre com a ‘Família 5 – Chagas’. Na primeira geração, a única filha, de um total de três irmãos, casa-se com um engenheiro civil; na segunda geração, a única filha, de um total de três irmãos, casa-se com um militar tenente-coronel, e um dos filhos casa-se com a filha de um comerciante de couros; na terceira geração, uma das filhas fez zootecnia, sem exercer a profissão. As demais trajetórias estão relacionadas com o fato de serem somente proprietários de terras.

Dentre as 6 famílias consideradas e da análise do capital de relações sociais de cada uma delas, percebe-se que as mais importantes ligações foram constituídas pelas duas primeiras, ao menos no século XX. As trajetórias de vários dos integrantes se desenrolam a partir dos contatos com outros familiares que ocupam posições privilegiadas ou cujo nome carrega o poder simbólico da linhagem. Contudo, não se pode descuidar do peso do nome das demais, capaz de ser mobilizado e do qual se reivindica respeito e hierarquia social.

Quanto ao capital de relações possível de ser mobilizado pelas famílias, a análise dos dados recolhidos a campo parecem demonstrar o que Coradini (1997, p.426) argumentou quanto à análise das relações da elite médica no século XIX, ou seja, não são apenas “constituintes do grupo, como são oficialmente admitidas e até proclamadas com solenidade”. As possibilidades de mobilizar uma rede complexa de relações são expostas a três vezes sempre que possível.¹⁴¹

Contudo, ainda falta analisar outro conjunto de relações que são as estratégias matrimoniais de seus integrantes, também componentes da rede social mobilizável. Entretanto, faz-se necessário aprofundar as discussões sobre as noções mesmo de família e de grupo doméstico numa configuração social marcadamente assimétrica quanto aos poderes na estrutura social. Trata-se de ampliar a discussão para além do grupo familiar

¹⁴¹ Numa declaração lida por um primo no enterro de um estancieiro e médico, dizia: “[...] usava suas relações em todo o país para conseguir estágios em serviços médicos conceituados, para colegas mais novos e sequiosos de saber. De sua amizade, perene, intensa e gratuita, seu consultório na Santa Casa era ao mesmo tempo confessionário e muro de lamentações, sempre escutando, aconselhando, unindo e perdoando” (Documento de família, s/n).

restrito do estancieiro e entender suas margens de poder como possíveis de se estender aos corpos dos subordinados na estrutura social, em especial quanto à poligamia dos *senhores de terra* ou sobre o patriarcalismo polígamo.

2. Sobre o patriarcalismo e o *habitus* de classe dominante incontestado no espaço social

A concentração da propriedade da terra marca uma determinada forma de organização dos grupos familiares e parentesco, das relações de poder, de estratégias matrimoniais e herança, que se alteram no decorrer do tempo. É importante perceber como Lewin (1993, p. 115-118) tratou destas questões em seu estudo sobre as relações entre política e parentela no estado da Paraíba. A autora abordou a noção de ‘família extensa’ de maneira diferente ao que comumente é entendido pelos antropólogos. Para estes, a referida noção aplicar-se-ia quando vários núcleos familiares compartilham uma mesma residência, situação que seria exceção no caso brasileiro e não a regra. Como ‘família extensa’, Lewin compreende o grupo de descendência bilateral – tanto da linha paterna quanto materna -, incluindo os ascendentes maternos e paternos e os descendentes lineares de várias gerações. Além disso, no estudo da autora, à ‘família extensa’ pertence uma numerosa população de parentes não consanguíneos, como aqueles ingressos na família através do casamento, pelo compadrio ou por outras relações de reconhecimento social, como a amizade política. Assim, a noção de ‘família extensa’ torna-se sinônimo de ‘parentela’.

Como a autora estava interessada em perceber os fundamentos de mobilização política da oligarquia de base familiar, foi preciso diferenciar a noção de ‘família extensa’ - ou somente ‘família’, conservado aquele sentido -, das relações de parentesco consanguíneo. A parentela tornava-se mais significativa do que este último, uma vez que o parentesco consanguíneo considera apenas os cognatos, quer dizer, os parentes consanguíneos patri e matrilineares. A consanguinidade reconhecida oficialmente enfeixava um significado e aplicação muito precisas, como no caso do direito de herança. Já a ‘família’ era mais fluída e compreendia outras relações de interdependência. De forma geral, o parentesco determinava a assimetria de acesso a recompensas materiais e *status*, influenciava a extensão da mobilidade na estrutura social e a capacidade da elite de manter sua posição privilegiada na sociedade politicamente organizada. No entanto, em algumas situações, mesmo indivíduos ligados por sangue ou casamento, que seriam incluídos na

categoria virtual dos consanguíneos, não se reconheciam mutuamente como familiares, constituindo grupos de base familiar e oligárquica distintos. Nesse caso, um mesmo grupo de parentesco consanguíneo evidente deixava de se reconhecer como parente. Em outras palavras, a noção de família é entendida como uma construção social que pode expressar diferentes significados e situações sociais nas quais os indivíduos estão envolvidos, como naquelas estudadas por Lewin quanto à mobilização política.

Para esta tese, o que importa assinalar é a diferença entre a rede de família extensa e a de parentes consanguíneos. Estes podem sofrer um efeito de desfiliação da família, como resultado das disputas políticas, mas serem reconhecidos nas genealogias de consanguinidade, assim como podem não ser reconhecidos nas genealogias de parentesco consanguíneo, como no caso dos filhos e esposas ilegítimas, mas fazer parte da família extensa. Diferentemente de Lewin, o foco da análise não será o da mobilização para o controle e disputa da política, por mais que, certamente, também deve haver semelhanças entre os casos analisados, mas a compreensão das relações de poder e interdependência na estrutura social que a grande propriedade encadeia. As noções de família extensa e de parentesco consanguíneo são importantes para se entender as diferentes redes de solidariedade, poder e hierarquia ao longo de diversas relações e circunstâncias sociais com outros indivíduos ou grupos domésticos com menor ou maior simetria de poderes. No que se refere aos grandes proprietários fundiários, estes grupos domésticos foram interpretados pelo seu caráter patriarcal. Ianni (1988, p. 114), com base em Antônio Cândido, caracteriza-os como sob a influência direta do *senhor de terras*, em que compreenderiam tanto a esposa e filhos legítimos como núcleo central, além de uma periferia nem sempre bem demarcada, mas composta por agregados, moradores, mestiços, concubinas do senhor e filhos ilegítimos; além de escravos, no caso do período escravista. Estas configurações sociais, mais restritas ao controle de cada *senhor de terras* ou entre as distintas alianças com seus pares, mudam ao longo do tempo, de acordo com o que a sociedade amplia aos sujeitos outras possibilidades de constituição de trajetórias sociais. De modo geral, trata-se de perceber as configurações de poderes em cada momento, como faz Lewin no caso da Paraíba.

Assim, a família patriarcal não é tratada de forma estática, mas mais como um tipo ideal numa sociedade fundamentalmente rural e organizada sob a influência da grande

propriedade. Isto significa afirmar tanto que esta estrutura familiar tende a se reproduzir em condições semelhantes quanto o fato de que o fim da escravidão não alterou o fundamento dos poderes do *senhor de terras* sobre seus *dependentes*. Gilberto Freyre (1987), no prefácio da 25ª edição de *Casa Grande & Senzala*, argumenta nesse sentido aos críticos de que sua interpretação seria válida somente ao Nordeste agrário e escravocrata do Brasil, pois, nas palavras do autor,

[...] são críticos talvez deslembados do fato de que o espaço sociologicamente ocupado pelo mesmo sistema – e, neste ensaio, estudado sob critério não só sociológico como sociopsicológico, sócioecológico e histórico-sociológico, mas não geográfico ou cronológico – foi antes social que geográfico. Com espaço social e através de formas sociais é que chegou a compreender quase o inteiro conjunto brasileiro de regiões e áreas geográficas, étnica e culturalmente diversas, mas socialmente básicas e unificadas pelo sistema patriarcal, monocultor e escravocrático (p. xlix).

E mais adiante, continua o autor, no mesmo sentido:

A verdade porém é que o complexo *Casa-Grande & Senzala* seria transregional, estendendo-se, como formas, dos engenhos de açúcar do Nordeste e do Rio de Janeiro às fazendas de café de São Paulo, às de criar, de Minas, às estâncias do Rio Grande do Sul (com menos intensidade) (p. l).

Ora, o que está no centro da análise de Freyre é exatamente a estrutura social e as diferenças de poder entre os indivíduos numa sociedade rural e organizada a partir da grande propriedade. É o espaço social e não o espaço geográfico que enfeixa características semelhantes ao “quase e inteiro conjunto brasileiro de regiões e áreas geográficas”, mesmo “étnica e culturalmente diversas”. A polaridade representada pela *Casa-Grande* e a *Senzala* pode ser interpretada mais como um recurso utilizado para marcar as enormes diferenças de poderes no espaço social, do que uma estrutura social estanque e válida somente tanto na relação com os escravos quanto para o período escravocrata. Estas relações, se sofrem mudanças com a passagem de uma sociedade escravocrata para a “livre”, também se estendem no tempo e na medida em que as posições sociais dominantes e subalternas são reproduzidas.

Quando Freyre argumenta que o complexo *Casa-Grande & Senzala* por ele analisado é, antes de tudo, transregional, não deixa de ser curioso perceber a reserva que

assinala com relação às estâncias de criar no Rio Grande do Sul, quando escreve, entre parênteses, que haveria “menor intensidade” daquela polaridade. O autor não justifica o motivo deste comentário, nem o que ele quer dizer ou quais sentidos atribui à referida frase. Estaria o autor fazendo uma concessão às teses da chamada “democracia sulina”, frente à necessidade de maiores pesquisas? É possível. Não se pode esquecer que a ideia de que existiria uma “verdadeira democracia sulina”, em que *patrões* e *peões* exerciam suas funções na mais perfeita harmonia, constituiu o núcleo da argumentação de Jorge Salis Goulart no livro *A formação do Rio Grande do Sul*, publicado em 1927 e premiado pela Companhia das Letras. Além disso, o próprio Oliveira Viana reforçava aquela imagem em 1920, com o *Populações Meridionais do Brasil* (Vianna, 1974).

Na verdade, o que existia, era a extrema dominação e dependência pessoal dos peões e suas famílias aos estancieiros, talvez numa dimensão ainda maior do que a existente no Nordeste, entre *senhor-de-engenho* e *moradores*. Isso, por um motivo fundamental: a mão de obra necessária para o cuidado dos gados é infinitamente menor do que a mão de obra necessária ao trato da cana de açúcar e outras culturas agrícolas e do engenho; do que resulta que a voracidade de expansão dos domínios, no caso das estâncias, tende a ser maior do que a dos *senhores-de-engenho*, haja vista que dependem de menor quantidade de força de trabalho por área explorada, frente a uma ampla oferta de braços. De onde surge a tendência de aprisionar maior quantidade de terra sob domínio *senhorial* e submeter as populações subalternas a uma diferença maior de poder; com o agravante de que no Rio Grande do Sul não havia mais fronteira agrícola por onde se embrenhar, como no caso do Nordeste em que, até cento ponto, as famílias poderiam adentrar o sertão ou, como no caso do final do século XIX, partir para projetos de exploração da borracha na região amazônica. O modo de dominação personalizada exercida sobre os subalternos do espaço estancieiro e suas particularidades será analisado no Capítulo VI.

No que concerne aos objetivos deste capítulo, importa assinalar que o poder do *senhor de terras* estendia-se da organização da produção econômica ao controle dos corpos dos subordinados. Daí resulta o que Freyre descreve como patriarcalismo polígamo, em que os grandes proprietários constituíam um núcleo doméstico central e exerciam a poligamia com mulheres subordinadas – no sentido também entendido por Ianni (1988), discutido acima. Garcia Jr. (2011) registrou que um dos elementos da honra dos *senhores-de-engenho*

era a extensão de sua prole, tida com várias mulheres. Por outro lado, num contexto de decadência econômica, a expressão *fogo morto*, nome de um dos romances de José Lins do Rego, significava tanto a derrocada do engenho, quanto possuía um sentido de perda de virilidade por parte dos *senhores* em tal condição.

Isso não significa afirmar que o patriarcalismo tenha sido o único arranjo de poder nestes espaços sociais dominados pelo latifúndio, nem a única forma de família. Quanto ao exercício do poder para a direção dos negócios da família e da política, Lewin (1993, p. 172) demonstrou outros arranjos cooperativos duradouros exercidos por mulheres, entre irmãos homens, ou entre estes e seus afins. Quanto às formas de família e de poder sobre os corpos alheios, trata-se, a rigor, do que o próprio Freyre (1987, p. 51) argumenta sobre a baixa interdependência do *senhor* frente aos subordinados, de modo a haver um baixo controle dos impulsos do primeiro, tanto sexuais, quando de mando, exercido de modo “[...] violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública”, que caracterizaria todo o indivíduo nascido ou criado na *Casa-grande*. Assim, ao que parece óbvio, não se trata do exercício do patriarcalismo em todos os grupos domésticos da estrutura social. Farinatti (2010, p. 259-268) parece cometer este equívoco de interpretação sobre a obra de Freyre, em seu estudo sobre as famílias da elite estancieira da metade do século XIX. Ora, se considerarmos todos os grupos domésticos da estrutura social, é claro que uma variedade muito grande de composições familiares vai aparecer. Assim, Farinatti confunde os arranjos de “família” constituídos pelas diferentes posições sociais no Brasil rural, do que parece resultar lógico sua conclusão de que “a família extensa e patriarcal não era predominante” (p. 260). Deste tipo de análise, de fato, só se pode chegar à conclusão de que os modelos familiares eram plurais. Mas por nenhum autor as relações de poder enfeixadas pelo patriarcalismo foram descritas, por exemplo, para o caso do sitiante, pois compreende as margens de autonomia relativa ao *senhor de terras*.

Ademais, sobre a análise de Farinatti do caso específico da paróquia de Alegrete, além da confusão já evidenciada, o autor comete outro passo em falso em sugerir a associação do fato da predominância do ‘casamento’ dos homens herdeiros com a inexistência de relações patriarcais, como no caso da poligamia masculina, tratando como

famílias nucleares.¹⁴² No Brasil, o casamento, como um núcleo central do grupo doméstico, nunca foi impeditivo para o desenvolvimento da poligamia pelos *senhores*, pelo contrário, o casamento é uma estratégia de reprodução e de alianças sociais. Além disso, não é somente o poder internamente ao grupo doméstico restrito e quanto às estratégias de casamento dos herdeiros em que há a influência decisiva patriarcal – tanto maior quanto menor forem as possibilidades de trajetórias aos seus filhos e filhas –, mas, sobretudo, sobre a família extensa. No entanto, é compreensível que esta reconstrução torne-se difícil ao autor, pelos próprios limites de suas fontes de pesquisa, uma vez que não deve ser fácil encontrar registros nos inventários *post mortem* a partir dos quais se possa reconstruir o poder sobre os corpos subordinados. Nestes, se encontram as relações de parentesco consanguíneo do núcleo central do grupo doméstico, aliás, analisados pelo autor.

É do fundamento central da argumentação de Freyre (1987) que o sistema por ele analisado tem um caráter válido para outras configurações sociais semelhantes. Para o autor, não se pode deixar de perceber a influência decisiva

[...] da produção econômica sobre a estrutura das sociedades; na caracterização de sua fisionomia moral. É uma influência sujeita a reação de outras; porém poderosa como nenhuma na capacidade de aristocratizar ou de democratizar as sociedades; de desenvolver tendências para a poligamia ou a monogamia; para a estratificação ou a mobilidade (p. lviii)

Nesse sentido, a formação patriarcal do Brasil se explica em termos econômicos e de herança cultural portuguesa na organização da família, que no Brasil encontrou as condições objetivas para se reproduzir. A *Casa-grande* e a *senzala* representavam um sistema econômico, social e político. Aí era exercido o poder do *senhor de terras* acerca da produção agrícola, do controle do trabalho, da religião, da política, sobre os corpos dos subordinados e da vida sexual e de família, na qual os senhores de terra exerciam o patriarcalismo polígamo. Este sistema também “foi fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando velhos e as viúvas, recolhendo órfãos”

¹⁴² Trata-se da seguinte passagem: “Entre os 352 herdeiros adultos, presentes na amostra, 86% eram oficialmente casados. Isto demonstra a difusão e a importância do casamento e da formalização das relações familiares em Alegrete, em consonância com o que fora encontrado para outras regiões do Brasil. Da mesma forma, como deverá ficar claro adiante, é possível concordar com a percepção de que a família era um ponto de referência essencial na posição e nas ações dos sujeitos daquela realidade histórica” (Farinatti, 2010, p. 261). O casamento e o fato de ter o grupo doméstico central como referência para suas estratégias de reprodução social, conservação ou ampliação das hierarquias sociais, não demonstra, nem permite, uma interpretação de família comportada, como parece entender o autor.

(Freyre, 1987, p. lxiii). Qualquer semelhança com a caracterização da estância como lugar que acolhia peões sem eira nem beira ou outros indivíduos “viajantes”, como fazem os apóstolos das teses da “democracia sulina”, não é, absolutamente, mera coincidência.

A análise das distinções do espaço social, os investimentos escolares e em relações sociais, assim como o gozo dos poderes assimétricos e as estratégias matrimoniais tem um mesmo sentido do que a análise das estratégias econômicas num sentido estrito: todos fundam a honra do *senhor de terras* e de sua linhagem, além de lhe conferir o topo da hierarquia social.

3. Sobre as interdependências no espaço social estancieiro e o patriarcalismo polígamo

E agora [Rodrigo] pensava no curioso tipo de moralidade de Toríbio Cambará. Segundo o seu código particular, permitia-se a um homem a satisfação de todos os seus caprichos e desejos sexuais: podia cometer adultério, indiscriminadamente, até com a mulher do melhor amigo; tinha direito de deflorar chinocas como as do Angico e até fazer-lhes filhos... O que importava para um macho era não ser covarde, ladrão ou vira-casaca em matéria de política. Érico Veríssimo. O tempo e o vento. O Arquipélago. Volume II, 19.. p. 253-254

mulheres, chinas e filhos. Rodrigo reconheceu, em muitas daquelas fisionomias, traços que lhe eram familiares. Naquela peça achavam-se congregados quase todos os Carés moradores dos campos de seu pai. Muitas das mulheres estavam grávidas, as barrigas intumescidas sob os molambos sem cor. Viu Ondina a um canto e achou-a mais corpulenta, mais adulta. Olhou com certa apreensão para o ventre da chinoca, mas ficou tranquilo ao verificar que ela não apresentava nenhum sinal externo de gravidez. (Érico Veríssimo. O tempo e o vento. O Retrato, p. 326).

*

Peões, agregados e posteiros do Angico encontravam-se no velório com suas

Em *Casa-grande & Senzala*, Freyre descreve e analisa as sociabilidades que o sistema latifundiário e escravocrata conforma às posições polares do espaço social. O colonizador português teria encontrado nesta parte da América as condições objetivas para reproduzir um conjunto de disposições sociais internalizado pela história de formação de seu próprio país, em particular a influência da escravidão moura e moçarabe, que o predisporia à colonização agrária, escravocrata e polígama. Tomar uma mulher indígena para formação da família, assim como também ocorreu com os primeiros colonizadores do Continente de São Pedro,¹⁴³ teria sido facilitada por aquela formação cultural anterior. Mas

¹⁴³ A este respeito, a tomada de mulheres indígenas para a formação das famílias dos primeiros colonizadores do território onde hoje é o Rio Grande do Sul, olhar Gutfreind (2006).

o que, neste estudo, importa destacar é a diferença de poder entre as distintas posições na estrutura social, que fundamentalmente se manteve mesmo após a escravidão. Desimpedido de limites impostos por suas relações de interdependências sociais, os *senhores* não só explorariam a mão de obra do trabalho subordinado, como submeteriam seus corpos a todos os tipos de castigos físicos e desejos sexuais. Este último, validado socialmente e estimulado como sinal de virilidade dos homens da *Casa-grande*.

De forma semelhante ao sistema latifundiário desenvolvido nos trópicos, aquela estrutura das relações sociais também se reproduziu nas terras meridionais conquistadas da Espanha. O trabalho escravo utilizado nas estâncias e a progressiva submissão de indígenas, mestiços e todo tipo social sem título de propriedade como *dependentes* do *senhor de terra*, conferiu um grau de autonomia relativa a estes, semelhante àqueles. Isto é válido não somente quanto ao (não) controle dos impulsos sexuais, tomados aqui como um elemento privilegiado da análise, mas no que diz respeito mesmo à conformação sociopsicológica e de *habitus* internalizado como proprietário de vastas extensões de terras. Assim, aos seus olhos: benfeitor aos que procuram trabalho, proteção e refúgio; o que engaja uma relação de dívida dificilmente paga pelos que procuram ajuda. Tal *habitus* não se circunscreve somente ao interior de suas posses territoriais, mas nas relações que mantém com a sociedade em geral. Um dos domínios da vida que se estende suas autonomias relativas é a possibilidade de possuir sexualmente os corpos das mulheres mais diretamente subordinadas e de constituir a poligamia, com ou sem o fato de possuir um grupo doméstico central.

Nesse sentido, o campo de pesquisa é prenhe de exemplos que vale apenas serem analisados. Em todas as famílias de estancieiros em que o pesquisador teve a oportunidade de desenvolver uma conversa mais demorada e de ver os álbuns de família, havia comentários e referências à poligamia de integrantes da linhagem. Se isto é anunciado sem alarde, até certo ponto são relações naturalizadas, como se verá a seguir. Estas relações levavam mesmo à formação de novas linhagens, na situação de não haver a constituição de um núcleo doméstico central, como foi o caso do estancieiro Paulo de Assis Brasil.¹⁴⁴ Paulo foi o sétimo filho de um total de nove irmãos, sendo três mulheres, nasceu entre 1857 e

¹⁴⁴ Todos os dados relativos a este caso estão disponíveis à consulta pública no site da família Assis Brasil, que pode ser checado em: <http://assisbrasil.org/primeira.html>. Por este motivo, os nomes citados correspondem aos reais e todas as informações citadas tem como fonte o referido site da família.

1862, tendo em vista as datas de nascimento de seu irmão anterior e posterior, respectivamente, e morreu em 1933. Irmão de Joaquim Francisco de Assis Brasil - sexto filho da família e cuja trajetória o leitor já conhece -, não realizou estudos superiores, nem constituiu matrimônio com a filha de um grande estancieiro, comerciante ou de algum graduado do Exército. Exercendo a condição de estancieiro na Estância São Gonçalo que recebera de herança de seu pai, Paulo teve 19 filhos reconhecidos como legítimos, com três mulheres de sua estância, e deu início à linhagem 'Brasiliense', sendo seu patriarca fundador, em que a designação dos nomes dos descendentes foi somente patrilinear.

Se a formação de novas linhagens pode ser descrita como um caso raro, não parece que o fato de ter o *direito de deflorar chinocas como as do Angico e até fazer-lhes filhos...*, como Érico Veríssimo argumenta em seu romance, tenha sido exceção. E os indícios estão por todos os lados: uma professora universitária declarara ao autor que seu pai era filho ilegítimo de um estancieiro com uma moradora em seus domínios; vários foram os relatos a campo de casos cujos homens, de gerações anteriores, possuíam “mais de uma família”, além do incontido impulso sexual os caracterizava. Em um livro da genealogia de determinada linhagem, antes da descrição do parentesco, havia trechos de histórias que teriam caracterizado as distintas personalidades e gerações; uma delas era referente à posse sexual, referendada socialmente, dos corpos das “negrinhas” e de mulheres hierarquicamente inferiores: a esposa legítima, tendo descoberto as relações extraconjugais e filhos ilegítimos do marido, voltara à casa paterna, sendo, pelo seu pai, enviada de volta ao marido sob o argumento de que aquilo era uma banalidade. Se tais histórias são aceitas pelos integrantes da família para compor o seu livro genealógico, é porque há algum grau de naturalização destas relações.

Um poderoso instrumento para ouvir os entrevistados sobre as trajetórias dos integrantes da linhagem foi lhes apresentar um organograma da genealogia da família desenhado pelo pesquisador e implicitamente fazer-lhes comentar a história dos indivíduos. Assim, eram comuns as descrições relacionadas à poligamia e filhos ilegítimos de seus integrantes.¹⁴⁵ Ademais, possuir uma família extensa ou “mais de uma família” implica em

¹⁴⁵ Um outro conjunto de elementos que também caracterizava as descrições dos entrevistados sobre os integrantes da linhagem era a não cobrança monetária por serviços advocatícios e médicos, obviamente por aqueles que ostentavam tais títulos. Frases como “esse aí não sabia cobrar” ou “ele não cobrava dos pobres, só de quem tinha dinheiro” foram ouvidas com frequência pelo pesquisador. Este é outro elemento da formação

custos na manutenção dos *dependentes*, guardadas as devidas hierarquias entre estes. Da mesma forma, tal fato pôde ser percebido pela naturalidade com que um dos estancieiros entrevistados, quando repassava ao autor os dados de gastos monetários de sua família e os da estância, reconheceu-os como altos, mas “isto sem amante, porque senão eles seriam bem maiores”, segundo suas próprias palavras. Esta última frase é importante porque ela traduz a estrutura da relação polígama dos homens da *Casa-grande*, exercida, sobretudo, devido à assimetria de poder e, portanto, com mulheres hierarquicamente inferiores.

Além disso, as situações acima descritas expressam uma prática não só validada socialmente, por mais que possa ser reprovada moralmente em algumas situações, mas componente da honra e constituinte da estrutura das relações nas quais se insere o *senhor de terras*. Quer dizer, das assimetrias de poder do espaço social; como o caso do estancieiro e também proprietário de uma charqueada, na década de 1930, que possuía “mais de uma família” e nem por isso deixou de ser um dos principais nomes da política municipal, tendo sido prefeito. É um pouco do que Veríssimo expressa nos trechos de seu romance no início desta seção. O código moral de Toríbio Cambará, filho do estancieiro Licurdo Cambará, permitia a realização de todos os desejos sexuais, seja com a mulher até do melhor amigo ou com as *chinocas* da estância de seu pai; o que se reprovava num homem era o fato deste ser covarde, ladrão ou *vira-casaca em matéria de política*. Licurdo, chefe republicano local, mesmo antes de constituir matrimônio com sua prima, já havia se amasiado com uma *Caré*, relação que manteve até sua morte.

Mas o personagem mais fascinante construído por Veríssimo é, sem dúvida, Rodrigo. Filho de Licurdo e único irmão legítimo de Toríbio, foi o primeiro de seu município a fazer medicina na capital no estado. Homem culto, alto, bonito, perfumado, inteligente, bondoso para com os pobres, com gostos refinados para comidas e bebidas, quase um príncipe perdido no interior do Rio Grande, mas altamente explosivo e impulsivo quando os assuntos envolviam mulheres, política e a honra. Quando Rodrigo, então bacharel, retorna da escola de medicina ao município, é o período em que o personagem sofre as maiores contradições morais, em especial, com relação à moral sexual de seu irmão. Rodrigo busca freneticamente autocensurar-se dos pensamentos que possui com

e reprodução de um *habitus desinteressado* que procura maximizar não, necessariamente, os ganhos monetários, mas simbólicos, como prestígio, respeito e reputação.

relação às empregadas e filhas de peões e agregados da estância do *Angico*, em especial à *Ondina*, cuja censura é alternada com rompantes de raiva, de violência, de impulsividade e, o que ele considera, de irracionalidade. Ora, aquilo ele podia admitir aos seus antepassados, ao seu pai e até mesmo ao seu irmão, mas ele era um homem letrado, médico, com total domínio de suas faculdades mentais; pensava no por que de um homem como ele não ia querer ser fiel à esposa, constituir uma família, ao invés de possuir as mulheres da estância, ou resolver as questões de política de forma racional e não na “ponta da faca”. Rodrigo leva para o túmulo muitas das contradições das quais sofre a vida inteira. O episódio do velório no *Angico* traduz sua aflição, uma vez que reconhece, *em muitas daquelas fisionomias* presentes, *traços que lhe eram familiares*, ao mesmo tempo em que fica tranquilo quando percebe que o *ventre de Ondina não apresentava nenhum sinal externo de gravidez*.

Sylvain Maresca (1990), pesquisador francês, quando em viagem de estudos pelo Brasil, entrevistou Gilberto Scopel de Moraes e visitou sua estância no município de Cachoeira do Sul, o que permitiu uma longa entrevista e a anotação de muitas informações. Além de estancieiro, Gilberto era médico-cirurgião plástico, descrito como alto, fino, simpático e amável. Um dos dirigentes da UDR em seu município, apesar de se dizer contrário à violência, o entrevistado descrevia-se como um “homem de guerra”, tendo se envolvido em ameaças de morte a um padre que defendia a reforma agrária na região. Para Maresca (1990, p. 104) a descrição que realizava de seu entrevistado era contraditória, pois, de um lado, era um homem cortês, fino e elegante e, por outro lado, agressivo contra seus adversários, levando o pesquisador à seguinte indagação: “como esta agressividade pública pode andar de mãos dadas com a cortesia de um homem tal qual se pode ver agora?”¹⁴⁶ Além disso, Gilberto colecionava dois homicídios: um para honrar o pai, que fora morto por aquele que se tornara o alvo da vingança, e outro para preservar a própria honra, com a morte do amante da esposa infiel. Da mesma forma que Rodrigo, personagem de Veríssimo, Gilberto resolvia seus problemas com as próprias mãos para preservar a honra de sua linhagem, de modo explosivo e, provavelmente, não sem viver contradições. O que parece ser fundamental chamar a atenção para estes casos é, justamente, a tese que atravessa esta seção, qual seja a constituição histórica de um *habitus* (um ego) que não

¹⁴⁶ A tradução é minha. A frase no original é a seguinte: “comment une telle agressivité publique peut-elle aller de pair avec la courtoisie de l'homme tel qu'il se donne à voir aujourd'hui ? ”

encontra grandes repressões (um superego) advindas do conjunto das interdependências das relações sociais que o constitui, além de expressar a posição de dominante incontestado no espaço social. Os comportamentos daí advindos podem ser percebidos, sobretudo, quanto aos impulsos sexuais, na ação política e na defesa da honra. Os sentimentos enredam-se nos sentimentos e os impulsos são fracamente dominados ou reprimidos pela previsão de aborrecimentos futuros. Tal rompante dos sentimentos mais imediatos acaba por prender o indivíduo em um número menor de opções de comportamento, em que se se declara ser “homem de guerra”; as pessoas passam a ser boas ou más, amigas ou inimigas, os padrões afetivos são em termos de se ter tudo “no preto e no branco”: rir ou fazer qualquer gesto pode atingir os brios do observador.

Ademais, o restante das sociabilidades da *Casa-grande*, aqui, não parece ter sido tão diferente do que aquelas descritas por Freyre. Um exemplo é o fato de que as famílias mais bem situadas no espaço social também tinham as *mães-pretas* que cuidavam da prole legítima do *senhor*: davam banho, alimentavam, cuidavam da roupa, ninavam e, não raro, substituíam a própria mãe em outras questões, como a amamentação.¹⁴⁷

Uma vez assinalado o caráter patriarcal quanto às possibilidades de poder sobre os corpos subordinados e de extensão da periferia do grupo doméstico, resta analisar o núcleo central deste grupo e as estratégias matrimoniais e simbólicas quanto ao uso dos nomes das linhagens em questão. Estas e outras questões serão tratadas na próxima seção.

4. Estratégias matrimoniais das famílias da elite estancieira

As estratégias mais propriamente econômicas, de investimento escolar ou de relações sociais são indissociáveis daquelas que visam a assegurar a reprodução da família

¹⁴⁷ José Antônio Macedo, descendente da linhagem do Visconde do Serro Formoso, filho de estancieiro, advogado aposentado e também conhecido como “Dr. Poeta”, compôs 12 canções, interpretadas por Wilson Paim, no álbum *Quando o Verso Sai da Alma*, lançado em 2008, sendo que a primeira faixa tem por nome *Mãe-Preta*, como homenagem à mulher que o teria criado, conforme ele próprio declarou ao pesquisador. Um trecho da letra da música é o seguinte: *Minha querida mãe preta/ de 90 e tantos anos/ são candieiros apagados/ os teus olhos veteranos/ no teu ranchito de sombras/ não há mágoas, nem queixumes/ pois bem sabes negra velha/ que te servirei de lume. Minha querida mãe preta, do tempo de minha avó/ acho lindo teu sorriso na boca de um dente só. Me deste o primeiro banho/ também o primeiro embalo/ ao escutarte mãezinha, reverencioso me calo. Até hoje sinto falta da carícia dos teus dedos/ do teu jeito misterioso de dar vida aos meus brinquedos. Quanta noite bem me lembro/ temendo bicho papão/ pegava mãezinha preta, bem firme em tua mão. Tua campeira vivência/ se extravasa pelos lados/ me enriquecem teus conselhos/ quanto mais velhos, mais sábios. Não esquece meu pedido, no dia em que te segui/ me embala mãezinha preta/ de novo, para eu dormir. Me deste o primeiro banho/ também o primeiro embalo. Ao escutarte mãezinha/ reverencioso me calo [...].*

e, sobretudo, sua integração. As estratégias matrimoniais compõem o conjunto das estratégias de reprodução dos integrantes do grupo familiar e constituem-se como uma das principais condições para a perpetuação do poder material e simbólico das linhagens. O conjunto das estratégias de reprodução encontra seu princípio de reprodução na necessidade imanente da posição que se trata de reproduzir. Em outras palavras, não somente nos estilos de vida, mas quanto aos princípios de visão e divisão que são ao mesmo tempo individuais e coletivos porque constituintes de um grupo que se reconhece entre iguais e que fundamenta o consenso sobre o mundo social. Nesse sentido, a família e as relações matrimoniais exitosas de seus integrantes possuem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social. Quer dizer, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais (Bourdieu, 1989, p. 386-427; 1996, p. 124-135).

De fato, a família é um dos lugares por excelência de acumulação do capital sob seus diferentes tipos (econômico, social, cultural, simbólico) e da transmissão desses capitais ao longo das gerações. Ela não somente resguarda sua unidade pela e para a transmissão, como se torna o princípio das estratégias de reprodução (Bourdieu e Saint Martin, 1978; Bourdieu, 1989, p. 386-427). Nas famílias que possuem como um de seus principais capitais o econômico, seja em forma de propriedade de terras ou de empresas, as demais estratégias que visam assegurar a reprodução do grupo tendem a se subordinar às estratégias especificamente econômicas visando garantir a reprodução do capital econômico. Nesses casos o rigorismo em matéria de educação, o horror ao mau-casamento, a exaltação dos valores da família, as estratégias sucessoriais do patrimônio e aquelas ligadas aos casamentos endo ou exogâmicos à família, mas com relativa homologia das posições, cumprem aquele mesmo objetivo. Bourdieu (2002b) demonstrou como no campesinato *béarnais* as estratégias matrimoniais dependiam das estratégias de fecundidade da família, das estratégias educativas – cujo êxito das filhas e dos filhos mais novos era condição para que não herdassem parcelas da propriedade –, da existência do celibato e das estratégias propriamente econômicas visando entre outras coisas a manutenção ou o aumento do capital de terras. A não observância destas práticas para manter indiviso o capital fundiário poderia impor pesados sacrifícios para reestabelecer a

posição material e simbólica do grupo, com vistas a compensar as saídas de patrimônio com um mau-casamento de integrantes da família.

No caso das elites agrárias estancieiras, a tradição da herança em “partes iguais” do patrimônio fundiário dos pais entre os integrantes da família, além da fraca presença de casamentos endogâmicos à família, só podem ter reforçado as práticas de manutenção da homologia de posições, como será observado adiante. Antes, analisemos com mais vagar suas estratégias de casamento, que podem ser visualizadas no Quadro 3, totalizando 99 uniões matrimoniais das seis linhagens estudadas.

Quadro 3. Estratégias de casamento nas famílias da elite estancieira

Famílias consideradas na amostra														
Posição dos iniciadores considerados nas linhagens														
Origem do recrutamento dos genros	Família 1		Família 2		Família 3		Família 4		Família 5		Família 6			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
	Comerciant e + filha de cirurgia-mor do exército		Major do exército + filha de general		Desembar gador do RS + filha de general		Filho de militar + filha de estancieiro		Filho de barão + filha de estancieiro		Filho de coronel do exército e descendente de barão + prima			
Militar	4	66,67	1	7,69	1	25,00	-	-	1	20,00	-	-	7	18,92
Estancieiro	2	33,34	6	46,15	3	75,00	-	-	2	40,00	-	-	13	35,14
Estancieiro-militar	-	-	2	15,38	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5,41
Estancieiro-bacharel	-	-	1	7,69	-	-	2	50,00	-	-	4	80,00	7	18,92
Bacharel	-	-	3	23,07	-	-	2	50,00	-	-	1	20,00	6	16,22
Comerciante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Funcionário Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	40,00	-	-	2	5,41
Total	6	100	13	100	4	100	4	100	5	100	5	100	37	100
Origem de recrutamento das noras. Filhas de:														
Estancieiro	10	71,43	3		9	75,00	3	50,00	4	66,67	8	80	37	67,27
Estancieiro-militar	-	-	-	-	-	-	1	16,67	-	-	-	-	1	1,82
Militar	1	7,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,82
Estancieiro-bacharel	1	7,14	-	-	1	8,33	2	33,34	-	-	-	-	4	7,27
Bacharel	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comerciante	-	-	3	-	-	-	-	-	1	16,67	-	-	4	7,27
Funcionário público	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,67	1	10,00	2	3,64
Outro	2	14,28	1	-	2	16,67	-	-	-	-	1	10,00	6	10,91
Total	14	100	7	-	12	100	6	100	6	100	10	100	55	100
Consanguinidade														
Primos de 1º grau	1	100	1	100	3	100	-	-	-	-	-	-	5	71,43
Primos de 2º grau	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	1	100	2	28,57
Total	1	100	1	100	3	100	-	-	1	100	1	100	7	100
Total de matrimônios	21	-	21	-	19	-	10	-	12	-	16	-	99	-

Fonte: Dados genealógicos das seis linhagens consideradas, Anexo C.

Deve-se observar que, de forma geral, as origens de recrutamento dos cônjuges seguem uma dinâmica semelhante ao efetuada pelos iniciadores das linhagens consideradas, como se pode ver no Quadro 2. A origem e recrutamento dos ‘genros’ à família está concentrada, sobretudo, entre filhos de grandes proprietários fundiários que se tornam estancieiros, o que representa 59,46% - somando-se as categorias de ‘estancieiro’, ‘estancieiro-militar’ e ‘estancieiro-bacharel’ – do total dos genros, sendo que 35,4% deles não acumulam nenhum tipo de título escolar ou militar. Entre os demais, 18,92% dos genros possuem somente um título militar - cujas patentes são de oficiais -, 16,22% possuem somente um título de bacharel, e 5,41% deles possuem outras origens, considerando-se que tais origens não são nem ‘comerciante’ e nem ‘funcionário público’. Pode-se observar que o recrutamento dos genros se dá entre a origem estancieira e as possíveis combinações com outros títulos, além de militar-oficial e bacharéis. Somente duas uniões matrimoniais de um total de 37 ocorreram fora desse esquema, respectivos à ‘família 5’, o que, talvez, pudessem ser compreendidos como casamentos não exitosos.

Quanto ao recrutamento das noras, a concentração é ainda maior na categoria de filhas de grandes proprietários fundiários, representado 76,36% - somando-se as categorias de ‘filha de estancieiro’, ‘filha estancieiro-militar’ e ‘filha de estancieiro-bacharel’-, do total das noras. Apenas 1,82% delas são ‘filhas de militar’ oficial. De fato, em comparação com a origem dos genros, há uma maior concentração de noras cujas origens são de ‘filhas de grandes proprietários fundiários’, mas também ocorre, ao contrário do recrutamento dos genros, uma maior dispersão de origens na estrutura social: pode-se observar que 7,27% delas são ‘filhas de comerciantes’, 3,67% delas são ‘filhas de funcionários públicos’ e 10,91% são classificados como tendo origem em outras situações sociais. Se for considerado que esses últimos matrimônios são menos exitosos que os primeiros, então se pode concluir que há um maior controle social sobre os matrimônios realizados pelas mulheres da elite estancieira, quando em comparação com os homens deste estrato social. No caso da origem dos genros, 94,59% possuem origem ou estancieira e/ou apresentam algum título ou militar ou escolar; já no caso da origem das noras, 78,18% possuem origem como filhas de estancieiros e/ou cujos pais apresentam algum título militar ou escolar.

Quanto às estratégias de casamentos endogâmicos às famílias, observa-se sua fraca prevalência, se considerado como grau de parentesco endogâmico os primos de primeiro e segundo graus, pois representam somente 7,07% dos matrimônios. A ‘família 3’ é a que apresenta o maior número deste tipo de estratégia, com 3 casamentos entre primos de primeiro grau, todos na segunda geração, de um total de 19 casamentos – representando 15,8%. As demais famílias apresentam apenas um casamento consanguíneo cada, com exceção da ‘família 4’ na qual não se registrou nenhum caso. Nenhum caso fora registrado de casamentos envolvendo outros laços de parentesco, como entre tios e sobrinhas e entre concunhados (homem que adquire como cunhado o irmão da mulher de seu irmão ou o marido da irmã) do total de 99 matrimônios. Farinatti (2010, p. 280) encontrou casos de 20% dos matrimônios realizados entre parentes consanguíneos nas famílias da elite estancieira da primeira metade do século XIX. No que se refere à elite estancieira, parece haver uma tendência semelhante ao que fora registrado por Lewin (1993, p. 158-159) quanto aos casamentos endogâmicos realizados pela elite proprietária de terras da Paraíba. A autora registrou uma queda deste tipo de matrimônio durante a República Velha, quando em comparação à geração anterior que se casara durante o Império, de 35% para 15%.

Nos dois casos parece haver um movimento em direção a uma maior abertura quanto aos matrimônios em direção à incorporação na família de indivíduos não-consanguíneos “talentosos” que possam não somente manter ou aumentar o patrimônio em terras, mas também equipar a família com outros tipos de capitais, em especial o de relações sociais. O casamento endogâmico consolidava a propriedade rural num contexto de herança baseado na partilha, além das redes de poder político estabelecidas e da coesão social do grupo familiar. Contudo, a centralidade desta estratégia matrimonial perde importância ao longo das décadas pelo deslocamento na organização das redes políticas locais para incorporar eixos de alcance maior e de outros recursos relacionados com o acúmulo de prestígio e relações sociais com os investimentos escolares ou em carreiras militares - situações registradas por Lewin (1993, p. 156) como tendências de alcance nacional. Uma das primeiras consequências teria sido a erosão do poder da autoridade patriarcal sobre os casamentos, aumentando a confiança nas estratégias exogâmicas, na medida em que a exogamia assumia maior importância política.

Mas essas condições não significam uma menor pressão social e perda da influência dos pais na escolha dos cônjuges; como o pai de uma senhora estancieira entrevistada na pesquisa que, já no leito de morte, reclamava ao médico de ter sido muito exigente das filhas quanto a bons pretendentes, o que teria levando duas delas ao celibato.¹⁴⁸ Certamente, as diversas atividades de sociabilidades da elite estancieira descritas no capítulo anterior, como feiras de exposições de gado, bailes, atividades literárias, campeonatos diversos de polo e tênis, cimentavam um determinado cosmo social e ampliava as possibilidades de constituição de casamentos homogêneos. Os bailes e atividades recreativas promovidas pelo Aristocrático Clube Comercial são o melhor exemplo disto, no qual só podiam participar grandes proprietários rurais e militares cujas patentes fossem de tenente a superiores. Nem mesmo comerciantes ou outras categorias sociais médias podiam desfrutar do privilégio de aí participar, restringidos ao chamado Clube Caixeral. Os efeitos da homologia de posições passam a ser internalizados como regra social pelos próprios indivíduos que buscam cônjuges, como um dos princípios do *habitus*, ou seja, como senso de orientação social. As estratégias matrimoniais procuram assegurar a reprodução biológica e afastar a ameaça da reprodução social pelo mau-casamento. A aliança com uma família equivalente sob o máximo das relações sociais pertinentes, em especial, com relação ao capital social, acaba por legitimar a dominação e seu fundamento como se fossem naturais.

Uma das maiores fontes que expressam o poder simbólico das linhagens acabam sendo os sobrenomes de seus integrantes, que buscam mobilizá-los no estoque de nomes da família de acordo com o potencial de capital social neles incorporado. Assim como observado por Lewin (1993, p. 120-123) no caso da Paraíba, aqui também não há uma regra fixa de nomenclatura, nem correspondem inteiramente ao traçado da descendência; diferentemente da América hispânica, onde existia uma fórmula de nomeclatura mais estabelecida para selecionar bilateralmente os sobrenomes de um indivíduo. Tanto no caso estudado pela autora quanto por esta tese, a atribuição dos sobrenomes demonstra grande flexibilidade. Se há alguma regra possível de ser encontrada ela se relaciona com as possibilidades de mobilizar os nomes com maior poder simbólico incorporado, capazes de

¹⁴⁸ De acordo com a entrevista realizada com esta senhora, dona Paula, 77 anos, quando uma das filhas buscava informar ao pai sobre seus pretendentes, este então os classificava como aqueles que “tinham um pé na senzala”, os que “não conseguiriam nem mesmo garantir a própria comida” e os que “eram de sociedade”. Há três classificações claras: os mestiços e os pobres eram preteridos, em benefício daqueles “de sociedade”, ou seja, reconhecidos como proprietário de terra ou portadores de algum outro título valorizado.

demonstrar que o indivíduo que os assina compõe uma ampla e importante rede social. Assim, a seleção dos sobrenomes de um indivíduo pode considerar a herança bilateral ou não, ou mesmo de parentes distantes que nem mesmo os pais os utilizavam mais, mas que são importantes pelas relações que expressam, como o de um avô ou bisavô. Mais precisamente, o sistema de estabelecer os nomes da descendência é ambilinear, ou seja, considerado a partir da linhagem de um ou de ambos os pais. Nesse sentido, os nomes funcionam como projeções da honra da(s) família(s) na sociedade e anunciam uma acumulação de virtude e *status* reconhecidos socialmente.

Neste capítulo, como consequência do anterior, se analisou os investimentos escolares da elite estancieira e seus significados, além do capital de relações sociais expressado na análise das trajetórias. Também se analisou a assimetria de poderes no espaço social e a constituição das margens de autonomia dos *senhores de terras* sobre os corpos de seus subordinados, privilegiando-se o aspecto dos impulsos sexuais e a formação de um *habitus* que expressa a posição de dominante incontestado no espaço social. Da mesma forma, se analisou as estratégias matrimoniais do grupo familiar restrito da elite estancieira, que visam a manutenção ou aumento das posições dominantes na estrutura social. Uma vez analisadas as dinâmicas, estratégias e significados acerca do acúmulo de capital escolar, de capital de relações sociais, além da família extensa e do grupo familiar central, falta elucidar as dinâmicas envolvidas no sistema de exploração e produção econômica propriamente dita. Estas e outras questões serão analisadas nos próximos dois capítulos.

Capítulo VI. Lógicas de reprodução econômica e sistema de dominação estancieiro

Este Capítulo analisa as lógicas de reprodução econômica nos domínios estancieiros e o modo de dominação personalizada da força de trabalho que os caracteriza até meados dos anos de 1990. Todo o esforço da reprodução econômica na estância procura proporcionar rendimentos para conservar ou aumentar o consumo ostentatório dos integrantes da *casa-grande*, sobretudo com bens que não sejam produzidos localmente. Essa capacidade aproxima ou afasta as elites estancieiras das demais classes locais, da mesma forma que de outras frações da classe dominante em termos de hierarquia social. Assim, os cálculos de ampliação, manutenção ou diversificação das receitas envolvem a busca incessante de diminuição de gastos monetários intermediários, além dos níveis esperados de rendimentos com as diferentes atividades. Mas se tais cálculos dependem do nível de preços atingidos pelos produtos mercantis ou potenciais da estância, também dependem, fundamentalmente, do modo de exploração e disponibilidade de mão de obra. Na relação de trabalho estabelecida entre estancieiro e trabalhadores, é fundamental perceber que ela não se funda a partir de um sentido econômico estrito senso. Senão pelo contrário, as trocas aparecem como desinteressadas e entre iguais em termo de honra, o que transmuta as relações econômicas arbitrárias de exploração em relações simétricas e fundadas como se fossem naturais. Os termos das trocas e do contrato pessoal realizado em cada momento entre estancieiro e trabalhadores dependem das relações de força que se estabelecem no espaço estancieiro e, de forma geral, das próprias características da formação social do Rio Grande do Sul.

O presente Capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira se analisa a dinâmica da exploração econômica e a operação das margens de cálculo do estancieiro quanto aos modos de ampliação ou manutenção de seus rendimentos. Grande parte da plasticidade da estância e da receita líquida do estancieiro em se adequar às crises econômicas é dada por um determinado modo de gestão e uso da força de trabalho. A maior ou menor internalização de famílias de trabalhadores nos domínios da estância

depende de um cálculo que visa maximizar as possibilidades de dispor de trabalhadores pelo menor custo monetário possível e de liberar o máximo de área para pastagens. Nesse cálculo, é importante assinalar que há uma particularidade quando comparado a outros sistemas, como o da *morada* (Palmeira, 1977; Garcia Jr. 1989), o do *colonato* (Stolcke, 1986), no caso do sistema feudal analisado por Kula (1979), ou mesmo nas grandes propriedades alemãs ao leste do Elba estudadas por Max Weber no final do século XIX (Weber, 1981, 1986). No sistema estancieiro a mão de obra principal é a de *peões solteiros*, em contraposição a de peões casados e suas famílias; é exatamente o contrário o que ocorre com os outros sistemas citados.

Na segunda seção se aprofunda a análise sobre a relação de dominação personalizada entre estancieiro e peões solteiros e casados, estes últimos chamados de *moradores*. O que se chama de ‘dominação pessoal’ se fundamenta na elaboração Weberiana presente em seu estudo empírico sobre a situação dos trabalhadores rurais citado anteriormente e depois sistematizada metodologicamente como *tipo-ideal*. Em seu estudo sobre a situação dos trabalhadores agrícolas ao leste do Elba, Weber descreve as particularidades do contrato entre os moradores (*Instleute*) nos grandes domínios agrícolas e os proprietários (*Junker*). Diferentemente de outras categorias de trabalhadores agrícolas, o regramento da relação entre um *Instleute* e o *Junker* não se tratava de um contrato de trabalho no sentido moderno, pois fundamentava uma relação de dominação não apenas *de fato*, tal como em qualquer contrato de trabalho, mas também do ponto de vista do direito administrativo e do direito privado. O *Junker* também era autoridade judicial e policial. A relação mantida previa a obrigação praticamente ilimitada do *Instleute* e sua família aos mandos do proprietário. O contrato de trabalho era, assim, estabelecido diretamente entre os agentes, sem regramentos legais e estabelecidos por força de lei. De forma geral, e que estrutura tais relações são as possibilidades de acumular capital simbólico e não capital econômico, por mais que seja do controle deste último e por este último que surge o primeiro. Desse modo, o central aos agentes passa a ser gerir este capital simbólico e, no caso dos subordinados, a estratégia de economia das práticas consiste em se tornar ainda mais subalterno frente às ajudas benévolas e “desinteressadas” do *senhor*. Uma relação definida pela submissão que mantinha o trabalhador em alto grau de dependência face à sua capacidade individual e familiar de trabalho e às arbitrariedades do *senhor*, mas, por outro

lado, que fundamentava uma intensa ‘comunidade de interesses’ entre proprietário e moradores.

No caso dos estancieiros, podiam contar e mobilizar a mão de obra necessária não somente daqueles que viviam internamente em seus domínios, senão de pequenos posseiros e pequenos proprietários que viviam nas intermediações das estâncias; questões analisadas na terceira seção. Trata-se de analisar os chamados *moradores de corredor*: famílias que construía suas casas próximas às estradas e entre as cercas das estâncias, onde poderiam cultivar algum alimento e ter poucos animais. Assim, os estancieiros estavam em condições de colocar não somente os trabalhadores internamente à estância na concorrência por seus dons generosos, mas também a população em seu entorno. Dadas as características de baixa densidade demográfica do espaço social estancieiro devido ao modo de produção, argumenta-se que o próprio sistema estancieiro em si garante o isolamento dos subordinados, que não é apenas de distância geográfica, mas de limites em termos de disposições mentais para pensar suas posições objetivas. Na quarta seção demonstra-se que o sistema de dominação personalizado se renovou e se ampliou a partir da década de 1960, havendo a internalização de maior número de famílias e *dependentes* às estâncias, provocada pelo aumento do cultivo de cereais, em especial do arroz. Certamente, esta é uma outra particularidade do sistema de exploração estancieiro, pois enquanto a dominação personalizada no caso dos engenhos de açúcar no nordeste entrava em franco declínio e o *colonato*, no caso de São Paulo, vivia seus dias derradeiros, no extremo sul do Brasil ocorria exatamente o inverso: a ampliação dos modos de dominação personalizada. Na quinta seção discutem-se os motivos pelos quais foi possível essa permanência das relações de dominação pessoal no caso estancieiro. Novamente não é possível entender essa questão olhando-se somente para o espaço onde tais relações se reproduzem, mas ao que se passa no espaço social do estado do Rio Grande do Sul nestas décadas.

1. Dinâmica da exploração econômica, rendimentos e modo de dominação

A conjuntura do final dos anos de 1920 e primeira metade dos anos de 1930 foi de compressão sobre as receitas monetárias proporcionadas pela venda dos gados, levando a elite estancieira a considerar a alteração das formas de exploração da força de trabalho e produção em seus domínios, seja pelo arrendamento ou venda de parcelas de terras.

Contudo, os estoques ineditáveis de charque e os preços baixos ofertados aos gados não se tornaram problemas insuperáveis, o que se desprende das alternativas por eles consideradas, como analisado no Capítulo III. Não houve falência das estâncias, o que seria de se esperar no caso das empresas capitalistas, pois são estabelecimentos com uma plasticidade maior frente às contrações da produção mercantil ofertada no mercado. Os estancieiros, nos congressos da FARSUL, não reclamavam que abririam falência se os preços não melhorassem, mas que suas receitas haviam encolhido, não permitindo a reprodução dos padrões de consumo de classe dominante.

O cálculo do estancieiro é orientado no sentido de minimizar os gastos monetários intermediários e maximizar as receitas obtidas com a venda dos produtos em que se confere valor comercial. As fases de prosperidade do estancieiro estão associadas às circunstâncias em que se consegue reduzir essa relação entre gastos monetários intermediários produtivos e renda excedente com a venda dos produtos mercantis. Uma das formas de aumentar o valor excedente é pelo aumento dos preços das mercadorias por ele ofertadas no mercado, que permite que a receita obtida seja bem superior ao custo monetário nela envolvido. A capacidade de conservar ou aumentar o consumo ostentatório, com bens que não sejam produzidos localmente, aproxima ou afasta as elites estancieiras das demais classes locais, assim como das frações da classe dominante em termos de hierarquia social. Períodos identificados como de crise, não significam necessariamente que os gastos monetários na produção se tornem maiores que a renda obtida com a venda dos produtos mercantis, mas pode designar simplesmente uma queda das distâncias relativas dos padrões de consumo em relação aos demais grupos familiares da região, ou mesmo outras frações de grupos dominantes nacionais. Por conseguinte, se é importante a quantidade de artigos posta à venda, a aquisição de bens de luxo igualmente depende do poder de compra da renda monetária obtida com a venda dos mesmos em relação aos bens de consumo adquiridos no mercado. Ou seja, a situação ideal para o estancieiro é quando o preço do gado sobe mais que os preços dos bens de produção e de consumo.

Podemos dizer com segurança que a elite estancieira do Rio Grande do Sul viveu esta situação extremamente favorável das relações de troca pelo menos no período que vai da década de 1950 ao final da década de 1980, como se pode visualizar nas Tabela 1 e Gráfico 1 do Capítulo III. A partir dos primeiros anos da década de 1990, houve uma queda

real dos preços do principal produto mercantil da economia estancieira. Os períodos de declínio são aqueles em que há queda das receitas monetárias, asseverado se os custos monetários de produção ou mesmo dos bens de consumo aumentam. Pode ocorrer que a queda das receitas seja compensada pela redução dos preços das mercadorias intermediárias, sendo que o custo monetário cai na mesma proporção que a receita, resultando que a receita líquida permanece a mesma; mas se o preço das mercadorias de luxo, que promovem toda a distinção dos integrantes da *casa-grande*, não caem na mesma proporção, há uma deterioração dos termos de troca. Os rendimentos não permitem a manutenção dos padrões de consumo socialmente considerados ou ainda, por comparação, se distanciam dos padrões de consumo de outras frações da classe dominante. Este parece ser o caso do período da metade dos anos de 1920 à metade dos anos de 1930, assim como a partir de meados da década de 1990, quando as trajetórias de declínio estão associadas novamente à queda da receita monetária líquida da atividade criatória e pela dificuldade de acompanhar a elevação dos padrões de consumo das classes dominantes brasileiras.

A redução dos preços das mercadorias vendidas pode ser compensada ainda com o aumento da produção por unidade de área, fazendo com que o custo por unidade produzida também caia. A modernização tecnológica poderia gerar este efeito. Mas esta opção não parece lógica do ponto de vista do estancieiro se o seu custo for maior que o da força de trabalho, o que o faz preferir outros métodos de aumento da produtividade do trabalho em lugar de aumentar o capital constante. É na gestão e uso da força de trabalho que reside grande parte da plasticidade da estância e da renda líquida do estancieiro em se adequar às diferentes conjunturas de valorização ou não de seus excedentes econômicos. Se cai a rentabilidade dos produtos mercantis da estância, o *senhor* buscará transferir para os ombros de seus trabalhadores a diminuição dos rendimentos, a depender da correlação de forças sociais. No sistema criatório extensivo, já assinalamos que uma das diferenças para com os sistemas de *morada* e *colonato* é o fato de que a exigência de mão de obra é muito menor: em 1958, a exigência de mão de obra nas lavouras de cana de açúcar era de 65,6 homens/dia/hectare e para o café era de 69 homens/dia/hectare (Stolcke, 1986, p. 189), enquanto que na economia estancieira era de aproximadamente um trabalhador para cada 500 animais – se considerarmos para efeito de cálculo que o índice de lotação é de 1 animal para 1 hectare, então teríamos 1 homem/dia/500 hectares (Medeiros, 1969, p. 9).

Essa característica dá ao estancieiro uma margem de autonomia muito grande frente à força de trabalho, que é tão mais acrescida tanto quanto menor for a capacidade do setor urbano em gerar empregos. Se, aos trabalhadores, outras trajetórias sociais não se abrirem em seus campos de possibilidades devido à configuração do espaço social, o poder de pressão do estancieiro sobre as famílias pode se dar ao ponto de reduzir suas parcelas de terra destinadas à produção de bens de subsistência, ou reduzir as possíveis cabeças de gado que possuía nos campos da estância, ou expulsá-las dos domínios, além de também reduzir os pagamentos monetários. Com o cercamento dos campos, a melhor situação ao estancieiro, do ponto de vista estritamente econômico, se tornava o de liberar toda a área de seu domínio para a produção exclusiva dos produtos comerciais, expulsando as famílias de trabalhadores para o lado de fora das cercas, onde entre a cerca da estância e a estrada poderiam construir uma casa e cultivar alguns alimentos básicos para consumo familiar.

No período de guerras endêmicas na região sul, tanto entre países quanto internas, assim como no período coronelista, possuir uma determinada reserva de soldados internamente aos domínios constituía um capital militar talvez tão importante quanto o econômico. Era um tipo de recurso que podia influenciar o casamento de um militar do Exército com a filha de estancieiro, uma vez que o primeiro ganhava com a possibilidade de mobilizar um maior número de homens nos “corpos provisórios” de soldados, e o segundo ganhava em termos de relações com os funcionários do aparato estatal (Farinatti, 2010, p. 254-288). Uma das obrigações e contrapartidas para se conseguir construir um *rancho*, ter mulher e filhos, um pedaço de terra para produzir parte de seus meios de subsistência e, talvez, ter alguns animais na estância era, além das prestações de trabalho temporários ou em serviços para aumentar a capacidade produtiva da estância, o de servir aos chamados dos estancieiros para a guerra, como bem retratou Érico Veríssimo na passagem citada no final do primeiro Capítulo. Com o enfraquecimento progressivo do coronelismo após 1930, este recurso estratégico também diminuiu em termos de importância. Ohlweiler (1982, p. 19) fala na expulsão das famílias de *peões* das estâncias que até então serviam como força militar aos estancieiros, encontrando trabalho temporário na colheita das lavouras de arroz, nas charqueadas, frigoríficos ou nas periferias das cidades.

A redução maior ou menor de famílias no interior da estância depende de um cálculo que busca maximizar as possibilidades de, por um lado, conseguir trabalhadores pelo menor preço possível e, por outro lado, de liberar o máximo de área para pastagens. De todo modo, as parcelas de terra internamente às estâncias ou fora delas não podem permitir às famílias daí retirar todos os seus meios de subsistência, obrigando-as a buscar assalariamento nos domínios do *senhor*. Contudo, se a relação de força for muito desequilibrada em benefício do estancieiro, tanto a parcela de terra quanto a remuneração em dinheiro podem se reduzir a um limite tal que não garantem nem mesmo a reprodução biológica de todos os integrantes dos grupos familiares. Nesse caso, a quantidade de trabalho extraída dos trabalhadores chega a um limite fisiológico em que as formas de remuneração mal atendem as condições de reprodução física de todos os integrantes do grupo doméstico. Isso obriga o oferecimento de força de trabalho aos estancieiros numa condição em que o nível de reprodução passa a ser a reprodução de apenas a força de trabalho individual do próprio ofertante.

Nesse sentido, a entrevista realizada com Osório Santana Figueiredo é reveladora. Essa entrevista com Osório ocorreu em sua casa, não foi gravada e a conversa se desenrolou tranquilamente sobre a sua história de vida e o município de São Gabriel. É importante assinalar que o entrevistado analisa e avalia seu passado com base em suas referências do presente, como forma de destacar o que existiu de diferenças entre tais momentos. De uma família de moradores nos campos de um estancieiro, o quarto filho de um total de 12, Osório nasceu em 1926 e trabalhou como peão entre seus 14 e 18 anos, quando ingressou como soldado no exército, onde permaneceu até se reformar como sargento. Seu pai trabalhava como peão ao estancieiro nos momentos de maiores serviços e sob regime de meação quanto aos cultivos que realizava em sua parcela de terra. Diferentemente de seu pai, como no caso de Osório, os *peões solteiros* permaneciam na estância, aí moravam no *galpão*. Depois de afirmar não ter conhecido “estância que tratasse bem os peões”, passou a descrever as condições vividas por ele e por outros peões: os que possuíam cavalos dormiam sob os arreios, caso contrário, dormiam sobre o couro de gado bovino; a comida aos peões fora descrita como um preparado de “guisado de tripa seca com farinha de mandioca” e como não havia pratos, a alimentação ocorria no que ele chamou de “cochos” feitos de madeira; a remuneração em dinheiro seria “sempre uma ninharia e não

era com frequência, as pessoas recebiam qualquer coisa”; às vezes o pagamento pelos serviços era realizado com a entrega de roupas, como bombachas e um par de botas por ano. Quando ingressou no exército, houve aumento de sua condição vida, casou em 1951 e passou a residir na cidade de São Gabriel. Já quando compunha o quadro de efetivos do exército e investia na carreira de “historiador autodidata” a partir de 1960, teria escrito um texto denunciando as precárias condições de sua antiga ocupação, vividas por outros peões solteiros. Esse texto teria provocado uma reunião dos estancieiros em São Gabriel, que pediram sua expulsão do exército ao comandante local, que, para sua surpresa, teria o apoiado, sendo o assunto esquecido por todos os lados envolvidos. Lembro-me perfeitamente de uma frase dita por Osório, procurando sintetizar suas descrições das condições de vida dos peões solteiros: “não tinham roupas, nem casa, nem comida; tinham trapos, choupanas e tripa seca com farinha de mandioca para comer”.¹⁴⁹

No sistema estancieiro de exploração da mão de obra é mesmo a reprodução da força de trabalho nos moldes da unidade de trabalho camponesa que parte de seus integrantes ficam privados. Isso significa afirmar o seguinte: na economia estancieira, a exploração da economia camponesa se dá de forma diferente quando comparada à *morada* ou o *colonato*, ou o sistema feudal (Kula, 1979). Nestes, a quantidade de terras que o grupo familiar pode ter acesso depende da disponibilidade de mão de obra a ele interna, ou seja, quanto maior a unidade de trabalho familiar, maior poderá ser a área de terra cultivada ou tomada em arrendamento do *Senhor*. Na economia estancieira nada disso ocorre. A exploração da família camponesa se dá pela compressão de suas condições de vida ao um nível que impeça a reprodução de parte de seus membros pela própria reprodução do campesinato, ao menos para uma parte do campesinato mais sujeito e susceptível a ter que depender dos favores do estancieiro. Tem-se uma reprodução social restringida que gera

¹⁴⁹ Em seus livros sobre São Gabriel, Osório Santana Figueiredo descreve outra realidade da relação entre peões e patrões, baseadas na bondade dos últimos para com os primeiros. De fato, essa deve ter sido a percepção real de ambos os polos sociais, ou seja, deve ter sido dessa forma que a relação lhes aparecia, tendo em vista a enorme assimetria de poderes entre os indivíduos e a dominação personalizada que a caracteriza. Mais sobre essa relação será abordado em seguida. O que quero destacar é que a realidade mais crua descrita por Figueiredo ao pesquisador não é encontrada em seus livros. Em minha interpretação isso não se deve apenas ao fato de ter que sobreviver nesse meio dominado por grandes proprietários, mas também porque ele próprio veste a posição de dominado no espaço social, com todos os componentes ideológicos e de naturalização das relações que isso implica. A crueza com que suas experiências foram descritas ao pesquisador leva em conta, sobretudo, as mudanças introduzidas pelas reclamações trabalhistas a partir de década de 1990.

uma dinâmica de demografia diferente daqueles sistemas onde as famílias camponesas ricas são as famílias numerosas (a exemplo tanto do *colonato*, quanto da *morada*, mas também do campesinato das diversas colônias instaladas nas regiões de mata do Rio Grande do Sul). A economia camponesa deve fornecer, preferencialmente, mão de obra solteira à estância. Constitui-se um mecanismo de freio demográfico. Nem todos se reproduzirão via casamento, construirão suas casas e suas famílias, mas muitos dos homens só terão como meio para reproduzir sua própria força de trabalho se alguma estância os acolher, solteiros. O Rosa, capataz na estância São José, de José de Assis Brasil, na década de 1930, justificando o fato de nunca ter casado, argumentava que “bem casado é quem bem vive”.¹⁵⁰ Se nem todos os homens casam, aumenta o número de mulheres em que o estrato superior pode exercer sua diferença de poder para dispor de seus corpos aos desejos sexuais e à constituição da poligamia dos *senhores* e de seus filhos legítimos.

Por hora importa chamar a atenção para alguns dos mecanismos da economia estancieira que estão na base da oferta de força de trabalho e de sua gestão possível pelo estancieiro. Essa condição de instabilidade das condições de vida dos trabalhadores e as relações de trabalho e dominação que encadeiam, não aparecem aos envolvidos nas trocas como uma relação de trabalho estrito senso, senão, ao contrário, tudo se passa como se o estancieiro estivesse fazendo um *favor* àquele que procura a estância para se reproduzir socialmente. Do mesmo modo, o estancieiro aparece como “mais que um pai”, como declarou um velho *peão* na pesquisa realizada por Silva (2010, p. 105), quando concede morada em suas terras, numa verdadeira troca de *dons* e *contradons*.

Se nos períodos de redução das receitas líquidas o estancieiro reduzia o número de famílias internamente aos seus domínios, suas parcelas de terra e as remunerações pelos trabalhos realizados, nada indica que o contrário ocorresse quando as receitas aumentavam devido o aumento dos preços mercantis. Importa perceber a constelação de poder na qual os agentes estão inseridos. Em configurações sociais diferentes como o *colonato*, a *morada* e mesmo a dinâmica de funcionamento das explorações feudais polonesas dos séculos XVI-

¹⁵⁰ A fonte é um pequeno documento da família Assis Brasil chamado ‘Caráter do Gaúcho’, que descreve a vida típica de um gaúcho *peão* de estância, a partir de uma visão bucólica. O material que recolhi no trabalho de campo, como documentos e entrevistas, dão conta de inúmeros exemplos semelhantes da condição solteira dos trabalhadores homens. Um dos estancieiros entrevistados declarou que ele ainda tinha em sua estância alguns “velhos” peões que tinha “herdado” de seu pai junto com a propriedade e que “nunca saíram da estância”. Essa característica do isolamento geográfico da força de trabalho é fundamental para se entender o sistema de dominação e será analisado a seguir.

XVIII estudadas por Kula (1979), nos períodos de declínio do *Senhor*, diminuía-se as remunerações em dinheiro e se concedia o direito de aumento das parcelas de terra aos camponeses. Do ponto de vista do *colono*, do *morador* e do *camponês*, estes períodos de baixa dos preços mercantis das mercadorias do *Senhor* eram aqueles em que se conseguia expandir suas plantações próprias e aumentar suas trocas mercantis, abrindo a possibilidade de acumulação econômica. Nos períodos em que os preços das mercadorias do domínio aumentavam, as parcelas dos camponeses eram diminuídas para o aumento das culturas que interessavam ao *Senhor*, aumentando as remunerações em dinheiro para cobrir as condições sociais médias de reprodução social e diminuía as possibilidades de acumulação dos camponeses. O fausto do *Senhor* era a desgraça do camponês, e a desgraça do *Senhor* era o êxito do camponês. Mas essa dinâmica não ocorre por alguma lei externa às relações de poder e margem de manobra dos indivíduos implicados, senão na estrita dependência das estratégias dos agentes para manter ou acumular recursos valorizados socialmente. Aquela regularidade observada nas outras configurações sociais de domínios rurais não parece ter ocorrido da mesma forma na economia estancieira.

A característica de pouca utilização relativa de mão de obra na estância, associada com as características do espaço social do Rio Grande do Sul, que impedia que a migração para áreas de fronteira agrícola e para os trabalhos industriais se tornassem opções abertas à classe de trabalhadores da economia estancieira, aumentava as margens de poder do estancieiro. Mesmo na relação social da *morada*, no auge do ciclo da agave por volta de 1950, os *senhores de engenho* diminuía as parcelas dos *moradores* sem aumentar as remunerações monetárias. Além disso, quando se processou “[...] a queda das receitas monetárias, com o fim do surto agavieiro, só aumentou nos *senhores de engenho* a predisposição de extrair mais *trabalho sujeito*, se possível por remuneração inferior, e sem aumento dos *roçados*” (Garcia Jr., 1989, p. 97 – grifos do autor). A resposta que os *moradores* deram às pressões de diminuição dos padrões de reprodução social se deu pelos pés, trataram de tornar *O Sul, o caminho do roçado*. Ainda no final do século XIX o ciclo da borracha na Amazônia abria possibilidades de migração aos *moradores*. Neste período, no Rio Grande do Sul, as colônias de imigrantes italianos e alemães se expandiam em todas as áreas florestais do estado, tornando os *intrusos* em braços baratos para a economia estancieira. Isso não significa, em hipótese nenhuma, passividade dos subordinados.

Talvez, uma das principais respostas tenha sido a sabotagem das estâncias pelo roubo de gados (Palm e Konrad, 2009). As regularidades das leis do desenvolvimento histórico respondem a semelhantes configurações de poderes e possibilidades reais abertas para os sujeitos; em espaços sociais nos quais essas variáveis se apresentam com distinções, os agentes tendem a atuar de modo diferente.

Assim, os mecanismos sociais de redução dos custos monetários intermediários da estância – embora ninguém os tenha programado – agem no sentido de reduzir ao mínimo necessário a reprodução social dos grupos domésticos interna ou externamente à estância. Entretanto, se o espaço social e produtivo se complexifica, havendo maior demanda de mão de obra para outras atividades agrícolas, como no cultivo do arroz, as famílias de trabalhadores passam a ter maiores possibilidades de recebimento de valores monetários. No caso destas novas atividades agrícolas serem desenvolvidas pelo próprio estancieiro, a renda monetária gasta com o pagamento dos trabalhadores aumenta e ele pode adaptar os seus métodos para fazer o dinheiro retornar ao seu caixa. A forma clássica de reter tais quantias com o pagamento dos trabalhadores é o *armazém*. Mas, se por algum motivo somente o mecanismo de *armazém* não se torna mais eficiente, devido ao processo de aumento da mercantilização da economia, outras saídas podem ser utilizadas. Foi assim que o proprietário da Estância Santa Fé, durante a década de 1970, empregando mais de 300 pessoas na colheita do arroz, utilizava uma moeda cunhada na própria estância, obrigando que os empregados voltassem a comprar diversos tipos de produtos em seu próprio *armazém*. Eventualmente, poderia estabelecer pontos de troca em algumas casas comerciais da cidade que também passavam a aceitar a moeda da estância. Esse e outros casos específicos serão analisados no Capítulo VII

Por hora, importa reter que a grande propriedade esforça-se para evitar gastos monetários, e, se o fizer, mais esforço será feito para que o dinheiro retorne. O produto excedente, ou seja, o global menos o autoconsumo e menos o necessário para renovar a capacidade produtiva da estância deve ir parar nas mãos do *senhor*. Preferencialmente, a capacidade produtiva da estância deve ser constituída por investimentos que não envolvam dinheiro, como no caso em que são os próprios peões os responsáveis pela construção de galpões, açudes, renovação e produção de arreios aos cavalos: tiras de couro, pelegos,

laços, etc. Assim, a venda dos animais do domínio proporcionavam quase que exclusivamente o produto excedente.

O rendimento do produto excedente também está, em grande parte, na dependência dos preços de mercado, que são mais difíceis de controlar. A queda dos preços a partir dos primeiros anos de 1990 foi percebida pelos estancieiros como de corrosão de suas condições de troca no mercado, aumentando a pressão no sentido de redefinição de estratégias de produção e de exploração da mão da obra. Até então, reportando-se ao período de maiores preços do gado, vários estancieiros entrevistados se referiram como aquele em que “se pagava os custos da estância apenas com a venda da lã” dos ovinos. Os ovinos são criados juntamente com os bovinos, sem interferir na lotação dos últimos, haja vista que os sistemas de pastejo de ambos são diferentes.¹⁵¹ A própria força de trabalho “custava muito pouco, [pois] a legislação trabalhista demorou para chegar”, em que a força de trabalho de um *peão* permanente “custava, quando muito, [o preço de] um boi por [um] ano [de trabalho]”, revelaram-me os entrevistados.

Nessas condições de venda dos produtos mercantis e de compra de força de trabalho, toda a venda dos bovinos era valor excedente. A atividade criatória de ovinos no interior das estâncias tinha o objetivo de financiar a atividade mercantil principal pela venda da lã, em que os custos monetários eram saldados, liberando os bovinos para a inteira transformação em gordos lucros. Contudo, desde a década de 1970 o preço da lã no mercado internacional mostrava tendência de diminuição, mas foi no ano de 1990 que o preço caiu 65% em relação ao do ano anterior, devido, principalmente, à concorrência das fibras sintéticas e ao fim das políticas do Governo Federal de financiamento de estoques das cooperativas (Viana e Souza, 2007, p. 197-198)¹⁵². Posteriormente o preço dos bovinos também caiu e em meados da década de 1990, os *peões* e/ou suas famílias começam a

¹⁵¹ Os ovinos pastejam uma variedade de plantas que na linguagem agrônômica são consideradas “daninhas” e que são mais desprezadas pelos bovinos; o sistema de boca e mordida de ambos os animais são completamente diferentes, fazendo com que os primeiros prefiram brotos e os segundos necessitem de pastos mais crescidos; os ovinos não rejeitam áreas defecadas pelos bovinos. O uso consorciado dos animais também diminui a incidência de parasitoses, uma vez que são espécie-específicos, reduzindo a contaminação se ingeridos pela espécie não-específica. Isso quer dizer que o pastejo misto de espécies diferentes só faz aumentar a qualidade das pastagens, dos animais e dos rendimentos do próprio criador.

¹⁵² Ou autores analisam uma série histórica dos preços da lã entre 1973 a 2005, com a devida conversão dos valores do preço da lã dos diferentes planos econômicos para o Real, seguido da deflação dos mesmos. Em 1973, é o maior preço pago pelo kg de lã, alcançando R\$ 29,27. Deste ano em diante a tendência é de queda, mas permanece na casa dos dois dígitos até 1989, em 1990 o preço cai para R\$ 5,57, atingindo R\$ 2,42 em 1999, subindo a partir de então, chegando a R\$ 5,65 em 2005.

“buscar seus direitos”. De modo que este conjunto de alterações aparece aos estancieiros pela declaração de que “tudo mudou na década de 1990”.

Por outro lado, desde a década de 1950, com as políticas agrícolas de incentivo ao trigo, soja e arroz, não só os arrendamentos tornam-se uma opção cada vez mais presente em seus cálculos, como a própria possibilidade de converter áreas de terras em lavouras, sob suas ordens diretas, se torna um forte atrativo. Assim, a diversificação de receitas passava a depender de avaliações individuais que envolviam os níveis de rendimento proporcionados com a pecuária extensiva, com a concessão de terra a arrendatários ou com lavouras sob as ordens diretas de cada proprietário. Mas se esse cálculo dependia do nível de preços atingidos pelos produtos mercantis ou potenciais da estância, também o era em relação à disponibilidade de mão de obra. Mas essa disponibilidade de mão de obra era dada por uma relação muito específica entre o grande proprietário e os trabalhadores e suas famílias tanto internamente à estância ou em seus arredores. Baseada na relação pessoal entre os agentes, as trocas não se fundavam num sentido econômico estrito, senão ela aparecia como trocas desinteressadas que transmutavam as relações arbitrárias de exploração em relações simétricas e fundadas como naturais. A natureza desta relação, da qual os estancieiros retiravam todo o seu poder econômico e simbólico, que passamos a analisar a seguir.

2. Sobre a relação personalizada entre *senhor, peões e moradores*

Floriano volta-se para o pai. – Que tem sido nossa vida política nestes últimos cinquenta ou sessenta anos senão uma série de danças tribais ao redor de dois defuntos ilustres? Refiro-me a Júlio de Castilhos e Gaspar Martins. Sempre foi motivo de orgulho para um gaúcho que se prezava sacrificar-se, matar ou morrer pelo seu chefe político, pelo seu partido, pela cor de seu lenço.

Faz uma pausa, olha em torno e admira-se de que os outros – principalmente o pai – o escutem sem protestos. – Todos esses correligionários, amigos, peões, capangas, criados, todos esses “crentes” que formavam a massa do eleitorado em tempo de eleição e engrossavam os exércitos em tempo de revolução, seguindo quase fanaticamente seus chefes, todos esses homens, fosse qual fosse a

cor de seus lenços, viveram na minha opinião alienados. Aceitaram irracionalmente a autoridade de Castilhos, de Gaspar Martins, do Senador Pinheiro, de Borges de Medeiros e outros como viriam mais tarde aceitar a de Getúlio Vargas. Mais que isso: seguiram também os coronéis, os chefes locais, com a mesma devoção...

Tio Bicho interrompe-o: - Conta-se que em 93 o General Firmino de Paula um dia formou a sua força e gritou para os soldados: “Eu sou escravo do Dr. Júlio de Castilhos e vocês são meus escravos!” [...]

- Acabas de dizer a maior besteira da tua vida, meu filho. Esqueces que essa gente tinha ideais, convicções políticas definidas.

- Ora, papai, poucos, muito poucos podiam dar-se esse luxo. Vamos tomar um

exemplo de casa: o Bento, cria do Angico. Quando viajava para fora do município e lhe perguntavam quem era, o caboclo respondia com orgulho: “Sou gente do Coronel Licurdo”. Um outro gaúcho, querendo certa vez explicar o motivo por que seguia cegamente Flores da Cunha, prontificando-se a arriscar a vida por ele, disse: “É que eu fui dado ao general, de pequeno”.
- *Queres que te diga uma coisa? – interrompeu-o Rodrigo. – Pois eu descubro*

uma grande beleza nessa atitude, nessas lealdades desinteressadas. Me passa essa garrafa de cerveja antes que o Roque beba o resto. – Enche seu copo e bebe um sorvo largo. – O teu argumento tem outra falha. Estás esquecendo ou dando pouca importância ao código de honra do gaúcho, do qual nunca, em circunstância alguma, ele abdicou. (Érico Veríssimo, O Tempo e o Vento, o Arquipélago I, 1951, p. 199-200 – os destaques em negrito são meus).

Num contexto de relações personalizadas, ser *senhor* de vastas extensões de terra encerra possibilidades de controle sobre os recursos necessários à sobrevivência das classes subalternas que é tanto maior quanto menor forem outras possibilidades de trajetórias sociais abertas no espaço social. É o controle deste recurso estratégico que confere autoridade, prestígio e honra a seu detentor e permite a admissão e a gestão do trabalho no interior dos domínios a depender das atividades mercantis e características da exploração. O reconhecimento da legitimidade deste poder simbólico do proprietário de terras por parte dos subordinados tem o efeito de apagar as assimetrias de poder e instaurar trocas sob a aparência de um cálculo desinteressado entre o doador e aquele que recebe, assim como quando este retribui. Esta relação social faz desaparecer as condições de se construírem possibilidades de surgimento de sentimento de ingratidão nos subordinados, desde que as expectativas sejam atendidas por ambos os interessados. O que passa a estruturar a troca de dons é a confiança, a honra e o prestígio, em uma palavra, as possibilidades de acumular capital simbólico, e não o capital econômico, por mais que seja do controle deste último e por este último que emana o primeiro (Bourdieu, 1980, Capítulo 7 e 8).

Se a simples posse de vastas extensões de terra confere um capital simbólico reconhecido como legítimo ao proprietário, o problema que se coloca é o da gestão deste capital nele incorporado que permite constituir trocas generosas. No caso dos subalternos, a estratégia de economia das práticas consiste em se tornar ainda mais subalterno e, não raro, disposto a morrer pelo patrão, encadeando diferentes tipos de prestações de trabalho disfarçados de ajuda, como trocas simétricas numa economia moral. Numa pesquisa realizada sobre os trabalhadores de estâncias no Rio Grande do Sul no ano de 1964, o autor comenta que o estancieiro “mais frequentemente utiliza o trabalhador assalariado; mais raramente pessoas *dependentes que se criaram e vivem na estância* numa forma de

agregação social não contratual [...]” (Medeiros, 1969, p. 10 – o grifo é meu). Antes do exame mais detido desta citação, da qual se chama a atenção do leitor para a palavra *dependente* utilizada por Medeiros, pois será importante para a análise que segue, observemos alguns trechos de entrevistas com estancieiros realizadas na pesquisa a campo do autor desta tese. Em **todas** as entrevistas realizadas, quando as questões tratavam de como era o uso da força de trabalho internamente às estâncias, as respostas assinalaram que os empregados “eram como se fossem da família”. Os trechos de entrevistas citados abaixo foram selecionados procurando contemplar a diversidade das respostas ao pesquisador. Optou-se por manter nos depoimentos as passagens em que os entrevistados assinalam os motivos e o período da perda de eficácia das estratégias da dominação personalizada; as descrições realizadas se constroem tendo como ponto de partida a comparação entre os diferentes períodos percebidos e seria proceder uma interrupção do raciocínio dos entrevistados se o pesquisador expusesse-os separados. Sobretudo, tratam-se de experiências vividas pelos entrevistados:

1. Naquele tempo havia facilidade de empregados. Os empregados eram muito baratos, porque eles eram assim, digamos, eles eram achegos ali, ganhavam alguma coisa, mas era muito pouco, porque apesar de que já tinham lançado as leis sociais elas custaram muito pra chegar até onde chegou depois, não havia essa legislação que existe hoje, então tinha muita gente pra trabalhar (Paulo, 69 anos; entrevista concedida em 10 de maio de 2011).

*

2. Marido: - [...] é que eles nasciam no campo, como eu lhe disse, nasciam no campo, eram fixados no campo, aprendiam com os avôs e com os pais. Então, eram empregados polivalentes, sabiam domar um cavalo, sabiam amansar uma junta de bois... Esposa: - sabiam alambrar [fazer cercas]. Marido: - sabiam alambrar, trabalhar com arado, sabiam de tudo. Os empregados eram amigos dos patrões. Até nas guerras, nas revoluções, iam juntos, se tivesse alguém que puxava uma arma para os patrões eles se colocavam na frente para morrer no lugar do patrão (Moacir, 71 anos, e esposa; entrevista concedida em 31 de maio de 2011)

*

3. Esse setor de empregado rural mudou muito, antigamente era... o peão era uma pessoa que era da família praticamente, porque o cara entrava guri pra estância e se aposentava lá, e trabalhava como da família, e tratado também como da família com tudo que era regalia e coisa. Mas, com o advento da... da... justiça essa... do trabalho, mudou tudo, agora é pura

questão trabalhista, é peão querendo tal coisa, querendo outra. Resumindo, se diminuiu o máximo que pode, então o que se tem agora é só o essencial (Atílio, 56 anos; entrevista concedida em 9 de agosto de 2011)

*

4. Naquela época era assim: o empregado era como se fosse um patrimônio, porque dava uma casa e o empregado morava, *dependia*. O empregado, o filho e o neto todo mundo trabalhava, todo mundo era funcionário, todo mundo *dependia*. Não sei como funcionava essa parte de pagamento, isso nem sei como funcionava. Mas era automaticamente... já ficava de empregado. Isso veio até pouco tempo atrás. [...] Eles moravam dentro da propriedade, tinham casas. Vinham e pediam para morar. E o que acontecia... O meu pai tinha 11 funcionários antigos que moravam na casa dele, 11 funcionários antigos, velhos, assim, de 80, 90 anos, com enfermeira, pagava enfermeira. Tinha 11 ao mesmo tempo. Eram 2 mulheres e 9 homens, todos entraram na justiça. Só as duas mulheres que não, os homens todos. A família não dava bola e aí depois que morreu, pede os direitos. Com 80 e poucos anos pede os direitos. Não perdeu nenhuma ação, com advogado, mas todos incomodaram. A casa do meu pai tinha uma parte só para... [essas pessoas], na parte de baixo, já foi feita para cuidar desse pessoal que trabalhou com a minha família, assim, de anos.

Esposa: - Ele fala, mas ele também tem um lá que é uma herança, um de 80 e poucos anos que ta lá [na estância], mora lá. Marido: - Ele foi para lá trabalhar quando meu pai era noivo. Esposa: - Não trabalha mais, mas ele não... ele gosta muito lá de fora, mora lá. Marido:- é, fica lá, ah se vem para a cidade, morre. Esposa: - é não tem condições... Os pais dele trabalharam com o teu pai. Marido: - então, isso aí terminou. Ninguém mais dá casa. Por exemplo, ninguém tem mais empregado com mulher.

Pesquisador: – Mas o pessoal chegava e pedia uma casa pra morar?

Marido: - Como as propriedades também eram grandes, eu tinha lá no fundo do campo tinha uma casa, aquela pessoa morava lá, cuidava para mim, morava ali, vinha trabalhar comigo. Eu lá na minha família tenho três, quatro gerações que viviam assim, de pai para filho... que iam ficando. Pessoas, assim, que viveram com meus avôs e que os netos conviveram comigo, e os avôs conviveram com meus avôs. Esposa: – e a relação era muito forte... Marido: – muito forte. Esposa: – tinha uma senhora lá fora que quando morreu a avó do João [o marido], ela veio no velório, entrou, se sentiu mal e morreu. Então era um sentimento diferente, era família mesmo, amizade, uma dedicação.

Pesquisador: – mas como isso vai acabando?

Marido: - migra para a cidade e ninguém mais quer, ninguém mais quer [empregado morando com a família na estância]. E o que eles tinham lá. Eles tinham a casa, não tinham uma despesa de nada. E aí ainda ganhavam um bico e ganhavam uma casa. Então era uma vida... e isso aí mudou. Mudou completamente porque a parte trabalhista evoluiu muito. O

que aconteceu, tu tinha um empregado, mais a mulher e três filhos, quatro, cinco, todos morando juntos na mesma casa. Até as crianças de 10, 12 anos eles colocavam como empregado e todo mundo entrava na justiça, como se fosse empregado, desde a mulher e todos os filhos e aí o que aconteceu: ninguém mais quer empregado morando. Não tem, terminou. (João, 49 anos, e esposa; entrevista concedida em 3 maio de 2011)

*

5. Era assim, as pessoas eram dali, do local, compreendeu. Eram dali e daqui a pouco e tal [alguém] pedia uma morada. “Mora lá, então”. Eles pediam: “eu quero casar”. “Então tá a casa e vai morar”, fazer família. Tinha 10, 20 moradores na fazenda. Eram os pretos, principalmente, né, mas não tinha só preto, muita gente... As pessoas moravam no fundo do campo com a família e ajudavam no serviço quando precisava; ia lá e ajudava e recebia um dinheiro, um fumo, uma coisa assim e morava ali, às vezes a fazenda dava carne para a pessoa. Mas não eram empregados, eram moradores, esses moradores moravam com a família ali. Então tinha lá em casa um monte de gente, tinha 5 ou 6 casas assim na fazenda que as pessoas moravam lá com a família e quando precisava para o serviço a gente chamava. Ajudavam. Um era domador, o outro laçava, quando precisava carnear um animal, chamava... o outro sabia fazer um laço, um rebenque, uma coisa... eles faziam. Cada um tinha uma utilidade e morava na fazenda. Aí depois foram vindo pra cidade. É que não tinha lei trabalhista que vinculasse eles à fazenda, depois é que as leis trabalhistas foram afastando esse pessoal todo, levando para a cidade. E aí vieram viver mal aqui na cidade, na beirada da cidade, na periferia, vieram viver mal, agora é que eles estão vivendo uma possibilidade de melhoria, com essa questão de não existir mais extrema pobreza: já tem um salário, uma coisa pra viver. Antes a casa da gente vivia cheia de gente pedindo na frente, porque não tinha... as pessoas não tinham emprego, não tinham oportunidade (Vanderlei, 69 anos; Entrevista concedida em 12 de junho de 2011).

*

6. O empregado era, vamos dizer assim, quase da família, morava na estância. Quando tinha serviço, vinham. Cada um tinha a sua família, seus filhos e tal, tinham a sua horta, o seu cercadinho, mas a primeira abóbora, a primeira melancia, levavam para minha mãe, eles levavam por conta deles, a primeira fruta madura. Quando se aposentaram, todos tinham uma pontinha de gado, venderam o gadinho, pegaram o dinheiro, compraram uma casinha na cidade. Os dois posteiros e o capataz, que foi com 17 anos para lá e saiu com 70 anos, foram cabalados insistentemente por advogados para [mover] ação trabalhista, e nunca entraram em questão. Não havia o risco que existe hoje, era outra época, então, não havia recibo, *era um caderno onde era feito o controle, adiantamentos, e tal, a medida da necessidade, pediam e a gente alcançava valores, assim. No fim do ano, em outubro, novembro, se fechava o caderno e o que se tinha em haver, tinha crédito, ou débito, se fazia*

o acerto, mas sem recibo, só no fio do bigode. Então a trabalhista era uma coisa brutal, porque não tinha um documento assinado, era só na confiança, e foram insistentemente cabalados e nunca aceitaram a ação, nunca, era outro tempo. Pesquisador: - Isso começa a mudar na década de 80? Marcelo: - Não, muda mesmo em 90, mas já havia [casos] em 80, sim. Mas quando tinha serviço, como banho de gado, marcação, se reuniam 12, 15 empregados, vinham esses posteiros, os filhos, com 15 pessoas, 18 pessoas, então a gente se achava o dono do mundo, imagina, eu, um guri, era tratado com consideração, e eu camperia junto (Marcelo, 68 anos; entrevista concedida em 18 de julho de 2011).

*

7. Pesquisador: - Com o tempo foi se alterando bastante esta questão dos empregados na estância? Manoel: - Foi mudando... Pesquisador: - Muda quando, na década de 80? Manoel: - Não, começou a mudar mesmo de 90 a 2000. Em primeiro lugar, eu vou dizer uma coisa para você: tem uma escrita aí, uns livros aí de uma estância, a estância tinha 8 funcionários e meu avô gastava uma vaca pra pagar os 8 funcionários. Pesquisador: - Os 8, uma vaca? Manoel: - Uma vaca. Pesquisador: - Por ano? Manoel: - Por mês. Ele tinha que vender uma vaca para [pagar os] funcionários. Hoje eu preciso de duas vacas pra pagar um empregado [por mês] (Manoel, 72 anos; entrevista concedida em 11 de julho de 2011).

Por último, é importante citar o seguinte trecho de um livro de um estancieiro sobre os *gaúchos* no Rio Grande do Sul, no qual descreve uma atividade realizada uma vez por ano na pecuária extensiva, a marcação do gado. Diz o autor:

8. A marcação era o ato de marcar com ferro em brasa os animais de uma estância. Nas marcações sempre havia reuniões de peões para marcar o gado, os quais geralmente duravam de três a quatro dias e, embora fosse um trabalho perigoso inclinado a acidentes, era sempre realizado em clima de festa [...]. Todos eles eram homens adestrados no manejo do laço e do cavalo. Na marcação tudo era feito por amor à tradição, nada de pagar ninguém, seria uma afronta (Assis Brasil, 2009, p. 49).

Inicialmente, destaca-se que as entrevistas indicam os motivos e o período em que as estratégias de dominação personalizada perdem efeito: por volta da década de 1990, as relações que até então eram baseadas na “confiança”, passam a ser cada vez mais baseadas na “desconfiança” e “no risco” dos moradores moverem ações judiciais contra os patrões. Isso determinou a expulsão das famílias de dentro dos domínios, que passaram a se instalar nas periferias da cidade de São Gabriel. Os motivos para que as práticas baseadas na

dominação personalizada sobrevivessem organizando as relações de trabalho até meados dos anos de 1990, as estratégias dos subordinados e modos pelos quais estas rupturas ocorrem, serão tratadas na última seção deste Capítulo. Por hora, importa analisar em detalhes a gestão, os modos de utilização da força de trabalho e o funcionamento das relações de dominação personalizada na estância, para os quais as declarações acima são muito ricas.

Embora se deva admitir uma grande possibilidade de arranjos práticos na relação entre moradores e estancieiros, possivelmente com especificidades em cada caso particular, a disponibilidade aos chamados dos *Senhores* eram as obrigações mais codificadas e previsíveis da relação de dependência e submissão. O início da relação se dava com o pedido ao estancieiro de uma casa para morar, o que não constituía uma relação de emprego, no sentido moderno do termo, pois, como argumenta a declaração nº 5, “não eram empregados, eram moradores”. Como contrapartida por parte dos moradores, além das prestações em trabalho, também fazia parte estar disponível ao estancieiro como força militar - ao menos até o final do período coronelista. Certamente essa era uma característica específica do sistema de dominação pessoal estancieiro, quando comparado ao sistema de *morada* nos engenhos de açúcar do Nordeste. Mas se deve observar um aspecto importante que diz respeito à diferença de poder que sustenta estas relações, pois à medida que as relações sociais se fundam por diferenças cada vez maiores de situação econômica, maiores se tornam as obrigações, as dívidas morais e sentimentos de gratidão na mesma proporção que aumenta o capital simbólico do polo com maior poder; neste caso, do *senhor de terras*. Para se entender a lógica das trocas que aí se estabelecem, deve-se orientar o pensamento em direção a todos os recursos valorizados neste meio, de modo a abandonar a dicotomia entre o econômico num sentido restrito do não-econômico. O economicismo desta dicotomia impede de apreender as práticas econômicas como um caso particular de uma economia das práticas, inclusive aquelas fundadas no favor e no desinteresse aparente como práticas econômicas orientadas em direção à maximização do lucro material e simbólico, uma vez que ambos são mutuamente conversíveis (Bourdieu, 1980). Tratam-se de relações de dependência economicamente fundadas, mas dissimuladas sob um véu de relações morais, de *lealdades desinteressadas*, como argumenta Rodrigo, personagem de Veríssimo,

que legitimam o arbitrário por uma operação de transmutar a relação de forças assimétricas em distinções socialmente reconhecidas.

Para se entender o sistema de relações sociais específico do mundo estancieiro, é preciso levar a sério as representações que os agentes propõem da economia de suas práticas. Se o início da relação de dependência inicia com o pedido para morar em terra alheia, para quem se pode atribuir uma casa dentro do domínio, tudo se passa como se não existisse interesse econômico, cuja relação de “dar” torna-se “dívida”, obrigação durável e o reconhecimento correspondente se transforma em fidelidade pessoal. No outro polo, contudo, se acumula em honra e prestígio assegurado pelo ato de doar. Neste universo, a durabilidade da relação só pode ser mantida pelos efeitos da “dívida” e “dom” que transformam as relações abertamente econômicas em violências simbólicas reconhecidas como legítimas (Bourdieu, 1980). No centro do funcionamento desta relação de dominação encontra-se o estado das relações de força entre as duas partes, de qual balanço se funda graus de dependência e mesmo a escravidão, em que a pessoa já não tem nem a posse de si própria; ou mesmo, como na passagem do romance de Veríssimo citado acima, a pessoa não se vê como detentora de si própria: *sou gente do coronel Licurdo*, diz um peão da estância do *Angico*. E porque o acesso às possibilidades econômicas e de subsistência da morada se dão pela subordinação aos interesses do *senhor*, além da recorrência de presentes, prêmios e preferências do patrão dentre os subordinados, portanto, das possibilidades de ganho econômico e simbólico que isso encadeia, não sem que tudo se pareça de forma desinteressada, que se pode compreender o caso da declaração nº 8 acima, em que na “marcação tudo era feito por amor à tradição, nada de pagar ninguém, seria uma afronta”. Há, portanto, uma verdadeira economia das práticas entre os agentes neste tipo de configuração de poderes. Nisto não há nada de natural, mas de acordo com o estrito acúmulo de recursos e estratégias acionadas pelos agentes de acordo com as regras de funcionamento do espaço social. É interessante perceber que as transformações de acúmulo de recursos e, portanto, de poder entre os agentes altera a própria natureza das relações sociais: num contexto de acesso relativamente livre a terra, como aquele descrito no Capítulo I, contratar empregados permanentes e temporários constituía a principal drenagem de recursos da *estância*, o contrário se dá neste período agora em análise em que o trabalho ganha ares de gratuito.

Nas atividades da estância, o proprietário exerce o gosto do mando, dá ordens, coordena, decide e se certifica se as tarefas foram cumpridas. Ele pode dar as ordens ao seu preposto, o *capataz*, e este coordenar os trabalhos dos *peões*, ou então assumir a posição de mando diretamente dos *peões*. No caso de ausência do patrão, é o *capataz* que decide, dá as ordens sobre as tarefas a serem cumpridas e coordena os demais *peões*. Os trabalhos de marcação, castração, de doma, de carneação, de recolha, separação e demais cuidados do gado, assim como o de manutenção da capacidade produtiva da estância, como a construção de galpões, açudes, mangueiras, alambrados, cultivos de alimentos básicos para os integrantes da *casa-grande*, instrumentos de trabalho como o laço, apetrechos de montaria, como os pelegos e diversos tipos de couros trançados utilizados nas tarefas do dia a dia, eram realizados pelos *dependentes*. Aí, “cada um tinha uma utilidade” (declaração n° 5). Mas isso não era encarado sob a designação de *trabalho*, mas de *ajuda*, porque *dependia* do estancieiro para ter *casa*, *horta*, *cercadinho*, onde poderiam plantar gêneros alimentícios, e “uma pontinha de gado” que podia ser vendido em situações como o da aposentadoria para comprar uma casa na cidade e para lá se mudar (declaração n° 6). Nos limites dos domínios, os moradores “ganhavam” uma *casa* e “ainda ganhavam um bico” (declaração n°4), ou seja, podiam ganhar algum dinheiro pela *ajuda* na realização dos trabalhos; “ganhavam alguma coisa, mas era muito pouco” (declaração n° 1).

Assim, a relação hora em análise encadeia ações de dom e contra-dom que não têm nada de mecânico, mas sob a aparência de um cálculo desinteressado entre os sujeitos envolvidos nas trocas. Se em períodos de pico de trabalho seria uma “afrota pagar alguém” (declaração n° 8), é bem provável que, neste caso, também houvesse o que descreve a declaração n° 6, quando, num outro momento, os moradores “pedem” algum dinheiro para cobrir as necessidades, para as quais, num ato generoso, o patrão dá. No caso da declaração n° 6 isso fica ainda mais nítido, pois ela deixa claro que não havia o pagamento por tarefa realizada ou mesmo o que poderíamos chamar de salário pago mensalmente aos empregados permanentes ou temporários. Todavia, existia um controle, “um caderno” onde se anotavam os “adiantamentos” que os *dependentes* “pediam” na “medida da necessidade”, para o qual se “alcançava valores”. O que não quer dizer que não houvesse um nível socialmente estabelecido e aceito das remunerações em dinheiro, a depender das relações de força, pois no final do ano “se fechava o caderno e o que se tinha

em haver, tinha crédito, ou débito, se fazia o acerto”. Apesar de que algumas declarações citadas acabam juntando o trabalho realizado à remuneração no mesmo instante, quando o declarante nº 6 descreve como isso se processava, se percebe que estas operações são em momentos diferenciados; o que não invalida formas mistas em que aquele que *ajuda* recebe “algum dinheiro, um fumo, uma coisa assim” (declaração nº 5) ao final das tarefas, mas também procure o patrão para “pedir” dinheiro em caso de necessidades, na forma de “adiantamentos”.¹⁵³ Esse intervalo de tempo entre dom e contradom aparece e parece aos agentes como atos de generosidade em que se suspende a lei do interesse e se estende a relação no tempo, quando o contrato legal encerra-a no mesmo instante, o que representa a institucionalização da obrigação, em outras palavras, da instauração de relações duráveis de reciprocidade assimétrica e dominação pessoal (Bourdieu, 1980, p. 192). Nas palavras de Rodrigo, personagem de Veríssimo, de um *código de honra*, baseado em poderes assimétricos.

Em todo caso, tornar-se morador significava que a única possibilidade de garantir sua reprodução social era pedir ao *senhor* para morar em seus domínios. Assim, não era a posse da terra que era concedida, mas a autorização para realizar certas práticas com vistas à subsistência. No caso de atribuir-se uma casa àquele que a demandava, forçosamente se previa estar disponível sempre que era chamado para os trabalhos de interesse do estancieiro. Não só o homem chefe de família deveria estar disponível, mas sim toda a família do morador, “era automaticamente... já ficava de empregado” (declaração nº 4), inclusive a esposa e/ou a(s) filha(s) do morador poderiam ser chamadas para trabalhos domésticos ou fazer companhia à filha do estancieiro, no caso desta vir ocasionalmente para a estância.¹⁵⁴ Assim, havia um estoque de força de trabalho mobilizável que podia ser recrutada como empregados permanentes ou temporários às diferentes necessidades de

¹⁵³ Constatei no trabalho de campo que, mesmo nos dias de hoje, os peões empregados com carteira de trabalho assinada, quer dizer, uma relação mediada fundamentalmente por um sistema de dominação legal e não mais pessoal, solicitam adiantamentos de salário para o patrão, numa prática e costume que parece estar bem consolidado como *habitus*. Em uma conversa que acompanhei entre peões, o fato de o patrão adiantar ou não valores correspondentes ao salário estabelecido por lei era um dos critérios para se avaliar se o patrão era “uma boa pessoa” ou não, ou seja, avaliar, em minha interpretação, a honra do patrão; o que equivaleria a dizer que as relações de trabalho, mesmo sob os critérios da lei, ainda possuem elementos de reciprocidade baseadas na honra e dominação pessoal e não somente medidas pelo critério puro e simples do dinheiro. Estes adiantamentos também aparecem no caderno de controle dos gastos monetários da família do estancieiro, que será analisado no último Capítulo da tese.

¹⁵⁴ Entrevista com dona Paula, estancieira em São Gabriel, (entrevista em 12/09/2010).

tarefas. Em ambos os casos, necessitando-se dormir na estância, o *galpão* era o local onde poderiam estender os pelegos de suas montarias, se existentes, e aí improvisar suas camas.

Para a realização dos trabalhos permanentes não era necessário a presença de toda a família do peão, mas somente dele próprio montado sobre o cavalo. O trabalho de sua família era requisitado, sobretudo, nos períodos de pico dos trabalhos, como na marcação. Peões permanentes recrutados ou não entre os grupos domésticos de moradores que entrassem ainda guri (declaração n° 3) para os trabalhos na estância colocavam-se também em concorrência perante o patrão com vistas ao recebimento de uma *casa* quando chegasse a hora de constituir família. Contudo, no caso de haver excesso do estoque de mão de obra para as necessidades da estância, o patrão poderia simplesmente não conceder espaço para a constituição de novos grupos domésticos em seus domínios. Se este fosse o caso de outras estâncias e nelas o peão também não achasse possibilidade de instalar uma *casa*, portanto, uma *família*, um processo mental de resignação à condição de solteiro deveria ser o mecanismo mais econômico de suportar o fechamento que o espaço social lhe provocara para reprodução de novo grupo doméstico - “bem casado é quem bem vive”.¹⁵⁵ Certamente, essa configuração devia ser a mais econômica também para o patrão, com menor dispêndio monetário, uma vez que o peão solteiro então *morava* e se alimentava no *galpão*, cujo nível de remuneração passava a ser o mínimo para a reprodução da força de trabalho não de sua família, mas apenas de sua própria pessoa.

¹⁵⁵ Um dos peões por mim entrevistados, seu Valmor, 65 anos, aposentado, sempre foi solteiro; no momento da entrevista morava com sua mãe no interior do município. De acordo com sua declaração, iniciou trabalhando como peão aos 12 anos, mas não fora um peão cuja função principal era *camperiar*, ou seja, cuidar do gado, montado sobre o cavalo, por mais que também desempenhasse tal tarefa. Sua principal obrigação era cuidar da horta das estâncias e “ao redor das casas dos patrões”. Como não tinha montaria, ou levava de casa alguma coberta para fazer de colchão no *galpão*, ou dormia sobre o couro de bovinos abatidos. Dentre os peões, sua função era a mais desprestigiada, pois nem cavalo ele tinha. Seu Valmor se queixava que nunca pôde ter “seu gadinho” nas estâncias em que trabalhou, nem ter uma “morada” porque ninguém dava “*casa*” para ele; situação que se agravou ao longo dos anos porque a “lei passou a impedir”. Outro caso é citado por Medeiros (1969, p. 35), em que um trabalhador temporário da tosquia das ovelhas, com 67 anos, nunca casou, pois declarara que tinha “receio dos compromissos” por não ganhar o suficiente para manter uma família, uma vez que, quando se casa, “depois vêm os filhos”. De acordo com o estudo realizado por Medeiros (1969, p. 15, 23-25), dos 32 capatazes pesquisados, mais velhos e mais experientes do que os peões, 59,3% deles tinha idade entre 30 a 49 anos sendo que 70,9% eram casados. Já entre os peões, dos 98 pesquisados, 62,7% encontravam-se na idade entre 20 a 49 anos, sendo que 75% dos peões eram solteiros. De acordo com o autor citado, a baixa nupcialidade entre os peões se refletia nas taxas de nupcialidade dos municípios pesquisados; a partir da análise do Censo de 1950, o autor argumenta que na faixa de 20 a 30 anos, 79% dos homens se declaravam casados, enquanto que essa média baixava nos municípios de economia estancieira para 71%; outro dado é que se fosse considerada a faixa de ‘14 anos ou mais’ entre os homens, 56% deles se declaravam casados, enquanto que em Uruguaiana e Bagé esse índice baixava para 42% e 43%, respectivamente.

Na condição de *peão* (ou *capataz*) solteiro, garantir a própria subsistência na estância se traduz como a única alternativa; já o estancieiro só tem a acumular ainda mais capital de honra com o que se torna a moral oficial de disponibilizar o *galpão* para a albergagem destes indivíduos.¹⁵⁶ Veja que quanto maior é a diferença objetiva entre os polos do espaço social, maior se torna a violência simbólica que se transmuta, por mais incrível que pareça, em uma sociedade democrática, como gostam de repetir os pregoeiros do conservadorismo estancieiro.¹⁵⁷

Logicamente, essa situação limite também devia pressionar para baixo a remuneração de todos os trabalhadores permanentes ou temporários, uma vez que o patrão os colocava em concorrência pelos seus dons generosos. Assim, o grau e formas de remuneração dependem das relações de força em cada momento. Na pesquisa realizada por Medeiros (1969) em final de 1964 e início de 1965, o autor cita valores médios do salário dos peões e dos capatazes nos casos pesquisados. Contudo, há um vício de origem que embasa o olhar do autor e que embaça a descrição das relações e redes de dependência, que é a premissa da modernização, assumida pelo autor. Ou seja, o autor quer e procura ver relações sociais modernas de produção, provavelmente influenciado pelo debate político da época, e não estabelece as relações entre as famílias dos dependentes que moram dentro da estância e os peões e capatazes tratados como empregados permanentes. Não aborda também os modos como se processavam o pagamento monetário a estes trabalhadores. Contudo, isso não invalida os dados por ele apresentados, apenas limita o alcance de suas conclusões. De todo modo, dos 38 casos de peões pesquisados por Medeiros (1969, p. 33, 34, 40), o salário médio foi de 15 mil Cruzeiros, já o salário dos capatazes era de 30 mil Cruzeiros em média, enquanto que o salário mínimo nacional era de 59.520 mil Cruzeiros. Os níveis salariais são um indicador da oferta de mão de obra, das condições de trabalho decorrentes e, portanto, das relações de poder entre os polos no espaço social.

Sobre as condições de negociações entre patrões e os pretendentes a *capataz*, Medeiros (1969, p. 34) argumenta que “as reivindicações são pessoais do candidato a capataz. Se o proprietário não é receptivo às aspirações do candidato, continua Medeiros,

¹⁵⁶ Não foram poucas vezes que ouvi de estancieiros e estancieiras, além de peões, que “antigamente” era comum receber *gaúchos* no galpão da estância e por isso a estância era um lugar democrático por receber a todos que demandassem estadia.

¹⁵⁷ Ver Vianna (1974).

um outro menos exigente é admitido, pois para este posto há sempre candidatos”. Mesmo nessa passagem em que o autor se esforça para descrever a contratação de um *capataz* como uma relação mercantil entre duas pessoas que se encontram livremente no mercado, uma oferecendo a força de trabalho e a outra interessada em sua compra, não é menos significativo o fato de que quem primeiro põe as condições do contrato é o pretendente ao emprego. Ora, nessa condição cabe ao proprietário avaliar se não está sendo usurpado pela proposta inicial, como que numa inversão das condições objetivas de poderes, em que se mantém a honra de proprietário, seu poder simbólico sobre a definição das possibilidades de redistribuição do valor socialmente produzido. Ocorre o inverso numa sociedade de livre concorrência à compra de força de trabalho.

Nesse sentido, o estancieiro está numa posição que permite colocar tanto os moradores de seu domínio quanto os indivíduos responsáveis pelos trabalhos permanentes na estância em franca concorrência uns com os outros pelos seus favores. Além de instituir vantagens materiais àqueles que fossem fiéis a sua pessoa como uma contrapartida que não precisava ser explicitada. Medeiros (1969, p. 33) relata o caso de um morador que lhe confidenciou que seu patrão lhe “gratificaria” – palavra que teria sido usada pelo morador – com duas peças de roupa no final do ano, além de outros casos observados de “gratificações eventuais ou presentes”. Estes presentes e o pagamento com roupas também foram relatadas por Osório, citado na primeira seção. Medeiros, na mesma passagem de seu texto, identifica tais práticas de pagamentos que não em moeda como “práticas irracionais”. O que o autor chama de “irracional” é uma das chaves para entender um sistema de dominação bem azeitado. Depende do *senhor* se seus subordinados poderão ter acesso à casa, se poderão criar alguns animais, ou se receberão presentes, de modo que se cria um jogo de expectativas atendidas ou não, que ganha a forma de “troca de favores” e se distancia do modo mercantil de mercado de trabalho. Contudo, se estas são práticas que permitem a renovação, a continuidade e a percepção da validade do sistema de dominação para os envolvidos, é importante notar que havia uma percepção de equilíbrio entre as solicitações recíprocas que era necessário manter e que constituía o motor da própria relação. Uma das obrigações dos estancieiros que aparece em Medeiros (1969, p. 34) era o de socorrer os dependentes em caso de doenças. Já a família do declarante n° 4 acima citado havia construído um lugar só “para cuidar desse pessoal que trabalhou com a minha

família, assim, de anos”, onde chegou a ter 11 funcionários antigos que necessitavam de ajuda do patrão na velhice. Deve-se observar que a situação dos subordinados no espaço social estancieiro não devia ser homogênea, talvez nem mesmo dentro da própria estância, uma vez que o jogo de concessões e obrigações particulares só pode ser explicado pela história da relação específica entre dependentes e estancieiro. Entretanto, somente respondendo às expectativas de cada relação personalizada que o estancieiro ganhava *crédito* para administrar o tempo de seus moradores e subordinados de acordo com sua vontade.

Este *crédito* é capital simbólico incorporado na pessoa do *senhor* cuja crença do grupo lhe garante quase que como uma espécie de adiantamento, que tem o poder de mobilizar. Mas, além disso, constrói e mantém uma rede de alianças por meio de um conjunto de engajamentos de dívidas de honra, de direitos e deveres acumulados no curso de gerações sucessivas e que podem ser mobilizadas em variadas circunstâncias: “empregado era como se fosse um patrimônio” que “de pai para filho... iam ficando”, nos diz a declaração n° 4; *É que eu fui dado ao general, de pequeno*, justifica o peão personagem de Veríssimo. Obedecer às ordens do *senhor* era uma maneira de retribuir uma dívida que não podia jamais ser saldada ou talvez saldada apenas com a morte, no caso de morrer pelo patrão em conflitos armados. A prática de dons instaura dívidas morais num sentido de “troca de favores” e submissão que engaja a esperança de novas recompensas. Nesse caso, o interesse dos dominados tende a ser percebido como idêntico ao do dominante, instaurando uma “comunidade de interesses” como aspecto da dominação personalizada (Weber, 1999). Em outras palavras, a harmonia objetiva entre as disposições dos agentes internalizadas como *habitus* e produto das relações de poder, faz com que o pertencimento a este cosmos econômico implique o reconhecimento incondicional do jogo nos quais eles estão envolvidos e o desconhecimento do arbitrário (Bourdieu, 1980, p. 206-207). Ou ainda, o modo de dominação personalizada é tanto mais eficaz quando os próprios dominados concebem seus próprios interesses como idênticos aos dos dominantes, e aí a própria existência social passa a ser encarada como um “dom” concedido e permitido pelo *senhor*.

3. *Moradores de corredor, isolamento e submissão*

Não era somente com os moradores de dentro das estâncias que os estancieiros podiam contar como força de trabalho e a partir das trocas de favores colocá-los em concorrência por seus dons generosos. Havia um conjunto de pequenos posseiros e proprietários que ocupavam áreas de terra em que as cercas das estâncias não abarcavam ou que eram desprezadas por serem áreas de mata, pedra e/ou serro. Estas famílias poderiam construir suas casas próximas às estradas de terra, entre as cercas das estâncias e as estradas e aí cultivar algum produto de alimentação básica e ter alguns animais. No trabalho de campo desta pesquisa, as famílias em tais condições são designadas pelos demais agentes como *moradores de corredor*. Neste espaço social, *corredor* é sinônimo de estrada ou caminho e deriva dos antigos corredores formados pelos estancieiros para movimentar as tropas de gado entre estâncias, para as charqueadas ou abatedouros. Medeiros (1969, p. 2) fez a seguinte descrição dos *moradores de corredor*, diz o autor:

Algumas vezes, nos pontos de encontro entre duas ou mais fazendas, junto a uma estrada, se forma um aglomerado de moradias habitadas por famílias pobres, incluindo quase sempre um “bolicho” [um bar, uma venda] e uma cancha de “jogo do osso”. A população é constituída de pessoas que não se sabem bem de onde vieram e o que fazem, a não ser o **biscate nas fazendas e alguma plantação de horta**. Deste tipo de povoado intersticial não se fez um estudo sério. Haverá aí um caso de anomia social? Qual o grau de marginalidade? Em certa ocasião dizia um estancieiro do extremo sul que os moradores desses povoados vivem também a custa de um roubo de ovelha de vez em quando; mas que, **se em outros tempos as estâncias sustentavam a gente necessária para certas ocasiões, agora era o ônus que os estancieiros deviam pagar para que tivessem mão de obra quando precisem** (Os grifos são meus).

Ohlweiler (1982, p. 19), cuja primeira versão de seu texto é de 1959, fala na expulsão das famílias de *peões* das estâncias que até então serviam como força militar aos estancieiros. Com o fim do coronelismo como sistema político e o enfraquecimento progressivo da importância de um capital militar mobilizável, reforçava-se um sentido mais puro de apenas a utilização da força de trabalho dos *dependentes*. Isso significa afirmar que se gerava um excesso do estoque de mão de obra internamente às estâncias e acarretava diminuição das margens de barganha dos moradores em relação ao estancieiro no que se refere às remunerações em dinheiro e/ou parcela de terra para cultivo de gêneros

alimentícios. Nesse contexto, é bem provável que muitas famílias até então residentes nos domínios tenham visto como melhor alternativa engrossar (ou formar?) a categoria dos *moradores de corredor*, ou seja, passar a morar entre a cerca e a estrada, onde poderiam ter *casa e horta* e, talvez, ficar mais resguardadas das arbitrariedades dos senhores. Medeiros, no trecho citado acima, deixa claro sua percepção de que esta população vivia de “biscates” nas estâncias, ou seja, pequenos trabalhos, e do que elas conseguiam produzir em suas *hortas*. Logo em seguida, o autor traduz um depoimento resignado e nada velado de um estancieiro que reconhece que se essa população também vive “a custa de um roubo de ovelha de vez em quando”, quase a consente, porque seria um “ônus que os estancieiros deviam pagar para que tivessem mão de obra quando precisem”, pois, “em outros tempos”, continua o estancieiro, “as estâncias sustentavam” tais pessoas. Ou seja, os estancieiros passavam a liberar mais área internamente às estâncias para pastagens e buscavam regular as necessidades de mão de obra entre as famílias que ainda continuavam residentes e aquelas que se tornavam *moradores de corredor*.

Há ainda um outro fator que deve ter contribuído para aumentar o poder dos estancieiros a partir de 1940, frente ao conjunto de moradores nas estâncias, *moradores de corredor* e pequenos proprietários rurais. No caso do município de São Gabriel, até então, as charqueadas estavam instaladas em diferentes distritos do município e se constituíam como opção de trabalho para muitos indivíduos situados nas posições mais subordinadas do espaço social, mesmo que apenas durante o período de *safrá*. Além disso, havia a possibilidade de distribuição de restos de animais abatidos à população pobre. Com o fim destes estabelecimentos, os distritos do município passaram a amparar-se apenas em função das estâncias e houve uma diminuição das possibilidades de constituição de estratégias de sobrevivência alternativa para a população aí residente. Em outras palavras, aumentava o poder do estancieiro em gerir a vida de seus dependentes. Medeiros (1969, p. 2) descreve da seguinte forma os distritos nos municípios de economia estancieira:

Os distritos não são apenas unidades jurídico-administrativas. São unidades sociais. E nas áreas de pecuária estão socialmente organizados a partir do elemento básico, que é a estância. Em cada distrito há sempre um núcleo populacional mais denso, onde se concentram alguns serviços governamentais ou privados, mas que não vai, o mais das vezes, além de umas poucas centenas de pessoas. A partir desse núcleo se estendem as estâncias, estruturadas com maior ou menor coesão em vizinhanças de oito a dez.

Sendo a estância o “elemento básico” que organiza as “unidades sociais” que são os distritos, as sociabilidades que se produzem giram em torno das redes de dependência do estancieiro. É aí que há “alguns serviços governamentais ou privados”, como escola, igreja e o “bolicho”, que significa uma pequena casa comercial. Restando como uma das únicas possibilidades o trabalho remunerado na estância, o isolamento das populações subordinadas não ocorre só dentro dos domínios cercados, mas o próprio sistema estancieiro constitui o isolamento das populações pobres.

Vamos com mais vagar. A estância constitui em si elementos de isolamento das populações pelo fato de instalar poucas famílias e muito distantes umas das outras, quando em comparação com os sistemas de *morada* e *colonato*, pelo simples fato de que o número de famílias exigido para as tarefas da estância é menor que estes outros dois sistemas. Além disso, é o estancieiro que realiza boa parte das trocas do morador com o mercado, como no caso de alimentos não produzidos internamente à estância, como sal, açúcar, etc., constituindo uma espécie de *armazém*. Este foi o caso estudado por Silva (2010, p. 101) em que, segundo o trabalhador por ela entrevistado, cabia ao patrão “dar o rancho”, ou seja, os alimentos básicos não produzidos pela família: “[...] o patrão intermediava a compra de produtos que eles não pudessem comprar, em que ‘as compras’ eram feitas na cidade pelo estancieiro e depois ‘acertadas’ com o agregado”. Mas, além disso, pelo caráter de dependência com relação às estâncias que restringe as sociabilidades, os poucos equipamentos sociais dos distritos funcionam como parte do isolamento às populações devido ao sistema de relações estancieiro. O argumento é que a estância e o sistema de relações que ela encadeia são *em si*, isoladores e constituintes de uma geografia mínima não somente em termos de deslocamentos espaciais dos trabalhadores, mas de relações sociais que se transformam em limites mentais para refletir sobre sua própria condição. Muitos serão solteiros e com toda a sua existência regida pelas relações de trabalho na estância, como aquele peão da declaração nº 4 que, segundo seus patrões, “gosta muito lá de fora” e “se vem para a cidade morre”. Não há porque duvidar da veracidade da declaração dos patrões, pois um limite imposto pela estrutura social tende a ser internalizado e aparece aos indivíduos como o resultado de uma escolha decidida livremente; será encarado como um

“dom” se o patrão deixar que ele more e morra no lugar onde sempre trabalhou e a quem serviu.

Nas conversas que mantive com *peões*, eles se lembravam e repetiam com velocidade toda a genealogia de tal e tal estancieiro, mas muitos não lembravam a história ou o nome de seus próprios avôs. Outros, que viviam com esposa e filhos na cidade, já em tom de reclamação, diziam estranhar o quanto os filhos estavam crescidos quando retornavam do período de tempo que ficavam em trabalho nas estâncias sem voltar para ver sua família. Mais ontem do que hoje, mas também hoje, há elementos suficientes para argumentar sobre este isolamento que lacera a transmissão da memória e dos relatos elaborados a partir de um ponto de vista dos de baixo. Gramsci (1978) estava absolutamente certo quando argumentou sobre a imposição cultural insistente que os dominantes produzem como versão da história, equivalendo a uma coerção que compreende a redução do leque potencial de conotações a uns poucos significados imperativos permitidos. No caso estudado, a história dos grupos dominantes constitui a própria história dos subordinados, no momento que eles se reconhecem por terem trabalhado para “tal” estancieiro ou em “tal” estância e menos por outros parâmetros como suas genealogias. Neste caso, a coerção da qual se refere Gramsci se materializa não só nos cérebros dos indivíduos, mas se objetiva e é reacionada no e pelo espaço social estancieiro que constitui *em si* o isolamento das populações subordinadas devido ao resultado das relações de forças passadas que se apresentam na existência de enormes domínios privados e dão a impressão de deserto ao observador pela dificuldade de ver uma única alma em léguas de campo.¹⁵⁸

Não acredito que seja sem sentido que Érico Veríssimo tenha atribuído os nomes de *Purgatório e Sibéria* a dois dos distritos do município de *Santa Fé*, onde se passa a saga da família *Terra Cambará* em seu romance *O Tempo e o Vento*. A ideia que o autor passa ao leitor é exatamente a de isolamento das populações pobres no interior do município, mas mais que isso, como se estivessem condenadas em sua própria condição. *Purgatório* é o lugar aonde as almas são enviadas para esperar antes de entrar no céu ou no inferno. *Sibéria*, região russa para onde se bania os inimigos políticos ao ostracismo. A diferença é

¹⁵⁸ Não só ao observador autor desta tese, mas a vários historiadores e observadores tanto dos séculos XIX ou XX, assim como a administradores da província que reclamavam dos “verdadeiros desertos” que eram privados para a pecuária extensiva. A esse respeito ver em Zarth (2002) e Cardoso (2003).

que no romance as almas estão condenadas à submissão aos estancieiros. Na bibliografia especializada, no romance e na observação empírica a “distância” é uma das principais objetivações do resultado das relações de força passadas, ou, dito de outra forma, da luta de classes pretérita. A distância da sede das estâncias em relação ao núcleo urbano do município é um bom indicativo dessa noção de espaço. No estudo realizado por Medeiros (1969, p. 29), 81% das estâncias pesquisadas se situavam a mais de 30 km do núcleo urbano do município. Nas respostas aos Cadastros do INCRA de 1965 e 1978, os estancieiros de São Gabriel informavam uma média de 40 km das estâncias em relação ao centro urbano.

Mas, a rigor, se a “distância” é um fator importante para a constituição de redes diversas de trocas materiais e simbólicas, importa assinalar como ela se traduz em termos de possibilidades ou de restrições quanto a estratégias alternativas aos indivíduos implicados. No estudo de Medeiros (1969), 75,8% dos capatazes eram nascidos no mesmo município, sendo que 44,8% deles no mesmo distrito; 61,2% deles não possuíam nenhum tipo de imóvel rural, 25,8% declararam possuir “algum pedaço de terra” e 9% deles disseram ter acima de 10 ha. Entre os peões, a média foi de apenas 11,3% de nascidos em outros municípios, sendo que esse índice baixava para 3,9% em municípios da Campanha como Uruguaiana, Bagé e Santiago; o autor não informa quanto à propriedade da terra relacionada aos peões. Com relação à educação formal, entre os capatazes, 35,4% deles eram analfabetos e o restante concluíra ou não o curso primário; entre os peões o número de analfabetos era de 50%, sendo que os demais concluíram ou não os estudos primários. Entre os capatazes, 50 % deles iam uma ou mais vezes por mês à cidade, e 30% deles ia menos de 4 vezes por ano; entre os peões mais velhos 76,4% deles ia uma ou mais vezes por mês para a cidade e 47% duas vezes ou mais, já entre os peões de até 25 anos, 91,6% disse ir uma ou mais vezes por mês para a cidade. 50% entre peões e capatazes ouviam rádio uma ou mais vezes por semana, e o restante não ouvia ou raramente ouvia; 78% deles não tinha contato com jornais impressos e 60% não recebiam cartas; os que conheciam televisão, tinham assistido em casa de conhecidos na sede do município. Quando indagados sobre seus futuros, 44% deles responderam não possuir planos para o futuro próximo,

situação caracterizada por falas do tipo “se for dando certo, vou ficando”¹⁵⁹, no sentido de continuar como peão ou capataz na estância; os demais disseram que gostariam de trabalhar por conta própria e “ser criador”, mas reconheciam não ter dinheiro para comprar terras.

Assim, o trabalho, a residência e as trocas necessárias para a vida cotidiana tendiam a ocorrer nos próprios distritos e/ou internamente nos domínios, como, neste último caso, mostrou o estudo já citado de Silva (2010). É importante perceber no parágrafo anterior o fato de que, se, entre os peões jovens, as idas para a cidade são mais frequentes, elas tendem a diminuir com o avançar da idade, talvez, devido à constituição de família ou a permanência como peão solteiro e resignado nas estâncias. Além disso, não aparece nas falas destes trabalhadores possibilidades de migração para regiões industriais. Ao menos de acordo com o estudo e período citado, esta alternativa de constituição de trajetórias está bloqueada – ao contrário do que já ocorria com os *moradores* dos *engenhos de açúcar* no Nordeste brasileiro.

Desprovidos dos meios de refletir sobre sua própria situação de dominados e de constituir trajetórias alternativas, os subordinados situavam-se numa posição de se verem obrigados a concorrer pelos favores do *senhor*. As possibilidades de ter um pedaço maior ou menor de terra para instalar uma casa, ter família e o cultivo de gêneros alimentícios ou para poder usar os campos da estância e possuir “um gadinho”, dependia da submissão e da lealdade ao estancieiro. Como argumenta Garcia Jr. (1989, p. 49) em sua análise da *morada* no Nordeste, neste tipo de configuração social a vantagem material ou benefício que os subordinados possam vir a ter depende menos do trabalho que ele possa realizar e mais do estado da relação *morador-senhor*, “já que podem ser reduzidos a zero por uma decisão arbitrária e unilateral do *senhor*”. Entende-se porque, no trecho citado de Veríssimo, o general Firmino de Paula disse ser escravo de Castilhos e ter reivindicado que seus subordinados também se pusessem nesta condição perante ele: é pelo acúmulo de capital de honra que se encadeia as principais oportunidades de acúmulo de capital econômico, como estratégia tanto aos indivíduos situados em posições superiores ou inferiores da estrutura social.

¹⁵⁹ Na verdade o autor tenta reproduzir a forma de falar dos peões, ele cita “se i dando certo, vô ficando” (Medeiros, 1969, p. 23); é por achar que nesse tipo de reprodução das falas dos subordinados também há uma relação de poder e superioridade acadêmica, como se o próprio acadêmico falasse de acordo com as regras do português culto e escrito, que reproduzi a fala corrigindo a frase, sem interferir no sentido, como, aliás, também procedi com as demais falas citadas nesta tese.

Entretanto, ao contrário da relação de *morada* no Nordeste ou do *colonato* em São Paulo, que em meados de 1960 eram sistemas já em decomposição por distintos motivos, na economia estancieira esta forma de dominação se ampliou pela internalização progressiva de maior número de *dependentes* às estâncias. Aqui, ao contrário do Nordeste, a atividade principal dos *senhores* estava em franco ascenso pelo aumento dos preços do gado e pelas possibilidades de cultivo do arroz, trigo e soja como produtos mercantis. Essa conjuntura permitia internalizar às estâncias a mão de obra necessária para as novas atividades que poderiam ser lançadas no mercado, o que, certamente, gerou um novo equilíbrio instável entre as expectativas dos moradores e dos senhores da terra. Esta dinâmica de maior internalização de famílias às estâncias pode ser percebida, entre outras coisas, pela confusão que os estancieiros fizeram a partir da palavra “dependente” em uma das perguntas presente nos Cadastros do INCRA, o que analisaremos na próxima seção.

4. Estâncias, famílias *dependentes* e disposições mentais exigidas pelo Estado

No espaço social em estudo, a relação de dominação personalizada parece ter-se objetivado na palavra *dependente*, designando a submissão do polo mais fraco e subentendendo as obrigações de ambos os envolvidos. Esta palavra aparece nos processos judiciais do século XIX, utilizada tanto pelos estancieiros quanto pelos encarregados da justiça para se referir àqueles que moravam *de favor* nas estâncias, como visto no Capítulo I, aparece na bibliografia especializada - como no estudo citado de Medeiros - para designar relações semelhantes, provavelmente como repetição do que se ouviu a campo, e também aparece nas declarações dos estancieiros, como visto nas declarações citadas anteriormente. É uma palavra que data para os agentes um período, designa relações sociais situadas e específicas próprias de seu universo de compreensão. Se esta palavra for utilizada para designar outras relações sociais é bem provável que os agentes que a ela estavam habituados não compreenderão o novo significado. Ou ainda, se tais indivíduos a encontrarem em outro contexto, procurando designar outras relações sem prévia explicação do novo significado, é bem provável que compreenderão se tratar do significado até então conhecido.

Ao que parece, frente a esta contradição estiveram os estancieiros quando preencheram as informações requeridas pelos cadastros do INCRA em 1965, 1972 e 1978.

A partir da confusão das respostas há um dado sociológico para a compreensão de tal universo social. O Cadastro de 1965, entre as perguntas sobre as características da utilização da mão de obra no imóvel, incluiu a seguinte indagação (os grifos são meus): “se possui família e *dependentes* residindo no imóvel, quantas pessoas estão em condições de nele trabalhar?”. Já nos Cadastrros de 1972 e 1978, esta indagação ganhou o seguinte texto: “qual o número de *dependentes* do proprietário que trabalham no imóvel?”. É bem provável que no contexto das perguntas formuladas pelo cadastro a palavra *dependentes* esteja se referindo aos integrantes da família do proprietário num sentido restrito, uma vez que ainda não existia a categoria política de “trabalho familiar”, que se popularizou somente a partir de metade dos anos de 1990 (Medeiros, 2001; Picolotto, 2011). Além disso, é importante lembrar que já havia sido aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e em 30 de novembro de 1964 a Lei 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra, que dispunham sobre o reconhecimento jurídico dos direitos dos trabalhadores e empregados rurais. Portanto, legitimava-se e tornava-se lei no âmbito do Estado todos os princípios de uma dominação legal em relação aos trabalhadores do campo, uma dominação intermediada por um estatuto jurídico. O que significa afirmar, ao menos teoricamente, que o INCRA não poderia ter atribuído outro sentido a esta palavra que não ao relacionado aos integrantes do núcleo familiar restrito do proprietário, excluindo outras pessoas ou famílias que poderiam ser consideradas como empregados rurais ou classificadas como “colonos”, “agregados”, ou, simplesmente, pela classificação de “Outros”, também prevista nos questionários.¹⁶⁰ Se esta hipótese estiver correta, então estamos frente a uma flagrante contradição entre as disposições culturais exigidas pelo Estado e necessárias para compreender suas demandas e aquelas disposições internalizadas pelos indivíduos no decorrer da história social.

Ora, *dependentes*, no contexto da economia estancieira, tinha outro significado que incluía todas as pessoas que dependiam do estancieiro para viver e com ele realizavam trocas personalizadas sob o princípio da honra. Mais complicado ainda é restringir a compreensão desta palavra a um sentido de família nuclear restrito, num meio social

¹⁶⁰ Quanto aos campos dos Cadastrros relativo à indicação para que fosse informado o número de “colonos” e “agregados”, agrupados sob a designação de “outros”, considere-os no campo de “famílias residentes no imóvel”, sem prejuízo para a compreensão. De forma geral, há um problema tanto das categorias utilizadas nos Cadastrros, assim como nos Censos Agrícolas, com relação à configuração do espaço social no Rio Grande do Sul, pois as categorias que estão nestes documentos procuram objetivar as relações presentes no espaço rural de São Paulo e Nordeste. Por exemplo, a categoria de “colono” no Rio Grande do Sul não tem nada de semelhante ao seu significado em São Paulo e no resto do país.

marcadamente patriarcal, como foi discutido no Capítulo V. De todo modo, certamente os estancieiros responderam a tais questões a partir da compreensão nativa da palavra *dependentes*, o que se depreende da análise do Quadro 4. Contudo, este desencontro entre as estruturas mentais exigidas pelo Estado e aquelas nativas gerou um dado sociológico importantíssimo para se entender a persistência das relações de dominação personalizada no mundo estancieiro. A diferença na formulação das perguntas sobre os “dependentes”, não produziu informações diferentes sobre esta questão nos formulários dos Cadastros dos anos considerados, motivo pelo qual as respostas dos três cadastros acham-se sob o mesmo tópico; o mesmo ocorreu com as perguntas que gerou as demais informações. O Quadro 4 também apresenta dados sobre as famílias residentes nos imóveis e características relacionadas à utilização da mão de obra permanente.

Quadro 4. *Dependentes*, trabalhadores e famílias residentes em 1965, 1972, 1978 e 1992

Ano	Nº total de imóveis considerados em cada amostra	Imóveis que declararam ter dependentes %	Nº de dependentes do proprietário no imóvel (média)	Nº de dependentes do proprietário que trabalham no imóvel (média)	Imóveis com famílias residentes %	Nº de famílias que residem por imóveis (média)	Imóveis que possuem pessoas residentes %	Nº de pessoas que residem no imóvel (média)	Imóveis com assalariados permanentes %	Nº de assalariados permanentes no imóvel (média)
1965	49	97,96	8,98	7,13	93,88	3,13	93,88	15,19	91,84	5,91
1972	102	97,06	14,89	11,01	95,10	3,15	98,04	17,12	97,06	6,62
1978	78	85,90	-	17,15	91,03	7,20	92,31	28,78	100	12,18
1992	48	-	-	-	72,92	4,90	77,11	15,11	75,0	8,80*

Fonte: SNCR-INCRA, 1965, 1972, 1978.

* A pergunta do Cadastro de 1992, foi relativa à mão de obra “com carteira assinada”.

A primeira observação a ser realizada diz respeito ao fato de que o “nº de *dependentes* do proprietário que trabalham no imóvel” cresce entre os anos considerados e mais que dobra entre 1965 e 1978; de 7,13 *dependentes* em 1965, passa para 11,01 *dependentes* em 1972 e para 17,15 *dependentes* em 1978. Observe-se que o número de famílias residentes também cresce de 3,13 em 1965, para 3,15 em 1972 e salta para 7,2 famílias em 1978. A primeira conclusão importante que se pode tirar de tais dados é que a relação de dominação personalizada não estava ameaçada pelos instrumentos jurídicos já tornados lei, como aqueles citados anteriormente. Constituir relações baseadas na confiança não representava um risco para os proprietários de terra, ao menos até este momento. Ora, as estâncias internalizavam mão de obra pelo estatuto da *dependência* pessoal, em que o

trabalho de dominação devia exigir toda uma reatualização e renegociação dos vínculos que ligavam as famílias e o estancieiro. Veja que o número de pessoas que residem no imóvel também segue a tendência de dobrar entre os anos considerados, de 15,19 indivíduos em 1965, para 28,78 em 1978. O mesmo ocorre com a declaração quanto ao número de assalariados permanentes que passa de 5,91 em 1965, para 12,18 em 1978. Deve ser observado também que o número de pessoas declaradas como ‘dependentes do proprietário no imóvel’ é superior ao número de ‘dependentes que efetivamente trabalham no imóvel’, o que pode significar que tal diferença esteja relacionada aos integrantes do núcleo familiar legítimo, que não trabalham nas atividades de pecuária ou agrícola, mas que estão na estância – esta pergunta não foi repetida no Cadastro de 1978.

Contudo, outro cenário aparece em 1992: somente 72,92% dos imóveis considerados declararam possuir famílias residentes, numa média de 4,9 famílias; 77,1% dos imóveis declararam haver pessoas residentes, com uma média de 15,11 pessoas; 75% dos imóveis disseram possuir empregados “com carteira assinada”, com uma média de 8,8 pessoas. Observe-se que nos outros anos considerados da realização do Cadastro, em nenhum caso a percentagem de imóveis declarantes foi menor que 90%, sendo que o ano de 1978 deve ser destacado pelo fato de que todos os imóveis declararam possuir empregados permanentes. Portanto, aparece nestes números o que foi indicado nas declarações já citadas, de que as coisas mudam na década de 1990. Ao que tudo indica, a partir de algum momento na década de 1980, os estancieiros já deviam estar experimentando novas estratégias relativas à gestão da mão de obra internamente nos domínios, o que se aprofundou na década de 1990 com a progressiva expulsão das famílias de trabalhadores de dentro das grandes propriedades: “ninguém mais quer empregado morando, não tem, terminou”, diz a declaração n° 4. Além disso, deve-se observar que o Cadastro, a partir dos primeiros anos de 1990, não repetiu as perguntas relativas aos *dependentes*, mas incluiu uma pergunta relativa ao uso de “mão de obra familiar”, que não está no Quadro 4. A esta pergunta, as respostas foram as seguintes: do total de declarantes, 19 deles disseram possuir ‘mão de obra familiar’, sendo 16 declarantes com uma média de 1,3 pessoas, e 3 declarantes com uma média de 10,66¹⁶¹. Ora, no início da década de 1990, é quando

¹⁶¹ Destes 3 declarantes, um deles disse haver 12 famílias residentes em sua propriedade, num total de 39 pessoas e 6 empregados “com carteira assinada”; outro, disse haver 5 famílias em sua propriedade, num total

começa a se difundir a noção de mão de obra familiar, agricultura familiar e noções conexas. Pode-se dizer que os 3 declarantes citados, compreenderam se tratar da “mão de obra familiar” das famílias que residiam em suas propriedades, e não a mão de obra de integrantes de seus grupos domésticos. Trata-se de um período de transição em termos de modo de dominação e de categorias de compreensão de mundo em uma conjuntura de baixa de preços dos produtos mercantis, o que gerará um descompasso entre as disposições internalizadas como *habitus* e aquelas que a sociedade passa a exigir como sistema de disposições hegemônico e dominante – a este assunto se retornará no último capítulo.

Nunca é demais lembrar que os dados utilizados no Quadro 4 falam do imóvel rural e não de estabelecimentos, e, talvez, o mais importante, traduzem o que os estancieiros entendiam pelas categorias políticas para eles demandadas nos cadastros. Portanto, em primeiro lugar, trata-se de uma avaliação subjetiva das categorias de compreensão utilizadas para se classificar e classificar os “Outros” que mantinham alguma relação com seus domínios. O que parece ser certo é a validade de uma forma de pensar que busca estabelecer vínculos de produção na estância a partir das relações de dominação personalizada, o que equivale a dizer que não devia haver a identificação de risco representado pela legislação trabalhista, ao menos até meados da década de 1980.

A década de 1960 é um momento de início da expansão das plantações de arroz, trigo e soja no município. Mas não foram todos os grandes domínios que experimentaram tais cultivos. Houve uma progressiva expansão destes cultivos entre as grandes propriedades. Aqueles que lançavam tais alternativas de produção mercantil o faziam a partir da internalização de maior número de famílias como força de trabalho. Esta dinâmica e a internalização diferenciada de mão de obra de acordo com a incorporação de novos produtos mercantis e estratégias de gestão das terras até os dias atuais serão analisados no próximo Capítulo. Agora se torna necessário aprofundar a discussão sobre os motivos da permanência e reprodução das relações de dominação pessoal a partir da década de 1960, questões tratadas na próxima seção.

de 30 pessoas e 12 empregados “com carteira assinada”; o outro disse haver 3 famílias residentes, com 10 pessoas residentes, e nenhum empregado “com carteira assinada”.

5. Sobre a permanência e reprodução das relações de dominação pessoal

A indagação sobre os motivos da permanência e reprodução das relações de dependência pessoal no espaço social estancieiro conduz à análise das condições de existência da dominação tradicional e das fronteiras sociais instituídas aos indivíduos a ela submetidos. Na passagem de um modo de dominação para outro não há nada de automático ou previsível, muito menos os processos sociais seguem uma única direção necessária nas distintas experiências históricas. Assim como considera Garcia Jr. (1989, p. 59), a mudança e o sentido da mudança é objeto de luta constante entre os agentes que ocupam distintas posições no espaço social, que possuem diferentes interesses e dispõem de meios socialmente desiguais. O sentido desta luta, argumenta o autor, “é tanto material, visando à distribuição dos recursos e dos capitais socialmente utilizáveis, quanto simbólica, quando visa mudar as percepções sociais do que é possível fazer e do que é possível dizer, e, particularmente, de dizer o que é necessário fazer”. Em outras palavras, tratam-se das condições e das disposições dos indivíduos dominantes e dominados para investir em novas práticas em contextos de perda ou não de eficácia da relação de dominação tradicional.

Na análise que Garcia Jr. (1989, p. 60) faz do caso da área canavieira da Paraíba, o autor se pergunta sobre “como se quebraram os limites impostos pela dependência personalizada, limites que estavam também inscritos nos cérebros e nos corpos dos que ali viviam?” De acordo com o autor, três foram as mediações que colocaram fim àquele modo de exploração da mão de obra: a) o franco declínio dos senhores de engenho e a concorrência das *plantations*, sobretudo no mercado de derivados de cana de açúcar e o surgimento das *usinas*; b) a possibilidade de deslocamentos dos indivíduos subordinados à estrutura social para o Rio de Janeiro e São Paulo desde os anos de 1950, quando tais cidades conheciam forte crescimento industrial; c) o surgimento das primeiras organizações camponesas e o impacto no campo político, que passaram a reivindicar um novo quadro legal para regular as relações entre trabalhadores agrícolas e proprietários fundiários. Na situação histórica encontrada pelo autor a dominação tradicional havia sido “abalada pela ação conjunta e cumulativa destes três fatores” (p. 60).

Ora, na experiência história analisada nesta tese, nenhum destes fatores ocorre neste período; a) a atividade econômica estancieira está em franca valorização, como já foi demonstrado. A manutenção e mesmo a reatualização destas relações era do interesse dos

proprietários fundiários, das quais permitia uma extração sem igual de mais-valia. Toda a produção de bovinos e ovinos da estância, além do incremento da capacidade produtiva (construções e infraestrutura variadas) eram entregues gratuitamente ao estancieiro, em troca de um lugar para morar e produzir as condições mínimas para a reprodução da força de trabalho; b) a possibilidade de migrações exitosas para trabalhos urbanos e, em especial, o trabalho industrial está bloqueada para trajetórias coletivas dos trabalhadores do espaço estancieiro. Ainda em 1950 havia a entrada de estrangeiros no Rio Grande do Sul, que se direcionavam aos trabalhos industriais na região de Porto Alegre, além do fato de que as colônias expulsavam cada vez mais os deserdados da fração de terra familiar. Nessa “superprodução” e oferta de força de trabalho, os próprios industriais, sobretudo os de origem alemã, selecionavam, preferencialmente, os de *origem*, ou seja, os etnicamente semelhantes. Esses fatores já foram demonstrados parcialmente, sobretudo no primeiro Capítulo, mas ficarão ainda evidentes no próximo Capítulo; c) resta analisar o terceiro fator considerado por Garcia Jr., qual seja as condições da luta política e concorrência da representação legítima dos setores subordinados do espaço rural gaúcho.

Quanto ao terceiro fator, a estrutura sindical de representação legítima que erigiu no Rio Grande do Sul a partir da década de 1960, secundarizou os “assalariados” do espaço rural e o que poderíamos dizer de seus interesses, além da temática da reforma agrária. Essa situação só é explicada pelas características da formação social do estado, que teve a pequena propriedade rural nas colônias de imigrantes uma de suas principais componentes. Se desde a década de 1940 já havia iniciativas de organização dos setores subordinados do campo, em especial pelos comunistas, foi no início da década de 1960 que as disputas pela representação legítima dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários se aprofundou, como em todo o país. No Rio Grande do Sul, as iniciativas de criação de sindicatos por parte dos militantes comunistas, de dirigentes do PTB e de integrantes do governo estadual, foram derrotadas tanto pela conjuntura política que se desenhou a partir do Golpe de 1964, quanto pela organização de sindicatos promovidos pela Igreja nas áreas de colonização, sobretudo. Muitos sindicatos criados pelos comunistas, que depois se articularam juntamente com dirigentes do PTB no recém criado Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MASTER), posteriormente transformado em Federação para se adequar à legislação de 1963, tendo participado da ULTAB e naquele ano composto a diretoria da

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), foram fechados pós 64 (Picolotto, 2011, p. 76-82).¹⁶²

Com a repressão ao MASTER, além dos sindicatos fechados, outros foram tomados pelo sindicalismo cristão que passara a ser o único representante legal dos trabalhadores rurais. O sindicalismo cristão organizado pela chamada Frente Agrária Gaúcha (FAG), uma associação civil criada por bispos católicos em 1961, visava fazer frente ao MASTER para combater o “perigo comunista”. Contando com o apoio da Igreja Luterana, a FAG apoiou-se na estrutura de legitimidade da Igreja junto às comunidades rurais, especialmente aquelas da região colonial. Contrário à reforma agrária, propunha o avanço técnico como solução à falta de terras, aproximando-se das posições da FARSUL quanto ao campo gaúcho. A FAG hegemonizou o movimento sindical dos trabalhadores rurais e pequenos proprietários no Rio Grande do Sul, sobretudo nas regiões coloniais, pois contou com a estrutura da igreja católica nos municípios (Picolotto, 2011, p. 88).¹⁶³

Como a base principal da FAG eram os colonos pequenos proprietários, dificilmente eram peões ou mesmo posseiros, o sistema sindical ligado à CONTAG no Rio Grande do Sul, com a consolidação da FETAG, passou a expressar, sobretudo, seus interesses. Certamente esta é (ou foi) uma das particularidades dos estados do Sul no sistema CONTAG, gerando conflitos com pautas políticas de representações de outros estados. Sobretudo, os colonos do Rio Grande do Sul estavam mais preocupados com discussão da política agrícola do que com a discussão sobre as condições de trabalho dos assalariados, com os arrendatários ou com a reforma agrária.¹⁶⁴ As reivindicações dos pequenos

¹⁶² Os militantes comunistas teriam criado sindicatos de assalariados em Pelotas, Jaguarão, São Gabriel, Arroio Grande, Cachoeira do Sul, Erechim, Camaquã, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Cacequi, Santiago, Jaguari, Itaqui e Santo Ângelo; todos municípios do espaço social estancieiro, com exceção de Erechim e Santo Ângelo. No norte do estado, em 1960, surgia o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MASTER, quando um grupo de 300 posseiros resistiu à desocupação de uma área de 1.800 ha que já ocupavam havia mais de 50 anos. O MASTER procurava organizar os posseiros, parceiros, agregados e pequenos proprietários que tinham acesso instável à terra. Em meados dos anos de 1960, o MASTER fora transformado na Federação das Associações dos Agricultores Sem Terra, Pequenos e Médios Proprietários (mantendo a sigla MASTER) com objetivo de ser reconhecido como uma organização sindical de nível estadual em conformidade com a legislação de 1963. Dele participavam dirigentes do Partido Comunista, do PTB, dirigentes do governo estadual e algumas associações locais (Picolotto, 2011, p. 76-82).

¹⁶³ Picolotto (2011, p. 88) argumenta que após o golpe militar, sem contar mais com a concorrência do MASTER, entre 1965-69 a FAG organizou sindicatos na grande maioria dos municípios do estado e, na década de 1970, a sindicalização foi completada em praticamente todo o estado”, pois “entre os anos de 1963 e 1974, a FAG teria organizado 221 sindicatos”.

¹⁶⁴ É isto que aponta Francisco Urbano (ex-presidente da CONTAG), citado em Picolotto (2011, p. 107). Desde 1968 (quando uma chapa de oposição aos interventores ganhou a direção da CONTAG) existiam

proprietários do Sul eram diferentes dos demais estados, representados na CONTAG. Os pequenos proprietários rejeitavam a filiação nos Sindicatos Patronais Rurais porque também não se sentiam representados, pois criava a estranha figura de um “empregador por ficção”, ou seja, um empregador sem empregado (Picolotto, 2011, p. 108-109). A própria FETAG procurava resguardar uma parte de sua base social de agricultores médios a ela filiados. Outra característica do espaço social do Rio Grande do Sul que impactou em fazer as temáticas ligadas aos empregados rurais permanecer secundadas, foi o fato de os próprios pequenos proprietários, não raramente, também lançavam mão deste expediente de contratação. Isso gerava uma contradição dentro da própria estrutura sindical, pois se eram todos trabalhadores rurais, os pequenos e médios proprietários tinham dificuldades de encampar os direitos dos empregados.¹⁶⁵

Mesmo em São Gabriel, região por excelência da grande propriedade, o sindicato dos trabalhadores rurais vive tais contradições. Frente ao aumento no número das reclamações trabalhistas realizadas pelos empregados das estâncias, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato Rural haviam constituído uma Comissão de Conciliação Prévia (CCP), para evitar o reclamo dos direitos trabalhistas. Essa comissão fora

conflitos internos no sindicalismo em favor de maior espaço para as demandas dos pequenos produtores do Sul que não se sentiam representados pela política da Confederação. Nas palavras do próprio Urbano: “Em 1968, há uma verdadeira guerra interna dos pequenos produtores do Sul por pertencer à CONTAG e não se sentirem representados. Por que a gente não falava nenhuma matéria de interesse deles, ameaçaram romper, ameaçaram sair. Em 1968 a CONTAG fez um encontro chamado de Encontro de Integração Nacional, no Rio de Janeiro, logo quando nós tomamos a CONTAG e o José Francisco da Silva era o presidente. Qual foi o objetivo dali? O que é que nós vamos fazer para cada grupo, que nós dizemos que representamos? A coisa mais histórica, a coisa mais bonita que eu conheço do primeiro projeto da CONTAG. Nesse encontro foi um debate acirrado, de quase pancadaria entre nós, por que os pequenos agricultores do Sul queriam discutir política agrícola e a gente estava discutindo terra ainda e salário, e eles diziam “como é que essa CONTAG me representa, se ela não fala de política agrícola? A gente quer crédito.” Mas lógico, pois se o pessoal estava morrendo de fome, sem salário, querendo terra, como é que a gente ia pensar em crédito? Então é essa a relação. E aqueles homens enormes, grandes, gaúchos, catarinenses, paranaenses, era um choque enorme pra gente do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Bom, nesse encontro foram cinco dias de debate, e saímos de lá com o seguinte programa: um programa, [...] para defender a política agrícola, para os pequenos produtores já existentes, um programa de ação para defender a reforma agrária, um programa de ação para defender os assalariados, e um outro para defender os parceiros e arrendatários”.

¹⁶⁵ A declaração de Ezídio Pinheiro, dirigente da FETAG, a Picolotto (2011, p. 109), a este respeito, é clarividente: “Porque a FETAG representa os *trabalhadores rurais em regime de economia familiar* e os *assalariados rurais*, só que se confundia muito, tinha muitos sindicatos que a metade quase estavam enquadrados como “empregadores” e defender o empregado era complicado. Foi um quebra cabeça para abrir cabeça, pra mostrar que tinha que representar ou sair da área né. Estatutariamente tinha que representar, mas no município tinha associados bons, aqueles que tinham dinheiro, que eram um pouco melhor, aí embora não tivesse empregado ou alguns tivessem empregado, aqueles que tinham empregado não defendiam a ideia do assalariado”.

denunciada pelo Ministério Público da 4ª Região, sendo extinta em julho de 2006, acusada de

não resolver conflitos, mas sim de homologar rescisões cujos termos, invariavelmente, têm implicado quitações integrais de contratos de trabalho, o que desvirtua sua função e implica afronta e lesão a direitos dos trabalhadores, vindo a perpetuar a ilicitude (Termo de Conclusão do Processo, nº 00178-2006-861-04-00-8, p. 1).

Assim, mesmo a estrutura sindical dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul tem dificuldades em representar os interesses dos empregados rurais, posseiros, pequenos arrendatários, ocupantes, parceiros e meeiros.

Portanto, se no caso analisado por Garcia Jr. (1989, p. 60) aqueles três fatores abalaram “pela ação conjunta e cumulativa” o modo de dominação personalizada, no Rio Grande do Sul ocorre exatamente o contrário, aqueles três fatores atuaram conjunta e cumulativamente para a manutenção deste tipo de dominação. O grande proprietário ganhava margens de negociação numa conjuntura de aumento dos preços dos produtos de interesse mercantil. As possibilidades de constituir migrações exitosas para as regiões industriais estavam bloqueadas. As iniciativas de organização dos setores mais marginalizados do espaço social agrário gaúcho foram derrotadas pela luta política na conjuntura do Golpe de 64. A hegemonia do sistema sindical dos trabalhadores rurais se deu pelos pequenos proprietários rurais saídos das regiões de colonização. Em resumo: é como se tudo se alinhasse contrariamente aos trabalhadores subordinados à estância.

Os processos pelos quais a partir de 1990 resultam na liquidação das relações de dominação pessoal pela quebra da “confiança” entre os agentes estão por serem estudadas. Um destes processos foi o fato dos parentes urbanos dos empregados rurais, depois da morte deste, requerer na justiça os direitos retroativos do morto. Dois processos judiciais de reclamação trabalhista consultados na Justiça do Trabalho da 4ª Região, Vara do Trabalho de São Gabriel, um deles datado de 2009 e o outro de 2010, davam conta da abertura de processo legal em que as gerações posteriores se enfrentavam na justiça.¹⁶⁶ Ou seja, os parentes do empregado morto acusavam os parentes e herdeiros do patrão também morto.

¹⁶⁶ Os processos são os de número: 0003200-06.2009.504.0861 e 0195.3133.0146.6775-2.

Além disso, não parece ser acaso o fato de que houve a instalação de uma Vara da Justiça do Trabalho em São Gabriel em 1993.¹⁶⁷

De todo modo, esta é toda uma temática ainda por ser explorada.

Neste momento, importa perceber que as práticas de exploração do trabalho pelo estatuto da dominação pessoal não só se mantiveram como se ampliaram a partir da década de 1960. Contudo, a introdução do cultivo de cereais no arco de interesse dos estancieiros e demais produtores, em especial do arroz, a partir de então forçou uma redefinição dos termos das relações pessoais entre grande proprietário e seus dependentes. Ocorre um novo equilíbrio de forças no espaço estancieiro, em que os *senhores de terra* se veem obrigados à internalizar à estância um maior número de famílias, uma vez que havia maior procura por mão de obra. Estas e outras questões serão tratadas no próximo Capítulo.

¹⁶⁷ Entrevista com a Juíza do Trabalho, Vara de São Gabriel, Márcia Carvalho Barrili em 22/09/2011.

Capítulo VII. Novos produtos mercantis e o modo de dominação personalizada

Este capítulo analisa como as possibilidades de cultivo de cereais alteraram as relações de poder entre *senhores de terra* e subordinados a partir de 1960 no espaço social analisado. A alternativa de cultivo de lavouras comerciais descortinou possibilidades que se abriram assimetricamente para todos os agentes do espaço social e alterou a balança de poderes baseada na dominação pessoal. Por um lado, pequenos proprietários rurais, ocupantes e arrendatários se lançam a tais estratégias econômicas, em terras próprias ou sob arrendamento, utilizando, sobretudo, mão de obra familiar. Por outro lado, tais cultivos ganham cada vez mais espaço entre as estratégias dos grandes proprietários, seja por conta própria ou por arrendamento de terras. Nesta conjuntura, se tornava mais difícil de manter os antigos padrões de relações entre dominados e dominantes e uma das estratégias utilizadas pelos últimos para garantir a força de trabalho necessária ao cumprimento das tarefas agrícolas foi o aumento da internalização de famílias em seus domínios. De modo geral, trata-se de analisar as relações sociais de dominação que permitem o lançamento de diferentes estratégias por parte dos estancieiros em seus domínios, a dinâmica de produção resultante e as alterações do próprio sistema de dominação. Os imóveis que incorporavam novos cultivos comerciais a partir da década de 1960 procuravam garantir a mão de obra necessária ao aumento da demanda de força de trabalho pela internalização de um maior número de famílias sob o arco de dependência do grande proprietário. As relações de dominação personalizada se multiplicavam com a transformação principalmente do arroz como uma das estratégias mercantis dos grandes proprietários e não parece que relações modernas de assalariamento aí tenham sido predominantes.

Desse modo, este Capítulo está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira se analisa de modo introdutório o surgimento dos cultivos mercantis de arroz, trigo e soja no Rio Grande do Sul como resultado das políticas de substituição de importações, nos dois primeiros casos, e já no contexto das políticas de geração de saldos exportáveis, o caso da soja. Segue-se com a análise da dinâmica de desenvolvimento destes cultivos no

município de São Gabriel de modo a observar, preliminarmente, o impacto nas estratégias dos diferentes agentes sociais e no conjunto do sistema de produção da pecuária extensiva. Com o passar dos anos diminui o número de estabelecimentos com tais lavouras e aumenta a área destes cultivos nos estabelecimentos, o que traduz, novamente, uma mudança estrutural do significado destes cultivos nas estratégias do conjunto dos agentes: torna-se sobretudo uma estratégia dos *senhores de terra* e perde significado nas estratégias das posições subordinadas de pequenos proprietários, posseiros, etc. Ao contrário do que se poderia supor, é na década de 1970 em que há o maior número de grandes imóveis que plantam ‘pastagens’, tendo diminuído a partir de então, substituída pelas pastagens realizadas após o cultivo dos cereais em terras de pecuária. Houve um perfeito ajuste entre o desenvolvimento da pecuária nos grandes domínios e o cultivo de parcelas com cereais, de modo a ampliar as áreas de pastagens deixadas no período do inverno.

Na segunda seção se analisa como as possibilidades de cultivos de cereais alterou a balança de poderes entre os agentes no espaço social numa conjuntura de maior demanda e concorrência de mão de obra. Parece haver três fases bem distintas quanto a este balanço de poderes. Entre 1930 e 1960, há uma diminuição do número de moradores dentro das estâncias e um aumento da utilização de trabalhadores “temporários”: esse movimento significou o aprofundamento da situação de dependência das famílias de moradores, pequenos proprietários, posseiros e pequenos arrendatários em relação aos estancieiros, ao ponto destes não precisar tê-los internamente na estância para o cumprimento dos trabalhos. A estância perdia as funções de reserva de força militar e reduzia-se a necessidade de mão de obra devido ao cercamento dos campos, que poderia ser encontrada nos *moradores de corredor*. Esse é um período de pauperização absoluta dos *dependentes* do estancieiro. A segunda fase, iniciada por volta de 1960, a rigor com o aumento dos cultivos de cereais, os estancieiros são obrigados a internalizar um maior número de famílias em seus domínios para garantir o cumprimento das tarefas relacionadas com a pecuária e o cultivo de cereais.

Os senhores que se lançam ao cultivo de cereais, aumentam o número de famílias em seus domínios de 4,1 em 1965, para 12,1 famílias em 1978. A alteração da balança de poderes pendia em direção aos subordinados no espaço social. Esta alteração promoveu não somente um aumento das pequenas lavouras comerciais (arroz, soja e trigo), mas o conjunto das lavouras do que poderíamos classificar pela característica da

*alternatividade*¹⁶⁸, como será demonstrado. As novas possibilidades que se abriam forçavam a readequação dos termos da dominação pessoal e exigiam um maior trabalho dos dominantes para mantê-la, reforçadas pelo movimento migratório em direção ao núcleo urbano do município. A terceira fase corresponde de meados de 1990 até os dias atuais, em que há a progressiva perda da “confiança” no estatuto da dominação pessoal e há novamente a expulsão de moradores de dentro das estâncias, mas por motivos completamente diferentes daqueles da primeira fase. Os senhores que haviam incorporado o cultivo de cereais entre suas estratégias mercantis e que internalizam uma média 12,1 famílias em 1978, diminuem esse número para 7,68 em 1992 e 1,89 em 2010. Além disso, houve uma alteração fundamental quanto aos significados das lavouras mercantis nas estratégias de pequenos e grandes proprietários: essas lavouras não compõem mais as estratégias da imensa maioria dos pequenos, concentrando-se entre os grandes produtores.

Na terceira seção se polemiza com a bibliografia especializada que não somente percebeu aquelas relações de produção no cultivo de arroz como baseadas nas modernas relações de assalariamento, como construiu um fosso entre o que seria moderno – o cultivo do arroz - e o que seria tradicional - a pecuária extensiva. Na sequência se analisam dois casos específicos de estancieiros que incorporaram o cultivo de cereais entre suas estratégias mercantis e desenvolveram poderosas ferramentas para impedir que os recursos monetários saíssem de suas algibeiras com o pagamento de mão de obra, como a confecção de moeda própria da estância.

1. Além dos gados, novas possibilidades de produções mercantis: arroz, trigo e soja

As características e trajetórias de expansão das lavouras de arroz, trigo e soja no estado do Rio Grande do Sul se dão em momentos e por processos diferenciados de desenvolvimento. Não se pretende aqui abordar em profundidade tais aspectos, apenas para se entender as dinâmicas sociais observadas no interior da estância. Uma das principais diferenças entre tais lavouras é o fato de que o arroz se concentrou sobretudo em terras dominadas pelos estancieiros na chamada “metade sul” do estado, enquanto o trigo e a soja

¹⁶⁸ Produtos da *alternatividade* são aqueles que podem ser consumidos diretamente e, dessa forma, atender às necessidades domésticas de consumo, ou podem ser vendidos, quando a renda monetária que a venda proporciona permite adquirir outros produtos também de consumo doméstico. Ver Garcia Jr. (1983; 1989, p. 117).

em terras do planalto gaúcho onde as colônias tiveram um destacado papel em sua expansão. O mais importante é entender como uma ou outra atividade agrícola passa a compor as estratégias produtivas dos estancieiros hora em análise.

Quanto ao arroz, tanto nas áreas de colonização açoriana da segunda metade do século XVIII quanto nas áreas de colonização alemã ou italiana, o cultivo já era realizado como produto de autoconsumo, juntamente com o milho, batata, mandioca, etc. Com o fortalecimento do comércio com Porto Alegre, as regiões coloniais das serras e vales dos rios dos Sinos, Taquarí, Caí, Pardo e Jacuí, passaram a comercializá-lo para o mercado interno do estado, uma vez que o mercado nacional era abastecido pela produção de São Paulo, Minas Gerais e pela importação de países asiáticos e europeus. Contudo, a expansão das lavouras de arroz para atender o mercado nacional não ocorreu nas áreas coloniais, mas nos municípios de economia estancieira da Depressão Central, como Cachoeira do sul e Guaíba, e Litoral, com destaque para Pelotas e Camaquã, bem como a posterior expansão para municípios da Campanha e divisa com o Uruguai e Argentina. O respectivo cultivo esteve associado à inversão de capitais previamente acumulados nas atividades de criação de gado, do charque e do comércio em geral, cujas taxas de lucro se tornaram atrativas devido à política tarifária do arroz importado levada a cabo a partir de 1896. Como consequência das medidas de auxílio à lavoura cafeeira que produziam constantes déficits orçamentários, o aumento das tarifas para produtos importados aparecia como caminho para tentar equilibrar o balanço de pagamentos. Além disso, a tendência de queda dos preços do café forçava o governo a desvalorizar a taxa de câmbio, o que aumentava a lucratividade da produção interna do arroz no Rio Grande do Sul. Cultivado pelos próprios estancieiros, por comerciantes ou profissionais liberais em sistema de arrendamento da terra, as famílias de grandes proprietários fundiários interessaram-se logo no que fora comparado como o “café” da Região Sul do país.¹⁶⁹ O cultivo próprio do arroz ou sob a

¹⁶⁹ Em 1906, a associação entre um grande proprietário fundiário e advogado, juntamente com outros dois comerciantes, deu início à produção do arroz irrigado em larga escala em Cachoeira do Sul, sendo um dos marcos de tal cultivo no estado. Outra iniciativa pioneira foi de um estancieiro, charqueador, deputado estadual e Coronel chamado Pedro Osório, braço direito de Borges de Medeiros na Assembleia Legislativa. Em 1914, Pedro Osório tinha 1.200 ha cultivadas com arroz, mais de 10 mil ha com gado e o maior moinho de arroz da América latina às margens do rio São Gonçalo, onde se instalaram as primeiras charqueadas do estado ainda no início do século XIX. A demanda mundial de arroz promovida pela Primeira Guerra (1914-1918) foi responsável pelo notável aumento da produção gaúcha que passou de uma fatia de apenas 2% do mercado nacional para mais de 14% em 1919/1920. Neste período o Rio Grande do Sul concentrou mais que

forma de arrendamento de terras passou a compor as possibilidades de estratégias dos estancieiros quanto à gestão de seus domínios, sendo que entre 1944 e 1979, a média de área cultivada sob arrendamento foi de 66,1% do total desta lavoura no estado (Beskow, 1986, p. 43, 117; Silva, 2001, p. 49).

O trigo e a soja possuem uma dinâmica um pouco diferente de desenvolvimento. O trigo sempre foi uma cultura produzida nas áreas de colonização, sendo que durante a República Velha o Rio Grande do Sul fora o maior produtor nacional deste gênero. A produção de trigo se dava pela incorporação de novas áreas de terra e não pelo aumento da produtividade por área cultivada, sendo que o fechamento da fronteira agrícola já nos anos de 1940 colocava limites à sua expansão, dada a baixa fertilidade dos solos já gastos. Isso encadeou o que Schilling chamou de “fuga de braços” para outros estados e em direção à fronteira agrícola.¹⁷⁰ Mas a grande expansão das lavouras de trigo nas terras do Planalto se deu a partir da criação da Carteira de Crédito do Banco do Brasil (CREAI) em 1949, quando então comerciantes das áreas coloniais, pequenos industriais e profissionais liberais saídos dentre os colonos arrendam terras de pecuária. Nas áreas coloniais havia se desenvolvido uma classe de comerciantes que assumiu uma posição de monopólio e monopsonio controlando tanto a compra quanto a venda de produtos industrializados aos pequenos agricultores. São eles que diversificam a aplicação de seus capitais em pequenas agroindústrias rurais, serrarias, atafonas, usinas hidrelétricas, alambiques de cachaça, moinhos de trigo, de milho e cereais diversos, ervateiras, etc.¹⁷¹ Posteriormente investem no arrendamento de terras para o cultivo de trigo, mais tarde transformando-se em proprietários fundiários dando origem aos chamados *granjeiros*.¹⁷²

o dobro de tratores em relação a São Paulo e cinco vezes mais do que Minas Gerais (Beskow, 1986, p. 44, 47, 62).

¹⁷⁰ Nos anos de 1950 as colônias sofrem constante e acelerado processo de parcelamento do solo, o que redundou em queda da produção com crescente pauperização e trabalho em terras mínimas que mal asseguram a subsistência das famílias. Nesse ano, as parcelas de terra coloniais menores de 20 ha ocupam somente 6% da área da agropecuária estadual, mas sua participação no cultivo total do estado ainda é de 25% (Küchemann, 1980, p. 112-125 *apud* Rückert, 2003, p. 136).

¹⁷¹ Se considerarmos a região do chamado Planalto Médio, em 1917 havia 180 serrarias somente em Passo Fundo, e em 1934 havia 129 serrarias no município vizinho de Sarandi e 150 serrarias em Carazinho, que beneficiavam principalmente o pinheiro araucária. Ainda em 1913, havia 1.290 atafonas de farinha de mandioca, 900 moinhos de trigo e 525 moinhos de milho e outros grãos que exportavam para vários estados brasileiros; nos anos de 1920, o Rio Grande do Sul era o segundo maior produtor de farinha de mandioca do país (Rückert, 2003, p. 45-46).

¹⁷² Na safra de 1964/1965 as terras arrendadas eram responsáveis por mais de 51% da área cultivada de trigo no estado, sendo que a partir de então as terras próprias aumentam em relação às terras arrendadas, de modo

Mas além dos arrendamentos das terras de pecuária para a plantação de trigo e posterior compra destas pelos comerciantes, pequenos industriais, profissionais liberais ou colonos enriquecidos, o desenvolvimento da triticultura associada ao cultivo da soja (trigo no período de inverno e soja no período de verão, maximizando os mesmos investimentos em maquinários e mão de obra) gerou um processo de diferenciação entre os colonos pequenos proprietários destas regiões. Progressivamente às políticas de produção do binômio trigo/soja, a partir da década de 1960, muitas famílias de colonos passam a aumentar suas áreas de cultivo a partir do trabalho familiar, com a adoção de máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxicos, compra de mais terras, etc. Assim, enquanto esse processo gerou uma diversidade de trajetórias nas regiões da agricultura colonial, relacionadas com a migração para cidades em busca de emprego urbano, especialmente em direção às indústrias de calçados no vale do Rio dos Sinos e nas indústrias metalúrgicas de Caxias do Sul, ou migração para a fronteira agrícola via cooperativas de colonização ou à luta pela terra nos nascentes movimentos sociais que surgiam, outro contingente de agricultores melhorou suas condições econômicas e estrutura produtiva (Silva, 2001, p. 65-66; Rückert, 2003, p. 59).

De qualquer modo, tanto no caso da expansão do arroz ou do trigo/soja o sistema de crédito iniciado com a CREA do Banco do Brasil em 1949 foi fundamental para a desvinculação dos produtores aos comerciantes, que financiavam os primeiros, e para o atrelamento da agricultura ao mercado financeiro através dos juros gravados nas hipotecas fundiárias. O sistema de crédito tornava-se um dos principais instrumentos de expansão destas lavouras no estado, sobretudo a partir de 1965 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Pode-se dividir a vigência do SNCR em três fases distintas: a) a primeira de 1965 a 1976, em que o crédito público se caracteriza por ser altamente subsidiado e praticado com taxas reais de juros negativos ao produtor, o que gerou um enorme estímulo para a expansão das lavouras seja por arrendamento de terras ou em terras próprias, como no caso dos estancieiros; b) de 1976 a 1980, se caracteriza por certa retração do crédito e diminuição das facilidades em termos de juros, mas passa a incluir fortemente os pequenos proprietários como beneficiários do sistema; c) após 1980, em que se elimina

que na safra de 1970/1971 a situação já era de 70% de terras próprias contra 30% de terras arrendadas (Rückert, 2003, p. 182).

progressivamente o subsídio direto e o Estado restringe o financiamento agrícola (Delgado, 1985; Rückert, 2003, p. 113).

Mas não somente a agricultura passa a ser objeto de investimento estatal, como também a pecuária integrou a estratégia de produzir saldos exportáveis geradores de divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos e das dívidas contraídas em moeda norte-americana. A necessidade de importação de bens de capital para se implantar um parque industrial no país possuiu sua contraface no estímulo à exportação de mercadorias agrícolas. Junto ao crédito rural subsidiado e orientado para o consumo de técnicas da agronomia moderna, se promoveu uma política de fixação de preços garantidos, de pesquisa e extensão rural, além de comercialização e transporte. A agricultura e pecuária se tornavam o centro de um dos objetivos dos governos Pós-64 que era a ampliação das exportações (Delgado, 1985; Rückert, 2003, p. 37). Esta estratégia fora reeditada sempre que o país enfrentou problemas de equilíbrio do balanço de pagamentos, como a conjuntura que se processou a partir da primeira metade dos anos de 2000 (Delgado, 2001, 2005).

De forma geral, no município de São Gabriel, esta trajetória de cultivos comerciais e da área para a pecuária pode ser vista na Tabela 5, que mostra a relação entre a área de pastagens e a área para as lavouras temporárias, ao lado dos principais cultivos e sua evolução desde os anos de 1940.

Tabela 5. Série histórica da dinâmica de ocupação das terras e cultivos comerciais, 1940-2006.

Anos	Área Total dos estabelecimentos (ha)	Área com pastagens (%)	Lavoura temporária (%)	Lavoura permanente (%)	Nº total de estabelecimentos	Arroz		soja		Trigo	
						Estabelecimentos (%)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (ha)
1940	599.929	88,60	2,54	0,21	1.608	12,25	?	-	-	10,88	?
1950	541.251	88,94	3,24	0,06	851	19,15	7.349	-	-	26,56	2.960
1960	560.316	83,12	6,39	0,03	1.231	19,09	8.044	-	-	41,35	22.191
1970	581.479	87,23	5,21	0,14	2.454	19,15	12.391	0,77	337	20,62	10.249
1975	604.125	83,72	9,30	0,16	2.994	24,95	20.559	7,45	13.090	9,59	7.959
1980	574.151	76,37	14,96	0,03	2.308	24,65	20.031	13,52	31.055	6,07	9.824
1985	573.839	74,51	15,68	0,06	2.522	22,32	22.077	14,59	34.918	5,19	6.560
1995	539.157	78,68	12,66	0,05	2.232	18,86	37.454	4,66	10.494	0,31	225
2006	402.161	69,82	20,09	0,20	1.705	16,42	28.885	9,97	34.663	1,06	2.995

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.
OBS: a) a 'área de pastagens' compreende as 'pastagens naturais' e 'pastagens plantadas'; b) para a devida comparação entre as áreas de 'lavoura temporária', seguiu-se o conselho metodológico presente no Censo 2006, de que para os censos

anteriores se deveria somar a 'área de lavoura temporária' + 'área em descanso'; c) o Censo Agrícola de 1940 não registrou a área total ocupada por cada atividade agrícola, por esse motivo que a Tabela apresenta o ponto de interrogação respectivo em cada caso.

A primeira observação é que a 'área com lavoura temporária' cresce praticamente na mesma proporção que descrese a 'área com pastagens' ao longo dos anos. A 'área com lavoura temporária' praticamente triplica entre 1940 e 1960, passando de apenas 2,54% da área total dos estabelecimentos para 6,39%, respectivamente. Nesse período, cresce o número de estabelecimentos que cultivam o arroz, permanecendo constante entre 1950 e 1960, e com um aumento de área cultivada em 695 ha. A grande novidade desse período é a explosão do cultivo do trigo no município, pois multiplica o número de estabelecimentos praticamente por 2 em cada período checado pelos censos, e, entre 1950 e 1960, há um aumento de 19.231 ha desta lavoura. Em 1970 há uma diminuição da 'área de lavoura temporária' e respectivo aumento da 'área de pastagens' dos estabelecimentos, que parece estar associado com o início do declínio do cultivo do trigo, pois cai pela metade tanto o número de estabelecimentos que o cultivam quanto a área total colhida, apesar de haver um aumento de 4.347 ha da área de arroz nos estabelecimentos, cujo número permanece constante.

A partir de 1975, delinea-se nitidamente uma estratégia de cultivos que permanece até os dias de hoje. O trigo perde importância e quase desaparece em 1995, e o arroz e a soja assumem as prioridades de lavouras comerciais acionadas em cada ano. Nos dados dos Censos, vemos que o arroz possui seu auge em termos de área plantada em 1995, com 37.454 ha, quando a soja desce a 10.494 ha de cultivo. Mas não menos importante é o salto em termos de área plantada do arroz entre 1970 e 1975, que passa de 12.391 ha para 20.559 ha, respectivamente, e permanece neste nível de área até o Censo de 1985, subindo no Censo seguinte. Quanto à soja, tanto em 1985, quanto em 2006, a área plantada fica próxima dos 35.000 ha plantados, sendo o pico de cultivo que os censos registram. De forma geral, constituem-se como duas lavouras que apresentam importantes variações em termos de área plantada ao longo dos anos.¹⁷³ Contudo, tanto na soja quanto no arroz, há uma tendência de queda do número de estabelecimentos com tais lavouras, havendo,

¹⁷³ Se observarmos os dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE, que registra anualmente os dados relativos às lavouras, vemos que os Censos percebem corretamente a tendência assinalada no corpo do texto, mas é importante destacar que nos anos de 2004 e 2005 a soja atingiu um pico de 50.000 ha cultivadas em São Gabriel, com uma produção de arroz em 26.000 ha e 25.000 ha, respectivamente. Em 2010, houve uma produção em 40.000 ha de soja e 30.300 ha de arroz (IBGE, Produção Agrícola Municipal).

portanto, um aumento de área destes cultivos nos estabelecimentos que os declaram. Isso representa uma mudança estrutural de quais agentes os cultivam, como será mais bem demonstrado posteriormente.

Estas mesmas tendências podem ser observadas na Tabela 6, baseada nos dados do Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA para os anos de 1965, 1972, 1978, 1992 e 2010. Não é demais assinalar que se trata de uma amostra dos grandes imóveis rurais acima de 500 ha, como se percebe pela média de área dos imóveis na Tabela 6. A vantagem destes dados é perceber dentro das estâncias aquelas tendências apontadas pelos dados do IBGE na Tabela 5. Os cadastros de 1965 e 1972, perguntaram sobre uma ampla gama de cultivos temporários e permanentes, sendo que, no decorrer dos demais, tal amplitude diminui e nos últimos dois cadastros aparecem apenas as culturas comerciais.

Tabela 6. Imóveis com agricultura e respectivos cultivos discriminados de acordo com os cadastros de 1965, 1972, 1978, 1992 e

Cada- stro (ano)	Total de imóveis con- siderados por Cadast- ro	Área total dos imóveis (ha)	Área média dos imóveis (ha)	Laranja/limão /tangerina/pês- sego/uva		Batata doce/Batata inglesa/cebola/tomate/ame- ndoim (horta)		Feijão	Mandioca	Arroz	Soja		Milho		Trigo		Pastagens plantadas - Azevém/aveia/ cornichão/sorgo				
				Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %	Área média (ha)				Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %	Área média (ha)	Imóveis %
1965	51	92473	1813,20	13,73	1,07	31,37	1,25	13,73	7,43	11,76	2,00	35,29	98,59	-	-	50,98	18,12	7,84	13,00	-	-
1972	111	198191,2	1785,51	18,92	0,90	60,36	0,46	18,92	5,90	14,41	1,38	36,04	129,76	15,32	99,18	44,14	14,31	18,02	123,40	34,23	75,55
1978	78	155190,3	1989,62	-	-	-	-	2,56	11,50	-	-	51,28	98,04	34,62	183,37	8,97	23,29	8,97	29,46	17,95	100,49
1992	48	96283,1	2005,90	-	-	-	-	-	-	-	-	60,42	244,88	29,17	206,21	39,58	20,89	-	-	12,50	124,50
2010	49	100338,53	2047,73	-	-	-	-	-	-	-	-	71,43	335,23	73,47	422,53	12,24	61,05	2,04	180,00	2,04	221,00

Fonte: Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA de 1965, 1972, 1978, 1992 e 2010.

Pode-se perceber que entre os imóveis que declararam possuir ‘laranja/limão/tangerina/pêssego/uva’ a área ocupada é próxima da área declarada como sendo ocupada com ‘lavouras permanentes’ na Tabela 5. Um número maior de imóveis declarou haver o cultivo de ‘batata doce/Batata inglesa/cebola/tomate/amendoim (horta)’. Já ‘feijão’ e ‘mandioca’ não são cultivados em mais do que 20% dos imóveis, constituindo pequenas lavouras, provavelmente para o consumo interno do pessoal residente. O trigo segue a tendência já apontada de perda de importância, tendo seu pico de produção nestes imóveis em 1972, com 18% dos imóveis declarantes e uma área média de 123,4 ha, caindo a partir de então. Do ponto de vista das estratégias de cultivos mercantis, importa assinalar que o arroz e a soja também aparecem gradativamente ganhando maior importância ao longo dos anos, tanto com relação ao número de imóveis declarantes e quanto ao aumento da área cultivada em cada imóvel.

Observa-se na Tabela 6 que o cultivo do arroz tem a tendência crescente de ser incluído como estratégia mercantil entre cada vez mais imóveis, passando de 35,29 % para 71,43% dos imóveis entre 1965 e 2010, respectivamente. A área cultivada também apresenta uma tendência a crescer, passando de 98,59 ha para 335,23 ha no mesmo período citado, apesar de que em 1978 a área média diminuiu para o índice de 1965, mesmo que mais imóveis incorporassem área de arroz. A soja apresenta uma dinâmica semelhante, sendo cultivada por 15,32 % dos imóveis em 1972, passando para 73,47% dos imóveis em 2010, apesar de que em 1992 há uma leve diminuição do número de imóveis que declararam o cultivo desta leguminosa. A área cultivada de soja em cada imóvel declarante cresce de 99,18 ha para 422,53 h no período em análise.

Os dados do IBGE mostraram que o número de estabelecimentos que cultivavam arroz e soja diminuía ao mesmo tempo em que aumentava a área cultivada. Nos dados dos Cadastros do INCRA essa dinâmica aparece como o aumento tanto da área cultivada quanto do número de grandes imóveis que lançam tais estratégias - que pode ser o cultivo sob a responsabilidade do próprio proprietário ou por arrendamento de terras a terceiros, constituindo outros estabelecimentos; tal detalhamento será analisado na seção seguinte. Isso leva a supor ou que imóveis menores tenham deixado de produzir arroz e soja ao longo dos anos e/ou que o número de estabelecimentos menores tenha diminuído, sendo que aumentou a área nos estabelecimentos declarantes – isso será mais bem demonstrado em

seguida. Em outras palavras, a área média de lavoura para tornar-se viável e suportar a concorrência deve ter aumentado ao longo dos anos.

O milho, como estratégia de produção entre os imóveis, parece ser regulado pelo cultivo da soja, pois o maior ou menor número de imóveis que o cultivam está na relação inversa com o número de imóveis que apresentam o cultivo da soja. De todo modo, o milho é realizado em pequenas lavouras que não ultrapassam os 20 ha até 1992, subindo para 61 ha entre os 12 % de imóveis que o declararam em 2010.

É interessante ainda perceber a dinâmica de ‘pastagens plantadas’ nos cadastros. Esta informação não foi demandada pelo cadastro de 1965, mas presente nos demais. Pode-se notar que é em 1972 que há o maior número de imóveis que cultivam pastagens, num total de 34,23%, sendo que segue uma tendência de cada vez um menor número de imóveis apresentar ‘pastagem plantada’, atingindo apenas 2,04% deles em 2010, por mais que a área média cultivada tenda a aumentar. Portanto, ao longo dos anos, ao contrário do que se poderia supor, um maior número de imóveis deixou de plantar pastagens como azevém, aveia, cornichão e sorgo forrageiro. É bem provável que isto se deva ao fato de aumentar a área média de arroz e soja nos imóveis, que depois das colheitas são áreas que são transformadas em pastagem – no caso do arroz, depois da colheita o gado pasteja no que se chama de *soca do arroz*, ou seja, dos restos da palha; já no caso da soja, depois da colheita ou é plantado aveia e azevém sobre a *resteva* ou estas pastagens nascem naturalmente. Em ambos os casos, as pastagens que crescem nas *restevas* das lavouras colhidas reforçam exatamente a alimentação do gado no período de inverno, quando as pastagens naturais perdem vigor e capacidade de sustentar o pastejo contínuo com ganho de peso nos animais. Há, portanto, uma perfeita integração entre o cultivo de áreas de arroz e soja e a criação de bovinos de corte, não apenas do ponto de vista de que tais cultivos representam mais uma fonte de recursos monetários (seja por meio do arrendamento para terceiros ou não), mas porque garantem a oferta de pastagens em um período crítico. Esta integração aparece na fala dos estancieiros, praticamente, como uma necessidade atual para se diminuir as perdas na pecuária durante o inverno; como declarou ao autor um dos estancieiros entrevistados, para quem era imperioso que alguém plantasse uma área de soja sob arrendamento em sua estância, mesmo que a única exigência de pagamento fosse entregar a terra depois da colheita com pastagem plantada.

Em linhas gerais, estas são as tendências em termos de estratégias produtivas quanto à utilização das terras e sistemas produtivos nas estâncias. Contudo, estes dados nada falam das condições sociais pelas quais tais estratégias produtivas são desenvolvidas ao longo do tempo, nem como estas condições se alteram durante o período analisado. Se lembrarmos das declarações dos estancieiros citadas no início deste Capítulo e dos dados apresentados no Quadro 4 do Capítulo anterior, vemos que se tratam de períodos com características bem diferentes. As estratégias produtivas acionadas possuem significados distintos quanto ao modo de dominação que os orienta. Portanto, trata-se de analisar as relações sociais de dominação que permitem o lançamento de diferentes estratégias por parte dos estancieiros em seus domínios, a dinâmica de produção resultante e as alterações do próprio sistema de dominação.

2. Novos produtos mercantis, maior número de famílias *dependentes*: a balança de poderes se move novamente

Os imóveis que incorporavam novos cultivos comerciais a partir da década de 1950 procuravam garantir a mão de obra necessária ao aumento da demanda de trabalho pela internalização de um maior número de famílias sob o arco de dependência do grande proprietário. Como se verá mais a frente, a introdução de cultivos comerciais no município alterou todo o espaço social e o equilíbrio de poderes entre o conjunto dos agentes. Além de haver maior demanda de mão de obra nos novos empreendimentos nas estâncias, pequenos proprietários rurais se lançam a tais estratégias econômicas, em terras próprias ou sob arrendamento, utilizando, sobretudo, trabalho familiar. Nesta conjuntura, se tornava mais difícil de manter os antigos padrões de relações entre dominados e dominantes e uma das estratégias utilizadas pelos últimos para garantir a força de trabalho necessária ao cumprimento das tarefas agrícolas foi o aumento da internalização de famílias em seus domínios.

Essa dinâmica pode ser observada na Tabela 7, que classifica os imóveis pesquisados nos Cadastros do INCRA em dois sistemas produtivos, quais sejam ‘só pecuária’ e ‘pecuária e agricultura mercantil’, neste último caso consideradas as culturas do arroz, trigo e soja.

Tabela 7. Número de famílias, pessoas residentes, empregados permanentes e empregados temporários nos sistemas produtivos 'só pecuária' e 'pecuária e agricultura mercantil – arroz e/ou trigo e/ou soja'

Ano	Nº de imóveis totais	Nº de imóveis 'só pecuária'	Nº de imóveis 'pecuária e agricultura mercantil'	Famílias residentes por imóvel				Pessoas residentes no imóvel				Assalariados permanentes por imóvel				Assalariados temporários épocas de maiores serviços			
				Imóveis só pecuária		Imóveis com pecuária e agricultura mercantil		Imóveis Só pecuária		Imóveis com pecuária e agricultura mercantil		Imóveis Só pecuária		Imóveis com pecuária e agricultura mercantil		Imóveis Só pecuária		Imóveis com pecuária e agricultura mercantil	
				%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média	%	Média
1965	49	31	18	80,65	2,17	100	4,1	80,65	11,0	100	19,28	80,65	4,23	100	6,5	80,65	15,77	100	25,0
1972	102	57	54	78,95	2,11	96,3	4,2	82,46	12,13	98,15	21,55	82,46	5,17	100	7,79	82,46	12,42	100	22,0
1978	78	34	44	85,29	2,29	95,5	12,1	85,29	13,38	97,73	44,14	100	5,43	100	18,93	-	-	-	-
1992	48	17	31	64,71	2,09	74,2	7,68	76,47	10,9	77,42	19,25	64,71	5,32	80,65	12,26	-	-	-	-
2010	49	5	44	20,0	1,0	20,5	1,89	20,0	6,82	22,73	6,7	20,0	3,0	27,27	10,75	-	-	-	-

Fonte: Cadastro do INCRA de 1965, 1972, 1978 e Cadastro digital para os demais anos.

A primeira observação é que diminui progressivamente o número de imóveis 'só pecuária' em relação ao número de imóveis que internalizaram alguma lavoura mercantil, como já assinalado anteriormente. Quanto ao número de 'famílias residentes por imóvel' no sistema produtivo 'só pecuária', há uma constante entre 1965 e 1992 ao redor das 2 famílias, caindo para 1 família em 2010. Já no caso do sistema produtivo 'pecuária e agricultura mercantil', o número de famílias residentes sobe de 4,1 em 1965 para 12,1 em 1978 e cai para 7,68 em 1992 e 1,89 em 2010. Além disso, deve-se observar que o número de imóveis que declararam haver famílias residentes também diminui drasticamente e atinge os índices semelhantes em ambos os sistemas produtivos ao redor dos 20% dos imóveis, quando nos outros anos atingiu índices próximos de 100% dos imóveis. De forma geral, pode-se perceber claramente o que havia sido registrado nas declarações já citadas dos estancieiros, ou seja, de que na década de 1990 o sistema de dominação personalizada tende a se alterar para uma dominação legal, o que leva os senhores de terra a buscar diminuir ao máximo o número de famílias residentes.

Quanto aos demais aspectos, a dinâmica tende a ser semelhante. O número de 'pessoas residentes' no sistema produtivo 'só pecuária' cai para 6,82 em 2010, quando em 1965 era de 11 indivíduos, 12,13 em 1972 e 13,38 em 1978. Importante assinalar que o número de pessoas residentes não depende, necessariamente, do número de famílias, pois podem ser peões solteiros que residem nas estâncias. No sistema produtivo 'pecuária e

agricultura mercantil' o número de 'pessoas residentes' cai para um número muito semelhante ao sistema produtivo 'só pecuária', chegando a 6,7 em 2010; neste sistema produtivo é onde ocorrem as maiores transformações quanto às 'pessoas residentes', pois esse número cresce e atinge 44,14 em 1978 e cai para 19,25 em 1992, e então se reduz cada vez mais. O número de imóveis que informaram possuir 'pessoas residentes' também diminui de índices próximos dos 100% para 20%.

Quanto aos 'assalariados permanentes', o sistema produtivo 'só pecuária' emprega um número constante de empregados até 1992, e cai para 3 em 2010; já no sistema produtivo 'pecuária e agricultura mercantil', o pico de 'empregados permanentes' também é em 1978, com 18,93, caindo para 12,26 em 1992 e 10,75 em 2010. O número de imóveis que informaram possuir 'empregados permanentes' segue a tendência dos demais aspectos analisados e também cai para a casa dos 20%. Ainda um ponto deve ser destacado quanto aos 'empregados permanentes': somente em 2010 a média de 10,75 empregados permanentes é maior que o número médio de 'pessoas residentes', então em 6,7 pessoas por imóvel, o que indica o sentido das transformações mais gerais quanto ao modo de dominação já assinalado.

No que se refere à 'mão de obra temporária' utilizada em épocas de maior quantidade de serviços, pode-se perceber que o número de trabalhadores no sistema produtivo 'pecuária e agricultura mercantil' é, nos dois casos citados de 1965 e 1972, maior em torno de 40%. Os demais Cadastros não perguntaram sobre o número de trabalhadores temporários nos períodos de maior demanda de trabalho. Contudo, o que importa chamar a atenção é que, se compararmos o número de 'pessoas residentes' com o número de 'empregados temporários', parece haver uma tendência de incorporar à estância estes trabalhadores utilizados em períodos específicos do ano, pois tais índices tendem a se tornar semelhantes entre os Cadastros de 1965 e 1972, tanto em um quanto em outro sistema produtivo considerado.

A conjuntura de utilização de mão de obra deste período em análise, quanto à dinâmica assinalada a partir dos cadastros do INCRA, também aparece nos Censos do IBGE, nos dados relativos ao 'pessoal ocupado' nos estabelecimentos, como se pode ver na Tabela 8. Nunca é demais ter em mente a diferença conceitual entre 'imóveis' e 'estabelecimentos', já assinalada.

Tabela 8. Pessoal ocupado nos estabelecimentos de acordo com os Censos Agrícolas e Agropecuários de 1940 a 2006

Censo	Nº total de estabelecimentos (A)	Pessoal permanente ocupado nos estabelecimentos																			Total pessoal ocupado o estabelecimento (G)	São empregados nos estabelecimentos, mas onde reside (H)	% dos empregados permanentes que residem nos estabelecimentos (D-H)			
		Responsável e membros não remunerados da família				Empregados permanentes					Empregados temporários				Empregados Parceiros e em outra condição			Estabelecimento sem pessoal contratado								
		Home ns	Mulher es	Total (B)	B/A	Nº de estab. (C)	Hom ens	Mulher es	Total (D)	D/C	Nº de estab. (E)	Homen s	Mulh eres	Total (F)	F/E	Nº de estab. (2)	Hom ens	Mulh eres	Total	Nº total				%	Total de pessoal ocupado	
1960	1231	2274	265	2539	2,06	735(1)	1268	11	1279	-	735(1)	5048	5	5053	-	21	45	0	45	-	-	8916	-	-	-	-
1970	2454	4046	1255	5301	2,16	537	1318	117	1435	2,67	283	774	29	803	2,84	100	137	10	147	1705	69,48	7686	-	-	-	-
1975	2994	4615	3093	7708	2,57	638	1897	196	2093	3,28	289	1346	35	1381	4,78	154	172	102	274	2107	70,37	11456	8403	695	1398	66,79
1980	2308	3619	1972	5591	2,42	793	2352	320	2672	3,37	588	1858	32	1890	3,21	16	14	3	17	1301	56,37	10170	6979	1388	1284	48,05
1985	2522	3632	1752	5384	2,13	845	2407	348	2755	3,26	545	1597	19	1616	2,97	50	108	17	125	1464	58,05	9880	6634	1250	1505	54,63
1995	2232	2932	1394	4326	1,94	706	2039	220	2259	3,20	268	715	11	726	2,71	131	164	131	295	1393	62,41	7606	5069	743	1516	67,11
2006	1705	2365	1272	3637	2,13	615	1152	86	1688	2,74	304	409	7	416	1,37	?	20	9	29	?	?	5770	3925	288	1400	82,94

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

(1) refere-se aos estabelecimentos com empregados permanentes e empregados temporários;

(2) o número de estabelecimentos que declararam 'empregados parceiros' e 'empregados em outras condições' foram somadas. Portanto, chama-se a atenção do leitor para a possibilidade dos números relativos aos estabelecimentos declarantes estarem sobreestimados na Tabela. Contudo, para efeitos de comparação e análise de como tais relações se desenvolvem no tempo, esta soma realizada em nada altera as conclusões, indicando a tendência.

OBS: O Censo Agropecuário de 2006 adotou outra metodologia para classificar o pessoal residente nos estabelecimentos. Para efeitos de comparação, seguem-se as indicações do próprio Censo Agropecuário de 2006, sendo que a principal adequação realizada diz respeito ao número de 'empregados permanentes', pois nos Censos anteriores, os indivíduos que possuíam laços de parentesco com o produtor foram considerados em 'empregados permanentes', ao contrário do Censo de 2006; portanto, para a montagem desta tabela, se diminuiu o número de 'pessoas com laços de parentesco com o produtor e que recebem salário', somando-se ao número de 'empregados permanentes'. Ademais, o número de estabelecimentos que contratam 'empregados temporários' é uma dedução do autor tendo em vista o conjunto dos dados apresentados pelo Censo 2006 quanto ao pessoal ocupado.

OBS 2: O ponto de interrogação (?) utilizado na célula de dados relativa ao número de 'empregados parceiros e em outra condição' do Censo de 2006, se deve ao fato da impossibilidade de localização de tal especificidade devido às diferenças metodológicas de coleta dos dados.

Quanto aos ‘empregados permanentes’, veja que entre 1970 e 1985 o número de estabelecimentos que empregam esta categoria segue uma tendência de aumento, passando de 537 para 845 estabelecimentos – uma diferença de 308 estabelecimentos -, então caindo em 1995 para 706 e 2006 para 615. A média de ‘empregados permanentes’ por estabelecimentos cresce até 1980, passando de 2,67 em 1970 para 3,37 em 1980, diminuindo a partir de então para 3,26 em 1985, 3,2 em 1995 e 2,74 em 2006. Portanto, entre 1975 e 1985, cresce tanto o número de estabelecimentos que empregam, quanto o número de ‘empregados permanentes’ por estabelecimentos. Se observarmos o número absoluto de ‘empregados permanentes’, ele salta de 1.279 empregados em 1960, para 2.755 em 1985 – uma diferença de 1.476 empregados -, quando então decresce para 2.259 em 1995 e 1.688 em 2006. É fundamental perceber que o número de mulheres classificadas na categoria de ‘empregados permanentes’ também cresce entre 1960 e 1985, passando de 11 para 348, respectivamente, quando cai em 1995 para 220, e para apenas 68 em 2006.

Ora, tendo em vista as características deste período de internalização de famílias no interior dos domínios, este aumento de ‘mulheres’ significa exatamente o que os estancieiros registraram nos cadastros do INCRA: aumento de famílias até meados da década de 1980 e depois diminuição a partir dos anos de 1990. Repare que é em 1980 e 1985 que há o maior número de mulheres classificadas como ‘empregados permanentes’, 320 e 348, respectivamente, e é também quando há a menor porcentagem de ‘empregados permanentes’ que não residem nos estabelecimentos, 48,05% e 54,63%. Pelos cadastros, 1978 é o ano que apresenta maior internalização de famílias nas estâncias. Parece-me que estamos falando de um mesmo fenômeno, registrado de diferentes formas. A diminuição mais acentuada do número de ‘mulheres’ nesta categoria de empregados a partir do Censo de 1995 é a tradução do fim da exploração do trabalho organizado sob bases da *dependência* pessoal e a generalização do modo de exploração legal, que contrata sob um ordenamento jurídico legal somente a força de trabalho masculina, cuja família já não mora mais na estância; situação amplamente reconhecida nas declarações dos estancieiros quando disseram que é na década de 1990 que “tudo muda”, quando “ninguém mais dá morada, acabou!”.

Quanto aos ‘empregados parceiros e em outra condição’, o Censo de 1975 foi o que registrou o maior número de estabelecimentos com trabalhadores nesta classificação, então

154 estabelecimentos, sendo que em 1960 fora registrado por apenas 21 estabelecimentos, e em 1970, por 100 estabelecimentos. Posteriormente, o número de estabelecimentos cai para 16 em 1980, volta a subir para 50 e 131 em 1985 e 1995, respectivamente. É em 1975 e em 1995, que também há a maior presença de ‘mulheres’ entre estes trabalhadores, num total de 102 mulheres para 172 homens, totalizando 274 pessoas no primeiro caso, e 131 mulheres para 164 homens, totalizando 295 pessoas no segundo caso. Em 1985 este número total de trabalhadores cai para 125, com a participação de apenas 17 mulheres, e cai em 2006 para apenas 29 pessoas, sendo 9 mulheres. Por hora, importa assinalar a hipótese de que estas variações do número dos trabalhadores classificados nesta condição devem representar que os *senhores* experimentavam diferentes arranjos possíveis para manter a mão de obra em seus domínios, reagindo ao aumento de sua demanda e às transformações mais gerais do espaço social que serão abordadas em seguida. É bem provável que, neste caso, valham as mesmas conclusões em termos de modos de dominação assinaladas no parágrafo anterior sobre a classificação de ‘empregados permanentes’.

Para concluir a análise dos trabalhadores ‘empregados’, deve-se perceber que o Censo de 1975 também registra o maior número de ‘trabalhadores temporários’ por estabelecimento, num total de 4,78 trabalhadores. Posteriormente, este índice decresce progressivamente até atingir 1,37 trabalhador por estabelecimento em 2006. Se tomarmos o Censo de 1970 como marco inicial, o número absoluto deste trabalhador cresce até 1980, assim como o número de estabelecimentos que os demandam, seguindo tendência inversa a partir de então em ambos os aspectos. Na Tabela 8, ainda chama a atenção o número de ‘empregados temporários’ registrados no Censo Agrícola de 1960, um total de 5.053 indivíduos¹⁷⁴. Mas antes de discutir os significados deste dado, é importante retroceder um pouco mais no tempo e tentar perceber o movimento no qual ele se insere. O Censo Agrícola de 1950 registrara um número de 2.900 ‘empregados temporários’, enquanto os ‘empregados permanentes’ somavam 1.206 pessoas; os ‘empregados parceiros’ eram acusados em 55 estabelecimentos e um total de 99 pessoas, sendo que em 28 dos estabelecimentos estes parceiros não residiam nos domínios – o Censo Agrícola de 1960 registrara apenas 20 estabelecimentos com “empregados parceiros e em outra condição”,

¹⁷⁴ Este dado é encontrado na página número 55 do Censo Agrícola de 1960, parte II, relativo ao Rio Grande do Sul.

totalizando 45 pessoas. O Censo Agrícola de 1940 utilizou a categoria de *colono*¹⁷⁵ para morador em terra alheia e apresentou este dado somado ao de ‘empregados’, num total de 1.812 indivíduos; é importante ainda o fato de que o Censo Agrícola de 1940 registrou 1.335 residências de *colonos*, sendo 277 construídas de madeira, 111 de tijolos e 947 “de outro material”. Ou seja, ao que parece, os dados dos Censos Agrícolas destas três décadas registram um aumento progressivo do número de trabalhadores temporários nas estâncias e uma diminuição do número de moradores internamente às estâncias, cujo pico deste processo deve ter se dado entre o final dos anos de 1950 e meados dos anos de 1960.¹⁷⁶ O movimento do qual me referi acima é o de aprofundamento da situação de dependência das famílias de pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, etc. em relação aos estancieiros, ao ponto destes não precisar tê-los internamente na estância para garantir o cumprimento dos trabalhos. Deve-se lembrar que Medeiros (1969), em 1964, registrara que os *moradores de corredor* exerciam principalmente o que ele chama de *biscates* nas estâncias, além de *viverem de algum roubo de ovelha*. Na Tabela 8, vemos que ainda em 1975, quando já devia haver uma tendência de internalização de famílias, 66,79% dos ‘empregados permanentes’ não residiam nas estâncias. Nos anos anteriores, este índice deve ter sido maior.

Mas, então, o que teria acontecido para que a relação de dominação personalizada entre aquelas três décadas se alterasse tanto em favor dos estancieiros, e um movimento contrário se desenrolasse a partir de meados dos anos de 1960-1970? Com o fim do coronelismo como sistema político, grande parte dos *moradores de favor* no interior das estâncias já não eram mais necessários para a formação dos chamados *corpos provisórios* de soldados. As estâncias não necessitavam mais de força militar, podiam conservar apenas a força de trabalho necessária para as tarefas com o gado, ainda mais reduzidas com os cercamentos dos campos. Mas, a rigor, nem para isso devia ser necessário mantê-los, uma vez que os *moradores de favor* nas estâncias engrossaram a categoria dos *moradores de*

¹⁷⁵ Esta categoria traduz a relação no sistema de *colonato* nas fazendas de café e não tem nada a ver com a noção de colono pequeno proprietário nas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul.

¹⁷⁶ Quanto à influência da data de realização dos Censos nos resultados, deve-se ter em vista que em 1940 e 1960 a data de referência foi 1º de setembro e em 1950 foi 1º de julho. Ora, a rigor, isso em nada compromete as conclusões realizadas no corpo do texto, senão às reforçam, pois julho é um período em que menos se utiliza os trabalhadores temporários nas lides das estâncias por ser o mês mais forte do inverno, o que indica que nos outros meses esta categoria de trabalhadores deveria aumentar em número e, assim, se aproximar do dado registrado em 1960.

corredor, constituindo uma reserva de mão de obra do lado de fora das cercas das propriedades, que podia ser facilmente mobilizada, ou migravam para as periferias das cidades. Este é um período que identificamos nas seções anteriores como de pauperização absoluta destes trabalhadores. O poder do proprietário de terra se acrescia frente aos subordinados, e as provas de fidelidade para com o primeiro, para se poder ter acesso às condições elementares de sobrevivência, devem ter aumentado, ao ponto de parte dos moradores no interior das estâncias possivelmente julgar melhor tornar-se *morador de corredor*, onde se poderia ter alguns animais e *horta*.

O que muda a partir de 1960? Em relação a 1970, houve um aumento de 4.347 ha de arroz no município, enquanto o trigo já iniciava sua trajetória de queda e pena se iniciava o plantio da soja, como se pode ver na Tabela 5. Neste período, o número de estabelecimentos quase duplica, aumentando em 99,35%. Os estabelecimentos até 50 ha são os que mais aumentam, cujo multiplicador se dá por 2,63 – são 799 novos estabelecimentos até esta faixa de área -, enquanto os demais, se multiplicam por 1,5, como se pode observar da análise da Quadro 1 do Capítulo IV. Entre 1960 e 1970, o número de produtores dirigindo estabelecimentos é multiplicado por 1,89, o número de produtores ‘arrendatários e parceiros’ é multiplicado em 1,63, e o número de ‘ocupantes’ é multiplicado por 5,47, como se pode ver na Tabela 9 – esta e as tabelas seguintes serão dispostas no final deste Capítulo. Somente naquela década houve um aumento de 241 produtores ‘ocupantes’. Se, ao Censo de 1970, somarmos os ‘parceiros’ e ‘ocupantes’ tem-se 403 estabelecimentos que representam 50,43% do total de novos estabelecimentos criados na faixa de até 50 ha - os 799 citados acima. Veja que estes novos estabelecimentos possuem uma área média entre 58 ha e 60 ha, o que significa que por volta de 50% de todos os imóveis que foram criados até 50 ha entre o Censo de 1960 e 1970, são formados por ‘parceiros’ e ‘ocupantes’. É interessante perceber que o número de ‘ocupantes’, no Censo de 1975 em relação ao anterior, sobe em 45%; são em número de 428 estabelecimentos e com área média de 48 ha, quando em 1950 eram apenas 14 estabelecimentos! Posteriormente, no Censo de 1980, o número de ‘ocupantes’ cai em 55%, reduzindo progressivamente a partir de então. Entre os ‘arrendatários e parceiros’, o número de estabelecimentos é multiplicado em 2,23 entre os Censos de 1950 e 1960, e na década seguinte em 1,63. É o Censo de 1985 que registra o maior número de produtores

‘arrendatários e parceiros’, num total de 469, quando em 1950 era de apenas 112. Já nos Censos de 1995 e 2006, este número baixa em relação ao anterior, para 260 e 223, respectivamente – veja que a média de área tanto no caso dos ‘arrendatários’ quanto no caso dos ‘parceiros’ ficam em faixas de área semelhantes ao longo dos Censos, ao redor dos 200 ha, com exceção do Censo de 1980.

Por hora importa chamar a atenção para a multiplicação de pequenos estabelecimentos entre 1960 e 1975, sendo a categoria dos produtores ‘ocupantes’ uma das mais expressivas neste sentido. É exatamente neste período que coincide a multiplicação de lavouras de até 20 ha, reduzindo-se a partir de então, juntamente com a diminuição do número de ‘ocupantes’. Como se pode ver na Tabela 10, entre 1960 e 1970, o número de estabelecimentos com lavouras de até 20 ha possuem um multiplicador de 2,63 – aumentam em 163% -, enquanto que os grupos de lavouras acima de 20 ha diminuem 7%. Entre 1970 e 1975, os grupos de áreas de lavouras até 20 ha crescem 20%, enquanto os grupos de áreas de lavouras acima de 20 ha voltam a crescer em 37%. Já, entre 1975 e 1980, os grupos de área de lavouras até 20 ha caem em 28%, enquanto os grupos de área de lavoura acima de 20 ha crescem 32% - e esta dinâmica se mantém a partir de então. Ou seja, até 1975, os grupos de área de lavouras até 20 ha crescem, com destaque entre 1960 a 1970, caindo a partir de então.

Antes de elaborarmos nossa hipótese explicativa, observe-se também que entre as décadas de 1960 e 1970, o ‘rural’ do município aumenta em 1.207 pessoas, enquanto o ‘urbano’ diminui em 4.955 pessoas, como se pode observar na Tabela 11.¹⁷⁷ Quer dizer,

¹⁷⁷ Os conceitos de ‘rural’ e ‘urbano’ utilizados são aqueles do IBGE, em que pequenos agrupamentos populacionais são classificados como ‘urbanos’, a exemplo dos distritos dos municípios. Por exemplo, São Gabriel, possui quatro distritos, além da sede ‘São Gabriel’: Azevedo Sodré, Suspiro, Tiarajú e Vacacaí, em que as populações destes distritos são classificadas em ‘rural’ e ‘urbana’. As maiores populações ‘urbanas’ destes distritos variaram de 366 pessoas em 1940 (no caso do Vacacaí), 425 pessoas em 1950 (no caso do Vacacaí), 262 pessoas em 1960 (no caso de Tiarajú), 273 pessoas em 1970 (no caso de Tiarajú), 820 pessoas em 1980 (no caso de Vacacaí), 210 pessoas em 1991 (no caso de Tiarajú), 251 pessoas em 1991 (no caso de Tiarajú). Os demais distritos, sempre apresentaram, respectivamente, população ‘urbana’ menor do que o citado. Mas há casos curiosos de considerar um agrupamento de 18 pessoas no distrito de Suspiro população ‘urbana’, como em 1991. De forma geral, há uma tendência do ‘urbano’ dos quatro distritos perderem população na mesma velocidade que o ‘rural’ perde população ao longo dos Censos Demográficos; o único ‘urbano’ que cresce, de forma geral, em termos de população é o povoado ‘urbano’ da sede política e administrativa do município de São Gabriel, como pode ser observado na Tabela 9. O conceito de ‘rural’ neste caso é quando as famílias residem isoladas de qualquer agrupamento social. Estamos, portanto, longe dos conceitos de rural utilizados, por exemplo, na França, em que a noção de *Village* exerce a mediação entre os nossos conceitos de ‘rural’ e ‘urbano’. Sobre isso olhar Wanderley (2000). Os dados citados são todos dos Censos Demográficos relativos aos anos mencionados.

crecem os pequenos estabelecimentos, aumentam as pequenas lavouras e aumenta a procura por mão de obra.

Ao que tudo indica, mesmo correndo o risco de deduzir das estatísticas as relações sociais, quando o procedimento correto é usar das estatísticas para quantificar as relações sociais observadas, a possibilidade de cultivos com lavouras comerciais funcionou ampliando os horizontes de possibilidades e estratégias econômicas de agentes situados entre as posições mais fracas da estrutura social. Corrobora com este argumento o fato de que o pessoal ocupado como ‘responsável e membros não remunerados da família’, entre os censos de 1960 e 1975, se multiplica por 3,03 – ou aumenta em 203,58% -, conforme a Tabela 8. Veja que entre 1970 e 1975, o número de estabelecimentos que contrata ‘empregados permanentes’ aumenta em 101 estabelecimentos, enquanto o número total de estabelecimentos cresce em 540; ou seja, ocorre um aumento de 439 estabelecimentos que não contratam ‘empregados permanentes’.

Por um lado, houve uma demanda maior por trabalhadores-empregados. Por outro, uma demanda maior por terras para trabalhá-las com mão de obra familiar e sob condições técnicas de utilização de força motriz, sobretudo, animal, como demonstra a Tabela 12. Mas mais expressivo ainda deste argumento é o aumento do número de mulheres nesta categoria, que multiplica por 11,67 entre em 1960 e 1975 – ou aumenta em 1.066,16%. Deve-se lembrar que os Censos Agrícolas e Censos Agropecuários, nesta categoria classificatória, relacionam os indivíduos que *efetivamente trabalham* na exploração, e não os que aí residem e não trabalham – o que leva a supor que não se tratam de mulheres de estancieiros, mas de esposas e/ou filhas de pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários, etc.

O que parece ser razoável propor é que, entre 1960 e 1975, a possibilidade de plantar lavouras comerciais no município alterou a balança de poderes entre os *senhores* da terra e as diferentes categorias sociais subordinadas, em benefício dos últimos. Esta alteração promoveu um aumento não somente das pequenas lavouras comerciais (arroz, soja e trigo), mas o conjunto das lavouras que poderíamos classificar pela característica da *alternatividade*, que podem ser vendidos quando excedentes ao consumo da família, como feijão, milho, batata-doce, mandioca, batata-inglesa, abóbora, etc. Estes cultivos da *alternatividade* então registrados no Censo de 1940 e reduzem-se sensivelmente nos

Censos de 1950 e 1960, ou desaparecem como no caso da batata-doce, voltando a aumentar nos demais Censos, como se pode observar na Tabela 13. As novas possibilidades que se abriram deviam forçar a readequação dos termos da dominação personalizada e exigir um maior trabalho dos dominantes para manter ou aumentar, por um lado, seu prestígio e reconhecimento e, por outro lado, a subordinação dos dominados.

Neste período há, portanto, dois movimentos que possuem um mesmo sentido. A alternativa de cultivo de lavouras comerciais descortina possibilidades que se abrem assimetricamente para todos os agentes do espaço social e altera a própria estrutura das relações sociais baseadas na dominação pessoal. Entre os situados nas posições menos privilegiadas, aqueles que se lançam ao cultivo de lavouras o fazem com o uso da força de trabalho de sua própria família. Entre os situados nas posições mais privilegiadas, aqueles que se lançam ao cultivo de lavouras o fazem com o uso de força de trabalho, fundamentalmente, alheia. Em ambos os casos, restringe-se no espaço social a disponibilidade de trabalhadores aos *senhores da terra*, que, para mobilizá-los, devem renovar as práticas de dominação e os termos dos acordos pessoais entre ambos.

Ainda nesse sentido indicam as transformações pelas quais passa o espaço social nos anos seguintes. Entre 1975 e 1980, o número total de estabelecimentos cai em 684, enquanto o número de estabelecimentos com ‘empregados permanentes’ sobe em 155; e, apesar de que entre 1980 e 1985 o número total de estabelecimentos cresça em 214, nos demais Censos a tendência é sempre de queda. Já, o número de estabelecimentos com ‘empregados permanentes’ sobe até 1985, diminuindo a partir de então (Tabela 8). É a partir de 1975 também que o número de lavoura até 20 ha diminuem em relação aos Censos anteriores e aumenta o número de lavouras acima de 20 ha revertendo a queda até 1970 (Tabela 10), além disso a base técnica se torna cada vez mais baseada na força mecânica e não na animal (Tabela 12). Mas a transformação com maior significado entre 1970 e 1980 é, sem dúvida, a migração que ocorre para fora do ‘rural’ do município, foram 8.658 pessoas, e o aumento da população na cidade de São Gabriel, incrementada em 13.079 pessoas, tendência que continua nos demais Censos, mas num ritmo bem menor (Tabela 11).

Mas tais transformações, em especial esta última, não representaram a diminuição do número de famílias de dependentes que os senhores da terra possuíam internamente aos

seus domínios. Senão o contrário, é a partir de então que há maior internalização às estâncias de famílias de trabalhadores rurais, como demonstra os dados do Cadastro do INCRA de 1978 e do IBGE analisados anteriormente; importante destacar que é neste período que aumenta o número de mulheres classificadas como ‘assalariados permanentes’. Tudo se passa como se, a partir de então, tivesse mais bem ajustado o nível de demanda de mão de obra das atividades rurais com a população que aí permanece residindo, pois em 1980 este número era de 15.160 pessoas (Tabela 11), e o ‘pessoal ocupado’ registrado era de 10.170 pessoas (Tabela 8), representando 67% dos residentes no rural – em 1970, este índice de pessoal ocupado era de 32,26%. De todo, é claro que isso não é verdadeiro, pois é bem provável que muitos daqueles que migram para a cidade ainda continuam trabalhando no ‘rural’, mas não há como negar que se complexifica a situação de facilidade que tinham os *senhores de terra* para mobilizar mão de obra. Se até então, para obtê-la, não era necessário nem mesmo internalizá-la à estância sob bases familiares, a partir deste momento, para garantir o controle da força de trabalho, incorporá-la à estância com a cessão de uma porção maior de terra e/ou maior remuneração em dinheiro deve ter constituído as novas condições do contrato pessoal, ao menos até meados dos anos de 1990, quando o fator de “risco” representado pela legislação trabalhista finalmente bate à porta do mundo estancieiro.¹⁷⁸

Tendo em vista que a partir de 1970 não há grande diferença em termos de ‘produção particular do pessoal residente’ – se comparados o Censo Agrícola de 1960 e os Censos Agropecuários de 1970 a 1985 -, como se observa no Quadro 5, é provável que tenha aumentado a remuneração em dinheiro destes trabalhadores. Neste aspecto, é de 1960 para 1970 que ocorre o maior crescimento da ‘produção particular do pessoal residente’. Em 1960, tanto os animais particulares do pessoal residente quanto a produção agrícola são quase inexistentes. Em 1970, é quanto há um maior número de estabelecimentos que declaram haver produção particular do pessoal residente, caindo em 1975 e voltando a aumentar em 1980 - quando há o registro da maior produção de produtos de origem animal

¹⁷⁸ Tendo em vista que, até o Censo Agropecuário de 1985, sobre o número de ‘empregados permanentes’ e, mais importante, o número de mulheres classificadas nesta categoria pelos motivos já explicitados, poderíamos precisar que, certamente, foi somente depois desta data que o risco referido passou a ser considerado com progressiva preocupação nos cálculos dos setores dominantes do espaço social. Corroborar com este argumento o fato de que o Censo de 1985 volta a registrar o aumento de ‘empregados permanentes’ que residem fora do imóvel.

como leite e lã -, caindo novamente em 1985.¹⁷⁹ No Censo Agropecuário de 2006, a categoria de ‘pessoal residente’ ganhou a designação de ‘produtor sem área’, em número de 17, cuja produção foi registrada em 208 bovinos (Censo Agropecuário, 2006). O que estes dados parecem indicar é que, com o aumento da produção de arroz no município, entre 1960 e 1970, houve um maior acesso às parcelas de terra e se teve ampliado o direito de possuir animais na estância. Posteriormente, com o aumento da área do arroz e da soja, a forma principal de remuneração foi a monetária. Nisso não há nada de estranho, pelo contrário, é quando o sistema de exploração da mão de obra nestes moldes começa a funcionar de forma mais semelhante com outros sistemas análogos, como o *colonato* e a *morada*: em períodos de valorização dos cultivos mercantis, ou, no nosso caso, de descoberta e expansão de novos cultivos mercantis, se reduz as parcelas de terra às famílias e se compensa com o aumento do pagamento monetário.

O Quadro 5 é interessante ainda pelo o que não é registrado ao longo dos Censos, como árvores frutíferas (laranja, pêssego, tangerina) entre as produções particulares do pessoal residente. Esta ausência traduz a condição de instabilidade, insegurança e as rápidas transformações sofridas no quadro da dominação pessoal; hora num sentido, hora noutro: a partir de algum momento Pós-1930, as estâncias expulsam os moradores, cujo auge desse processo parece ter sido 1960; posteriormente há um período de internalização de famílias às estâncias devido ao lançamento de novas estratégias mercantis por parte dos estancieiros, num contexto de diminuição do número de moradores da área rural e de generalização do cultivo mercantil entre os pequenos proprietários, posseiros e arrendatários, alterando todo o sistema de posições no espaço social, cujo auge foi meados dos anos de 1980; a partir de então, 1990 marca novamente um processo de expulsão de moradores, por motivos completamente diferentes daquele da metade do século, em que o “risco” representado pela legislação trabalhista torna-se mais presente.

Contudo, não deixa de chamar a atenção o fato de que, mesmo no período de maior internalização de famílias às estâncias, quase a metade da força de trabalho classificada como ‘empregados permanentes’, equivalente a 48,05% (Tabela 8), não residia nos

¹⁷⁹ Os dados da ‘produção particular do pessoal residente’ do Censo Agropecuário de 1995/1996 não foram possíveis de localizar, mesmo contando com a ajuda de pesquisadores do próprio IBGE – o que foi objeto de visita deste pesquisador à sede do IBGE em Porto Alegre e de vários e-mails trocados com aqueles pesquisadores. Tais dados não estão na página digital do IBGE, nem nas publicações disponíveis.

estabelecimentos. Este é o período no qual os *senhores* se veem obrigados a renovar suas estratégias de dominação para garantir a oferta de mão de obra; a correlação de forças pendia desfavoravelmente para eles em comparação com o período anterior. Mas a exata dimensão da nova relação de forças que se estabelecia é dada pelo fato de que, mesmo assim, praticamente ainda a metade da necessidade da força de trabalho era atendida sem comprometer parcelas dos domínios com as famílias de moradores.

Não há absolutamente nada pior para um *senhor de terras* do que ver ameaçada suas possibilidades de dispor de força de trabalho pelo menor custo possível. Mesmo com as transformações que ocorreram no espaço social neste período, os *senhores* guardavam um enorme poder e margem de manobra frente aos trabalhadores cujos motivos não podem ser buscados apenas no “mundo estancieiro”. O setor industrial do Rio Grande do Sul nunca representou uma ameaça em termos de demanda de força de trabalho que obrigasse maiores redefinições quanto às estratégias de dominação personalizada no espaço estancieiro – e não há relatos de que outros parques industriais tenham cumprido este papel, como no caso da relação da *morada* no Nordeste em relação ao *Sul*. Além disso, as regiões coloniais expulsavam colonos e/ou seus deserdados numa diversidade enorme de trajetórias que, até certo ponto, concorriam com as possíveis trajetórias que poderiam ser trilhadas pelos trabalhadores do espaço estancieiro. Se essa concorrência tivesse sido menor, o trabalho para renovar o modo de dominação personalizada teria sido maior, em que os termos do contrato pessoal obrigariam a cessão de maiores porções de terra de trabalho e/ou remuneração monetária. Sem dúvida, esta é uma das características particulares do espaço social do Rio Grande do Sul, que permitiu a sobrevivência do modo de dominação personalizada na Região da Campanha até meados dos anos de 1990.

A partir de então, a configuração em termos de utilização de força de trabalho se generaliza por meio do contrato legal, em que as lavouras temporárias empregam mais do que as atividades criatórias, mas não concentram a maior parte do total do pessoal ocupado, como pode ser visto na Tabela 14, com dados do Censo Agropecuário de 2006. As primeiras são responsáveis por 59,61% (738) dos ‘empregados permanentes sem laço de parentesco com o produtor’, enquanto as segundas, por 37,64% (466).¹⁸⁰ O mesmo se

¹⁸⁰ Novamente é importante chamar a atenção do leitor para as novidades metodológicas do Censo Agropecuário de 2006. Nos Censos anteriores, o fato do recebimento de salário, mesmo que fosse da família do produtor, era considerado na categoria de ‘assalariado permanente’. No Censo de 2006, aparece a categoria

processa com os ‘empregados temporários’, 53,6% (223) e 43,02% (179), respectivamente. Contudo, quando os estabelecimentos são classificados por grupos de atividade econômica (Tabela 15), vemos que 66,92% (1.141) deles possuem as criações como principal atividade geradora de rendas, ocupando 63,65% do ‘pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor e que não recebem salário’, enquanto que as ‘lavouras temporárias’ são consideradas atividade principal em 29,6% (504) dos estabelecimentos, ocupando 33,02% do ‘pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor e que não recebem salário’. Outra característica importante do espaço social é o fato de que são as atividades criatórias as mais importantes entre os estabelecimentos até 50 ha:¹⁸¹ do total de ‘pessoal ocupado com laço de parentesco e que não recebem salário’ até esta faixa de área, a ‘pecuária e demais criações’ é responsável por 71,14% das pessoas ocupadas, já a ‘lavoura temporária’ é responsável por 24,61% - e esta relação se distancia ainda mais nas faixas menores de área. Se considerarmos o total de ‘pessoal ocupado com laço de parentesco e que não recebem salário’ (3.637), até a faixa de 50 ha encontramos 14% deles em ‘lavoura temporária’ e 40,53% em ‘pecuária e demais criações’; até a faixa de 20 ha encontramos 4,67% deles em ‘lavoura temporária’ e 16,82% em ‘pecuária e demais criações’.

Isso indica uma alteração fundamental quanto ao significado das lavouras mercantis (arroz, trigo e soja) para os pequenos estabelecimentos, quando comparado com o período das décadas de 1960 e 1970. Agora estas lavouras não compõem mais as estratégias mercantis da imensa maioria dos pequenos, mas se concentrou entre os grandes produtores – tendência que já havia sido apontada anteriormente quanto à diminuição dos grupos de área de lavoura de até 20 ha, desde o Censo Agropecuário de 1980. A soja é o caso mais flagrante (Tabela 16): cultivada em 10% (170) do total dos estabelecimentos, está presente em 2,62% do total dos estabelecimentos até 100 ha, mas em 28,3% dos estabelecimentos acima de 200 ha, alcançando 38,89% dos estabelecimentos acima dos 2.500 ha; do percentual do número de lavouras, apenas 17% delas estão nos estabelecimentos até 100 ha, mas 83% nos estabelecimentos acima 100 ha. No caso do arroz, cultivado por 16,42%

de ‘pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor que recebem salário’. Lembramos que para a montagem da Tabela 6, estes últimos foram somados aos ‘empregados permanentes’ como uma forma de aproximação com os demais Censos para efeito de comparação, mesmo que o mais correto seria somar a categoria de ‘pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor que recebem salário’ juntamente com o conjunto de todos os outros ‘empregados’ dos demais Censos.

¹⁸¹ Isso sem prejuízo nenhum ao caráter de *alternatividade* que, inclusive, a pecuária e todos os demais produtos possam possuir.

(280) do total dos estabelecimentos, está presente em apenas 7,6% do total dos estabelecimentos até 50 ha, mas em 27,15% dos estabelecimentos acima de 50 ha, alcançando 44,44% dos estabelecimentos de mais de 2.500 ha; do percentual do número de lavouras, 25% delas estão nos estabelecimentos até 50 ha, mas 50% estão nos estabelecimentos acima de 200 ha. Dinâmica semelhante à soja e ao arroz se dá no caso do trigo, mas o contrário ocorre com o milho, o feijão e a mandioca, em que 68,46%, 85% e 78,9%, respectivamente, das lavouras se encontram em estabelecimentos de até 50 ha.

Do total dos 170 estabelecimentos que plantam soja, 63,53% deles são realizados pelos próprios ‘proprietários’, 32,94% por ‘arrendatários’ e 2,94% por ‘parceiros’, com uma área média por lavoura em torno dos 200 ha (Tabela 17). Já no caso do arroz, dos 280 estabelecimentos que o cultivam, 69,29% dos casos são realizados pelos ‘proprietários’, 25,36% por ‘arrendatários’, 4,64% por ‘parceiros’ e 0,71% por ‘ocupantes’, com uma área média que é maior de 110,5 ha entre os ‘proprietários’, e menor nos outros dois casos seguintes, de 89 ha e 74 ha (Tabela 18). Mas há uma diferença entre os estabelecimentos até 200 ha que produzem arroz e soja; este último é realizado em lavouras maiores que o primeiro: no caso do arroz, entre os estabelecimentos até 200 ha da categoria dos ‘proprietários’, as lavouras não ultrapassam a média de 25 ha, representando 46% do total do número de lavouras. Na soja, entre os estabelecimentos até 200 ha da categoria dos ‘proprietários’, as lavouras possuem uma média maior, atingindo os 51 ha, representando 24% do número de lavouras – dinâmicas semelhantes observam-se entre os demais produtores. Tanto no caso da soja quanto do arroz, deve-se destacar que nos estabelecimentos acima de 1.000 ha, são os ‘proprietários’ os responsáveis pelo cultivo, alcançando áreas médias de 640 ha e 554,4 ha, respectivamente aos estabelecimentos de 2.500 ha e mais.

Esta é a dinâmica do processo de maior ou menor internalização dos principais cultivos de lavouras mercantis às estratégias econômicas dos diferentes agentes do espaço social, desde a década de 1960. Não é possível entender as estratégias dos dominantes sem objetivar as estratégias dos principais agentes do espaço social. Até meados de 1960 o espaço de relações sociais estancieiro condenava à pauperização absoluta os setores sociais mais sujeitos aos domínios do *senhor de terra*. Essa condição começou a mudar com as possibilidades de cultivo mercantil de cereais por variados setores sociais, indo de

ocupantes, pequenos proprietários e arrendatários aos grandes proprietários fundiários. São situações que possuem um mesmo sentido: restringe-se no espaço social a disponibilidade de trabalhadores aos *senhores da terra*, que, para mobilizá-los, renovaram as práticas de dominação personalizada e ampliaram tanto o acesso a maiores parcelas de terra às famílias residentes como deve ter aumentado as quantias pagas em dinheiro para o cumprimento das tarefas. Essa dinâmica é disseminada nos casos particulares do campo de análise desta tese, do qual se selecionou dois deles para uma discussão mais pormenorizada na próxima seção, não sem antes polemizar com a bibliografia especializada a respeito das “modernas relações capitalistas de produção” que ela viu surgir com o desenvolvimento do arroz nesta parte do Rio Grande do Sul.

3. Uma revisão necessária e dois casos específicos como exemplos

Silva (2001) demonstrou parcialmente que a literatura especializada sobre o desenvolvimento da agricultura do Rio Grande do Sul entre 1950 e 1980 equivocou-se rotundamente quanto às leituras acerca das relações sociais aí reproduzidas.¹⁸² Ao contrário do que se pressupunha por força de teoria, tanto a chamada ‘agropecuária colonial’ empregava significativa força de trabalho assalariado, quanto havia um processo de diferenciação entre os pequenos proprietários que garantia a acumulação dos mais fortes e a expulsão dos mais fracos (p. 144-155). De modo semelhante, o autor demonstrou que a chamada ‘agricultura empresarial’, tratada como sinônimo de ‘agricultura capitalista’ e que compreenderia os cultivos de arroz, trigo e soja, não apresentava uma contratação de trabalho assalariado como se pressupunha. Tanto no que se chamava de ‘agropecuária

¹⁸² O autor analisa, sobretudo, três grandes documentos. O primeiro foi o chamado *Levantamento e Avaliação de Recursos Naturais, Sócioeconômicos e Institucionais do Rio Grande do Sul* (ACIIRS), publicado em 1973, e realizado a partir de um acordo de cooperação entre o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O segundo foi o estudo chamado *Projeto 25 anos de economia gaúcha*, publicado pela Fundação Estadual de Estatística (FEE) em 1978, que se propôs em continuidade com o estudo ACIIRS. O terceiro estudo é o chamado *Projeto Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira* (PERSAGRI), coordenado pela Secretaria Geral do Ministério da Agricultura, também publicado em 1978. Para o autor, devido à influência quanto às interpretações tornadas correntes a respeito do Rio Grande do Sul, o *Projeto 25 anos...* fora o principal, constituindo-se na “primeira proposta de construção de uma abordagem teórica do processo de desenvolvimento do setor primário [...] que logrou alcançar amplo reconhecimento pelos meios técnicos e acadêmicos do estado” (Silva, 2001, p. 117). Esse estudo utilizou-se das noções de ‘lavoura empresarial’, ‘pecuária tradicional’ e ‘agropecuária colonial’ presentes no projeto ACIIRS como paradigma explicativo do desenvolvimento da agricultura, sob o ponto de vista da acumulação capitalista. Mas no projeto ACIIRS, tais noções não se propunham a este objetivo, tomadas sem crítica pelos autores do *Projeto 25 anos...* da FEE.

colonial' como nas lavouras de trigo e soja os trabalhos eram exercidos, sobretudo, por grupos domésticos que possuíam o trabalho familiar como fundamento, tanto que, no momento em que houve a incorporação progressiva de máquinas no processo de trabalho, diminuiu a importância do trabalho assalariado permanente e temporário. Esse expediente consiste num dos mecanismos clássicos descritos pela teoria do campesinato quanto ao cálculo realizado entre o emprego de trabalho dos integrantes da família e a ampliação do uso de máquinas como modo de aumentar o potencial produtivo dos agricultores e diminuir o número de trabalho contratado (Chayanov, 1974). Garcia Jr. (1989, p. 145) fez tal demonstração na análise sobre os agricultores com trajetórias ascendentes no caso pernambucano: a introdução de máquinas agrícolas nos processos de trabalho representava a recomposição do trabalho doméstico num nível mais alto de produtividade, o que exigia mais e não menos trabalho doméstico; de modo semelhante propôs Silva (2001) no caso gaúcho.

Os autores do principal e mais influente estudo acadêmico daquele período – o chamado *Projeto 25 anos de economia gaúcha* da FEE, de 1978 – atribuíram dois sentidos à caracterização capitalista da agricultura. Num dos sentidos, a presença de pagamento monetário à mão de obra levou-os a supor teoricamente que os trabalhadores agrícolas estavam separados de seus meios e instrumentos de produção e trabalho, num outro sentido a mecanização e incorporação tecnológica virava mesmo sinônimo de agricultura capitalista. A crítica pioneira de Silva (2001) – o único autor até os dias atuais que procurou revisar as compreensões ainda hegemônicas sobre o desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul – demonstrou que, fundamentalmente, a agricultura exercida no planalto e norte gaúcho tinha base no grupo doméstico, reproduzida pela expansão das lavouras de trigo e soja, e não em relações capitalistas de produção.

O que Silva (2001) não criticou, por não fazer parte dos objetivos a que se propôs, foi a terceira noção caracterizadora do espaço agrário gaúcho utilizada naqueles estudos, chamada de 'pecuária tradicional'. Esta noção já se apresentava desde o estudo do Banco Nacional do Comércio (1968), virou ferramenta analítica no estudo '25 anos...' da FEE em 1978, e se prolongou aos estudos posteriores como em Alonso et al. (1994). Tal noção constitui-se numa curiosa elaboração acadêmica; aliás, como ocorreu com as outras duas. O "pecuarista tradicional" apresentaria duas "racionalidades antagônicas". Por um lado o

caráter capitalista da “pecuária tradicional” seria dado pela utilização de trabalho assalariado e pelo fato de que seu produto seria uma mercadoria, sendo seu objetivo alcançar o “lucro mercantil” [*sic passim!*]. Por outro lado, o caráter não capitalista e que definiria a atividade estaria no fato de não haver transformação e incorporação tecnológica no processo de produção [*sic passim!*]. O que distinguia uma atividade capitalista (como no caso do arroz) de outra não capitalista (pecuária extensiva) passou a ser o uso de tecnologias modernas (Cf. Silva, 2001, p. 135).

Mas antes de demonstrarmos o total absurdo dessa interpretação em ambos os aspectos, analisemos um outro estudo que se constituiu como um clássico na interpretação das relações de produção no caso da lavoura de arroz: Beskow (1986). O autor utiliza Marx e busca demonstrar a existência de três classes sociais na lavoura de arroz, sendo o ‘proprietário fundiário’, o ‘arrendatário de terras’ e o ‘trabalhador assalariado’. A presença destas três classes seria a prova inconteste de que a produção de arroz “é essencialmente capitalista” (p. 17). Assim, a análise centra-se em identificar a renda fundiária que remunera o proprietário da terra; o lucro, que a partir da realização no mercado, remunera o capitalista; e o salário que remunera o trabalho assalariado. Dessa forma já teria nascido a lavoura de arroz no Rio Grande do Sul ainda no século XIX, tanto em Cachoeira do Sul quanto Pelotas (p. 44-45), com base nestas três classes: os trabalhadores assalariados produzem um excedente econômico que é apropriado e repartido entre o proprietário fundiário e o capitalista, sob forma de renda fundiária e lucro. Entretanto, as condições descritas por Beskow (1986) sobre os trabalhadores das lavouras de arroz deveriam servir para a conclusão inversa, ou seja de que não havia relações capitalistas de produção – aqui, como no caso da bibliografia que analisa a pecuária, a presença de dinheiro como parte do pagamento da força de trabalho constituiu-se como uma das fontes da confusão.¹⁸³

Senão, vejamos.

O autor argumenta que as exigências de mão de obra no processo produtivo do arroz eram bastante intensas, “especialmente na colheita, compreendendo as atividades de ceifa, emendação, trilha, secagem, ensacamento e transporte”. As atividades de plantio e irrigação

¹⁸³ Possivelmente outro motivo que leva o autor à confusão é o paralelo que realiza com a produção camponesa: para ele as lavouras de arroz não estariam associadas aos processos de diferenciação da agricultura familiar, que conduziria à transformação de um setor em capitalista. Como, para o autor, não parece ser isso que ocorre, faltam-lhe condições teóricas para considerar outros tipos de relações sociais que não as capitalistas, nem aquelas relacionadas com a diferenciação do campesinato (Beskow, 1986, p. 50).

“tinham um grau bem menos intenso de demanda de força de trabalho” (p. 50). A origem da força de trabalho, especialmente da temporária que trabalhava durante meses na colheita do arroz, provinha

[...] das áreas serranas próximas das áreas produtoras de arroz. Essas áreas se caracterizavam pela presença do pequeno posseiro ou proprietário de terra, tendo sido ocupadas por luso-brasileiros no decorrer dos séculos XVIII e XIX, dedicando-se basicamente para a sua produção de subsistência. Essa população concentrava seus trabalhos nos meses de inverno e trabalhava nas lavouras de arroz no verão para custear boa parte de suas despesas durante o ano (p. 51).

Ora, parece óbvio que não estamos falando de um grupo de trabalhadores separados dos meios de produção e de subsistência. Marx (1983a, p. 340) foi cristalino quanto a esta condição para a caracterização de relações capitalistas: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se; por um lado, os possuidores de dinheiro, meios de produção e subsistência, que buscam valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho; de outro lado, os trabalhadores livres num duplo sentido: porque não pertencem aos meios de produção, como os escravos, podendo ser donos de sua força de trabalho, ou submetidos às relações de dominação pessoal e, num outro sentido, livres porque nem os meios de produção lhes pertencem, “estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles”. Ou seja, a relação constituída pelo capital pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho, cujo processo “transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados”. Marx (1983a, p. 367) ainda volta a assinalar que para tal relação se constituir, os meios de subsistência e de trabalho viram elementos materiais do capital e constituem mesmo o mercado interno para os próprios trabalhadores. Se, antes, o grupo doméstico produzia e processava os meios de subsistência e matérias primas diversas, consumindo-os em sua maior parte como resultado de seu próprio trabalho, agora,

essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo — transformam-se

agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais.

Esse processo de separação se constitui no que Marx chamou de acumulação primitiva e só ocorreu, no caso inglês que serve de inspiração ao autor, quando o trabalhador “pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser servo ou dependente de outra pessoa”, datando a “era capitalista” a partir do século XVI (p. 341). Mas o que importa perceber é que o fundamento de todo o processo descrito por Marx é a expropriação da base fundiária do camponês, que obriga e perpetua o trabalhador a vender sua força de trabalho para viver (p. 210). Como isso não ocorre por força de vontade do analista ou de teoria alguma, mas de acordo com as relações sociais concretas, a observação inglesa serviu apenas como exemplo. A expropriação do produtor rural, do camponês, “assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas” (p. 342).

A mão de obra utilizada no cultivo de arroz é descrita por Beskow (1986) como oriunda de “pequenos posseiros ou proprietários de terra” que se assalariam nas lavouras de arroz como forma de adquirir os bens de uso que não são possíveis de produzir a partir dos meios de produção que possuem; assim, complementam os meios de subsistência necessários à vida. Não só eles possuem o controle de parte dos meios de produção e dos meios de trabalho, como os meios necessários à subsistência por eles produzidos não entram na valorização e circulação do capital. Nem estão despojados dos meios de produção nem possuem como única fonte de sobrevivência a venda da força de trabalho para outra pessoa. Beskow (1986, p. 51) ainda argumenta que a força de trabalho aí utilizada provinha da expulsão de antigos moradores dos domínios dos estancieiros que, a exemplo dos *moradores de corredor* descritos no Capítulo anterior, situavam-se em áreas próximas como pequenos posseiros ou nas periferias das cidades.

Como foi descrito nas seções anteriores, entre 1960 e 1970 o espaço rural de São Gabriel ganhava população, enquanto decrescia no espaço urbano da cidade. Houve uma multiplicação dos posseiros, ocupantes e pequenos arrendatários que utilizavam mão de obra de seu próprio grupo doméstico. Por outro lado, por volta de 1980, é quando as grandes propriedades mais aumentaram o número de famílias *dependentes* para dar conta das novas tarefas do cultivo dos cereais e aí recebiam como parte do pagamento o direito de

cultivar seus meios de subsistência básicos e algum valor em dinheiro. Ora, a rigor, as relações sociais de produção que se reproduzem e se ampliam com o cultivo de cereais são relações não capitalistas de produção. Os grupos familiares de pequenos proprietários e posseiros aumentam o trabalho familiar para cultivar pequenas lavouras comerciais e as grandes propriedades fazem os grupos domésticos subordinados produzir suas próprias condições de subsistência pelo uso de uma fração de terra como meio de produção. As condições de reprodução da força de trabalho não se dão por relações de trabalho assalariado, por mais que aí também exista moeda – voltarei a este assunto a frente.

A expulsão de famílias de dentro dos domínios senhoriais no período que se caracterizou nas seções anteriores como de pauperização absoluta das condições de vida, não encontrou na proletarização seu destino final. Por mais que deve ter ocorrido migrações para as periferias das cidades, houve o engrossamento da categoria dos *moradores de corredor*. A indústria do Rio Grande do Sul não possuía demanda para incorporar estes trabalhadores no processo de exploração do trabalho assalariado. No período posterior, quando a bibliografia especializada descrevia o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no espaço estancieiro, o que ocorreu foi a multiplicação de relações baseadas na produção familiar e na dependência pessoal dos grupos domésticos aos grandes proprietários.¹⁸⁴ Se o camponês e seu grupo doméstico está situado dentro dos domínios privados ou ocupa uma pequena parcela de terra em sua vizinhança não altera em nada esta relação social.

A comparação com o caso inglês descrito por Marx serve pelo efeito didático.¹⁸⁵ Aí, descreve Marx (1983a, p. 342), antes da expulsão dos camponeses de sua base fundiária, os trabalhadores assalariados da agricultura consistiam em dois grupos, um deles era de camponeses que trabalhavam parte do tempo para si próprios e outra para o proprietário da terra; outra parte de trabalhadores vivia uma situação mais ameaçada das condições de vida, mas que “também estes eram, ao mesmo tempo, de fato camponeses economicamente autônomos, pois recebiam, além de seu salário, um terreno arável de 4 ou mais acres além

¹⁸⁴ No caso estudado por Garcia Jr. (1989), numa conjuntura de declínio dos senhores de engenho, o trabalho industrial no *Sul* era condição para a aquisição de recursos com vistas a voltar e ampliar pela compra a terra familiar; o trabalho industrial permitia a reprodução do campesinato.

¹⁸⁵ Sobre a análise do caso inglês de expropriação da base fundiária camponesa, olhar também Polanyi (2000, p. 51-61), vista como a antesala do que o autor denominou de “moinho satânico”, referindo-se à Revolução Industrial, e Moore Jr. (1983, p. 11-46).

do *cottage*.”¹⁸⁶ A expulsão violenta do campesinato de suas parcelas de terra ocorreu no último terço do século XV e primeiras décadas do século XVI e constituiu na transformação de terras de lavoura em terras de pecuária, cujo impulso inicial foi o florescimento da indústria flamenga de lã, com o conseqüente aumento dos preços deste artigo. Como a pecuária exige muito menos mão de obra, uma grande parcela da população foi transformada em “proletários livres como pássaros, provenientes do campo”, jogados à absoluta sorte (p. 348). A Reforma, ainda no século XVI, foi componente do processo de expropriação violenta da massa do povo, devido ao roubo dos bens da Igreja Católica que era a proprietária de grande parte da base fundiária inglesa, e também lançou seus moradores na proletarização (p. 344-345). O roubo das terras do povo se aprofundou com a *Glorious Revolution* (1688-1689), em que as terras do Estado foram apropriadas fraudulentamente, junto com o roubo da Igreja, e presenteadas, vendidas a preços irrisórios, anexadas a propriedades privadas. O processo de usurpação violenta das terras se completou no século XVIII com as *Bills for Inclosures of Commons* - leis para o cercamento da terra comunal -, e com os métodos de *Clearing of Estates* - literalmente, clarear propriedades, de fato, limpá-las de seres humanos - cujos decretos expropriavam as posses coletivas e as tornavam privadas aos senhores fundiários (p. 349).

No caso inglês, o processo de expropriação das terras do campesinato começa no século XVI e se conclui no século XVIII. Por mais que esta tese não pretenda construir uma história da usurpação da posse da terra no Rio Grande do Sul, a expropriação da terra dos pequenos produtores envolve a destruição e assassinio das populações nativas em final do século XVIII; a distribuição, posse e compra fraudulenta de terra pelos amigos do Rei durante o século XIX, assim como a Lei de Terras de 1850 e a posse e propriedade fraudulenta no final daquele século; a expulsão dos *intrusos* das áreas de floresta; os cercamentos dos campos, que adentram até a metade do século XX – como se viu no primeiro Capítulo desta tese -; e se conclui com a expulsão dos moradores dos domínios senhoriais em idos de 1990. Até então houve períodos de maior ou menor internalização de

¹⁸⁶ Na França, Moore Jr. (1983, p. 60) comenta sobre a relação entre a nobreza proprietária de terras e o campesinato na região produtora de trigo de Toulouse, ainda no século XVIII e antes da Revolução, que “o patrimônio [dos primeiros] estava dividido numa série de pequenos lotes. Nesses pequenos lotes, continuavam a viver os camponeses. Alguns conhecidos por *maitre valets*, recebiam uma casa, bois, algumas ferramentas primitivas e um salário anual em grãos e moedas.” Aqui, como no caso Inglês descrito por Marx, também existia moeda como remuneração da mão de obra, nem por isso havia se desenvolvido o capitalismo. Voltarei a esse assunto mais adiante.

grupos familiares às grandes propriedades fundiárias sob regime de dominação pessoal. No caso inglês, a expropriação da base fundiária camponesa gerou uma imensa massa de miseráveis. Na Escócia, esse processo ocorreu quase cem anos depois que na Inglaterra. Em ambos os casos, assim como na França, onde a expropriação se deu de outro modo, essa massa da população foi transformada em mendigos, esmoleiros, assaltantes, vagabundos que não possuíam nem as mínimas condições de reprodução biológica. Daí o surgimento em toda a Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. A sobrevivência física se deu, em grande medida, pelas diversas “Lei dos Pobres” que foram editadas ao longo do tempo, em que as paróquias complementavam o “salário nominal até a soma nominal necessária à mera vida vegetativa do trabalhador” (Marx, 1983a, p. 304).

No Uruguai, que possui uma formação social semelhante à região estancieira do Rio Grande do Sul, por ter extinto o trabalho escravo no bojo de sua independência nos idos de 1830, considerou-se obrigar ao trabalho nas estâncias os indivíduos sem posses, chamados de *gauchos*, sinônimo de vagabundos (Molas, 1968; Maestri, 2010, p. 283). No Rio Grande do Sul, os *gaúchos*, despossuídos de qualquer título de propriedade, compuseram os diversos bandos armados que faziam o contrabando de mercadorias na fronteira durante os séculos XIX e XX. O último bando armado de *gaúchos* em São Gabriel foi morto pela Brigada Militar no início dos anos de 1950, porque não respeitavam o cercamento dos campos e as sedes das estâncias, em outras palavras, a propriedade privada.¹⁸⁷ Na Inglaterra, as condições de vida dos trabalhadores rurais caíram a um nível de indigência de não haver moradias para os abrigar, não importando quais as condições destas (Marx, 1983, p. 313). Em São Gabriel, o Censo Agrícola de 1940 registrou 1.335 moradias, sendo 277 construídas de madeira, 111 de tijolos e 947 do que foi classificado de “outro material”, o que se supõem deviam ser construídas com barro, palha e restos de madeira; eram “choupanhas”, nas palavras de Osório, entrevistado citado no Capítulo anterior; os peões solteiros não tinham moradia, dormiam no *galpão* sobre o que pudessem arrumar como cama. Aqui como lá, o pauperismo quebra qualquer resistência aos senhores de terra, de

¹⁸⁷ Ver as edições do jornal *O Imparcial* de São Gabriel entre janeiro de 1948 a outubro de 1950. Sobre o fenômeno do banditismo social envolvendo os *gauchos* argentinos ver Ferreras (2003), assim como sobre a revalorização cultural atual do *gaucho* ou do *gaúcho*, no caso do Rio Grande do Sul. Ver também Oliven (1991, 1993, entre outros) sobre o movimento regionalista no estado sulino.

modo que a mínima remuneração em presentes ou em alguma quantia em dinheiro se consolida como se fosse uma lei natural. Aqui como lá, há uma superpopulação relativa, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, o campo está ao mesmo tempo escassamente povoado.

Mas aqui, ao contrário da Inglaterra, em que houve o fim das lavouras para o desenvolvimento da pecuária, ocorre o desenvolvimento de lavouras no interior dos grandes domínios estancieiros a partir de 1960. A população até então expulsa dos domínios volta, em parte, a morar nas terras destes, reproduzindo-se e ampliando-se as relações de dominação pessoal. E esta dominação pessoal também se constituía num dos elementos de imobilização da mão de obra por dívidas morais, portanto, longe estamos do funcionamento de um “mercado perfeito” de mão de obra: os estancieiros entrevistados no Capítulo anterior declararam que os peões *eram fixados no campo, aprendiam com os avôs e com os pais. Então, eram empregados polivalentes*; outro diz que *o peão era uma pessoa que era praticamente da família, porque o cara entrava guri para estância e se aposentava lá*; outro ainda afirma que *o empregado era como se fosse um patrimônio, havia um sentimento diferente, era família mesmo, amizade, uma dedicação*; uma outra declaração diz que *cada um tinha uma utilidade e morava na fazenda*; e outro nos conta que *todos eles eram homens adestrados no manejo do laço e do cavalo. Na marcação tudo era feito por amor à tradição, nada de pagar ninguém, seria uma afronta*. Portanto, além dos grupos familiares produzirem parte de suas próprias condições de sobrevivência pelo cultivo de alguma parcela de terra, não estando livres “como pássaros” da posse dos meios de produção e das condições de trabalho, também não estavam livres das relações de dominação pessoal. Os sentimentos de obrigação e de honra tinham efeito como se fosse uma força da natureza.

Assim, a razão do empobrecimento de uma ampla parcela da população do espaço estancieiro é irmã siamesa do aumento do poder e da riqueza da elite estancieira: uma parte maior do produto global é convertido em mais-produto. Quanto menor for o número de necessidades sociais para a manutenção e reprodução do trabalhador, menor é o tempo de trabalho despendido para atendê-las e maior se torna o tempo de trabalho excedente que é apropriado pelos senhores da terra. A miséria no *galpão* garante o luxo na *casa-grande*. A jornada de trabalho dos subordinados às ordens do estancieiro pode ser dividida em tempo de trabalho necessário para a ‘reprodução das condições sociais médias da força de

trabalho’ e de ‘mais-trabalho’ que é realizado e entregue gratuitamente ao estancieiro. Quanto mais-trabalho expropriado, seja pela redução das necessidades sociais dos primeiros ou pela expansão da jornada de trabalho, por óbvio, maior se torna o mais-produto que os últimos se apropriam. Os estancieiros lutavam contra a formulação das leis trabalhistas para o campo a partir de 1930, entre outros motivos, exatamente porque elas incidiam na principal fonte de mais-produto que era a extensão da jornada de trabalho (Cf. Heinz, 1996, p. 141-150). Argumentavam que as características específicas do trabalho no campo não permitiam a aplicação de tais leis, pois os trabalhos começavam por volta das 5 h da manhã e se prolongavam à noite. Vários dos peões entrevistados por mim a campo relataram que, antes, suas jornadas de trabalho começavam às 3 h ou 4 h da manhã e terminavam às 22 h ou mais.

A expropriação do mais-trabalho, convertido em mais-produto, não é realizada somente no sistema capitalista de exploração da mão de obra, como parece pensar a bibliografia que buscou interpretar a atividade criatória no Rio Grande do Sul. A leitura sobre o papel do trabalho em tais elaborações sempre foi tratada com desconforto, ora argumentando que os gados eram “dádiva da natureza”, ora interpretando a presença de dinheiro no pagamento da mão de obra como relação de assalariamento moderno, ou simplesmente afirmando que o trabalho aí empregado não existia.¹⁸⁸ Ora, nem a presença de dinheiro, de mercadoria e de mercado são criações do capitalismo, muito menos o é a avidez e a compulsão pela exploração e acúmulo de mais-trabalho alheio.¹⁸⁹ O combate de tais ideias constituiu-se como um dos *fronts* de Marx (1983b, p. 349-430). Onde quer que parte da sociedade tenha o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é coagido a adicionar ao tempo de trabalho necessário à sua própria reprodução um tempo de trabalho excedente destinado à produção dos meios de subsistência para o proprietário dos meios de produção. E isso é comum, argumenta Marx (1983b, p. 349), seja esse proprietário um aristocrata ateniense, teocrata etrusco, cidadão romano, barão normando,

¹⁸⁸ Benetti (1994) é o exemplo mais perfeito daquele desconforto em não saber o que fazer com o ‘trabalho’ em suas análises – pelo fato de que ela é uma das principais e mais influentes pesquisadoras do Rio Grande do Sul, a análise restringe-se a ela. Numa das passagens de seu texto, a autora argumenta que a Região Sul “é menos produtiva que as Regiões N+NE [Norte+Nordeste] segundo todos os indicadores utilizados, salvo um: o relacionado à mão de obra. *Nesse caso, simplesmente porque não utiliza o fator*” (p. 111). Noutra passagem do texto, a autora afirmava, referindo-se à chamada Metade Sul: “Assim, mesmo gerando um nível de produção global muito inferior ao da Região Norte, *pelo fato de não utilizar mão de obra*, alcança índices de valor por pessoa ocupada muito mais satisfatórios” (p. 110) [os grifos são meus].

¹⁸⁹ Sobre os mercados, olhar Polanyi (2000).

escravocrata americano, boiardo da Valáquia, *landlord* inglês, ou, poderíamos acrescentar à lista, um estancieiro do Rio Grande do Sul. Trabalho forçado até a morte é a forma oficial de mais-trabalho na Antiguidade.

A avidez do estancieiro sempre procurou aumentar a extração de mais-trabalho pelo aumento da jornada de trabalho, porque mais barato, e não pela introdução de máquinas e da tão sonhada modernização pelos analistas. O que é irracional para estes, é totalmente racional para aqueles. Enquanto foi possível, a exploração do trabalho se deu pelo prolongamento da jornada da força de trabalho, o que Marx chamou de mais-valia absoluta. Somente atualmente, porque a legislação trabalhista limita a extensão da jornada de trabalho e grava em custos monetários as horas trabalhadas a mais, que os estancieiros estão considerando aumentar a força produtiva do trabalho pela introdução de inovações técnicas e de máquinas e, assim, reduzir o valor relativo da força de trabalho, constituindo-se iniciativas de exploração do trabalho pelo que Marx considerou como mais-valia relativa. Não só no sentido da introdução de novas técnicas de manejo e criação ou de máquinas agrícolas¹⁹⁰, mas na seleção mesmo da mão de obra do trabalhador contratado.¹⁹¹

O que a bibliografia especializada fez foi tentar etiquetar com este ou aquele nome a atividade criatória e quando não conseguiu declarou a inexistência mesmo do trabalho! O problema de ambas as posturas é que escamoteiam o principal: a descrição dos processos sociais e um amplo conjunto de questões que deveriam ser tratadas. Assim, as análises não deixam de ser um tanto esquizofrênicas: a presença de moeda caracterizaria a atividade como capitalista, mas a falta de modernização a caracterizaria como não capitalista. A rigor, nem uma, nem outra. Se assim fosse, então seria mais coerente declarar a existência de capitalismo na metade do século XIX, pois os custos das estâncias com mão de obra eram mais de 50% dos custos totais, como vimos no Capítulo I, do que no período histórico

¹⁹⁰ Como no caso das ‘enfardadeiras’ para fazer feno da palha de arroz e das pastagens de inverno.

¹⁹¹ No trabalho de campo, assisti a uma “entrevista” de um candidato a *capataz* numa estância e, logo em seguida, acompanhei os comentários da estancieira que o tinha entrevistado. O candidato havia reivindicado (ingenuamente?) como uma das condições para aceitar o emprego que ele tivesse o controle sobre o processo de trabalho na estância [*eu faço do meu jeito, às vezes o patrão me diz como fazer, mas eu faço como quero, sou eu que trabalho*]. Isso foi motivo para a sumária desclassificação do candidato, haja vista que os padrões estavam fazendo esforços para introduzir inovações técnicas de manejo a partir da orientação de expertos [*esse pessoal está mal acostumado, acham que aquilo é deles. Se até hoje foi assim... agora tem que mudar*]. A última barreira para a equiparação da exploração da força de trabalho na estância com a exploração da força de trabalho do operário moderno parece estar sendo rompida: o conhecimento sobre a operação dos meios de trabalho sai do controle destes e vira protocolo a ser seguido.

analisado por tal bibliografia. Declarar que a presença de moeda caracteriza uma atividade capitalista é tão sem sentido histórico como declarar que o camponês não busca a reprodução ampliada. Embora necessárias, nem a moeda nem a mercadoria são suficientes para o surgimento do modo de produção capitalista. Muito menos é a diferença entre a presença de um arco-e-flexa ou de um trator como instrumento de trabalho, assim como não é a simples presença do arrendatário. Durante toda a história da região estancieira, há arrendamentos de estâncias, nem por isso surgiam relações capitalistas de produção. Em si, nem esses instrumentos de trabalho nem a presença do arrendatário servem a nenhuma valorização capitalista. O fundamental é a análise das relações sociais em que tais instrumentos e tais figuras sociais estão em relação. E *capital é relação social*, não instrumento ou coisa.

A análise de dois casos específicos do campo em estudo deve ajudar a problematizar sobre as relações sociais empreendidas no espaço estancieiro de produção até meados de 1990. Os dois casos não foram escolhidos aleatoriamente: um deles é de uma linhagem descendente de um Marechal e Barão do Império, portanto, com longa tradição em termos de *senhores de terras*; o outro é de uma família descendente de italianos, enriquecida com o cultivo do arroz no município de Restinga Seca e que adquire terras em São Gabriel no início dos anos de 1960, tornando-se grandes proprietários fundiários. Os dados citados em ambos os casos são oriundos de entrevistas e dos dados dos cadastros do INCRA.

O primeiro, que chamarei de Pedro, nasceu em 1902, possuía o ensino médio completo, e herdou de seu pai uma estância de 1.928 ha em 1922, localizada a 26 km da sede municipal de São Gabriel, onde criava gados. Além destes, também começou a cultivar arroz a partir de 1950. No formulário preenchido para o Cadastro do INCRA em 1965, o proprietário declarou que havia um número de 6 famílias e um total de 48 pessoas em sua estância, sendo que destas, 25 delas foram declaradas suas *dependentes*. Dentre as 6 casas existentes, 3 delas possuíam paredes de taipa e “chão batido”. Do total de seus moradores, 22 eram assalariados permanentes; mas nos períodos de pico de trabalhos o número de trabalhadores subia a 35 pessoas. Havia ainda um total de 20 menores entre 7 a 14 anos que frequentavam uma escola existente em suas posses. Em 1965, declarara haver em suas terras um total de 1.400 cabeças de bovinos e 2.800 ovinos, além de 85 ha cultivados com arroz.

No Cadastro de 1972, Pedro declarou que a lavoura de arroz subiu para 140 ha, e o número de famílias residentes em seu imóvel saltou para 10, sendo 80 pessoas residentes, 63 destas suas *dependentes*. O proprietário ainda declarou neste cadastro que havia 20 assalariados permanentes, sendo que o número total de trabalhadores em picos de trabalho chegava a 50 pessoas. Agora havia em sua estância 2.000 cabeças de bovinos e 1.500 cabeças de ovinos. De acordo com a declaração de seu filho ao autor desta tese, foi na década de 1970 que seu pai e seu tio, também proprietário de igual porção de terra lindeira, elaboraram uma moeda da própria estância, com a qual pagavam seus *dependentes* e empregados. Até então vigorava o sistema de *armazém*, em que ao menos parte do pagamento se efetuava em produtos. É provável que a confecção de moeda própria tenha significado uma maior pressão de seus subordinados em reivindicar os pagamentos em moeda e não em produtos. O dinheiro da estância poderia ser trocado por produtos no *armazém* da propriedade e em algumas casas comerciais do município.

Já na declaração ao Cadastro do INCRA em 1978, o número de famílias residentes na estância de Pedro baixou para 8, sendo 56 o número total de pessoas residentes, dentre as quais 55 suas *dependentes*. Agora, além dos 140 ha de arroz, outros 150 ha de soja também passaram a ser cultivados, em que esta última lavoura era cultivada em sistema de arrendamento a terceiros. O número de cabeças de bovinos era de 1.856, além de 1.600 cabeças de ovinos. De acordo com a entrevista de seu filho ao autor, o sistema de pagamento dos subordinados com moeda da estância existiu até 1989, quando Pedro morreu. A estância foi dividida entre uma filha e um filho, sendo que aos poucos, de acordo com aquela entrevista, os moradores foram deixando a propriedade para se estabelecer na cidade de São Gabriel. Atualmente, o filho entrevistado possui 906,6 ha, onde fica a sede da antiga estância, em que arrenda 332 ha para o plantio de arroz e 150 ha para soja a três arrendatários. Na parte da pecuária, possui 350 cabeças de bovinos, com 5 empregados permanentes.

O segundo caso é muito interessante justamente por destoar do padrão das linhagens tradicionais de *senhores de terra* no município, o que permite aprofundar as discussões sobre as condições e relações de trabalho possíveis de serem estabelecidas em determinadas condições históricas. José, como chamarei este segundo caso, nasceu em 1922, estudou até o primário completo, e tem sua origem ligada ao estabelecimento da chamada Quarta

Colônia, na qual seus antepassados receberam uma fração de terra. De acordo com a entrevista com integrantes da família, o cultivo de lavouras de arroz começou em terras ainda na colônia, depois a família expandiu as plantações no município de Restinga Seca e, posteriormente, na década de 1950, adquiriram 1.485,7 ha no município de São Gabriel, a 60 km do núcleo urbano. No Cadastro do INCRA de 1965, José declarou possuir ainda 877 ha de terra em Restinga Seca e outros 251 ha no município de Lavras de Sul. Uma das coisas que mais chama a atenção de suas declarações em todos os cadastros do INCRA é que ele não considerava, como fazia Pedro, seus subordinados como *dependentes*. Além disso, também declarou que não deixava seus empregados cultivar pequenas frações de terra, ao contrário de Pedro. Neste cadastro, declarou haver 5 famílias moradoras em seus domínios de São Gabriel, num total de 29 pessoas, e 3 *dependentes*, o que parece sugerir que se refere aos integrantes de sua família nuclear. Além disso, havia 4 assalariados permanentes, subindo a 20 assalariados nos momentos de maior quantidade de serviços. Das lavouras, eram 200 ha cultivados com arroz, e somente 400 cabeças de gado no restante da propriedade.

Contudo, um cenário completamente diferente emerge no formulário por ele preenchido no Cadastro do INCRA em 1972. Agora, a lavoura de arroz subiu para 348,8 ha, o número de cabeças de bovinos para 1.587, além de 150 ovinos. O número de famílias residentes subiu para 14, com um total de 93 pessoas residentes na estância, sendo que o número de assalariados foi declarado em 6 pessoas, mas em cujo pico dos trabalhos eram utilizados 36 trabalhadores. A tendência de maior incorporação de famílias subordinadas aos trabalhos em seu domínio também se observa no Cadastro de 1978, e segue o aumento do tamanho das lavouras. Agora são 650 ha cultivados com arroz, 700 com soja, sendo que o gado não aparece em suas declarações. O número de famílias residentes em sua propriedade sobe para 23, num total de 115 pessoas. O número de assalariados subiu para 31 pessoas e o número de trabalhadores em época de pico dos trabalhos para 94 pessoas.¹⁹²

Neste caso, de modo semelhante à dinâmica que Pedro e seu irmão empregavam em suas posses, as remunerações aos assalariados era por meio do *armazém*. Nesse sentido, é interessante a descrição quanto à forma de pagamento que um padre da igreja católica, em

¹⁹² Infelizmente não consegui localizar outras declarações no Cadastro do INCRA referentes aos anos posteriores para acompanhar as dinâmicas de cultivo e maior ou menor incorporação de famílias à sua propriedade.

entrevista ao autor, fez da relação entre José e seus trabalhadores. O referido proprietário era católico e fazia questão que houvesse frequentemente a realização de missas internamente à sua estância. Para este padre, que nas décadas de 1970 e 1980 realizara cultos religiosos num dos galpões da propriedade de José às famílias que aí trabalhavam, quando instigado para que descrevesse sua experiência com este caso, declarou ao autor:

Lá era uma cidade, uma vila. A família de José foi atípica; eles foram anormais. Eles fizeram como um feudo. Inclusive a casa do dono tinha como “minarete” que lá de cima ele controlava toda a extensão da propriedade. E eles tinham essa população, que devia dar em torno de mais ou menos umas 100 famílias que moravam dentro de um espaço cercado por arame farpado. Não podiam cultivar nada, não deixavam essa gente ter um pedaço de terra; era só um trapinho de horta. Isso eu não estou dizendo por que me contaram, mas porque eu vi. Fui páraço lá [em São Gabriel]; padrezinho novo. Acompanhei as visitas pastorais e fazia missas. As casas eram de taboa grossa, cobertas de zinco e uma [casa] encostada na outra. Quantas vezes a gente lá celebrando e via aqueles capangas que trabalhavam para o José, ficavam rondando para que a gente não falasse alguma coisa que pudesse fazer aquelas pessoas se revoltar. Eu acompanhei todo aquele processo. Eles vendiam desde a cachaça para esse pessoal que morava lá; eles chamavam o *armazém* da propriedade; as pessoas retiravam o que iam consumindo e no final do mês se acertava com o dono, mas geralmente o pessoal ficando devendo. Automaticamente no final do mês ninguém tinha o que receber. Não podiam ir embora porque tinham que pagar a conta. Os rapazes não podiam nem sequer casar, não podiam comprar uma roupa melhor para desfilar no dia 20 [de setembro], que é o gosto desta pionada. Então viravam tudo bêbados. Eu como padre encontrei muita gente assim e que reclamavam que não tinham condições nem para ter mulher. Pior ainda eram aqueles que pegavam um empréstimo [junto ao proprietário]: aí não conseguiam mais pagar nunca. Então, com o tempo, esse pessoal veio vindo para a cidade. Pesquisador: mas essas pessoas foram reclamar seus direitos na justiça? Eu saí de lá foi em 1986, quando fui para Roma, já estava começando sim, tinha gente que começava a reivindicar na justiça. Mas era difícil, não era fácil para esse pessoal também, eles eram perseguidos, tinham medo...

O que mais importa destacar é a estrutura de relações que neste período parece ser a regra nos grandes domínios. Aí, o sistema de *armazém* como forma de pagamento da força de trabalho deve ter sido amplamente dominante, o que fazia com que menos moeda estivesse nos bolsos de seus trabalhadores, além de todos os significados em termos de dominação personalizada que isso acarreta. No caso das práticas objetivadas, a constituição

de dívidas por parte dos empregados para com o *senhor de terras*, devido ao sistema do *armazém*, criava a obrigação de ter de pagá-lo, o que amarrava o trabalhador ao proprietário. Neste caso, as condições de instabilidade de vida dos rapazes os condenavam mesmo ao celibato, encontrando na cachaça a melhor companhia. Não foram somente os *senhores de terra* das linhagens tradicionais e aristocráticas que procuraram constituir este tipo de relação, mas também, como no caso de José, outros grandes proprietários com origens diferentes, mas que encontravam determinadas condições históricas para definir suas práticas de reprodução enquanto grandes proprietários.

Ademais, a declaração do padre também confirma a tendência já apontada em vários depoimentos, qual seja de que no final de 1980 esse sistema de exploração da mão de obra começa a se tornar cada vez mais perigoso aos proprietários fundiários. Os *senhores* passaram a enfrentar cada vez maiores dificuldades para controlar a mão de obra pelo estatuto da dominação personalizada como se realizara até então. Ao que tudo indica, iniciava-se um período em que a “desconfiança” nas relações de trabalho forçava para que, cada vez, os contratos de trabalho de dessem por meio de estatuto legalmente definido pelo Estado - existente desde 1963.

Tabela 9. Condição do Produtor entre 1950-2006

Censo	Proprietário			Arrendatário (A)				Parceiro (B)				A+B		Ocupante			
	Estabelecimentos	Multiplificador	Área (ha)	Estabelecimentos	Multiplificador	Área (ha)	Média de área (ha)	Estabelecimentos	Multiplificador	Área (ha)	Média de área (ha)	Estabelecimentos	Multiplificador	Estabelecimentos	Multiplificador	Área (ha)	Média de área (ha)
1950	725	1,00	464.349	112(1)	1,00	75.304(1)	672					112(1)	1,00	14	1,00	1.598	114
1960	927	1,28	473.455	250 (1)	2,23	83363 (1)	333					250 (1)	2,23	54	3,86	3.498	65
1970	1.751	1,89	479.563	300	1,20	78.255	261	108	1,00	6.517	60	408	1,63	295	5,46	17.144	58
1975	2.123	1,21	498.803	347	1,16	72.841	210	96	0,89	12.068	126	443	1,09	428	1,45	20.412	48
1980	1.735	0,82	462.953	318	0,92	83.274	262	12	0,13	12.586	1.049	330	0,74	194	0,45	15.336	79
1985	1.882	1,08	475.876	415	1,31	80.285	193	54	4,50	6.967	129	469	1,42	171	0,88	10.708	63
1995	1.840	0,98	473.354	205	0,49	36.606	179	55	1,02	13.668	249	260	0,55	132	0,77	15.529	118
2006	1404	0,76	356586	202	0,99	38699	192	21	0,38	3907	186	223	0,86	55	0,42	2602	47

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

(1) No Censo de 1950 e 1960, não houve a distinção entre 'produtor arrendatário' e 'produtor parceiro'. No Censo de 1960, houve a distinção quanto à forma de pagamento do arrendamento em 'pagamento em dinheiro' e 'pagamento em produtos'. A primeira compreendia 212 estabelecimentos e uma área de 79.837 ha, a segunda compreendia 38 estabelecimentos e uma área de 3.526 ha. Esses dados estão somados na tabela acima.

OBS: A categoria classificatória de 'parceiro' desta tabela, difere da categoria de 'empregados parceiros' presente na Tabela 8, que estão sujeitos ao proprietário. Aqui eles são autônomos mediante contrato com o proprietário.

Tabela 10. Grupos de área de lavouras entre 1950-2006

Censo	Estabelecimentos por grupos de área de lavouras																
	Estabelecimentos	Total	Menos de 1 ha	1 a 2 ha	2 a 5 ha	5 a 10 ha	10 a 20 ha	Total de grupos de lavoura até 20 ha	Multiplificador dos grupos de lavoura até 20 há	20 a 50 ha	50 a 100 ha	100 a 200 ha	200 a 500 ha	500 a 1000 ha	1000 ha e mais	Total de grupos de lavoura a partir de 20 ha	Multiplificador dos grupos de área a partir de 20 ha
1950	851	712	34	33	182	179	134	562	1	72	39	25	14	0	0	150	1
1960	1.231	925	6	29	162	231	186	614	1,09	138	84	57	24	8	0	311	2,07
1970	2.454	1.902	84	211	642	460	217	1614	2,63	135	82	48	21	2	0	288	0,93
1975	2.994	2.338	248	370	729	402	195	1944	1,20	159	94	75	48	15	3	394	1,37
1980	2.308	1.928	230	196	488	303	191	1408	0,72	179	113	127	82	16	3	520	1,32
1985	2.522	1.956	264	212	483	251	172	1382	0,98	177	158	137	83	18	1	574	1,10
1995	1.840																
2006	1.705																

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Tabela 11. Dinâmica populacional do município de São Gabriel entre 1940 e 2010

População							
Censos	Rural	Diferença	%	Urbano	Diferença	%	Total
1940	22485		62,72	13364		37,28	35849
1950	22905	420	59,54	15567	2203	40,46	38472
1960	22611	-294	40,33	33457	17890	59,67	56068
1970	23818	1207	45,52	28502	-4955	54,48	52320
1980	15160	-8658	26,72	41581	13079	73,28	56741
1991	11074	-4086	18,76	47950	6369	81,24	59024
2000	9052	-2022	14,54	53197	5247	85,46	62249
2010	6648	-2404	10,99	53860	663	89,01	60508

Fonte: Censos Demográficos de 1940, 1950, 1980, 2000 e 2010; Censos Demográficos, Sinopses Preliminares 1960, 1970, 1991.

OBS: Os Censos Demográficos de 1940 e 1950 classificaram a população em 'urbana' 'suburbana' e 'rural', sendo que as duas primeiras foram somadas e apresentadas nesta Tabela apenas como 'urbana'.

OBS 2: Quanto aos desmembramentos de povoados e formação de novos municípios a partir de São Gabriel, há somente dois casos em todo o período analisado: em 1944 o então distrito de Cacequi se emancipou e em 1996 foi a vez de Santa Margarida do Sul também se tornar município. Para efeitos da apresentação dos dados desta tabela, no primeiro caso, se desconsiderou a população do então distrito de Cacequi no Censo de 1940, de modo que esse Censo retratasse a população do restante do município de São Gabriel. Quanto ao segundo caso, Santa Margarida do Sul não consta como município nos dados do Censo Demográfico de 2000, o que leva a crer que fora considerada juntamente com a população de São Gabriel. O contrário ocorre em 2010, quando Santa Margarida do Sul apresenta uma população total de 2.352, sendo 552 na área urbana e 1800 na área rural do município. Portanto, na análise dos dados de 2010 presentes na Tabela, deve-se considerar essa "perda" de população do município de São Gabriel para o Município de Margarida do Sul, que não foi por motivos de migrações. Mesmo assim, optei por não realizar nenhuma alteração nos números apresentados na Tabela referentes aos dados de 2010, até porque em nada altera a tendência observada no município de migração seja para a área urbana ou para outros municípios, como se pode observar mesmo descontando a população do novo município de Santa Margarida do Sul no Censo de 2000 e mesmo no Censo de 1991.

Tabela 12. Uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrícola e arados de tração animal ou mecânica

Descrição									
Censos	Estabelecimentos	Força utilizada		Nº de tratores		Arados			
		Tipo		Informantes	Total	De Tração animal		De tração mecânica	
		Animal	Mecânica			Informantes	Número	Informantes	Número
1950				72	101			2314 (1)	
1960	1231	679	74	258	464			3252 (1)	
1970	2454	1333	193	407	769	1644	3238	390	730
1975	2.994	1.865	860	563	1183	1600	2639	536	1065
1980	2.308	1.014	1.249	724	1.692	1.161	1.916	720	1.519
1985	2.522	875	1.235	770	1.844	984	1.536	724	1.933
1995				728	1.692				
2006	1.705	463	581	551	1.278				

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

(1) Soma de todas as grades e arados

OBS: O Censo de 1950 não perguntou sobre o tipo de força utilizada nos trabalhos agrícolas.

Tabela 13. Principais cultivos mais característicos da *alternatividade*, entre 1940 e 1985

Principais cultivos de subsistência

Censo	Feijão		Milho		Batata-Doce			Mandioca		Cana de açúcar		Batata-Inglesa			Cebola		Tomate		Alface		Abóbora		Amendoim em casca		
	Estabelecimentos	Quantidade (t)	Área (ha)	Estabelecimentos	Quantidade (t)	Área (ha)	Estabelecimentos	Quantidade (t)	Área (ha)	Estabelecimentos	Quantidade (t)	Área (ha)	Estabelecimentos	Quantidade (t)	Área (ha)										
	ntos	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	os	(t)	(ha)	
1940	696	209	sem	1329	3250	sem	204	82	sem	158	218	sem	-	-	sem	-	-	sem	-	-	sem	-	-	sem	
1950	172	114	279	421	1166	1827	-	-	-	91	417	50	2	70	9	26	28	13	22	20	9	-	-	-	-
1960	140	123	248	624	2728	4269	-	-	-	141	894	123	-	81	-	-	162	-	-	11	-	-	-	-	
1970	581	232	679	1409	4944	6140	416	767	122	498	1273	234	-	-	-	107	52	53	26	27	14	14	12	n	
1975	573	192	434	1589	4489	4829	630	631	203	683	1099	147	-	-	-	87	34	7	81	30	12	20	34	4	
1980	553	192	584	1180	4474	5114	385	601	111	466	990	135	3	103	3	65	22	5	116	49	35	62	35	n	
1985	457	213	466	1206	6999	5619	189	361	124	767	2297	440	35	465	26	48	14	10	90	36	25	51	21	21	

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Legenda: “sem”, quer dizer que o dado não foi objeto de pesquisa no respectivo Censo. “-“ (travessão) quer dizer que o dado foi objeto de pesquisa, mas ele não existia.

Quadro 5. Produção animal, vegetal e produtos de origem animal processados pelo pessoal residente entre 1960-1985

Censo	Produção animal do pessoal residente														Produtos de origem animal											
	Equinos		Asininos		Muare		Ovinos		Suínos		Aves		Bovinos		Leite		Lã		Ovos							
	Infor mante	Total de cabeças	Info ntes	Total de cabeças	Info ntes	Total de cabeças	Info ntes	Total de cabeças	Info ntes	Total de cabeças	Info ntes	Total de cabeças														
1960	sem	46	-	-	-	-	45	sem	10	sem	81	sem	56	sem	180	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem		
1970	192	594	2	8	2	4	42	2000	154	639	190	5099	32	333	188	2885	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem	sem		
1975	88	224	-	-	1	1	16	892	52	197	68	1608	20	121	119	1599	116	908	27	26	15	2	61	4	10	0
1980	95	257	-	-	-	-	53	1347	85	423	95	2798	19	182	123	2088	121	965	64	135	47	3	81	10	7	0
1985	40	148	-	-	3	4	13	439	33	209	38	1.160	11	82	50	1.285	50	824	19	27	12	1	35	4	5	0

Produção particular do pessoal residente – produtos de lavoura permanente																													
Censo	Banana		Laranja		Pêssego		Tangerina		Abobora		Arroz em casca		Batata-doce		Batata-inglesa		Cebola		Feijão em grão		Mandioca		Milho em grão		Soja em grão		Trigo em grão		
	Infor mante	Quantida de (mil cachos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	Info ntes	Quant idade (mil rma ntes frutos)	
	1960	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1970	1	0	-	-	-	-	-	-	27	3	42	196	57	50	13	4	4	0	55	13	33	172	108	152	-	-	9	11	
1975	-	-	-	-	-	-	-	-	14	0	2	4	15	3	-	-	-	-	11	1	15	1	15	6	-	-	-	-	
1980	1	0	-	-	-	-	-	-	21	7	22	102	11	10	-	-	-	-	22	6	14	14	35	45	1	0	1	6	
1985	1	0	-	-	-	-	-	-	9	4	6	10	8	4	-	-	-	-	2	0	12	4	17	48	1	4	-	-	

Fonte: Censos Agrícolas de 1940, 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Legenda: “sem”, quer dizer que o dado não foi objeto de pesquisa no respectivo Censo. “-“ (travessão) quer dizer que o dado foi objeto de pesquisa, mas ele não existia; “0” (zero) quer dizer que o dado existia, mas não atingiu o mínimo da unidade de medida estabelecida.

Tabela 14. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 sem laço de parentesco com o produtor por condição dos empregados, 2006

Grupos de área total	Empregados permanentes											Empregados temporários							Empregados parceiros					Empregados em outra condição												
	Total		Lavoura temporária				Pecuária e demais criações					Total		Lavoura temporária					Pecuária e demais criações					A+ B+ C+ D					Pec uári + Lav a e B oura dem + tem ais C							
	(1)	(%)	(2)	(%)	(3)	(%)	(4)	(%)	(5)	(%)	(6)	(%)	(7)	(%)	(8)	(%)	(9)	(%)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)	(19)	(20)	(21)	(22)	(23)	(24)	(25)	(26)	(27)
Total	1238	100	738	100	59,61	466	100	37,64	19	1	3	11	416	100	223	100	53,61	179	100	43,03	14	14	3	10	1	15	12	3	-	-	-	-	-	-	-	
Até 5 ha	5	0,40	-	-	-	5	1,07	100	-	-	-	-	8	1,92	1	0,45	12,50	1	0,56	12,50	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 a 10 ha	1	0,08	-	-	-	1	0,21	100	-	-	-	-	5	1,20	-	-	-	3	1,68	60,00	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 a 20 ha	13	1,05	1	0,14	7,69	7	1,50	53,85	4	-	-	1	8	1,92	-	-	-	7	3,91	87,50	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 a 50 ha	8	0,65	3	0,41	37,50	4	0,86	50,00	1	-	-	-	25	6,01	10	4,48	40,00	14	7,82	56,00	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 a 100 ha	32	2,58	12	1,63	37,50	19	4,08	59,38	-	1	-	-	22	5,29	12	5,38	54,55	10	5,59	45,45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 a 200 ha	68	5,49	31	4,20	45,59	36	7,73	52,94	1	-	-	-	32	7,69	21	9,42	65,63	11	6,15	34,38	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 200 a 500 ha	266	21,49	167	22,63	62,78	96	20,60	36,09	3	-	-	-	72	17,31	51	22,87	70,83	21	11,73	29,17	-	3	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 500 a 1000 ha	269	21,73	161	21,82	59,85	98	21,03	36,43	7	-	3	-	85	20,43	63	28,25	74,12	21	11,73	24,71	1	6	1	4	1	5	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 1000 a 2500 ha	362	29,24	224	30,35	61,88	135	28,97	37,29	3	-	-	-	131	31,49	50	22,42	38,17	81	45,25	61,83	-	5	2	3	-	9	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 2500 ha e mais	211	17,04	139	-	65,88	62	13,30	29,38	-	-	-	10	28	6,73	15	6,73	53,57	10	5,59	35,71	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	3	0,24	-	-	-	3	0,64	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, Tabela 812.

Legenda: (A), Horticultura e floricultura; (B), Lavoura permanente; (C) Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; (D), Produção florestal - florestas plantadas

Tabela 15. Pessoal ocupado com laço de parentesco por grupo de atividade econômica, 2006

	Não recebem salário											Recebem salário													
	Lavoura temporária			Pecuária e demais criações								Lavoura temporária			Pecuária e demais criações										
	Total	%		Total	%	%	(A)	(D)	(C)	(B)	Total	%	Tota	1	%	%	Tota	1	%	%	(A)	(B)	(C)	(D)	
Total	3637	100		1201	100	33,02	2315	100	63,65	95	20	2	4	450	100	146	100	32,44	286	100	63,56	14	3	-	1
Até 5 ha	517	14,22		85	7,08	16,44	396	17,11	76,60	31	2		3	119	26,44	16	10,96	13,45	94	32,87	78,99	6	3		
De 5 a 10 ha	324	8,908		85	7,08	26,23	216	9,33	66,67	20	3	-	-	54	12,00	18	12,33	33,33	32	11,19	59,26	4	-	-	-
De 10 a 20 ha	493	13,56		126	10,49	25,56	352	15,21	71,40	10	5	-	-	57	12,67	14	9,59	24,56	40	13,99	70,18	3	-	-	-
De 20 a 50 ha	738	20,29		214	17,82	29,00	510	22,03	69,11	10	4	-	-	56	12,44	11	7,53	19,64	45	15,73	80,36	-	-	-	-
De 50 a 100 ha	389	10,7		134	11,16	34,45	247	10,67	63,50	4	3	-	1	33	7,33	21	14,38	63,64	12	4,20	36,36	-	-	-	-
De 100 a 200 ha	319	8,771		136	11,32	42,63	181	7,819	56,74	1	1	-	-	35	7,78	15	10,27	42,86	20	6,99	57,14	-	-	-	-
De 200 a 500 ha	398	10,94		176	14,65	44,22	207	8,942	52,01	15	-	-	-	40	8,89	19	13,01	47,50	20	6,99	50,00	1	-	-	-
De 500 a 1000 ha	220	6,049		127	10,57	57,73	90	3,888	40,91	1	-	2	-	18	4,00	9	6,16	50,00	9	3,15	50,00	-	-	-	-
De 1000 a 2500 ha	170	4,674		91	7,58	53,53	77	3,326	45,29	1	1	-	-	36	8,00	21	14,38	58,33	14	4,90	38,89	-	-	-	1
De 2500 ha e mais	37	1,017		26	2,16	70,27	10	0,432	27,03	-	1	-	-	2	0,44	2	1,37	100	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	32	0,88		1	0,08	3,13	29	1,253	90,63	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nº total de estabelecimentos	1705			504			1141			46	10	1	3												

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, Tabela 788.

Legenda: (A), Horticultura e floricultura; (B), Lavoura permanente; (C) Sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal; (D), Produção florestal - florestas plantadas

Tabela 16. Estabelecimentos de acordo com as principais lavouras temporárias e por faixa de área, 2006

Número de estabelecimentos de acordo com as principais lavouras temporárias

Faixas de área	Total (1)	Arroz (área total 28885 ha)			Soja (Área total 34663 ha)			Trigo (Área total 3312 ha)			Milho em grão (Área total 1042 ha)			Feijão preto em grão (Área total 44 ha)			Mandioca (Área total 327 ha)		
		Total (2)	% (1)	% (2)	Total (3)	% (1)	% (3)	Total (4)	% (1)	% (4)	Total (5)	% (1)	% (5)	Total (6)	% (1)	% (6)	Total (7)	% (1)	% (7)
Total	1705	280	16,42	100	170	9,97	100	18	1,06	100	371	21,76	100	60	3,52	100	19	1,11	100
Até 5 ha	239	2	0,84	0,71	-	-	-	-	-	-	42	17,57	11,32	13	5,44	21,67	2	0,84	10,53
De 5 a 10 ha	143	4	2,80	1,43	2	1,40	1,18	-	-	-	42	29,37	11,32	14	9,79	23,33	5	3,50	26,32
De 10 a 20 ha	213	12	5,63	4,29	2	0,94	1,18	-	-	-	76	35,68	20,49	7	3,29	11,67	6	2,82	31,58
De 20 a 50 ha	327	52	15,90	18,57	9	2,75	5,29	1	0,31	5,56	94	28,75	25,34	17	5,20	28,33	2	0,61	10,53
De 50 a 100 ha	185	38	20,54	13,57	16	8,65	9,41	1	0,54	5,56	47	25,41	12,67	3	1,62	5,00	3	1,62	15,79
De 100 a 200 ha	150	30	20,00	10,71	19	12,67	11,18	2	1,33	11,11	26	17,33	7,01	4	2,67	6,67	1	0,67	5,26
De 200 a 500 ha	210	63	30,00	22,50	51	24,29	30,00	4	1,90	22,22	15	7,14	4,04	1	0,48	1,67	-	-	-
De 500 a 1000 ha	121	37	30,58	13,21	40	33,06	23,53	5	4,13	27,78	13	10,74	3,50	-	-	-	-	-	-
De 1000 a 2500 ha	82	32	39,02	11,43	24	29,27	14,12	5	6,10	27,78	6	7,32	1,62	1	1,22	1,67	-	-	-
De 2500 ha e mais	18	8	44,44	2,86	7	38,89	4,12	-	-	-	1	5,56	0,27	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	17	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, Tabela 822.

Tabela 17. Soja, estabelecimentos e área por condição do produtor, 2006

Faixas de área	N° total de estabelecimentos					Soja (Área total 34663 ha) – N° de estabelecimentos e área por condição do produtor														
	Total	Arrendatário				Proprietário					Arrendatário				Parceiro				Ocupante	
		Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	N° estab	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	
Total	1705	1404	202	21	55	170	108	63,53	22448	207,85	56	32,94	10715	191,34	5	2,94	1140	228	-	
Até 5 ha	239	200	13	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 a 10 ha	143	127	8	-	8	2	2	100	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 a 20 ha	213	187	20	1	5	2	2	100	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 a 50 ha	327	279	34	4	10	9	5	55,56	74	14,80	4	44,44	112	28,00	-	-	-	-	-	-
De 50 a 100 ha	185	148	26	7	4	16	11	68,75	443	40,27	3	18,75	158	52,67	1	6,25	X	-	-	-
De 100 a 200 ha	150	108	33	4	5	19	6	31,58	307	51,17	12	63,16	1317	109,75	1	5,26	X	-	-	-
De 200 a 500 ha	210	159	47	2	1	51	23	45,10	3754	163,22	26	50,98	4553	175,12	2	3,92	X	-	-	-
De 500 a 1000 ha	121	100	17	3	1	40	28	70	6137	219,18	11	27,50	4575	415,91	1	2,50	X	-	-	-
De 1000 a 2500 ha	82	78	4	-	-	24	24	100	7191	299,63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 2500 ha e mais	18	18	-	-	-	7	7	100	4480	640,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, Tabela 822.

X: desidentifica o dado quando é o resultado de menos de 3 informantes.

Tabela 18. Arroz, estabelecimentos e área por condição do produtor, 2006

Faixas de área	N° total de estabelecimentos					Arroz (área total 28885 ha) – N° de estabelecimentos e área por condição do produtor															
	Total	Proprietário				Arrendatário				Parceiro				Ocupante							
		Propri- etário	Arrend- atário	Parcei- ro	Ocupa- nte	N° estab	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	%	Área (ha)	Média (ha)	N° estab	%	Área (ha)
Total	1705	1404	202	21	55	280	194	69,29	21434	110,48	71	25,36	6319	89,00	13	4,64	962	74,00	2	0,71	X
Até 5 ha	239	200	13	-	21	2	-	-	-	-	2	100	X	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 a 10 ha	143	127	8	-	8	4	3	75,00	7	2,33	1	25,00	X	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 a 20 ha	213	187	20	1	5	12	6	50,00	30	5,00	5	41,67	53	10,60	1	8,33	X	-	-	-	-
De 20 a 50 ha	327	279	34	4	10	52	42	80,77	386	9,19	8	15,38	187	23,38	2	3,85	X	-	-	-	-
De 50 a 100 ha	185	148	26	7	4	38	22	57,89	410	18,64	10	26,32	430	43,00	6	15,79	326	54,33	2	5,26	X
De 100 a 200 ha	150	108	33	4	5	30	16	53,33	414	25,88	12	40,00	1236	103,00	2	6,67	X	-	-	-	-
De 200 a 500 ha	210	159	47	2	1	63	35	55,56	3841	109,74	27	42,86	3455	127,96	1	1,59	X	-	-	-	-
De 500 a 1000 ha	121	100	17	3	1	37	30	81,08	4862	162,07	6	16,22	945	157,50	1	2,70	X	-	-	-	-
De 1000 a 2500 ha	82	78	4	-	-	32	32	100	7049	220,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 2500 ha e mais	18	18	-	-	-	8	8	100	4435	554,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Produtor sem área	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, Tabela 822.

X: o IBGE desidentifica o dado quando é resultado de menos de 3 informantes.

Capítulo VIII. Dinâmica e lógicas da produção criatória: sobre os cálculos e o *comportamento econômico* do estancieiro

Neste Capítulo procura-se desvendar a dinâmica e as lógicas de desenvolvimento da atividade criatória nas estâncias, tendo em vista as transformações mais gerais do espaço social e das opções de lançamento de outras atividades mercantis no período considerado. Até agora se analisou como e em qual velocidade outras atividades mercantis foram incorporadas à estância, mas a dinâmica dessa incorporação também depende das avaliações acerca da atividade principal aí exercida: a criação de gados. Se a receita líquida ou em relação aos bens de consumo diminuir, há uma pressão para compensá-la de outro modo, seja alterando os sistemas produtivos extensivos, ou incorporando novas atividades, ou arrendando parte das terras, ou resignando-se mesmo a um padrão de consumo menor. No limite, temos a venda dos ativos fundiários e a reconversão total das trajetórias. Há, contudo, lógicas específicas de cálculo do estancieiro quanto à relação entre cultivos de cereais e criação, do mesmo modo que na relação entre preços do gado ofertado ao produtor e lógicas de abate. Assim, constitui-se um *comportamento econômico* do estancieiro, cuja direção está longe de ser óbvia. O vetor deste comportamento foi determinante na quebra do sistema de cooperativas-frigoríficos no início da década de 1990, orienta as políticas públicas de crédito atuais para o setor e o comportamento de seus representantes políticos no debate público e na disputa por maior parcela do produto social.

Para dar conta destas análises, o presente Capítulo está dividido em três seções. A primeira seção investiga as relações entre a agricultura e a pecuária nos imóveis estancieiros, como as influências ou não sobre a lotação animal e aos índices zootécnicos. De modo geral, importa considerar os diferentes períodos de valorização dos gados e analisar como as práticas e relações entre agricultura e pecuária se desenvolvem. Demonstra-se que os grandes proprietários não responderam à crise de preços dos gados na década de 1990 com a intensificação do sistema de criação, pelo contrário, tendo em vista os dados dos Censos Agropecuários, a maior lotação animal se deu em 1980, com 1,163 cabeça bovino/ha, e diminuiu na década de 1990. Do mesmo modo, o cultivo de cereais não

influencia no aumento da lotação, mas na melhora dos índices zootécnicos. As áreas de pastagens plantadas em meados da década de 1970 procuravam exatamente suprir a deficiência de pastagens no período do inverno, sendo esta prática substituída pelo cultivo de cereais e as pastagens que permanecem neste período do ano. Essa é a única e mais importante alteração técnica incorporada no sistema de criação estancieiro durante todo o período em análise.

Na segunda seção procuram-se desvendar as lógicas que orientam a lotação e a venda dos animais. Ou seja, as pressões em termos de padrões de consumo a serem perseguidos, as pressões do próprio sistema produtivo e da lógica de reprodução dos rebanhos, além do comportamento frente às alterações de preços ofertados ao produtor. Uma poderosa ideia dos modos de pensar os rebanhos é traduzida pela noção de *estoque*, no sentido de que se pode lançar mão de determinado número de animais quando houve necessidade monetária. Este é um dos elementos da racionalidade do *senhor de terras* em questão, uma vez que um estoque maior garantiria uma maior segurança em termos de manutenção dos padrões de consumo, mesmo que isso signifique abater um maior número de fêmeas acima das taxas de reposição de matrizes, para equilibrar as contas de suas famílias. A lógica que preside tal dinâmica de abates de animais faz os estancieiros, nos períodos de crises dos preços, participar de sua própria desgraça. Além disso, influencia na relação com os frigoríficos, determina o lançamento de políticas públicas de transferência e manutenção de níveis de renda e a ação de seus representantes políticos. De modo geral, as lógicas que presidem o comportamento econômico deste setor social constitui uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e conseqüente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado.

Na terceira seção investiga-se como tal força interna ao sistema estancieiro determinou a quebra da rede de frigoríficos coordenados pelo Instituto de Carnes desde de meados de 1940. Devido à incapacidade inerente ao sistema estancieiro em aumentar os efetivos de bovinos e a oferta aos mercados, as cooperativas-frigoríficos não resistiram à conjuntura econômica do final da década de 1980, vindo a pique, uma a uma. As medidas de controle da inflação do final da década de 1980 apenas desnudaram a extrema fragilidade do sistema frigorífico coordenado pelo Instituto de Carnes, que dependia de

enormes lucros para se tornar viável. Isso fulminou as cooperativas sob a batuta do Instituto de Carnes, que haviam funcionado até então com um determinado nível entre receitas, custos e taxa de ocupação entre 20 a 40%. O motivo central para as cooperativas terem se tornado inviáveis foi o fato de não conseguir aumentar as escalas de abate, pois ao contrário do que se poderia supor, em nenhum momento teve interrupção de demanda nacional ou internacional. A quebra das cooperativas de carne foi um sintoma da incapacidade do sistema criatório em aumentar a produção de bovinos e equilibrar a capacidade instalada, número de abates e a demanda.

1. A bovinocultura de corte como principal estratégia mercantil nos grandes domínios

No Capítulo anterior vimos que as lavouras tenderam a se concentrar nas grandes propriedades, cuja área de cultivo também aumentou. Inicialmente, com o desenvolvimento das lavouras mercantis, os proprietários internalizavam um maior número de famílias para suprir as necessidades de mão de obra. Além disso, o número de grandes proprietários que passou a incluir o cultivo de cereais entre suas estratégias econômicas aumentou, como se pode ver na Tabela 7 do Capítulo anterior; em 1965, apenas 36% dos proprietários indicaram no Cadastro do INCRA que possuíam lavouras mercantis; já em 2010, este índice sobe para 90% dos declarantes.¹⁹³ Mas, em relação ao sistema criatório, qual é a influência exercida pelos cultivos mercantis? Por exemplo, mesmo com a supressão de parte da área da pecuária, eles permitem ou não um aumento da lotação animal? Ao longo do período analisado, como são as taxas de lotação naqueles domínios que associaram ou não o cultivo de cereais?

Tendo em vista a drástica diminuição do preço real dos bovinos pago ao criador, desde o início da década de 1990, o rendimento por unidade de área também diminuía e, ao menos que um padrão menor de reprodução social fosse aceito pelas elites estancieiras, outras alternativas viam-se reforçadas enquanto estratégias econômicas que poderiam ser acionadas. No limite, há a alternativa da venda dos ativos fundiários e reconversão de trajetórias sociais. Uma das respostas a esta crise, como vimos, foi o arrendamento de

¹⁹³ Como se observa na Tabela 7: em 1965, em 49 imóveis, 31 deles foram classificados como “só pecuária” e 18 com “pecuária e agricultura comercial”. Em 2010, dos 49 imóveis considerados, somente 5 foram classificados como “só pecuária” e 44 imóveis com “pecuária e agricultura comercial”; de onde são referentes os valores em porcentagem da frase citada.

parcelas de terra ou o cultivo por conta própria de arroz e/ou soja. Mas, para além do uso alternativo da terra, a queda nos lucros por unidade animal comercializado poderia ser compensada pelo aumento da produtividade física de animais por área, ou seja, pela intensificação da atividade criatória, fazendo crescer o efetivo de animais. Nesse caso, ou os manejos extensivos de pastagens e dos animais teriam de ser alterados de modo a aumentar os rendimentos por área (sem, necessariamente, implementar lavouras), ou a expansão da agricultura nos domínios financiaria a melhoria de pastagens e manejos dos animais como forma de aumentar a lotação e rendimento; ou, uma combinação de ambos. Em qualquer situação, o sistema de criação extensivo teria, obrigatoriamente, que ser alterado. Assim, a resposta à “crise” de preços seria um aumento da oferta de animais no mercado de modo a perseguir os rendimentos monetários anteriores com uma maior produção.

Entretanto, não foi nessa direção que os grandes proprietários de terra orientaram suas práticas produtivas. A lotação animal por área de pastagem não aumentou após 1990, como se pode ver na Tabela 19.

Tabela 19. Área de pastagens e lotação animal em relação às lavouras temporárias em São Gabriel

Censos	Pastagens		Bovinos		Nº bovinos/ área de pastagens	Lavoura temporária	
	Área (ha)	Índice	Nº total	Índice		Área (ha)	Índice
1950	481.367	100	317.107	100	0,659	17.548	100
1960	465.743	97	309.068	97	0,664	35.781	204
1970	507.241	105	451.630	142	0,890	30.300	173
1975	505.803	105	469.358	148	0,928	56.190	320
1980	438.452	91	509.948	161	1,163	85.888	489
1985	427.542	89	456.191	144	1,067	89.973	513
1995	424.215	99	438.196	138	1,033	68.243	389
2006	280.776	58	293.898	93	1,047	80.802	460

Fonte: Censos Agrícolas de 1950, 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

Mais que isso, a lotação não só não aumenta a partir dos anos de 1990, como ela diminui em relação ao Censo de 1980. Como se pode observar, em 1980 é quando há o registro de maior número de animais por área de pastagem entre todos os demais Censos, atingindo 1,163 cabeça animal/ha. Até então, há uma tendência crescente de aumento da lotação animal, saindo de 0,659, em 1950, para 0,664, 0,890 e 0,928 em 1960, 1970, 1975, respectivamente. Depois, já no Censo de 1985, a lotação animal cai para 1,067, e em 1995,

cai ainda mais para 1,033, voltando a apresentar um leve aumento no Censo de 2006, com 1,047 cabeça animal/ha. Portanto, deve-se excluir de imediato a hipótese de que os grandes proprietários de terra tenham respondido à já referida crise com a intensificação do sistema criatório. De fato, o maior aumento da lotação ocorre entre 1950 e 1980, incrementada em 0,504 cabeça animal/ha, posteriormente jamais alcançada novamente.

Deve-se perceber também que é neste período de maior lotação que há o maior número absoluto de rebanho no município, atingindo o índice de 161. Neste aspecto, o número total de animais segue a dinâmica observada quanto à lotação por área; com exceção do Censo de 1960, em que o número de bovinos reduz em relação ao de 1950 e segue, neste sentido, a diminuição da área de pastagem na exata medida (índice 97 nos dois casos), os demais registram aumento até 1980 e, depois, a progressiva diminuição. A maior área de pastagem fora registrada nos Censos de 1970 e 1975, em que o número absoluto de bovinos aumenta em 6%. Mas mesmo com a diminuição de 14% da área de pastagem em 1980, em relação ao Censo anterior, o número absoluto de rebanho aumentou 13%; a partir de então o número total de bovinos cai progressivamente e atinge, em 2006, um número 7% menor do que o número total do rebanho registrado no Censo de 1960. Ou seja, os ganhos por área se dão até 1980, e caem a partir de então a uma velocidade levemente superior à perda de área total de pastagem, com exceção de 2006.

Quanto ao aumento das áreas com culturas temporárias, a rigor, não há relação direta com a lotação animal por ha, muito menos com a formação de áreas de pastagens permanentes, na hipótese de reconstituição de pastagens degradadas ou melhoramento das existentes. Tendo em vista que a partir de 1975 são as áreas de lavouras acima de 20 ha que crescem, como já abordado na seção anterior, a maior área ocupada com culturas temporárias ocorre em 1985, atingindo o índice de 513, quando a lotação de cabeças de bovinos por ha já começa a diminuir. O aumento ou diminuição da lotação está mais relacionado com a área de pastagem do que com a das culturas temporárias.

Antes de questionarmos qual a lógica que preside tal dinâmica de diminuição da lotação justamente nos períodos de crise e da relação com as áreas de cultivo, é importante perceber como estas dinâmicas se processam em imóveis que possuem ‘somente pecuária’ e aqueles que associaram as lavouras, como se pode perceber na Tabela 20, a partir da amostra de imóveis pesquisados no Cadastro do INCRA.

Tabela 20. Índices de ocupação do solo e lotação animal em imóveis que possuem ‘somente pecuária’ e em imóveis com ‘pecuária e lavouras mercantis’

Ano	Imóveis somente pecuária		Imóveis com pecuária e agricultura comercial						Média geral		
	Nº de imóveis	% da área total com pastagem	Cabeças de bovinos/ Área de pastagem	Cabeças de bovinos/ Área total dos imóveis	Nº de imóveis	% da área total com pastagens	% da área com agricultura	Cabeças de bovinos/ Área de pastagem	Cabeças de bovinos/ Área total dos imóveis	Nº de cabeças de bovinos/ Área de pastagem	Nº Cabeças de bovinos/ área total dos imóveis
1965	31	95,00	0,91	0,74	18	88,00	3,20	1,00	0,87	0,95	0,80
1972	57	94,08	1,01	0,95	54	82,07	10,50	1,00	0,81	1,00	0,88
1978	34	90,69	1,03	0,94	44	78,04	9,40	1,06	0,84	1,05	0,89
1992	17	87,19	1,13	0,98	31	73,12	14,00	1,15	0,79	1,14	0,91
2010	5	80,58	1,42	1,15	44	60,03	28,70	1,18	0,71	1,30	0,93

Fonte: Cadastro do INCRA, 1965, 1972, 1978, 1992 e 2010

Inicialmente, deve-se assinalar que os números relativos à lotação, declarados ao INCRA, são maiores do que aqueles registrados pelo IBGE. É importante lembrar que estes dados são resultado de declarações de próprio punho dos grandes proprietários, cujos formulários são entregues no INCRA. É bem provável que haja um fator da luta política traduzida nestes dados. Ora, aos estancieiros, o INCRA aparece como o responsável pela desapropriação de imóveis para a realização de reforma agrária, especialmente nos imóveis que não atinjam os mínimos de produtividade previstos em lei.¹⁹⁴ Assim, o mais esperado seria que tais números fossem sobre-estimados nas declarações, nunca o contrário. Mas, se por tais motivos a justeza destas informações pode ser colocada em suspeição, mesmo assim, o que é possível concluir sobre a lógica que preside a declaração dos dados nos

¹⁹⁴ Pouco importa, aqui, a discussão sobre o caráter da ação prática do Estado brasileiro quanto às desapropriações de terra, no sentido de que não constituem numa política de reforma agrária, mas uma política de implantação de projetos de assentamentos, pois o que orienta a ação Estatal é a realização de desapropriações em momentos de tensão social e por serem caracterizadas topicamente, e não um conjunto de medidas articuladas que visem à alteração da estrutura fundiária; sobre isso ver uma crítica em Da Ros (2006). No contexto social analisado, importa perceber que “INCRA” e “reforma agrária” são sinônimos de “expropriação” de terras. E desde que esta ameaça se constituiu com algum grau de possibilidade de efetivação, os estancieiros respondem a tal conjuntura com um variado repertório de ações, indo da ação coletiva a alterações em sistema produtivos em seus domínios, como declarou ao autor Manoel, estancieiro no município estudado: “Eu comecei a plantar arroz por volta de [19]62... nós estávamos enfrentando um problema sério de desapropriação; o Leonel Brizola, então Governador do Estado, queria desapropriar. Aí meu pai me chamou e disse assim: ‘vou te dar um tanto de terra e você vai comprar trator e vai plantar arroz’. Isso porque eles [o Governo de Brizola] tinham uma mentalidade de que a terra tinha que ser agricultada e não [ter] somente pecuária. Aí eu comecei. Fui bem, fui crescendo. Depois veio a revolução de 64 e as coisas se normalizaram. Mas o arroz continuou crescendo a ponto de que num determinado momento a gente já tinha uma indústria [de beneficiamento do arroz] aqui em São Gabriel e outra em Uruguaiana”. (Entrevista concedida ao autor em 11/07/2011).

formulários do INCRA? Ou seja, a análise qualitativa de tais informações é mais importante do que a exatidão dos dados numéricos informados.

Não é pouco o que se pode concluir. Primeiro, no que se refere à lotação de cabeça animal por ha, certamente ela não é maior do que o indicado, mas tende a ser menor e mais próxima daqueles informados pelos Censos; mesmo assim, não representam nenhuma excrescência quando em comparação com os dados do IBGE, são relativamente próximos; por exemplo, nenhum deles dobra de valor em relação aos da Tabela 19. Segundo, se compararmos o ‘número de cabeças de bovinos/área total dos imóveis’ de ambas as classificações na Tabela 20, vemos que elas se dão em sentido inverso. Ou seja, os imóveis ‘só pecuária’ informam que o número de animais pela área total do imóvel aumenta, enquanto que os imóveis com ‘pecuária e agricultura comercial’ informam que o número de animais pela área total do imóvel diminui. Quer dizer, aqueles que preencheram os formulários do INCRA expressam que a ocupação de terras com cultivos comerciais implica em redução do número total de animais em seus domínios - mas não por unidade de área de pastagem. Em outras palavras, significa que as lavouras não influenciam no aumento do efetivo total de animais, que é deprimido, nem no aumento significativo da lotação por unidade de pastagem, sendo menor para o ano de 2010, quando em comparação com os imóveis que possuem somente a atividade criatória.

A principal conclusão da Tabela 20 consiste nisto: o aumento da área de lavoura implica na redução do número absoluto de animais nas propriedades e não influencia significativamente para aumentar a lotação animal por unidade de área nas pastagens. Mas, então, por que os estancieiros entrevistados expressaram que era importante arrendar alguma parcela de terra para poder ter pastagem plantada durante o inverno? Justamente para reduzir as perdas em termos de peso e mortalidade dos animais durante esta fase do ano, que, em outros períodos, possuem apenas outras áreas de pastagens como fonte de alimentos. Apesar de que, além da melhoria da oferta da alimentação em período considerados críticos, outros fatores são fundamentais para o aumento dos índices zootécnicos dos rebanhos – como controle de doenças e melhoria nos sistemas de manejo – a possibilidade de dispor de pastagens artificiais no período de inverno foi considerado por todos os estancieiros entrevistados nesta pesquisa como um aspecto central para este objetivo. Como argumentaram ao autor estes dois estancieiros:

Apesar de eu não ter um bom índice de produtividade [da soja] até agora, ela que possibilita que eu possa fazer uma agricultura moderna na propriedade, uma pecuária moderna na propriedade, porque a soja viabiliza economicamente a pastagem. Se não é a soja, eu não consigo ter uma pastagem econômica. Então, apesar da soja lá em casa ainda não ter índices altos de produtividade, para a propriedade ela é muito benéfica porque viabiliza as pastagens, que por sua vez viabilizam o aumento da produtividade dos animais (Rogério, 62 anos)

*

Não é fácil, a mortalidade ainda é grande porque é aquela história: o que o verão dá o inverno tira e cobra juros. Não é fácil, a repetição de cria é difícil, pelo próprio manejo, e pelas próprias condições das propriedades. O Pedro e o Paulo, por exemplo, estão em um estágio bem mais avançado do que eu. Eles têm bastante agricultura já há muito mais tempo, os campos melhores, mais extensão. Então tem mais condição de imprimir uma pecuária mais avançada, consegue uma maior taxa de natalidade, consegue diminuir a mortalidade (Atílio, 56 anos).

No período em análise os índices zootécnicos melhoram consideravelmente, como se pode observar na Tabela 21.

Tabela 21. Índices de desenvolvimento da pecuária bovina: animais nascidos, comprados, vitimados, abatidos e vendidos

Censo	Total – Rebanho (%)	Nascidos		Comprados (%)	Vitimados		Em relação aos "nascidos"		Abatidos (%)	Vendidos	
		%	Diferença		% em relação ao "Total"	Diferença em relação ao total	%	Diferença		%	Diferença
1960	100	15,59	-	-	3,95	-	25,32	-	0,59	-	-
1970	100	18,54	2,95	-	2,77	-1,18	14,92	-10,40	-	10,88(1)	-
1975	100	16,85	-1,69	4,56	1,85	-0,91	10,99	-3,93	0,34	13,95	3,07
1980	100	18,39	1,54	6,27	1,53	-0,32	8,32	-2,66	0,35	12,68	-1,26
1985	100	17,15	-1,24	7,53	2,07	0,54	12,05	3,72	0,52	18,64	5,95
1995/96	100	20,40	3,25	7,93	1,25	-0,81	6,15	-5,90	0,57	21,11	2,48
2006	100	23,34	2,94	7,19	1,51	0,25	6,45	0,30	1,90	23,40	2,28

Fonte: Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006.

(1) O Censo de 1970 somou os animais “abatidos” e os animais “vendidos”.

Os dados relativos aos ‘nascimentos’, animais ‘comprados’, ‘vitimados’ - que morreram ou foram sacrificados devido à ocorrência de doenças, acidentes ou por falta de alimentação, sendo incluídos os animais de até 1 ano e de 1 ano e mais -, ‘abatidos’ – para

consumo nos estabelecimentos -, e ‘vendidos’, podem sofrer importantes variações de ano para ano, independentemente de melhorias advindas diretamente da ação humana. Como os dados colhidos pelo IBGE são pontuais relativos ao ano pesquisado, o excesso de chuva, frio, a ocorrência de secas e outros motivos naturais podem causar a queda de tais índices se, nestas ocasiões, o IBGE colher os dados a campo. Entretanto, pode-se observar na Tabela 21 uma nítida tendência ao longo dos anos, que não se expressaria se alguma calamidade natural estivesse ocorrendo no momento da coleta das informações.

O índice de ‘nascidos’ sobe 2,95% entre 1960 e 1970, para 18,54% do rebanho, sendo ultrapassado novamente somente em 1995/96 e em 2006, quando atinge 20,40% e 23,34% do rebanho total, respectivamente. Por coincidência ou não, deve-se lembrar que o Cadastro do INCRA registrou em 1972 o maior número de imóveis com ‘pastagem plantada’, num total de 34,23%, como se pode ver na Tabela 6, sendo que diminui progressivamente enquanto sobe aqueles com áreas ocupadas com arroz e soja.

Em relação aos animais ‘vitimados’, há uma progressiva queda deste índice, com exceção de 1985 e o ligeiro aumento de 0,25% em 2006, em relação ao rebanho total. Deve ser destacado também o impressionante número de animais ‘vitimados’ em 1960, correspondendo a 3,95% do rebanho total, equivalente a 25,32% do total dos nascidos! Esta taxa cai progressivamente até 1980, que se somada corresponde de 2,41% do rebanho total que se deixava de perder por morte, ou equivalente a um ganho de 17% de nascidos. A menor taxa de animais vitimados é registrado no Censo de 1995/96, correspondendo a 1,25% do rebanho total. Já em 2006, esta taxa correspondia ao índice atingido em 1980, na casa dos 1,5% do rebanho total.

Assim, tendo em vista as conclusões que se pode tirar da Tabela 20, com dados do Cadastro do INCRA, das Tabelas 19 e 21, com dados do IBGE, e dos dados de entrevista realizados com os grandes proprietários, as áreas de pastagens plantadas funcionam como “apoio” ao pastejo extensivo realizado, sobretudo, em áreas de pastagens naturais. Estas pastagens plantadas, em meados dos anos de 1970, eram constituídas, principalmente, pela plantação de espécies forrageiras sem relação com as lavouras de arroz e soja. Progressivamente, com o aumento das áreas de lavouras e do número de imóveis que as internalizavam, foram estas mesmas áreas que passaram a cumprir este papel de “apoio”

para o pastejo extensivo, seja sobre a *soca do arroz* ou pela constituição de pastagens na *resteva* das áreas da soja.

E esta é a única e a mais importante alteração técnica durante todo o período analisado no sistema de criação estancieiro. Ao menos é isto que parece indicar a Tabela 22.

Tabela 22. Inseminação artificial, transferência de embriões e confinamento¹⁹⁵

Censo	Inseminação artificial		Transferência de embrião		Estabelecimentos acima de 50 cabeças de bovinos			
	Nº de estabelecimentos	Nº de vacas	Nº de estabelecimentos	Nº de vacas	Nº total de cabeças	Nº de cabeças de bovinos confinados	Nº de estabelecimentos sem animais confinados	Nº de estabelecimentos com animais confinados
1980	144	-	-	-	-	-	-	-
1985	129	-	-	-	-	-	-	-
2006 (1)	75	20.809	6	581	277.006	1.833	583	13

Fonte: Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 2006 - Tabelas 935 e 919.

(1) Todas as informações desta tabela são referentes a estabelecimentos com mais de 50 cabeças de bovinos, no caso do Censo Agropecuário de 2006.

“-” o travessão indica que o dado não foi objeto de questionamento pelo IBGE nos Censos de 1980 e 1985.

Entre 1980, 1985 e 2006, diminui o número de imóveis que declaram realizar inseminação artificial nas vacas, passando de 144, 129 e 75, respectivamente. No Censo de 2006, somente 6 estabelecimentos informaram realizar transferência de embrião, num total de 581 vacas. Entretanto, para a demonstração do argumento, mais importante ainda é o fato de que somente 13 estabelecimentos possuem animais em confinamento, de um total de 583, representando 2,23%. Nestes estabelecimentos, apenas 1.833 bovinos são confinados, de um total de 277.006, equivalente a 0,66% dos bovinos. Sem dúvida nenhuma o sistema de pastejo extensivo é largamente dominante.

Definidas as relações entre as entre a agricultura e a pecuária nos imóveis estancieiros e demonstrada a permanência do sistema extensivo como amplamente dominante, resta ainda desvendar as lógicas que orientam a venda dos animais. A esta questão se dedica a próxima seção.

¹⁹⁵ A ausência de dados relativos ao Censo Agropecuário de 1995/96 nesta Tabela se dá porque estas questões não foram localizadas no banco de dados do IBGE, nem mesmo com a ajuda dos técnicos do Instituto em Porto Alegre.

2. Da lógica entre as vendas para abate e preços ao produtor: rigidez da oferta e o comportamento econômico estancieiro

Se observarmos a Tabela 21, veremos que o Censo de 1980 registra que houve um recuo de 1,26 % na venda de animais em relação ao total de bovinos, quando em comparação com as vendas efetuadas no Censo anterior. Na Tabela 19, vimos que este mesmo ano corresponde à maior lotação animal por unidade de pastagem e ao maior efetivo animal de todo o período analisado no município. É, também, em 1979 e 1980 que foram praticados os maiores preços reais pagos ao produtor da série histórica presente no Gráfico 1, do Capítulo IV. Mas, então, teoricamente, o mercado não estaria gerando um estímulo para os estancieiros aumentar as vendas para aproveitar os bons preços ao invés de diminuir a oferta? O comportamento não deveria ser o contrário do observado na Tabela 21? Pois tendo mais gado, uma maior lotação e um bom preço, conseqüentemente se teria uma maior venda de animais. O aumento de preços gera um comportamento contrário do esperado? De fato, a lógica que preside as decisões dos estancieiros não é tão reta assim e não parece ter como único estímulo a alta dos preços; talvez, nem seja a principal.

As decisões sobre o fato de se vender um maior ou menor número de animais dependem de uma série de fatores. Independentemente de fatores “externos à estância”, há um crescimento anual do rebanho que precisa ser reequilibrado com a venda de certo número de cabeças para que as que nascem possam encontrar pastagem suficiente para seu desenvolvimento. Ou seja, há um fator interno à criação que obriga a venda de parte do rebanho, caso contrário todos os animais estarão sujeitos ao emagrecimento e, em último caso, à morte. Como vimos, este número de animais que deve, obrigatoriamente, ser vendido depende muito das condições em que o rebanho está submetido em termos técnicos, de manejo e de doenças; de modo que esta pressão interna varia. Mas, também, depende do grau de lotação na estância, de modo que as pastagens podem estar “despovoadas” por diferentes motivos e, assim, apresentar espaço para o aumento dos efetivos. Por outro lado, pode haver o contrário, no sentido das pastagens já estarem suportando o máximo de lotação, de acordo com o estágio técnico de cada criação específica. Dependendo das margens de manobra em termos de pastagens disponíveis, a estância pode absorver, até certo ponto, esta pressão interna. Por exemplo, em 1980, conforme a Tabela 21, o número de animais nascidos aumenta em 1,54%, o número de

animais vitimados cai 0,32%, e mesmo assim o número de animais vendidos também cai 1,26%; significa que o rebanho aumenta, por estes índices, o equivalente a 3,13% em números absolutos.

Entretanto, o criador pode avaliar que a cessão de terras para a agricultura comercial (em arrendamento ou não) proporciona maiores lucros por unidade de área do que se obtinha com o gado. Nesse caso, ocorrerá uma diminuição absoluta dos efetivos, uma vez que, como demonstrado na seção anterior, as terras de agricultura não influenciam no aumento da lotação nas áreas de pastagens, mas melhoram os índices zootécnicos dos animais que lá já estão. Obviamente, o contrário também é verdadeiro.

Mas, juntamente com a taxa variável de pressão interna devido o nascimento de animais e índices zootécnicos e deste elemento de cálculo do parágrafo anterior, há um outro poderoso critério que o produtor busca atender com a venda de animais: seus padrões de consumo. Com o preço ao produtor mais alto, uma quantidade menor de cabeças é necessária ser ofertada no mercado para se obter o padrão de consumo almejado; com o preço ao produtor mais baixo, uma quantidade maior de cabeças é necessária ser ofertada no mercado para se obter as mesmas mercadorias de consumo. Ainda, o padrão de consumo socialmente aceito se altera no decorrer do tempo e pode aumentar, o que exigiria maior comercialização de animais. Também, não devem ser descartados os motivos políticos para se diminuir a oferta de animais no mercado, enquanto ação coletiva do patronato rural, no sentido de gerar pressões sobre o Estado acerca de reivindicações diversas; por mais que esta possibilidade seja limitada e contrabalançada pelas demais circunstâncias abordadas acima.

De todo modo, parece haver uma tendência de que o efetivo animal dos domínios seja encarado pelo estancieiro através da ideia de *estoque*. *Estoque* foi como vários de meus entrevistados se referiram aos efetivos de animais que seus pais e/ou eles próprios tinham em suas propriedades. Essa ideia está relacionada com uma noção de segurança e poupança, no sentido de que do *estoque* se pode lançar mão quando há na família a necessidade de maiores recursos monetários.¹⁹⁶ No próximo Capítulo esta ideia voltará a

¹⁹⁶ Na verdade, não é só entre os estancieiros que esta ideia do *estoque* aparece. Quando eu conversava com um pequeno comerciante sobre os estancieiros da região, ele se referia aos proprietários de modo a dizer que “aquele tem um grande *estoque* de gado”. Ou ainda, o porteiro do Clube Comercial, que em conversa declarou que, antigamente, ali no Clube os grandes proprietários de terra faziam altas apostas nas rodas de

ser abordada como uma das formas de pensar o efetivo animal na estância que foi preciso romper para “não quebrar” economicamente, conforme a declaração de um caso específico que será analisado. Por hora ela é importante para a abordagem sobre as decisões de venda de um maior ou menor número de cabeças de animais e as possíveis relações investigadas entre níveis de preços e abates.

Sem descuidar dos variados motivos que podem existir para a venda de animais, as informações que os Censos Agropecuários fornecem, como visto acima, indicam que, de certo modo, nos momentos de alta dos preços, há um desincentivo quando à venda, pois os níveis de rendimentos esperados são alcançados com menor número de animais vendidos. Mas o cruzamento entre total de efetivos de animais de uma região ou município e nível de preços não é o melhor indicativo desta prática, justamente porque é difícil de “separar” o conjunto de motivos que podem levar a uma maior ou menor venda de animais em determinado ano. O melhor índice é aquele em que se possa constatar a venda de determinadas categorias de animais, como, por exemplo, o de fêmeas. Ou seja, se considerarmos que metade dos nascimentos em um ano são de fêmeas, o produtor teria que manter na propriedade parte delas para substituir as matrizes que já estão velhas, ou apresentam problemas de fertilidade, etc. Por estes mesmos motivos a venda de matrizes não poderia exceder a um determinado patamar, pois caso contrário se estaria vendendo a capacidade reprodutiva do próximo ciclo reprodutivo; um pouco como se o dono de uma fábrica vendesse suas máquinas, ou bens de capital, produtoras das mercadorias que busca realizar no mercado. Desse modo, se o rebanho é considerado *estoque* que deve atender aos padrões de consumo, é possível que em períodos de baixa dos preços os produtores vendam um maior número de fêmeas para tentar equilibrar as contas de suas famílias. Talvez, isso não seja a regra em todas as situações, sobretudo quando os rendimentos da pecuária, mesmo em queda, ainda são considerados satisfatórios para manutenção dos estilos de vida e consumo; nesse caso, reduzir-se-ia a poupança monetária bancária.

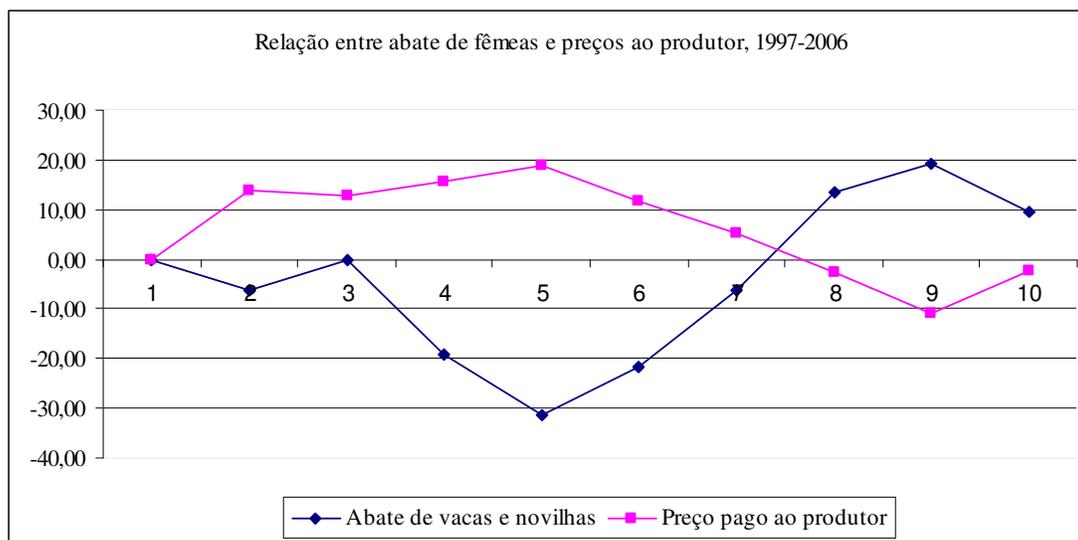
Entretanto, em períodos considerados críticos, ou o produtor contrai empréstimos bancários para financiar os gastos de consumo próprios e de sua família, esperando saldá-los futuramente com o possível aumento do preço do gado, ou a venda de um número maior

jogo e, se perdessem, no outro dia estavam lá novamente, pois o “*estoque* de gado era grande” em suas estâncias e isso os permitia margens de manobra para o pagamento das dívidas de jogo.

de fêmeas constitui-se como uma das poucas formas de mobilização de recursos para fazer frente à queda das receitas monetárias.

De fato, é exatamente essa situação que pode ser identificada no Gráfico 2, a partir da relação entre o abate de fêmeas e preços do kg/peso vivo de bovinos pagos ao produtor, ambos para o estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 2. Abate de fêmeas e preços pagos ao produtor, entre 1997-2006 no Rio Grande do Sul.



Fonte: para os preços, Viana et al. (2009). Para os abates, IBGE, Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, Tabela 1092¹⁹⁷.

No Gráfico 2, o ponto ‘1’ corresponde ao ano de 1997 e o ponto ‘10’ ao de 2006, sendo os demais os anos intermediários. As duas linhas são hermeticamente opostas enquanto tendências de desenvolvimento. Se o preço sobe, o abate de vacas e novilhas cai. Se o preço cai, o abate de vacas e novilhas sobe. Essa foi regulamente a tendência no período dos 10 anos apresentados no Gráfico. Isso significa afirmar que, nos períodos de crise dos preços, os pecuaristas contribuem para aprofundar e prolongá-la ainda mais, uma vez que a venda de matrizes e novilhas, dependendo do nível em que é realizada,

¹⁹⁷ Os dados fornecidos pelo IBGE são mensais e, desde 1997, para as unidades da federação. A referida Tabela é montada a partir do conjunto de estabelecimentos com inspeção sanitária informantes dos abates. As categorias animais informadas são ‘bois’, ‘vacas’, ‘novilhos’, ‘novilhas’ e ‘vitelos e vitelas’. O problema é que, nem sempre, há, no mínimo, três estabelecimentos que informam o abate de ‘vitelos e vitelas’ e isso faz com que o Instituto não registre os dados nem desta categoria de abate, nem do de ‘novilhas’, pois entra no critério da necessidade da desidentificação. Nesses casos em que não se informou o abate de novilhas em algum mês do ano, optei por permanecer com a média e relação do abate entre as categorias animais dos demais meses para constituir as médias anuais apresentadas no Gráfico 2.

compromete a capacidade produtiva dos ciclos futuros de reprodução dos animais, deixando de vender mais animais quando os preços melhoram. É como se, para apelar para uma imagem não muito recomendável, a água estivesse batendo em seus pescoços e, ao invés de levantar a cabeça para suportar um pouco mais a subida do nível de água, eles acabassem por afundá-la de vez.

Este, na verdade, é um antigo problema conhecido e reconhecido tanto pela bibliografia especializada¹⁹⁸, por mais que muito pouco demonstrado, quanto pelas entidades políticas de representação dos criadores e pela política pública Estatal. Por exemplo, em 2004 e 2005, o preço pago ao produtor caiu, em comparação com os anos anteriores, gerando protestos da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), nos quais a entidade se dizia,

[...] preocupada com a necessidade de venda de matrizes para que os produtores consigam se manter capitalizados. ‘Em 2004, a CNA esteve apreensiva com o nível de abate de fêmeas, que chegou a 35% do total dos abates do ano anterior, bem acima da média de 20% a 23%’, ressaltou ontem o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da entidade, Antenor Nogueira. ‘Neste ano, a situação piorou, com o abate de matrizes atingindo 50% do rebanho’. O dirigente também considera expressiva a queda na cotação do boi gordo, que de R\$ 62,00 no começo de 2004, baixou para R\$ 58,00 no mercado paulista. Em reunião com o Ministério da Agricultura, a CNA sugeriu a criação de linhas de financiamento, a fim de se conter o número de abates de matrizes, contribuindo para a manutenção dos índices de crescimento do rebanho nos níveis dos anos anteriores (Correio do Povo, 11/03/2005).

Tem-se nessa citação de jornal, todos os elementos da lógica entre preços e abate de fêmeas, a mobilização da principal entidade dos *senhores de terra* e a pressão sobre o Estado para a formulação de política pública com o objetivo de garantir o padrão de consumo destas elites. Porque é disto que se trata: garantia da manutenção dos níveis de rendimento aos setores sociais dominantes em momentos nos quais os preços de mercado

¹⁹⁸ Ver Pesavento (1980a) que comenta sobre o abate de matrizes como sendo um comportamento dos estancieiros desde o século XIX. Já, Torres (1983, p. 89-91) aborda sobre a venda de matrizes como prática generalizada no período entre 1920 e 1940, argumentando ser [...] evidente que uma taxa de abate superior ao da reprodução natural do gado torna-se imediatamente descapitalizadora”. Só que o autor identifica essas fases de venda indiscriminada de fêmeas nos períodos de aumento dos preços e não nos de queda. Ou Torres errou rotundamente em sua análise, ou o período que ele analisa é de recuperação do poder de consumo das elites estancieiras, o que poderia ocasionar que, na ânsia de recuperar os padrões de vida perdidos, os criadores tenham ofertado mais animais no mercado.

não os fazem; quando se trata de garantir seus lucros, a retórica do livre mercado ou “estado mínimo” perde sentido... E o mais impressionante é que parece ser nesses períodos de baixa de preços ao produtor quando aumenta as exportações de carne brasileiras. A mesma reportagem citava que, em comparação com o ano de 2004, nos dois primeiros meses de 2005, as exportações de carne haviam crescido 30%.

Se o presidente do Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte da CNA tiver razão quanto aos níveis adequados para o abate de fêmeas, que segundo a reportagem citada deveria permanecer entre 20% a 23% do total dos abates, então a pecuária do Rio Grande do Sul no período entre 1997 e 2006 nunca atingiu os níveis aceitáveis como adequados, sendo 31,84% o menor índice registrado, em 2001.¹⁹⁹ Quando em 2005, a CNA desencadeia as ações citadas, tendo em vista que o abate de fêmeas tinha atingido 50%, o índice, no mesmo ano, no Rio Grande do Sul atingia 51% - ver nota de rodapé anterior.

Já, em fases de alta dos preços, o comportamento dos criadores é o inverso. Vale a pena citar longamente trechos de uma análise da Revista AgroAnalysis da Fundação Getúlio Vargas/São Paulo (FGV) sobre o mercado da pecuária de corte no ano de 2010, cujo título é *Brasil – Virada no ciclo da pecuária*:

Em 2010, a **situação de liquidez dos criadores melhorou** com a retomada das exportações das carnes brasileiras e do acesso ao crédito nos níveis pré-crise financeira global. **A oferta de bovinos para abate esteve abaixo da esperada.** Com a disponibilidade ajustada, **os frigoríficos encontram dificuldades para comprar animais, e os preços se firmaram.** A capacidade de abate está elevada, por causa dos altos investimentos em plantas de abate de bovinos antes da crise de 2008 e pelo fato de as unidades deixarem de operar com a falta de matéria-prima. O rebanho se recompõe de forma lenta.

A valorização dos preços do boi gordo no mercado interno reflete o expressivo aumento na taxa de abate de matrizes nos últimos anos. **Sem renda suficiente, os pecuaristas abateram boa parte do rebanho, a maioria de fêmeas. Em anos normais, o abate de fêmeas oscila entre 22% e 25%.** Há três anos, no entanto, esse índice atingiu o pico de 47%. [...].

¹⁹⁹ Pela tradução em número reais os dados do Gráfico 2, pode-se ver na tabela abaixo que o menor índice corresponde ao ano de 2001, com 31,84%.

Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Abate de vacas e novilhas (%)	45,05	42,28	44,82	36,32	31,84	34,95	40,33	48,29	51,00	46,10
Preços reais pagos ao produtor R\$	1,9	2,16	2,14	2,2	2,27	2,11	1,97	1,82	1,67	1,81

O melhor sinal de investimento na criação é emitido pela maior retenção de matrizes, com tendência de crescimento depois de 2006 quando, em junho, o valor deflacionado da arroba em São Paulo atingiu o menor patamar em mais de 30 anos. [...] Depois dos abates acelerados de fêmeas em 2006 e 2007, a pecuária brasileira sente o reflexo da redução de bezerros, com preços elevados para animais de engorda. A recomposição do rebanho deve levar pelo menos mais tempo, com as cotações de bezerros em patamares elevados (Agroanalysis, 2010)²⁰⁰ – os destaques em negrito são meus.

Com o aumento dos preços ao produtor, este pode diminuir a oferta de animais, o que, por outro lado, gera um problema para os frigoríficos que são obrigados a aumentar ainda mais o preço ao produtor se quiserem ter gados para abater. Já, em período de baixa dos preços, que obriga os pecuaristas a aumentar a oferta de fêmeas, provoca uma redução dos bezerros no ciclo seguinte, quando o produtor poderia conseguir altos lucros com a venda de bovinos em períodos de alta dos preços.

Como vimos, no caso da CNA, as pressões sobre o Estado recaem no sentido de que ele deve financiar os momentos em que o preço cai, desincentivando os criadores a vender matrizes. É exatamente este o objetivo de uma linha de crédito disponibilizada pelo Banco do Brasil chamada “Investimento Agropecuário Tradicional”, que disponibiliza um teto de R\$ 300 mil/beneficiário/safra e até R\$ 750 mil para a aquisição de matrizes e reprodutores de bovinos e bubalinos, com prazo de pagamento de 5 anos e carência de 18 meses, com taxas de juros de 6,75% no Plano Safra 2011/2012, baixado para 5,5%/ano no Plano Safra 2012/2013.²⁰¹ De fato, a maior tomada deste empréstimo é nas baixas de preços do gado, quando as elites pecuaristas podem tomar financiamento para custear seus padrões de consumo e não vender as matrizes.²⁰²

Todavia, essa lógica particular das elites pecuaristas de administrar suas receitas e o orçamento familiar, gera críticas por parte de outros setores sociais, o que exige que elas

²⁰⁰ O artigo pode ser encontrado em: http://www.agroanalysis.com.br/especiais_detalhe.php?idEspecial=82&ordem=7

²⁰¹ Na ocasião do lançamento do Plano Safra 2011/2012, o então Ministro da Agricultura Wagner Rossi, argumentou: “O programa também dá mais segurança ao pecuarista que, há cinco, seis anos atrás, precisou vender suas matrizes para fazer caixa por causa dos baixos preços praticados nesse período”; disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/plano-agricola-e-pecuario-20112012-inclui-linhas-de-credito-para-aquisicao-de-matrizes-e-reprodutores/>. Sobre o Plano Safra 2012/2013, ver: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/plano-agricola-pecuario-2012-2013>

²⁰² Estas informações me foram passadas em entrevista pelo Gerente da Agência do Banco do Brasil do município de São Gabriel, concedida em 21/07/2011 .

sejam respondidas. Particularmente provocado por tais críticas, o Presidente do Sindicato Rural de São Gabriel respondeu da seguinte forma, em artigo intitulado *Venda de matrizes, um sintoma que vem do campo*²⁰³, publicado em setembro de 2010. A seguir, seguem alguns trechos do referido artigo:

Nesta semana, a **imprensa especializada** na cobertura de temas relativos ao agronegócio tratou com destaque o alto índice de comercialização de matrizes na bovinocultura [...].

A forte incidência de venda de matrizes que ainda se registra por todo o Brasil tem sido tratada por certa cobertura jornalística com **um tom de surpresa, de quase escárnio**, como se fosse um sintoma de alguma espécie **de incompetência inata do produtor**. Aqui e ali, pode-se quase ler nas entrelinhas das análises de alguns economistas, confortavelmente instalados em seus escritórios com ar-condicionado: “Como é que estes fazendeiros matam sua galinha dos ovos de ouro? Que necessidade tem disso um setor tão forte da economia?”

O que talvez não tenha ocorrido a muitos ‘analistas’ do mercado rural é que o **produtor rural não vende uma matriz porque quer, ou porque tenha alguma inclinação suicida**. Ao invés de servir para reforçar um preconceito desinformado contra o setor, este triste cenário deveria alertar para um **fato que tem sido denunciado ano após ano** pelas principais lideranças rurais de todo o país, sem qualquer tipo de eco na mídia: **o produtor rural brasileiro está sufocado, sem renda, endividado**, e muitas vezes o que lhe resta é abrir mão de sua ‘poupança de futuro’ – as matrizes – para poder honrar compromissos.

Em casos mais extremos, **tem produtor vendendo fêmeas com prenhes positiva para frigoríficos**, com isso o abate será de dois animais, o que fatalmente vai acarretar ainda mais na diminuição do rebanho [...], **já que não lhes assiste uma política agrícola efetiva que subsidie a retenção de matrizes**. [...] (Teixeira, 2010).

Para além da choradeira que caracteriza o patronato rural no Brasil, seja em períodos de baixa ou, da mesma forma, em períodos de alta dos preços pagos ao produtor, não importando se a elite agrária é a paulista (Stolcke, 1986, p. 192), ou nordestina (Garcia Jr., 1989, Capítulo VII) ou a estancieira no Brasil Meridional, o artigo de Teixeira é importante porque ele procura justificar um determinado comportamento econômico. Um comportamento que não raro é classificado como irracional, tratado com “um tom de

²⁰³ Este artigo foi publicado em vários jornais de pequena circulação dos municípios da Campanha, mas pode também ser encontrado em: Fonte: <http://www.colunapontodevista.com/2010/09/venda-de-matrizes-um-sintoma-que-vem-do.html>

surpresa, de quase escárnio”, como se fosse “alguma espécie de incompetência inata do produtor”.

Esse comportamento econômico particular se afasta do comportamento econômico de um capitalista industrial, visto aqui como comparação. Se tomarmos a velha representação $D-M-D'$, na qual M representa a mercadoria que ambos os padrões buscam realizar no mercado, D e D' como valores monetários, iniciais e finais do processo produtivo, onde, D' (final), obtido com a realização (venda) da mercadoria M , corresponde à quantia D (investida inicialmente) + d , na qual d é um determinado valor líquido a mais, veremos que os significados na equação $D-M-D'+d$ são bem diferentes para estes comportamentos econômicos em questão.

No caso de nosso capitalista industrial, quando ele realiza M o valor obtido deve reproduzir o valor D investido inicialmente, ou seja, o valor dos instrumentos, objetos e a força de trabalho, e gerar um valor a mais, que sobra, pois o valor adicionado pela força de trabalho é superior ao seu próprio valor como mercadoria, que Marx chamou de *mais-valia* (Marx, 1983b). É desse d , um valor monetário que sobra, depois descontados os custos em D' , que é utilizado para consumo próprio e da família do capitalista. Se, com a realização de M , o capitalista obter reprodução ampliada de seu capital, uma parte de d também poderá ser utilizada na ampliação do processo de reprodução de seu capital, ou seja, para o acúmulo de ainda mais valor: na compra de novos instrumentos e objetos de trabalho e da força de trabalho, assim como novos bens de produção.

No caso do comportamento econômico estancieiro observado, a equação possui um significado completamente distinto. Diferentemente do caso do parágrafo acima, no D investido inicialmente, os estancieiros consideram, além do valor dos instrumentos, objetos e força de trabalho, os gastos de consumo próprio e os da família. Assim, da realização de M , ou seja, da venda dos gados, não se considera somente os gastos produtivos e valores consumidos efetivamente no processo produtivo. É como se uma parte do d que sobra, resultado do valor adicionado pela exploração direta da força de trabalho ou indiretamente do trabalho social, no caso dos subsídios, já fosse consumido na arrancada do processo produtivo. A outra parte do d que eventualmente sobra já é reprodução ampliada de seus capitais. O problema, portanto, está no tamanho do d consumido já na arrancada, em outras palavras, dos padrões de consumo de elite que se busca reproduzir ou atingir. Como o M só

é realizado no final do processo de produção, e, por óbvio, não no início, em períodos de baixa dos preços pagos ao produtor o resultado obtido no mercado pode não ser suficiente para cobrir o tamanho do '*D estancieiro*', sendo necessário, assim, vender matrizes ou futuras matrizes. Há um gasto em consumo da família que já foi realizado e que precisa ser coberto com a venda de maior número de fêmeas. Claro que a sensação é que a atividade não dá lucro, que o produtor "está sufocado, sem renda e endividado", como procura se defender o presidente do Sindicato Rural de São Gabriel no artigo citado. Não é de estranhar que, na fala dos estancieiros, seus intelectuais orgânicos e representantes políticos, a pecuária apareça sempre como uma atividade "descapitalizada".²⁰⁴

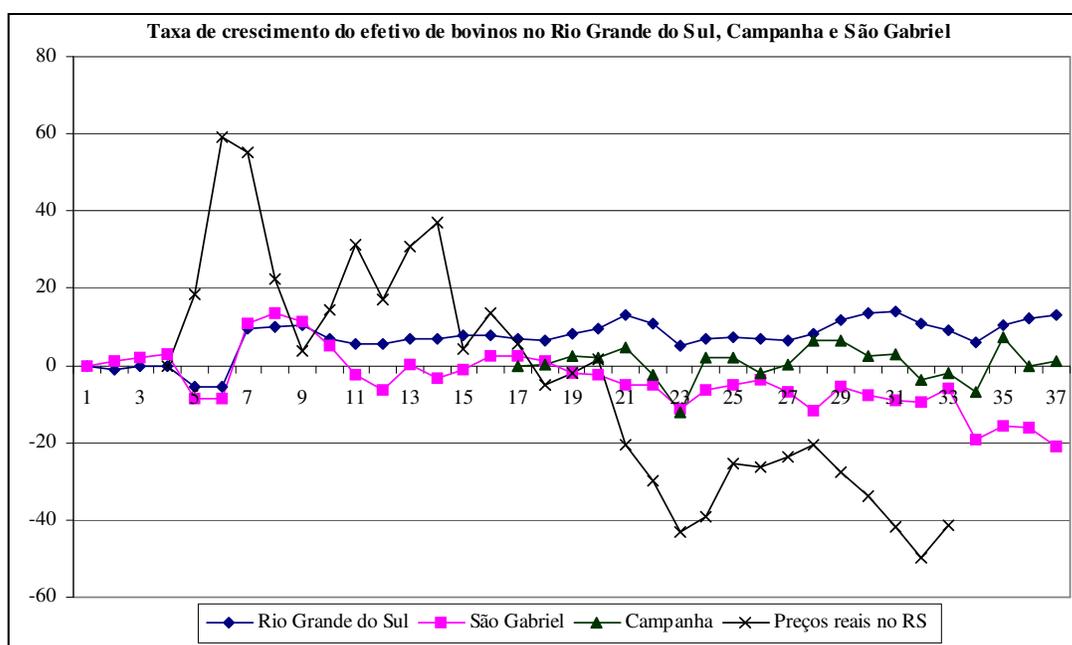
E, como nos períodos de alta dos preços pagos ao produtor, assim que ele percebe que o '*D estancieiro*' foi coberto pela venda de determinada quantidade de gado, passa a só vender mais por um superlucro, um super preço e retém, se possível, o máximo de animais para realizá-los num período de alta maior dos preços, sempre na esperança de que maior ainda se torne a alta. Então, todo um jogo de forças passa a atuar entre estancieiros, frigoríficos e Estado, se este desejar incrementar a oferta de carne, seja para o mercado interno ou externo. Em qualquer caso, na alta ou na baixa, o argumento de justificação do comportamento reivindicativo será sempre que "o produtor rural está sufocado". Até porque, no último caso, faz parte do jogo político de barganha do produto social entre os distintos setores sociais.

Desse modo, gera-se uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e conseqüente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado. A oferta generosa de financiamento agrícola para cobrir o consumo das elites pecuaristas em períodos de baixa dos preços ao produtor, sem nenhuma contrapartida em termos de atingir

²⁰⁴ Em Pesavento (1980a; 1980b), em suas análises sobre a pecuária na República Velha e o período subsequente, este argumento da "descapitalização" da pecuária, juntamente com o fato de que as elites políticas hegemônicas do Estado eram positivistas, vira explicação para tudo, como da impossibilidade dos estancieiros terem empreendido um frigorífico por conta própria, pois estavam sempre "descapitalizados". Pior ainda é quando a autora compara com a dinâmica econômica dos colonos, que empreendiam muito antes dos estancieiros seus frigoríficos de banha, moinhos de cereais, etc., voltando a argumentar que os estancieiros tinham o problema da mal denominada "descapitalização". Ora, absolutamente, tal tipo de interpretação é muito fraca. É com base nesse argumento que se construiu todo o mito do "declínio secular da Metade Sul" (Bandeira, 1994, p. 9) na década de 1990; tese seguida por um sem número de trabalhos. O que Pesavento, nem ninguém da tese do "declínio secular da Metade Sul" percebeu foi que existia um oceano a separar os padrões de consumo das elites estancieiras e os dos colonos.

mínimos de produtividade, tende a só prolongar ainda mais os sistemas produtivos extensivos e atestar o *comportamento econômico estancieiro*. As taxas de crescimento do rebanho no estado, na região da Campanha e em São Gabriel, indicam estas tendências, como pode ser visto no Gráfico 3, em conjunto com a linha de preços reais praticados ao produtor. No referido Gráfico, o ponto '1' corresponde ao ano de 1974 e o '37' ao de 2010, os demais aos anos intermediários; a linha dos preços tem início em 1977 e termina em 2006; a linha do efetivo de bovinos na Campanha inicia em 1990 e termina em 2010.

Gráfico 3. Taxa de crescimento do rebanho bovino no Rio Grande do Sul, Região da Campanha e São Gabriel



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal, Tabela 73 e Viana et al. (2009).

Em São Gabriel, o maior efetivo de bovinos foi entre os anos de 1980 e 1982, em que o número total ultrapassou a casa dos 500.000 mil animais, nunca mais atingido, e que corresponde ao período de maiores preços praticados ao produtor. De forma geral, temos a queda absoluta do efetivo no município e a estagnação do efetivo na Região da Campanha. O Ponto '18' corresponde ao ano de 1991, em que marca tanto uma trajetória de declínio dos preços, quanto de declínio do efetivo no município. Esse *comportamento econômico estancieiro* está na base da quebra do sistema de frigoríficos-cooperativas, formado a partir da década de 1940.

3. Da lógica do *comportamento econômico estancieiro* e a quebra dos frigoríficos-cooperativas coordenados pelo Instituto de Carnes

Foi devido à incapacidade do sistema estancieiro em aumentar os efetivos de bovinos e a oferta aos mercados que determinou a quebra de todas as cooperativas-frigoríficos administrados pelos próprios estancieiros no início dos anos de 1990. Ora, se considerarmos a taxa de ocupação das plantas industriais frigoríficas desde o ano de 1985 até 1991, em nenhum momento houve uma taxa de ocupação maior que 40%, atingindo a casa dos 20% em 1986, 1987, 1990 e 1991 (FEE, 1991, p. 4). Na Carta de Conjuntura da FEE, de julho de 1991 (p. 5), os técnicos desta Fundação asseveravam que “o fechamento e/ou a desativação temporária de 21 frigoríficos e cooperativas de carnes caracterizava gravíssima crise” do setor, cuja maior evidência estava na “queda acentuada da utilização da capacidade instalada”. Além disso, “escancarava problemas estruturais do setor” que residiam na “rigidez histórica da oferta de animais para abate”. Benetti (1994, p. 127-128) considerou que estes frigoríficos nunca haviam se constituído como verdadeiras empresas independentes para buscar maximizar saldos econômicos, “[...] mas apenas como instrumento institucional dos produtores para controle dos preços”.

As medidas de controle da inflação do final da década de 1980 apenas desnudaram a extrema fragilidade do sistema frigorífico coordenado pelo Instituto de Carnes, que dependia de enormes lucros para se tornar viável. Para se entender melhor como essa fragilidade foi posta em xeque é importante ter em mente a relação entre mercado interno da carne, mercado externo e taxa de câmbio no final dos anos de 1980. Enquanto os preços internacionais em dólar da carne bovina estavam em alta e, além disso, a moeda nacional desvalorizada, os ganhos dos exportadores eram altos – duplos, por assim dizer. Nesse contexto, todos os incentivos eram no sentido da exportação, o que fazia com que o preço no mercado interno subisse. Os superlucros obtidos com essas operações compensavam os altos custos de operação das plantas frigoríficas, que tinham em torno de 60% a 80% de capacidade ociosa. Se tomarmos como ponto de partida o ano de 1967, nos anos de 1970 até a primeira metade de 1980, o Brasil teve a maior desvalorização de sua moeda em comparação ao dólar, período no qual os preços internacionais da carne também foram altos: por exemplo, em 1979, em comparação ao ano anterior, houve a maior variação neste sentido apontado, no qual o valor da carne em dólar valorizou 53,64% no mercado

internacional e a moeda nacional foi desvalorizada 8,48%; ou seja, um ganho real para os exportadores brasileiros de 62,12%, em comparação com 1978. Contudo, tratando-se sempre de números reais, a partir de 1986 a moeda nacional assume uma trajetória de valorização frente ao dólar e até 1991 teve uma queda de 77,15%, enquanto a carne valorizou no mercado internacional 46,63%, uma queda real de 30,52% aos exportadores. Diminuindo os lucros com a exportação, houve aumento da oferta de carne no mercado interno e o preço também caiu em cerca de 70% entre 1987 e 1990 (Isaac e Souza, 2010, p. 74, 76).²⁰⁵

Isso fulminou as cooperativas sob a batuta do Instituto de Carnes que haviam funcionado até então com um determinado nível entre receitas, taxa de ocupação das instalações e custos. A nova conjuntura obrigava a readequação de tal nível e aumento das exportações para compensar as perdas de preço por unidade de produto pelos ganhos de aumento de escala. Mas não só o sistema criatório estancieiro continuava rígido, no sentido de não ter modificado sua base técnica e aumentado significativamente a produtividade por unidade de área, aumentado tanto a lotação de bovinos por unidade de área quanto a oferta no mercado, como os produtores passaram a sabotar seu próprio sistema cooperativo. Quer dizer, com o congelamento temporário dos preços efetuado pelo Plano Cruzado em 28 de fevereiro de 1986 e em outros períodos até e inclusive o Plano Verão em 1989,²⁰⁶ os pecuaristas passaram a reter os animais de abate nas pastagens, na esperança de que os preços ao produtor aumentassem. De uma hora para outra se estancou ainda mais o já reduzido ritmo de abates e, para honrar os contratos de entrega de carnes, as cooperativas-frigoríficas tiveram que ofertar um valor ‘a mais’ aos criadores, por fora da tabela oficial, para que vendessem os animais. As cooperativas viram suas margens de lucro desaparecer devido ao cenário macroeconômico e os custos aumentar, não só pelo aumento da ociosidade das plantas industriais, como pelo aumento do preço dos bovinos por fora das tabelas oficiais.²⁰⁷

²⁰⁵ Viana et al. (2009, p. 1113) registram uma queda menor do preço da carne no Rio Grande do Sul; entre 1987 e 1989, período da maior queda dos preços internos ao estado, o preço médio caiu em 34%.

²⁰⁶ Sobre estes Planos econômicos, ver: Baer (2002).

²⁰⁷ Dados a partir da entrevista ao autor de Délio de Assis Brasil que fora o Diretor Comercial da Cooperativa Gabrielense de Carnes entre 1980 e dezembro de 1985; e com Rivadávia Barbosa Correa, que substituiu o Délio como Diretor Comercial a partir de então.

Nem com a recuperação dos preços tanto no mercado interno e mercado externo a partir de 1991, somado com nova desvalorização da moeda nacional a partir da mesma data, por mais que não mais nos níveis praticados até 1985, foi possível manter a viabilidade das cooperativas de carne: em comparação com 1990, entre 1991 e 1992, a taxa de câmbio valorizara 31,33%, o preço internacional da carne bovina subira 30,77%; um aumento líquido de 62,10% para os exportadores, com reflexos no preço do mercado interno (Isaac e Souza, 2010, p, 74, 76). O motivo central para as cooperativas terem se tornado inviáveis estava em não conseguirem aumentar as escalas de abate, pois ao contrário do que se poderia supor, em nenhum momento houve interrupção da demanda internacional, como demonstra a progressão do preço da carne no mercado externo durante no período. Não havia deficiência de demanda às cooperativas, nem no mercado interno, nem no mercado externo. Rivadávia Barbosa Correa, que a partir de janeiro de 1986 tornara-se Diretor Comercial da Cooperativa Gabrielense de Carnes, em entrevista ao autor, sobre esse período, declarou:

Tivemos muitos mercados: tínhamos as botiques da própria cooperativa em Porto Alegre, em Santa Maria e outras cidades; o serviço de bordo da Varig era nós que fornecíamos a carne; a Rede Plaza de Hotéis tinha nos procurado porque achava que a melhor qualidade era a da [Cooperativa] Gabrielense, mas nós não pudemos abastecer eles porque já tínhamos o compromisso com o serviço de bordo da Varig. Além disso, tinham as cotas para atender com a Marinha, o Exército, a Aeronáutica, órgãos do Governo Federal, que compravam carne e isso era organizado pelo Instituto de Carnes entre as cooperativas: reuníamos as 10 cooperativas e fatiávamos esse mercado. Nós abastecíamos o exército em Manaus, no Paraná, em Brasília, em Porto Alegre. Então nós tínhamos essas reuniões e uma [cooperativa] não entrava na área da outra. Mas a gente conversava: tipo assim, se eu não tivesse capacidade suficiente para abastecer o mercado do Porto Alegre sozinho, a Grande Porto Alegre, então vamos repartir por cotas o mercado, para a gente poder abastecer.

Além disso, tínhamos o mercado externo. Uma vez fiquei sabendo que o Egito queria comprar carne e consegui um contato com a embaixada do Egito em Brasília. Consegui falar com o Adido Comercial, passei os dados de capacidade e tudo sobre a cooperativa para ele e depois veio um oficial militar do Egito aqui em São Gabriel... Sei que acabamos fechando um contrato de exportação para as Forças Armadas do Egito e nós começamos a exportar para o Egito [...].

Após o Plano Cruzado, quando o Funaro foi afastado, assumiu o Ministério da Fazenda o Bresser Pereira. Ele nos chamou, junto com integrantes do Instituto de Carnes do

Rio Grande do Sul, para nos solicitar que a gente exportasse carne, porque o Brasil precisava de divisas, de dólares, e o incentivo era o de exportação. Aí, abriram junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal créditos, financiamentos, para que todos se adequassem a exportar, inclusive para o Mercado Comum Europeu que era um filé na época. Então nós construímos uma sala de desossa melhor, nos adequamos com câmaras frias, com equipamentos modernos, fomos inspecionados e aprovados para exportar para o Mercado Comum Europeu. Nós tínhamos [o Instituto de Carnes] contratos de exportação com o mundo inteiro: com a Itália, com as Ilhas Canárias, com Hong Kong, mas grande parte mesmo para o mundo árabe.

Mas aí saiu o Bresser Pereira do Ministério e entrou o Mailson da Nóbrega e congelou, além dos preços da carne, congelou o dólar. Mas a inflação atingiu 80% ao mês, e nós com os preços congelados. Então tudo o que se exportava... tava congelado o dólar, então tudo o que se produzia saía mais caro e aí **foi um efeito dominó, foi quebrando uma a uma das cooperativas.**

Pode-se depreender da declaração que, mesmo com deficiência em atender toda a demanda no mercado interno, para o qual exigia a articulação entre as cooperativas, elas investiram na ampliação da infraestrutura para incrementar as vendas no mercado externo, em “sala de desossa melhor, câmaras frias e equipamentos modernos”. O objetivo era acessar o então chamado Mercado Comum Europeu, considerado “o filé” em termos de mercado, para qual a Cooperativa Gabrielense foi aprovada. O mercado árabe se abria também, além de outros lugares como Hong Kong, Itália e Ilhas Canárias. Mas como as perdas com a desvalorização da moeda não foram acompanhadas de aumento das escalas de abate e exportação, que obrigava a redefinição dos níveis de viabilidade de tais plantas industriais, agravado pela necessidade de pagamento de empréstimos utilizados na ampliação da infraestrutura, o sistema veio a pique, “foi um efeito dominó, foi quebrando uma a uma das cooperativas”.

Essa conclusão da rigidez da oferta de animais do sistema criatório estancieiro, aparece translúcida na seguinte declaração de Délio de Assis Brasil, Diretor Comercial da Cooperativa Gabrielense entre 1980 e 1985:

A saída seria... Claro, naquela época não dá para dizer nem que eu teria feito isso porque essas coisas às vezes a gente não tem as ideias no calor da hora. Mas naquela época era muito fácil importar carne do Uruguai, não gado, carne. Essa carne seria desdobrada nas salas de matança da Cooperativa, feito os devidos cortes para cada mercado mais exigente e menos exigente que a Cooperativa tinha e poderia não ter quebrado.

Uma das alternativas imaginadas pelo entrevistado fora a importação de carne do Uruguai para aumentar a oferta da cooperativa.

Sem que houvesse a alteração dos sistemas criatórios por meio da intensificação dos processos produtivos, mesmo que as cooperativas de carne dos estancieiros tivessem sobrevivido à conjuntura do final dos anos de 1980, é bem provável que não teriam passado pelo Plano Real, que na segunda metade da década de 1990 teve, praticamente, a equivalência entre moeda nacional e dólar (Isaac e Souza, 2010).

Outras questões como o abate clandestino de bovinos, quer dizer, fora do sistema oficial de abatedouros e frigoríficos, a pesar de importante, não pode ser relacionado como causa da quebra do sistema coordenado pelo Instituto de Carnes. Ora, era exatamente pela incapacidade de ofertar carne por um preço menor no mercado interno que o abate chamado de clandestino prosperava. Além disso, esta espécie de abate não concorria no mercado internacional, por óbvio. Apesar de haver diminuído as taxas de lucro com o mercado externo, a demanda não havia se estancado; nem no mercado interno. A quebra das cooperativas de carne foi um sintoma da incapacidade do sistema criatório em aumentar a produção de bovinos e equilibrar a capacidade instalada, número de abates e a demanda.

O fim das charqueadas e a montagem das cooperativas de carne significou a libertação dos estancieiros como produtores de mercadorias que impactavam diretamente no preço da mão de obra em outras regiões do Brasil, especialmente a açucareira e a cafeeira, como foi visto no Capítulo III. As charqueadas privadas foram aniquiladas por um conjunto de fatores, entre os principais a concorrência com os frigoríficos e o novo quadro jurídico-institucional que se desenhou a partir de 1930. As associações de criadores reassumiram de forma cooperativada algumas das charqueadas falidas, repassando as margens de lucro, antes do charqueador, para o criador. A situação muda completamente a partir da segunda metade da década de 1930, o preço do gado sobe e são construídos os frigoríficos sob o controle dos próprios criadores. Passaram, então, a produzir mercadorias de luxo (carne), cujo preço passou não ser mais regulado pelo custo de reprodução da mão de obra. O fim do sistema coordenado pelo Instituto de Carnes significou a impossibilidade de ofertar um produto que passava a ser incorporado cada vez mais na alimentação das classes e grupos sociais populares. Essa incapacidade estava estreitamente relacionada com

os elementos de cálculo dos estancieiros no que diz respeito à dinâmica de seus padrões de vida – elementos ainda amplamente presentes e que gera um comportamento econômico totalmente inverso, por exemplo, ao de um capitalista industrial. Tal dinâmica é traduzida na atividade econômica criatória pelas relações entre abates e preços pagos ao produtor. Quando o preço sobe, o estancieiro abate menos, quando o preço desce, o estancieiro abate mais. Desse modo, gera-se uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso à intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e consequente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado.

Importa não só perceber a inter-relação entre a lógica dos produtores de operar seus *estoques* de animais e o sistema social mais geral, mas, fundamentalmente, perceber como ele é reproduzido enquanto elemento de cálculo entre estes sujeitos. Do mesmo modo, como estes elementos de cálculos entram em crise, em que medida entram em crise, quais são as respostas e os comportamentos frente a uma nova situação em que as condições objetivas colocam em questão o que se internalizou como regra de orientação social e econômica. Ou seja, como essa lógica opera em seus sistemas de pensamento e organiza não somente o ‘mundo produtivo e econômico’, relacionado com a atividade na estância, mas também o orçamento familiar. É interessante perceber como se dá a percepção dos demais agentes econômicos quanto a esta lógica do comportamento estancieiro, e vice-versa: estou falando, mais especificamente, da relação entre os descendentes de colonos em São Gabriel e os estancieiros. Ademais, os rompimentos desta forma de pensar estancieira são particularmente interessantes entre alguns deles. Estas e outras questões serão exploradas no próximo Capítulo.

Capítulo IX. A dolorida reconversão da elite estancieira num contexto de mudança do espaço social

- Olha só essa caras, Calgembrino – murmurou o Veiguiinha. – Só gringos, alemães, judeus, turcos... Onde está a gente antiga, gaúchos de boa cepa? Os Macedos, os Prates, os Cambarás, os Amarais, os Fagundes.... E os Azevedos? E os Silveiras? Houve um tempo que este clube era uma fortaleza. Barramos duas vezes a entrada dos oficiais do Batalhão da

Polícia Baiana. Duma feita um juiz da comarca assinou uma proposta pra sócio e levou bola preta. Não era qualquer um que entrava neste clube. Hoje... é isso que estás vendo aqui. Qualquer lheguelhé com dinheiro no bolso pra pagar a joia entra. Sabes duma coisa? Vou pedir demissão desta joça! (Érico Veríssimo. O Tempo e Vento, O Arquipélogo, Vol. II, p. 408).

Veiguiinha, personagem de Veríssimo no trecho acima, fala de seu desconforto em permanecer em um mesmo clube com setores que ascendiam socialmente no município de *Santa Fé*. Se Veríssimo faz seu personagem se ressentir por ver um movimento de ascensão social de outros grupos, também deixa transparecer um movimento oposto de descenso social por parte da *gente de boa cepa*; pois houve um tempo em que os *oficiais do Batalhão da Polícia Baiana* e até mesmo um *juiz* foram impedidos de entrar e se associar no *clube*, respectivamente. O clube era uma *fortaleza* onde *não era qualquer um que entrava*. Agora *qualquer lheguelhé com dinheiro no bolso* podia pagar para se tornar sócio. O personagem se pergunta onde estariam os *Macedos, os Prates, os Cambarás, os Amarais, os Fagundes, os Azevedos, os Silveiras*, frente ao fato de que os *gringos, alemães, judeus, turcos...* estavam frequentando ambientes que até então somente os primeiros desfrutavam.

A estrutura das relações descrita na ficção se torna patente no espaço social em estudo com a conjuntura que se iniciou nos anos de 1990. A diminuição dos rendimentos monetários com a venda dos gados é um dos principais componentes, pois aprofundou importantes transformações no sistema de posições. Além disso, como se assinalou no Capítulo V, houve uma redução do capital social da elite estancieira a partir da redemocratização do país. Não somente o volume do conjunto dos capitais entre os agentes foi redimensionado, como também a estrutura dos capitais para exercer o poder e legitimidade em termos de dominação foi redefinida. Se, por um lado, houve a fragilização de um dos recursos do qual os indivíduos situados em posições dominantes retiravam sua força simbólica, por outro lado, não se pode esquecer que os demais agentes também se

deslocavam no espaço social. Ou seja, as mudanças que ocorrem no sistema de relações objetivas no qual as posições e tomadas de posição definem-se relacionalmente tornaram-se mais reconhecíveis e ganharam velocidade em termos de acelerar trajetórias decadentes e trajetórias ascendentes – que são, quase sempre, de classes ou frações de classe, e não somente individuais. Em outras palavras, além do espaço de concorrência quanto às estratégias utilizadas pelos diferentes indivíduos e grupos para manter e melhorar sua posição no espaço social, algumas destas estratégias perderam eficácia, o que se traduz em transformações que afetam o volume e a estrutura do capital das diferentes classes e frações de classe.

Uma destas estratégias que perdem eficácia diz respeito às tentativas de constituição de relações de trabalho baseadas na confiança, o que leva os grandes proprietários de terra a extinguir o sistema de moradia em seus domínios. Mas, mais do que isso, obriga a internalizar as regras de funcionamento do modo de dominação legal, pois, caso contrário, maior se torna o risco de se ver em pé de igualdade com seus subordinados perante as esferas judiciais. Os custos simbólicos e econômicos serão tanto maiores quanto maior for o tempo de recusa da internalização das novas regras. Além disso, e mais profundamente, é abalado o fundamento da hierarquia, da honra, do reconhecimento social e da reputação baseados no *habitus desinteressado* e se reforçam as relações cujo sistema de troca se baseia cada vez mais no dinheiro. Bem entendido: as práticas econômicas antes dissimuladas pelo desinteresse agora aparecem sem véu nenhum, cujo mediador é o monetário. O poder simbólico, cujo fundamento é fazer ver e fazer crer, se antes agia sob as formas eufemizadas do poder econômico e com demonstrações ostensivas de gastos ostentatórios como exibição contínua de distância da necessidade, agora encontra limites objetivos de ser exercido por esta via. Assim, as práticas orientadas por um *habitus* ajustado a um antigo estado das condições objetivas aparecem como mal adaptadas ao novo equilíbrio de forças sociais; processo que Bourdieu (2008, p. 103) chamou de efeito Dom Quixote. Ou seja, há um descompasso entre o que se internalizou como normas de comportamento e senso de orientação social, com o que é exigido em termos de disposições sociais pelas alterações que se processam no espaço social e, grosso modo, pela sociedade em geral. Esse descompasso diz respeito à forma de ver o ‘mundo da produção monetária’ e seus resultados na estância, quanto em relação aos demais agentes sociais e a si próprio.

As elites estancieiras, vítimas deste mal-estar manifesto e experimentado com a diminuição de seus rendimentos monetários e simbólicos, são questionados em sua identidade social, na imagem que tem si mesmos. No espaço social, há novos agentes que se tornam tão ou mais poderosos e os subordinados já não são mais tão subordinados como antes. A venda de ativos fundiários para novos agentes sociais, a aquisição de terras pela ação do INCRA, por empresas de papel e celulose, descendentes de colonos, ou o arrendamento das terras são manifestações de um mesmo princípio, qual seja a trajetória descendente e relativa dos estancieiros enquanto *senhores de terra*. Nada mais ilustrativo deste efeito de desqualificação estrutural de suas posições para com os demais agentes do que as reações coletivas contra as iniciativas de reforma agrária pelos governos e/ou movimentos sociais. O bloqueio dos técnicos do INCRA em entrar nas estâncias para averiguar os índices de produtividade (Da Ros, 2009), a luta contra o Governo Olívio Dutra (PT) entre 1999/2002 (Da Ros, 2006; 2012), o impedimento de revisão dos índices de produtividade (Sório Junior, 2001), o enfrentamento direto com a Brigada Militar, vigílias e marchas contra os sem-terra são manifestações que expressam mais do que simplesmente *medo* em ser *expropriados*. Mas expressa um *habitus* que renova e reinvoca um sistema de posições já superado na história do espaço social do qual fazem parte. Toda uma *hexis* corporal é externalizada nestas ações, que manifesta, enquanto classe, os deslocamentos no espaço social – ver Anexo D.

Estas são as reações mais visíveis da mudança estrutural, em termos de volume e estrutura dos capitais, entre os diversos agentes que compõem este campo de forças. Importa agora analisar com maior profundidade as transformações que estão na base de tais reações da elite estancieira. Este capítulo está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção analisam-se os significados da diminuição relativa do poder de compra oriundo da venda dos gados e a relação com as estratégias de aumento das áreas de arrendamento para terceiros, sobretudo aos *gringos*, descendentes de italianos e alemães. Argumenta-se sobre as diferentes maneiras de *estancieiros* e *gringos* em perceber os usos das terras e as distintas disposições exigidas no caso do cultivo das lavouras e da pecuária. Na segunda seção aborda-se a crise do *habitus desinteressado*, em que as regras de funcionamento do campo econômico progressivamente se autonomizam das regras morais e o valor do dinheiro passa a permear todas as relações sociais. A busca por valorizar o nome

e a memória como um dos trunfos da família pode engatar ainda mais dificuldade em romper com a estrutura daquele *habitus* ajustado a um estado anterior das relações de força. Analisa-se também as estratégias consideradas no período identificado como de crise de rendimentos da família. Na terceira seção analisa-se o orçamento e estrutura dos gastos de dois estancieiros. Os gastos produtivos e de consumo da família não são controlados separadamente, e constitui uma maneira de pensar bem consolidado quanto ao modo de organizar seus mundos monetários. Na quarta seção analisa-se o caso de um estancieiro que rompeu com tais formas de estruturar seu pensamento e orçamento monetário. Nesse caso, o giro da mercadoria passou a ser considerado “a mola propulsora do negócio” e não o montante de mercadoria em *estoque*; segue um encadeamento do raciocínio que busca aumento da produtividade, o que constitui uma mudança considerada pelo entrevistado como estrutural na atividade pecuária. Na quinta seção analisa-se como as trajetórias ascendentes dos setores mais marginalizados, os *gauchinhos*, também constituem o conjunto de alterações no espaço social e que influencia a visão dos dominantes segundo a qual “é o fim da Campanha”; somam-se às transformações que afetam o volume e estrutura do capital dos mais bem estabelecidos. Mais do que isso, modificam as representações destes últimos sobre o mundo social.

1. Quando a “vaca não paga mais a conta”: desclassificação e reclassificação social

- *Por favor – pede Floriano – não vamos voltar a discutir o Estado Novo. Eu quero é saber a razão da animosidade do Dr. Terêncio contra os brasileiros de origem alemã e italiana.*

- *Eu explico. Parto do princípio (e isto ninguém me tira da cabeça) de que o território duma pátria pertence ao povo que o conquistou e manteve com seu suor, suas lágrimas e seu sangue, para usar da expressão do grande Churchill. Lá de repente nos chegam imigrantes da Itália e da Alemanha, aboletam-se nas nossas terras e querem impor-nos a sua maneira de ser, de pensar, de viver, e até de falar.*

- *Vamos então devolver o Brasil aos bugres! – exclama Bandeira.*

- *Não me interrompa! – vocifera Terêncio. – Aprenda a ouvir. Ouça e depois replique. Mas... como eu dizia, vêm esses estrangeiros e querem repartir entre si o que é de domínio puramente nacional. [...] O Rio Grande aos poucos se agringalha, se estrangeiriza. Estamos perdendo a primazia política. E também é o drama do Paraná e de Santa Catarina. Se não tomarmos cuidado, em vez de assimilarmos os colonos e seus descendentes, seremos assimilados por eles! (Érico Veríssimo. O Tempo e Vento, O Arquipélago, Vol. II, p. 269-270).*

A partir de meados dos anos de 1990, a elite estancieira passou a enfrentar um conjunto de circunstâncias que teve o efeito de redefinir os capitais de distintas posições no espaço social. Até então, no que se refere às suas estratégias produtivas, frente ao conjunto de possibilidades de utilização produtiva de suas posses fundiárias, o gado bovino de corte não somente era o mais lucrativo, como também considerado o mais seguro. Para a formação da receita familiar, menos importante eram as lavouras. As lavouras tanto de arroz, quanto de soja, passaram a assumir uma importância maior quando o preço dos bovinos baixou, pois se buscou que a receita líquida fosse complementada com os arrendamentos para terceiros ou pelas plantações por conta própria, ou pela necessidade de incrementar as pastagens para o gado. A este respeito, Paulo e sua esposa, Marcia, ele agrônomo e ela professora e advogada, estancieiros com 1.700 ha, com um filho advogado e outro publicitário, ambos com empregos urbanos, argumentando ao autor sobre estas diferentes conjunturas, declararam:

Paulo: Mudou muito. Eu me lembro que até o final da década de 1970, por aí, só com a lã tu pagava o custeio de uma estância, só com a lã. O arroz valia dinheiro, valia, mas as lavouras eram poucas e pequenas, em comparação com hoje. Mas o gado sempre foi o mais importante... valia mais e sempre foi o mais seguro, sempre, de todas [as demais opções]: o arroz pode dar problema, pode dar enchente e perder, a soja, pode não chover... Marcia: é mais garantido. Acontece que hoje ele não paga a conta quase, a vaca não paga mais a conta e aí tem que aumentar a agricultura, a não ser que tu produza muito. Então, é difícil.

Até meados da década de 1970, somente com a venda da lã dos ovinos os estancieiros conseguiam cobrir todos os custos monetários envolvidos nas atividades criatórias. Esta afirmação foi repetida por vários outros entrevistados. O que significa que toda a venda dos bovinos era receita líquida. Isso cobria os gastos com padrão de consumo da época. Contudo, principalmente com a diminuição tanto dos preços da lã como dos bovinos, aumentou a pressão para que novas alternativas de receitas se constituíssem, pois agora “a vaca não paga mais conta” e é necessário, para complementar o orçamento doméstico, “aumentar a agricultura”, ou seja, as áreas com as lavouras comerciais. Todavia, há outros dois poderosos elementos que dão a impressão de corrosão do poder de compra das elites estancieiras e que força a busca pelo aumento da produtividade e/ou outras fontes

de rendimentos: o aumento do custo para compra da força de trabalho e a incorporação de novas mercadorias nos padrões de consumo de elite. Particularmente interessante é a declaração do casal já citado a esse respeito:

Marcia: tu tens que aumentar muito a produtividade, porque, senão, a vaca não paga a conta. Há 10, 20, 30 anos a produção era “x”, mas os empregados dormiam sobre os pelegos²⁰⁸, não tinha férias, não tinha décimo terceiro. Essas leis sociais do Getúlio só vieram a ser implementadas recentemente, de poucos anos para cá, porque até então só existia no papel. Paulo: não tinha celular, não tinha este como é que é... computador. Marcia: as estâncias não tinham nada, não tinha televisão... Paulo: eu não sei quantos computadores eu já comprei, porque não tem como saber, porque está sempre desatualizado. Marcia: e a vaca é sempre a mesma. Então, agora, pra ti fazer a vaca, para aumentar a produtividade [é difícil]... Paulo: existe uma luz, sabe, distante, assim, no fim do túnel, pelo seguinte: é natural que as propriedades vão ficando reduzidas, quem permanecer na terra tem que investir em produtividade, ou seja, se for carne, maior quilos de carne por hectare, porque senão, não tem como viver. Então, tem que envolver a família lá [na estância – a entrevista foi na casa da cidade], porque a mão de obra é muito cara.

A queixa quanto ao aumento do custo da força de trabalho não diz respeito apenas ao pagamento obrigatório do salário mínimo e direitos trabalhistas, “que só vieram a ser implementados recentemente, de poucos anos para cá”. Mas a um conjunto de mudanças que os patrões foram obrigados a fazer em suas estâncias para que os trabalhadores aí pernoitassem, adequando as instalações para atender as exigências da justiça do trabalho. Entre as mais evidentes, a necessidade de camas, pois até então “os empregados dormiam sobre os pelegos”, além de água encanada e chuveiro quente. Na estância deste casal entrevistado, somente em 2005 foram transformadas antigas baias, onde os principais cavalos ficavam estabulados durante a noite, em quartos para os 6 empregados contratados. Soma-se a isso a incorporação de novas mercadorias aos padrões de consumo socialmente aceitos como válidos para conservar suas posições no espaço social, como a frequente troca dos computadores por modelos mais atuais, como comentou nosso entrevistado.

Frente a essas alterações que determinam a percepção de que “a vaca não paga mais a conta”, uma das pressões é no sentido de aumentar a produtividade e outra é da necessidade de “envolver a família lá” na estância. Estamos falando de duas coisas;

²⁰⁸ “Pelego” designa o “couro” retirado dos ovinos quando abatidos. Como é um “couro” recoberto por lã, era o pelego utilizado como colchão pelos peões. Além disso, o pelego é utilizado na montaria.

primeiro de estímulo ao investimento produtivo, segundo de estilo de modo de vida. Quanto ao primeiro, é interessante perceber o momento em que, para os estancieiros, se faz necessário ampliar os investimentos produtivos na estância: quando ocorre a baixa dos preços do gado. Os investimentos produtivos são realizados em momentos de baixa dos rendimentos monetários líquidos da família, assemelhando-se ao comportamento de administração dos domínios feudais descritos por Kula (1979) para a realidade polonesa dos séculos XVI-XVIII. O estímulo para o investimento é a queda relativa dos rendimentos líquidos; o que significa afirmar que ocorre um desestímulo ao investimento quando os preços pagos ao produtor sobem. Ora, o contrário se dá no caso da racionalidade capitalista, que amplia os investimentos nos momentos de alta dos preços e deprime os investimentos nos momentos de baixa; quer dizer, frente a uma conjuntura favorável de subida dos preços de determinada mercadoria, os capitalistas investem em mais compra de bens de capital e mão de obra para ampliar as vendas e acumular mais valor; mas este mecanismo que funciona como incentivo aos capitalistas, é um desincentivo aos estancieiros.

Isso parece ser tão verdade que podemos analisar pelo ângulo do segundo aspecto ressaltado acima, ou seja, da estilização de modos de vida, proporcionados pelos altos preços do gado. O fato de que, agora, seria preciso “envolver a família” nos trabalhos da estância, demonstra uma diferença com o período anterior de altos preços pagos pelo gado quanto ao modo de administração e acompanhamento das atividades produtivas. Antes de analisarmos esse significado, busquemos outra declaração semelhante, mas dito por outro agente. Em um dos livros publicados por um dos entrevistados, há uma citação de um texto de um professor das Faculdades Associadas de Uberaba, FAZU/MG, que presta assessoria para as entidades patronais, na qual argumenta sobre as diferenças de comportamento frente à propriedade que o criador deveria ter, identificando quais eram no período de altos preços. Segundo o professor:

Naquela época, a rentabilidade da pecuária era tão atraente que permitia o surgimento de uma série de distorções e ineficiências (administração à distância, baixa produtividade, excessiva concentração de investimentos em imóveis, baixa ineficiência comercial, desrespeito à vontade do consumidor final de carne e falta de associativismo), tornando a atividade pouco competitiva para os tempos atuais (AGUIAR, Adilson Almeida *apud* ASSIS BRASIL, Délio, 2009, p. 95-96).

Ou seja, nesta declaração também se encontra todos os elementos de estímulo e desestímulo ao investimento comentado anteriormente. Mas, além disso, essa citação é importante devido ao comportamento criticado de “administração à distância” como um dos componentes “de uma série de distorções e ineficiências” que seriam práticas comuns no período dos altos preços pagos pelo gado. Na mesma direção está o argumento sobre a necessidade de agora “envolver a família lá” na estância. O que é importante perceber são as indicações de um condicionamento frente à vida econômica da estância determinado pelo poder de colocar a necessidade econômica à distância, fornecida pelo próprio poder econômico. Ou seja, uma certa estilização de modos de vida que tem como valor o afastamento em relação às coisas mundanas do trabalho físico, como necessidade imediata. O que não quer dizer, necessariamente, que todos os estancieiros tivessem tal comportamento, mas que a distância do mundo do trabalho na estância devia ser um fator de distinção social.

Todavia, a diminuição relativa dos rendimentos, que possui como principais motivos os elementos já comentados, fragiliza e tensiona este condicionamento social, internalizado como *habitus* e regra de orientação social. Agora, o envolvimento da família nos trabalhos da estância é visto como uma “luz no fim do túnel”, que, entretanto, pode ser encarado como descenso social, como desclassificação no espaço social estancieiro. Em absoluto, isso não significa que a família seja de fato “envolvida” nos trabalhos da estância, mas que existe um tensionamento que os coloca diante de alternativas que pode ser mesmo a venda dos ativos fundiários, frente à impossibilidade de reprodução social como no período anterior e à realidade potencialmente vivida como desclassificação.

Se a venda dos ativos fundiários estiver descartada, uma das alternativas é aumentar a área de lavouras, seja pelo arrendamento a terceiros ou pelo cultivo próprio. De fato, com a crise de rendimentos enfrentada pelos estancieiros, se alterou a balança de poderes em relação aos arrendatários, pois a margem líquida exigida deste último para permitir o uso da terra se tornou passível de maior negociação. Nesse sentido, analisemos duas declarações de descendentes de italianos que iniciaram arrendando terras para plantar arroz e soja a partir da segunda metade do século XX, hoje são proprietários e também arrendatários no município; frente à pergunta de ‘como era/é a negociação de arrendamento com o proprietário da terra’, eles responderam:

É uma situação que teve já, em momentos anteriores, uma dificuldade muito grande em vista dos valores altos do arrendamento. Hoje tem mais um consenso devido à situação financeira. O arrendante, aquele que arrenda as terras, ele pensava muito em si. Hoje não, hoje ele está, também, olhando aquela pessoa que está na terra. Hoje tem outra concepção, o arrendante está sendo mais parceiro do que antigamente. Então o dono da terra, hoje ele está mais preocupado com o seu arrendatário do que antes. Antes ele dizia: “não, eu quero cobrar 30 por cento e pronto”. Hoje não, hoje ele analisa mais a situação do mercado, então, em resumo é isso, hoje o proprietário está olhando mais para o arrendatário (Alex, 53 anos).

*

Há uns 20, quase 30 anos, por volta do começo dos anos 80 até metade dos 90, era difícil, era concorridíssimo. Tinha muita pecuária aqui. Os fazendeiros só queriam lidar com gado, poucos disponibilizavam terra para arrendar. Eu te digo porque eu sofri muito procurando terra pra arrendar. Não era fácil naquelas épocas. No início dos 80, saí procurar em Rosário [do Sul] e em toda a volta era difícil. Quando arrumava, era porcaria, com vários problemas: não tinha água, não tinha terra boa; tinha terra boa, mas não tinha água; você sabe que o arroz é complicado (Sergio, 50 anos)

As duas declarações identificam um período anterior de dificuldade em termos de encontrar terras para arrendar e, um período posterior, em que, comparativamente, a situação muda. Se, antes, com o “arrendante” não havia muita margem de negociação sobre o preço de aluguel da terra, pois “os fazendeiros só queriam lidar com gado”, agora o dono da terra “está mais preocupado com o seu arrendatário”. O dono da terra se torna “mais parceiro do que antigamente”, justamente porque aumenta o grau de dependência para com as rendas provindas do aluguel de terras para outrem e/ou necessita de pastagem barata para o período do inverno. Mas os significados destas alterações no espaço social ultrapassam o fato de que aumenta a disponibilidade de terras para arrendamento, pois as trajetórias descendentes dos estancieiros estão na proporção inversa às trajetórias ascendentes de agricultores que iniciaram como pequenos arrendatários no início da segunda metade do século XX e se tornaram proprietários. Não são somente descendentes de italianos que possuem esta trajetória, outros agricultores naturais do município também trilharam caminhos semelhantes. Contudo, os dois casos citados acima são a melhor expressão da complexidade do espaço social, pois são descendentes de colonos que migram para as áreas de pecuária e aí investem o principal recurso de que dispõem: o trabalho familiar. Vale a pena situar a trajetória social de ambos os casos.

Quanto ao primeiro citado, seus avôs, inicialmente, migram da Argentina para a região da Quarta Colônia no Rio Grande do Sul, por volta de 1900. Seus pais arrendam cerca de 40 ha terras para plantar trigo em São Gabriel nos anos de 1940, depois arrendam sucessivamente pequenas glebas para plantio de arroz e soja, passando a comprar pequenas áreas de terra ao longo da vida. Mas foi na década de 1990, que a família adquiriu a maior parte das terras próprias que possui, foram duas áreas, uma de 500 ha e outra de 300 ha, de um total de 1.000 ha próprias; além de outras 1.000 ha que chegaram a arrendar para o plantio de arroz e soja. Atualmente as estratégias produtivas são desenvolvidas em conjunto pelos três irmãos e uma irmã, com investimentos econômicos diversos no município, como postos de combustível, hotelaria, além das lavouras. Durante a entrevista, orgulhava-se em ter toda a gestão dos negócios nas mãos de integrantes de sua família, em que os(as) filhos(as) e sobrinhos(as) já assumiam os postos estratégicos do controle financeiro.

Quanto ao segundo citado, sua família também é de pequenos colonos da região da Quarta Colônia, onde seu pai era proprietário de “vários pedacinhos” que, somados, atingia 80 ha. No início de 1980, ele e seus outros 4 irmãos arrendam 80 ha de terra para plantio de arroz e outros 80 ha para plantio de soja em São Gabriel. A partir de então várias outras frações foram arrendadas, adquirindo, no início dos anos de 1990, duas áreas de terra, uma de 199 ha e outra de 170 ha. Em 1996, os 4 irmãos começam uma espécie de peregrinação por vários municípios da fronteira, arrendando e comprando terras: nesse ano, compram 545 ha em Santana do Livramento, que vendem em 2003 e compram outra 800 ha em São Borja, no mesmo ano. Em 2006, vendem a área em São Borja e compram 845 ha, retornando a São Gabriel, onde em 2009 compram mais 1.000 ha, e em 2010, adquirem outros 1.370 ha. Ou seja, hoje em São Gabriel, possuem 3.215 ha, além de arrendar outros 500 ha. Somente a poucos anos atrás construíram uma casa na cidade, mesmo conservando a casa na propriedade, onde se dizem estar mais à vontade. O projeto de vida dos 4 irmãos seria cada um possuir 1.000 ha de terras próprias. Como no caso anterior, orgulhava-se que o filho mais velho, formado em engenharia mecânica, estivesse assumindo os negócios da família.

Esses dois casos citados são um exemplo de como se altera a morfologia social no município, justamente no período em que os rendimentos da pecuária descessem e as

posições dominantes, no mínimo, se fragilizam. Mas não só isso, representam as diferentes maneiras de ver a terra como ativo produtivo, em que as trajetórias dos filhos de descendentes de colonos, que voltam a assumir os negócios da família, contrasta com as trajetórias dos filhos dos estancieiros que buscam se inserir em empregos urbanos – voltarei a estes aspectos.

No que se refere às estratégias econômicas, a fragilidade das posições então estabelecidas não se dá somente pelo fato de diminuição dos rendimentos da pecuária, vendo-se na eminência de reverter as trajetórias sociais pela venda dos ativos fundiários ou pelo arrendamento de áreas de terra a terceiros. No caso daqueles que optaram por iniciar lavouras por conta própria, há um conjunto de disposições, conhecimentos e posturas que são necessários internalizar para que se tenha sucesso nos empreendimentos e isso é vivido não sem algum grau de sofrimento, que pode determinar o fim das iniciativas por conta própria. Dos 16 estancieiros entrevistados, 6 haviam iniciado plantações por conta própria, mas somente 1 deles ainda continuava na direção das lavouras. Os outros 5 haviam entregue as lavouras para arrendatários. O caso do casal de estancieiros Moacir, advogado, 71 anos, e sua esposa, Amália, professora, 65 anos, com 500 ha, cujos dois filhos seguiram trajetórias em empregos urbanos, pode ser citado como exemplo; explicando ao autor as conjunturas e motivos pelos quais havia optado primeiro por terminar com o gado e investir nas lavouras e, depois, em arrendar, declararam:

Moacir: houve uma época em que o gado não tinha valor nenhum, nem os bovinos nem as ovelhas. Naquela época o preço estava tão em declínio, tão em baixa que eu disse: “quer saber de uma coisa, estou marcando passo”, resolvi plantar. Primeiro ano me sai bem, depois, no segundo, fui mal e no terceiro também e aí já não deu certo. Eu tinha tudo, máquinas de todo tipo. Vendi as máquinas e arrendei a terra. Amália: foi aí que tu foi mal, ficou sem o gado e teve que arrendar. Moacir: é, mas não fiquei com dívida em banco... O problema é que eu resolvi plantar sem conhecimento. E era empregado que incomodava, máquina que quebrava... Às vezes dava raiva. Na verdade eu sempre fui mais da criação mesmo, a criação é o nosso forte aqui, não a agricultura.

O entrevistado resolve partir para as lavouras porque os rendimentos com a pecuária eram considerados pequenos. Contudo, “não deu certo” e acabou optando por arrendar sua terra. A afirmação de que “eu sempre fui mais da criação mesmo” foi registrada em outras declarações também. Ela traduz o que se argumentou acima. Ou seja, as novas disposições

exigidas pelas lavouras não dizem respeito somente com os conhecimentos técnicos específicos. Mas, sobretudo, de um acompanhamento e mando sistemático dos empregados e das tarefas a realizar em cada lavoura. Frente à constatação do pesquisador, verbalizada a um dos entrevistados, de que, no entanto, havia agricultores “fazendo dinheiro” com as lavouras em São Gabriel, a resposta foi a seguinte: “não, mas aí é diferente, são eles mesmos que tocam”. Esta frase é por demais significava e expressa as tensões que a elite estancieira passou a enfrentar. Em primeiro lugar reconhece que o trabalho daqueles agricultores é com base na mão de obra familiar: “são eles mesmos que tocam”. Em segundo lugar, são “eles”, em contraposição a “nós”: operam as máquinas, acompanham os empregados, envolvem os filhos e mulheres. “É diferente” porque, no caso dos estancieiros, não há disposição dos integrantes da família para tal, como há entre os descendentes de colonos.

Estes, por sua vez, referindo-se aos estancieiros que haviam empreendido lavouras, faziam questão de marcar as diferenças de postura para com as lavouras, como se pode perceber nestas declarações abaixo:

Este pessoal aí, que eu conheci, o único que plantava e colhia mais ou menos era o Dr. Fábio, que tinha um gerente bom. Os que se meteram a plantador, que eram dono de propriedade, tiveram que vender as terras, hoje não tem mais nada. Não é só em São Gabriel, em Dom Pedrito que eu conheço bem, Rosário do Sul, a maioria das melhores terras de agricultura já estão na mão do pessoal que veio de fora, do *peçoal de origem*, já compraram tudo. O pessoal que era daqui e que se meteram a plantar, uns 90% quebraram. Mas claro, só ficam na cidade, manda empregado... tu sabe que empregado mandado por telefone não dá certo. **Se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar. Esse é o lema.** Você tem que saber fazer para ver se estão fazendo certo. Os caras chegavam no banco e o gerente dizia... quantas vezes o gerente me contou isso: “fulano, como está a lavoura”. O cara pegava o celular e ligava para o capataz e dizia: “ta que uma beleza”. “Esse para mim”, dizia o cara do banco, “esse não serve”. Se o cara vai ligar para perguntar como é que está lá é porque ele não sabe nada. Ele [o gerente do banco] tem que perguntar e você tem que responder: “está assim, está assim, ou não está assim, está com problema de seca, a água está boa...” e não ligar para o empregado. O empregado se faz de vesgo. Aí na hora de colher não dá nada (Sergio, 50 anos).

*

Esses aí, não adianta plantar. **Eles não têm a mania de estar todo dia lá cuidando.** Lavoura tem que estar em cima. *Lavoura é pra gente de origem* (Valmor, 85 anos).

O fato de ter “mania de estar todo o dia lá cuidando” das lavouras, ou ter como lema “se tu não sabe fazer, tu não sabe mandar” os empregados, poderia resumir todo o sistema de disposições sociais internalizado desde a infância com os pais, reforçada e reafirmada positivamente pela prática ao longo de suas próprias trajetórias. Não seria razoável esperar outro tipo de comportamento de quem tem inscrito em seu *habitus* o trabalho com a terra como a única medida e possibilidade de progresso social ao longo das gerações. Aliás, como argumentado no final do Capítulo I, toda a produção ideológica da elite dirigente do estado entre o final do século XIX e início do século XX, responsável pela justificação da colonização nas áreas de matas, esperava e animava esse comportamento nos imigrantes, como os detentores do *espírito do capitalismo* e do progresso pela disciplina do trabalho. Obviamente, o estranhamento é mútuo com os agentes sociais de origem na estância. A desvantagem destes últimos é que a concorrência entre grandes plantadores fulmina, sem perdão algum, seus empreendimentos se forem fundados sob as práticas por eles herdadas como *habitus*; elas não são mais sancionadas no espaço social, como no caso do gerente de banco que reprovava o fato de ter que ligar para o empregado para saber como estava a lavoura. Esta é a exata medida do senso de inadaptação a um meio social para cujas regras que se tornaram hegemônicas não houve treinamento ao longo de seus processos de socialização.

Além disso, um dos resultados que já seria previsível esperar são as diferentes visões quanto aos usos produtivos do solo, que aparecem como a própria afirmação de seus *habitus*. Enquanto os estancieiros afirmam “eu sempre fui mais da criação mesmo”, os descendentes de colonos, ao contrário, afirmam não gostar da pecuária, porque “sempre preferi mais a lavoura mesmo”, ou “lavoura é pra gente de origem”.²⁰⁹ Neste último caso, não é que haja um veto às criações, mas uma avaliação econômica minuciosa de qual atividade há maior retorno monetário. Como no caso das declarações abaixo que, quando perguntados se era somente arroz e/ou soja que tinham em suas propriedades, disseram:

Sergio: eu crio um pouco, mas meus outros irmãos são contra. Pesquisador: os outros são contra? Sérgio: o campo ali é muito caro para a pecuária, é muito de agricultura, que rende mais. Só se povoar bem [de bovinos] o campo... Mas custa caro uma lavoura de arroz ou de

²⁰⁹ Assim como a frase atribuída aos estancieiros, as frases e suas variações atribuídas aos descendentes de colonos foram ouvidas por vários dos entrevistados.

soja para depois colocar gado. E nessa terra, não é uma terra propícia para pecuária. Para pecuária, no caso, só as serrinhas, essas partes que não dá planta (Sergio, 50 anos).

*

Eu tenho um gadinho também, mas é pouco. Nunca fui muito do gado, não gosto. Até arrendo a pastagem no inverno para os outros colocar um pouco de gado, mas não muito porque senão soca a terra. É que a lavoura dá mais (Vinícios, 32 anos, 1.000 ha em conjunto com o irmão mais velho que é agrônomo)

Para a primeira declaração, terras para o gado são aquelas em que não é possível aproveitar com as lavouras. Já a segunda declaração relata que o gado “soca muito a terra” e isso prejudica o rendimento das lavouras. Para ambos, as lavouras proporcionam lucros maiores, quando comparadas com a pecuária.

No caso dos estancieiros, não é que desconheçam que as lavouras possuem um rendimento monetário maior por unidade de área. Mas o cálculo é mais complexo e passa por não haver disposição de internalizar a “mania de estar todo dia lá cuidando” das lavouras. Até bem pouco tempo atrás era exatamente em contraste com essa atitude que eles se diferenciavam e se afirmavam como classe dominante no espaço social. Enquanto seu poder econômico estava sancionado, sua distinção e afirmação de poder simbólico se dava por conceber maior liberdade frente às restrições da necessidade econômica. Entretanto, agora, para manter ou conservar um nível de consumo de elite, só se seus domínios forem muito grandes, ou internalizar as regras hegemônicas de funcionamento do campo econômico, mesmo que a custa de sofrimento, ou amargar resignadamente o descenso social.

Estas contradições podem ser vividas a tal ponto em que não se reconhecem mais como fração dominante dentre os proprietários de terra. Também passam a fazer uma releitura da história e não se identificam como beneficiados com o fato da ocupação do território ter se procedido por meio de grandes estâncias de gado, em seu caso, quando em comparação com as regiões de colônias de pequenos proprietários. A este respeito, quando o casal de estancieiros, Paulo e Marcia, referiam-se a um determinado livro de fotografias sobre as estâncias do município, declararam o seguinte - vale a pena analisar a longa declaração:

Marcia: ali, as fazendas que estão restauradas, que estão maravilhosas, tem umas lindíssimas, são todas de italiano ou alemão; de gente que veio para cá, mas gente que tem outra coisa por trás, que tem um gênio, que tem não sei o quê.

Paulo: Sem querer, ou querendo, o governo favoreceu eles, porque eles tiveram que lutar para vencer e isso transmitiu essa ideologia para os descendentes. Se eles encontrassem um paraíso aqui, eles iam se acomodar.

Marcia: sim, quando vieram os italianos sobrou as piores [terras].

Paulo: e aí começaram a baixar para cá, hoje eles estão aqui.

Marcia: ah tão, com a soja eles vieram para cá e com outra mentalidade. Inclusive, aqui muita gente entrou pelo cano quando os *gringos* chegaram, porque os *gringos* são vivos, muito mais vivos que os daqui [risos]. Mas foi indo, foi indo, claro, porque quem é que veio para cá: os atilados, os empreendedores, que começaram... Essas pessoas que vêm, vem com tudo e os daqui ficaram muito naquela do paternalismo, da festa...

Pesquisador: e essas pessoas se envolvem na comunidade, como que é?

Marcia: sim, atualmente sim, os filhos casaram, vieram pra cá, já estão na segunda, terceira geração.

Paulo: aquela época, assim... já não existe mais. No início era uma coisa feia! Aqueles *gringos* que falavam tudo diferente, não saiam de dentro das propriedades, trabalhavam tudo meio sujos, descalços, com a mulher, os filhos...

Marcia: hoje já os casamentos... Porque antes era muito separado, aqui quem era de fora era o *gringo*, atualmente isso já não existe mais.

Paulo: até porque os daqui não são mais ricos. Não adianta tu querer bancar, é preferível tu aceitar o próprio rico, do que tu querer bancar o rico se tu não é.

Marcia: às vezes eu ouço as pessoas dizer “ah, não existe mais dinheiro em São Gabriel” e eu digo “existe sim, só que mudou de mão”. Tu anda em São Gabriel, tu vê casas maravilhosas, mas estão na mão de descendentes de italianos e alemães, gente que veio para cá com uma mentalidade de trabalho.

Frente ao fato de existir no espaço social novos agentes tão ou mais poderosos economicamente quando em comparação com os já estabelecidos, até a história de ocupação do espaço agrário do Rio Grande do Sul ganha reinterpretação: os colonos é que seriam os verdadeiros beneficiados por terem sido instalados nas piores terras e em pequenas propriedades, pois “se eles encontrassem um paraíso aqui, eles iam se acomodar”. Mas o mais importante deste trecho da entrevista são as transformações que se processam quanto ao olhar dos estancieiros sobre os *gringos*. Estes últimos “começaram a baixar” em São Gabriel com o desenvolvimento das lavouras e em um ambiente de ampla

diferenciação social. Ora, os primeiros não só eram os senhores absolutos da terra - em que “era difícil achar terras para arrendar”, segundo as declarações dos descendentes de italianos citados acima – como o eram com relação ao domínio da língua, pois “aqueles *gringos* falavam tudo diferente”. Além disso, era um contraste o fato dos *gringos* quase não possuir vida social, pois “não saíam de dentro das propriedades” e cuja base do trabalho era a familiar, da esposa e dos filhos. Entretanto, com o fato de serem, agora, os *gringos* considerados novos ricos, a sensação de posição social se inverte, em que não “adianta querer bancar” ser rico se não é, sendo melhor “aceitar o próprio rico”. Uma das implicações, apesar da insegurança na afirmação e no tom de voz da entrevistada, são os casamentos entre pessoas de diferentes origens. Frente a este conjunto de alterações, em que o dinheiro existe, mas “só que mudou de mãos”, o *habitus* é tensionado a positivar a “mentalidade de trabalho” com a qual os *gringos* estariam historicamente embebidos.

Questionado em sua base econômica, que lhe dava sustentação, a sensação de inaptidão representa a crise do *habitus desinteressado*, formado numa fase anterior da luta de classes. É o desenrolar desta crise, para além dos efeitos sobre o campo econômico, que aprofundaremos na próxima seção.

2. Crise do *habitus desinteressado*

Com relação aos negócios, Aderbal Quadros sempre achara o lucro uma coisa indecente, e dava pouco ou nenhum valor ao dinheiro. Uma das razões por que perdera a fortuna fora seu incurável otimismo, sua incorrigível falta de habilidade comercial, sua inabalável confiança na decência inata do homem. Recusava-se, em suma, a acreditar na existência do mal. (Érico Veríssimo. O tempo e o Vento. O Arquipélogo. Vol. I, p. 263).

A análise comparativa com o caso dos *gringos* no espaço social é também uma escolha metodológica do analista para fazer transparecer as particularidades do *habitus* estancieiro. Talvez seja a principal situação polar mais citada na fala de ambos os entrevistados, até porque se trata de indivíduos que modificam suas posições na estrutura social ao longo do tempo, um descendente e outro ascendente – e por isso da opção destas posições sociais como recurso de análise. Mas não raro os estancieiros também se referiam pejorativamente a empresas ou a outros indivíduos que haviam comprado terras no município, ou mesmo a outros estancieiros, atribuindo-lhes a pecha de “águia nos negócios” (Paulo, em conversa no cotidiano), que “só pensam no econômico, em ficar ricos

e não na comunidade”, e mesmo, em tom rancoroso, de “ladrões” (Marcelo, em conversa no cotidiano). Aliás, poucas foram as entrevistas realizadas com os estancieiros em que a conversa sobre o *mundo econômico* tenha fluído bem – o inverso ocorria nas entrevistas com os *gringos*. Havia questão de demonstrar ao pesquisador não só *desinteresse*, mas desconhecimento de maiores detalhes sobre o funcionamento econômico nas estâncias – como os índices zootécnicos e número do rebanho por faixa de idade. Frente ao desconcerto e, algumas vezes, insistência do pesquisador em fazer retornar determinadas perguntas à conversa, a mais frequente manifestação era, educadamente, pensar lentamente e fornecer “uma idéia” a respeito da questão ou então elaborar alguma resposta evasiva. O exemplo mais representativo desta situação foi a seguinte resposta de uma senhora estancieira:

Eu ligo tão pouco para essas coisas, essas coisas materiais, que vou te contar meu filho. Não estou nem aí. Não sei te dizer (Sara, 55 anos, 900 ha)

Respostas deste tipo não se devem ao fato de que a entrevistada era mulher, potencialmente distante dos negócios por eventual posição social submissa, mas a mesma dificuldade se repetia entre os homens.²¹⁰ O pensamento lento e evasivo a este respeito eram os melhores indicativos de que não adiantava ao pesquisador insistir sobre determinados temas. Entretanto, o contrário ocorria quando os assuntos tratavam da história familiar, das trajetórias dos integrantes, das atividades consideradas prazerosas como música, poesia, literatura, pintura e, em alguns casos, outros idiomas, além de diversas atividades realizadas durante a vida de maneira *desinteressada*. Das seis linhagens pesquisadas em profundidade, quatro delas possuem publicadas a genealogia da família – três delas em livros e uma em página na internet. Era impressionante, aos olhos do pesquisador, a memória e capacidade dos entrevistados em recordar dos nomes e principais situações familiares de várias gerações passadas.

²¹⁰ Se uma coisa parece ser possível de concluir sobre as mulheres de elite estancieira, ao menos daquelas entrevistadas e que conversei, é que elas não são, absolutamente, submissas frente aos homens. Um dos motivos talvez se deva ao fato de que as heranças são divididas igualmente entre homens e mulheres internamente às famílias e isso garante poder frente aos homens. Diante de uma possível separação, as mulheres permanecem com os bens trazidos ao casamento. Se for somente a mulher a que trouxe bens fundiários ao casamento, o que pode ocorrer é a transformação do marido em “gerente” de sua propriedade, caso relatado ao pesquisador. Nessa situação, quem se torna submisso na relação é o homem e não a mulher. Casos de inovações produtivas na estância, melhorias de sistemas de produção, produtividade e mesmo a expansão dos domínios da mulher, em alguns casos, estavam ligados a esta posição subalterna do marido que, talvez, visse como única forma de reconhecimento perante a família da esposa, fazer seus bens multiplicar.

Como classe em descenso social, a volta ao passado e à lógica da determinação do valor baseadas em outros valores que não apenas o monetário, mesmo que na forma de recordações e cultivo das memórias, torna-se um mecanismo de ir buscar ou reivindicar poder simbólico e reconhecimento social nos períodos considerados gloriosos à família. Um papel semelhante cumpre a participação direta em entidades e eventos responsáveis por embalar restaurações de prédios antigos, nos quais se revive as façanhas dos antepassados e se atualiza no presente a legitimidade das linhagens, das posições sociais e se acumula em homenagens, reconhecimento, respeito, em uma palavra, se ritualiza e reatualiza a fonte de poder simbólico baseada numa estrutura social anterior. A própria elaboração da genealogia e história familiar, além das principais realizações de cada ascendente mais remoto até ele próprio, manifesta que sua geração atual é responsável por honrar, manter o nome e perpetuá-lo socialmente. Mais que isso, de conservar os vínculos com outras grandes linhagens que fornecem uma espécie de valor social e manutenção do status social. Assim, se, por um lado, o próprio nome torna-se um trunfo a ser defendido e valorizado por seus membros, que em determinadas situações sociais pode render reconhecimento e homenagens, por outro, pode se transformar numa camisa de forças difícil de se libertar, de modo que em ambas as situações a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.²¹¹ Em um sistema social em que as regras do campo econômico tornam-se hegemônicas, a valorização das tradições e comportamentos herdados e hegemônicos num momento passado da luta de classes pode determinar que as “famílias tradicionais ficam somente no nome”, pois “estão todas quebradas”, como declarou ao pesquisador, Leonardo, 62 anos, ele próprio descendente de duas linhagens de barões, tanto por parte de mãe quanto de pai, e falido financeiramente, cujas terras de herança não possui mais.

Leonardo, na entrevista ao pesquisador, orgulhava-se de seus feitos, como caçadas, danças, participação em campeonatos de esportes diversos, gosto por carros e caminhões, mulheres, gentilezas e doações financeiras *gratuitas* – que sua mãe também fazia com frequência “a todos que precisassem” -, mas nunca gostou de estudar, nem apareceram referências à vida econômica na estância. Durante a juventude, Leonardo acendia cigarros

²¹¹ Esta última frase, como o leitor percebe, é inspirada na famosa frase de Marx, em ‘18 Brumário de Luís Bonaparte’: “A tradição de todas as gerações mortas pesa sobre o cérebro dos vivos como um pesadelo” (Marx, 2008, p. 207).

com notas de dinheiro, motivo de risos quando da declaração ao pesquisador; feito também recordado por outros estancieiros quando se referiam a ele. Estas ações tinham o efeito de fazer reconhecer que o poder simbólico de sua linhagem não advinha somente da riqueza do poder econômico, pois o campo propriamente econômico e suas regras específicas ainda não eram hegemônicas neste espaço social sob os demais domínios das práticas econômicas. Em outras palavras, as regras em desenvolvimento do campo econômico propriamente dito ainda coexistiam com as regras de uma economia moral e caracterizavam esta formação social em transição. Em tal universo, há uma luta por fazer vir ao mundo um modo de dominação sob a violência simbólica aberta do dinheiro, em contraposição às práticas econômicas dissimuladas pelo véu das obrigações morais. Ambas as situações transformam as relações arbitrárias em relações legítimas e naturais, de diferenças de fato em distinções oficialmente reconhecidas (Bourdieu, 1980, p. 216). A prática de doações *gratuitas* também é uma forma de acumulação, pois inicia uma relação durável de obrigações que permite satisfazer o interesse econômico sob uma forma aparentemente desinteressada. O que se busca acumular em tais relações é um capital de obrigações e dívidas que serão quitadas sob a forma de reconhecimento, de respeito, de fidelidade pessoal, de prestígio e, não raro, pelo trabalho e serviços.

É um equívoco pensar que o caso de Leonardo fora exceção nesta formação social, antes uma regra àqueles em posições sociais e trajetórias semelhantes. Se a destruição de dinheiro para acender cigarros pode ser encarada como uma situação extrema de demonstração do poder simbólico herdado e mantido por outras práticas que não o monetário, está longe ser o único. Nada mais representativo de comportamentos semelhantes como regra social do que a tradição dos três bailes em sequência durante a realização das exposições de gado, o consumo suntuoso, ou das tradições de jogos e apostas nas mesas do Clube Comercial no município ou na capital do estado.²¹² Situações sociais de festas e ritos que buscam reafirmar a hierarquia num espaço social onde, cada vez mais, esta mesma hierarquia torna-se instável e susceptível de ser colocada em causa não somente entre seus pares, mas por novos e poderosos agentes sociais que estão em plena ascensão. O mecanismo que parece operar neste sistema social é uma espécie de *potlatch*,

²¹² Sobre os jogos e apostas em clubes sociais, não somente isso apareceu em várias entrevistas, mas principalmente em situações vividas no cotidiano, seja com os estancieiros ou com outras pessoas, como comerciantes e o funcionário do próprio Clube Comercial no município.

consumo/destruição de riquezas, proposto por Mauss (2007) ainda na primeira metade dos anos de 1920, no caso das sociedades indígenas no Norte-Oeste Americano, os Tlinkit e os Haïda: tribos ricas que passam o inverno numa imensa festa para troca de presentes, seguido da destruição das riquezas, e cujo princípio é a rivalidade e a luta entre os chefes; o objetivo perseguido para estabelecer as hierarquias é a oferta e destruição do maior número de riquezas. Nesta relação não se busca um ganho material e aqueles que participam devem mostrar todo o desprezo da riqueza por ela mesma. O que se mede é a grandeza em termos de honra e de prestígio.

Por mais que no caso diretamente estudado não ocorra a troca de presentes entre os participantes destes jogos sociais, é a honra dos jogadores e a capacidade de invocar capital simbólico que está em questão. O que mais importa são os significados da destruição das riquezas, seja literalmente, ou em demonstrações como bailes suntuosos. Sobretudo, importa que seja uma demonstração de poder pelo ato de mostrá-lo como capital simbólico, em que o acúmulo de riqueza material não tem justificação em si. Ou seja, importa fazê-lo reproduzir e legitimar as hierarquias em vigor, pois a acumulação de riquezas não é mais do que um meio entre outros de acumular poder simbólico como recurso de fazer-se reconhecer com poder. A destruição de riquezas se passa como que uma despesa demonstrativa, por oposição à produtiva, e representa ao mesmo tempo todas as despesas visíveis como manifestação de riquezas reconhecidas em uma formação social (Bourdieu, 1980, p. 226). Em outras palavras, destruir o dinheiro é uma forma de autoafirmação legitimadora pela qual se faz reconhecer o detentor da maior honra e, assim, da maior concentração de poder. Estamos, portanto, diante de uma economia da *demonstração* em que o poder se afirma de maneira visível, pública, por oposição a todos os demais poderes ocultos e escondidos, como o do burguês que procura acumular dinheiro. O título de propriedade e a certeza de pertencer a uma casta nobre lhes autoriza não só a ocupar a posição dominante na hierarquia, como demonstrar esta associação pela queima – literal ou não - de dinheiro. Nada mais compreensível que não haja poupança monetária, como gostariam os economistas, neste sistema social, lido pelo argumento da eterna “descapitalização da pecuária”.²¹³ O problema não é a “descapitalização” deste sistema,

²¹³ A maior representante deste veio interpretativo é Pesavento (1980a; 1980b).

mas as regras sociais de hierarquia e poder que determinam um dado uso dos recursos monetários.

Contudo, estamos tratando de um sistema social em transição, em que as regras de funcionamento do campo econômico progressivamente se autonomizam das regras morais. Cada vez mais se torna difícil de obter a crença e a obediência dos outros, tanto para mobilizar a força de trabalho, quanto de reconhecimento social das demais frações de classe. Este *habitus* investido do desinteresse aparente é ferido de morte quando a única e/ou principal fonte de obtenção de poder simbólico se torna o capital monetário: único capaz de mobilizar força de trabalho, reconhecimento social, bens e serviços diversos, reconstituir hierarquias e distinção social – saudações à história como parteira de um novo mundo!

Talvez, uma das transformações mais aparentes na vida da elite estancieira seja a posição que as profissões passam a ocupar no conjunto de suas estratégias de reprodução social. Enquanto a elite estancieira possuiu uma trajetória de ascensão coletiva, os investimentos em títulos escolares transformavam-se num adendo importante para consolidar e reforçar as posições sociais de origem. Em entrevista ao autor, Marcelo, 68 anos, estancieiro e advogado, declarou que seu irmão, também estancieiro, havia trabalhado como psicólogo gratuitamente no Fórum da Justiça no município. Vários outros casos foram relatados de médicos e advogados que não cobravam atendimento, especialmente, dos mais pobres; e eram lembrados principalmente quando as famílias de trabalhadores nas estâncias se referiam a algum membro de famílias importantes no município. Os títulos escolares transformavam-se num recurso de ampliação das trocas de favores, de constituição de dívidas morais, das redes de dependência e do capital social, como analisado no Capítulo V.

Enquanto no Nordeste os investimentos escolares da elite eram uma forma de evitar o descenso social pela reconversão de relações sociais e poucos recursos econômicos disponíveis em capital cultural e escolar (Garcia Jr., 2007), no caso da elite estancieira era um investimento que se enquadrava em uma estratégia de ascensão do grupo familiar e de seus membros. Essas profissões podiam ser exercidas pelas regras morais do *desinteresse*, que se convertiam em dívidas e em capitais de relações e simbólicos para os membros desta

elite. Ser estudante em escola superior identificava a distinção social de jovens de famílias ricas e em ascensão do estado.

Era a ratificação das posições herdadas destes jovens filhos das famílias mais ricas do estado. Roupas adequadas, lugares sobre os quais exerciam sua “ditadura”, *esbanjamento de dinheiro*, a intervenção “em tudo”, criavam de fato “uma forma à parte”, um espaço próprio de *conhecimento e interconhecimento* que reunia jovens de famílias abastadas vindos de todo o estado (Grijó, 1998, p. 92-93 – os grifos em itálico são meus).

O exercício das profissões pelos filhos da elite estancieira transformava-se num meio de exercitar o *habitus desinteressado*, prática estruturante do próprio sistema de referência social internalizado. Além disso, as escolas superiores transformavam-se num ambiente social em que também encadeavam jogos de honra que tinham na destruição de riquezas seu fundamento e medida.

Entretanto, com as transformações do espaço social e alterações da ordem dos valores hegemônicos que permitem acumular maior volume de capitais de maneira estável, como os investimentos escolares passam a compor as estratégias destas famílias?

De fato, há uma mudança radical. Vejamos, a seguinte declaração sobre o fundamento das profissões no conjunto dos investimentos familiares, numa conjuntura de queda relativa dos rendimentos monetários e das dificuldades da família. Em um momento da entrevista, o casal de estancieiros Marcia e Paulo declarou - esse casal, do total da propriedade de 1.700 ha, possuía 300 ha arrendados para soja e arroz:

Marcia: a gente está num dilema. Tu não sabe o que vai fazer. Se vai para um lado ou vai para outro. Por que a realidade que nós vivemos hoje, quem é só produtor rural, é essa: ou a gente muda ou perde tudo. São muitos custos, tudo o que tu ganha é para pagar os custos.
Paulo: a não ser que tu tenhas uma renda fora do setor, uma profissão, uma renda extra. Aí você consegue, inclusive, tirar de um lugar e colocar em outro, investir lá fora [na estância].
Marcia: eles [o governo] dizem que esta região aqui - a gente houve muito - os fazendeiros são atrasados e não sei o quê, mas hoje quem está bem é quem não depende da propriedade para viver, tem uma outra profissão e muitas vezes serve para tirar dinheiro do imposto de renda... claro porque daí tu aplica lá.

Os investimentos escolares perdem qualquer perspectiva de serem desinteressados quanto ao acúmulo de capital monetário. Possuir uma profissão remunerada e ser *produtor rural* passa a ser considerada a melhor das estratégias. Ela permite também maiores

possibilidades de investimento na estância e de aplacar o *dilema* vivido pelo fato de que “tudo o que tu ganha é para pagar os custos”. Deve-se perceber que a autoimagem, na verdade atribuída ao governo, mas incorporada, é a de “fazendeiros atrasados” em dificuldades para se reproduzir apenas como *produtor rural*, sendo que “quem está bem é quem não depende da propriedade para viver” por ter uma profissão remunerada. Para este casal, o próprio futuro imaginado para os dois filhos previa exatamente esta trajetória: possuir uma profissão remunerada e manter a propriedade da estância como outra fonte de rendimentos.

É interessante observar os dilemas vividos por outra família que possui toda a propriedade de 1.400 ha arrendada a terceiros, e perceber, também, o lugar dos investimentos escolares em suas estratégias de reprodução social. Em entrevista ao autor, Sara, 67 anos, mãe de duas filhas, de 40 anos e 36 anos e um filho de 38 anos, todos casados ou separados, quando argumentava livremente sobre as dificuldades monetárias da família devido aos baixos preços alcançados pela saca do arroz, declarou:

Tu sabe, meu filho, os arrendamentos são muito comuns aqui na Região Sul. Agora, eu acho que meus netos têm que tocar para frente. Tem que ter uma profissão, porque não dá mais para viver com o que nós vivemos até hoje. Eu e meu marido vivíamos da estância. Agora está dividido em quatro. Na verdade ainda é junto, mas com a morte de meu marido a gente deixou cada um livre para arrendar sua parte [350 ha para cada um]. Então não há possibilidade. Cada um tem que ter a sua profissão. A área é muito pequena para cada um. Arrendamos a área de arroz para uma pessoa maravilhosa. Era de inteira confiança de meu marido, tanto que ele continua arrendando tanto para a agricultura quanto para a pecuária. Nesse ano o preço do arroz foi uma miséria. Coisa incrível. Cheguei a tal ponto que meus filhos reuniram e disseram: “não, não tem mais condições de levar a vida que a gente levou até hoje com o arrendamento”. A não ser que se venda uma parte do campo. Aí é uma maravilha, tu compra um palácio com a venda de campo, o que não é o caso; todo mundo pensa em deixar para os filhos. Por este motivo que eles resolveram de abrir o bar.

O fato de ter uma profissão remunerada também aparece como condição para continuar a ter um determinado padrão de consumo aceitável. Mas o mais importante desta declaração são as opções para buscar conservar o nível de vida. A possibilidade de reassumir o controle da estância ou as parcelas que cabe para cada um não é citada. O que se coloca e é visto para os netos é a perspectiva de ter uma profissão, uma vez que dentre os

filhos somente uma delas possui a faculdade de zootecnia, sem nunca ter exercido. Quer dizer, também não são quaisquer profissões que possibilitam ter uma fonte de renda extra, haja vista que os títulos relacionados com as ciências agrárias lhes lembram as relações das quais não entra no arco das possibilidades como projeto de futuro. A opção dos filhos para buscar complementar as rendas do aluguel das terras foi abrir um bar no município, pois “a área [de terra] é muito pequena para cada um” viver somente com essa fonte de recursos. Da reunião dos filhos se decidiu abrir um negócio urbano e não o investimento em suas terras. Isso é interessante porque, em declaração ao autor e em outra ocasião, o filho de Sara relatava que o arrendatário das terras da família era um *gringo* que começara as lavouras de arroz com juntas de boi. Posteriormente, o arrendatário comprara tratores e todas as demais máquinas necessárias aos trabalhos, sendo que atualmente tornara-se mesmo proprietário de terras localizadas próximas da estância em questão. Para o filho de Sara, “o *gringo* chegou com uma mão na frente e outra atrás e hoje está rico!”. Obviamente que o julgamento social do que é ser rico para uma posição social potencialmente considerada inferior tem completamente outro sentido, mas a questão sociologicamente importante é que ele não se dispunha a assumir os trabalhos seja da criação, seja das lavouras. Nesse caso, além da força do *habitus* e do senso de localização social que podem ser percebidos em toda a sua expressão, também há, como no caso dos arrendatários franceses do século XV (Duby, 1991, p. 9), uma mentalidade que recua ante as preocupações e os riscos da gestão direta, preferindo uma renda fixa, mesmo que considerada insuficiente, a uma renda variável, ainda que potencialmente mais elevada.

Em comparação com o período de ascenso social, em que o título escolar servia como ratificação da posição social herdada e, portanto, poderia ser uma opção ou não pelos filhos da elite estancieira sem prejudicar suas posições na estrutura social, agora eles se veem na obrigação de participar da concorrência pelos diplomas. Não são mais as redes de relações que conferem o acesso a uma escola superior, mas a concorrência pública. Mesmo assim, nada garante que o efeito da concorrência e superprodução de títulos não venha a desvalorizar seus próprios diplomas, anulando esta estratégia de obtenção de postos de trabalho. Mas, em qualquer situação, o preço a pagar por não entrar nesta concorrência é sofrer a desclassificação, mesmo que continuem como proprietários de terras, consideradas insuficientes para a reprodução de estilos de vida desejados.

Os efeitos das transformações do espaço social se dão em todos os domínios da vida, aqui analisados parcialmente do ponto de vista das estratégias econômicas e dos títulos escolares.

Falta ainda analisar que tipo de padrão de consumo são característicos das elites estudadas, assim como a estrutura de custos e receitas da estância. Mais que isso, como estas esferas do mundo econômico propriamente dito são estruturadas em seus sistemas de pensamento e de orçamentos. Aspectos que serão analisados a seguir.

3. Orçamento familiar & orçamento da estância: modo de pensar a estrutura de custos e receitas

Não há nada de natural nos processos de registros e controles de receitas e de custos elaborados pelos indivíduos no decorrer da história. Nasce de longo caminho em que a realidade lhes obriga a efetuar algum tipo de controle sobre seus recursos e, implicitamente, algum grau de planejamento futuro. O que importa chamar a atenção é que esses registros são resultado das experiências concretas de como pensar e organizar o mundo econômico e nada define *ex-ante* a forma que tomará e os mecanismos de raciocínio econômico traduzidos na simples necessidade de tomar nota de receitas e de custos. A sua existência já explicita a necessidade de avaliação, a preocupação de medir lucros, perdas e o desejo de prever. As diferentes formas de realizar estes controles podem implicar na tradução de atitudes diferentes em relação às realidades econômicas.

Nos domínios feudais do Sudeste da França, estudados por Duby (1991, p. 12-13), foi somente a partir da segunda metade do século XIII que se disseminaram os controles de saídas e entradas de recursos. A evolução foi lenta e aos poucos os senhores dedicavam mais interesse sobre o estado das construções, às reservas alimentares e, com a crescente monetarização da economia, passaram a incluir o montante de dívidas, dos fluxos de moeda, dos empréstimos contraídos e das prestações a receber. Em um dos casos citados pelo autor, do *Comte de Provence* para os anos de 1249-1254, o livro de contas relacionava de forma desordenada as receitas do domínio e outras rendas do referido *Comte*, e todas as despesas não só com seus domínios rurais, mas de toda a ordem, relacionadas com sua posição social. Não havia a separação entre o que poderíamos chamar de gastos intermediários e utilizados na produção nos domínios e os gastos de consumo próprios e de

sua camarilha. Tal separação é uma invenção no/do capitalismo e constitui a base dos fluxos de caixa de qualquer empresa moderna de nossos dias. Neste caso, não há nenhuma hipótese de que nos balanços das empresas publicados na Bolsa de Valores estejam incluídos como custos intermediários os gastos pessoais dos capitalistas e suas famílias, que vivem com parte das remunerações líquidas da valorização do capital pela extração da mais-valia. Além disso, tomando estes dois exemplos citados, no primeiro caso, custos são todos aqueles que envolvem moeda, já no segundo caso, além dos fluxos de moedas, são tomados como custos todos os recursos intermediários que possuem valor de mercado, além das possibilidades de utilização em outros empreendimentos, como o custo de oportunidade da mão de obra e da terra.

No caso dos estancieiros estudados, já comentamos no final do Capítulo anterior que não houve a separação entre os gastos produtivos e os gastos próprios e de sua família. Nos dois casos de controle de fluxo de caixa obtidos diretamente com os proprietários de imóveis rurais, os custos de consumo pessoal são considerados como custos intermediários da estância, assemelhando-se mais com o controle realizado pelo primeiro caso do que com o segundo caso do parágrafo anterior. Além disso, são considerados como custos somente os recursos intermediados pela moeda e não aqueles utilizados a partir da própria estância ou os produzidos pelo trabalho não pago dos empregados. De fato, os fluxos de caixa dos estancieiros apresentam um extrato desordenado de receitas e gastos que são inextricavelmente misturados, do que resulta difícil ao analista uma aproximação dos recursos efetivamente utilizados como produtivos e aqueles utilizados para consumo próprio e da família. Mas, antes de se analisar estes controles, é importante assinalar ao leitor o processo pelo qual o pesquisador os obteve, pois muito da racionalidade neles envolvida se revela a partir do modo pelo qual se tornaram disponíveis.

Dentre as várias conversas mantidas com determinado estancieiro, proprietário de 1.700 ha, nas quais sempre havia a reclamação de que os custos eram muitos altos, ele, por iniciativa própria, se dispôs a mostrar ao pesquisador que, de fato, a estância “não dava lucro”. Depois de alguns cálculos de cabeça e pequenos rabiscos num papel, declarou-se assustado com o fato de gastar em torno de trinta mil reais mensais como média dos meses do ano. Frente ao espanto manifestado pelo pesquisador, disse que “ali era tudo igual” e os demais estancieiros também tinham gastos altos daquela maneira. Além disso, argumentou

que todos estariam com dificuldades de “pagar as contas”, o que só mudava era o valor comprometido mensalmente: uns seria trinta mil, outros trinta e cinco mil, outros quarenta mil, etc. Propôs-se, então, a demonstrar que, de fato, era aquela sua média mensal de gastos monetários e abriu, literalmente, seu *caderno* de controle espontaneamente. Foi então que o pesquisador demandou se seria possível copiar os controles de três anos seguidos, para o qual não houve nenhum impedimento: uma análise conjunta e demorada de mês a mês, em que o primeiro ditava a relação de gastos e o segundo anotava em seu caderno de campo os itens rigorosamente discriminados pelo primeiro. Assim foi possível copiar as relações de gastos dos anos de 2008, 2009 e 2010. Nesta ocasião em que se repassava as informações ao pesquisador, ele comentava com frequência que “isso aqui”, referindo-se aos gastos anotados em seu *caderno*, “não aparece lá na contabilidade”, referindo-se ao escritório de contabilidade, “para você ver que o gasto é bem maior”. O que deve ser retido pelo leitor é o argumento de que a estância “não dava lucro”, uma vez que os gastos monetários totais equivaleriam à receita total, além de que o cálculo realizado pelo escritório de contabilidade era falho porque não incorporava vários outros gastos da família. Mas neste *caderno* não havia as receitas da estância, presentes com o contabilista da família. Junto ao contabilista havia um controle das receitas da estância, relacionados à mão, discriminadas por mês em cada ano.

No segundo caso, posteriormente a este primeiro e depois de se perceber as particularidades de raciocínio envoltas na organização dos controles de fluxo de caixa, o pesquisador demandou diretamente ao segundo estancieiro, proprietário de 900 ha, se ele realizava tais controles. À resposta positiva, houve a demanda se seria possível tirar uma fotocópia dos controles de alguns anos, para o qual foi permitido para 2005, 2006 e 2007. Neste caso, o caderno de controles incluía, também, todos os gastos monetários produtivos e de consumo, discriminados por item e com sinal de menos (-) ao lado, além das receitas, discriminadas e marcadas por um sinal de mais (+). A mesma lógica de pensar os custos se repetia em ambos os casos e os gastos pessoais eram misturados aos gastos produtivos na estância. Frente à pergunta do pesquisador se, de fato, ali naqueles controles monetários realmente estariam todos os gastos pessoais dele e os gastos produtivos na estância, o entrevistado respondeu com a seguinte frase: “Os custos da estância se confundem com os meus”.

Um contabilista visitado pelo pesquisador, que não era o mesmo responsável pelo controle de fluxo de caixa de nenhum dos estancieiros acima, confirmou esta mesma lógica que orienta a organização financeira de seus clientes, para os quais ele procurava instruir, sem sucesso, sobre as formas consideradas corretas pela sua profissão de realizar os balanços. Para ele, segundo argumentou ao pesquisador, “imposto de renda não é custo da estância, isso é imposto”, da mesma forma que “juro do carro particular não vai no custo da fazenda”, ou ainda, que “a despesa com comodidades não se deduz da atividade rural”. Seus clientes reclamavam que ele não colocava essas saídas monetárias na contabilidade da atividade econômica; segundo sua declaração: “Eu nego! Querem colocar vários outros gastos e eu sempre digo que não! Eu tento dizer para eles, ensinar, instruir, mas nunca me ouvem, continuam fazendo do mesmo jeito”. Para este contabilista, “quem não administra custos, não tem lucro”, pois ele via como algo contraditório o fato dos arrendatários terem que pagar todos os custos das lavouras, viver com o que sobrava e, não raro, faziam para comprar *campo*, ou seja, mais terras, em contraposição aos proprietários de terras estancieiros: “como é que os proprietários não sobrevivem?”

Um terceiro estancieiro entrevistado pelo pesquisador, que realizava os controles contábeis no escritório deste contabilista do parágrafo anterior, proprietário de 2.600 ha, reclamava de que “não sobrava no final do ano”, por mais que seu gasto médio mensal fosse “entre quarenta a quarenta e cinco mil reais”. Seu problema seria o fato de que ele dependia somente da estância, pois não tinha uma profissão que lhe rendesse outras receitas. Se sua receita era alta, seus gastos também eram altos, de modo que “não sobrava”. Depois de uma série de ocasiões em que se discutiram os mais variados assuntos, obteve-se a permissão para tirar uma cópia dos controles contábeis da estância no referido contabilista.²¹⁴ Neste instante, o proprietário reclamou que seu contador não deixava incluir na contabilidade da estância “os gastos daqui de casa”. Frente a uma expressão de exclamação do pesquisador, ele continuou, dizendo: “não, não deixa! Aí o resultado é aquele que você vai ver lá, é um valor alto, mas aquilo lá não é real, o gasto é bem maior”. Este último trecho foi declarado em tom de cumplicidade, em que a exclamação do pesquisador foi interpretada como de espanto para com a atitude do contabilista. Ora, essa situação que se desenrola entre o pesquisador e o proprietário, seguida dessa declaração,

²¹⁴ Estes controles contábeis, para os anos de 2008, 2009 e 2010, acabaram não sendo analisados nesta tese.

expressa com toda a força uma maneira de pensar e organizar o mundo econômico incorporada como natural, para a qual “não é real” o que seu contador faz, pois em seu modo de pensar, e que, segundo sua interpretação, contou com a aprovação do pesquisador, é inconcebível não incluir “os gastos da casa”.

Deste modo, ao que tudo indica, parece haver uma mesma lógica que é amplamente hegemônica quanto às formas de pensar e estruturar os fluxos de caixa: são realizados de forma a considerar conjuntamente os gastos produtivos e os gastos de consumo próprio e da família. Desse modo, os gastos de consumo são elevados ou diminuídos de acordo com a rentabilidade potencial e percebida da estância, de modo que dificilmente “sobra” saldo positivo no final do ano. Isso explica porque, mesmo estancieiros com diferentes cifras de gastos mensais – trinta mil no primeiro e quarenta a quarenta e cinco mil neste último citado -, consideram que a estância “não dá lucro” ou que “não sobrava no final do ano”.

É esta ordem do raciocínio que se pode perceber no caderno do primeiro estancieiro citado, sistematizado na Tabela 23. Os dados aí apresentados foram agrupados sob uma única designação, quando seguiam uma mesma lógica de aplicação, mesmo que se tenha priorizado tornar o mais aberto possível a estrutura de custos. Além disso, foram descritos de acordo com uma ordem atribuída pelo pesquisador e não pelo caderno do estancieiro, em que se buscou torná-los de mais fácil compreensão pelo simples agrupamento de “rubricas” semelhantes, sem nenhum prejuízo da análise. Dividiu-se, assim, a apresentação dos dados em 12 tópicos, sendo eles: ‘1. Gastos diversos na estância’, incluem gastos envolvidos diretamente na produção na estância; ‘2. Ajudas diversas’, que informam as doações de dinheiro realizadas pelo proprietário; ‘3. Gastos médicos’; ‘4. Viagens’, referem-se a viagens especificadas no caderno do estancieiro, mas não significa que sejam as únicas realizadas, apenas que mereceram destaque em suas anotações; ‘5. Cartões de Crédito’, incluem todas as compras realizadas por este meio e que torna impossível a análise do emprego específico destes recursos; ‘6. Gastos gerais’, incluem os gastos com automóveis e outros; ‘7. Consumos diversos’, relacionados com as casas da família, recursos monetários distribuídos entre os integrantes, entre outros; ‘8. Mão de obra na estância’; ‘9. Contribuição sindical’; ‘10. Impostos’; ‘11. Bancos’; ‘12. Entidades’, referente a doações a entidades.

Importante assinalar que se trata de uma propriedade de 1.700 ha, com 300 ha de arroz (150 ha efetivamente plantados todo o ano, pois os outros 150 ha, alternadamente, em cada ano permanece em descanso ou com soja), e 300 ha de soja. Todas as lavouras são arrendadas a terceiros. O restante da área é destinada à pecuária de cria, ou seja, uma dada especialização na qual o proprietário vende os bezerros, depois de certa idade, para outros produtores engordar – *terminar*, de acordo com o termo utilizado a campo. Assim, a base da atividade pecuária são as matrizes, em número médio de 500 vacas matrizes, 22 touros, além de 1.000 ovinos, em média. Além disso, a família é composta pelo casal e dois filhos homens, na faixa dos 30 anos, que seguiram trajetórias em profissões urbanas.

Tabela 23. Controle de saídas do fluxo de caixa do estancieiro ‘A’
Orçamento familiar - Saídas (R\$) - Caderno do estancieiro ‘A’

Descrição	Ano		
	2008	2009	2010
1. Gastos diretos na estância			
Compra de animais	3.156,00	5.809,00	5.950,00
Pagamento esquilador	3.938,00	4.149,80	4.434,00
Reforma de açudes	2.800,00	2.250,00	18.975,00
Produtos Veterinários	19.119,80	20.996,69	17.016,85
Cooperativa Tejupá	5.120,00	-	-
Sal, rações, etc.	6.124,73	5.460,00	1.489,75
Milho	3.954,00	2.890,00	1.800,00
Venenos agrícolas	2.604,00	700,00	-
Arrendamento pastagem	7.777,00	-	-
Sêmem, inseminador	3.738,00	5.114,29	5.647,33
Domador	240,00	240,00	-
Alambrador	-	1.800,00	-
Compra trator/consertos/combustível	-	8.164,00	14.800,00
Adubo	-	-	3.846,00
Sementes forrageiras	-	-	5.970,00
Comissão venda de animais	280,00	783,00	3.647,00
Médico Veterinário	3.166,00	4.741,00	4.296,00
Geral	4.255,00	10.057,10	1.774,35
Sub-Total	66.272,53	73.154,88	89.646,28
% sobre o total	20,47	18,61	25,90
2. Ajudas diversas			
Ajuda para tias idosas em outra cidade	6.600,00	6.000,00	6.000,00
Beneficência	1.674,00	3.930,00	-
Sub-Total	8.274,00	9.930,00	6.000,00
% sobre o total	2,56	2,53	1,73
3. Gastos médicos			
Sub-Total	19.459,00	11.210,87	6.344,68
% sobre o total	6,01	2,85	1,83

4. Viagens			
Sub-Total	3.221,00	442,00	800,00
5. Cartões de crédito			
Sub-total	34.910,85	44.533,42	46.020,63
% sobre o total	10,78	11,33	13,30
6. Gastos Gerais			
Gasolina	11.435,00	7.427,00	3.433,20
Oficina- carros	5.585,00	2.437,00	2.608,00
Aquisição carros	-	25.669,62	6.980,00
Prestações pag. Carros	18.630,04	12.940,08	12.940,08
IPVA	-	9.641,41	3.863,92
Aluguel de garagem	170,00	250,00	50,00
Gás - butijões	1.035,00	697,00	1.142,00
Contador	2.025,00	3.750,00	2.770,00
Sub-total	38.880,04	62.812,11	33.787,20
% sobre o total	12,01	15,98	9,76
7. Consumos diversos			
Consumos diversos (jantas, livros, almoços, jornais, revistas, etc.)	5.127,00	8.052,30	3.452,00
Geral - casa cidade	10.184,00	5.536,00	1.902,00
Empregada casa-cidade (salário)	7.957,00	5.993,00	6.864,00
Faxineira (diarista - salário)	143,00	-	-
Geral - casa estância	788,00	1.531,00	712,10
Filhos	20.633,00	34.412,00	25.473,40
Marido e esposa	17.790,00	13.404,00	22.501,00
Sub-Total	62.622,00	68.928,30	60.904,50
% sobre o total	19,34	17,54	17,6
8. Mão de obra na Estância			
Peão-Capataz (permanente)	7.928,00	9.624,00	10.194,00
Peão (permanente)	6.604,00	7.192,50	7.240,00
Peão (permanente)	6.142,50	6.970,50	7.788,00
Peão (permanente)	6.054,50	7.414,00	7.441,00
Peão (permanente)	5.765,00	6.911,00	8.221,00
Peão (permanente)	6.764,00	7.404,00	7.448,00
Peão (Temporário - eventual)	2.347,00	3.155,00	1.582,00
Encargos trabalhistas	1.778,00	1.977,48	3.932,16
Pequenos adiantamentos aos peões	1.050,00	80,00	-
2 % das vendas bovinos p/capataz	3.868,00	4.594,00	1.875,00
Sub-Total	48.301,00	55.322,48	55.721,16
% sobre o total	14,92	14,08	16,10
9. Contribuição sindical			
CNA	2.533,77	4.052,11	4.055,81
Sindicato local	400,00	400,00	400,00
Sub-Total	2.933,77	4.452,11	4.455,81
% sobre o total	0,91	1,13	1,29
10. Impostos			
IPTU	1.339,00	1.391,60	2.950,06
Imposto de renda	2.009,00	-	2.773,21
ITR	9.020,52	12.051,17	12.045,07

CCIR	-	-	126,91
Sub-Total	12.368,52	13.442,77	17.895,25
% sobre o total	3,82	3,42	5,17
11. Bancos			
Empréstimo Banrisul (pag. prestações)	18.000,00	21.600,00	3.400,00
Empréstimo Banco Real	8.184,00	15.400,00	15.600,00
HSBC	588	1.071,00	-
Banco do Brasil/securitização, prestações	-	5.700,00	5.500,00
Banco Itaú	-	4.100,00	-
Sub-Total	26.184,00	47.871,00	24.500,00
% sobre o total	8,09	12,18	7,08
12. Entidades			
Rotary	379,00	945,00	-
% sobre o total	0,12	0,24	
Total de gastos por ano	323.805,71	393.044,94	346.075,51
% total	100	100	100
Média de gastos mensais	26.983,81	32.753,75	28.839,63

No primeiro tópico “1. Gastos diretos na estância”, ocorre a compra de animais nos três anos pesquisados, referente a reprodutores bovinos e ovinos e outros animais como cavalos. Com relação aos ovinos, há o pagamento da mão de obra para esquilar (tirar a lã) as ovelhas, e a compra de milho, também utilizado no trato dos equinos de montaria, mas não no caso dos bovinos. Quanto a estes últimos, o proprietário investe em inseminação artificial. De modo geral, há o pagamento de medicamentos veterinários, sal e rações e gastos no ano de 2008 relacionados na Cooperativa Tejupá, onde, na verdade, todos os gastos com produtos intermediários à estância são adquiridos, o que muda é a forma de relacionar tais gastos no *caderno*. Os ‘venenos agrícolas’ são utilizados na *limpeza* dos campos nativos, eliminando ervas indesejáveis. Há também um investimento crescente em infraestrutura, traduzido pelas ‘reformas de açudes’ para água aos animais e pelo pagamento de mão de obra para a construção de cercas, o chamado ‘alambrador’. Em 2010, houve também um investimento na constituição de uma área de pastagem artificial, traduzido pela compra de ‘sementes de forrageiras’ e adubo. Registram-se ainda gastos com um trator, com o pagamento de um domador de cavalos e o pagamento de comissão a terceiros para a venda de animais da estância, do qual se percebe que ao menos parte da venda de animais é intermediada. Nos gastos do ponto ‘Geral’ da estância, foram considerados gastos com pequenas reformas de bebedouros e, do que foi possível identificar, com outros reparos na infraestrutura, como cercas e na construção de um galpão no ano de 2009. Um dado importante é o fato de ‘arrendamento de pastagem’ no ano de

2008, devendo-se ao fato de ter ocorrido a compra de 45 vacas matrizes para reforçar a genética especializada para gado de corte do rebanho, o que o obrigou ao aluguel de pastagem para suportar o excesso de lotação animal até que outros animais da estância fossem vendidos.

No tópico '2. Ajudas diversas' há a *ajuda* mensal para duas tias do proprietário, que vivem em outro município, além de *ajudas* diversas para outras instituições de caridade e necessitados. No tópico '3. Gastos médicos', os valores são bastante expressivos pelo fato de haver um integrante da família com doença crônica. Em todo caso, refere-se aos gastos com médicos, dentistas, planos de saúde, farmácia e gastos com laboratórios de análises clínicas. O tópico '4. Viagens' refere-se aos gastos devidamente especificados como tal no *caderno*, o que não significa que sejam as únicas realizadas nem que os gastos com tais viagens sejam somente aqueles, mas indica que são viagens especificamente programas e de lazer da família ou do casal, sendo que uma referia-se à Região da Serra Gaúcha e outra ao Uruguai. No tópico '5. Cartões de crédito' é bem possível que sejam gastos de consumo da família, ao menos em sua grande parte. Contudo, é impossível saber o quanto de gastos produtivos também foram pagos por meio deste expediente.

No tópico '6. Gastos gerais', estão descritos gastos com gasolina, consertos de carros, aquisição e pagamento de prestações mensais de outros veículos – em 2008 e 2009, a família possuía três automóveis, e a partir de 2010, dois -, IPVA dos automóveis e aluguel de garagem. Percebe-se que no *caderno* não foi anotado o total de IPVA pago em 2008. Neste tópico estão descritos ainda os gastos com butijões de gás, utilizados nas casas da cidade, da estância e no refeitório dos empregados. Além disso, o registro do pagamento anual de serviços de um contabilista.

O tópico '7. Consumos diversos' relaciona as quantias gastas com assinatura de jornais, revistas, compra de livros, jantares e almoços, entre outros gastos de consumo, além dos gastos com reformas na casa da cidade, com empregada doméstica e faxineira, os gastos com pequenas reformas na casa da estância. Além disso, observa-se o registro de quantias assinaladas nominalmente em nome de cada filho e de cada um do casal. Os gastos com filhos são referentes a cursos de idiomas e gastos de consumo corrente, além da manutenção de um deles em Porto Alegre, onde possuem um apartamento da família, e, durante um período em 2009, no Rio de Janeiro, onde realizou cursos relacionados com sua

profissão. Quanto aos gastos do casal, é provável que se refiram também a custos com consumo e estilo de vida, mas é difícil de prever quanto destes valores se referem a dispêndios com gastos especificamente produtivos – como os gastos produtivos são realizados, em sua grande maioria, na Cooperativa Tejupá, sendo pagos provavelmente com cheques ou cartões, sem retirada de dinheiro em moeda do banco para tanto, é mais provável que sejam gastos relacionados com estilo de vida.

No tópico ‘8. Mão de obra na estância’, observa-se que são 6 empregados permanentes, sendo um deles o ‘capataz’ e os outros peões, além de serviços temporários contratados em determinados meses do ano. O Capataz, além de receber um salário maior em relação aos demais empregados, também ganha 2% sobre a venda de bovinos. O *caderno* também registrava ‘pequenos adiantamentos’ de salário que o proprietário realizava aos empregados – a partir de demandas destes últimos. No tópico ‘9. Contribuição sindical’, estão relacionados os gastos com a Confederação Nacional de Agricultura, segundo o entrevistado, devido às ameaças de invasões de terra, e os gastos com as anuidades ao sindicato rural do município.

No tópico ‘10. Impostos’ estão relacionados o que se registrara no *caderno* como pagamento de impostos, apesar de que nem todos tenham sido anotados em todos os anos, como o imposto de renda pago em 2009.

No tópico ‘11. Bancos’ refere-se ao pagamento de empréstimos, sendo que dois deles merecem destaque: com o Banrisul e o Real, uma vez que são prestações pagas mensalmente. Observa-se ainda o pagamento das dívidas agrícolas securitizadas pelo Governo Federal via Banco do Brasil, e o relacionamento com outros dois bancos privados, o Itaú e o HSBC. Por último, o tópico ‘12. Entidades’ refere-se a anuidades relativo à participação no Rotary Club do município.

Se somarmos o tópico ‘1. Gastos diretos na estância’ e o tópico ‘8. Mão de obra na estância’, temos que estes valores representam 35,38%, 32,69% e 42% do total de gastos no orçamento da família, respectivamente aos anos de 2008, 2009 e 2010. Quanto aos valores pagos à mão de obra, vemos que os números absolutos crescem ao longo dos três anos, e representam, do total de gastos monetários da família, 14,92%, 14,08% e 16,1% respectivamente à ordem dos anos citados. Da mesma forma, no tópico ‘1. Gastos diretos na estância’ cresce em número absoluto os gastos na estância ao longo dos anos, o que indica

maior investimento nas questões do ‘mundo produtivo’, pois mesmo em 2010, quando o gasto total cai em relação aos outros dois anos anteriores, o investimento sobe. Mesmo sendo difícil definir com precisão os gastos com consumo da família, tem-se uma aproximação com a soma dos tópicos ‘3. Gastos médicos’, ‘4. Viagens’, ‘5. Cartões de crédito’, ‘6. Gastos gerais’ e ‘7. Consumos diversos’, que somam 49,13%, 47,81% e 42,72% do total dos gastos para os anos de 2008, 2009 e 2010, respectivamente. Como já se assinalou, parte destes gastos também são usados produtivamente na estância, parte é utilizado em outros investimentos da família, como na obtenção de diplomas aos filhos. Outros investimentos *desinteressados* são aqueles dos tópicos ‘2. Ajudas diversas’ e ‘12. Entidades’, que rendem reconhecimento, respeito e prestígio social, representando 2,67%, 2,77% e 1,73% do total dos gastos.

Merece destaque ainda o relacionamento com os bancos. De acordo com o entrevistado, o financiamento no Banrisul diz respeito à compra das 45 matrizes em 2008, já o financiamento no Banco Real foi realizado porque “as contas não fechavam”, ou seja, os gastos tornavam-se maiores do que as receitas em determinado período, sendo necessário recorrer ao empréstimo bancário, sendo pago em parcelas. Os gastos com os bancos, relacionados no *caderno*, representaram 8,09%, 12,18% e 7,08% nos anos de 2008, 2009 e 2010, respectivamente, do total dos gastos.

Entretanto, convém considerar que, possivelmente, nem todos os gastos monetários tenham sido anotados pelo estancieiro, como no caso do IPVA dos carros em 2008, do imposto de renda em 2009 e outros impostos como o Funrural, entre outras possíveis destinações de recursos. Isso obrigaria a tomar o controle monetário de saídas como uma referência, como uma aproximação, mas passível de não haver incluído todos os gastos efetivamente realizados em moedas. Contudo, é perfeitamente possível sugerir que os principais gastos aí estejam relacionados, até porque a prática de anotá-los parece estar bem consolidada, haja vista que o *caderno* incluía os controles de vários anos anteriores aos considerados na Tabela 23, além de estar sendo realizado naquele ano de 2011 em que se realizou a pesquisa a campo.

Além disso, há gastos não-monetários que não são considerados pelos proprietários. O principal deles se refere ao consumo interno de carne de ovinos e de bovinos, tanto para os empregados quanto para a família do estancieiro. De acordo com a declaração do

proprietário desta estância da Tabela 23, são consumidos em média de 3 a 4 ovinos por mês e mais 7 a 8 bovinos por ano. Se considerarmos 4 ovinos por mês, temos 48 ovinos por ano, equivalendo a um total de R\$ 6.000,00/ano não contabilizados.²¹⁵ Quanto aos bovinos abatidos, se considerarmos 8 em cada ano, temos mais R\$ 8.880,00 não contabilizados.²¹⁶ Ao todo são R\$ 14.880,00 de custos não contabilizados e que, potencialmente, poderiam ser obtidos se os animais fossem vendidos. Outros gastos não contabilizados são a utilização de madeiras para aquecimento das casas na estância e na cidade, além das utilizadas em construções e a depreciação dos equipamentos, construções e animais de produção e de trabalho.

Da mesma forma há trabalho não pago aos empregados, que deveriam ser considerados como custos, mas que recai sobre as obrigações dos *peões*, ao invés do proprietário. O mais flagrante é o fato de caber aos empregados a propriedade de instrumentos de trabalho, como os equipamentos de montaria por eles utilizados e todos os instrumentos de couro utilizados no dia a dia de seus trabalhos na estância. Um pretendente a peão não se apresenta e não é aceito sem seus próprios instrumentos de trabalho. Estes são produzidos e reparados na própria estância com o couro dos animais fornecidos pelo patrão. Esse é o caso do couro utilizado nos *laços de três ou quatro tentos* e nos arreios de uma forma geral (o *relho*, a *peiteira*, a *cabeçada*, as *rédeas*, as *barrigueiras*, o *travessão* e o *sinchão*, o *lático* e o *sobrelático*, o *bocó*, a *piola*, entre outros); da mesma forma que os materiais utilizados na doma de equinos (o *buçal*, o *cabresto*, a *maneia de trave*, o *bocal* e as *rédeas*). São todos instrumentos necessários para se exercer o trabalho na estância, sendo que se fossem comprados não sairiam por menos que R\$ 600,00 para cada *peão*.²¹⁷ A cada 3 anos, considerando como média de vida útil destes instrumentos de trabalho, eles precisam ser trocados, tornando-se trabalho gratuito aos patrões.²¹⁸

²¹⁵ A conta é a seguinte, a partir dos dados fornecidos pelo próprio entrevistado: 192 ovinos X uma média de 50 kg de carne X o preço de R\$ 3,5/kg = R\$ 6.000,00.

²¹⁶ A conta é a seguinte, também a partir de dados fornecidos pelo próprio entrevistado: 8 bovinos X uma média de 370 kg/animal X o preço de R\$ 3,0/KG = R\$ 8.880,00.

²¹⁷ Estas informações foram obtidas com os próprios *peões* de uma determinada estância, cujos valores, posteriormente, foram cotejados com os de uma agropecuária no município de São Gabriel, que comercializa todos aqueles apetrechos.

²¹⁸ O fato de estar se tornando mais difícil, atualmente, encontrar peões que saibam confeccionar tais instrumentos de trabalho constitui-se como uma das reclamações dos patrões, que grava na saída monetária da estância, e dá a impressão a estes de que a “campanha está acabando”, como se analisará na última seção.

Quanto à renda da terra, os proprietários possuem muito claro em suas referências o quanto ganhariam se pusessem a terra sob arrendamento, por mais que também não seja considerado como custo; mesmo que fosse, na prática, o proprietário a consome, ele encarna o papel do proprietário e arrendatário, do qual resulta ilógico contabilizá-la como custo. Mas é uma referência que acompanha seus cálculos. Por exemplo, para o estancieiro em questão, a renda obtida com os 300 ha destinados para o cultivo de arroz sob arrendamento a terceiros, era considerada como a “chave da questão” em seu orçamento familiar. De acordo com sua declaração: “numa propriedade como essa, o que salva é o arroz; todo mundo diz: o arroz é a galinha dos ovos de ouro, nem é a soja, mas o arroz”. Quando ele se refere ao “arroz”, significa a necessidade de arrendar terras a outrem para que as cultive. O contrato com seu arrendatário previa 20% da produção líquida pelo uso da terra e para o proprietário constituía-se como fundamental em suas estratégias produtivas e de geração de receitas. Já, os 300 ha arrendados para soja, com remuneração de 15% da produção líquida ao proprietário da terra, cumpriam o papel principal de garantir pastagem de boa qualidade no período de inverno aos bovinos. Ou seja, o arroz é encarado como fonte segura de receitas, enquanto a soja, apesar de também gerar certo montante monetário, é visto, sobretudo, como atividade complementar à bovinocultura.

Realizadas estas considerações sobre as possíveis faltas nas anotações das saídas monetárias no *caderno* do estancieiro, além dos custos não contabilizados e sobre as características do conjunto das estratégias econômicas na estância, analisemos a estrutura das receitas. As receitas monetárias para os anos de 2008, 2009 e 2010 foram obtidas com o contabilista da família; quanto ao ano de 2011, refere-se a uma projeção de receita do próprio entrevistado, declarada ao pesquisador. Os dados podem ser visualizados na Tabela 24.

Tabela 24. Receitas do estancieiro (1) nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011

Descrição das fontes	Estrutura das receitas entre 2008 e 2011 ²¹⁹							
	2008		2009		2010		2011	
	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Lã e frutos	13.850,00	2,60	12.595,43	2,44	10.484,90	4,30	23.040,00	4,64
Ovinos	900,00	0,17	15.287,50	2,96	4.175,00	1,71	14.000,00	2,82
Lenha, madeiras	7.420,00	1,39	5.062,00	0,98	1.500,00	0,62	?	?
Arroz	133.720,56	25,06	163.718,47	31,67	108.972,00	44,72	148.000,00	29,79
Bovinos	339.210,84	63,56	294.378,80	56,95	117.754,30	48,33	262.200,00	52,78
Soja	37.529,00	7,03	25.279,50	4,89	-	-	49.500,00	9,96
Equinos	1.062,00	0,20	-	-	-	-	?	?
Mel	-	-	620,00	0,12	772,80	0,32	?	?
Total	533.692,40	100	516.941,70	100	243.659,00	100	496.740,00	100

A venda de bovinos é a fonte mais importante, seguida do arroz, depois pela soja, e pelos ovinos - venda de lã e animais. O ano de 2010 foi o pior entre os anos considerados na Tabela 24, em termos de geração de receitas, pois todas as fontes diminuem em termos de rendimentos finais, no qual os bovinos não atingiram 50% do total da receita. Nos demais anos, os bovinos sempre permanecem como fonte de mais de 50% da receita total. De forma geral, parece ser uma estrutura de receitas bem definida quanto às principais estratégias de obtenção de rendimentos, uma vez que da análise da constituição das mesmas em cada ano não parece haver tendências de inversão de ordem em termos de principais fontes. A fonte 'Lã e frutos' diminuiu progressivamente entre os anos de 2008 a 2010, aumentando na projeção do proprietário para 2011. A venda de ovinos possui uma trajetória instável, aumentando num ano e descendo noutro. A venda de lenhas e madeiras decresce as quantias percebidas, e em 2011 não consta na projeção realizada; situações semelhantes ocorrem com a venda de equinos e de mel. Os valores percebidos com o arroz sobem entre 2008 e 2009, desce em 2010 e volta a crescer em 2011 a um nível menor que 2009. A soja perde importância em termos econômicos em 2009 e volta a atingir valores até então não registrados somente na projeção de 2011. Quanto às quantias percebidas com os bovinos, cai entre 2008 a 2010, e volta a crescer na projeção de 2011, mas não no mesmo nível de 2008 e 2009.

²¹⁹ O sinal de interrogação (?) no que se refere ao ano de 2011, denota apenas que os valores destas rubricas não foram projetadas pelo proprietário, ao contrário do travessão em algumas células dos anos anteriores em que, ao que parece, não houve receita.

Importa assinalar que se forem comparadas as receitas totais (Tabela 24) com os gastos totais do *caderno* do entrevistado (Tabela 23) para os anos de 2008, 2009 e 2010, temos valores positivos para os dois primeiros anos de R\$ 209.886,69 e R\$ 123.896,76 e valor negativo para o terceiro ano considerado, de R\$ -102.416,51. O ano de 2011 em que o pesquisador esteve a campo, parece ter sido um período de “aperto no cinto” e que deve ter obrigado os estancieiros a maiores reflexões sobre suas estratégias econômicas.

A perspectiva das receitas para 2011 era calculada da seguinte forma: quanto aos bovinos, o cálculo considerava a venda de vacas de descarte do total das 500 matrizes, em 20% destas e de 200 terneiros. A venda das vacas de descarte seria realizada mesmo com as vacas magras, pois seria necessário “liberar” espaço para as crias, de modo que o peso médio fora calculado em 370 Kg/cabeça, com preço de R\$ 3,00/kg. Já os 200 terneiros seriam vendidos com média de 210 kg/cabeça, a R\$ 3,60/kg. O arroz se esperava 5.500 sacas, vendidas por R\$ 27,00/sc. Quanto à soja, esperava-se 1.100 sacas, vendidas por R\$ 45,00/sc. Estimava-se vender ainda 4.800 kg de lã, a R\$ 4,80/kg, além de 80 ovinos, com média de 50 kg/cabeça e a R\$ 3,5/kg.

O controle de fluxo de caixa do outro estancieiro é interessante não somente porque possui a mesma lógica de organização das saídas monetárias, mas porque no caderno de controle também há a relação das entradas monetárias. Além disso, trata-se de um estancieiro em visível processo de descenso social, situação que é expressa nitidamente em seus controles monetários, como se verá abaixo. Do total dos 900 ha da estância, 370 ha são arrendados para terceiros para o plantio de arroz e soja, sendo que, todo ano, a metade é ocupada com arroz e a outra metade com soja; no ano seguinte, os plantios nas áreas se invertem. Os valores pagos ao proprietário da terra são os mesmos praticados do caso anterior: 20% da produção líquida do arroz e 15% da soja. O restante é ocupado com a bovinocultura, sendo que possui 180 matrizes e realiza o chamado ciclo completo, ou seja, desde a cria à engorda dos bovinos. Além disso, possui “uns” 30 equinos e 150 ovinos. Com 42 anos, um filho de 17 anos, formado em administração de empresas, divorciado, casou-se de novo e, atualmente, mora na casa da estância. Na entrevista com o pesquisador, declarou, com certo orgulho, que “na região, era só ele que morava na estância”, pois todos os demais proprietários moravam na cidade.

O seu controle de fluxo de caixa pode ser visto na Tabela 25. A organização e apresentação dos dados seguiram as mesmas observações já realizadas para o caso anterior da Tabela 23. Para efeitos de análise, as saídas e as entradas monetárias são apresentadas separadas, metodologicamente semelhante ao caso anterior já analisado.

Tabela 25. Controle de saídas do fluxo de caixa do estancieiro 'B'

Caderno de Fluxo de Caixa do estancieiro 'B' - valores em R\$			
Descrição	2005	2006	2007
1. Gastos Diretos na estância			
Aquisição de animais	600,00	500,00	9.600,00
Compras alevinos	-	-	1.900,00
Gastos gerais da estância	-	-	369,00
Ferragens diversas	680,45	142,00	789,00
Produtos veterinários	2.903,90	2.469,98	3.190,48
Sal, rações	417,00	1.195,20	2.610,72
Herbicida	1.684,00	4.412,50	2.533,00
Sementes forrageiras	-	-	3.000,00
Gastos com trator	24,00	4.597,00	805,00
Máquinas diversas	500,00	166,00	261,00
Infraestrutura da estância	1.253,00	-	-
Arrendamento	4.000,00	-	-
Sub-total	12.062,35	13.482,68	25.058,20
% sobre o total	14,17	10,84	25,91
2. Ajudas Diversas			
Ajudas diversas	-	30,00	-
3. Gastos Médicos			
Gastos médicos	179,64	436,00	437,00
% sobre o total	0,21	0,35	0,45
4. Viagens			
Hotel - viagens	552,00	2.245,00	2.703,81
% sobre o total	0,65	1,80	2,80
5. Gastos Gerais			
Combustível	3.273,00	5.126,69	6.308,40
Consertos do automóvel	519,00	2.064,87	1.468,85
Prestação de um automóvel	31.649,57	52.749,40	-
Butijões de gás	235,00	460,00	306,00
Contador	-	-	764,00
Sub-total	35.676,57	60.400,96	8.847,25
% sobre o total	41,90	48,54	9,15
6. Consumos diversos			
Supermercados	4.124,30	6.238,42	6.711,74
Gastos pessoais	2.241,58	7.989,52	8.404,20
Telefone	1.115,59	1.182,65	1.055,28
Luz + água	2.062,30	2.656,40	2.989,78
Gastos casa estância	1.336,20	1.838,50	2.933,49
IPTU	-	411,90	947,42

Revistas, jornais, etc.	-	-	20,00
Empregada doméstica	4.830,00	4.855,00	6.530,00
Faxineira	595,00	275,00	570,00
Sub-total	16.304,97	25.447,39	30.161,91
% sobre o total	19,15	20,45	31,19
7. Mão de obra na estância			
Peão (permanente)	4.450,00	4.830,00	5.100,00
Peão (permanente)	6.560,00	6.870,00	6.655,00
Peão (permanente)	1.681,50	3.439,00	4.056,00
Peão (permanente)	-	2.385,00	6.675,00
Peão (permanente)	-	-	4.675,00
Outros empregados temporários	1.092,00	400,00	70,00
Outros custos trabalhistas	5.672,07	1.991,90	765,04
Sub-total	19.455,57	19.915,90	27.996,04
% sobre o total	22,85	16,01	28,95
8. Contribuição sindical e outros			
CNA	-	1.558,03	552,93
Sindicato	180,00	200,00	200,00
ITR	726,37	715,97	715,97
Acampamento contra o MST	-	-	40,00
Sub-total	906,37	2.474,00	1.508,90
% sobre o total	1,06	1,99	1,56
9. Total de gastos por ano			
% Total	100,00	100,00	100,00
Média dos gastos mensais	7.094,79	10.369,33	8.059,43

No tópico ‘1. Gastos diretos na estância’ se pode observar que as saídas monetárias aumentam tanto em números absolutos quando na proporção do total de gastos monetários, alcançando 25,91% para o ano de 2007. Vale observar que neste último ano aumentam os investimentos na compra de animais reprodutores e há um investimento em piscicultura com a compra de alevinos. Além disso, também há a compra de sementes forrageiras, que no caso se trata de azevém, o que indica investimento nas pastagens de inverno. Ademais, nos três anos houve a compra de ‘herbicidas’ para aplicação sobre as pastagens naturais com o objetivo de impedir plantas indesejadas; já, em 2005 houve um investimento em infraestrutura, mais precisamente em reforma de cercas e o pagamento de um arrendamento que não foi possível identificar para qual finalidade.

O tópico ‘2. Ajudas diversas’ apresenta a anotação de apenas uma pequena contribuição para um CTG, no valor de R\$ 30,00 em 2006. O tópico ‘3. Gastos médicos’, ao contrário do caso apresentado na Tabela 23, representa muito pouco no total de saídas monetárias, não atingindo 0,5% do gasto total. No tópico ‘4. Viagens’, anotadas como tal,

referem-se a viagens a Porto Alegre, ao Uruguai e a Argentina, representando em 2007, 2,8% do total dos gastos.

Com relação ao tópico '5. Gastos gerais', o proprietário possui um veículo a óleo diesel, e por este motivo os gastos com 'combustíveis' acabaram sendo somados, provavelmente, com os gastos de combustível do trator. Além disso, houve o pagamento de prestações mensais de um automóvel entre 2005 e 2006. Vale assinalar que o pagamento de um contabilista só aparece no controle de fluxo monetário do ano de 2007, ausente nos anos anteriores. De forma geral, este tópico 5 apresenta os mais significativos gastos em termos de valores para os dois primeiros anos considerados, representando 41,9%, 48,54%, respectivamente, e somente 9,15% para 2007.

Em compensação, no tópico '6. Consumos diversos' os gastos sobem progressivamente ao longo dos três anos, sendo que em 2007 representa quase o dobro do que em 2005, representado 19,15% e 31,19% dos gastos totais, respectivamente. Deve ser destacado que os gastos com 'empregada doméstica', 'supermercados' e 'gastos pessoas' são, de longe, os principais custos deste tópico. Os gastos com 'luz + mais água' e IPTU incluem os pagamentos referentes da casa da cidade, onde sua ex-esposa e filho moram; não havia anotação sobre custos relacionados com o pagamento de pensão a estes. Os gastos relacionados com 'casa na estância' são referentes a pequenos consertos de eletrodomésticos, a compra de ração para animais domésticos, entre outros. Ademais, registra-se o pagamento regular de 'faxineira'.

Com relação ao tópico '7. Mão de obra na estância', em 2005 havia três empregados permanentes, em 2006, quatro e em 2007, cinco. Observe-se que este aumento de empregados permanentes significa, praticamente, a extinção da contratação de trabalhadores "anotados" como temporários. Ao mesmo tempo em que diminui drasticamente gastos classificados como 'outros custos trabalhistas'. Os gastos com a mão de obra na estância sobem progressivamente ao longo dos três anos, sendo maior em 2007, quando em comparação com os demais, representando 28,95% do total de custos anotados pelo estancieiro para este ano.

Com relação ao tópico '8. Contribuição sindical e outros', há as anuidades pagas à CNA e ao sindicato rural do município, o pagamento do ITR e gastos com a mobilização

dos proprietários contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que promovia ações neste período no município.

Os gastos totais nos anos considerados são infinitamente menores do que o caso estudado anteriormente, sendo que ultrapassa os 100 mil somente em 2006, correspondendo a uma média de gastos mensais de R\$ 7.094,79, R\$ 10.369,33 e R\$ 8.059,43, respectivamente aos anos considerados.

Se somarmos o tópico ‘1. Gastos diretos na estância’ e o tópico ‘7. Mão de obra na estância’, temos 37,02%, 26,84% e 54,86% do total de gastos totais para os anos de 2005, 2006 e 2007, respectivamente, e cujos valores absolutos sobem progressivamente. Estes gastos são realizados exclusivamente com fins produtivos.

Contudo, se somarmos o tópico ‘3. Gastos médicos’, ‘4. Viagens’ e ‘5. Gastos gerais’ e ‘6. Consumos diversos’, atentando para o fato de que alguns destes também são utilizados produtivamente – como no caso do combustível -, os demais se constituem como gastos de estilo de vida. Assim, temos que os gastos monetários sobem entre 2005 e 2006 e descem significativamente em 2007, representando 61,92%, 71,15% e 43,58% do total dos gastos totais. Esta diminuição se dá devido ao término do pagamento das prestações de um automóvel em 2006. Contudo, a rubrica de ‘Consumos diversos’ sobe em 2007, em termos de valores absolutos, o que significa afirmar que o padrão de consumo corrente foi reforçado neste último ano frente ao fim dos gastos com o pagamento das prestações do automóvel.

Quanto às receitas anotadas em seu controle de fluxo monetário, elas podem ser visualizadas na Tabela 26.

Tabela 26. Receitas do estancieiro ‘B’ nos anos de 2005, 2006 e 2007

Descrição das fontes	Estrutura de receitas do estancieiro 'B'					
	2005		2006		2007	
		%		%		%
Couros	115,00	0,12	29,00	0,02	29,00	0,03
Arroz	49.664,68	52,55	62.132,79	41,51	35.753,50	40,70
Soja	13.447,90	14,23	8.480,00	5,67	15.927,70	18,13
Diversos ²²⁰	2.039,70	2,16	28.638,00	19,13	12.119,00	13,80
Bovinos	20.460,00	21,65	34.632,80	23,14	24.010,20	27,33
Equinos	564,00	0,60	6.758,00	4,52	-	-
Lenha	8.224,00	8,70	9.000,00	6,01	-	-
Total	94.515,28	100	149.670,59	100	87.839,40	100

²²⁰ A maior parte da receita nesta especificação se deve a venda de ‘palmeiras’.

Nos três anos considerados, é o arrendamento das terras para o arroz a principal fonte de moeda, sendo seguido pela venda de bovinos e do arrendamento das terras para a soja, com exceção de 2006, quando a rubrica 'Diversos' assume a terceira posição. O que impressiona, neste caso, é o fato de que, mesmo com 600 ha dedicadas à bovinocultura, a receita obtida com o arrendamento das terras para o arroz corresponde a quase o dobro da renda com os bovinos: em 2005, 52,55% da receita é provindo do arrendamento para o arroz, correspondendo a 41,51% em 2006, e 40,7% em 2007. Aqui, a principal estratégia produtiva é o arrendamento de terras, em segundo a atividade criatória, invertendo a ordem para com o caso discutido anteriormente. Ou seja, de fato, nesta circunstância o que “salva é o arroz”, quer dizer, o arrendamento para que alguém cultive o arroz, tornando-se “a galinha dos ovos de ouro” do estancieiro. Sem a remuneração provinda do arrendamento a terceiros, é a falência que espreita o estancieiro.

Considerando-se o total das saídas monetárias registradas pelo estancieiro, apresentadas na Tabela 25, e o total das entradas monetárias da Tabela 26, temos que o saldo foi positivo para os dois primeiros anos e negativo para o terceiro, correspondendo a R\$ 9.377,81, R\$ 25.238,66 e R\$ - 8.873,71, respectivamente. Importante assinalar que se trata apenas do fluxo monetário e, portanto, não estão considerados os custos não-monetários, que foram discutidos no caso do estancieiro anterior.

Ao que parece, o fato de morar na estância não se trata de nenhum valor resignificado como positivo por uma decisão desvinculada da imposição dos limites objetivamente encontrados. A positivação referida torna-se uma forma de suportar a própria condição de desclassificação no espaço social. A pior situação das trajetórias descendentes dentre os estancieiros é não conseguir manter a posse da terra e acabar na miséria, ou como caseiro em estância de algum parente, como relatado ao pesquisador em diferentes ocasiões em campo. Os que não trilham tal trajetória percebem que seus estilos de vida até então mantidos são questionados pela realidade objetiva de seus fluxos monetários. Ter um emprego urbano como, por exemplo, de advogado ou médico, é a garantia de manutenção de um estilo de vida que não é mais alcançado somente com as rendas provindas da posse da terra. Caso contrário, as contradições no fluxo de caixa se asseveram e, todavia, as alternativas podem ser variadas, como a venda das terras, abrir um bar, ir morar na estância ou simplesmente perceber que se deve mudar, sem nunca conseguir de fato mudar; como

Marcia, esposa de Paulo, declarou ao autor: “todos sabem o ditado de que é o olho do dono que engorda a boiada, mas ninguém faz isso”. E enquanto há esta resistência internalizada como *habitus*, eles próprios percebem que a terra “passa de mão”, ou seja, que “as empresas, os *gringos* e outros sabichões aí estão comprando tudo”, como declarou o Paulo ao pesquisador. Para este mesmo entrevistado, “do jeito que vai, todo mundo vai quebrar, pois quem não conseguir mudar ou se adaptar, vai quebrar”, no sentido da necessidade de fazer diminuir os custos e aumentar os índices de produção na estância.

O que importa assinalar é que a realidade lhes obriga a reavaliar suas formas de pensar, num perfeito efeito Dom Quixote, até porque os demais agentes abaixo e ao lado deles próprios na hierarquia também se movem.

Entretanto, há casos que buscaram romper tanto com esta forma de pensar o orçamento familiar, quanto com a perspectiva de tratar o rebanho como um *estoque*, de onde se comercializa de acordo com as necessidades imediatas. No trabalho de campo, àqueles que empreenderam tais alterações era atribuída a pecha de “águias nos negócios” e que “só pensavam no dinheiro”. Um destes casos será discutido a seguir.

4. A dolorida ruptura com o modo de pensar no *estoque* de gado

A análise de uma trajetória dentre os estancieiros visa não somente perceber os mecanismos pelos quais há os tensionamentos, como eles são vividos e as reações específicas, mas de aprofundar o conjunto das transformações do espaço social em termos de disposições sociais, por analogia aos demais agentes em posições sociais semelhantes. Trata-se de diferentes respostas frente a uma mesma conjuntura percebida como limitante da continuidade dos modos de vida até então desenvolvidos. Os processos sociais experimentados e as opções consideradas que levam à ruptura com o modo de pensar no rebanho como um *estoque*, além da separação dos orçamentos de gastos familiar e produtivo, não são vividos sem uma dose de sofrimento, onde o julgamento social considera como um caso de “loucura” as mudanças introduzidas. “Todo mundo dizia que ele estava louco”, declarou ao autor uma das estancieiras entrevistadas quando se referiu ao caso específico que é objeto de análise nesta seção.

Na entrevista realizada com Rogério, 62 anos, pela parte da manhã, em sua casa da cidade, dizia que havia sido sorte encontrá-lo ali, pois permanecia a maior parte do tempo

em sua estância. Demonstrando certa agitação, esperava ligações de alguns interessados em lhe arrendar parcelas de terra para o plantio de soja. Ao final, convidou o pesquisador para conhecer sua propriedade de 2.100 ha, para onde nos dirigimos logo em seguida. Rogério nasceu em Uruguaiana. De uma tradicional linhagem de estancieiros neste município, seu pai era proprietário de 2.000 ha, onde desenvolvia tanto a bovinocultura e a ovinocultura. Mais velho de sete irmãos, todos alfabetizados na estância, seguiram os estudos em internatos e, posteriormente, em cursos superiores em Porto Alegre. Dois irmãos fizeram medicina veterinária, e as outras quatro irmãs seguiram cursos no magistério. Ele se formou em direito na PUC de Porto Alegre e em filosofia na UFRGS em meados de 1970, onde conheceu quem se tornaria sua esposa, filha de estancieiros em São Gabriel. Depois de exercer a docência na PUC de Uruguaiana, ele e sua esposa se mudaram para São Gabriel devido à morte do sogro no final dos anos de 1970; abandonou as salas de aula e assumiu a administração dos 1.600 ha herdados pela esposa; tendo depois adquirido mais 500 ha. Tiveram três filhas, todas já formadas pela UFRGS, sendo uma publicitária, outra fisioterapeuta e outra veterinária. As terras herdadas em Uruguaiana ele acabou vendendo, pois com a divisão entre os sete irmãos, havia ficado “um pedacinho para cada um” que foi considerado insuficiente para se viver.

Em São Gabriel, os problemas começaram quando Rogério percebeu “que o retorno financeiro [da estância] era muito pequeno” e que se ele não mudasse, quebraria. Foi então que resolveu investir por conta própria no cultivo do arroz e da soja. Mas ao invés de melhorar sua situação financeira, ela piorou, foi quando ele percebeu que

precisava de um gerenciamento, que era muita coisa para controlar e eu não conseguia controlar nada. Então eu comecei a fazer o gerenciamento, quando eu comecei, me dei conta de que eu, por mim mesmo, não conseguia fazer isso. Senti que havia a necessidade de eu ter um controle financeiro, gerencial, para saber exatamente a quantas eu andava. Então eu contratei um serviço especializado, uma empresa só para fazer o gerenciamento. Eles me provaram que eu não era eficiente no que eu fazia e este é o problema das propriedades de maneira geral: falta eficiência. Eu fazia muita coisa ao mesmo tempo, sem controle.

Para o entrevistado, o problema não era somente a falta de controle financeiro-econômico de suas atividades, mas, fundamentalmente, os modos pelos quais tornaria isto realizável. Quer dizer, disposições sociais que lhe eram exigidas, mas que não havia as

incorporado e a reação foi no sentido de buscar ajuda. A saída encontrada foi a contratação de uma empresa de consultoria para fazer o “gerenciamento” de sua propriedade. A primeira alteração introduzida modificou os modos de fazer o acompanhamento dos custos de cada atividade desenvolvida na estância, em separado dos gastos familiares. Ademais, depois dos estudos econômicos realizados e a demonstração da “ineficiência” do estancieiro, a empresa sugeriu grandes modificações; de acordo com suas próprias palavras:

Fiquei só com a pecuária [sob administração direta] e arrendei as áreas para o arroz e a soja. Na pecuária, a primeira coisa que eu fiz foi terminar com a ovelha, porque a lã não vale nada, e eu tinha muitos gastos com a mão de obra; reduzi os funcionários e mandei embora a cozinheira. Em pecuária bovina eu fazia o ciclo completo e percebi também que não conseguia eficiência. Terminei o ciclo completo e fiquei só com a terminação. O dinheiro que entrava no caixa por meio do ciclo completo era muito pouco. Eram básicas essas duas coisas. O que está acontecendo agora: estou sendo muito mais eficiente porque eu tenho só um foco, tendo muito mais retorno financeiro, que eram as duas coisas que me afligiam.

Com a separação dos gastos monetários e a individualização da análise econômica por atividade desenvolvida, acabou por extinguir a ovinocultura e a criação de bovinos por ciclo completo, reduziu o número de empregados e entregou sob arrendamento a terceiros as áreas de arroz e soja. O sistema de terminação, ou seja, de engorde, foi implantado aos poucos, tendo começado com 300 cabeças/ano, atingindo cerca de 1.000 cabeças/ano atualmente. A área arrendada para o cultivo de arroz equivale a 340 ha, sendo metade efetivamente ocupada em cada ano e alternada com o plantio de soja. Quanto ao cultivo da soja, atualmente são 400 ha, mas seu plano é aumentar para 500 ha, haja vista que o fundamental da soja é produzir uma pastagem barata no inverno. Nestes arrendamentos, é remunerado em 20% e 15% da produção líquida de arroz e soja, respectivamente. Assim, o restante da área de 1.260 ha seria dedicada à engorda dos bovinos. Contudo, destes, há 300 ha que não são ocupados porque foram abandonados no período de seu “descontrole financeiro”, ficando sem cuidados em termos de tratamentos culturais e impedindo o pleno pastejo ou cultivo de cereais; área esta que estaria sendo reintegrada aos poucos.

Tais inovações impactavam, sobretudo, quanto aos modos de pensar o rebanho bovino. A empresa de consultoria contratada substituiu a ideia de *estoque* de gado pelo de kg de carne produzida por hectare, sendo incorporada pelo entrevistado. Argumentando sobre esta mudança, Rogério declarou ao pesquisador:

- Dentro dessa visão moderna, o importante não é o *estoque*. O *estoque* era uma coisa muito importante para uma visão antiga. Mas para uma visão moderna o importante é o que eu produzo por hectare por ano.

- Pesquisador: foi uma mudança importante?

- Absolutamente! Eu sempre dou um exemplo para as pessoas que me questionam: se eu tenho aqui na esquina da minha casa um armazém, esse armazém tem 10 garrafas de cachaça e na outra esquina eu tenho outro armazém e aquele tem 100 garrafas de cachaça, qual é o armazém que está melhor? É o de lá, que tem 100 garrafas, porque nós estamos pensando em *estoque*. Essa é a visão antiga. Mas a visão moderna não é essa, a visão contemporânea não é essa, a visão da eficiência não é essa. Qual é a visão da eficiência? Esse [armazém] aqui que tem 10 garrafas, ele vende 10 garrafas por mês, então no fim do ano ele vendeu 120 garrafas, e aquele da esquina que tem um *estoque* grande vende uma garrafa por mês, no fim do ano ele vendeu 12 garrafas. Quem é que está fazendo o melhor negócio? É esse aqui [com 10 garrafas]. O *estoque* não é importante. **O importante é o giro da mercadoria.** *Aí que está a mola propulsora do negócio, a mercadoria tem que girar, e para a mercadoria girar eu tenho que investir em produtividade, se não ela não gira, e produtividade em pecuária é alimento.* Para eu girar a mercadoria eu tenho que ter alimento. Então essa *mudança é estrutural*, ela passa por um problema sociológico, cultural... Ela é estrutural, *tem que mudar substancialmente a maneira de enxergar as coisas*, e isso é muito difícil de fazer, e isso quase ninguém está fazendo. Aqui em São Gabriel eu fui o primeiro que comecei a fazer gerenciamento e talvez tenha uns dois ou três que estão fazendo; eu fui o primeiro que fez essa mudança e acho que até sou o único. Hoje, o grande diferencial é o gerenciamento. Aqueles que não estão fazendo gerenciamento estão sendo menos eficientes na atividade e esses menos eficientes estão sendo expelidos da atividade, expelidos do negócio.

A primeira coisa que chama a atenção nesta declaração é a força da ideia do *estoque* de gado que foi preciso romper. Essa ideia está relacionada com segurança financeira que um grande *estoque* permitiria. Rompimento que se dá pela contraposição de uma “visão antiga” a uma “visão moderna”, na qual prevalece o quanto é vendido e não o quanto há na estância. Provocado pelo pesquisador se isto representava uma mudança importante, o entrevistado foi exasperadamente positivo. Nada mais perfeito para demonstrar seu raciocínio do que o exemplo que ele constrói entre os dois armazéns que vendem cachaça. Deve-se notar que, de fato, o que ele incorpora é o modo mais puro do tipo ideal de capitalista que possui a centralidade de seu raciocínio na velocidade do *giro da mercadoria*

na propriedade. É o giro da mercadoria que passa a ser considerada “a mola propulsora do negócio” e não o montante de mercadoria em *estoque*. Veja que, quando ocorre esta mudança, há um encadeamento do raciocínio que busca aumento da produtividade pela busca de maior oferta de alimento aos animais: “para eu girar a mercadoria eu tenho que ter alimento”. E esta mudança não é considerada pelo entrevistado como algo sem importância, mas possui, em sua interpretação, uma significação “estrutural”, pois “tem que mudar substancialmente a maneira de enxergar as coisas”. Suas referências dizem respeito à negação de um modo de ver e se ver como proprietário de terras e por este motivo considera uma mudança importante.

Esta alteração nas formas de “enxergar as coisas” não é realizada sem um grande tensionamento interior e reprovação dentre seus pares. De acordo com suas próprias palavras:

Eu sempre me questionei sobre isso e sempre fui muito questionado por pessoas das minhas relações, por companheiros de produção. Me diziam: “mas você está fazendo uma loucura, tu está deixando tudo o que tu tem, está mudando completamente a atividade... isso aí é uma loucura, a maneira mais segura que se tem de trabalhar é essa...”. Essa foi a avaliação que eu tive de pessoas conhecidas. Mas eu tinha algumas convicções. A primeira era que eu tinha uma assessoria, eu não estava inventando a roda; tomei decisões acompanhado de uma assessoria técnica, de gerenciamento econômico. A segunda partia da constatação de que eu não era eficiente e de que o retorno financeiro era muito pequeno. Esses pilares que me fizeram tomar a decisão. Mas sempre foi muito difícil, muito sofrido. *É como um parto, sabe. Um processo de digestão psicológica, intelectual que você tem que fazer, tu tem que digerir a mudança, isso é uma coisa bem demorado e é sofrido.* Por que a gente tem que mudar a cabeça. Isso é o que tem de mais difícil. Nós nos criamos num sistema, com uma maneira de pensar e de trabalhar, que é o nosso sistema fronteiro aqui: meus avós trabalhavam assim, meus pais, eu trabalhei assim sempre. Isso é uma bagagem cultural que a gente carrega com a gente. Mudar esse parâmetro, quebrar esses paradigmas é a coisa mais difícil que tem. *A coisa mais angustiante que tem é a gente mudar uma coisa que é cultural, que vem de geração para geração.* Esse foi o maior sofrimento que eu tive. Eu consegui fazer, mas a grande quantidade das pessoas que trabalham com essa atividade não fizeram. Não fizeram por que é *um processo de mutação interior.*

Equalizar o descompasso do *habitus* herdado com as exigências em termos da incorporação das disposições hegemônicas quanto ao modo de tratar a vida econômica é

considerado como algo “sofrido”, “angustiante”. Ora, trata-se de “mudar uma coisa que é cultural, que vem de geração para geração” e orienta os comportamentos sociais, por outro modo de pensar que exige “um processo de mutação interior”. O entrevistado viveu estas alterações como “um processo de digestão psicológica e intelectual” para “digerir a mudança”, sendo “demorado e sofrido”. Se essa mudança dos modos de pensar exige afrontar os fantasmas culturais incorporados como referências, exige também confrontar seus pares, que passam a considerá-lo como “louco”. Para estes, o modo mais seguro é aquele que foi repassado pela geração anterior e possui na ideia do *estoque* toda a sua expressão. É bem possível que colocar em xeque este princípio é colocar em xeque o próprio poder de estancieiro, com capacidade de mobilizar recursos quando necessário. A lógica da mobilização de recursos se modifica e passa a ser ditada pela velocidade com que se gira a mercadoria na estância e não por sua existência em si.

Desta última declaração é ainda interessante analisar o que ele chama de “pilares” sobre os quais se apoiou: a percepção objetiva de que seu caixa tinha problemas, pois o retorno monetário era pequeno, e a assessoria da empresa “de gerenciamento econômico”. O que parece diferenciar este caso dos demais foi a admissão de que precisava de ajuda para dar respostas exitosas frente a uma realidade cambiante e exigente de novos modos de pensar, para a qual sentia-se deficiente. Foi necessário admitir que Dom Quixote passara a ser desmentido sistematicamente pela realidade e, finalmente, abandoná-lo às recordações.

Outra alteração importante do espaço social diz respeito às trajetórias dos agentes situados em posições subordinadas e que se tornam menos dependentes das estratégias de reprodução econômica dos dominantes. Este aspecto será tratado a seguir.

5. “O fim da campanha” - ou de quando o chicote da fome enfraquece

A estrutura do espaço social não é rígida, mas definida em cada momento pela distribuição e estrutura do capital entre os agentes. Ou seja, o estado das relações de força se altera a partir do conjunto das práticas que os agentes acionam para manter ou melhorar as posições no espaço social no decorrer do tempo. As alterações no espaço estancieiro e as trajetórias sociais dos setores mais marginalizados modificam as possibilidades de mobilização da força de trabalho. Nada é mais relacional do que perceber como as estratégias ascendentes dos indivíduos pior situados no espaço social somam-se às

transformações que afetam o volume e estrutura do capital dos mais bem estabelecidos. Mais do que isso, modificam as representações destes últimos sobre o mundo social. A possibilidade de reivindicar direitos e as migrações para a área urbana do próprio município ou para áreas industriais são alguns dos aspectos que impactam a estrutura da relação entre os chamados *gauchinhos* e os estancieiros.

Estas modificações aparecem nas reclamações dos grandes proprietários de terra quando se referem às condições da oferta de mão de obra. Uma das declarações mais importantes neste sentido, por sintetizar na ideia do “fim da campanha” as dificuldades de mobilização da força de trabalho, foi de um secretário do executivo municipal, formado em direito e também estancieiro, com 2.000 ha. Quando relatava sobre como era a agricultura e a pecuária no município, declarou que:

Hoje já não se acha empregado barato. Não se acha mais e, também, os que acha não trabalham por pouco. O Lula e o PT [Partido dos Trabalhadores] acabaram com a Campanha! Estamos vivendo **o fim da Campanha**. Acabou. Não se acha mais esses *gauchinhos* no campo como era uma vez. Eu mesmo, lá fora, lá eu tinha alambradores, esquiladores, peões... agora já não acha mais. Até acha, mas tudo tem que pagar caro. Agora é tanta bolsa, é bolsa para isso, bolsa para aquilo, é o bolsa família, ninguém mais quer trabalhar.

O principal aspecto a ser ressaltado é o aumento do custo monetário da contratação da mão de obra com relação a um período anterior em que a relação de troca se baseava, sobretudo, no dom e contradom. Os “alambradores” e “esquiladores” – trabalhadores que constroem cercas e esquilam as ovelhas, respectivamente – são empregados temporários que eram facilmente mobilizáveis quando suas famílias viviam como dependentes do estancieiro. Mas com o fim da relação da morada internamente aos domínios, não há mais qualquer obrigação moral por parte destes trabalhadores para o desenvolvimento de tais tarefas. São relações que se tornaram monetarizadas e por isto a reclamação do entrevistado. Em todo caso, se o acesso aos programas sociais de transferência direta de renda também produz uma resultante importante nesse sentido, obviamente que não se deve a este ou àquele governo ou partido as transformações pelas quais passou a Campanha. É possível que os programas de transferência direta de renda constituam um piso abaixo do

qual as pessoas preferiam não vender sua força de trabalho em troca de qualquer remuneração. A este respeito, declarou um outro estancieiro ao autor:

[...] agora é que eles estão vivendo uma possibilidade de melhoria, com essa questão de não existir mais extrema pobreza: já tem um salário, uma coisa pra viver. Antes a casa da gente vivia cheia de gente pedindo na frente, porque as pessoas não tinham emprego, não tinham oportunidade (Vanderlei, 69 anos).

A pesar de que a visão destes entrevistados sobre o Bolsa Família possa ser superestimada ou simplesmente recoberta por certo preconceito para com os setores populares, não há motivos para duvidar do impacto que estes programas causam quando existe um setor social desprovido dos meios para produzir sua própria subsistência. Numa conjuntura na qual “não tinham emprego, não tinham oportunidade”, é muito mais fácil constituir relações de dominação pela dialética do Dom e Contradom, pois, segundo a declaração, “a casa da gente vivia cheia de gente pedindo”. Se atendidos em seus “pedidos”, reconstituía-se uma relação de obrigação e dívida que poderia ser paga com serviços. Ao que parece, é esta relação da reconstituição da “dívida” que tende a ser enfraquecida com os programas de transferência direta de renda. Torna-se mais difícil aos dominantes a manutenção de tais relações.

Entretanto, por mais importantes que sejam estes programas sociais, as principais transformações no espaço social são mudanças que se gestam ao longo do tempo e como resultado não esperado das próprias estratégias dos dominantes. São estas estratégias que definem, em boa medida, o sentido das estratégias de reprodução social dos dominados. O principal fator da expulsão das famílias de dentro dos domínios é o fim da “confiança” rompida pela possibilidade destes reivindicar na justiça os direitos reconhecidos pelo Estado: “hoje a gente tem medo dos empregados”, declarou ao autor, Paula, 75 anos, estancieira com 650 ha. Assim, “o fim da Campanha” também se dá por não haver mais tanto *gauchinho* oferecendo sua força de trabalho e por estes terem constituído ou acessado alternativas de produção de seus meios de subsistência que não na estrita dependência dos dominantes.

Outras importantes declarações neste sentido, que vale apenas de serem analisadas, são as que seguem abaixo:

Hoje a crise não é só por uma razão econômica, mas por uma razão operacional também, porque não existe mais gente nas fazendas. Eu me lembro, quando guri, que **os galpões viviam cheios de gente. Sempre tinha gente sobrando.** Hoje isso não existe mais (Rogério, 2.100 ha, 62 anos).

*

Tempos atrás, eles ficavam agradecidos de morar num pedaço de campo que a gente dava, hoje não. Antigamente se vivia tudo junto: se se matava um porco ou um bovino, se distribuía a carne entre todas as famílias de empregados; era um pedacinho cada um. Quando vinha açúcar, sal e mesmo o arroz, a gente mandava um pouco para eles também. Eu não sei como era essa coisa de pagamento, mas até acho que se pagava também. Hoje está muito diferente. Eles não querem mais trabalhar. **Hoje se você vai contratá-los, a primeira coisa que eles te perguntam é se lá fora tem luz, sem tem estrada, se passa ônibus perto. Hoje todos querem voltar para a cidade no final da semana. Hoje eles têm moto, tem até automóvel!** Se não tem ônibus perto, eles não querem mais trabalhar para fora (Paula, 75 anos, estancieira com 650 ha)

*

Essa mão de obra rural é difícil, cada vez mais difícil. **Agora eles querem tudo: é televisão, tudo é globalizado, e eles querem.** Lá fora tem tudo o que tem aqui. Claro que é tudo mais rústico, mas tem. Eles vêm para a cidade na sexta feira de tardezinha com a moto deles mesmos, **já não é mais gauchinho a cavalo** (Paulo, 69 anos, 1.700 ha).

*

Eu tenho oito funcionários. Mas está ficando só os analfabetos lá fora; ninguém mais quer ficar lá. **O Marfrigui [frigorífico] tomou muita mão de obra.** Lá adiante, não sei o que vai acontecer. O meu esquilador é analfabeto, o aramador também. Dei curso de inseminação para dois dos meus, e essa família já esquilava para o meu pai e agora vem inseminando; esquilam para mim e para o Pedro. Muitos não querem capacitar seus empregados de medo de perdê-los. **Eu te dou vários casos de gente que deu curso de inseminador e o cara deixa o emprego e sai inseminando para fora, abre negócio** (Jeferson, 53 anos).

A primeira declaração e a metade da segunda marcam o estado das relações de força que se constitui como ponto de referência aos estancieiros. Assim como a declaração do secretário do executivo municipal, as alterações no espaço social que aparecem em suas falas têm como imagem “aquela” Campanha em que “os galpões viviam sempre cheios de gente” e “sempre tinha gente sobrando” para realizar os trabalhos exigidos. Não é gratuito que na segunda declaração a entrevistada não se lembre se havia pagamentos monetários, justamente porque as trocas se realizavam com base numa economia moral. De

todo modo, o que aparece com força a partir da segunda declaração é que os níveis de consumo socialmente considerados como mínimos pelos *gauchinhos* aumentou, assim como sobre as condições de trabalho. Agora, os candidatos a empregados “perguntam se lá fora tem luz” ou se “passa ônibus perto” e não parece que aceitem qualquer condição. Além disso, há a incorporação de outros bens como possíveis de serem alcançados em seus horizontes de consumo, pois, para a surpresa da estancieira, “hoje eles têm moto, tem até automóvel!”, não se trata “mais de *gauchinho* a cavalo”, declara o terceiro entrevistado.

Do mesmo modo, se outros setores da economia concorrem pela compra da força de trabalho, como o frigorífico citado na quarta declaração, as próprias trajetórias dos subordinados, quando possível, se diversificam e procuram se desvencilhar da dependência para os grandes proprietários. Esse é o medo expressado pelo quarto entrevistado, no sentido de que o aprendizado de novas tarefas pelos empregados possa fazer com que estes constituam seus próprios negócios, como no caso dos inseminadores.

Em algum grau, parece ser esta ampliação das margens de autonomia dos subordinados que permitiu, a partir de 2009, a constituição de dois grupos autônomos de reivindicação por terra, reunindo mais de 300 demandantes do próprio município de São Gabriel. São *moradores de corredor, leiteiros* – famílias pequenas proprietárias que possuem vacas no entorno da cidade e que aí vendem leite -, pequenos arrendatários e meeiros que seguiram o exemplo das reivindicações do MST no município, por mais que contra o MST. Quer dizer, procuram se diferenciar do MST por reivindicarem o fato de serem “pessoas do município” e não realizar “ocupações” de propriedades, mas a forma de pressão constituída é também a montagem de acampamento com lonas pretas em uma área cedida por um comerciante no interior do município. Este ato de decidir ir acampar, mesmo reivindicando uma versão mais *light* quando comparado ao MST, significa afrontar os estabelecidos no espaço social e dificilmente se daria sem que outras formas de sobrevivência social pudessem ser acionadas. Em boa medida, somente as experiências por eles vividas e (re)significadas poderão conduzir a outras decisões de ‘se fazem’ enquanto classe em movimento, mobilizadas enquanto tal – ver Anexo B: ponto 5.²²¹

²²¹ Os dados citados deste parágrafo são quase todos de uma entrevista realizada com Carlos, comerciante que cedeu a área para a instalação do referido acampamento. Ademais, com dados colhidos pelo autor em diferentes situações e anotadas em caderno de campo.

É interessante perceber esta ampliação das margens de autonomia e a diversificação das estratégias de reprodução social de acordo com as trajetórias dos subordinados e como elas impactam na relação com os dominantes. Nesse sentido, a trajetória do casal Maria e Pedro, 43 e 45 anos, respectivamente, moradores de um dos Rincões do município de Rosário do Sul, vizinho de São Gabriel, é exemplar.²²² Os pais de Pedro haviam trabalhado durante toda vida como agregados de um estancieiro. Ele próprio, quando casou, recebeu a autorização do patrão para construir a casa em uma área da estância, onde arrendava para o plantio e criação de alguns animais. Os pais de Maria também moravam *de favor* na estância de outro estancieiro, sendo que seu pai tinha por profissão a esquila das ovelhas. Quando Pedro e Maria casaram, em 1987, ele permaneceu trabalhando nas lides campeiras da estância do patrão, além de ser responsável pelos animais do casal em sua área arrendada. À Maria coube cuidar da casa e das plantações, além de lavar roupa “para fora”, vender produtos da *alternatividade* na cidade, como ovos, galinhas, doce de leite, milho, entre outros. Ao longo do tempo, Maria desenvolveu um pequeno pomar de pêssegos, do qual passou a produzir e vender passas. Em 2004, o patrão morreu e Pedro teria sido indenizado com 11 ha pelos herdeiros do estancieiro, sem deixar de trabalhar na estância. Logo em seguida, o casal comprou mais 10 ha e arrendou outros 15 ha, também dos filhos do patrão morto. O casal investiu e aumentou a criação de bovinos e o pomar de pêssegos, pois já “dava um bom salário” quando colhia e vendia as frutas. Mas foi com a chegada da energia elétrica em 2009, pelo programa Luz para Todos, que modificou substancialmente as perspectivas do casal. Eles compraram uma geladeira que permitiria manter seus doces de pêssego conservados. O casal já avaliava a possibilidade de Pedro deixar de trabalhar na estância e se dedicar somente à sua *chácara* e à venda dos doces de pêssego na cidade. A compra de outra casa na cidade e a instalação de outra geladeira permitia o transporte dos doces de pêssego, a ampliação da produção e a estocagem na cidade, antes da venda.

Por mais que se trate de apenas uma trajetória dentre outras possíveis, é provável que haja vários outros “Pedros” e “Marias” que também constituam trajetórias ascendentes. Assim, a morfologia do espaço social não se altera somente pela presença de poderosos agentes no espaço social como os descendentes de colonos, empresas e outros capitalistas

²²² A entrevista com o referido casal devo a Vinícius Piccin Balbianco, que, em 2010, juntamente com uma equipe do Mestrado em Extensão Rural da UFSM, fez importantes entrevistas sobre as estratégias de reprodução social junto aos pequenos proprietários rurais na área da Bacia Hidrográfica do Rio Ibirapuitã.

que investem na compra de terras, mas pelas próprias trajetórias dos setores mais subordinados. Apesar de não ser possível dizer em quais condições o casal fora indenizado com 11 ha de terra, mas ocorre quando o patrão morre, possivelmente devido ao medo potencial ou real de reivindicação dos direitos reconhecidos pelo Estado. Posteriormente, é o programa Luz para Todos que parece ter um efeito de potencializar suas estratégias produtivas rumo a não depender mais do emprego assalariado nas estâncias.

Existe um conjunto de mudanças no espaço social que impacta as estratégias produtivas das elites estancieiras e lhes aparece como descenso social. É essa reclassificação social, agora descendente - quando comparado ao período do final dos anos de 1930, pois aí ocorre um reclassificação ascendente -, que está na origem de suas mobilizações coletivas e serve de argumento aos estancieiros como recurso de reivindicação em contexto de tensões para a reconversão de suas trajetórias sociais.

Algumas considerações finais

A chave de leitura para uma adequada interpretação do espaço agrário do Rio Grande do Sul está nas relações diretas ou indiretas ligadas à singularidade do espaço social quanto à sua formação histórica, com grandes propriedades nas áreas de campos e da instalação de colônias de pequenos proprietários nas áreas de florestas. Não basta dizer que existem “dois Rio Grande do Sul”, como é comum encontrar em certa bibliografia, mas fundamentalmente perceber como as dinâmicas sociais que ocorrem na grande propriedade ou nas regiões coloniais influenciam-se mutuamente. O mesmo processo de mercantilização das áreas de florestas que garantiu a formação de amplo campesinato pequeno proprietário, determinou, em boa medida, a trajetória de subordinação no espaço estancieiro. E essa determinação se deu por efeito de um duplo bloqueio no espaço social que não se limitou apenas à negação do acesso a terra nas áreas de florestas, mas também impediu que o emprego industrial surgisse como uma opção coletiva às práticas de reprodução social dos subordinados do espaço estancieiro – ao menos durante boa parte do século XX. Enquanto no Nordeste a possibilidade da migração e emprego no *Sul*, a 3.000 km de distância, foi um dos elementos que corroeu uma das bases da relação da *morada*, no caso analisado a questão étnica da superioridade da mão de obra imigrante, num contexto de excesso da oferta de força de trabalho à indústria, acabou por reforçar o isolamento dos subordinados à grande propriedade e, na mesma medida, o poder dos *senhores da terra* e da *guerra*.

No Rio Grande do Sul, a trajetória coletiva da elite agrária e de seus domínios está no exato oposto à elite agrária no Nordeste do país. Os comportamentos começam a ser semelhantes quando a expulsão dos moradores de suas posses se torna a regra e quando são obrigados a internalizar o cálculo especificamente capitalista para não serem liquidados pela concorrência. No Nordeste, no mesmo período em que os grandes proprietários de terra se diferenciavam entre *usineiros* e *senhores de engenho*, a elite estancieira passava por

um processo de homogeneização de interesses com o fim do sistema charqueador. Até meados de 1930, a luta interna aos grandes proprietários opunha os interesses dos estancieiros que também eram charqueadores e dos estancieiros que só criavam. São das resultantes das lutas aí travadas que se encontram os motivos para o atraso na instalação de frigoríficos em território gaúcho, enquanto os países vizinhos e outros estados da federação já dominavam outros mercados para a carne que não somente a salgada. Do conjunto de fatores que determinou a quebra das charqueadas privadas, dentre os principais a concorrência com os frigoríficos e o novo quadro institucional que inicia com a Revolução de 30, principalmente no que diz respeito à regulamentação da legislação trabalhista, não surgiu apenas uma alternativa como caminho a ser seguido. Nesse período, a parcelização, venda e arrendamento para o cultivo de cereais nos campos estancieiros foram cogitados e internalizados nos estatutos dos chamados Consórcios Profissionais que geraram as cooperativas-frigoríficos. O que é importante ressaltar é que não havia somente uma saída pensada, mas que a construção dos frigoríficos sob controle dos próprios estancieiros foi uma alternativa que se impôs como o resultado de diferentes embates e lutas tanto dentro da própria categoria de *senhores da terra* quanto da própria sociedade da época.

A valorização que se seguiu praticamente ininterrupta dos preços da carne a partir de então até o final da década de 1980 foi outro diferencial, pois é quando as relações de troca desfavoráveis aos *senhores de terra* nordestinos se asseveram. Assim, os investimentos escolares e culturais em ambas as situações possuem significados distintos para as trajetórias dos integrantes dessas elites rurais. Enquanto num caso a continuidade da participação na classe dominante está relacionada à necessidade de reverter seus recursos para outros campos com princípios de dominação diferentes, como nos empregos urbanos, no outro não há essa pressão e perigo da desclassificação social. Os recursos acumulados em outros campos sociais, como o educacional, podem ser reinvestidos como a autoafirmação de uma posição dominante anteriormente já ocupada, cuja maior demonstração de distinção social se dá pela manutenção de um *habitus desinteressado* que se torna reforçado. Enquanto há uma trajetória coletiva de descenso social dos grandes proprietários de terra do Nordeste, no Rio Grande do Sul há ascensão social.

Além disso, a dominação personalizada não foi abalada da mesma forma em todo o país, senão aqui ocorreu o contrário. Enquanto em outros locais como nas lavouras de café

do Sudeste e dos engenhos do Nordeste as relações de morada eram liquidadas, no espaço estancieiro elas foram ampliadas com a possibilidade da produção de cereais nos grandes domínios. Isso obrigou a uma redefinição dos termos de troca entre moradores e estancieiros, que até então se caracterizara pela pauperização absoluta dos subordinados à grande propriedade. A expulsão dos moradores e a proletarização da força de trabalho se dá a partir do final da década de 1980, acelerando-se na década seguinte. A questão importante aqui é que cada vez mais aumentava um passivo dos *senhores de terra* que podia ser cobrado na justiça, tão mais acrescido quanto houvesse a recusa dos *senhores* em insistir na reprodução da dominação tradicional. Tem-se assim um processo aberto de transformação social cuja dinâmica dependerá da correlação de força entre os agentes, que tem num polo das possibilidades o fato dos trabalhadores conseguirem impor derrotas às posições opostas no espaço social e mesmo traduzir suas lutas individuais e coletivas na reivindicação da reforma agrária. No outro polo das possibilidades históricas, os *senhores de terra* conseguem acabar com as relações de morada internamente aos seus domínios e expulsar seus *dependentes*, gerando o processo de proletarização rural.

No caso estudado, essa transformação parece que ocorreu lenta e tranquilamente, por mais que com alguns sobressaltos aos estancieiros, como naqueles dois casos citados no final do Capítulo VI em que os descendentes dos trabalhadores reclamavam aos descendentes dos *estancieiros* os direitos de seus mortos; assim como no caso daquela estancieira, citada na Introdução desta tese, que se recusara inicialmente a receber o pesquisador devido aos incômodos que passava devido a um antigo morador tê-la processado perante os tribunais legalmente estabelecidos. É possível que tenha sido nas cidades do estado em que se manifestaram os maiores conflitos devido ao sistema de contradições da grande propriedade ter se resolvido em benefício dos seus proprietários; por exemplo, não parece ser ao acaso que a existência da maior ocupação urbana da América Latina esteja justamente na cidade de Santa Maria, centro do estado, chamada, inicialmente, de ‘ocupação da fazenda Santa Marta’. Essa ocupação foi formada quando muitas famílias vindas do interior começaram a entrar na referida fazenda no início da década de 1990 e lá instalar seus barracos. Em 1996, depois de muito conflito e ordens de despejo não executadas, a fazenda acabou sendo desapropriada e regularizada como um

novo bairro daquele município.²²³ O questionamento da grande propriedade no Rio Grande do Sul ficou por conta de outro sistema de contradições relacionado aos deserdados nas regiões coloniais que não quiseram ou não tinham condições para migrar a outros estados do país em busca de terras. As pressões para a desapropriação de imóveis e aferição dos índices de produtividade vieram de fora do sistema estancieiro.

Internamente ao sistema de relações estancieiro a maior dificuldade que surgiu é quanto à necessidade dos *senhores de terra* em reformular suas *maneiras de calcular*. Mesmo que as leis trabalhistas, resultado de longas lutas e conflitos no país, limitem-se a garantir aos grandes proprietários a propriedade de seus ativos fundiários, elas colocam em xeque outras formas de geração de valor que não o estritamente monetário e obrigam a uma reformulação dos modos de pensar. Nesse aspecto as elites agrárias, sejam nordestinas, sejam sulinas, tendem a se assemelhar. Mesmo dentro da trajetória mais favorável possível aos proprietários fundiários, em que se anuncia a maneira capitalista de pensar como a única exitosa possível, esta incorporação se dá de modo lento e cheio de resistências. Ao não cumprirem a legislação trabalhista, a qualquer momento aquele passivo poderá ser cobrado com juros e correção monetária se os trabalhadores ou seus familiares estiverem dispostos a correr os riscos inerentes ao rompimento das relações personalizadas. No caso das elites agrárias, uma outra conversão mental lhes é exigida. Mesmo que passem a respeitar as normas legalmente instituídas quanto à contratação de mão de obra, muito simplesmente não conseguem organizar suas maneiras de calcular e organizar suas vidas de acordo com um novo princípio de dominação no espaço social, de onde surgem dificuldades para a reconversão. Ao não conseguir operar esta reconversão e internalizar os modos estritamente capitalistas de organização dos recursos produtivos, é mesmo a possibilidade da reforma agrária que volta a lhes ameaçar devido aos debates de medição dos índices de produtividade ou, pior ainda, de atualização dos índices de produtividade. É como se a ameaça soasse como um aviso: ou se tornam capitalistas nas formas de organizar os fatores produtivos ou suas terras serão destinadas a trabalhadores rurais sem-terra.

É claro que a luta de classes não deixa de se fazer presente e os *senhores* tratam de bloquear prática e simbolicamente qualquer ação dos trabalhadores ou do Estado destinada

²²³ Sobre a ‘ocupação Santa Marta’ e posterior bairro Santa Marta do município de Santa Maria, as informações são referentes à história do próprio pesquisador com esse núcleo urbano e com os dirigentes populares que as lutas aí empreendidas forjaram.

ao cumprimento de normas legalmente inscritas como leis. Trata-se de impedir as pressões do Estado para que as classes proprietárias de terra passem a operar segundo os cálculos capitalistas de produção. Assim, tanto a legislação trabalhista quanto a legislação que regula o uso das terras funciona como a espada de Dâmocles que ameaça suas cabeças. Se as classes proprietárias conseguirem impedir o cumprimento dos dispositivos legalmente instituídos como resultado das lutas passadas, terão mais tempo para aprender a racionalidade da lógica especificamente capitalista ou operar as reconversões de trajetórias para outros campos sociais, como no caso dos investimentos escolares, conservando-se como classe dominante. Caso as pressões sociais façam o Estado cumprir com o que até então se tornou letra morta em nossa Carta Magna, então os trabalhadores farão por usar a espada e possivelmente ferir de morte os senhores moribundos.

Bibliografia

- ACCURSO, Cláudio et al. **Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, Comissão de Desenvolvimento Econômico (Boletim nº 16), 1965.
- ALONSO, José Antonio Fialho. Análise do crescimento da região sul nas últimas décadas – 1959-90. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 49-93.
- ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994.
- ALVES, Francisco das Neves. A fronteira meridional do Brasil e a (des)integração do Conesul. In: **Revista REPPIL @**, v.1, n. 1, 2003, p. 1-16.
- ANTONACCI, Maria Antonieta. A revolução de 1923: as oposições na república velha. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 229-254.
- AXT, Gunter. **Gênese do estado moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- BAER, Werner. **Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002
- BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO. **Estudo econômico da bovinocultura gaúcha**. Porto Alegre, Banco Nacional do Comércio S.A., 1968.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 09-48.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis, RJ; Vozes, 2007.
- BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O movimento da produção**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 2).
- BENETTI, Maria Domingues. Indicadores da formação de uma plataforma exportadora de celulose no Rio Grande do Sul. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 35, nº 3, p. 21-28, fev. 2008a.
- BENETTI, Maria Domingues. A plataforma exportadora de celulose gaúcha no “espelho chinês”. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre, v. 36, nº 1, p. 35-38, 2008b.

- BENETTI, Maria Domingues. Perspectivas de transformações estruturais na economia da metade sul do estado. **Indicadores Economia FEE**, Porto Alegre. Vol 34, n° 4, p. 129-142, 2007.
- BENETTI, Maria Domingues. Agropecuária na região sul do Rio Grande do Sul – 1970-90. In: ALONSO, José Antônio Fialho et al. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 94-172.
- BESKOW, Paulo Roberto. **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1986
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6° ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- BOURDIEU, Pierre. **Le bal des célibataires**. La crise de la société paysanne en Béarn. Paris : Seuil, 2002b.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 6° Ed. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'état. Grandes écoles et esprit de corps**. Paris : les editions de minuit, 1989
- BOURDIEU, Pierre. **Le sens pratique**. Paris : Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre; SANT MARTIN, Monique. Le Patronat. In : **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Vol. 20-21, mars/avril, 1978, pp. 3-82
- BRUNO, Regina Ângela Landim. A violência Patronal como prática de Classe. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 05, n° 10, jul. dez. 2003, p. 284-310.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. **O ovo da serpente. Monopólio da terra e violência da nova república**. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas/Pós-Graduação em Doutorado em Ciências Sociais, Unicamp/DCS, 2002a.
- BRUNO, Regina. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo”. Estado e empresários agroindustriais no Brasil. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002b, p. 165-178.
- BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1988.
- CALDART, Roseli Salet. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base. In: FAUSTO, Boris (Org.). **O Brasil Republicano (1930-1964)**. Tomo III. São Paulo: Difel, 1981, p. 123-224

- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. HOLANDA, Sérgio Buarque de (direção). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Monárquico. Tomo II. 2º Ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1967, p. 473-505.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. 2º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Edición, 1974.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.
- CORADINI, Odacir Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 32, 2003, p. 125-144
- CORADINI, Odacir Luiz. Grandes famílias e elite profissional na medicina no Brasil. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, III (3) 425-266, Nov. 1996-Fev. 1997.
- CORTEZE, Dilse Piccin. **Ulisses Va In America: história, historiografia e mitos da imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- COSTA, R. H. da. **RS: Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.
- DA ROS, César Augusto. **Terra e poder no Rio Grande do Sul: as políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- DA ROS, César Augusto. O Movimento “vistoria zero” e a resistência do patronato rural às políticas de assentamentos no Rio Grande do Sul. In: **Sociologias**, n 22, 2009.
- DA ROS, César Augusto. **As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002)**. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.
- DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis A.; COSTA, Rovílio. **Cinquentenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud**. 2 ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.
- DELGADO, Guilherme Costa. A questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005, pp. 51-90.

DELGADO, Guilherme Costa. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: Icone, 1985.

DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). **Políticas públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 15-52.

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1991.

ECKERT, Cordula. **Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação (Mestrado), CPDA, UFRRJ, Itaguaí, 1984.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010.

FARINATTI, Luis Antônio. Apropriação da terra e a formação de grandes patrimônios fundiários na fronteira sul do Brasil, através dos inventários post mortem (1800-1860). Trabajos y comunicaciones. In: **Memória Acadêmica**, vol. 35, 2009, p. 149-171.

Disponível em:

http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4684/pr.4684.pdf

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, Cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre banditismo social na América Latina. In: **História**, São Paulo, vol. 22, nº 2, 2003.

FILHO, Jorge Renato de Souza Verschoore. **Metade Sul: uma análise das políticas públicas para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2000. Dissertação (Mestrado em administração), Pós-Graduação em Administração/UFRGS, 2000.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

FORTES, Alexandre. **Nós do Quarto Distrito...: a classe trabalhadora portoalegrense e a Era Vargas**. Campinas (tese em história). Departamento de História, IFCH, Unicamp. 2001.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A Formação Histórica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2005, pp. 27-92.

FRAQUELLI, Jane A. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do estado e a criação do sindicato arroseiro. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

FREITAS, Décio. **O Capitalismo Pastoril**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 25ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987

- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32° Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GARCIA Jr., Afrânio. Meninos de engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolos da brasilidade. In: **Antropolítica**, Niterói, n° 30, 1° sem. 2011, p. 21-47.
- GARCIA Jr., Afrânio. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). In: **Revista Ciências Sociais**, Vol 28, n° 2, 2007, p. 73-87.
- GARCIA Jr., Afrânio. **O Sul: caminho do roçado**, estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UnB; MTC-CNPq, 1989.
- GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GARCIA, Elisa Frühauf. Identidades e políticas coloniais: guaranis, índios infieis, portugueses e espanhóis no Rio da Prata, c.1750-1800. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, p. 55-76, 2011.
- GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da Terra: Conflitos e estrutura agrária na campanha Riograndense oitocentista**. Porto Alegre (mestrado em história), dissertação, programa de pós-graduação em história da UFRGS, 2005.
- GERVAIS, Michel et al. **Histoire de la France Rurale : de 1914 à nos jours**. Paris: Éditions du Seuil, 1976, Vol. 04
- GIRON, Loraine S.; BERGAMASCHI, Heloisa E. **Terra e homens: colônias e colonos no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- GOODY, Jack. **L'évolution de la famille et du mariage en europe**. Paris : Armand Colin, 1985
- GOULART, Jorge Salis. **A formação do Rio Grande do Sul**. 3° Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História**. 3° Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978
- GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “geração de 1907”**. Porto Alegre (Dissertação). Mestrado em Ciência Política, 1998.
- GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Algumas considerações sobre os censos agropecuários – 1920 – 1995/1996. In: **GeoNordeste**, Ano X, n° 01, 1999, p. 27-38
- GUTFREIND, Ieda. O gaúcho e sua cultura. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). **Colônia. Vol 1**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 241-254
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- HEINZ, Fávio Madureira. **Representação política e formação de classe: as organizações da burguesia agrária gaúcha na oposição a reforma agrária, 1985-1988**. Porto Alegre: UFRGS, 1991 – Dissertação de Mestrado.

HEINZ, Flávio Madureira. **Les fazendeiros a l'heure syndicale**: representation professionnelle, interets agraires et politique au Brésil, 1954-1967. Nanterre, Université de Paris X, 1996 (Thèse de Doctorat d'Histoire).

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero; [Brasília, DF]: MCT/CNPq, 1988.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Evolução recente da estrutura fundiária e propriedade rural no Brasil. In: GASQUES, José Garcia; FILHO, José Eustáquio R. Vieira; NAVARRO, Zander (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, v. 1, p. 45-64.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do Escravo**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et labor, 1988

ILHA, Adayr da Silva et al. Desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: o caso da metade sul. Porto Alegre, 2002. 1º **Encontro de Economia Gaúcha**. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_3_ilha_alves_saraiva.pdf. Acesso em: 10 abr. 2010.

ISAAC, F. I.; SOUZA, J. G. Efeitos da política cambial sobre as exportações de carne bovina brasileira. In: **Archivos de Zootécnica**, Vol. 59, nº 225, 2010, p. 73-79.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. **RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÜHN, Fábio. Gente da fronteira: sociedade e família no sul da América portuguesa – século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 47-74

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LAGEMANN, Eugênio. **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

LANDO, Aldair Marli; BARROS, Leiane Cruxên. Capitalismo e colonização – os Alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 09-33.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Tradução de André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LOVE, Joseph L. **O regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

MAESTRI, Mario (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010a.

MAESTRI, Mario. O cativo, o gaúcho e o peão: considerações sobre a fazenda pastoril riograndense (1680-1964). In: MAESTRI, Mario (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros,**

- cativos campeiros:** estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010b, p. 212-300.
- MARESCA, Sylvain. **Carnets bresiliens (1987-1990)**. Paris, Institut National de la Recherche Agronomique. 1990.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da Terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARX, Karl. 18 Brumário de Luís Bonaparte. IASI, Mauro (org.). **A Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, Vol. II, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1983a.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Abril Cultural, 1983b.
- MAUSS, Marcel. **Essai sur le don**. Paris : PUF, 2007.
- MEDEIROS, Laudelino T. **O peão de Estância:** um tipo de trabalhador rural. Porto Alegre, Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS – Estudos e Trabalhos mimeografados n° 8, 1969.
- MEDEIROS, Leonilde S. “Sem terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.) **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- MOORE Jr., Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia:** senhores e camponeses na construção do mundo moderno. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOLAS, Ricardo E. **Rodrigues. História social del gaucho**. Buenos Aires: ediciones Maru, 1968.
- MORAES, Maria Inês. Rio Grande do Sul y Uruguay: historias fronterizas (Apuntes para uma agenda de historia comparada). In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998, p. 285-299.
- MOREIRA, Roberto José. Renda da Natureza e Territorialização do Capital: reinterpretando a renda da terra na competição intercapitalista. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n° 4, jun. 1995, pp. 89-111.
- MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp. 91-112.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 358-402.
- MÜLLER, Geraldo. **Periferia e dependência nacional: estudo do desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul**. São Paulo (Dissertação), USP, 1972.

- NEUMANN, Eduardo Santos. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (orgs). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 25-46.
- OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3(1) 5-40, 1982.
- OLIVEN, Ruben George. Três em um: a Semana Modernista, o Nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do Sul. In: **São Paulo em Perspectiva**, 7(2), 1993, p. 22-28.
- OLIVEN, Ruben George. Em busca do tempo perdido: o movimento tradicionalista gaúcho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n° 15, ano 6, 1991, p. 40-52.
- OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 1990.
- PAIVA, Carlos Águedo. Os determinantes do aprofundamento das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2000. In: PAIVA, Carlos Águedo (Org.). **Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008, p. 29-110.
- PALM, Juliano Luis; KONRAD, Diorge Alceno. O mundo do trabalho rural no Rio Grande do Sul no Estado Novo (1937-1945). In: **AEDOS**, n° 4, vol. 2, 2009, p. 286-296.
- PALMEIRA, Moacir et al.. Emprego e mudança sócioeconômica no Nordeste (projeto de pesquisa. **Anuário Antropológico/76**, Rio de Janeiro, 1977.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional. **Contraponto**, Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels. Ano 2, n° 2, Nov. 1977, p. 103-114.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha gaúcha: “estado autoritário e economia”. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 193-228.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores**. Porto Alegre: Movimento, 1980a.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: A economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980b.
- PICCIN, Marcos Botton. **Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso a partir do assentamento “menina dos olhos dos sem terra”**. Seropédica: EDUR, 2011.
- PICOLOTTO, Everton. **As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política**. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ (Tese de doutorado), 2011.
- PICOLLO, Helga. A Política Riograndense no Império. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 93-118.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de São Gabriel**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1941.

- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RAMOS, Marília Patta. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.
- REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). **Colônia. Vol 1**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 43-64.
- REICHEL, Heloísa. A industrialização no RS na República Velha. In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993, p. 255-276.
- RIBEIRO, Luiz Dário Teixeira. **Modernização e concentração de capital na economia primária gaúcha: o caso da Cooperativa Rural Gabrielense**. Porto Alegre (monografia de especialização em história), UFRGS/IFCH, 1978.
- ROCHE, Jean. **A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio riograndense, 1930/1990**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SANTO, Miguel Frederico do Espírito. Fundamentos da Incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil e ao Espaço Português. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.). **Colônia. Vol 1**. Passo Fundo: Méritos, 2006, p. 23-35.
- SCHILLING, Paulo R. **Crise econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica, 1961
- SEIDL, Ernesto. **A espada como “vocaçãõ”**: padrões de recrutamento e de seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Dissertação de mestrado), 1999.
- SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Andreia Oliveira da. “Coitado do home”. O posteiro em fins do século 20 no norte do Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mario (Org.). **Peões, gaúchos, vaqueiros, cativos campeiros**: estudos sobre a economia pastoril do Brasil. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010, p. 89-107
- SILVA, Aristóteles Vaz de Carvalho e. **São Gabriel na História**: o drama da fronteira. Porto Alegre: Gráfica Editora CITAL, 1963.
- SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da Lei de 1850. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. **Por uma Lógica Camponesa. Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto riograndense – 1850-1900**. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - CPGH/UFRGS, 2003.
- SILVA, Paulo Roberto Nunes da. **Uma releitura do processo de transformações na agricultura gaúcha no período de 1970-80**. Porto Alegre. (Dissertação). UFRGS/PGDR, 2001.
- SILVEIRA, Ênio. **Empresa e satelização no campo** (estudo de uma estância no Rio Grande do Sul). São Paulo, USP, 1972. (Mestrado em Ciências Sociais).

- SORIO JÚNIOR, Humberto. **A ciência do atraso: índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. Tradução de Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits et al. O Rio Grande do Sul e o mercado nacional. In: TARGA, Luiz Roberto Pecoits (Org.). **Breve inventário de temas do sul**. Porto Alegre: UFRGS: FEE; Lajeado: UNIVATES, 1998, p. 225-270
- TARGA, Luiz Roberto Pecoits. A formação social e territorial (FS&T) sul-riograndense na longa duração e a identidade regional. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.). **O ambiente regional**. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 1).
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Apresentação: a construção social dos dominantes no campo. In: RAMOS, Marília Patta. **O “novo” e o “velho” Ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.
- TEJO, Limeira. Contribuição à crítica da economia Rio-Grandense. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3 (1): 79-108, 1982.
- TORRES, João Carlos Brum. A economia agrícola no Rio Grande do Sul e a Grande Depressão: 1920-39. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 3(2): 67-108, 1983.
- TRINDADE, Helgio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano riograndense (1882-1937). In: DACANAL, Hildebrando & GONZAGA, Sérgio (orgs.). **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- VIANA, João Garibaldi Almeida et al. Evolução dos preços históricos da Bovinocultura de corte no Rio Grande do Sul: tendência e comportamento dos preços em nível do produtor e consumidor. In: **Ciência Agrotecnologia**, Lavras, Vol. 33, n° 4, 2009, p. 1109-1117.
- VIANA, João Garibaldi Almeida; SOUZA, Renato Santos de. Comportamento dos preços dos produtos derivados da ovinocultura no Rio Grande do Sul no período de 1973 a 2005. In: **Ciência Agrotecnologia**, Lavras, v. 31, n. 1, 2007, p. 191-199.
- VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil, vol. 02: o campeador riograndense**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n° 15, p. 87-145, 2000.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília, DF: UnB / São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1999.
- WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba. In: SILVA, José Graziano da; STOLCKE, Verena (Orgs.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.
- WEBER, Max. Enquête sur la situation des ouvriers agricoles à l’Est de l’Elbe. Conclusions prospectives. In : **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 65, Nov. 1986, p. 65-68.

WEIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2º Ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul Agrário do século XIX**. Ijuí: Unijuí, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do Planalto Gaúcho 1850 – 1920**. Ijuí: Unijuí, 1997.

Censos

IBGE. Censo Econômico de 1940, Censo Agrícola de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. Censo Econômico de 1950, Censo Agrícola de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE. Censo Agrícola de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. Censo Agropecuário de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IBGE. Censo Agropecuário de 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

IBGE. Censo Agropecuário de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. Censo Agropecuário de 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. Censo Agropecuário de 1995/1996. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em:

IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Disponível em:

IBGE. Censo Demográfico de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

IBGE. Censo Demográfico de 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

IBGE. Censo Demográfico de 1960. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

IBGE. Censo Demográfico de 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

IBGE. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1984.

IBGE. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Disponível em:

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Disponível em:

Cadastro do INCRA

INCRA. Cadastro, 1965.

INCRA. Cadastro, 1972.

INCRA. Cadastro, 1978.

INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural, SNCR, para os demais anos.

Romance

VERRÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**. O Arquipélogo. Volume I. São Paulo: Globo, 1961

VERRÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**. O Arquipélogo. Volume II. São Paulo: Globo 1961

VERRÍSSIMO, Érico. **O tempo e o vento**. O Retrato. São Paulo: Globo, 1951

VERRÍSSIMO, Érico. **Galeria Fosca**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

Sites

1. Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul: <<http://www.farsul.org.br>>.

2. Câmara dos Deputados: <<http://www.camara.gov.br>>.

3. Instituto João Goulart. <<http://www.institutojoaogoulart.org.br>>.

4. Genealogia da Família Assis Brasil: <<http://assisbrasil.org>>.

5. Faculdade de Medicina da UFRGS: <<http://www.famed.ufrgs.br>>.
6. Genealogia da família Dornelles: <<http://wc.rootsweb.ancestry.com>>.
7. Blog do Planalto: < <http://blog.planalto.gov.br>>.
8. Ministério da Agricultura: < <http://www.agricultura.gov.br>>.
9. Coluna Ponto de Vista: < <http://www.colunapontodevista.com>>

Documentos citados

AGROANALYSIS. Brasil – Virada no ciclo da pecuária. 2010. In: **AgroAnálisis**. Disponível em: http://www.agroanalysis.com.br/especiais_detalle.php?idEspecial=82&ordem=7 Acesso em: 10/05/2012.

ANAIS AHRs, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Guerra Civil no Brasil Meridional (1835/1845). Porto Alegre: AHRs, Vol. 17, 2009.

ASSI BRASIL, **Caráter do Gaúcho**, s/n.

ASSIS BRASIL, Délio. **O Gaúcho**: formação e hábitos. Porto Alegre: Edigal, 2009.

CABEDA, Corálio Bragança Pardo. José Antônio Martins e o desenvolvimento da Campanha Riograndense – um pioneiro esquecido. 199?

DOCUMENTOS DE FAMÍLIA, s/n.

FIGUEIREDO, Osório Santana. **Cooperativa Rural Gabrielense Ltda**: 50 anos de História. Porto Alegre: Metrópole S.A., 1985.

FUNFAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, FEE. **Carta de conjuntura FEE**. Ano I, n° 3v, 1991.

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4° REGIÃO. **Processo n° 0003200-06.2009.504.0861**. 2009.

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4° REGIÃO. **Processo n° 00178-2006-861-04-00-8**. 2006

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 4° REGIÃO. **Processo n° 0195.3133.0146.6775-2**, 2010.

LANGENDONCK, Tácito Van. **O Visconde e a Viscondessa do Serro Formoso e sua descendência**. São Paulo, Instituto Genealógico Brasileiro, 1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL. Florilégio de Poetas e Proseadores de São Gabriel: “Atenas Riograndese” 1859-1959. Porto Alegre: Pão dos Pobres, 1959.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012 inclui linhas de crédito para aquisição de matrizes e reprodutores. Brasília. In: **Blog do planalto**. 2011. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/plano-agricola-e-pecuario-20112012-inclui-linhas-de-credito-para-aquisicao-de-matrizes-e-reprodutores/>. Acesso em: 10/06/2012

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Plano agrícola e pecuário 2012/2013. Brasília. In: **Blog do planalto**. 2012. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/plano-agricola-pecuario-2012-2013>. Acesso em 10/06/2012. Acesso em: 10/06/2012.

REVERBEL, Carlos. **Diário de Cecília de Assis Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Fundação de Economia e Estatística. 25 anos de economia gaúcha – a agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Vol. 3, 1978.

TEIXEIRA, Tarso. **Venda de matrizes, um sintoma que vem do campo**. 2010, Disponível em: <http://www.colunapontodevista.com/2010/09/venda-de-matrizes-um-sintoma-que-vem-do.html>. Acesso em: 13/10/ 2011.

Jornais

O Imparcial. 18/10/1936

O Imparcial. 31/10/1936.

O Imparcial. 24/01/1949.

Correio do Povo. **Crise na pecuária eleva abate de matrizes**. 11/03/2005

Canções

PAIM, Wilson. Faixa: Mãe-preta. Álbum: **Quando o Verso sai da Alma**, 2008.

Compositor: José Antônio Macedo.

Entrevistas

Estancieiros

1. Paulo e Márcia. Entrevista concedida em 10/05/2011.

2. João e Maria. Entrevista concedida em 03/05/2011.

3. Vanderlei. Entrevista concedida em 12/06/2011.

4. Jeferson e Joana. Entrevista concedida em 10/09/2011.

5. Marcelo. Entrevista concedida em 18/07/2011.

6. Moacir. Entrevista concedida em 31/05/2011.

7. Fernando. Entrevista concedida em 22/08/2011.

8. Manoel. Entrevista concedida em 11/07/2011.

9. Mauricio. Entrevista concedida em 08/06/2011.

10. Paula. Entrevista concedida em 12/09/2011.

11. Rogério. Entrevista concedida em 02/09/2011.

12. Atílio. Entrevista concedida em 09/08/2011.

13. Flávio. Entrevista concedida em 10/10/2011.

14. Leonardo. Entrevista concedida em 25/05/2011.

15. Sara. Entrevista concedida em 26/06/2011.

16. Cristiano. Entrevista concedida em 28/09/2011.

Demais entrevistas

1. Délio de Assis Brasil. Ex-diretor Comercial da Cooperativa Rural Gabrielense. Entrevista concedida em 25/08/2011.

2. Rivadávia Correa Barbosa. Ex-diretor Comercial da Cooperativa Rural Gabrielense. Entrevista concedida em 25/08/2011.

3. Cristiano Alex Borges. Advogado trabalhista. Entrevista concedida em 26/08/2011.

4. Márcia Carvalho Barrili. Juíza do Trabalho da 4º Região. Entrevista concedida em 19/09/2011.

5. Bereci Macedo. Contabilista. Entrevista concedida em 09/07/2011.

6. Carlos Cleber. Presidente da Cooperativa Tejupá Ltda. Entrevista concedida em 04/05/2011.
7. João Vioni e filhos. Pequeno arrendatário. Entrevista concedida em 07/10/2011.
8. Carlos. Pequeno comerciante no interior do município. Entrevista concedida em 07/10/2011.
9. Vinícius. Arrendatário e proprietário de terras descendente de italianos. Entrevista concedida em 21/09/2011.
10. Sérgio. Arrendatário e proprietário de terras descendente de italianos. Entrevista concedida em 17/09/2011.
11. Ronaldo. Arrendatário e proprietário de terras descendente de italianos. Entrevista concedida em 16/09/2011.
12. Celso Neves de Godoy. Patrão do CTG Caiboaté de São Gabriel. Entrevista concedida em 22/06/2011.
13. Rossano Gonçalves. Prefeito municipal. Entrevista concedida em 09/10/2011.
14. Sérgio Hamam. Presidente do Clube Comercial. Entrevista concedida em 11/05/2011.
15. Lucio. Arrendatário e proprietário de terras. Entrevista concedida em 05/08/2011.
16. Alex. Proprietário e arrendatário descendente de italianos. Entrevista concedida em 04/08/2011.
17. Padre da paróquia de São Gabriel. Entrevista concedida em 08/06/2012.
18. Zeferino Barbosa. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevista concedida em 06/06/2011.
19. Tarso Teixeira. Presidente do Sindicato Rural. Entrevista concedida em 07/06/2011.
20. Dona Inês. Pequena comerciante no interior do município. Entrevista concedida em 09/06/2011.
21. Sérgio Pinto. Responsável pelo setor de Cadastro da Superintendência do INCRA no RS. Entrevista concedida em 24/10/2011.
22. João. Peão de estância. Entrevista concedida em 10/10/2011.
23. Valmor. Peão de estância. Entrevista concedida em 08/10/2011.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A. Mapas da vegetação original do território, os projetos coloniais e a divisão política do estado.

Anexo B. Registro Fotográfico

Anexo C. Genealogias das 6 linhagens pesquisadas

Anexo D. A estancieira que enfrenta a Brigada Militar

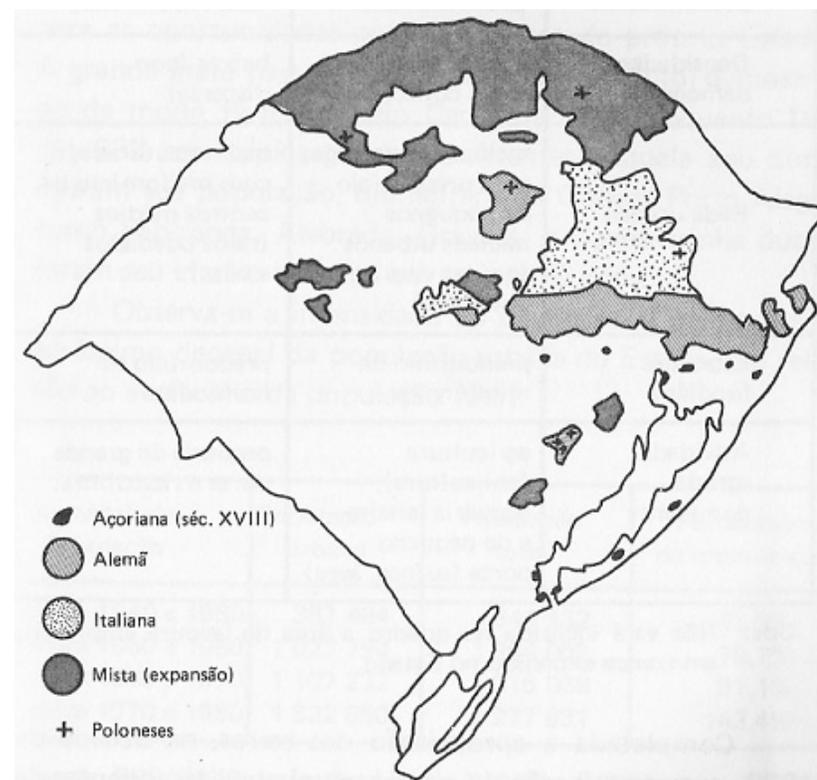
Anexo A:

Figura 1. Contraste entre áreas originais de campos e florestas no RS



Fonte: Costa (1995, p. 65)

Figura 2. Áreas de projetos de colonização no Rio Grande do Sul



Fonte: Costa (1995, p. 65)

Continua...

Figura 2. Municípios do RS em 1990 – 64 municípios



Fonte: Zarth (2002, p. 55)

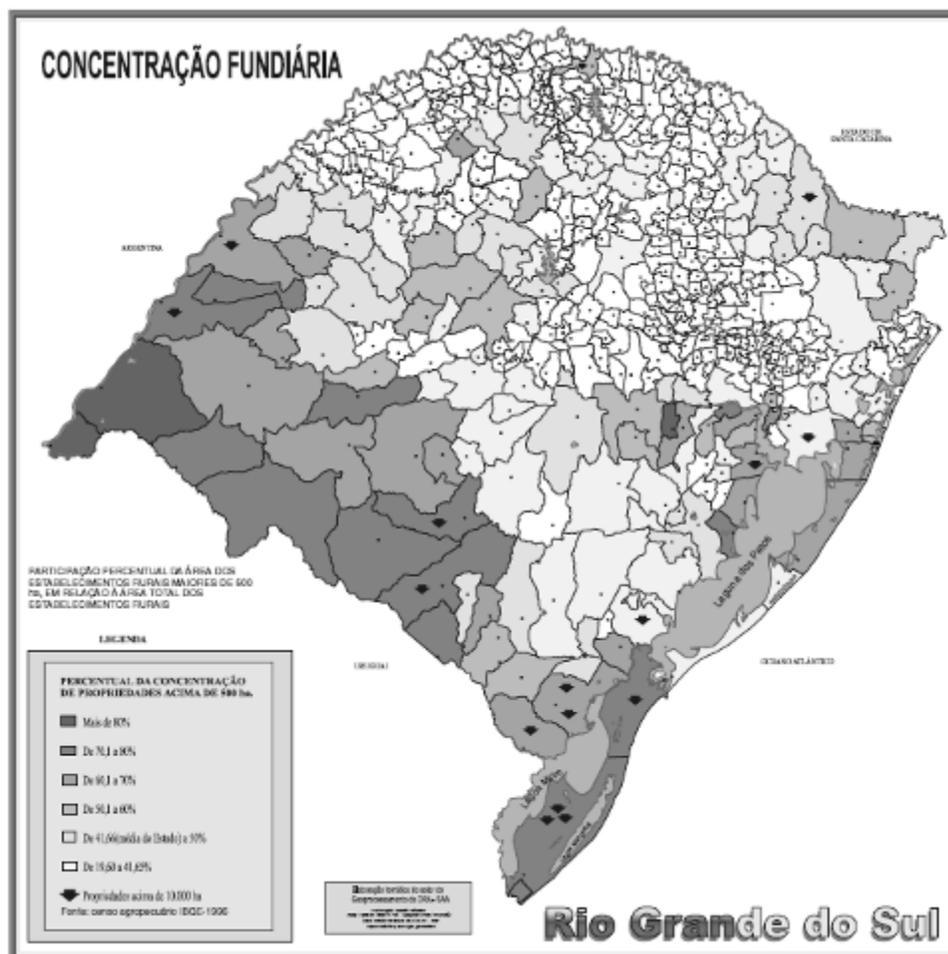
Figura 3. Mapa político em 1980 com a localização dos novos municípios em comparação a 1900



Fonte: Costa (1988, p. 102)

Continua...

Figura 4. Mapa da concentração fundiária em 1996 e a divisão política do estado



Fonte: Da Ros (2006, p. 470)

Anexo B:

1. Bailes e carnavais



Baile das Nações



Carnaval em 1960



Baile de máscara no Aristocrático Clube
Comercial em 1975



Carnaval



Continua...

2. Estilos de vida da elite estancieira



Jogos de tênis na estância



Os aviões particulares se tornam comuns a partir de 1940.

3. Dia de leilão de gados em uma estância em 1972



Continua...



Em detalhe na fotografia da esquerda, em baixo, e na fotografia ao lado, uma placa identificando que houve a instalação de um escritório do Banco do Brasil para facilitar os financiamentos para a compra dos animais.



Em detalhe na fotografia da esquerda, em baixo, garçom serve bebidas aos participantes.



Fotografia atual (2011), pista de pouso na estância



Fotografia atual (2011) da casa-sede da estância

Continua...

4. Fotografias atuais registradas pelo autor, junho – agosto de 2011



Área de cultivo de arroz ao centro da fotografia



Campo nativo



Pastagem de inverno deixada depois da colheita da soja



Novilhas na pastagem de inverno deixada depois da colheita da soja



Os ovinos sendo recolhidos no final do dia



Gado bovino ao fundo

Continua...



A casa-sede da estância à esquerda e Galpão à direita



A casa-sede da estância



Galpão



Quartos dos empregados no Galpão – anteriormente eram baias para cavalos



Numa madrugada fria, o chimarrão já passava de mão em mão no Galpão



A doma

Continua...

5. Gauchinhos e moradores de corredor



Posterior ao carro e do outro lado da estrada:
moradores de corredor



Uma casa de *moradores de corredor* ao fundo



O quintal destinado à *horta* de casa de
moradores de corredor



O interior de uma casa de *moradores de*
corredor



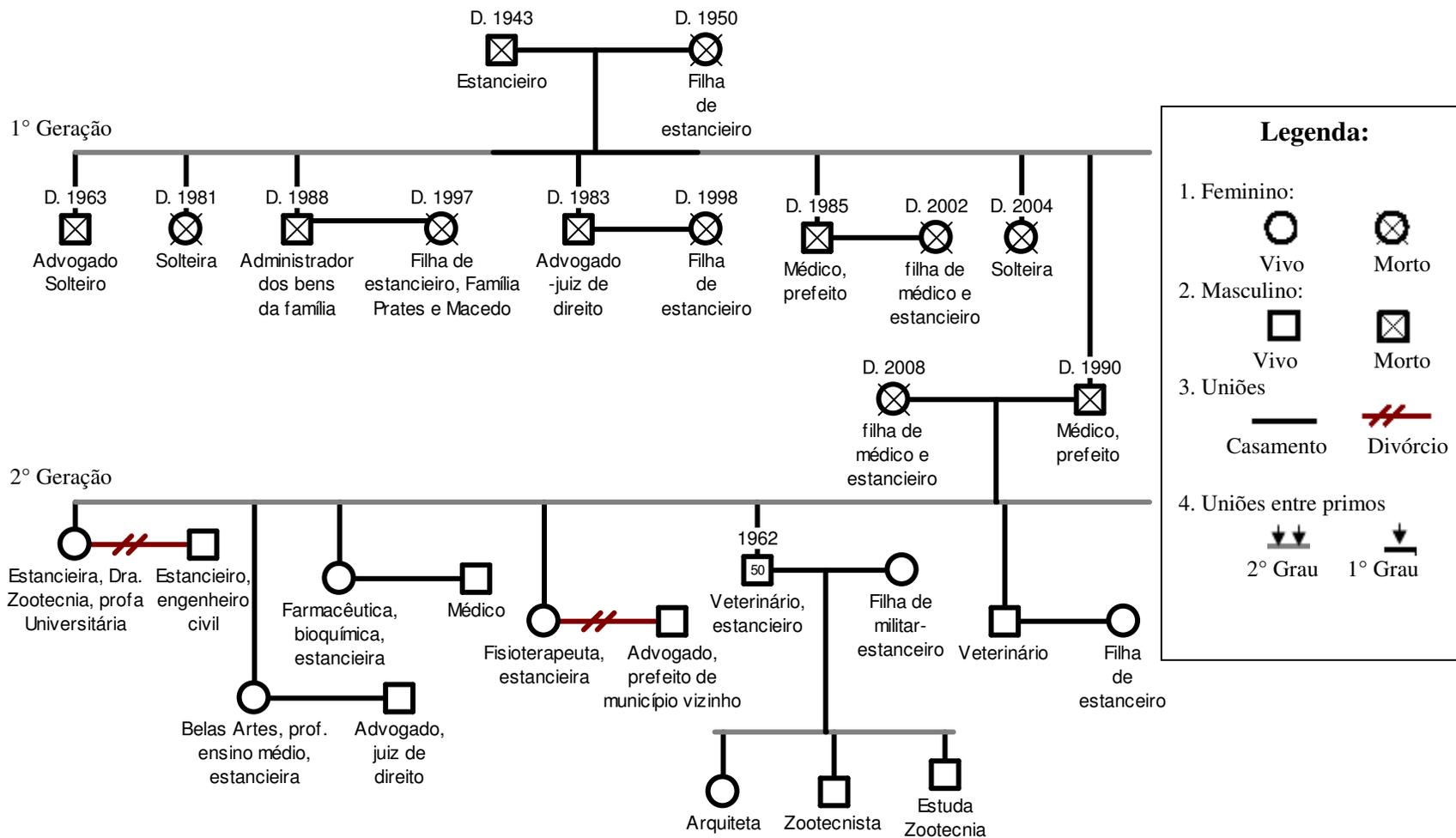
Seu João e sua mãe, *moradores de corredor*,
que me receberam para um chimarrão



O interior de uma casa de *moradores de*
corredor

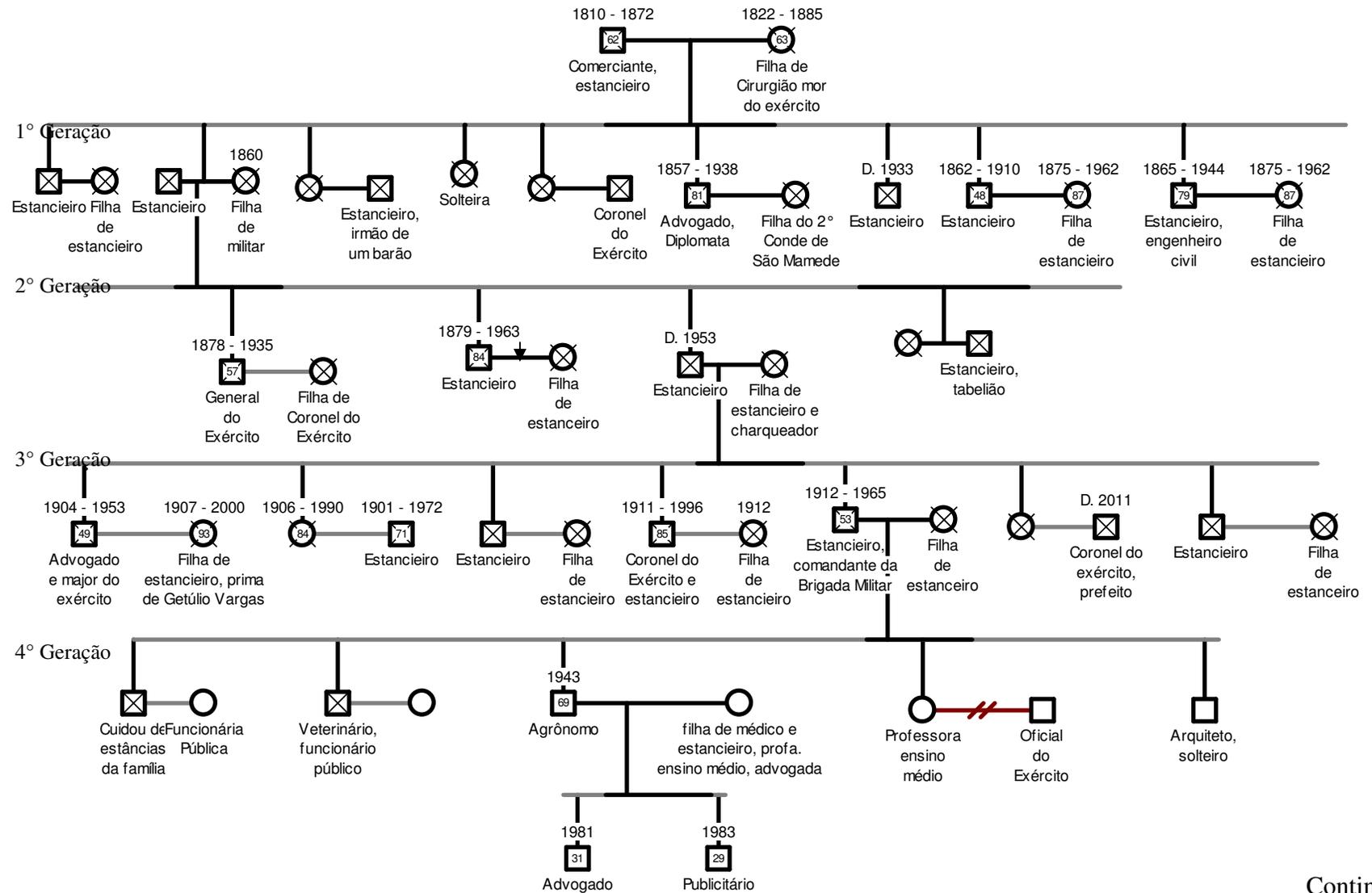
Anexo C:

1. Genealogia da família Cunha Gonçalves



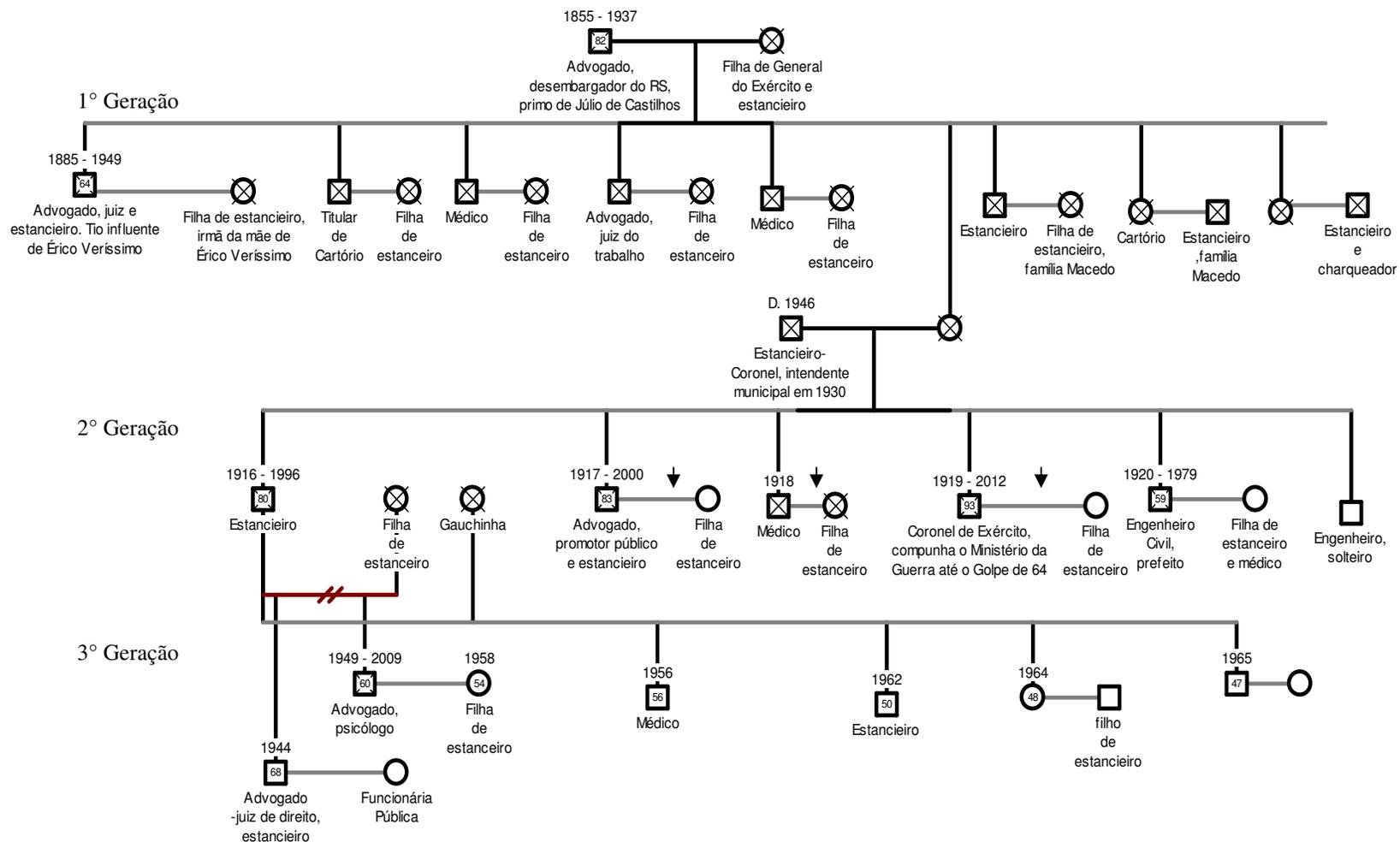
Continua...

2. Genealogia da família Assis Brasil



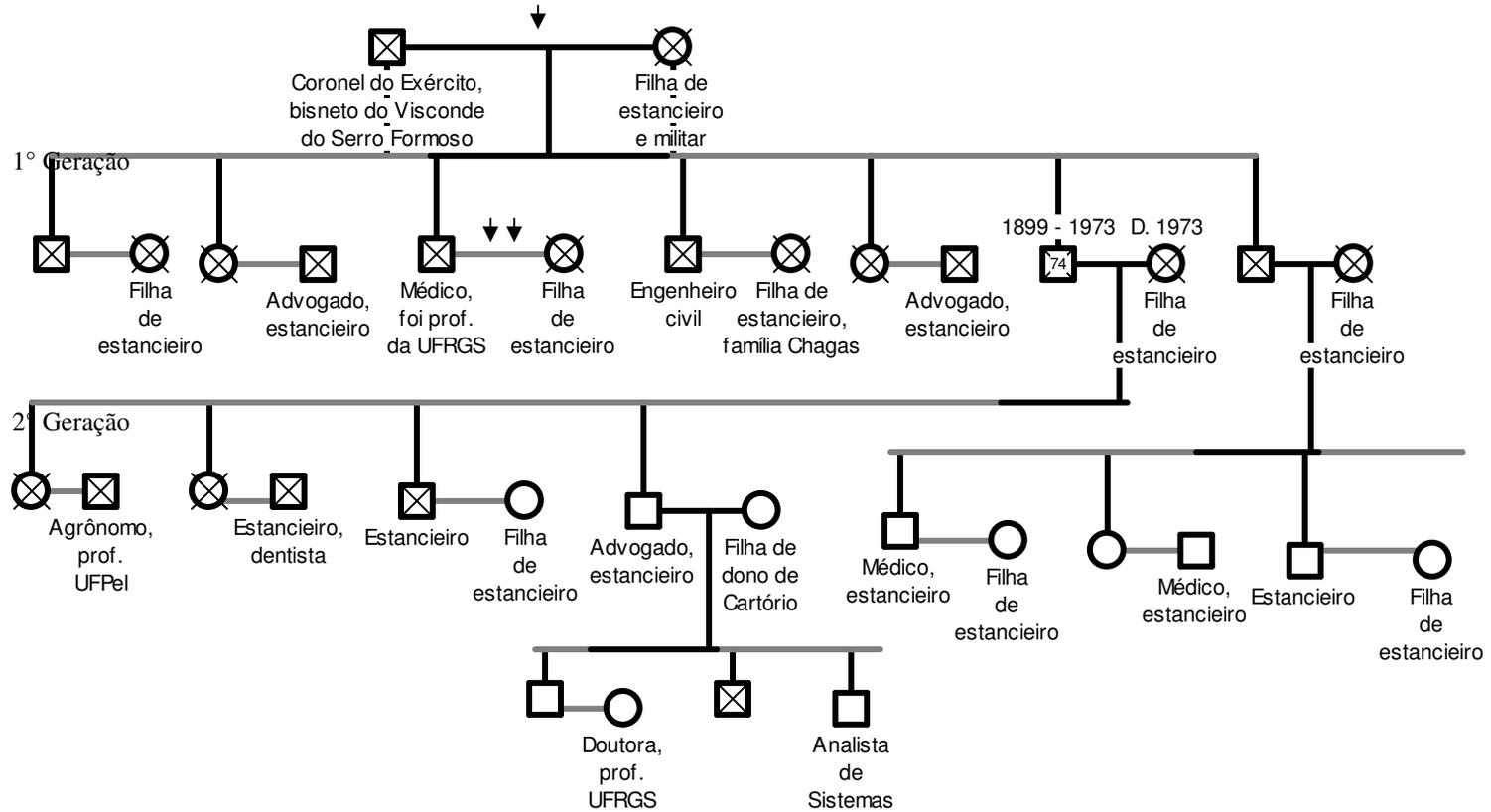
Continua...

3. Genealogia da família Bento Pereira



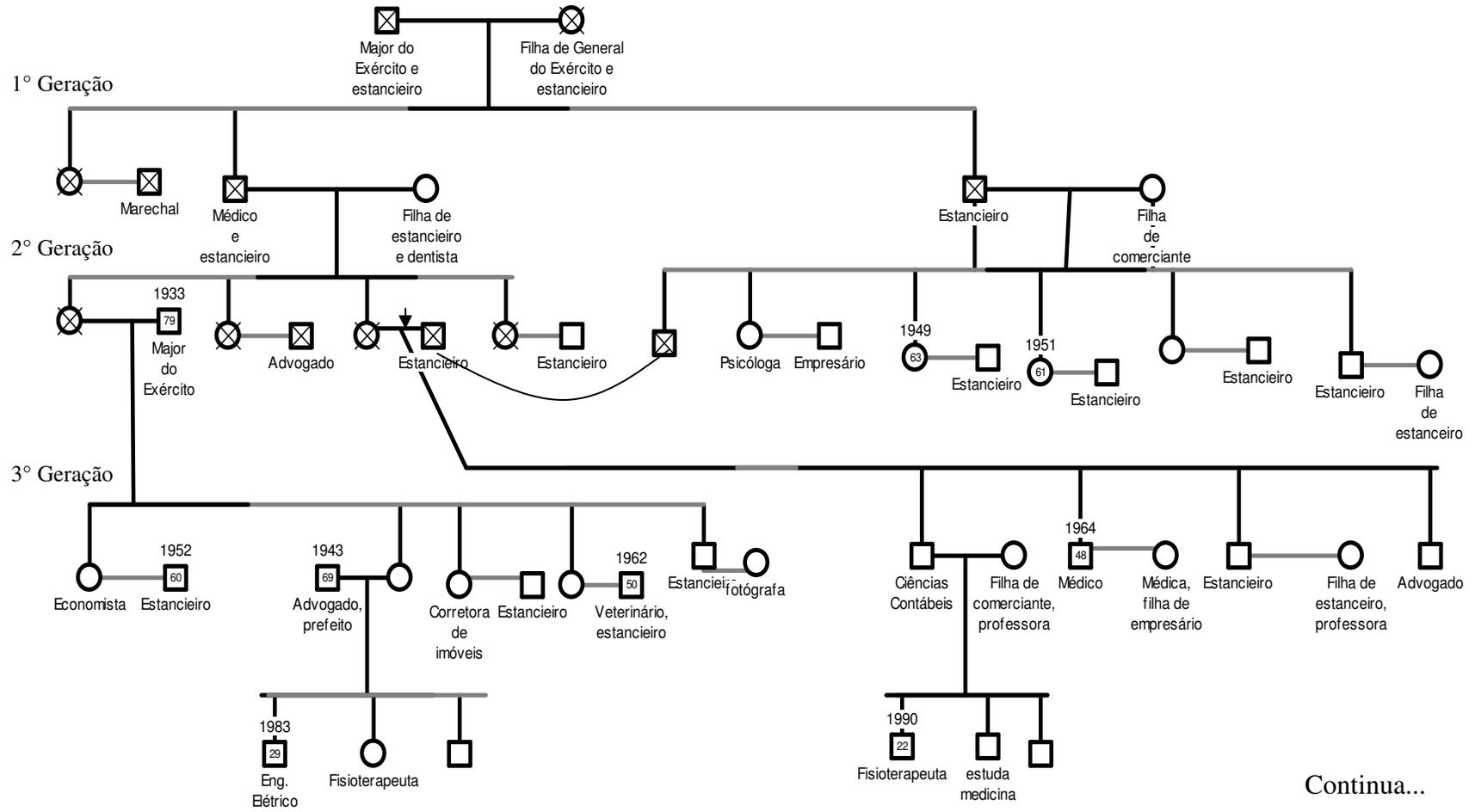
Continua...

4. Genealogia da família Macedo

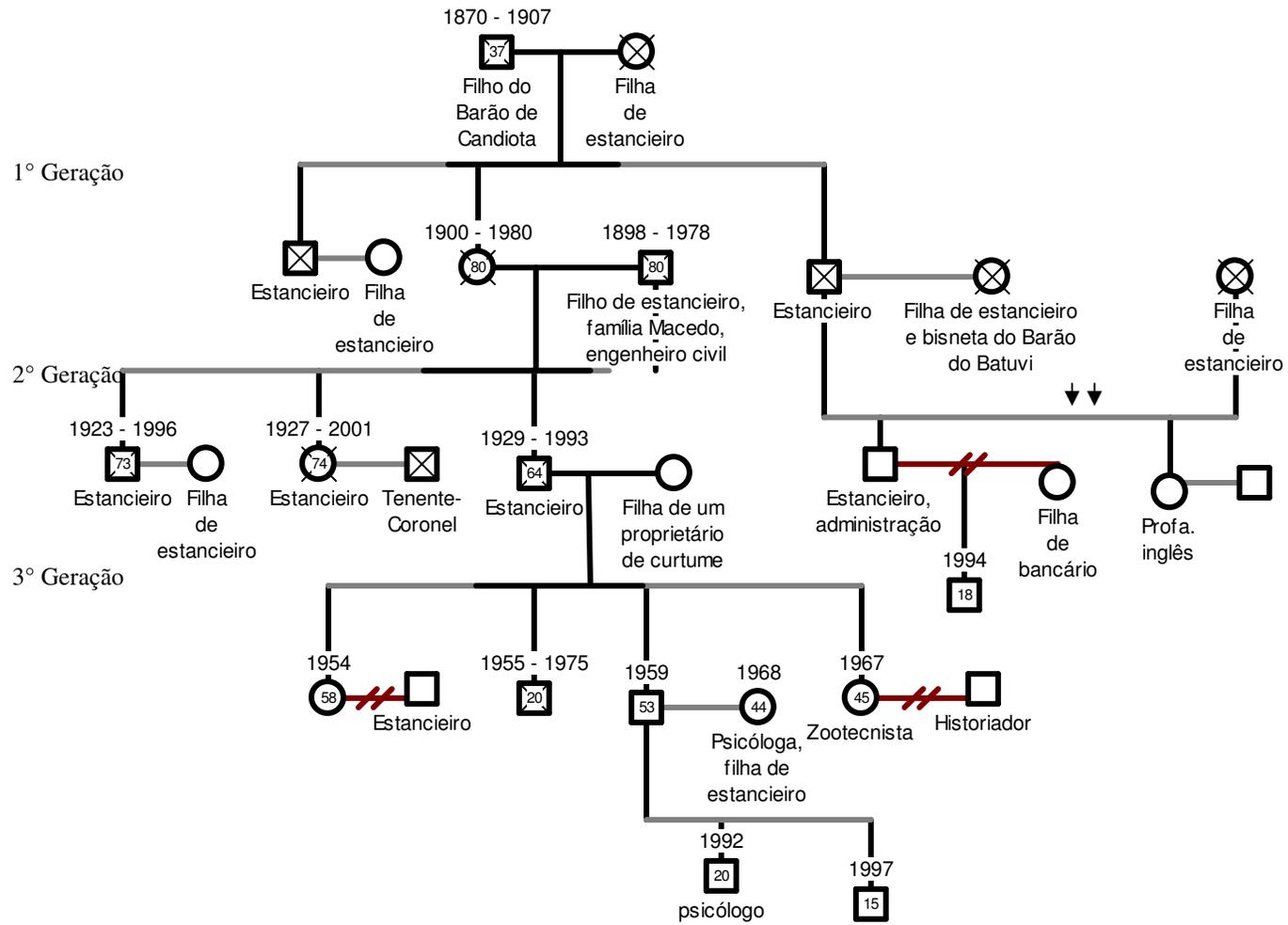


Continua...

5. Genealogia da família Menna Barreto



6. Genealogia da família Chagas



Anexo D:



Fonte: Jornal Zero Hora (03/12/2003).

Estancieira que enfrenta a Brigada Militar em um dos conflitos envolvendo trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST e estancieiros. Ela grita, com dedo em riste, pois a polícia tentava impedir que os estancieiros bloqueassem uma marcha do MST em uma rodovia em direção ao município de São Gabriel.